



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

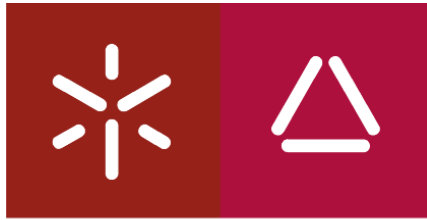
Ana Maria da Costa Macedo

**Arquivos de família e escritos autobiográficos:
estudos de caso**

Ana Maria da Costa Macedo **Arquivos de família e escritos autobiográficos: estudos de caso**

Uminho | 2018

setembro de 2018



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Ana Maria da Costa Macedo

**Arquivos de família e escritos
autobiográficos: estudos de caso**

Tese de Doutoramento em Estudos Culturais
Especialidade de Sociologia da Cultura

Trabalho efetuado sob a orientação do
**Professor Doutor Albertino José Ribeiro
Gonçalves**

Setembro de 2018

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmo que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 17 de Setembro de 2018

Ana Maria da Costa Macedo

Ao meu Pai que nos deixou numa fria manhã de fevereiro,
enquanto empreendíamos este percurso.

Agradecimentos

O longo percurso e o conjunto de condições que envolvem um trabalho desta natureza não se compadecem com uma caminhada solitária. Apesar das múltiplas horas passadas isoladamente, só um percurso em equipa sustentado em atos de confiança e de oportunidades, nos permitiram abraçar e concretizar os novos desafios que nos foram surgindo ao longo deste projeto. Por isso a sua concretização tem expressão alargada e rostos a quem estamos sensibilizadamente reconhecidos.

Em primeiro lugar o nosso agradecimento vai para a equipa dos Estudos Culturais e do Instituto de Ciências Sociais pela pronta aceitação, a inteira confiança e valorização do nosso projeto que, em condições profissionais favoráveis, teria sido por certo, mais rapidamente concluído. Agradeço em particular ao Professor Doutor Albertino Gonçalves, orientador científico deste trabalho, pelo interesse e entusiasmo com que sempre nos impulsionou, pelas sempre pertinentes e construtivas sugestões e abertura de perspetivas, pela disponibilidade que demonstrou para ler e reler este trabalho e, sobretudo, pela confiança que nos fez sentir ao longo de todo o percurso de investigação.

Naturalmente, aos nossos muito estimados representantes da família da Casa do Avelar, o Senhor Vasco Francisco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos que, de jubilosa idade, vive na sua Casa de sempre, bem como às saudosas Senhoras D. Ana Luísa de Jesus Cardoso de Macedo e Menezes, sua esposa, e a Dra. Maria d' Assunção Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos, antiga diretora do Arquivo Distrital de Braga, sua filha e mediadora do nosso contacto com a família, o nosso mais profundo agradecimento pela abertura integral do precioso Arquivo de Família - conservado na Casa de Avelar ao longo dos muitos anos - à nossa investigação.

Do mesmo modo o nosso elevado e sentido agradecimento é dirigido aos representantes da família Cunha Reis, da Casa Grande do Campo das Hortas, em Braga, os Senhores Dr. António Alexandre de Noronha da Cunha Reis e sua esposa a Dra. Maria João do Amaral Pyrrait Duarte Silva que, numa nova fase mas de forma também bem empenhada e generosa, nos disponibilizaram o igualmente valioso Arquivo de Família, sediado na Casa onde efetuamos o respetivo estudo, nas melhores condições de confiança e hospitalidade com que sempre nos brindaram.

Ao Arquivo dos Diários, sediado em Lisboa e que, nas pessoas dos seus principais dirigentes e agora também companheiros de pesquisa, dos quais destacamos o psicólogo e

sociólogo, Roberto Falanga e a *designer* de comunicação Clara Barbacini, que tão bem nos acolheram, integrando-nos rapidamente como colaboradores do projeto desenvolvido desde o Archivio dei Diari di Pieve Santo Stefano, em Itália, com o objetivo de formar uma Casa de Memórias autobiográficas em Portugal. A eles estamos imensamente agradecidos pela oportunidade única que tanto nos tem empenhado e entusiasmado.

Sem todos eles jamais teríamos conseguido desenvolver toda a investigação empírica necessária a este trabalho.

A nossa gratidão estende-se também ao Professor Doutor Armando Malheiro da Silva, nosso mestre, entusiasta e amigo, nomeadamente na orientação arquivística desde o tempo do mestrado. Às nossas colegas e queridas amigas, a Margarida Dias, nossa companheira de curso e bibliotecária, e à Ascensão Bastos, as preciosas ajudas que não precisei de pedir. A todos os meus amigos e colegas que me inibiu de nomear, muito agradeço todo o respeito e tolerância com que encararam o meu projeto e compreenderam os meus afazeres.

À minha família, deixo apenas o muito que sente o meu coração. À minha mãe, sempre terna e colaboradora e às minhas irmãs amigas, Manela, Luísa e Lila, a vontade de conseguir retribuir. Ao Miguel, meu marido, todo o apoio que me soube dar. Aos meus filhos, Tomás e Xavier, deixo-lhes o meu diário de mãe.

Resumo

No domínio dos Estudos Culturais e da interdisciplinaridade que estes convocam, propomo-nos discorrer pelo valor dos documentos produzidos voluntariamente no seio do universo familiar, escritos ao longo da sua história pelos membros da família, bem como sobre documentos pessoais, não necessariamente integrados em arquivos, por forma a avaliar o contributo destas fontes para o conhecimento e compreensão da nossa história e vida coletiva.

Com este objetivo partimos na busca de recursos documentais inéditos conservados por famílias ou por pessoas singulares ao longo da sua vida, indicativos de percursos e narrativas relevantes.

Num primeiro momento, debruçamo-nos sobre duas famílias detentoras de arquivos preservados em casa por tempos longos, expressão de uma continuidade de prestígio e poder na cidade de Braga, ainda hoje mantida nas Casas que conservam e nos arquivos que aí acumularam. Famílias semelhantes no estatuto de elite que deu corpo à sua história, mas diferentes nos percursos singulares que as particularizam na sua identidade própria.

Num segundo tempo, desvelamos outro tipo de documentos, estes isolados no seu contexto, sob a forma de autobiografia, cartas e diário, produzidos por duas pessoas individuais com formações e percursos sociais distintos, veiculados até nós pela associação Arquivo dos Diários, recentemente criada em Lisboa - dando extensão a um projeto mais vasto iniciado em Itália no pós-guerra - e que se dedica à preservação de memórias autobiográficas de pessoas comuns. Aqui apresentamos dois casos diferentes, primeiro o percurso de uma mulher nos primórdios do Portugal democrático, depois, um homem em comissão militar, na longínqua Goa, ao tempo colonial/ultramarino, ambos reveladores de histórias de vida intensas e significativas da configuração da nossa história e identidade nacional.

Assim, a nossa investigação centra-se na elaboração das histórias de vida de duas famílias com os seus indivíduos e de dois indivíduos com as suas famílias, através do estudo dos documentos por si produzidos e conservados. Convictos de que existem muitas micro-histórias por contar e de que é nas pequenas histórias do quotidiano das pessoas que se configura a grande história, pensamos desta forma contribuir tanto para trazer à luz do conhecimento novas fontes de informação, como para convocar a atenção e o interesse por esta literatura de vida, componente essencial da Nova História Cultural.

Abstract

Regarding Cultural Studies and the interdisciplinarity this field calls for, it is our purpose to discuss both the value of documents voluntarily produced within the family universe - written by family members throughout their history - and the value of personal documents, not necessarily integrated into archives, in order to assess the contribution of these sources to the knowledge and understanding of our history and collective life.

Bearing this purpose in mind, we carried out a search for documentary evidence that might be indicative of relevant paths and narratives preserved by families or individuals throughout their lives.

Firstly, we focus on two families' archives preserved in place for long, emerging as the expression of their continuous prestige and power in the city of Braga, still uphold in the Houses they possess and the archives they have built up until today. Similar families in the elite status that made their history, however, different ones hadn't their own identities been shaped by the singular paths they followed.

Secondly, a different kind of documents is unveiled. These, come up isolated in their context, in the form of autobiography, letters and diary, written by two individuals from distinct social backgrounds. The documents were provided by "Arquivo dos Diários", a recently established association in Lisbon resulting from an extension of a wider project instituted in post-war Italy, and dedicating itself to the preservation of ordinary people's autobiographical memories. Two different cases are exposed, concerning the first to a woman's life path in the fledgling democracy in Portugal, and the second to a man appointed to a military commission in the faraway colonial Goa, both revealing significant and intense life histories that make up our history and national identity.

Thus, our research focuses on the elaboration of life histories involving two families with their individuals and two individuals with their families, based on the study of their written and preserved documents. Certain of the many untold microhistories, and believing that it is on the daily short histories the big history is set up, it is our aim to shed light on new information sources, as well as to call attention and arouse interest in this kind of life literature as an essential component of the New Cultural History.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	vii
RESUMO	ix
ABSTRACT	xi
ÍNDICE DE FÍGURAS	xvii
ÍNDICE DE QUADROS, GRÁFICOS E ANEXOS	xix
ABREVIATURAS	xxi
INTRODUÇÃO	1
I. PARTE - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	7
1- Os Estudos Culturais e a Nova História Cultural	9
2- Os arquivos de família e os escritos do foro privado, domínio e <i>praxis</i> da Nova História Cultural.....	13
2.1 – Dos Arquivos Públicos aos Arquivos Privados/Pessoais	13
2.2 – Arquivos de família	15
2.3 – Os escritos pessoais: referências históricas	20
2.4 – Livros de família e Livros de razão.....	25
2.5 - Autobiografias e Diários	26
2.6 – Cartas, fotografias, postais e outros registos.....	31
2.7 – Testamentos.....	37
2.8 - A exploração científica dos documentos pessoais.....	39
2.8.1- O estudo referencial da Escola de Chicago	40
2.8.2 - A iniciativa italiana de Pieve Santo Stefano	41
2.8.3 - O Arquivo dos Diários em Lisboa	45
II. PARTE: OS ESTUDOS DE CASO	49
3 - Opções metodológicas e investigação empírica	51
4 – Os Arquivos de Família em análise.....	57
4.1- A família Jácome de Vasconcelos (Casa do Avelar - Braga).....	60
4.1.1- A sucessão geracional	60
4.1.2- O Património: prazos e bens vinculados.....	65
4.1.3- A Casa do Avelar	69

4.1.4 - O Arquivo e seu estudo.....	73
4.1.5 - Um homem, a família e a sua época.....	77
4.1.6 - Um livro de notas particular.....	79
4.1.7 - Um diário.....	84
4.1.8 – Um testamento.....	105
4.1.9 - A infausta geração	110
4.2 – A família Cunha Reis - Casa Grande do Campo das Hortas, Braga	119
4.2.1 - A Quinta da Vacaria no Douro	121
4.2.2 – A moderna e pioneira Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro	132
4.2.3 – O retorno a Braga: das herdades no Douro ao Arcebispado.....	138
4.2.4 - O inusitado Batalhão Eclesiástico	145
4.2.5 - A Casa Grande do Campo das Hortas, referente espaço-temporal da Família .	147
4.2.6 - A Família e a Visita Real a Braga	159
4.2.7 - Do auge à atualidade ou o lento processo de adaptação da nova nobreza à modernidade tardia do País.....	162
4.2.8 – As três versões de um misterioso drama	182
4.2.9 – A perenidade das origens.....	187
4.3 – Síntese/Análise relacional.....	191
5- O Arquivo dos Diários - dissertação de uma experiência.....	197
5.1 Autobiografia contemporânea.....	199
5.1.1 – A infância e adolescência	199
5.1.2 – Os empregos.....	201
5.1.3 – O despedimento	203
5.1.4 – a compra da casa	204
5.1.5 – Formação e qualificação.....	205
5.1.6 – o presente: vida familiar e posturas ideológicas	207
5.2 Memórias de um militar e prisioneiro em Goa (1961-62).....	211
5.2.1 Contexto histórico e biográfico	212
5.2.2 – As cartas ao pai	215
5.2.2.1 – A chegada e acomodação em Pangim.....	216
5.2.2.2 – A vida em Goa	221
5.2.2.3 - A visita a Damão e Diu.....	223
5.2.2.4 - A ilha de Angediva.....	225
5.2.2.5 - A visita ao Paquistão	226
5.2.2.6 - Os “mistérios do Oriente”	228

5.2.2.7 - A saúde, a família e os afetos	229
5.2.2.8 - A situação militar e política	232
5.2.3 – Diário de um prisioneiro de guerra em Alparqueiros	235
5.2.3.1 - O quotidiano de um <i>POW</i> em Alparqueiros	236
5.2.3.2 - A hora do regresso	239
5.2.3.3 - A chegada	240
5.3 – Síntese/Análise relacional.....	241
CONCLUSÕES E REFLEXÕES FINAIS	247
Ensaio conclusivo	249
Principais condicionalismos e sugestões para investigações futuras	258
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	261
ANEXOS.....	277

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - O estudo referencial empreendido pelos sociólogos Thomas e Znaniecki	40
Figura 2 - Pieve S. Stefano - un archivio per i diari	42
Figura 3 - Casa do Avelar (fachada norte): atual	70
Figura 4 - Casa do Avelar (MRB – 1750)	70
Figura 5 - Casa do Avelar: pedra de armas	71
Figura 6 - Quarteirão da Casa do Avelar, jardins e largo fronteiro	72
Figura 7 - Diário de João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (1787-1810)	85
Figura 8 - Carta enviada a Francisco Jácome pelo falecimento de D. Sofia Adelaide	117
Figura 9 - António José da Cunha Reis da Mota Godinho e mulher D. Maria José Correia Carneiro	120
Figura 10 - Quinta da Vacaria / Barca do Corgo	124
Figura 11 - Quinta da Vacaria /Barca do Corgo	125
Figura 12 - D. António Alexandre da Cunha Reis da Mota Godinho (1790-1834)	141
Figura 13 - Casa Grande do Campo das Hortas (fachada)	148
Figura 14 - Claraboia da escadaria principal.....	149
Figura 15 - Casa Cunha Reis – alçado poente	149
Figura 16 - Brasão de Armas	151
Figura 17 - Joaquim Jerónimo da Cunha Reis da Mota Godinho (1793-1866).....	154
Figura 18 - cadeira onde esteve sentada a Rainha D. Maria II	162
Figura 19 - José Firmino da Cunha Reis da Mota Godinho (1794-1856).....	166
Figura 20 - D. Guilherme Germano da Cunha Reis da Mota Godinho (1795/1861).....	168
Figura 21 -Joaquim Firmino da Cunha Reis da Mota Godinho (1837-1906).....	177
Figura 22 - Joaquim Firmino da Cunha Reis (1897-1984)	180
Figura 23 - D. Miguel, Rei de Portugal	188
Figura 24 - António Alexandre e Maria João Cunha Reis, atuais representantes da Família e da Casa com os netos (2016)	190
Figura 25 - Mapa administrativo de Goa	217
Figura 26 - Préstito em Canácona (Goa): postal ilustrado.....	218
Figura 27 - Forte de Angediva, Ilha de Angediva	225
Figura 28 - Bunder Road, Karachi, 1960	228
Figura 29 - NRP Afonso de Albuquerque (1935-1961)	233

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Prazos.....	66
Quadro 2 – Bens vinculados	67
Quadro 3 – Inventário dos bens móveis (1821)	139
Quadro 4 – Casamento de Joaquim Firmino com D. Isabel Maria (17.01.1857)	173
Gráfico 1 – Receitas de um Vereador do Senado Bracarense (1792-1803)	93
Gráfico 2 – Participação no casamento por localidades (1857)	175

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1.a	<i>Outline Descendant for Vasco Jácome</i>	279
Anexo 1.b	<i>Descendants of Vasco Jácome</i>	287
Anexo 1.c	Esquema genealógico da família Jácome de Vasconcelos	303
Anexo 2.a	<i>Outline Descendant Report for Antónia da Cunha</i>	305
Anexo 2.b	<i>Descendants of Antónia da Cunha</i>	307
Anexo 3	<i>Muse Criative Awards 2017</i> atribuído ao Vinho do Porto Tawny - Quinta da Vacaria	315
Anexo 4	Condecoração de Joaquim Jerónimo da Cunha Reis com a Ordem Cruz e Espada – 1832	317
Anexo 5	Mapa militar de Amarante [Guerra Peninsular]	319
Anexo 6	Relato da entrada de Soult em Amarante (1809) por Joaquim Jerónimo C. Reis	321
Anexo 7	Declaração do Coronel das Milícias de Braga, J. Jerónimo Cunha Reis aos 18.05.1828	323
Anexo 8.a	Testamento de J. Jerónimo da Cunha Reis	325
Anexo 8.b	Testamento de J. Jerónimo da Cunha Reis (cont.)	327
Anexo 9.a	Diploma de formatura de José Firmino C. Reis na Univ. de Coimbra – 1822 (1)	329
Anexo 9.b	Diploma de formatura de José Firmino C. Reis na Univ. de Coimbra – 1822 (2)	331
Anexo 10	Carta do Rei D. Carlos com monograma a cores (1885)	333

Abreviaturas

ACA	Arquivo da Casa do Avelar
ACR	Arquivo Cunha Reis
ADB	Arquivo Distrital de Braga – Universidade do Minho
AADD	Associação Arquivo dos Diários
AMB	Arquivo Municipal de Braga
APA	Association pour l' Autobiographie
APAHP	Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados (Lisboa)
CECS	Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
CMB	Câmara Municipal de Braga
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DRCN	Direção-Geral de Cultura do Norte
FCSH	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Lisboa)
ICS	Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho
INIC	Instituto Nacional de Investigação Científica
ISAD(G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
MRB	Mapa das Ruas de Braga
NHC	Nova História Cultural
TT	Torre do Tombo (Lisboa)
UM	Universidade do Minho
c.c.	casado(a) com
ms.	manuscrito
fol.	folhas ou fólios

Introdução

La petite histoire qui amène une grande histoire.

José Gil (2010)

A presente investigação insere-se no Doutoramento em Estudos Culturais, organizado em parceria entre as Universidades do Minho e Aveiro, partindo de um ensaio heurístico que percorre dimensões culturais da História.

A temática que desenvolvemos centra-se no domínio da esfera da vida privada que compõe o percurso existencial dos indivíduos através das ideias, dos sentimentos, dos sonhos, dos cuidados, dos objetos, veiculados pelos escritos pessoais que estes produzem de forma espontânea no interior do seu círculo privado ou familiar. Comungando da ideia de Schwanitz (1999: 20) de que “a literatura é uma historiografia sob a forma de vivências e experiências pessoais”, cremos estar hoje mais do que nunca cientes de que o domínio privado e a esfera pública se plasmam numa crescente osmose indelindável. Daí estarmos perante uma historiografia dinâmica e diversificada, que vem admitindo nas últimas décadas uma aproximação cada vez maior ao campo da cultura, naquilo a que Burke (2005) designa por “virada cultural” dos historiadores. Ou seja, a “Nova História Cultural” que, elegendo os aspetos culturais do comportamento humano como o centro privilegiado do conhecimento e da compreensão histórica contemporânea, traz ao historiador do nosso tempo a vantagem adicional de o ajudar à desconstrução da objetividade positivista da História.

Os historiadores de hoje tendem a afastar-se dos esquemas teóricos generalizantes e modelares para se concentrarem também sobre os valores de grupos particulares, em locais e períodos específicos, dando origem a estudos sobre o género, as minorias étnicas e religiosas, os hábitos e os costumes, aplicando outras hermenêuticas e novas metodologias. Tal como os *Cultural Studies*, também a “Nova História Cultural” se tornou num movimento internacional, particularmente com muito sucesso nos Estados Unidos, na Alemanha e na Holanda, menos na Grã-Bretanha, onde “foram os estudos culturais, mais que a história cultural, que alcançaram proeminência” (Burke, 2005: 46) e lhe tomaram a posição.

Os efeitos deste alargamento são notáveis no campo da investigação histórica, trazendo, por reflexo, também uma nova abertura no campo da ciência arquivística, e suscitando um nítido aumento do interesse pelos arquivos, pelo que hoje se assiste mesmo a uma “mutação do próprio

conceito de arquivo” (Rosa, 2012: 27). Na base de uma “arquivística pós-moderna” (*Ibidem*: 28), para além dos arquivos típicos de natureza administrativa e estatal, passou-se a considerar ser possível organizar toda uma pluralidade de arquivos respeitantes a outras comunidades e organismos produtores de informação.

Pela nossa parte, situamo-nos aqui na senda concetual dos arquivos de família, pensados por Malheiro da Silva como “sistemas de informação” (Silva, 1997), e dos acervos pessoais, não raras vezes ligados aos primeiros como seus prolongamentos ou variantes. À volta da família e dos seus membros, outras entidades e organismos se revelam, numa ligação sistémica aos cargos e funções que desempenham, ou simplesmente aos seus modos de estar, ao estilo de vida e sentido que atribuem à sua memória pessoal. Livres dos mitos de objetividade e imparcialidade, dado o reconhecimento da natureza subjetiva dos conceitos atuais de pesquisa, inclusive da própria ciência, os arquivistas deixam assim de ter motivos para dispensar de integrar os arquivos públicos e os pessoais em o mesmo quadro teórico. Daí considerarmos, uns e outros, fundamentais para um estudo abrangente da memória social ou, reproduzindo as palavras de Terry Cook (1998: 144), “os arquivos são criados para ajudar a sociedade a lembrar-se do seu passado, das suas raízes, da sua história, que, por definição combina o público com o pessoal”.

Na verdade, com a globalização, e desde a perspetiva ocidental, o pós-modernismo e a desconstrução das estruturas de poder de dominação, surgiram novos agentes produtores de informação e de memória. Valorizam-se agora novos suportes de memória que não necessariamente estatais ou oficiais, novas vozes até então consideradas passivas, e novas fontes de informação que evidenciam interesse e revelam verdades até então desconsideradas. É nesta base que assentamos o nosso enunciado de investigação, que parte dos registos escritos da memória conservados ao longo dos tempos, gratos à historiografia tradicional, ou mais recentemente, em arquivos de família ou pessoais.

Valorizamos a memória na sua asserção mais ampla, pela qual nos ligamos a nós mesmos e ao nosso passado, e que não podemos conceber senão no quadro dos valores tanto afetivos como sociais que a geram. Perder a memória significa perder o quadro das relações afetivas e, com isso, a nossa própria identidade. Já J. Cardoso Pires nos desinquietava quando nos partilhou em “De Profundis, Valsa Lenta” (Pires, 1997) os efeitos angustiantes do Acidente Vascular Cerebral que sofreu repentinamente, por lhe bloquear a área cerebral da memória, fazendo-o perder o nome, perder o mundo e vagar à procura da sua própria pessoa. Sobretudo por, circunstancialmente, ter perdido os afetos.

Valorizamos naturalmente a família que, enquanto instituição acolhedora do indivíduo e elemento estruturador da sociedade, é um importante, quanto profícuo, sistema produtor e detentor de informação, bem perceptível nos documentos que constituem os seus arquivos. É dentro da intimidade familiar e da casa que lhe está associada - que normalmente representa a forma de organização social e até dir-se-ia mesmo, uma espécie de mundo impenetrável, de traços ocultos - que melhor se pode perscrutar a sociedade e as suas funcionalidades. Um documento de carácter privado, porque é produzido fora dos constrangimentos dos cargos exercidos e das regras estabelecidas pela organização da sociedade e suas instituições, oferece-nos a possibilidade de aceder a informações mais personalizadas e intimistas dos acontecimentos, isto é, mais espontâneas e livres, permitindo-nos entrar melhor no lado de dentro e mais “invisível” dos acontecimentos. Estes documentos, produzidos para se manterem na família ou sob escolta individual, estão, como todos os demais, sujeitos com o tempo à degradação e ao desaparecimento, pelo que são uma valiosa fonte de informação, não só porque testemunham diretamente a experiência do vivido, inúmeras vezes na primeira pessoa, como transportam consigo, inevitavelmente, também, uma memória social comum. Como já concebia Maurice Halbwachs (2013), discípulo de E. Durkheim, a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva.

No âmbito dos Estudos Culturais e no domínio das suas linhas de investigação, marcadamente interdisciplinares e multifacetadas, como salienta Baptista (2009), desafiamo-nos a nós próprias a perscrutar os documentos produzidos em arquivos privados de família e outros documentos pessoais, por forma a avaliar a medida em que estas fontes escritas contribuem para o conhecimento e compreensão da história coletiva, convencionalmente restrita ao domínio dos arquivos públicos e institucionais.

Após o enquadramento teórico explanado na Parte I e assumindo o repto de nos afirmarmos mais além dos procedimentos da historiografia convencional, partimos para o estudo de casos concretos com os quais nos ocupamos na Parte II e que compõem a parte empírica e substantivamente mais complexa e laboriosa do nosso projeto de investigação. Desde logo, porque por detrás de toda a leitura exaustiva, do cruzamento de ideias e conceitos, ordenamento e classificação de informação, confrontação preliminar de resultados, confeção de alguns modelos e expressão gráfica, enfim, da redação da tese, está um aturado trabalho submerso de levantamento e recolha de informação ao longo de vários anos em arquivos nunca antes estudados ou classificados.

Numa primeira fase foi nosso propósito avançar para a história de duas famílias de elite específicas, com base nas memórias conservadas em significativos arquivos guardados na Casa, símbolo, em ambos os casos, de uma identidade social interiorizada e reconhecida através dos tempos.

A família Jácome de Vasconcelos, que se fixa na cidade de Braga nos finais do século XIV, para depois se enraizar e permanecer na quinhentista Casa do Avelar, afigura-se de uma identidade forte marcada pelo exercício de cargos nas instituições de maior prestígio da cidade, mormente a Misericórdia e o Senado da Câmara, ao lado de outras famílias igualmente tradicionais, detentoras destes cargos.

A família Cunha Reis, que constitui o nosso segundo caso, ainda que originária do concelho de Braga, fixa-se na cidade bem mais tarde. Estabelecida na cidade do Porto e ligada aos negócios das Vinhas do Alto Douro, adquire a Casa Grande do Campo das Hortas (Braga) nos inícios do século XIX, para aí então se instalar, mais notoriamente ao serviço da alta hierarquia da Igreja bracarense.

Ao aprofundar os referidos casos, que tomamos como unidades de análise bem delimitadas, pretendemos desfrutar da oportunidade de “ver por dentro” as respetivas famílias - a partir dos escritos e de outras referências privadas deixados pelos seus elementos individualmente - com as suas regras próprias, as suas ambições e perdas, as suas alegrias e tristezas, os seus conflitos, os seus valores, os elementos dinâmicos de coesão e de rutura, o inter-relacionamento pessoal, até mesmo os psicologismos familiares. Seguindo uma estratégia de humanização do próprio processo de investigação e numa perspetiva histórico-cultural, é nosso dever e obrigação interrogarmo-nos sobre o conteúdo e o(s) significado(s) dos documentos escritos de forma mais ou menos espontânea, através dos próprios autores seus protagonistas, guardados como memórias e nunca antes estudados. Para tal, salientamos a análise concreta de diários, testamentos, pequenos cadernos pessoais e a abundante epistolografia trocada dentro e fora do país, patente em ambos os arquivos de família.

Por outro lado, porque estas famílias, em períodos determinantes, detêm abastados recursos e, sobretudo, são reconhecidas socialmente, sabemos que podem oferecer das reservas da escrita íntima uma visão mais pujante e elaborada. Sendo a família o elemento-chave da definição da sua própria identidade social, consideramos, porém, outros casos, não necessariamente integrados em famílias ou arquivos, no entanto igualmente merecedores da

mesma atenção e interesse, por serem produtores de literatura íntima muito significativa para a compreensão da realidade social.

E é assim que avançamos também para o estudo de duas outras unidades documentais que chegaram até nós através da Associação Arquivo dos Diários - recentemente criada em Lisboa e com quem temos vindo a colaborar - e que se dedica à preservação de memórias autobiográficas, muito em particular das chamadas pessoas comuns.

Do rico universo arquivístico familiar passamos para o não menos significativo cosmos da unidade pessoal, produzido por iniciativa do indivíduo.

A primeira é um testemunho de vida, escrito por uma mulher nascida pelos anos de 1960, na populosa periferia de Lisboa, educada e criada em diferentes instituições do Estado. Através de um registo autobiográfico elaborado a propósito de um processo formal, atual, de obtenção de conhecimentos e competências, RVCC (Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) num Centro de Novas Oportunidades, ela relata as suas marcantes experiências de vida.

A segunda unidade é constituída pelas cartas escritas por um filho ao pai e um diário pessoal. Agora trata-se de um oficial militar, originário da Beira, e médico veterinário, mobilizado em 1961 para Goa, na Índia portuguesa, como capitão da arma de cavalaria, em comissão de serviço de dois anos, por ordem do governo de Oliveira Salazar. Destacado para o oriente nos últimos tempos do império, de onde escreve as cartas ao pai, é apanhado pela invasão da União Indiana, sendo então que redige o diário na condição de prisioneiro de guerra.

Através da análise individual e comparada destes testemunhos, procuramos evidenciar espaços e vivências particulares sentidos e expressos em uma literatura autógrafa e genuína, tanto mais rica quanto mais a quisermos explorar. Procuramos valorizar o indivíduo enquanto ator da História, já que afinal cada pessoa participa, ao seu nível e nas suas circunstâncias, nos grandes acontecimentos do seu tempo, tornando-se assim um observador privilegiado da sua época. Só através da localização e preservação dos arquivos de família e das memórias pessoais, tantas vezes anónimas e apartadas de qualquer instituição, poderemos contribuir para o conhecimento e a interpretação dos fenómenos mais amplos que constituem a história de todos nós. É este o desafio a que nos propomos, concretizado nos estudos de caso que apresentamos e que constituem o nosso modesto contributo.

I. PARTE - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1- Os Estudos Culturais e a Nova História Cultural

O desenvolvimento que a História e os Arquivos têm tido nas últimas décadas anda intrinsecamente ligado às abordagens sociológicas oriundas dos chamados *Cultural Studies* e da História Cultural, mais do que às correntes tradicionais da historiografia.

Os *Cultural Studies* surgiram a partir da Universidade de Birmingham para Estudos de Cultura Contemporânea no Reino Unido e desenvolveram-se sobretudo nos anos sessenta e setenta do século XX com o professor de literatura inglesa Richard Hoggart (1957) e o sociólogo jamaicano Stuart Hall (2000), numa altura crítica da história de Inglaterra, marcada pelo fim da IIª Guerra Mundial, a importação da cultura americana e a crise do império britânico (Escosteguy, 2010). Também os trabalhos de Edward Thompson, *The Making of the English Workingclass* (1963) e Raymond Williams *Culture and Society* (1958), versando a questão da cultura na sociedade classista britânica, são considerados fundadores dos Estudos Culturais por imporem uma transformação radical do conceito de cultura. Opondo-se à perspectiva estruturalista althusiana, que desconsidera o papel dos sujeitos na história, Thompson (1981), para quem a experiência real vivida pelo sujeito e a sua ligação com a cultura se torna determinante, abre, a nosso ver, um caminho fundamental na ligação da História aos Estudos Culturais. Desviando-se de uma análise determinista e mecânica da realidade histórico-social, Thompson desafia-nos a recuperar o papel dos sujeitos e das experiências reais na história, levando o investigador a um constante diálogo como objeto investigado.

De acordo com Moisés Martins (2011: 33) “ os *Cultural Studies* significam uma deslocação do estudo tradicional da cultura no sentido antropológico e sociológico, o que traduz uma especial atenção prestada ao quotidiano das classes populares, à receção e ao consumo dos *media*, aos estilos de vida e à mudança social”. Os campos de análise viram-se para outros mundos que não só os ocidentais e convergem para a complexidade da dinâmica política da cultura contemporânea.

Nos anos 80 e 90 os Estudos Culturais institucionalizam-se em diversas partes do mundo, da Europa à Austrália e à América Latina (nomeadamente Brasil, México e Argentina). Além disso, como nos refere Baptista (2009: 459) “os investigadores têm revelado ao longo dos anos a invariável e persistente vontade em se comprometerem com a complexidade do fenómeno cultural, colaborando na construção do que poderíamos designar por (inter)disciplina que é hoje o domínio de investigação dos Estudos Culturais”.

Na sua obra “O que é a História Cultural?” Burke (2005) fala-nos de uma “virada cultural” dos historiadores, a partir da década de 1970, em direção à antropologia tornando-se os aspetos culturais do comportamento humano o centro privilegiado do conhecimento histórico, ou seja, os historiadores também se aproximam da visão de cultura dos antropólogos. É a altura em que os historiadores se desligam dos esquemas teóricos generalizantes e modelares para se concentrarem também sobre os valores de grupos particulares, em locais e períodos específicos, dando origem a estudos sobre o género, as minorias étnicas e religiosas, os hábitos e os costumes, aplicando novas metodologias. Esta aproximação entre cultura, história cultural e “estudos culturais” acentuou-se nas décadas de 1980 e 1990 dando origem ao que Burke designa por “Nova História Cultural”. Tal como os *Cultural Studies* também a “Nova História Cultural” se tornou um movimento internacional, com muito sucesso nos Estados Unidos, na Alemanha e na Holanda. Já na Grã-Bretanha, como nos refere Burke (2005: 46) “foram os estudos culturais, mais que a história cultural, que alcançaram proeminência”.

Como reação ainda ao modelo da história económica e aos seus métodos quantitativos e descritivos das tendências gerais, ou ao das grandes narrativas e à história triunfalista, surge também, na década de 1970, e por aproximação à antropologia, a micro-história. Associada no seu início a um grupo de historiadores italianos como Carlo Ginzburg (1987), Giovanni Levi (1992) e Edoardo Grendi (1977), a micro-história afirma-se como uma prática analítica essencialmente baseada na redução da escala de observação, na convicção de que do estudo de parcelas da totalidade resulta uma maior e melhor compreensão da organicidade e funcionamento do seu todo. Giovanni Levi compara a micro-história ao *zoom* de uma fotografia, na medida em que se procede à observação de um pequeno espaço, mas sem com isso esquecer o todo em que se contextualiza. Como ele próprio afirma “o princípio unificador de toda a pesquisa micro-histórica é a crença de que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados” (Levi, 1992: 139). A micro-história tende assim a envolver-se com o privado, o pessoal, procurando uma descrição mais realista do comportamento humano. Ao buscar as personagens num cenário mais amplo, a história, além de valorizar a fonte oral, passa a dar muito mais importância à memória a qual, nas palavras de Jacques Le Goff (2003: 476), “é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

No mesmo sentido, os historiadores italianos – ligados à revista *Quaderni Storici*, publicada pela editora IL Mulino de Bolonha, a partir de 1970, e à coleção intitulada *Microstorie*

publicada pela editora Giulio Einaudi, em Turim, a partir de 1981 – trazem as narrativas biográficas para o centro da investigação histórica, valorizando fontes que vão desde os escritos pessoais, feitos sem a intenção de serem divulgados, aos minuciosos registos da Inquisição e outros processos judiciais. Fruto claro deste exemplo é a obra de Emmanuel Le Roy Ladurie (1975) *Montaillou – cátaros e católicos numa aldeia francesa 1294-1324*, onde o autor faz o retrato histórico de uma aldeia pirenaica de camponeses e pastores, a partir dos registos da Inquisição recolhidos nos processos a que os seus habitantes foram submetidos, suspeitos da heresia do Catarismo, nos princípios do século XIV. A minúcia dos pormenores do então inquisidor Jacques Fournier, posteriormente Papa em Avinhão, e a conservação dos longos depoimentos na biblioteca vaticana, permitiram uma verdadeira reconstituição sociocultural da comunidade onde são retratados os detalhes da vida da aldeia, os valores familiares e os dramas da existência quotidiana dos homens e mulheres de então.

Também Carlo Guinzburg (1987) na sua obra *O Queijo e os Vermes*, faz-nos emergir traços gerais da cultura camponesa da Europa pré-industrial do século XVI, a partir da biografia intelectual de um anónimo e esquecido moleiro herege – Domenico Scandella, conhecido por Mennochio. A necessidade de expor as suas próprias ideias tê-lo-á levado a cair nas malhas da Inquisição, fazendo jus à afirmação de que “às vezes a pior tortura é ter a voz silenciada” (*Ibidem*: 241). Acusado de herege, a simples oportunidade de ser escutado com atenção por frades cultos - quando até então o seu público nunca fora além de camponeses e artesãos semianalfabetos - tornou-se, para o humilde Mennochio, uma glória quase inebriante, a ponto de se dispor a arriscar a própria vida. Imbuído de uma enorme audácia, o moleiro exprime o que lhe vai na alma, numa época em que o movimento da Reforma Protestante e a imprensa lhe proporcionam comunicar o que pensa e, com isso provocar a curiosidade nos inquisidores que, estupefactos, transcrevem as suas palavras. Trata-se de um caso-limite e único em que a cultura popular e camponesa vem ao de cima, contrariando a tendência geral para a sua desvalorização e ao seu apagamento.

A micro-história, baseada na ampliação da escala de observação e na consciência da necessidade de uma história plural e complexa, é um dos modelos, que não o único, da Nova História Cultural (NHC). Esta, sendo imbuída de uma visão do mundo mais fluída e imprevisível, diríamos “pós-moderna” (Lyotard, 1989), trouxe ao cerne da história a importância dos estudos biográficos e das biografias e a preocupação com a construção da identidade, uma componente importante da NHC. Há um interesse crescente por documentos pessoais, também designados

“documentos-ego”¹, como são os textos escritos na primeira pessoa, sob a forma de cartas, narrativas, memórias, diários ou autobiografias.

Não obstante, os micro-historiadores “enfrentam problemas como o da relação entre os pequenos grupos que estudam em detalhe e o todo mais amplo” (Burke, 2005: 150), como também “não faltam problemas aos historiadores culturais” (*Ibidem*: 151). Um deles prende-se com a problemática da relação entre história social e história cultural. No entanto, a recente “virada cultural” da historiografia de que Burke nos fala, veio dar importância e trazer uma nova valorização da humanização, das histórias de vida, da história oral, das *petit-histoires*, onde a abordagem positivista mostrava as suas fraquezas e, sobretudo, uma metódica insensibilidade. Aproximando-se da antropologia e da micro-história, esta mudança consistiu numa “reação contra um certo estilo de história social que seguia o modelo da história económica, empregando privilegiadamente métodos quantitativos e descrevendo tendências gerais” permitindo, em contrapartida, que “as experiências concretas, individuais ou locais, reingressassem na história” (*Ibidem*: 61). Não implicando uma supressão das metodologias quantitativas, não é previsível, por isso, qualquer que seja o futuro dos estudos históricos, que haja um retorno a essa abordagem descritiva e linear da História.

Este alargamento no campo da investigação histórica trouxe, por reflexo, uma abertura no campo da ciência arquivística e um nítido aumento do interesse pelos arquivos, assistindo-se mesmo a uma “mutação do próprio conceito de arquivo” (Rosa, 2012: 27). Na base de uma “arquivística pós-moderna” (*Ibidem*: 28), para além dos arquivos típicos de natureza administrativa e estatal, passou a considerar-se ser possível organizar toda uma pluralidade de arquivos respeitantes a outras comunidades e organismos produtores de informação. Destacamos aqui os arquivos de família pensados como “sistemas de informação” (Malheiro da Silva, 1997) e os acervos pessoais, não raras vezes ligados aos primeiros como seus prolongamentos. À volta da família e dos seus membros outras entidades e organismos se revelam, numa ligação sistémica aos cargos e funções que desempenham ou com os quais se relacionam, ou simplesmente aos seus modos de estar, ao estilo de vida e sentido que atribuem à sua memória pessoal.

¹ A designação “egodocumento” foi introduzida em meados dos anos 50 do século XX pelo historiador holandês Jacob Presser (1899-1970). No entanto os seus colegas foram mais reticentes em usar o termo e só nos anos 80 a NHC voltou aos “egodocumentos”.

2- Os arquivos de família e os escritos do foro privado, domínio e *praxis* da Nova História Cultural

2.1 – Dos Arquivos Públicos aos Arquivos Privados/Pessoais

Sendo que o campo da memória não é um campo tranquilo e dentro de nós é demasiado falível guardá-la, constituímos os arquivos, sítios organizados onde colocamos documentos, objetos, imagens, sejam eles individuais, familiares ou coletivos. A memória coletiva, um dos documentos da sociedade e do seu passado conjunto, não é, em si, um conceito simples. Como nos diz José Manuel Sobral, invocando o sociólogo durkheimiano Maurice Halbwachs - responsável pela inauguração dos estudos da memória nas ciências sociais e conhecido por usar pioneiramente o conceito de “memória coletiva” - “a própria recordação individual está embebida na memória coletiva” e, dado que os indivíduos adquirem memórias diferenciadas em função dos agregados sociais que vão incorporando, “a memória é social porque é adquirida em determinado contexto, desenvolve-se em interação (...) e é parte do processo de reprodução social” (Halbwachs citado por Sobral, 1995: 292).

O arquivo, entendido como um depósito de escritos, é também um legado de memórias produzidas por pessoas que extravasam a singularidade, o mesmo é dizer, a memória do vivido individualmente. As sociedades, com as suas instituições, produzem arquivos que, por sua vez, se tornam heranças de património coletivo.

A teoria arquivística clássica apresenta os arquivos públicos ou institucionais como séries de documentos antigos fechadas, completas e descritivas, sendo característica fundamental do arquivista a preservação desse espólio de modo imparcial e objetivo. Em contrapartida, os arquivos pessoais são apresentados como mais informais e parciais, mais próximos da área dos bibliotecários e historiadores. Incluem-se aqui as autobiografias e as memórias, por contraposição aos documentos dos arquivos oficiais e públicos. Esta disparidade de perspetivas assumida como verdadeira em muitos países, levanta um problema face aos novos desafios hodiernos.

A recente abertura ao estudo dos arquivos de família e pessoais, por via das alterações da profunda reconfiguração da estrutura familiar nos países pós-industriais, da desdramatização dos costumes público-privados, pela intensa mobilidade social e individual, pela digitalização da memória, pela desintimização e devassa crescente dos estilos de vida, entre outros aspetos da vida quotidiana contemporânea, impõe um novo olhar às ciências documentais. Por seu lado, este

tipo de arquivos, dada a heterogeneidade e complexidade que lhe são próprias, tem colocado, na opinião de Malheiro da Silva (1997: 51) “graves e insolúveis questões à Arquivística descritiva vigente porque saem fora do esquema normativista (classificação, ordenação, recuperação...) aplicável a certas instâncias jurídico-institucionais da Administração central e local”. Face a isto, Malheiro da Silva propõe-nos uma abordagem científica dos arquivos de família e pessoais não através de planos de classificação funcionalistas mas antes através da estrutura orgânica que incorpora a família na sua sucessão geracional. Concebemos assim o arquivo como um sistema de informação social:

Arquivo é um sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores. (Malheiro da Silva, 1999: 214)

Os dados que nos chegam do passado dependem da forma como a informação é produzida e conservada sendo necessário reconsiderar a forma como chegou até nós. É preciso “um exercício rigoroso de reconstituição da orgânica produtora de documentação, para avaliarmos não o que resta mas porque resta; e o que não resta, e também porquê” (Rosa, 2009: 13).

Assim sendo, a distinção entre Arquivos Públicos e Arquivos Privados torna-se reduzida. No seu trabalho “Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais” Terry Cook (1998), ao analisar a divisão e tensão que existe na maioria dos países entre arquivo público e pessoal, apresenta-nos uma exceção: o Canadá, onde um conceito único de arquivo está implantado - o de “arquivo total”- no qual se incluem todas as instituições arquivísticas do país (arquivo nacional, arquivos provinciais, regionais, das cidades, universidades, igrejas, manuscritos pessoais de indivíduos, famílias ou grupos particulares). Na sua opinião, só uma perspetiva compartilhada de arquivos (tanto institucionais como pessoais) é que pode levar a um estudo sistemático e abrangente da memória social. Não mais uma ciência arquivística centrada na historiografia positivista, descritiva, mas uma ciência funcional em que os arquivistas se tornam construtores ativos da memória social e coletiva. Livres dos mitos de objetividade e imparcialidade, dado o reconhecimento da natureza subjetiva dos conceitos atuais de ciência, os arquivistas deixam assim de ter motivos para não integrar os arquivos públicos e os pessoais no mesmo quadro teórico. Tanto mais que, no século XXI, os documentos eletrónicos virtuais e a transitoriedade das organizações obrigam a que os arquivistas tenham a atenção focada não só no cuidado dos documentos mas também nos seus processos de criação e geração.

Neste domínio e propondo-nos uma reflexão aprofundada sobre a modernidade, a pós-modernidade e o imaginário social, A. Gonçalves e J. M. Rabot (2010: 8) apresentam-nos, em lugar da perspectiva de uma “história linear e redentora”, uma visão cíclica da realidade cuja “marca é a pluralidade e não a unidade”. Ultrapassada a crença incondicional no progresso e no aperfeiçoamento ilimitado da humanidade que tanto marcou a história do Ocidente sobretudo a partir do século XV e até ao XX, voltamo-nos hoje para uma nova visão, utilizando a terminologia de Graves², de uma “dinâmica em espiral” da evolução humana, isto é, um processo de oscilação em espiral, avançando e recuando ao longo do tempo. É nessa linha que, mantendo todas as vantagens do desenvolvimento tecnológico, assistimos hoje a uma espécie de “renascimento neotribal” no nosso planeta com uma grande variedade de pessoas espalhadas por muitos espaços em estádios de desenvolvimento diferentes.

Em lugar do domínio das instituições e das grandes narrativas de referência, típicas da modernidade, como analisa Maffesoli (2010), assistimos hoje à valorização dos espaços, das vivências locais e da convivência através das imagens. Mais do que uma história linear e uma verdade única, são as histórias humanas, os sentimentos e as verdades parciais que caracterizam o nosso “presenteísmo”, utilizando a expressão de Maffesoli.

Assim sendo, a incorporação de memórias, diários, testamentos e outros testemunhos pessoais nos estudos da história da família e da história político-social, é hoje irreversível face à necessidade de preservação de uma memória social e coletiva. Tal como a emergência do círculo familiar como esfera autónoma, também o mais simples aspeto da vida quotidiana é hoje cada vez mais reconhecido como parte integrante e indispensável da nossa história comum.

2.2 – Arquivos de família

Um arquivo de família suporta todo um conjunto de documentos organizados de uma forma natural, ao longo das gerações, pelos elementos da família no desempenho das suas funções, públicas e privadas, e dos cargos exercidos. Por isso compõem-no uma variedade de fontes documentais que vão do domínio genealógico (genealogia da filiação e aliança) e da gestão

² Care W. Graves (1914-1986) nasceu nos EUA, em New Richmond, Indiana. Formou-se em psicologia na Union College em Nova Iorque em 1940 e doutorou-se em filosofia na Western Reserve University em Cleveland, Ohio. Ensinou na Union College em Schenectady, Nova Iorque, onde criou uma teoria epistemológica sobre a natureza humana.

do património (bens patrimoniais e direitos jurisdicionais que podem assumir a forma de arrendamentos, doações, heranças, inventários, dívidas, empréstimos e outros) até à documentação de carácter mais privado e pessoal constituída pela domínio da epistolografia e dos escritos de pessoais que, por sua vez, podem ir do simples registo de memórias e pensamentos, aos diários e às autobiografias.

A formação dos arquivos de família parte, na generalidade, da necessidade de gestão dos negócios da Casa e da afirmação da identidade da família. Daí a predominância dos documentos de carácter patrimonial e genealógico, aos quais se junta todo um outro conjunto complementar de escritos no âmbito do espaço doméstico, pessoal e social. Os arquivos de família tornam-se assim importantes repositórios de memória daqueles que, em torno da Casa, os foram criando ao longo dos tempos. Não obstante, é de prever que hoje, perdendo o núcleo familiar tradicional a centralidade que tem, (muito particularmente a relação estreita com uma casa de família, ela própria um sintonizador de memórias) os elementos de memória privada, também eles, tendam a individualizar-se sob o ciclo de vida da pessoa e a desmaterializar-se em “nuvens eletrónicas” de bases de dados, pelas mobilidades contemporâneas (de residência, de parentalidade, de emprego, de fonte de interesses, etc.).

Em Portugal, até à revolução liberal de 1820, o repositório natural dos documentos era o Arquivo da Casa da Coroa. Com a implantação do liberalismo e a supressão das instituições de Antigo Regime, o Arquivo da Coroa dá lugar ao Arquivo Nacional que se desenvolveu e consolidou ao longo dos dois últimos séculos e que tem constituído a base da fundamentação da nossa historiografia. A arquivística ganha um desenvolvimento rápido e o arquivista surge como alguém que tem por missão guardar os documentos evitando o seu desmembramento e danificação.

Mais recentemente, porém, como refere Lurdes Rosa (2009: 20), “a investigação em história dos arquivos/das instituições produtoras de documentação tem vindo a ser definida como fundamental por diversos estudiosos da arquivística enquanto ciência da informação, pelo menos desde a década de 80 do século XX”. No entanto, só mais recentemente ainda, se têm realizado intersecções de perspectivas com os historiadores, sendo que hoje “a investigação sobre a história dos arquivos de família é talvez um dos sectores mais estimulantes no âmbito da História de arquivos, em especial os de Antigo Regime” (*Ibidem*: 24).

Nesta sequência, assistimos hoje à valorização patrimonial e cultural dos arquivos de família em posse dos seus proprietários privados. Verificando-se uma dispersão grande destes arquivos - muitas vezes por razões comerciais, quando não a sua degradação por falta de

condições - tem-se assistido, em vários países como a França, a Bélgica, a Espanha ou a Itália, a um esforço no sentido de desenvolver políticas construtivas junto dos detentores de arquivos e também associações de defesa e valorização deste património. Em Portugal “tem sido mais tímida a ação e reflexão neste âmbito, embora se destaquem já marcos significativos, que urge consolidar” (*Ibidem*: 29).

Somente de há poucos anos para cá é que os arquivos de família em Portugal têm sido objeto de investigação especializada. Como salienta Nuno Monteiro, à parte os estudos sociológicos da última década do século XX, “só com muita dificuldade se pode falar no caso português de um terreno historiográfico autónomo constituído pela história de família” (Monteiro, 2003: 85). Na verdade, após uma primeira fase de estudo mais norteada pelas pesquisas genealógicas (sem uma preocupação focada no arquivo em si), apenas a partir dos anos 90 do século XX se iniciaram estudos com a preocupação de proteger e relevar os arquivos de família no âmbito da arquivística nacional. Rapidamente então o estudo do tema passou para o campo universitário, cabendo a sua iniciativa à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa que abriu o assunto aos próprios proprietários dos arquivos. Em 2010, o Colóquio internacional “Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?”, que teve lugar na Torre do Tombo (TT) e na FCSH em Lisboa, no qual participamos com o contributo da nossa investigação³, teve o mérito de incluir a apresentação de arquivos de família pelos seus proprietários, ao lado dos contributos de investigadores no âmbito das questões de salvaguarda e difusão patrimonial.

Em França, como nos diz Christine Nougaret⁴, a solicitude do sector público para proteger os arquivos privados, em particular os arquivos familiares, é relativamente recente. Só em 1979 é que a legislação reconhece aos serviços públicos de arquivo a preservação dos arquivos privados de interesse público. A partir de então os arquivos nacionais e públicos foram autorizados a acolher, classificar, inventariar e divulgar estes arquivos, sempre no respeito precedente pela preservação da vontade das famílias.

Em Espanha, a “Lei do Património Histórico Espanhol” de 1985, considera os arquivos privados como parte integrante do património documental e especifica uma série de medidas

³ Macedo, A. M. C. (2012). O Arquivo da Casa do Avelar- Braga: da construção da memória familiar à (re)construção da memória social. In M.L. Rosa (org.) *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* I. (pp. 265-280) C. Romanos. Lisboa.

⁴ Christine Nougaret, École Nationale de Chartes – Paris. Responsável pela secção dos Arquivos Privados nos Arquivos Nacionais de França desde 2005. Conferencista no ‘Colóquio Internacional Arquivos de Família, séculos XIII-XIX, que presente, que futuro?’ realizado em 2010, “com o título “Les archives familiales en France: deux décades d’expérience aux Archives Nationales”.

destinadas à sua conservação. Em 1989, como nos informa Aranzazu Lafuente Urien⁵ o Ministério da Cultura Espanhol cria a “Secção Nobre do Arquivo Histórico Nacional” para proteger e garantir a conservação de uma parte importante do património documental de origem privada. Hoje estão conservados nesta Secção mais de 250 arquivos nobres de diversa proveniência e volume.

A produção de informação dentro da instituição família numa perspetiva alargada e pós-moderna do conceito de “arquivo” ou, na expressão de Terry Cook (1998), o conceito de “arquivo total”, impõe-se-nos hoje em dia como fundamental no estudo da memória social.

Conservar os arquivos de família bem como os arquivos pessoais na perspetiva de suportes de memória não oficiais, torna-se fundamental para a configuração de uma História plural, que não seja apenas resultado da investigação em arquivos nacionais. Nesse sentido em Portugal tem-se apostado, nos últimos anos, em projetos de investigação de âmbito internacional⁶ e no estreitamento de relações entre universidades, instituições que tutelam arquivos e os próprios proprietários. Estes últimos têm ainda uma voz ténue, sendo que são, no entanto, um elemento essencial para possibilitar a preservação dos seus arquivos – inclusive no mesmo local onde foram produzidos – e contribuir assim, com as suas memórias, para o enriquecimento das histórias de família.

Noutros tempos as famílias tinham necessidade de guardar os documentos que comprovavam a posse das suas propriedades ao longo dos anos junto dos seus bens, no entanto, nos tempos atuais cada vez mais escasseiam as grandes casas de família. A penúria das grandes casas leva, inevitavelmente, à dispersão e venda dos seus bens e arquivos. Sensível a isto, hoje a Torre do Tombo aceita arquivos privados e negocia as condições com cada proprietário separadamente. Também a recém-constituída⁷ Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados (APAHP), ciente da importância da preservação das fontes primárias existentes nestes arquivos para o enriquecimento da História portuguesa, tem como objetivo não só fazer um levantamento dos arquivos privados que existem, como contribuir, junto dos proprietários, para a preservação e a divulgação desses acervos.

A produção documental direta das famílias vem trazer ao de cima não só documentos desconhecidos porque não estão nas esferas públicas, como também novos protagonistas e novos

⁵ Aranzazu Lafuente Urien, Directora de la Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional - Ministerio de Cultura Toledo, España. Conferencista no mesmo Colóquio, realizado em 2010, com o título “Archivos familiares de la nobleza española: la sección nobleza del archivo histórico nacional”.

⁶ Estavam em curso, na altura em que elaboramos este trabalho, iniciativas a partir da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, com financiamento nacional e estrangeiro, como o programa de investigação ARCHIFAM - que junta diversas equipas internacionais na análise da produção documental e da constituição de arquivos familiares (2013-15) - e o projeto de investigação INVENTARQ (FCT, 2014-15) que pretende explorar os inventários dos arquivos de família e suas potencialidades no âmbito das histórias de família.

⁷ Abril 2010.

temas de estudo. Não poucas vezes os membros da família ocuparam cargos públicos importantes e guardam revelações fundamentais para o (re)fazer da História política e social. Por outro lado, a simples história do quotidiano, escrita por pessoas simples, revela-nos muitas vezes assuntos de grande importância da vida das pessoas, dos seus sentimentos e pulsões, afinal, a base dos grandes fatores não racionais que fazem mover a história. O quotidiano, como refere Moisés Martins (2011: 94), “que é onde o humano se decide” pois “é, com efeito, à superfície que o humano se abre em profundidade”.

A utilização do documento pessoal como fonte de informação histórica, permite-nos analisar, de uma forma direta, não só o ponto de vista ou a trajetória de vida do seu autor, como nos situa no tempo, nos lugares e na realidade social em que a sua própria história de vida decorre. A questão que se pode pôr acerca da representatividade dos documentos pessoais, pela única razão de serem pessoais, é tão pertinente quanto o é a de qualquer outra fonte histórica, já que em todos os casos, sem exceção, há condicionantes que se impõem e uma crítica de fontes permanente.

Como nos dizem Bertrand & Jiménez (2000: 23) “a história da família é, provavelmente, o campo da história social que teve um desenvolvimento mais notável nas últimas décadas”. O que, na sua opinião, se ficará a dever, em grande parte, “à enorme variedade de fontes que tem vindo a incorporar” (*Ibidem*: 23). Para além das fontes tradicionalmente usadas como sejam as bases de dados demográficos de onde partimos para a identificação dos núcleos familiares com que iniciámos a nossa investigação, os historiadores de família têm vindo a descobrir novas e variadas fontes que passam a ser incorporadas nestes estudos. Assim, para além dos registos paroquiais, das genealogias, dos róis de confessados, livros de ordenanças e outros censos, muitas vezes essenciais para, nomeadamente, a delimitação espaço-temporal e dimensional dos grupos familiares, há todo um outro conjunto de fontes que se foram descobrindo e que se tornaram necessárias para um estudo orgânico e funcional destes núcleos. Para enumerar algumas, salientemos os livros de razão, os livros de família, as autobiografias, os diários, os testamentos, as cartas enviadas ou recebidas, os cadernos particulares, os processos judiciais, as fotografias, os objetos privados. Todas têm em comum o facto de serem essencialmente produzidas por iniciativa voluntária, sem constrangimentos externos ou de iniciativa oficial.

2.3 – Os escritos pessoais: referências históricas

A primeira grande referência ocidental à existência de escritos pessoais remonta aos finais do século IV com as “Confissões” de Santo Agostinho, uma obra autobiográfica clássica de referência mundial em que o autor narra detalhadamente a sua vida e a sua juventude, fazendo ressurgir toda uma época que marcou a transição da cultura greco-romana para o classicismo, com forte influência do Cristianismo. Strefling refere-se a esta obra como a primeira obra literária moderna, na medida em que a considera ser “a primeira obra que explora extensamente os estados interiores da mente humana e a relação mútua entre a graça e a liberdade” (Strefling, 2007: 260). Segundo este autor, nesta obra Santo Agostinho fala da “alma” como a alma real, a consciência de si mesmo, com a estrutura de uma história, o que tornou o autor não só o mais citado entre os autores medievais como “um dos mais pesquisados entre os teólogos nos séculos XX e XXI” (*Ibidem*: 272).

Não podemos também deixar de referir, a este propósito, a obra “Peregrinação de Egéria” (Martins, 2014) uma das mais antigas narrativas de viagem aos lugares santos da Palestina no século IV, escrita por Egéria, viajante e escritora hispano-americana, considerada a primeira escritora hispânica em língua latina. O trabalho, cuja primeira parte constitui um diário de viagem pormenorizado aos lugares santos, tem sido estudado há mais de um século não só por constituir uma das principais fontes para o estudo da transformação do latim, mas também pela descrição dos detalhes e o registo das suas impressões ao longo da extensa viagem que se prolongou da Galiza à Mesopotâmia.

Relativamente à Antiguidade tardia são referidos os hypomnematá - espécie de anotadores de fragmentos de livros ou relatos de ações que se liam ou presenciavam sobretudo entre as classes cultas gregas - que constituíam uma espécie de memorando pessoal. Michel Foucault (1983: 147) refere-se a estes registos como uma “memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas”. Serviriam como guias de conduta e orientações pessoais para a vida, com vista à meditação posterior. Escritos pessoais sim, mas não com a intenção de revelar a intimidade ou o oculto nem tão pouco de servir como suporte de eventuais falhas de memória. Captando e reunindo o já dito ou já visto, o seu propósito seria mesmo contribuir para o domínio e a boa conduta de si mesmo. Lendo, relendo, meditando e conversando consigo mesmo ou com outros, a transcrição das leituras apropria-se do próprio corpo, ou como nos diz Foucault “a escrita transforma a coisa vista ou ouvida em forças e em sangue” (*Ibidem*: 152).

Apesar de a sociedade ocidental ser desde cedo uma sociedade marcada pelo Cristianismo e pela memória escrita, a Idade Média e sobretudo a Alta Idade Média não foi fértil em documentos escritos, salvaguardando a heráldica familiar, os jacentes funerários, a poesia trovadoresca, os nobiliários e outras expressões menos representativas. A literatura genealógica, ligada à afirmação da nobreza, terá sido um dos mais significativos registos de memória que a Idade Média nos deixou. O “Livro de Linhagens” de Pedro Afonso, filho bastardo de D. Dinis, Conde de Barcelos, é uma referência incontornável na literatura e na história portuguesa. Há ainda a salientar uma “memória particular” como nos refere Mário Barroca que constitui o “Livro dos Conselhos” de El Rei D. Duarte onde este “foi anotando, de forma aparentemente desconexa, apontamentos sobre as mais variadas matérias, desde assuntos de Estado, a simples mezinhas, à listagem das obras que integravam a sua biblioteca particular ou às dimensões dos vários compartimentos do Paço Real de Sintra” (Barroca, 2010: 454). Escrito pelo ilustrado rei com intenção de servir como uma espécie de conduta aos seus contemporâneos, só no século XIX passa a ser conhecido, pois pouco depois de concluído o Livro rumara a Castela pelas mãos da consorte D. Leonor de Aragão (1440). Reconhece-se então que a obra, contendo alguns capítulos de cunho íntimo, nos quais o rei relata factos da sua vida pessoal, se tornou essencial para o conhecimento da personalidade de D. Duarte e dos seus feitos e projetos.

Em França, como nos informa Malik Allam, os primeiros escritos privados conhecidos sob a forma de diário datam do século XV (Allam, 1996: 195). Não se trata ainda dos diários “íntimos” que encontramos no séc. XIX, pois aqueles aproximam-se mais da crónica histórica em que o autor narra tanto os factos nos quais participa como aqueles que lhe são relatados. Não obstante, estes escritos anunciam já uma personalidade individual que se afirma no seio de uma cultura burguesa.

Com uma dimensão mais formativa, na Alemanha, desde o século XVI que o diário se foi enraizando nas escolas com uma função didática e pedagógica e tanto a igreja como a família contribuíam para a transmissão da tradição do diário, que era também valorizado como elemento de constituição e perpetuação da história da família. Pedro de Queiroz Gaivão, conimbricense que, nos finais do século XIX, com apenas 15 anos, vai estudar para a Alemanha, atesta-nos isso mesmo quando, ao iniciar o diário que escreve totalmente em alemão, afirma que, no seguimento dessa tradição, “na Alemanha do fim-de-século muitos estudantes de liceu escreviam diário como meio da escrita e da disciplina” (Gaivão, 2006:16).

No século XVIII, com o Iluminismo e a Revolução Francesa, a noção de pessoa e de intimidade toma um lugar progressivamente mais importante. As “Confissões” (1764-1770) de Jean-Jacques Rousseau constituem, na opinião de Malik Allam uma das primeiras autobiografias nesse sentido, ou seja, da exploração da própria personalidade e do seu percurso de vida. Ao escrever, em 1750, o “Discurso sobre as ciências e as artes” a que se seguem o romance “A Nova Heloísa” (1760) e os tratados “Emílio ou da Educação e do Contrato Social” (1762), Rousseau sente necessidade de se defender das críticas e da censura a que é sujeito, surgindo então a iniciativa de escrever sobre si próprio, o seu percurso de vida e as ideias que expõe nos seus trabalhos intelectuais. Para Rousseau há convenções que regem as relações entre as pessoas, que tomam a forma de um “contrato” social que põe cada um sob a direção de uma vontade geral que ultrapassa a existência singular. É esta ideia de “pacto” de Rousseau que Lejeune retoma no seu “Pacto Autobiográfico” (1975)⁸ e a que mais à frente voltaremos.

Ao longo do século XIX e em resultado das vivências da Revolução Francesa e do Romantismo, os escritos pessoais ganham novos protagonistas. Face a uma nova noção cultural e social da pessoa, a valorização do passado e dos antepassados, há uma crescente preocupação em dar a conhecer personalidades que constituem exemplos a seguir ou mesmo a superar. Paralelamente, com os avanços da psicanálise e a influência de Freud, a noção de intimidade é ligada à noção de pessoa e desenvolve-se o desejo de reencontrar as raízes e uma história familiar para melhor compreender as suas próprias origens. Surge a consciência de um sentimento de dívida relativamente a indivíduos longínquos no traçar de uma linha de continuidade que se reivindica como pertença, o que faz com que aumente o interesse e cresçam as pesquisas sobre os acontecimentos passados e o traçado das linhas genealógicas. Não no sentido da legitimação da “qualidade” de nascimento para a afirmação do poder - tão característico da cultura social e política do Antigo Regime e que o Iluminismo e a consagração da igualdade civil do liberalismo vieram desvalorizar - mas sim no sentido de exaltar personagens individuais ou famílias, preservando a sua memória sobretudo para os descendentes.

Também os estudos genealógicos que então se desenvolvem têm a sua importância pois, como refere Nuno Monteiro “permitem-nos, em muitos casos, uma efetiva e consistente reconstituição de famílias” (Monteiro, 2000: 104) e, por isso, constituem uma fonte importante a considerar para o estudo da história da família.

⁸ Ver (Coelho Pace, 2012).

Nos finais do século XIX e ao longo século XX, a esfera do privado e da intimidade ganha cada vez mais relevo na definição da identidade ou, como afirma Allam “a intimidade torna-se o símbolo da existência de uma pessoa” (Allam, 1996: 200). O desenvolvimento da psicologia, as artes, a religião e a política contribuem para acentuar a prevalência do indivíduo. Também as mudanças estruturais, as condições económicas, os projetos arquitetónicos favorecem a privatização do sujeito, voltando-o para o refúgio da intimidade. A intimidade ganha assim protagonismo no contexto dessa conquista de espaço de individualidade. Sennett (1999), em uma abordagem mais desencantada com o mundo, fala-nos mesmo de “tirantias da intimidade” fazendo-as reportar aos séculos XVIII e XIX, quando a cultura pública, o campo da política, outrora florescentes e proporcionadores da construção de relações interpessoais, se retraem face ao desenvolvimento de uma individualidade personalizada. De certa maneira profetizando já a sociedade atual, cada vez mais compartimentada pela hipervalorização das personalidades individuais, Sennett afirma (em 1974) que “quanto maior a intimidade, menor a sociabilidade” (*Ibidem*: 325). O homem público na atual sociedade intimista representa-se a si mesmo, tornando-se um ator, portador da essência do espetáculo.

A ideia de intimidade surge assim, paulatinamente, no mundo ocidental a partir do século XVIII e de forma mais marcada com o decorrer do século XIX, a par da construção de um “mundo interno” do indivíduo, de um “eu”, de uma família e de um lar como contexto adequado para acolher essa vida interior. Valorizam-se ambientes íntimos e privados – típicos de uma burguesia que floresce no século XIX - onde a prática da escrita se torna habitual, fazendo surgir todo um tipo de textos introspetivos: diários, cartas, poemas, autobiografias, romances. Ter o seu diário tornou-se, nesta altura, mormente entre a burguesia, uma atividade de moda e mesmo uma atividade recomendada pelos pais aos filhos, em particular às jovens raparigas. Responderia também, certamente, a uma necessidade de afirmação de autonomia e intimidade femininas.

Os progressos da ideologia individualista continuam pelo século XX, visíveis em pormenores como os monogramas colocados nas roupas dos enxovais, a leitura solitária e silenciosa, em casa, a difusão do retrato nas paredes, a audição dos programas radiofónicos ou a sociabilidade realizada no espaço doméstico. Em Portugal o Estado Novo traz um intervencionismo no espaço privado, já que a vida privada se torna objeto de controlo ideológico e de vigilância. Mas na década de 60 começam já a notar-se sinais de mudança na ideologia autoritária e, com a instauração da democracia, a vida privada, inclusive no seio da família, pluraliza-se a várias

dimensões. Os próprios *media* tiram partido disso e assumem um papel importante na reconstrução da esfera privada.

Com o aparecimento da era digital no final do século XX anuncia-se, de facto, uma nova era de rutura profunda nos modelos globais de comunicação. A escrita íntima, furtada à curiosidade alheia, fechada em esconderijos secretos, enfrenta agora o universo dos computadores e da internet, os diários virtuais e os blogues que não parecem propícios à preservação do segredo (Macedo, 2014). Hoje considerado mesmo integralmente devassável, como provam os casos globais do jornalista e ciberativista Julian Assange, com Wikileaks em 2010, ou o de Edward Snowden, analista de sistemas da CIA, em 2013, que demonstrou não existir garantia de privacidade em qualquer tipo de comunicação.

Tal como as mudanças que vão acontecendo em todos os âmbitos, também as narrativas do eu atravessam profundas transformações. Em lugar da introspeção e da descrição anteriores, hoje o principal objetivo parece ser gerar a visibilidade do privado na arena pública. Vida privada e vida pública partilham agora um mesmo tempo e um mesmo espaço. Supervaloriza-se a vida íntima mas agora a identidade é construída com base no olhar do outro, numa exigência de visibilidade nunca antes sentida. São novas formas de viver a intimidade, em uma construção incessante de identidades transitórias em busca de um presente que impõe, constantemente, visibilidade.

Mas será, como já questionamos em estudos anteriores (*Ibidem*, 2014) que assistimos à morte anunciada dos escritos íntimos nas últimas décadas do século XX? Ou estaremos perante um fenómeno de continuidade, de simples adaptação contemporânea das velhas práticas e finalidades?! Deveremos antes e apenas sublinhar a descontinuidade perante a especificidade de novas formas e modos de expressão de intimidade? Não obstante, a prática da escrita *online* não exclui a escrita de diários íntimos privados, sendo os dois géneros de escrita mais uma expressão continuada de intimidade que reflete os novos tempos. Tanto mais que o diário *online* publicado num *site* tanto pode ser público como privado, dependendo da pessoa que o cria. Se todas as entradas ficarem privadas (mantendo a senha secreta) o diário será também putativamente secreto.

Na opinião de Philippe Lejeune⁹ a internet oferece hoje uma oportunidade formidável para o diário: ser lido sem ser publicado. Usando um pseudónimo, qualquer um pode ter o seu diário

⁹ Noronha, J. M. G. (2002). Entrevista com Philippe Lejeune. *Revista de estudos literários*, 6 (2), 21-30. Disponível em www.ufjf.br/revistapotesi/files/2009/12/Entrevista-com1.pdf

online. Dá-nos o exemplo da França onde existem “círculos” que permitem encontrar rapidamente 200 diários *online*, escritos por jovens adultos entre os 20 e os 35 anos, criando-se novas amizades ao estabelecer-se uma espécie de “intimidade em rede”. Lejeune defende a ideia de que a *internet* pode transformar as estratégias do diário e de que cada país devia ter um *site* sobre o género autobiográfico¹⁰, um lugar de informação sobre expressão escrita da experiência vivida.

2.4 – Livros de família e Livros de razão

Ainda que a oralidade, a memória auditiva, as tradições, os rituais e os costumes fossem dominantes na Europa da Idade Moderna, nomeadamente entre os séculos XVI e XVIII em Portugal, a cultura escrita e, sobretudo, o livro manuscrito, foram ganhando progressivamente influência, impondo-se cada vez mais como práticas de expressão, pese embora o saber ler e escrever determinasse uma clara distinção social.

Era então o “livro de família” o modo de, na expressão de Amelang (2000: 25) “registrar os acontecimentos principais – nascimentos, casamentos e mortes – de um grupo relacionado por parentesco”. As famílias prósperas de Itália ou do sul da França, a partir dos séculos XII e XIII, como refere o autor, tinham nos seus livros de família a função de registar as principais linhas de parentesco que uniam os seus membros, bem como os dados patrimoniais mais relevantes que importava identificar e preservar para futuramente legar, saliente-se, perspectivados quase sempre numa ótica masculina. Ainda que eventualmente esta prática se difundisse noutros países, a sua área mais notável de implantação ter-se-á situado no Mediterrâneo ocidental ao longo de toda a Idade Moderna.

Concomitantemente, por seu turno, surgiu uma outra forma de registo pessoal, mais próxima do diário, o chamado “livro de razão”. Este é escrito no dia-a-dia, florescendo sobretudo nos séculos XVII e XVIII, ao redor das contas privadas, sendo concebido para melhor gerir a “razão” do que se recebe e do que se gasta. De facto, como refere o Dicionário de Furetière (1690), um livro de razão é “um livro no qual um bom administrador ou um mercador escreve tudo o que recebe e gasta para se dar conta e razão a si próprio de todos os seus negócios” (Furetière citado por Foisil, 1990: 332). Com frequência vamos encontrá-lo na contabilidade doméstica, como fonte de perspectiva e de ajuda à compreensão da gestão dos rendimentos da casa e da família. Para

¹⁰ Apresenta-nos o seu website - https://www.autopacte.org/Accueil_2.html - como um “documentário” sobre a escrita autobiográfica.

além disto, as contas escritas tem ainda a importante utilidade de suportar os processos financeiros de transmissão aos herdeiros, transmitindo-se de geração para geração.

O seu aspeto físico geralmente sobreveio sob a forma de manuscritos em fólhos com capas de pele, podendo-se apresentar com escassas folhas ou volumosos tomos, dependendo certamente da dimensão e da substância do empreendimento. Em qualquer dos casos, trata-se de livros escritos numa expressão linguística e gráfica simples, de registo diário, através de fórmulas uniformes, tendencialmente repetidas. Por vezes, é possível neles encontrar, para lá da contabilidade, anotações diversas de apoio à gestão do património, acontecimentos familiares, pormenores de doenças, orações a santos, genealogias ou até referências a acontecimentos políticos, tornando-se então, nestes casos especiais, compósitos de comunicação mais prolífica. No entanto, Foisil refere-se-lhes como um “documento seco” (*Ibidem*: 335), na medida em que, habitualmente, estes não vêm acompanhados de narrativa, sendo quase na totalidade depurados de testemunhos sobre o ambiente familiar ou da vida familiar pública. Mais raramente ainda podemos também nos deparar com um escrito deste tipo atribuído a um membro feminino. Estes espécimes, quase sempre de proveniência masculina, com referências eventuais à presença ou à vida da mulher/esposa, são sempre pontuais, breves e elementares. Nestes casos mencionam-se, em particular, os nascimentos, de frequência quase anual por família, “mas nunca são descritos os partos e os dias que se seguem a um nascimento feliz” (*Ibidem*: 349).

Comparativamente aos diários ingleses, muito pródigos em confidências do foro privado, como afirma Foisil, o livro de razão é económico nas suas palavras e silencioso no conflito. No entanto, como refere, “Jean Maillefer, burguês de Reims¹¹, mostra que por vezes o livro de razão pode evoluir para uma outra forma de dizer e tornar-se o esboço do diário íntimo” (*Ibidem*: 358).

2.5 - Autobiografias e Diários

Ao falarmos de autobiografia e de diário não podemos deixar de referir o escritor e ensaísta Ruben Alfredo Andersen Leitão¹², conhecido por Ruben A. No amplo leque das obras que publicou que vão da História (onde sobressai a sua admiração pelo rei D. Pedro V) ao romance e ao teatro, destacamos o forte pendor da sua escrita autobiográfica e diarística. Ao comemorar vinte anos de

¹¹ Jean Maillefer (1611-1684).

¹² Ruben Alfredo Andersen Leitão (Lisboa, 26 de maio de 1920 – Londres, 23 de setembro de 1975) foi um escritor, romancista, ensaísta, historiador, crítico literário, e autor de textos autobiográficos, com o pseudónimo Ruben A.

prosa, em janeiro de 1969, Ruben A. refere-se especificamente à produção das suas obras - “Páginas” I, II, III, IV, V e VI editadas respetivamente em 1949, 50, 56, 60, 67 e 70, e “O Mundo À Minha Procura” I, II e III, (em 1964, 66 e 68) - como “a necessidade diária de exprimir os meus sentimentos”¹³. Na verdade, em “Páginas”, Ruben regista, em jeito diarístico, entre outras suas experiências, as viagens entre Portugal e Londres, a sua estadia nesta cidade e, de maneira mais desoladora, a realidade portuguesa. Em “O Mundo À Minha Procura”, obra que assume como a sua autobiografia, estamos perante aquilo que ele próprio considera definidor de autobiografia, “o encontro adulto com a própria personagem” e que, no seu entender, deve ser escrita por volta dos 40 anos, idade oportuna para um balanço. Hoje provavelmente, consideraria uma idade maior, diríamos, na proporção idêntica do aumento da esperança média de vida e da democratização da sociedade.

Partindo do exemplo de Ruben A., e com base na nossa própria experiência de investigação, consideramos que há aspetos que são comuns aos dois géneros de escrita.

Assim, quer na autobiografia quer no diário, o autor, além de ser o protagonista da história, é também quem sabe tudo acerca dela. No entanto, no caso específico do diário, a narração é escrita dia a dia com indicação da data (comumente a primeira informação inserida na página) e do local do registo, em uma estrutura mais ou menos repetitiva. Ainda que, muitas vezes, sejam intercalados a *posteriori*, no espaço possível, factos que vêm a propósito ou que lembram depois, ao contrário da autobiografia, a sua leitura não obriga a uma sequência contínua. Nesta, ao contrário, a narração é contínua e reporta-se a um tempo passado. Há, neste caso, alguma distância temporal e mesmo afetiva entre o autor-personagem sobre quem escreve e o autor-narrador, que já se encontra numa outra fase da sua vida, podendo assim construir o seu eu de acordo com a imagem que pretende fornecer de si. Ou seja, no diário o autor escreve dia-a-dia no presente, ignorando o futuro, enquanto na autobiografia a escrita se reporta do presente para o já vivido.

O sociólogo Malik Allam, ele próprio um diarista, fala-nos do diário como uma prática em que o autor se isola em um diálogo consigo mesmo e a sua autenticidade, em que “o íntimo se define por uma dialética entre um eu, uma cultura, um sistema de relações sociais e afetivas” (Allam, 1996: 170). É normalmente num ambiente de intimidade, tantas vezes no quarto, fora do ambiente social e protegido do olhar do outro, numa espécie de exame de consciência que o/a

¹³ Referência à conferência “Prosa da Prosa” aos 23 de janeiro de 1969 de comemoração dos 20 anos de atividade literária de Ruben A. no Instituto de Alemão em Lisboa.

diarista se isola para exprimir a sua componente mais secreta, na sua autenticidade. É assim que, ao encontro do íntimo, melhor conhecemos o teatro social. Uma vez escrito, o diário torna-se um património de memória social ou, invocando Halbwachs (1925), a memória visada é a memória coletiva. Ocorrem-nos algumas questões ao depararmo-nos com este tão significativo quanto curioso testemunho:

O que leva alguém a escrever um diário?

A utilidade de acompanhar os seus pensamentos e compreender melhor as suas reações, numa espécie de (auto) análise psicológica? Uma reflexão sobre a sua própria vida? Um meio de lutar ou sobreviver a uma depressão? Uma forma de afrontar a solidão? Ter um “amigo secreto”? Ajuda para melhor lidar com uma situação difícil? Forma de esvaziar emoções? Não esquecer a infância e/ou adolescência? Conservar as memórias de uma vida familiar... de uma vida de reforma... de uma experiência singular ou particularmente significativa... de viagens...? Dar significado a uma existência? Transmitir aos filhos (ou outros) percursos da vida familiar (ou pessoal)? Ser uma espécie de “livro de razão” onde quotidianamente se assentam as contas – receitas e despesas – de forma regular e organizada? Ou tão simplesmente usar a escrita como efeito de espelho?

Um diário, que geralmente é concebido sem a intenção de se tornar público – é a escrita de si para si - assume uma dimensão intimista, podendo até, em alguns casos, com vista a uma maior segurança, ser objeto de uma escrita codificada, mais comum na adolescência. Pode também ter um carácter menos introspetivo, com o objetivo de guardar recordações, colar e arquivar, tornando-se numa espécie de biografia familiar e/ou pessoal. Neste caso pode ser mesmo mostrado e lido por pessoas amigas ou de família, aproximando-se, assim, da autobiografia. Em todo o caso, independentemente do grau de intimidade que o diário possa ter, a história aí contida é sempre uma experiência do real e, por extensão, um testemunho importante e uma fonte preciosa para melhor compreender não só a pessoa que o escreve como também a época e o contexto social em que se insere.

Por outro lado, se a autobiografia é essencialmente reflexiva e resultado do encontro do adulto consigo próprio num momento determinado, já o diário pode ser escrito e ter lugar em várias fases ao longo da vida. Assim, é muito comum a/o adolescente começar a escrever o seu diário numa idade de 14 ou 16 anos, interrompê-lo e mais tarde reiniciá-lo uma ou mais vezes. Prolongando-se ou não no tempo, o que lhe está sempre imanente é ser escrito num sítio recôndito, fora do teatro social. Um clima familiar onde a expressão dos sentimentos é reprimida,

torna-se mais favorável à existência de um diário confidente. O casamento e a vinda dos filhos muitas vezes provoca a sua interrupção para dar lugar à dedicação à família, mas pode voltar, nomeadamente em momentos de instabilidade ou de crise. Uma mudança de estatuto, uma rutura, uma situação de aculturação nova, são também favoráveis ao recobro de um comportamento intimista. Por vezes (re)aparece na idade da reforma de atividade e/ou profissional. Nestes casos o diário aproxima-se muitas vezes de uma biografia pessoal e familiar ou um caderno de notas pessoais, menos íntimo e mais factual, como se houvesse mais uma necessidade de arquivar o que se faz e passa à sua volta, do que propriamente em falar de si, introspectivamente.

O diário compartilha muitas semelhanças com a autobiografia, já que ambos se remetem para a prosa, versam a memória e o eixo principal é, em qualquer dos casos, o relato da vida de um “eu”. Mas a datação, no diário, é uma característica fundamental, pois dita cada entrada num preciso momento, com total ignorância sobre o que se vai passar no futuro. Não há aqui lugar à alteração do que ficou escrito no momento. De outro modo entraríamos no domínio da autobiografia que Philippe Lejeune define como a "narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz da sua própria existência, quando se concentra na sua vida pessoal, especialmente na história da sua personalidade" (Lejeune,1975: 14). Na sua opinião, é uma arte difícil e a sua escrita pouco frequente, pois que exige uma narrativa capaz de prender a atenção do outro. Já o mesmo se não verifica no diário cuja escrita não intimida - todos se creem capazes de o fazer - e por isso a sua existência é mais comum, não obstante poucos serem lidos ou o universo da sua divulgação ser invariavelmente de âmbito mais restrito. Também quase nunca são publicados e até frequentemente acontece serem destruídos. Na perspectiva de Lejeune o diário não deve ser estudado como um género literário mas como uma prática ordinária. Não existe um diarista tipo mas antes pessoas de meios sociais diferentes que recorrem, em determinadas alturas e circunstâncias da sua vida, à prática da escrita pessoal sob a forma de diário.

Relativamente à ligação entre autobiografia e ficção, Lejeune, tido como o “pai” do “pacto autobiográfico”, conta-nos¹⁴ que em 1971 quis fazer um quadro geral da autobiografia francesa que não estava feito, ao contrário de imensas obras que já existiam dedicadas à ficção. Constatou então que a diferença entre o texto ficcional e o autobiográfico se situava, neste último caso, no compromisso do autor com o leitor em dizer a verdade sobre si mesmo, enquanto na ficção se

¹⁴ Entrevista de Philippe Lejeune por Jovita Maria Gerheim Noronha, *ob. cit.*. Disponível em www.ufff.br/revistaipotesi/files/2009/12/Entrevista-com1.pdf

assume um descompromisso, isto é, uma espécie de jogo entre a realidade e a ficção. Na autobiografia, vista tendencialmente como uma subcategoria do discurso histórico, há o compromisso de dizer a verdade sobre si e de colocar o leitor a pensar a sua própria vida em termos análogos. Como Lejeune confessa sobre si mesmo, durante algum tempo só se interessou por autobiografias de grandes autores como Jean-Jacques Rousseau, Jean-Paul Sartre, Stendhal, Gide, Michel Leiris, tendo começado por considerar a autobiografia como um género literário, apenas numa visão estreita e académica. No entanto, um dia, a família confiou-lhe uma pilha de cadernos manuscritos do seu bisavô paterno¹⁵, um empregado de comércio no século XIX num dos grandes armazéns de Paris e que aos domingos se dedicava a escrever a sua autobiografia. Confessa-nos que, de início, na sua postura elitista desprezou estes manuscritos, antes de descobrir, passado alguns anos, o seu interesse e alcance:

Precisei de tempo e de um grande esforço pessoal para compreender que as autobiografias de escritores eram apenas uma pequena província de um país imenso, que o direito de escrever sobre si pertencia a todos e que essa prática tinha as suas leis próprias, sem relação com as leis da literatura (Lejeune, *ob. cit.*)

Lejeune fala-nos ainda da prática do diário como uma escrita “menos ambiciosa, mas talvez, mais fiel às coisas vividas” (2013: 541) que a autobiografia, ganhando esta as vantagens da “construção” e perdendo o que aquela beneficiava pela espontaneidade da imediatez.

Decidido a estender as suas pesquisas, Lejeune realiza um inventário das autobiografias escritas no advento do período contemporâneo, entre 1789 (início da Revolução Francesa) e 1914 (início da Iª Guerra Mundial). Começando pelos comerciantes, industriais e financeiros, passando depois aos professores, aos mestres e, finalmente, saltando para os criminosos. É neste contexto que constata como a criminalização da homossexualidade na segunda metade do século XIX tornara possível a sua expressão autobiográfica. Nesta altura, para estudar as autobiografias dos delinquentes e homossexuais, abandona a produção impressa e lança-se na exploração dos arquivos, ficando impressionado com o número e riqueza de textos que descobriu, bem como também com o número elevado de autobiografias publicadas “por conta do autor”. Apercebe-se então da diferença entre o número das histórias de vida dadas a consumir ao leitor e aquelas que são produzidas de forma espontânea. “Si le grain ne meurt” é, como nos informa, a primeira autobiografia homossexual publicada em França pelo próprio autor em 1926. Trata-se do parisiense André Gide (1869-1951), Nobel de Literatura em 1947, que além de homossexual

¹⁵ Trata-se de Xavier-Édouard Lejeune (1845/1918).

assumido, falava abertamente sobre os direitos destes. A publicação da obra, na altura, chocara o público com a descrição detalhada de algumas cenas da sua vida.

Relativamente ao diário, Lejeune lamenta a constatação do facto de se escreverem milhões de diários e se publicarem apenas uma ínfima parte, de todo em todo não representativa do conjunto. Destaca, por exemplo, o facto de 85% dos diários publicados em França serem escritos por homens, quando afinal as mulheres são as que maioritariamente escrevem diários. Ou o facto de se publicarem sobretudo diários de escritores ou personalidades conhecidas ou de testemunhas de guerra e ficar muito pouco representada a vida comum dos desconhecidos. Encara o diário como uma prática ordinária que nos países protestantes é banal e aberta e nos católicos, embora também generalizada, é mais suspeita e secreta. Face à incógnita relativamente à sua prática nos países muçulmanos, e partindo da hipótese de que “a extensão e a popularidade da prática do diário dependem, em parte, das tradições religiosas do país” (Lejeune 2013: 542), lança o desafio aos pesquisadores de um país como o Egipto para constatarem se essa prática é, de facto, muito menos comum como é suposto na nossa esfera intelectual.

Se o estudo da prática do diário e da autobiografia se enquadra neste desenvolvimento de pesquisa em França, incluindo a sua introdução como tema de estudo no ensino secundário¹⁶, muito há ainda por fazer, por certo, noutras culturas, noutras ambientes religiosos e noutras geografias.

2.6 – Cartas, fotografias, postais e outros registos

Enquanto o diário constitui uma forma relativamente recente na cultura da Europa Ocidental, normalmente ligada à autorreflexão e ao autoexame psicológico, a carta é um veículo de comunicação muito mais antigo, remontando à Antiguidade, e às atividades da administração, da guerra, do comércio e às expedições dos embaixadores, veiculando mensagens, documentação, informações e viagens.

As cartas produzem-se com a distância e, ainda que sejam escritas pelo mesmo autor, dispersam-se ao longo do tempo, podendo-se, com muita facilidade, romper a sua articulação e continuidade. Reúnem-se na receção e dispersam-se na expedição. Já o diário incorpora normalmente a forma de um caderno ou livro, com capas, em que os registos se sucedem numa

¹⁶ Segundo Lejeune, desde 2001 a autobiografia converteu-se num dos cinco temas de literatura cujo estudo é obrigatório no primeiro ano do bacharelato (Lejeune 2013: 544).

ordem cronológica, ainda que tendo uma relação mais elástica com o tempo, isto é, o relato de um acontecimento tanto pode ser feito apenas em uma frase como ao longo de várias páginas. No entanto, ambos são importantes fontes diretas para conhecer o passado (e o presente), livres de constrangimentos formais, da linguagem oficial e padronizada dos documentos oficiais. E, no entanto, ambos também jogam com a tensão entre o ocultar e o revelar.

No seu estudo “A cultura escrita nos espaços privados” (Lisboa e Miranda, 2010) os autores destacam as cartas romanas de Cícero, “parcialmente redescobertas por Francesco Petrarca no século XIV”, como sendo dos textos greco-romanos que mais marcaram o Renascimento europeu, constituindo um “verdadeiro modelo de expressão para os letrados renascentistas” (*Ibidem*: 369). Também a difusão das cartas de Plínio, Lipsio ou Erasmo de Roterdão, foram marcos importantes por representarem um “modelo de escrita elevada”. No entanto o seu interesse era também reconhecido por veicularem “notícias esparsas das coisas do mundo e dos embates político-militares”, razão pela qual passaram igualmente a ser editadas “coleções de cartas de homens ilustres e temas burlescos” (*Ibidem*: 370).

Mas nem sempre o que se escrevia – quer fosse de forma mais ou menos erudita, de caráter mais ou menos oficial ou mesmo doméstico – o podia ser feito sem constrangimentos, diríamos mesmo, sem laivos de autocensura. A conspiração política ou a suspeita levavam a que fossem utilizadas várias formas e artifícios de proteção como a correspondência secreta, os silêncios, as omissões e os subentendimentos, bem como outros subterfúgios de ocultação mais ou menos criativos, como a escrita codificada ou o recurso à criptografia. Nos estratos sociais mais elevados a afirmação da intimidade individual era, sem dúvida, facilitada pela oportunidade de acesso à leitura e à escrita. Entre a gente dita vulgar, impõe-se muitas vezes a intervenção de um maior número de agentes intermediários, como o que escreve o que lhe é “ditado” e o que lê o que é suposto estar escrito. Nem sempre, porém, os encarregados destas missões o sabiam fazer corretamente, provocando distorções e erros sintáticos e gramaticais que geravam o escárnio e a malícia... Muitos “ditos” e “apotegmas” foram recolhidos e divulgados com o objetivo de provocar a diversão, ganhando mesmo o direito a “coletâneas”, publicadas a partir do século XVI. Contra esta dependência de outrem para ler e escrever, se manifestou Luís António Verney na sua referencial obra o “Verdadeiro Método de Estudar”, defendendo a escola para todos e referindo-se aos que não sabem ler nem escrever como “escravos de todos os outros, pois, para ajustar contas, conservar correspondências, dependem dos demais” (Verney, 1949-1953, 5: 49, citado por Lisboa & Miranda, 2010).

Também os materiais e os instrumentos usados na escrita têm o seu significado. Se o papel é branco ou se é colorido, se é fino ou grosseiro, perfumado, decorado, tarjado, impresso, pautado, enfim, tudo tem, em princípio, um significado particular. O papel branco e fino é o único adequado a todos, mas muito fino (por vezes perfumado ou acompanhado de flores secas como já encontramos) é sinal de requinte feminino; o papel tarjado de luto indica uma morte antes mesmo que a carta seja lida; o papel pautado pode revelar uma (in)competência de escrita que não prescinde da linha; o papel impresso, com um timbre (às vezes mesmo o timbre da Coroa real, como constatamos em arquivos de famílias elite) mostra a tipologia da carta. A pena usada, também não é indiferente. O prestígio da prática da escrita é, muitas vezes, na casa dos grandes senhores, representado pelo uso de ricos objetos que lhe servem de apoio e que integram o mobiliário exposto. Já a escrita a lápis, por exemplo, denota uma maior informalidade e uma escrita mais utilitária ou íntima, suscetível, inclusive, de ser revista.

De acordo com Salinas Meza e Goicovic Donoso,

As cartas privadas são uma das fontes qualitativas mais importantes nos estudos sobre história da família. Permitem-nos recriar a complexa trama das motivações pessoais, informam-nos sobre os impulsos que determinam a conduta, explicam-nos as antipatias e simpatias que desencadeiam as pessoas e as suas ações, dão-nos luzes sobre a ocupação intelectual e artística e ensinam-nos os sentimentos e paixões dos sujeitos. Estamos na presença, portanto, de uma fonte que nos permite indagar, de maneira rigorosa, nos universos mentais das sociedades passadas (Meza & Donoso, 2000: 53).

Ao longo das nossas pesquisas nos arquivos de família – que descreveremos e analisaremos mais adiante – os temas mais abordados nas cartas/correspondência apontam para a expressão de sentimentos amorosos (de casal, filial, fraternal), a amizade (convites para festas e encontros, agradecimentos, favores) a dor (de um amor não correspondido, da perda de um ente-querido), as angústias (provocadas por litígios patrimoniais, situações económicas, financeiras, profissionais, estados de saúde, relações afetivas, governo da casa, funcionamento da família...) ou os acontecimentos e conflitos políticos e sociais que se desenvolvem na época em que são escritos. No entanto, dado o carácter privado desta correspondência e o ambiente resguardado em que é produzida, é muitas vezes difícil localizá-la, o que é agravado com a frequência da sua dispersão quando não mesmo, a sua destruição parcial ou total.

De entre os registos materiais (não necessariamente escritos) que encontramos num arquivo de família e que constituem recordações guardadas como espólio familiar – que vão de pequenos objetos diversos, desde numismática, cartões-de-visita, relógios de corrente e peças de

vestuário, a receitas de culinária ou mechas de cabelo – destacamos as fotografias, por reterem uma série de episódios significativos da história das famílias.

Precedendo a fotografia – cujos primeiros passos caminham para os dois séculos de existência – o retrato de família assumia já nos séculos XVII e XVIII, uma importância de relevo, restrita, naturalmente, à nobreza, aos altos funcionários e a alguma nova burguesia que então se afirmava, dados os preços inacessíveis da pintura. Nas casas senhoriais - de entre as quais as que constituem os nossos estudos de caso – é frequente a exposição de grandes retratos nas paredes da casa, mormente nos locais mais públicos como a sala principal e a entrada.

A partir do século XIX e sobretudo na primeira metade do século XX, o retrato fotográfico, bem mais acessível, ganha uma enorme expansão. Não podemos aqui deixar de nos referir, a propósito do retratismo e da fotografia, ao restaurado monumento aos precursores da fotografia em Portugal – a Casa-Estúdio Carlos Relvas¹⁷, na Golegã, construída entre 1871 e 1875 – que, além do seu notável valor arquitetónico (arquitetura do ferro com cobertura e paredes totalmente envidraçadas no andar superior) ostenta um admirável e pioneiro laboratório e estúdio dedicados especificamente ao ensaio e desenvolvimento da fotografia¹⁸.

Com a “reprodutibilidade técnica” da fotografia de que nos fala Walter Benjamim (2007), o retrato perde o seu valor de culto e passa a servir o mercado, trazendo a massificação do processo. É então que se organizam álbuns de família com fotos do casamento, do nascimento de cada um dos filhos, de aniversários, de bodas de prata e ouro, fazendo com que grandes momentos da vida familiar fiquem registados e perdurem. Não só nas cidades mas também as famílias camponesas conservam os seus “retratos”. O fotógrafo “à la minute”, de que nos fala Irene Vaquinhas, “de máquina fotográfica ao ombro, percorrendo as praias, as feiras e outros locais, contribuiu para a popularização da fotografia nos meios populares” (“O Notícias Ilustrado” de 8.9.1935, citado por Vaquinhas, 2011: 459).

Captando afetividades, a fotografia também constata as “fraturas” familiares como a morte, a viuvez, ou, de uma forma mais alegre, os laços de convivialidade e amizade, ou ainda, na expressão de Pablo Rodríguez “as cumplicidades estudantis e boémias” (2000: 100). Constituindo sempre suportes visuais de sentimentos afetivos, os retratos fotográficos ocupam um

¹⁷ Carlos Augusto de Mascarenhas Relvas de Campos (1838-1894), um dos pioneiros da fotografia à qual se dedica a partir de 1860, foi também lavrador, cavaleiro e toureiro na Golegã. Pai de José Maria de Mascarenhas Relvas de Campos (1858-1922), o republicano que em 5 de outubro de 1910, proclama a Implantação da República na varanda da Câmara Municipal de Lisboa e mandou construir a Casa dos Patudos em Alpiarça (atribuída ao arquiteto Raul Lino), hoje Casa-Museu de Alpiarça.

¹⁸ Ver www.casarelvas.com/site/pt/php/obra.php

lugar importante de memória da família, inclusive dando lugar à mulher e às crianças, muitas vezes invisíveis nos testemunhos escritos.

Se uma foto pode suscitar uma série de indagações sobre as pessoas, as famílias, os ambientes, uma comunidade ou um grupo social, há também todo um outro conjunto de objetos materiais que encontramos em um arquivo de família que nos oferecem testemunhos importantes sobre a forma como se organizava o espaço doméstico e a vida privada, representativos da estrutura mental mais ampla e da cultura em geral.

É o caso das receitas de culinária, normalmente transmitidas por via feminina (mas não só, como é o caso dos licores, por ex.) ao longo de gerações, onde se destacam as receitas conventuais, manuscritas em folhas ou livros cuidadosamente guardados. Ao lado destas destacamos também os normalmente bem cuidados “cadernos de notas” femininos onde podemos ler as confidenciais receitas “para fazer nascer o cabelo”, “para serões”, “para tinta d’escrever”, “para dores no pescoço”, “para a dor ciática”, “para conservar as vagens e outras hortaliças em estado fresco todo o ano” (Macedo, 2012: 276), das quais podemos inferir formas de vida de uma época em que as farmácias eram caseiras, os produtos naturais abundantes e o frigorífico um acessório ainda desconhecido. Um tempo em que a casa e a família constituíam um acervo do modo do “saber fazer”.

Do mesmo modo podemos falar das “joias” de família transmitidas de geração em geração, normalmente em ocasiões especiais como o casamento, o batismo ou a morte. É o caso das joias femininas - como os anéis, os cordões de ouro, os brincos, ou, nos meios mais populares os colares de contas, os brincos ou pelicanos, as argolas, as cruzes, os cordões, os laços - e os adornos masculinos como os relógios (de corrente, de bolso...), os alfinetes de gravata, os botões de punhos, as bengalas, as moedas de ouro (Vaquinhas, 2011: 460). A bengala em marfim com punho em ouro e os coletes de seda bordados que nos foi dado fotografar num dos arquivos de família (Macedo, 2013: 48,49) que integram os estudos de caso que apresentamos neste trabalho, são um testemunho concreto destas rememorações materiais transmitidas de geração em geração.

Os postais ilustrados constituem também uma fonte valiosa para o estudo da vida privada. Através da sua representação e das mensagens ou pequenos textos que os compõem, estes testemunham “vínculos afetivos” que nos permitem, de acordo com Vaquinhas (2011: 461),

(...) acompanhar, através das fórmulas de linguagem, mais ou menos polidas, a interiorização de regras de cortesia e de etiqueta; reconstituir estratégias de sedução amorosa ou as expressões de afeto e da amizade entre parentes e amigos; perceber a dor da distância ou os apelos de lugares distantes, entre tantos e tantos aspetos concretos que esta fonte permite elucidar.

Os postais espelham, assim, universos privados que, localizados no tempo e no espaço, nos abrem janelas importantes para compreender transformações históricas, culturais e sociológicas. Diríamos que, detendo ao mesmo tempo registos da vida pública e da vida privada, o postal ilustrado, dada a sua infindável diversidade temática (que se espraia desde o íntimo até ao publicitário) fornece-nos um potencial informativo ilimitado. Conhecido desde meados do século XIX, a sua popularidade sobressai nos inícios do século XX para ganhar uma nova e surpreendente dinâmica no século XXI. De facto hoje assistimos, a par da continuidade do uso do postal ilustrado de cartão, à sua versão digital, conservando muitos aspetos dos seus formatos tradicionais. Por isso, em vez de o colocar num lugar marginal, hoje reacende-se a sua importância e valoriza-se a sua riqueza informativa (Martins & Correia, 2014)¹⁹.

Enquanto documento do público e do privado e, muitas vezes fruto das suas tensões e dinâmicas, o postal ilustrado é muito mais valioso sob o ponto de vista documental do que à primeira vista nos pode parecer. Referindo-se à sua função como recurso didático de aprendizagem para o estudo das épocas passadas, Bandeira (2014: 79) fala-nos da pujança e das virtualidades propagandísticas que o postal ilustrado detinha no Estado Novo, reportando-se à relação entre as figurações e os princípios ideológicos do regime. A utilização da imagem do postal ilustrado como veículo de transmissão e inculcação ideológica de um regime político sobre a população é, sem dúvida, uma das múltiplas possibilidades de interação que o postal proporciona. Além de que, para lá da imagem/imagens há ainda que considerar as imensas possibilidades de mensagens que aí podem ser inscritas. Um papel cartão normalizado com imagem impressa ou um envelope com uma folha em branco, como refere Albertino Gonçalves (2014: 112), “são ambos suportes e formatos, que aguardam a inscrição de histórias e subjetividades”, abrindo-se à criatividade, ao jogo, ao sentimento e às inúmeras variações que pode apresentar. Os postais ilustrados mostram, também, de alguma maneira, implícita ou declaradamente, o potencial de cosmopolitismo do seu possuidor.

¹⁹ O projeto de investigação multidisciplinar formado no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade na Universidade do Minho (CECS/UM), coordenado por Moisés Martins e intitulado “Os Postais Ilustrados. Para uma socio semiótica da imagem e do imaginário”, conjuntamente com o seu blogue “Postais Ilustrados”, nasce (2008) dessa constatação e aprofunda o seu universo (Martins e Correia, 2014).

2.7 – Testamentos

Embora remontando as suas origens ao direito civil romano (ou mesmo antes) o testamento como documento religioso feito com a finalidade de salvar a alma e de fazer as disposições sucessórias, aparece, segundo se crê, nos séculos XII/XIII. Documento espiritual de um lado (sentimento de pertença a uma comunidade cristã e suas disposições pessoais relativas ao momento fúnebre) e jurídico de outro (legado de bens patrimoniais e sentimentais), o testamento é rico de informações para a história da família.

Como nos dizem Bertrand & Rodríguez “os testamentos eram a última oportunidade que tinha um indivíduo de limpar a sua consciência e morrer em paz” (2000: 173). Feito de modo formal perante um escrivão, um tabelião, um clérigo, no gabinete de um notário ou, pelo próprio, na intimidade da alcova, é sempre um momento de revelar o que, tantas vezes, se guardara em silêncio, de desnudar sentimentos e preocupações, fazendo entrever preferências, gratidões ou culpas, independentemente das condições sociais, já que os testamentários também podiam ser pessoas muito humildes.

Ricos em informações genealógicas (incluindo por vezes a afirmação ou negação de um parentesco), demográficas (número, sexo e ordem de nascimento dos filhos, mobilidade, emigração), económicas (avaliação de fortunas, composição de bens móveis e imóveis, endividamentos) ou de alfabetização (saber quem escreve, quem assina o nome ou até assina de cruz, por exemplo) os testamentos são também portadores de um enorme potencial informativo nos domínios mental e social. A personalidade e determinação do testador (sobre os deserdados, por exemplo), as relações de confiança ou desconfiança com os familiares ou outros, os afetos, as atitudes perante a morte, crenças e devoções, muitos são os aspetos mentais e da vida pública e social que podemos descortinar imbrincados nos assuntos da vida privada de um testamento.

Em Portugal é nas *Ordenações Afonsinas* (séc. XV) que ficam estabelecidas as diferentes formas de fazer testamento: público, cerrado, aberto e nuncupativo (Durães, 2003). As três primeiras consideradas formas *ordinárias* de testar e a última *extraordinária*.

O testamento aberto era escrito por uma pessoa particular e era, por isso, a forma mais rápida, simples e frequente de o fazer, mormente nos meios rurais. O camponês iletrado, doente, bem perto da morte, chamava a si o vizinho ou a pessoa que melhor sabia da arte da escrita e ditava-lhe, na presença da família, a sua última vontade. Podia ser o próprio testador a escrevê-lo, desde que, em qualquer dos casos, após a morte do testador, o testamento fosse aberto e

publicado judicialmente perante o Juiz Ordinário ou de Fora, o que nem sempre acontecia. Este facto terá levado o Arcebispo de Braga, D. Rodrigo de Moura Teles, em 1713, a determinar, através das suas Constituições, “que todos os párocos tivessem um livro para registar os testamentos dos seus paroquianos” (Durães, 2005: 6). É então que passa a aparecer, nas freguesias pertencentes ao Arcebispado de Braga, os Livros de Testamentos a par dos Livro de Óbitos, Batismos e Casamentos.

Os testamentos nuncupativos eram feitos oralmente nos últimos momentos de vida, na presença de testemunhas. Os públicos eram escritos pelo tabelião e registados no seu Livro de Notas e os cerrados eram redigidos pelo testador ou por outrem a seu rogo, mas aprovados também pelo tabelião na própria cédula testamentária. Em ambos os casos o tabelião faz a leitura em voz alta mas no cerrado apenas lê o auto de aprovação.

Na época medieval e, mais tarde, na Contra Reforma, a posição da Igreja Católica dominava a formulação do testamento, colocando-se todo o cuidado nas disposições dos bens de alma que preenchiam quase a totalidade do espaço.

No século XVIII, porém, o testamento, além de continuar a revelar preocupações de ordem religiosa e o cuidado com a salvação da alma, passa a ter uma outra função essencial: organizar a vida da família após a morte de um dos seus membros. Como nos descreve Durães (2005), o testamento começava com o prólogo e a identificação do testador ao qual se seguia o preâmbulo religioso com a encomendação, invocação, considerações sobre o estado de saúde, considerações sobre a vida e a morte, finalidade e razão do testamento. Logo após, seguiam-se as disposições espirituais com a escolha da mortalha e do lugar de sepultura, a indicação da constituição do cortejo fúnebre, o número de ofícios e missas a realizar e respetivas intenções, custos, legados de caridade e legados religiosos. De seguida vinham as disposições materiais como a enumeração dos herdeiros e legatários, a atribuição do terço, a repartição da herança, a relação de roupas, joias, utensílios domésticos, modo pagamento e cobrança de dívidas, a reserva de usufrutos, a estipulação de encargos e pensões e a nomeação do testamenteiro. No final indicavam-se as testemunhas, o escrivão, o lugar de redação e a data.

Objeto de confrontação jurisdicional entre o Estado e a Igreja – já que esta sempre reclamou a sua competência em matéria testamentária, enquanto aquele entendia serem do foro civil grande número das suas implicações – os testamentos encontram-se muito dispersos por vários fundos como os Livros de Notas dos Tabeliães, os Registos Paroquiais, a Provedoria Eclesiástica, a Corregedoria da Comarca, havendo, não poucas vezes, dificuldade em os localizar.

Só com as reformas empreendidas pelo Liberalismo com vista à laicização dos setores político, administrativo e jurídico, se clarificaram as regras.

Sendo “uma espécie de inventário de vida de uma pessoa” (Bertrand & Rodríguez, 2000: 171) neles podemos encontrar não só a história de uma vida mas também a história familiar, através das referências aos pais, ao(s) matrimônio(s), aos filhos legítimos e ilegítimos, à casa, aos bens e outros utensílios, para além das componentes de ordem sentimental e espiritual. Os Arquivos de Família, através das certidões e ditas testamentárias que conservam, incluindo as questões jurídicas que muitas vezes lhes sucedem, constituem um precioso recurso de acesso à grande riqueza informativa dos testamentos.

2.8 - A exploração científica dos documentos pessoais

O triunfo do individualismo no Ocidente e a produção de escritos pessoais, mormente sob a forma de autobiografias e diários, progredem de forma proporcional, sendo a época entre as Luzes e o romantismo no século XIX, o fulcro da sua propalação. Nas últimas décadas do século XX, particularmente nos EUA, a escrita autobiográfica é mesmo explorada como conduta autoterapêutica, de autoajuda para melhor conhecer o sujeito e poder modificar a sua vida. Para o psicanalista italiano Calligaris (1998: 51) “uma história da subjetividade moderna é impensável sem o auxílio dos atos autobiográficos”. Já o sociólogo americano Clifford Saw (1930) usando o método de “life history” no estudo da delinquência juvenil e com vista à redução da criminalidade nas cidades, conclui que os relatos pessoais sob a forma de autobiografias e diários são um material sociológico perfeito, declarando que se a sociologia não os usa muito (pelo menos à época) deve-se à dificuldade prática em os obter. Também os historiadores e antropólogos vêm neles uma grande importância para os seus estudos. Destaquemos três marcos significativos.

2.8.1- O estudo referencial da Escola de Chicago

A utilização sistemática da exploração sociológica de base científica dos documentos pessoais tem por referencial, tanto quanto conseguimos explorar, o marcante estudo da Escola de Chicago, empreendido pelos sociólogos William Thomas (americano) e Florian Znaniecki (polaco),

cujos resultados foram publicados nos E.U.A., entre 1918-1920, com o título, “O Camponês Polaco na Europa e na América”²⁰ (figura 1):

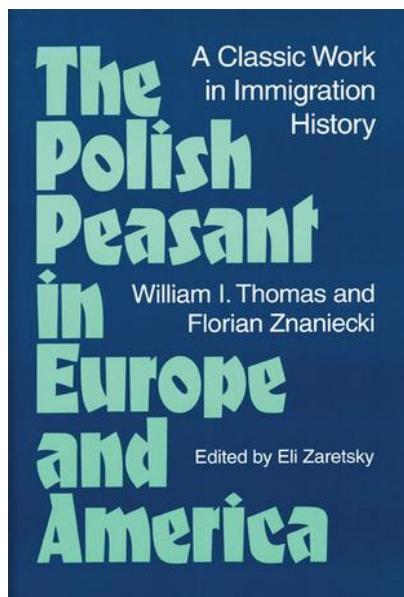


Figura 1- O estudo referencial empreendido pelos sociólogos Thomas e Znaniecki

Fonte: https://www.goodreads.com/book/show/2068958.The_Polish_Peasant_in_Europe_and_America

A socióloga polaca radicada em Paris, Janina Markiewicz-Lagneau, na sua publicação “L'autobiographie en Pologne ou de l'usage social d'une technique sociologique” (1976) descreve-nos o sucesso do estudo empreendido pelos sociólogos Thomas e Znaniecki, através da utilização original da técnica sociológica do inquérito autobiográfico aos camponeses polacos emigrados na Europa e nos Estados Unidos entre 1918 e 1920. Com vista ao estudo das condições de vida e visões do mundo dos camponeses polacos emigrados para os Estados Unidos da América durante a Primeira Guerra Mundial, os autores, na impossibilidade de um contacto direto e em permanência com aqueles, seguiram um método baseado na utilização intensiva das narrativas pessoais e autobiografias escritas por estes emigrantes. Estabelecendo uma relação entre as características étnicas e culturais dos camponeses polacos emigrados com as culturas e normas sociais dos europeus e americanos, os sociólogos abriram uma área de grande interesse no domínio do estudo dos comportamentos e dos valores. É aqui que remonta a criação do conceito de “subcultura” (Cucho, 2006) ligado à coexistência de diferentes formas de manifestação cultural

²⁰ O Departamento de Sociologia da Escola de Chicago é criado por William Thomas em 1892, onde desenvolve, com Znaniecki, este estudo.

em uma mesma cultura. Neste caso, o estudo dos sociólogos reportava-se à influência da cultura de origem dos imigrantes polacos na sua inserção na sociedade que os acolhia.

Na opinião de Markiewicz-Lagneau o valor desta técnica reside no facto de ser esta a melhor forma de substituir o contacto direto permanente com a realidade estudada quando este não se torna possível. Segundo a autora, após a Segunda Grande Guerra, a exploração científica dos documentos pessoais continuou a ser utilizada na Polónia, fornecendo aos responsáveis da nação indicadores úteis para a tomada de decisões, sendo ainda hoje esta metodologia “uma instituição nacional produtora de indicadores sociais em uso de um regime e de uma sociologia que, por diversas razões, dá menos crédito às sondagens de opinião” (Markiewicz-Lagneau, 1976: 611).

Lembramos também, a este propósito, o trabalho de Oscar Lewis, “The Children of Sanchez”, onde o autor estuda as condições de vida de cada um dos membros de uma família de um bairro de lata da cidade do México, utilizando uma forma metodologicamente inovadora, as chamadas “biografias cruzadas” ou “autobiografias mútuas” (Lewis, 1970). Dando voz aos próprios protagonistas que contam, de forma espontânea e natural, a história da sua própria vida, Lewis consegue, com grande fiabilidade, um enorme conhecimento sobre as condições e as visões de vida nestas margens da sociedade.

2.8.2 - A iniciativa italiana de Pieve Santo Stefano

Mais próximo dos dias de hoje e numa outra dimensão, mas igualmente no foro do tipo de expressão de fontes que nos convoca, salientamos também o exemplo na pequena cidade italiana de Pieve Santo Stefano, na Toscana, província de Arezzo, que se tornou famosa a partir de 1984 com a autodenominada designação “cidade do diário” (figura 2). Uma antiga aldeia, destruída pelas minas alemãs em agosto de 1944, durante a II Grande Guerra, torturada pelo fardo do seu passado e a precisar de resgatar a sua memória coletiva, tornou-se um verdadeiro museu que atrai visitantes de todo o Mundo.



Figura 2 – Pieve S. Stefano - un archivio per i diari

Fonte: <http://www.valtiberinaintoscana.it/it/Pieve-Santo-Stefano-archivio-diari>

A ideia partiu do jornalista e escritor italiano Saverio Tutino²¹ que reconheceu essa oportunidade, ao fundar em Pieve Santo Stefano um centro de acolhimento de escritos autobiográficos e diários, tornando, assim, a localidade numa espécie de “capital da memória privada”. Os mais diversos e anónimos autores vão aí com frequência para depositar os seus escritos garantindo a sua conservação pós morte ou mesmo somente porque entendem que chegou o momento de poderem ser lidos. Deste modo, pode dizer-se que se encontrou uma nova forma de poder democrático da escrita, ao proporcionar a todos aqueles que escrevem sobre si mesmo poderem ser lidos por alguém. Ao que sabemos, cada ano dirigem-se a este arquivo entre 200 a 300 pessoas com este intuito. O arquivo dos diários funciona hoje mais como uma associação viva e ativa, do que propriamente como um museu tradicional de conservação e mostra de materiais patrimonializados.

As atividades da então criada Fundação Nacional do Arquivo Diarístico passaram a ser financiadas pelo Ministério dos Bens Culturais, pelas autoridades regionais da Toscana, pela Câmara do Comércio, bem ainda como por outras instituições, empresas e doadores privados. Desde 1998 a Fundação tornou-se num organismo sem fins lucrativos e, em 2009, veio a ser inserida no Código de Cultura do Estado.

O Arquivo Diarístico Nacional de Pieve Santo Stefano preserva, desde 1984, diários, memórias e cartas dos italianos, tendo recolhido até agora mais de 7000 histórias de vida.

²¹ Saverio Tutino, conhecido como o “pai dos diários” nasceu em Milão em 1923 e faleceu em 2011 em Roma. Jornalista e escritor, foi o criador e fundador da revista *Archivio Diaristico* de Pieve Santo Stefano e da *Universidade Livre da Autobiografia* de Anghiari. Presidente do Júri do Prémio Pieve-Banca Toscana, foi também diretor cultural da Fundação Nacional do Arquivo Diarístico e editor da revista semestral “Primapersona”.

Anualmente, em Setembro, abre-se o Concurso ao Premio Pieve Saverio Tutino que, não sendo um prémio literário está organizado para encontrar testemunhos pessoais que podem desaparecer. Qualquer pessoa que possua um escrito inédito – correspondência de amor, cartas de emigração, cadernos de guerra, diário de um antepassado, memórias autobiográficas, memórias de eventos passados, diários juvenis - pode participar, escolhendo concorrer ao prémio anual ou simplesmente depositar. O vencedor recebe um prémio em dinheiro bem como a publicação da obra em uma editora destacada. Este festejo tornou-se também num ponto de encontro dos responsáveis de outros arquivos que foram surgindo na Europa à semelhança deste, como sejam Ambérieu-en-Bugey em Lyon, Emmendingen em Friburgo, Roca del Vallées na Catalunha ou Käsämäki na Finlândia. Para consolidar este movimento, em 1998 foi editada uma revista da especialidade, de nome, “Primapersona” e, em 1999, criou-se em Milão a “Universidade Livre da Autobiografia”, presididas por Saverio Tutino.

Em 2005 foi ainda fundado o Premio Città del diário, inserido nos eventos em que em setembro é dado o Premio Pieve Saverio Tutino, com o objetivo de prestar reconhecimento à personalidade da cultura com atividades meritórias no campo da memória. Desde então e até 2015, por ordem cronológica, foram reconhecidas as seguintes personalidades: Marco Paolini, Ascanio Celestini, Rita Borsellino, Mario Perrotta, Francesco De Gregori, Mario Dondero, Sergio Zavoli, Nanni Moretti, Vinicio Capossela, Ettore Scola e, por último, em 2015, Carlo Lucarelli.

Em 2016, altura em que escrevemos este texto, está em divulgação a 32ª edição do Premio Pieve Saverio Tutino. Ele mesmo escreve aos 21 anos um diário que inicia a 28 de dezembro de 1944, ao terminar a guerra, onde relata narrativas de vidas pessoais que se cruzam com a própria história, durante dois anos. Setenta anos depois, em 2016, a editora Chateau publica-o com o título “Saverio Tutino diário: 1944 - 46”.

O Arquivo Diarístico Nacional de Pieve Santo Stefano é um espaço que, em nosso entender, permite satisfazer uma necessidade física e real de todos os tempos: preservar a identidade individual e coletiva, para lá da existência física humana.

Philippe Lejeune (2013: 542) confessa-nos que quando, em 1988, soube da existência do “Archivio Nazionale Diarístico” criado por Saverio Tutino em 1984, tirou partido da ideia para a necessidade que sentia de criar em França uma associação fora da Universidade, isto é, não académica. Em 1992, cria, numa pequena vila perto de Lyon – Ambérieu-en-Bugey – a Association pour l’Autobiographie (APA), ocupando o edifício de uma biblioteca cedida para o efeito. Em 2015 já havia recolhido e tratado cerca de 3500 textos, sobretudo escritos na segunda metade do século

XIX, sendo 75% relatos autobiográficos, 20% diários pessoais e 5% de cartas (Lejeune: 2015). Em lugar do concurso anual italiano criaram-se grupos interativos de leitura (cinco grupos, cada um com dez pessoas) em diferentes cidades de França (Paris, Estrasburgo, Aix-en-Provence e Normandia), possibilitando que todos os textos sejam lidos e objeto de um pequeno relatório. Reunidos todos os relatórios são depois publicados nos “Garde-mémoires”, uma espécie de catálogo fundamentado em volumes com índices temáticos, os quais, para além de servirem de consulta, representam também, por si, uma leitura curiosa. Podemos consultar ou adquirir a coleção completa dos “Garde-mémoires” através do *site* da APA ou na versão em papel, já que são publicados, anualmente, em outubro, como suplementos à revista “La Faute à Rousseau” (revista da APA, publicada trianualmente). Para ter uma ideia do conteúdo do fundo da Associação, podemos consultar a base de dados que agrupa todos os “échos de lecture” um ano após o depósito dos textos (tempo necessário à circulação dos textos nos grupos de leitura e à redação e validação dos resumos).

A APA funciona, assim, como uma base de ligação e intercâmbio em que as pessoas estão implicadas não por relações académicas ou de poder mas antes por relações de aproximação que se criam incentivando uma prática que, embora ainda hoje suscite muitas reservas, tem vindo ao encontro de necessidades sentidas pelas pessoas como são a de ser amado e aprovado ou tão simplesmente preservar a identidade. A Associação lê, comenta e conserva todos os textos inéditos que lhe são enviados, incentivando as pessoas a escreverem sobre as suas vidas. Indo de encontro ao problema de muitos autobiógrafos e diaristas que não sabem o que fazer com os seus escritos, proporciona ainda a criação de uma “intimidade em rede” através da configuração de círculos de diaristas-leitores. Na sua obra “Cher Écran” (2000) Lejeune apresenta-nos o computador – ainda que colocando interrogações sobre as suas repercussões no traço pessoal da escrita - como um utensílio que dota o diarista de funcionalidades no domínio da pesquisa, da indexação, das hiperligações, proporcionando-lhe ainda parceiros de comunicação e leitores que acompanham com empatia os seus escritos.

Também Frauke Von Troschke²², depois de visitar a cidade italiana de Pieve Santo Stefano, criou, na Alemanha, em 1998, uma associação análoga na pequena cidade de Emmendingen, na Floresta Negra. Desde então o arquivo alemão de diários pessoais - Deutsches Tagebucharchiv - passou a receber uma média anual de mais de 200 diários. No velho edifício da Câmara Municipal de Emmendingen, os diários chegam tendo apenas de obedecer a dois critérios: o de estarem

²² Frauke von Troschke, disponível em <http://tagebucharchiv.de/tagebucharchiv/ueber-uns/>

escritos em alemão e nunca terem sido publicados. O arquivo é financiado principalmente por taxas de filiação, doações e subvenções de instituições públicas e privadas.

Os arquivos dos três países – Itália, França e Alemanha - trabalham juntos e formaram a base de uma rede “europeia” de autobiografia cujo objetivo é estabelecer ligações com outros países por forma a tornar mais fácil a compreensão entre culturas.

Podemos também referir a Holanda que, com a fundação em 1946 do Instituto de Documentação de Guerra, se tornou pioneira no que respeita à recolha de relatos de vida de gente comum (que não só de pessoas célebres, escritores e políticos). O diário de Anne Frank faz parte da sua importante coleção dos cadernos de guerra. O apelo em 1944 do ministro holandês da educação Gerrit Bolkestein, então no exílio, pela radio Oranje a que todos os cidadãos conservassem os textos escritos sobre as suas experiências no que respeita à opressão sofrida durante a ocupação nazi, surtiu efeito. Entre aqueles que ouviram a transmissão estava Anne Frank, que tinha mantido um diário durante os dois anos que ela tinha passado na clandestinidade. Frank morreu mais tarde no campo de concentração de Bergen-Belsen, mas seu diário foi salvo e publicado, parcialmente, pelo pai em 1947 e, mais tarde, na sua totalidade. No entanto não se pode falar ainda, no caso da Holanda, da existência de um local de depósito para o arquivo genérico dos diários nos moldes a que nos referimos acima.

2.8.3 - O Arquivo dos Diários em Lisboa

Em Portugal, a publicação recente da obra em IV volumes “História da Vida Privada em Portugal” (2011), sob a direção de José Mattoso, apesar de mais de vinte anos após a obra homónima dos historiadores franceses Philippe Ariès e Georges Duby (1990), vem demonstrar os avanços que a historiografia portuguesa tem registado nas últimas décadas.

A valorização dos testemunhos pessoais e diretos sobre os acontecimentos e as experiências de vida, a abertura e a disponibilidade de um cada vez maior conjunto de fontes sobre a vida privada, a pressão para a individualização e a procura da sua identidade, a descoberta, pelos *media* contemporâneos, de um extraordinário recurso na exposição da vida privada, o acesso maciço às novas tecnologias da informação e comunicação, têm tornado cada vez mais fluidas as fronteiras entre o mundo privado e o espaço público, tornando público o que antes não o era.

No entanto o nosso mundo privado é também isso mesmo, aquilo que temos de mais íntimo e do qual nos custa mais despegar, sejam diários, cartas, fotografias, desenhos e tudo o resto que constitui uma memória viva de nós mesmos ou dos nossos avós. Normalmente é também delicado revelarmo-nos ou falarmos de nós próprios.

Não obstante isso, a aceitação e o sucesso das experiências que descrevemos acima fez nascer também em Portugal, o Arquivo dos Diários²³, uma associação cultural criada em 2013 e que em 2015 apresentou oficialmente a sua estrutura e a sua missão: a de, à semelhança da sua congénere italiana, preservar memórias autobiográficas transversais a todas as esferas da sociedade. Com sede na Biblioteca de S. Lázaro em Lisboa (freguesia de Arroios) o Arquivo dos Diários é, nas palavras da italiana Clara Barbacini - desde 2000 a viver em Lisboa e uma das principais responsáveis pela sua fundação - uma “associação que se dedica à preservação de memórias autobiográficas fixadas em diários, cartas, gravações, fotografias, filmes, vídeos ou outro suporte que permita reconhecer histórias de vida”. Os objetivos são a preservação, a valorização e a divulgação de memórias da gente comum reconhecendo que, ao dar voz a estes testemunhos de vida pessoais, o Arquivo dos Diários está a contribuir para um conhecimento mais democrático e fiel da História.

Há em Portugal, sem dúvida, e cada vez mais, vários e valiosos projetos dedicados à memória, mas não havia uma instituição com a missão de recolher os testemunhos das pessoas comuns, um espaço que permitisse arquivar, tratar e dar garantias de preservação aos materiais e memórias pessoais. Tudo começou quando Clara encontrou por acaso, no sótão, as cartas que o seu bisavô, Fernando Barbacini, enviou à mulher diretamente das trincheiras da Primeira Guerra Mundial, onde combateu e morreu, quando o exército italiano decidiu capturar a cidade de Gorizia. Fernando não foi um nome conhecido, foi apenas um homem comum que aos 28 anos viu chegar o fim e escreveu uma última carta à mulher. Foi a partir dessas cartas que nasceu em Clara o fascínio por biografias de anónimos. Foi também a partir delas que a *designer* percebeu que o valor histórico das cartas para a comunidade podia ser superior ao valor sentimental que tinha para ela. Depois de conhecer o Arquivo Diarístico Nacional de Pieve Santo Stefano, nascido em Itália há 30 anos e que lhe serviu de referência, Clara decidiu criar a Associação Arquivo dos Diários e formar uma equipa, juntamente com o sociólogo Roberto Falanga, outro italiano radicado em Portugal.

²³ <https://www.arquivedosdiarios.pt/>

Não tendo um acervo de base, o Arquivo (AADD) é um projeto de âmbito nacional que se alimenta das vivências e testemunhos de cada um e da vontade de partilhar de todos, construindo-se a partir do material biográfico que qualquer pessoa pode nele depositar. Contribuindo para um melhor conhecimento da história dos portugueses, destina-se também a servir de base de investigação e inspiração para historiadores, investigadores, escritores, atores ou realizadores.

Para divulgar e incentivar a entrega de cartas e diários, a Associação prevê a publicação anual de pelo menos um diário: quem entrega os seus materiais pode escolher participar no Concurso, “Conta-nos e Conta Connosco”, aberto pela primeira vez no ano de 2016. Um painel de dois júris – um popular e um técnico – escolhe um vencedor. E a obra premiada será publicada pela editora associada ao concurso. A ideia, diz-nos Clara Barbacini, é “catalogar por temas tudo o que for recebido e, no futuro, disponibilizar esse acervo através de um meio digital”. Não sem que, continua, “tal como acontece em Itália onde vários diários estão guardados mas não podem ser acedidos livremente, também no caso português todas as questões de privacidade serão atendidas”. Apesar disso reconhece Roberto Falanga, que chegou a colaborar com o Arquivo dos Diários italiano e com o equivalente espanhol, “a principal dificuldade é conseguir que os autores, herdeiros ou fiéis depositários abram mão dos manuscritos”.

Dado que o Arquivo dos Diários em Lisboa aqui apresentado também integrou os nossos estudos empíricos, voltaremos a esta experiência mais à frente, onde desenvolveremos o nosso ensaio.

II. PARTE: OS ESTUDOS DE CASO

3 - Opções metodológicas e investigação empírica

A nossa experiência prévia com arquivos de família deu-nos o mote para o desafio a que nos propomos neste trabalho de investigação, que tem uma ampla componente empírica, quer pelo ineditismo da informação trabalhada, como pela heurística específica no âmbito dos Estudos Culturais. Partimos do estudo de um pequeno número de casos de histórias de família e de narrativas de vida - com as quais tivemos o ensejo de interagir e conviver ao longo da nossa investigação - como metodologia específica para ampliar a compreensão da realidade social.

O estudo de caso como modalidade de pesquisa teve origem e assentou os seus fundamentos, segundo Chizzotti, nos estudos antropológicos de Malinowski e na Escola de Chicago²⁴ à qual se deve a criação de um “método interpretativo realista a partir das narrativas orais de histórias de vida quotidiana de pessoas comuns” Chizzotti (2006, 135). A prossecução destes estudos não só evidencia novos campos de descoberta como, permitindo uma análise em profundidade, faz realçar a multiplicidade de dimensões de um objeto de estudo. Ao longo do século XX foram vários os marcos da evolução historiográfica na pesquisa qualitativa como refere Chizzotti. Assim, na primeira metade do século salientam-se os trabalhos de Malinowski, na qualidade de um dos fundadores da antropologia social, para o fundamento da validação científica deste tipo de enfoque de pesquisa. Após a IIª Grande Guerra e até aos anos 70 assiste-se à fase áurea da pesquisa qualitativa com o surgimento de novas escolas teóricas tanto mais que, nas palavras de Aaron Cicourel “os pesquisadores qualitativos contestam a neutralidade científica do discurso positivista e afirmam a vinculação da investigação com os problemas ético-políticos e sociais” (Cicourel citado por Chizzotti, 2003: 228). Nos anos 70 e 80 surgem novas orientações e novos paradigmas face a novos temas e problemas ligados a classe, género, etnia, culturas, ética, verdade, feminismo, Terceiro Mundo, multidões silenciosas. A par de uma desvinculação dos referenciais positivistas verifica-se uma clara transdisciplinaridade das ciências humanas e sociais. Na década de 90, com o fim do comunismo soviético e a globalização do capitalismo, uma imensidão de desafios tende a orientar a pesquisa não só para reconhecer uma pluralidade cultural como também para identificar, na expressão de Fine, a “polivocalidade dos participantes” (Fine e Weis, 1998), neste caso concreto, as vozes desconhecidas na cidade americana nos finais do século.

²⁴ À Escola de Chicago já nos referimos atrás em 2.8.1 - “O estudo referencial da Escola de Chicago”.

A propósito das suas experiências nas formas de fazer histórias de família, Pina Cabral & Lima (2005: 357) referem estas como uma “metodologia de contextualização social das pessoas”, um processo de enquadramento do ego no qual as histórias de vida isoladas são insuficientes, sendo, sem excluir estas, “um instrumento metodológico extraordinariamente útil para melhor recolher informação empírica sobre um dado contexto social” (*Ibidem*: 365).

Nos estudos de caso que expomos neste trabalho, apresentamos a história de duas famílias elite específicas, com base nas memórias conservadas em arquivos guardados na(s) Casa(s), símbolo, em ambos os casos, de uma identidade social interiorizada pela supremacia social e reconhecida como distinta através dos tempos.

A Casa, mais do que o espaço físico habitado, entendida como “unidade social e espaço institucional” (Gonçalves & Nunes, 1986: 101). Na verdade, nas famílias de elite, designadamente dos grandes proprietários, a casa e a terra, mais do que uma expressão de *status*, são o símbolo da família e uma parte fundamental da sua memória e da afirmação da sua identidade. As casas são o repositório da memória familiar e a expressão do seu poder. O recheio da casa é todo ele um dispositivo mnemónico e narrativo dos seus próprios fastos. Mantêm-se nela, entre outros objetos, arquivos recheados de testamentos, escrituras várias, títulos de propriedade e nobiliárquicos, livros de contabilidade, retratos, correspondência particular, publicações escritas que falam dos seus membros.

Ao aprofundar estes casos que tomamos como unidades de análise bem delimitadas, tivemos, de facto, a oportunidade de “ver por dentro” as famílias e as pessoas em si, com as suas regras próprias, as suas ambições e sonhos, os seus conflitos, os seus valores, os seus elementos dinâmicos de coesão e rutura, o inter-relacionamento pessoal, até mesmo os psicologismos familiares, seguindo uma estratégia de humanização da própria investigação. Numa perspetiva histórico-cultural percorremos documentos escritos, mais ou menos espontâneos, dotados de uma informalidade e/ou descrição genuína, produzidos pelos próprios protagonistas, o que nos proporcionou aceder a memórias íntegras de um mundo tão rico e atrativo quanto, ainda assim, permanece hoje muito pouco explorado.

Por outro lado, sabemos que, se estas famílias oferecem uma visão de si própria mais pujante e elaborada, porque são reconhecidas socialmente e os seus membros estão mais próximo da produção das fontes da historiografia tradicional, há outras unidades familiares que não só estão desprovidas de meios da memória tão amplos e variados, como são, muitas vezes, relegadas ao anonimato. Aliás, se para os que detêm maiores recursos, a família é o elemento-chave da

definição da sua identidade social, o mesmo não sucede com a maioria da população que se insere no todo anónimo do trabalho e das privações, com uma voz bem distinta mas não menos significativa. A experiência de Oscar Lewis (1970) comprovou bem isso mesmo quando, para estudar as condições de vida das margens sociais da cidade do México, soube dar voz aos próprios visados ou, em Porto Rico se ocupou dos deserdados (*Idem*, 1966). Também Richard Hoggart (1957) nos fala de uma “cultura popular autêntica” ou uma “cultura completamente penetrante” (*Ibidem*. 31) das classes populares em Inglaterra.

Por isso, nesta abordagem dos estudos de caso, a par dos arquivos de família, diga-se, também eles nem sempre existentes, consideramos igualmente todo um outro conjunto de testemunhos pessoais diversificado, marcadamente no domínio das autobiografias e dos diários pessoais, produzidos muitas vezes de forma solta, sem objetivo definido, mas que oferecem contributos da mesma forma fundamentais para a interpretação da dinâmica social.

Assim é que, ao lado do estudo de dois arquivos de família - com as suas semelhanças e particularismos - facto que nos permitiu o acesso a informações e perspetivas que de outra forma seria impossível aceder apenas por via da documentação oficial e pública, nos pareceu de relevância fundamental partilhar o estudo de materiais autobiográficos que, por constituírem novos e interessantes arquivos e fundos documentais, foram acolhidos e valorizados pela Associação Arquivo dos Diários (AADD), primeira rede portuguesa de arquivos de diários pessoais, com quem temos vindo a colaborar e que integramos desde 2016.

Note-se que a primeira grande ação de divulgação da AADD em Portugal decorre desde 2015, ano da 1ª edição do Concurso “Conta-nos e conta connosco”. Este concurso anual, trazendo mais visibilidade ao Arquivo e visando implementar um acervo único de memórias autobiográficas no nosso País, propõe a afluência de obras escritas (diários, cartas, autobiografias, memórias) originais, não publicadas, sem tratamento editorial, e em língua portuguesa, ou em idiomas falados em países de língua oficial portuguesa. Enquanto membro da Associação e elemento integrante do Júri de seleção do 1º Concurso, tivemos contacto com um acervo de singular qualidade documental e de uma diversidade extraordinária, oportunidade que não poderia deixar de enriquecer e ampliar o alcance da nossa investigação em curso.

Os relatos autobiográficos e os diários são, como conclui Clifford Shaw (1966) no seu estudo sobre a história de vida de Jack-Roller, um material sociológico perfeito, pelo que se a sociologia não os usa muito é porque há efetivamente uma dificuldade prática em os obter. É pois através desta nossa experiência, possibilitada pelo acesso propiciado a estes registos, que

enquadramos os dois últimos estudos de caso, os quais apresentaremos numa perspetiva individualizada seguida de uma análise comparativa.

A investigação que apresentamos, sem menosprezar os estudos de carácter mais abrangente, que optam por metodologias associativo-relacionais, de maior ênfase estatístico, visando estabelecer as necessárias tendências e regularidades, prioriza o aprofundamento do objeto de estudo em si, numa vertente mais qualitativa e humanista, elegendo privilegiadamente as pulsões individuais das personagens e do jogo das interações sociais. Lembramos, a este propósito, o sociólogo polonês Florian Znaniecki (1934), pioneiro do recurso aos relatos de vida e que introduz o conceito de “coeficiente humanístico” para designar a importância da vida cultural e do meio na observação dos factos sociais.

O nosso estudo utiliza uma escala de análise cujo “grão” de resolução permite um maior apuramento do pormenor, um detalhe que se liberta da impressividade dos níveis de abstração de menor escala. Mais do que uma opção clara face às finalidades que nos propomos, reconhecemos que os condicionamentos veiculados pelos inquéritos estatísticos e quantitativos, por si só, não especificam variáveis cognitivas que ficam diluídas nas análises mais genéricas e extensivas. De acordo com Mattoso (2011: 11) “as fórmulas mais abrangentes dão conta dos fenómenos mais frequentes, mas não os esgotam a todos”. Em contrapartida, os estudos de caso de famílias e as narrativas de vida - “*récits de vie*” na expressão de Daniel Bertaux²⁵ - levam-nos a compreender “le comment du pourquoi et le pourquoi du comment” (Bertaux, 2016: 10), aspetos que só podemos apreender mergulhando a um nível mais profundo no qual a (i)regularidade estatística isoladamente não capta nem penetra.

Por outro lado, partilhamos a convicção de que as narrativas da própria vida ou de acontecimentos experienciados não podem ser consideradas tão só como atos subjetivos, pois estes retratam, na verdade, experiências reais de vivências do todo social, permitindo apercebermo-nos dos mecanismos culturais e das relações de poder aí estabelecidas. Um bom exemplo disto é-nos retratado pela história de vida descrita em “Tante Suzanne” (Catani, 1982) onde a multiplicidade de referências à vida quotidiana em que se insere a história de vida de Suzanne - uma mulher modista na época da Iª Guerra Mundial que emigra do Loire para Paris, onde casa com um relojoeiro, tornando-se proprietária de um jardim no qual, sem nunca postergar as suas origens, inscreve toda a sua existência - é suficientemente rica para nos transmitir um modo de vida e todo um conjunto de valores associados a uma comunidade. Muito para lá da

²⁵ A expressão “*récits de vie*” foi introduzida em França em 1976 por Daniel Bertaux, em sobreposição ao termo anterior “*histoires de vie*”.

narração pessoal, das peias do subjetivismo psicológico, é aqui transmitido todo um modo de estar, uma educação, o quadro de valores e as representações coletivas essenciais ao estudo de uma comunidade.

Distanciando-nos de uma estrita abordagem positivista e pretensamente totalizante, e evitando enunciar generalizações, procuramos um conhecimento compreensivo da realidade, atentos à complexidade desta, mas também ao facto de a memória não ser nem infalível nem desligada de subjetividade, mas, ainda assim, cheia de significado. Estando inserida num contexto social, a memória é sempre resultado de um processo coletivo ou, lembrando Halbwachs (2013: 30) “ as lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós”. Halbwachs concebe também ao lado da memória coletiva, a existência da memória individual. No entanto esta não está isolada, pois toma como referência sinais externos ao sujeito, ou seja, a memória coletiva. Ferrarotti (1983: 52) vai mesmo mais longe ao ponto de nos falar da possibilidade de “ler uma sociedade através de uma biografia”, tomando como unidade de análise não propriamente o indivíduo mas os múltiplos grupos primários que servem de mediação entre o indivíduo e a sociedade global: família, escola, vizinhança, grupos de pertença, etc.

Tendo em conta que o nosso sistema de valores, predominantemente ocidental, se exprime muito, e em crescendo, pela valorização da subjetividade e do simbólico, consideramos que o material biográfico, os escritos pessoais e os arquivos privados são uma manifestação particular da nossa cultura e, por isso mesmo, cada vez mais imprescindíveis à sua própria compreensão e estudo.

No que respeita a dúvidas e objeções relativas à metodologia dos estudos de caso que apontam para a falta de objetividade ou a insuficiência de bases para estabelecer generalizações, são questões que, como analisa Yin (2005), não devem ser consideradas inerentes ao método em causa, pois podem estar presentes em outros métodos de investigação, dependendo sobretudo das motivações e qualidades do investigador. Além do mais a metodologia dos estudos de caso que desenvolvemos ao longo deste trabalho, sem pretender estabelecer generalizações ou impor abstrações, não exclui, como facilmente se verificará, características quantitativas e comparativas, necessárias à análise da compreensão dos fenómenos sociais em estudo. O método dos estudos de caso reúne também a qualidade de, ainda na observação de Yin, ser bastante amplo no que diz respeito ao foco temporal, pois permite que os factos sejam estudados com base em situações

contemporâneas ou em situações passadas, que já ocorreram, como acontece aliás, simultaneamente, com os arquivos que são apresentados neste estudo.

A partir da análise dos casos estudados - considerados relevantes sob o ponto de vista da sua integridade e das representações sociais que envolvem - pretende-se apresentá-los como exemplos instrumentais a poderem ser aplicados em outros casos e contextos, num tipo de processo a que Stake (2009) denominou de “naturalístico” o qual prioriza a abordagem qualitativa em alternativa à generalização baseada em amostras consideradas representativas de uma população.

Propomo-nos, assim e em síntese, a partir das unidades documentais produzidas em contextos privados que analisamos, normalmente não considerados, inferir uma melhor compreensão do funcionamento e da dinâmica do todo social em que se inserem. Neste propósito, são tomados como instrumentos de pesquisa dois arquivos de família, distintos entre si mas unidos na configuração própria de famílias elite nas quais a casa e a sucessão geracional são elementos à volta dos quais a família gravita produzindo os seus escritos mais ou menos bem conservados ao longo dos anos. Mas porque os arquivos de família não representam só por si a diversidade dos escritos privados produzidos pelo corpo social, naturalmente rico na sua heterogeneidade, procurou-se também a análise comparativa com duas outras unidades documentais produzidas por iniciativa pessoal - uma autobiografia e um conjunto de cartas e diário associado – com características diferentes entre si, mas tendo em comum o fato de dizerem respeito a pessoas comuns que, não obstante, recorrem ao mesmo apelo da expressão escrita.

Quer num caso quer no outro estamos perante a produção de memórias singulares cujo estudo, estamos em crer, contribuirá certamente para melhor conhecer a relevância deste tipo de fontes bem como a aplicação dos estudos de caso como metodologia de investigação.

4 – Os Arquivos de Família em análise

Na configuração deste trabalho tivemos o privilégio de aceder a dois arquivos depositados e conservados ao longo dos muitos anos nas respetivas casas de família onde os pudemos consultar, em período alargado, com total liberdade e confiança por parte dos respetivos proprietários. E fizemo-lo em tempos separados.

O primeiro, na quinhentista Casa do Avelar (cujo Arquivo designamos por ACA²⁶), em Braga, pertença da família Jácome de Vasconcelos. A ele acedemos integralmente e o trabalhamos aquando da nossa investigação para o projeto da tese de Mestrado que temos publicada (Macedo, 1996). Trata-se de uma família que chega a Braga no séquito do Arcebispo D. Martinho Afonso²⁷ em finais do século XIV e se estabelece nas casas da Honra da Ramada (Prazo da Mitra) junto ao Paço Episcopal. Mais tarde, nos primórdios do século XVI, instala-se no Prazo da Quinta do Avelar, frente ao antigo Convento da Conceição, hoje Instituto Monsenhor Airosa, onde consolida a sua permanência e se mantém continuamente de um modo admirável até hoje através dos seus representantes. A família integra 19 linhas geracionais²⁸ que se estendem do século XIV à atualidade.

A Casa - onde a família alargada celebrou há alguns anos²⁹ os seus cinco séculos de permanência contínua (1509-2009) - foi o local onde, até há pouco tempo a família conservou todo o seu arquivo. Foi lá que, durante vários meses ao longo dos anos de 1990/91, o conhecemos, estudamos e organizamos como daremos conta à frente.

Hoje congratulamo-nos com o facto de este precioso arquivo de família poder ser consultado publicamente. Na verdade, em 1 de outubro de 2008, todo o acervo documental da Casa do Avelar, por iniciativa do atual representante da família – o Senhor Vasco Francisco Jácome de Vasconcelos (17.1), com quem mantemos uma cordial e respeitável amizade – foi entregue ao Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, em cerimónia de doação protocolar que teve lugar no salão nobre da Reitoria da UM. Fruto de uma atitude exemplar, o ADB viu assim enriquecido o seu espólio com a história de uma família que ao longo de séculos viveu na cidade de Braga, teve assento nos salões do poder local e regional e soube preservar não só a

²⁶ Sigla indicado pela família Jácome de Vasconcelos para designar o conjunto documental que produziu e/ou recebeu ao longo dos cinco séculos da sua permanência na Casa do Avelar, sita na Rua de São Geraldo, na cidade de Braga.

²⁷ Dom Martinho Afonso Pires da Charneca ou Martinho Afonso Pires de Miranda (1369-1416) foi Bispo de Coimbra e Arcebispo de Braga (1398-1416). Doutor pela Universidade de Bolonha, foi conselheiro de D. João I de Portugal e seu embaixador na França.

²⁸ Partimos do software *Family Tree Maker 2012* que utilizamos como base para a configuração das linhas geracionais e história(s) de família, a que à frente nos referiremos.

²⁹ A cerimónia, da qual guardamos a memória de nela termos tido a honra de participar, teve lugar no dia 4 de Julho de 2009.

continuidade familiar como a integridade de um arquivo que, de um modo notável, se manteve uno na sucessão dos tempos. Como é característico dos arquivos de família assim conservados, há neste exemplo, para além do todo o conjunto orgânico que constitui a sua unidade e que já trabalhamos numa primeira fase, documentos produzidos pelos seus próprios membros os quais, pelo seu carácter mais íntimo e privado, nos oferecem a possibilidade de uma visão mais lídima e apurada do espaço social. É esta a perspetiva que nos traz de novo agora ao Arquivo da Casa do Avelar.

O segundo arquivo da presente investigação (que designamos por ACR³⁰), pertença da família Cunha Reis da Mota Godinho, estabelecida na Casa Grande do Campo das Hortas, em Braga, foi também objeto do nosso estudo mas bem mais recentemente - a convite dos atuais representantes da família e da Casa – e também sem que antes o mesmo tenha sido objeto de qualquer estudo ou divulgação. Foi também no seu local de depósito, a Casa de referência familiar, que, à semelhança do anterior, nos foi permitido consultar e estudar o arquivo depositado em caixas que foram sendo transportadas para a sala de trabalho que nos foi destinada, ao longo demais de um ano, em condições de perfeita confiança e liberdade de manuseamento dos documentos.

Trata-se de uma família com antecedentes em Taide (freguesia do concelho da Póvoa de Lanhoso, distrito de Braga) e que em meados do século XVIII terá ido viver para o Porto dedicando-se aos negócios, designadamente os da produção e comércio do vinho do Porto. Remontando às suas origens e na medida em que nos foi possível investigar, a família integra 12 linhas geracionais³¹ que se estendem do século XVII até à atualidade.

A Casa do Campo das Hortas em Braga e a família Cunha Reis mantêm-se ligadas então há cerca de dois séculos, pois foi adquirida em princípios do século XIX pelo Deão da Sé de Braga, D. António Alexandre da Cunha Reis da Mota Godinho (7.4), o representante da sétima geração constituída por nove irmãos. No entanto a Casa – que após a sua aquisição pela família fora objeto de obras que a tornaram mais portentosa - figurava já, tal como a casa do Avelar, no Mapa das Ruas de Braga de 1750³², instrumento cadastral urbano setecentista produzido pelo Cabido da Sé, que voltaremos a referir à frente.

³⁰ Designação criada por nós para, à semelhança do Arquivo da Casa do Avelar (ACA), nos referirmos ao Arquivo da família Cunha Reis (ACR).

³¹ Conforme árvore genealógica a que à frente nos referiremos, elaborada a partir do software *Family Tree Maker 2012* (cit).

³² No Mapa das Ruas de Braga, vol. I, folio 27, figura, no final do fiado de casas da rua da Cruz de Pedra, o alçado lateral sul da Casa do Campo das Hortas.

Esta família é igualmente uma célula da elite da época ainda que marcadamente diferenciada da família anteriormente estudada. Dir-se-ia não tanto na sua ligação aos altos cargos eclesiásticos, que os Cunha Reis claramente reforçam, mas sobretudo pela sua postura política face à transição liberal - período que se revelara marcante na Igreja bem como no município de Braga - e também nas formas de afirmação social, como à frente demonstraremos. A Casa e o Arquivo continuam hoje nas mãos da família que conservam ambos com notável esforço, orgulho e dedicação. Ficamos igualmente muito gratos com a possibilidade que nos foi oferecida e inteiramente confiada pelas mãos do atual representante da Casa e do seu Arquivo, o Dr. António Alexandre de Noronha da Cunha Reis (11.4)³³, com quem mantemos desde então também uma salutar relação.

Em ambos os Arquivos deparamos com a organização dos documentos feita por membros da família ao longo das gerações (raramente identificados, mas muitas vezes de inteligível dedução), como sejam os maços de documentos arrumados por assuntos em letra manuscrita, os documentos cosidos com linha de costura ou atados com fitas e atilhos, as encadernações feitas em papel grosso ou carneira, algumas de luxo, com fitas de seda e relicários, notas de catalogação e outros. Isto é, raramente encontramos documentos soltos ou reunidos ao acaso. Antes deparamos massivamente com documentos onde encontramos uma organicidade própria, produzida na sucessão geracional por membros da família (normalmente o seu representante geracional, mas não só) movidos pela necessidade de gestão da própria família e seus bens e conscientes da importância de preservar a memória da mesma.

Foi no respeito integral por essa estrutura orgânica com nos que deparamos, que acedemos a ambos os arquivos e às informações que o cruzamento dos documentos nos iam fornecendo sobre as histórias de vida de cada um dos seus membros e da família em si. Trabalho moroso, sem dúvida, pela sua delicadeza e o respeito integral pelo testemunho dos dados recolhidos. Não obstante, não esgotamos, longe disso, a pluralidade de estudos que a partir destas fontes podem ser elaborados. O que se acentua ainda no segundo caso, realidade completamente nova para nós. Ainda assim, e porque nos focamos numa perspetiva humanista, como já explicamos, é sobre estas duas enriquecedoras experiências que nos debruçamos neste nosso

³³ António Alexandre José Xavier de Almeida e Noronha da Cunha Reis é atualmente advogado em Lisboa e Senhor da Casa Grande do Campo das Hortas em Braga, onde se desloca regularmente. Foi através dele que tivemos acesso à Casa e ao seu valioso arquivo que constituiu parte substancial deste nosso trabalho. Com ele mantemos uma relação de cordialidade que se nos afigura indispensável à nossa investigação e onde se mostra permanentemente disponível para responder às questões que lhe fomos colocando.

projeto de estudos culturais em arquivos de família. Passamos a explicar cada um dos casos estudados.

4.1- A família Jácome de Vasconcelos (Casa do Avelar - Braga)

A Casa do Avelar, situada na atual rua de S. Geraldo, nº 121, com frente também para a Avenida Imaculada Conceição, tem a particularidade de ter sido e, como afirmámos, manter ainda hoje, ininterruptamente e desde os primórdios do século XVI, a habitação da família Jácome de Vasconcelos.

Na verdade e como consta nos seus documentos, a Casa e Quinta do Avelar foram cedidas por escritura³⁴ de 10 de Abril de 1509 a Duarte Jácome de Araújo (5.1), por troca da Casa e Honra da Ramada, junto ao Paço Arquiepiscopal, primeira habitação da família que viera de Tomar para Braga no séquito do Arcebispo D. Martinho Afonso Pires da Charneca (1398-1416).

A família Jácome de Vasconcelos, hoje dignamente representada por Vasco Francisco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (1922-) a residir com a sua propecta idade na não menos nobre quinhentista Casa do Avelar, estende-se, como podemos observar na árvore genealógica que elaboramos a partir dos dados recolhidos no arquivo da família, por 19 linhas geracionais³⁵.

4.1.1- A sucessão geracional

O primeiro antepassado da família terá sido Vasco Jácome que, ao serviço de D. João I, ter-se-á notabilizado em campanhas militares em África e estabelecido em Tomar, segundo rezam as memórias genealógicas relativas à família³⁶. Diogo Jácome (2.1), seu filho, terá vindo para Braga a acompanhar o séquito do Arcebispo D. Martinho³⁷, o qual, formado na Universidade de Bolonha e fazendo parte do Conselho do rei D. João I, era um Arcebispo poderoso. Apesar de eclesiástico deixou descendência, entre a qual D. Guiomar Dias que dera em casamento a Diogo Jácome,

³⁴ ACA / 225-2 - "Certidão de escritura de troca da Casa da Honra da Ramada pelo Prazo da Quinta do Avelar, feita aos 10 de Abril de 1509", 1633, abril.

³⁵ Ver Anexos 1.a e 1.b - *Outline Descendant Report for Vasco Jácome e Descendants of Vasco Jácome*, elaborados a partir do programa de software que utilizamos - *Family Tree Maker 2012*. Aqui cada linha geracional principal é designada por um número (1 a 19) seguido – ou não - de outro que significa a ordem de nascimento na respetiva geração. Ver ainda 1.C – Esquema genealógico da Família Jácome de Vasconcelos.

³⁶ ACA/114 - "Apointamentos genealógicos com referência a certidões e escrituras", s./d.

³⁷ D. Martinho Afonso da Charneca (1360-1416), nomeado Arcebispo de Braga a 31 agosto de 1398.

juntamente com as Casas da Honra da Ramada³⁸ (prazo da Mitra) que o Arcebispo mandara edificar junto ao seu Paço Arquiepiscopal.

Mais tarde, o Arcebispo D. Diogo de Sousa³⁹ terá feito com que a família renunciasse ao referido prazo, junto à Sé, para aí fazer um hospital para os pobres e concedendo-lhe, em troca⁴⁰, o Prazo da Quinta do Avelar⁴¹. A implantação da família em Braga terá tido, assim, origem na nomeação eclesiástica, o que vai ao encontro da afirmação de Sousa Araújo, segundo o qual “foi graças à vinda para a cidade de um antepassado ou parente eclesiástico que muitas das atuais famílias de Braga aí conseguiram a sua entrada ou tiveram mesmo a sua origem” (Araújo, 1990, 119). A estreita ligação da família ao Paço ter-se-ia firmado aqui e manter-se-ia constante ao longo das sucessivas gerações.

Dos três filhos de Diogo Jácome e D. Guiomar Dias⁴², Lopo Dias Jácome (3.1) terá casado com uma senhora da ilustre Casa de Araújo, da Galiza, D. Beatriz de Araújo⁴³. Estes tiveram três filhos dos quais Vasco Jácome de Araújo (4.2), filho segundo, fora o sucessor da Casa e Honra da Ramada, já que o primogénito, Diogo Lopes Jácome (4.1), teria ido para Viana onde fundara casa e constituíra família (Macedo, 1996:77). Dos cinco descendentes de Vasco Jácome e sua mulher D. Milícia Gomes, fora Duarte Jácome de Araújo (5.1) quem recebera de D. Diogo de Sousa, em 1509, o Prazo da Quinta do Avelar como atrás referimos, em troca da Casa da Honra da Ramada, tornando-se assim o dito Duarte Jácome de Araújo o seu 1º Senhor. Hoje, o atual detentor, Vasco Francisco Jácome é o 17º Senhor da mesma Casa do Avelar, num laço de continuidade nunca desfeito, facto este que imprime à família uma das suas marcas mais preeminentes e singulares, mesmo no panorama nacional.

No entanto o percurso não foi linear, facto que já foi analisado em trabalho anterior (Macedo, 1996). Como vimos acima a propósito de Vasco Jácome (4.2), nem sempre a sucessão obedeceu a critérios inequívocos de varonia e primogenitura. Aliás, foram várias as vezes em que as mulheres assumiram, nesta família, o governo dos prazos e da casa. Assim, na sétima geração, por disposição testamentária de Francisco Jácome de Araújo (6.1), a sucessão da casa e os

³⁸ A Casa da Honra da Ramada, que terá constituído o primeiro solar da família Jácome, ficaria situada, muito provavelmente, no local onde foi mandada construir por D. Diogo de Sousa (c. 1461-1532) a sua “Capela de Jesus da Misericórdia” na galeria norte dos claustros da Sé.

³⁹ D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga entre 1505 e 1532.

⁴⁰ “Certidão da escritura de troca e permuta, datada de 10 de Abril de 1509, que fez o Arcebispo D. Diogo de Sousa Com D. Milícia Gomes, viúva de Vasco Jácome, e seu filho D. Duarte, da Casa da Ramada pelo Prazo da Quinta do Avelar, requerida por João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos”, 1790 - ACA/225.

⁴¹ A esta concessão se refere a pedra da frontaria da Casa mandada colocar pela família, com a seguinte inscrição: “O prazo da casa e quinta do Avelar foi cedido por escritura a 10 de Abril de 1509 pelo arcebispo D. Diogo de Sousa ao primeiro representante desta Família Duarte Jácome de Araújo que aqui se estabeleceu em troca da Honra da Ramada antigo solar desta Família”.

⁴² Ver Anexos 1.a, 1.b e 1.c referidos atrás.

⁴³ *Ibidem*, ACA/ 114

prazos, apesar de haver um filho primogénito varão, coube a D. Inês Jácome de Sousa (7.5) a qual, falecida solteira, deixou por herdeira D. Ana Jácome de Sousa (7.8) com a condição de esta dotar os prazos no seu sobrinho André (8.1), filho do irmão mais velho Filipe Jácome de Sousa. Apesar de contrariada a tradicional sucessão varonil da época, retoma-se assim em André Jácome de Sousa (1593-1631) a linha da progenitura. Algo de semelhante voltará a acontecer com José Jácome de Sousa (11.2), que é o herdeiro e sucessor dos bens e da Casa, não obstante ser vivo, ainda que solteiro, o seu irmão primogénito Filipe Jácome de Sousa (1668-1726).

Curioso é também notar que foi pela mão de uma mulher que entrou o apelido Vasconcelos na família: em 1635, Filipe Jácome de Sousa (9.1) casa com D. Francisca Pereira da Silva. Passado pouco mais de um mês, a mãe de Filipe, D. Ana Correia Rebelo, viúva do referido André Jácome de Sousa (8.1) casa em segundas núpcias com João Mendes de Vasconcelos⁴⁴, pai da recém-casada D. Francisca e sogro do seu filho. Desta forma se uniram os Jácome e os Vasconcelos.

É, no entanto, na décima segunda geração que um fenómeno peculiar marca para sempre a história da família deixando-a, por um lado, à beira de uma rutura mas, por outro, fazendo-a retomar e reafirmar o seu percurso, como explicaremos detalhadamente de seguida⁴⁵.

De José Jácome de Sousa (11.2) e D. Francisca Carneiro nascem seis filhos dos quais apenas a primogénita, D. Maria Máxima (1726-1789) casada com Luís Alberto Soares de Sá Lançóis (1715-1798), sobrevive a todos os outros⁴⁶, inclusive a sua mãe⁴⁷, tornando-se a décima primeira senhora e sucessora na representação da Casa e da Família.

O seu casamento (celebrado a 20 de dezembro de 1758, na Igreja de S. Martinho de Dume, em Braga), no entanto, não só não gera descendência como, facto muito raro à época, origina uma separação por Provisão Régia⁴⁸ onze anos após a sua consumação. Tal ordem régia assentaria nos maus tratos que Luís Lançóis infligiria à mulher, os quais passavam por lhe faltar com alimentos e vestuário bem como na ousadia de trazer para casa uma concubina, chamada Paula, de quem teve um filho⁴⁹. Conhecedor desta realidade, o próprio Arcebispo D. Gaspar

⁴⁴ D. Ana Correia Rebelo (1594-1641) casa com João Mendes de Vasconcelos (alcaide-mor, vereador e proprietário na vila de Guimarães) aos 3 de março de 1635, após o casamento dos respetivos filhos Filipe e D. Francisca aos 25 de janeiro de 1635.

⁴⁵ Ver Anexo 1.c – Esquema genealógico da família Jácome de Vasconcelos.

⁴⁶ Como podemos ver pelo anexo referido atrás, o quarto filho mas primeiro varão, 9º Senhor da Casa, André Jácome de Sousa (1731.1749) morre apenas com 18 anos, falecendo também precocemente os irmãos: Filipe Afonso (12.5) ainda criança, Catarina (12.2) aos 25 anos, Andreza (12.3) aos 23 e Isabel Antónia (12.6), a mais nova, aos 17, após um casamento de 8 meses.

⁴⁷ D. Francisca Carneiro de Figueiredo e Moura, décima Senhora da Casa e Quinta do Avelar.

⁴⁸ ACA/595 - “Certidão de Provisão Real de 18 de Outubro de 1769, a favor de D. Maria Máxima Jácome de Sousa Carneiro, requerida pela mesma” 1770, 23 Março.

⁴⁹ ACA/586 - “Clarezas relativas à vida conjugal de D. Maria Máxima Jácome de Sousa Carneiro” post. 1789.

interviria junto do Monarca, seu meio-irmão⁵⁰, o que teria determinado a ordem régia de anulação civil do casamento em 1769. D. Maria Máxima (12.1) recolheria de seguida ao Convento dos Remédios da cidade de Braga e aí permaneceria até à sua morte, vinte anos depois. Aqui, liberta já das ameaças do marido que a haviam violentado a fazer doações patrimoniais, nomeadamente sobre a Quinta de Proence⁵¹, implementa de imediato toda uma ação judicial com vista a tornar essas doações nulas⁵².

Na sequência disso, nomeia todos os prazos no seu primo João Luís Jácome de Sousa (12.1), não só por motivo, como declara, de “dever-lhe muitas obrigações e auxílio “mas também por” os ditos prazos procederam de seus ascendentes e a ele pertencer a sua sucessão”⁵³. De referir que Maria Máxima e João Luís são primos entre si em segundo grau, netos de dois irmãos, respetivamente André e João Jácome de Sousa, na décima geração⁵⁴. Logo após o falecimento desta da prima, em 1789, João Luís assume o domínio pleno de toda a herança⁵⁵. É então que começa um aceso e prolongado processo conflitual entre João Luís Jácome e Luís Lançóis, através de petições jurídicas e expedientes vários, nos quais se inclui a intervenção do filho bastardo, José Joaquim Soares de Brito de Sá e Lançóis, letrado em Barcelos. O levantamento de constantes embargos só terminaria dez anos depois⁵⁶, após a derrota definitiva das pretensões de Luís Lançóis e as sentenças finais da Casa da Suplicação de Lisboa, curiosamente poucos dias antes do seu falecimento.

É assim que, na décima segunda geração, a família depara com uma grave problemática que poderia pôr definitivamente em causa a sua continuidade patrimonial e geracional. João Luís Jácome (1735-1810) surge então como o elemento da linha colateral da mesma geração que, graças ao seu empenho e determinação, impede a cisão familiar no momento em que esta se sente particularmente ameaçada e, na sequência disso, assume, por várias vezes, a liderança necessária à sua prossecução.

⁵⁰ D. Gaspar de Bragança, Arcebispo de Braga entre 1758 e 1789, era filho ilegítimo de D. João V e meio-irmão de D. José I. O seu antecessor, D. José de Bragança era filho ilegítimo de D. Pedro II e meio-irmão do rei D. João V.

⁵¹ O Prazo e Quinta de Proence, freguesia de Sandiães, do atual concelho de Ponte de Lima, constituía dote de casamento de D. Ana Correia Rebelo com André Jácome de Sousa (8.1), em 1617. Objeto de múltiplos contratos de arrendamento ao longo das gerações o referido Prazo tornou-se um dos maiores e mais importantes prazos da família. Inserida numa extensa área rural, a Casa (Macedo, 1996:121) datada da segunda metade do século XVII, conserva, ainda hoje, o essencial da sua edificação e a sua ligação à família.

⁵² A Provisão Real referida acima (ACA/595) determina o sequestro nos bens do casal Luís Alberto e D. Maria Máxima e o recolhimento desta no Convento de Nossa Senhora dos Remédios da cidade de Braga.

⁵³ ACA/087 – “Atestações de parentesco entre D. Maria Máxima Jácome de Sousa e João Luís Jácome e do legado que esta faz ao dito seu primo” – [post. 1879].

⁵⁴ Ver Anexo 1.c – Esquema genealógico da família Jácome de Vasconcelos.

⁵⁵ ACA/567 - “Inventário a que se procedeu por falecimento de D. Maria Máxima Jácome de Sousa Carneiro”, 1789.

⁵⁶ ACA/167 - “Caderno de notas particulares de João Luís Jácome de Sousa sobre a questão jurídica que manteve com Luís Alberto Lançóis, o marido de sua prima D. Maria Máxima Jácome de Sousa Carneiro”, 1789-1804.

João Luís, décimo segundo senhor da casa e prazo do Avelar, casa-se, em 1755, com D. Maria Ribeiro da Silva Lopes. Dos doze filhos, cinco são varões e destes, só o primogénito, Francisco Jácome de Sousa (13.1) constitui geração. José (13.4) torna-se beneditino, António Xavier (13.6) cónego, João António (13.7) abade e Manuel (13.11) falece aos cinco anos. Das sete filhas, só três casam: D. Maria Tomásia (13.2)⁵⁷, D. Teresa Vitória (13.10)⁵⁸ e D. Josefa Maria do Carmo (13.12)⁵⁹. D. Mariana Luísa (13.3), D. Catarina (13.5) e D. Isabel (13.9) ficam solteiras (falecendo aos 71 anos a primeira e aos 66 as seguintes) e D. Francisca Máxima (13.8) falece aos três anos (de bexigas).

Também aqui, por questões que se prendiam com os hábitos de vida do filho primogénito, claramente expressas no diário que o pai redige entre 1787 e 1810⁶⁰, João Luís Jácome soube sobrepor a estabilidade e a honra da família aos conflitos e aos direitos de primogenitura tradicionais, de forma transitória mas, certamente, essencial à prossecução dos objetivos. Por questões familiares que envolveram o filho primogénito, entre as quais a atração pelo jogo, a estadia no Limoeiro, o rol de despesas e encargos com que onera o pai mesmo depois do casamento e do nascimento do primeiro filho, João Luís Jácome de Sousa confia os bens, por testamento⁶¹, ao seu sétimo filho, João António Jácome de Sousa, abade de Beiriz. No entanto, com a cláusula de salvaguarda de este os dotar ao sobrinho Fernando, filho de Francisco, quando viesse a casar⁶², mantendo-se e restaurando-se assim a continuidade familiar e patrimonial.

Esta opção de João Luís Jácome de Sousa levantou diversas contendas entre os herdeiros Francisco Jácome e João António e entre este e Fernando. Num processo conturbado e moroso, como prova a quantidade de documentação produzida em torno deste tema, a questão da sucessão dos bens da família é finalmente resolvida quando, em 1824, Fernando Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (14.2) celebrou um contrato⁶³ amigável com o tio abade, ficando, então, a ser o único e universal herdeiro e o décimo quarto senhor da Casa e Quinta do Avelar.

⁵⁷ D. Maria Tomásia (1760-1824) casa em 1785 com Sebastião Álvares Calvão de Sousa Morais, capitão-mor e vereador na vila de Chaves.

⁵⁸ D. Teresa Vitória (1777- ?) casa em 1796 com Francisco António Pereira do Lago, cavaleiro professo na Ordem de Cristo e senhor da Casa e Quinta de Passos, situada em Areal de Passos, S. Vitor, Braga.

⁵⁹ D. Josefa Maria do Carmo (1782- ?) casa em 1801 com Custódio José de Sousa Pinto Pimentel Leitão Cochofel, senhor da Casa do Paço da Torre da Lagariça, concelho de Aregos do Douro. Datada da primeira metade do século XII a Torre da Lagariça, construída com o objetivo da defesa da linha do Douro na época da Reconquista, ficou imortalizada na obra de Eça de Queiroz, *A Ilustre Casa de Ramires*. O solar, adaptado à torre, data do século XVII e mantém-se hoje na posse da família Cochofel.

⁶⁰ ACA/088 - "Diário de João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos", 1787-1810, com estudo e transcrição publicados em: Macedo, A. M. (2013) *Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense 1787-1810*, Braga: ADB/UM .

⁶¹ ACA/062 - "Certidão se testamento de João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos", 26.3.1823.

⁶² Caso tal não viesse a acontecer, estavam também expostas no testamento outras soluções com o mesmo propósito.

⁶³ ACA/147-3 - "Certidão de escritura de transação amigável e desistência dos prazos feita entre o Reverendo Abade de Beiriz João António e seu sobrinho Fernando", 30.3.1852.

Três anos depois, em 1827, Fernando Jácome (1796-1856), formado em Leis pela Universidade de Coimbra, casa com D. Maria Isabel de Abreu e Lima Pimenta Correia Feijó, de Ponte de Lima, concebendo doze filhos.

Esta prolífera geração, instalada na Casa do Avelar, não teve, no entanto, uma vida dócil. Não só vem a sofrer das agruras de uma época marcada pela instabilidade, a emigração e a desadaptação política ao Liberalismo como ainda, e de uma forma mais cruel, sente na pele o flagelo da tísica e da febre tifoide que tantas vítimas causara à época. Na verdade, a emigração de três dos membros desta geração para o Brasil - João (15.5), Luís (15.6) e, pouco mais tarde Fernando (15.4), que deixara a sua promissora carreira de advogado e distinto jornalista no Porto, partindo para junto dos irmãos e dedicando-se à Revista “O Globo” no Rio de Janeiro – donde não chegam a regressar devido às febres tifoideas que os vitimam - marca então indelevelmente e de um modo trágico esta família. A febre tifoide, a ictéria e a tísica haveriam também de fazer desfalecer o pai (no mesmo mês de abril ano de 1856 que os seus filhos Fernando e Luís, no Brasil) e, poucos anos depois a mãe, a filha Maria da Conceição (15.7), com 40 anos, bem como, próximo ainda, o irmão Francisco (15.3) primogénito na linha varonil, casado e representante da Casa, então com 49 anos de idade, viúvo e sem filhos.

Será pois, neste contexto que o décimo filho, Vasco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (1840-1918), casado em 1886 com D. Rosa Emília de Sousa Faria Girão, se tornará o décimo sétimo senhor da Casa do Avelar. Deste casamento nascem sete filhos, sucedendo na casa o segundo filho e primeiro varão, Fernando Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (16.2). Deste matrimónio, celebrado em 1921 com D. Maria Luísa da Costa Cabral, descendem dois filhos. O mais velho, Vasco Francisco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (1922-), que casa em 1946 com D. Ana Luísa de Jesus Cardoso de Macedo e Meneses, torna-se no atual décimo nono senhor da Casa do Avelar, com uma geração de nove filhos, netos e bisnetos.

4.1.2- O Património: prazos e bens vinculados

Com vista a termos uma ideia mais clara do conjunto dos bens que constituíam o património da família ao longo das gerações, sem ceder ao detalhe mais próprio da especificidade do domínio jurídico, elaborámos uma relação dos principais prazos e dos bens vinculados, na qual

constam as suas principais indicações de âmbito geográfico, cronológico e jurídico, partindo da principal fonte documental que a este respeito possui o arquivo de família⁶⁴.

Assim, distinguindo os prazos⁶⁵ (quadro 1) e os bens vinculados⁶⁶ (quadro 2), podemos sintetizar o rol destes bens do seguinte modo:

Quadro 1 – Prazos

<p>Prazo do Avelar (Avelar de Cima e Avelar de Baixo) freguesia de S. Tiago da Cidade (Braga)</p>	<p>Prazo eclesiástico foreiro à Mitra Primaz, cedido em escritura de 1509 a Duarte Jácome de Araújo pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa. O Avelar de Cima, constituído pela Casa e Quinta do Avelar de Cima, tornou-se o núcleo da unidade familiar até hoje. O Avelar de Baixo, também conhecido por Prazo dos Prados era constituído por casas altas e casas térreas com suas quintas e poço, sitos na mesma rua dos Pelames (atual rua S. Geraldo).</p>
<p>Prazo da Quinta de Urjães, freg. de S. Tiago da Cidade (Braga)</p>	<p>Prazo foreiro ao Cabido. Constituído por várias casas, currais, palheiros, campos e terras, chega à família por escritura de compra efetuada em 1680 por João Jácome de Sousa (10.4) e mulher D. Mariana Pedrosa⁶⁷.</p>
<p>Prazo do Assento de Lamas, freg. de S.ta Maria de Lamas (concelho de Braga)</p>	<p>Chega à família por casamento de Francisco Jácome (6.1) com D. Leonor Campelo Sousa Meneses⁶⁸, em 1544. Era composto por várias propriedades entre casas, campos, bouças, pomares, moinho, com rendimentos avultados. Foi renovado em 1748 a José Jácome de Sousa (11.2), doado em testamento em 1809 a João António Jácome (13.7) e na segunda metade do século XIX, deixou de pertencer à família.</p>
<p>Prazo da Quinta de Proence freguesia de Sandiães (extinto concelho de Penela e hoje concelho de Ponte de Lima)</p>	<p>Prazo foreiro ao Mosteiro de Landim. Chega à família através do dote de casamento de D. Ana Correia Rebelo com André Jácome de Sousa (8.1) em 1617, dotada com metade desta quinta. A outra metade foi herdada por André Jácome de Sousa (10.3), neto dos anteriores, por testamento de seu tio materno, Eleutério Correia de Lacerda. Objeto de múltiplos contratos de arrendamento ao longo das gerações, torna-se um dos maiores e mais importantes prazos da família, compreendendo numerosos campos, duas fontes de rega, leiras, moinhos, pomar e um engenho de serrar. A Casa, da segunda metade do século XVII, e algumas propriedades, passaram depois, por herança, a Fernando Jácome de Sousa Machado Vasconcelos (16.2) e esposa, D. Helena Maria Araújo Carvalho Matos, encontrando-se ainda hoje bem conservadas.</p>

⁶⁴ ACA/193 - “Livro dos rendimentos da Casa do Avelar”. Trata-se de um livro encadernado, organizado e preparado para receber os assentos de contas dos prazos que possuía a família. Iniciado com um *Index* que discrimina todas as propriedades nele contidas, termina com o seguinte termo de encerramento: “Tem este Livro que teve o seu principio no ano de 1837, 502 folhas que todas forão, com assistência minha, numeradas, e se deverá dar inteiro crédito a toda a descarga, que nelle, por minha letra, se achar feita./Braga, 29 de Setembro de 1837/Fernando Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos” [1837-1847].

⁶⁵ Entende-se por prazo o bem imóvel sobre que se constrói o contrato de emprazamento e por foro o cânon a satisfazer ao senhorio (Costa, 1957). A família, foreira à Mitra, pagava-lhe o seu foro, mas, por outro lado, celebrava com terceiros contratos de subemprazamento ou subaforamento. Desta forma não só evitava que os seus bens ficassem ao abandono como os seus caseiros lhe proporcionavam os rendimentos necessários ao sustento da família. Os contratos eram normalmente anuais ou por um número definido de anos e englobavam um compromisso regulamentado por um sistema de obrigações e direitos que ambas as partes deviam cumprir. Os emprazamentos eclesiásticos eram objeto de uma regulamentação própria. Normalmente concedidos por três vidas, podiam, em alguns casos, tornarem-se perpétuos (Noronha, 1697).

⁶⁶ A instituição de morgados desenvolveu-se sobretudo a partir do século XIII. Foi uma forma institucional e jurídica para defesa da base territorial da nobreza e perpetuação da linhagem. As capelas surgiam quando a afetação de domínios e seus rendimentos se destinavam a serviços religiosos por alma dos instituidores, normalmente a “aniversários” de missas. Os morgados constituíam um “vínculo” que não podia ser objeto de partilhas; era transmitido ao filho varão primogénito, no entanto, na falta deste poderia passar à linha feminina, enquanto não houvesse descendente varão. Era obrigatório o envio à Torre do Tombo de um exemplar da instituição de morgados e de capelas. Disponível em antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/extincao-dos-morgados-e-capelas/.

⁶⁷ ACA/359 - “Traslado da escritura de compra de dois prazos sitos no lugar de Urjães, que fez, aos 12 de Março de 1680, João Jácome de Sousa e sua mulher D. Mariana Pedrosa a António de Magalhães”, no valor de 350.000 reis.

⁶⁸ ACA/179 - “Certidão do teor do prazo do Assento de Santa Maria de Lamas (...)” - o prazo de S.ta Maria de Lamas é instituído por Filipe Campelo, cônego na Sé de Braga, a sua filha natural D. Leonor Campelo, com foro anual à Igreja de Santa Maria de Lamas.

Quinta de São Vicente Ferreira Cangosta de Urjães, S. Tiago da Cidade (Braga)	Compunha-se de um prédio rústico, de natureza alodial, com lojas e cortes para gado, eira, cobertos e campos de terra de lavradio e videiras. Foi adquirida por domínio direto de Vasco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos, em 1885 ⁶⁹ e foi objeto de vários contratos de arrendamento que se prolongaram por princípios do século XX.
Quinta de Mouquim , freg. de S. Martinho de Dume (Braga)	Foi doada a D. Maria Máxima Jácome de Sousa (12.1) pela sua tia D. Francisca Catarina Jácome de Sousa (11.5) em 1737 ⁷⁰ . Mais tarde, em 1787, a Quinta passa a João Luís Jácome de Sousa, por nomeação da prima.
Quinta do Carvalho (Douro)	Entrou para o património da família em 1886 como dote de casamento de D. Rosa Emília de Sousa Faria Girão, com Vasco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (15.10). Permanece cuidadosamente administrada ⁷¹ na família até Novembro de 1918, altura em que é vendida.

Quadro 2 – Bens vinculados

Morgado ou Vínculo de São Vicente de Ferreira (Barcelos)	Pertenciam a este Morgado a Quinta de S. Vicente Ferreira ⁷² , uma morada de casas no Campo de Touros, o campo lavradio da Agrela, foros urbanos (68 casas) e pensões rurais. Constituiu dote de D. Inácia Teresa Vilas Boas, instituída segunda administradora pela mãe, em casamento com Francisco Jácome de Sousa (11.4), em 1734 ⁷³ . Por sua vez, D. Inácia nomeia, em 1764, administradora deste vínculo, de linha sucessória apenas feminina, a filha D. Mariana Luísa (12.6), única sobrevivente das filhas, pouco antes de esta casar com Gregório Carlos de Magalhães e Meneses. Contudo, com a Lei Pombalina de 3 de Agosto de 1770 ⁷⁴ que regulamenta os morgados a um tipo único segundo regras fixas de primogenitura e sucessão, o irmão primogénito, João Luís Jácome (12.1), põe em causa a sucessão jurídica do vínculo, ainda em vida da mãe. Em consequência, Carlos de Magalhães e Meneses foi obrigado a entregar os bens vinculados aos senhores da Casa do Avelar ⁷⁵ . Este vínculo foi extinto em 1863 com a lei abolicionista de desvinculação da propriedade senhorial.
Vínculo de Juro Real	Surge em 1754 por instituição de uma Carta de Padrão de Juro Real (D. José I) de cinco contos de réis com vencimento de 4% sobre o rendimento da Casa da Moeda, a Francisco Ribeiro da Silva, sargento-mor e tio materno de D. Maria Ribeiro da Silva Lopes ⁷⁶ . Esta, casada com João Luís Jácome de Sousa, herda-o por falecimento da mãe, em 1779. Tal rendimento representava para Francisco Ribeiro da Silva e seus herdeiros o direito de receberem anualmente da Casa Real 200.000 réis em juro ⁷⁷ .
	Pertenceu, tal como o anterior, a D. Maria Ribeiro da Silva Lopes, por testamento da prima D. Apolónia Maria Ribeiro da Silva em 1800, a qual, por sua vez, também o herdou, por intermédio da mãe, do tio Francisco Ribeiro da Silva. Compreendia uma série de casas, leiras e terras espalhadas pelas freguesias de Sto. André de Gondizalves, Semelhe, Celeirós, Sta.

⁶⁹ ACA/500 - "Certidão da inscrição predial do prédio rústico Quinta de São Vicente Ferreira, 29 Julho 1885".

⁷⁰ ACA/021 - "Apontamentos sobre diversas escrituras relacionadas com a doação da Quinta de Mouquim...", 1737 e outras.
ACA/659 - "Alegações sobre embargos relativos ao prazo de Mouquim", s/d

⁷¹ ACA/195 - "Folhas de Serviço da Quinta do Carvalho elaboradas pelo seu caseiro, 1905 a 1907".
ACA/543 - "Folhas de despesa da Quinta do Carvalho nos anos de 1912 a 1918".

⁷² Esta quinta tinha um grande portal de entrada sobre o qual se encontrava uma imagem de S. Vicente Ferreira, a qual permanece hoje conservada em um nicho de granito na fachada poente da Casa do Avelar.

⁷³ ACA/426 - "Certidão em pública-forma de dote de casamento de D. Inácia Teresa Vilas Boas com Francisco Jácome de Sousa", em 13 de Setembro de 1734 - 1817-06-18.

⁷⁴ A este propósito, Coelho (1979) refere que "até à lei de 1770 a regulamentação dos morgados encontrava os seus traços estruturais no costume sem que fosse necessário um delineamento legal extrínseco"; os vínculos podiam ser "regulares, irregulares ou mistos", tendo a referida lei reduzindo-os apenas ao tipo regular.

⁷⁵ ACA/390 - "Cópia dos articulados e razões jurídicas apresentados na causa de reivindicação do Morgado de S. Vicente Ferreira (...) - 1814.

⁷⁶ ACA/055 - "Certidões e traslado do testamento do Sargento-mor Francisco Ribeiro da Silva (...) 1756"- 1829.

⁷⁷ A cobrança deste Juro Real em Lisboa, por procuração, nem sempre se mostrava simples, o que implicava que João Luís Jácome se empenhasse numa série de diligências junto de amigos e banqueiros em Lisboa e em Braga com vista a obter a sua boa cobrança. Não raramente fazia apelos à interceção divina pelo seu êxito, como podemos testemunhar nos registos do seu diário (Macedo, 2013: 173, 210).

Vínculo de Gondizalves	Ana, Tebosa, Soutelo, Crespos, Sta. Cristina de Pousa e Moure. Em 1815, pelo falecimento de D. Maria Ribeiro, viúva já de João Luís Jácome, ambos os vínculos passaram através de Francisco (13.1) para Fernando Jácome de Sousa (14.2). Ambos foram registados como extintos por Vasco Jácome (15.10) na segunda metade do séc. XIX.
Vínculo de Santo António⁷⁸	Instituído em 1532 por Lopo Dias de Lemos, casado com D. Isabel Jácome de Araújo (5.5), nos claustros da Sé, com obrigação de pagar os foros à Capela de Santo António.
Vínculo de N^a S^a da Boa Memória	Instituído em 1559 nos claustros da Sé, com obrigação de pagar os foros à Capela de Santo António.
Vínculo de Santa Luzia	Instituído em 1559 nos claustros da Sé, com obrigação de pagar os foros à Capela de Santa Luzia.

Do exposto atrás podemos inferir que as propriedades que constituíam os prazos da família Jácome de Vasconcelos se localizavam maioritariamente na cidade e concelho de Braga (prazos do Avelar, de Urjães, de S. Vicente Ferreira, de Mouquim e de Santa Maria de Lamas) com exceção da Quinta de Proence (no concelho de Penela, atualmente Ponte de Lima) e da Quinta do Carvalhal (no Douro). Ao mais antigo, instituído nos primórdios do século XVI - o Prazo do Avelar, em 1509 - a família acrescentou, ainda na primeira metade do mesmo século, o rendoso prazo de Santa Maria de Lamas (em 1544); depois o de Proence, um dos maiores da família, e o de Urjães no século XVII, respetivamente em 1617 e em 1680; no século XVIII a Quinta de Mouquim (1737) e, mais recentemente, a Quinta de S. Vicente Ferreira (1885) e a Quinta do Carvalhal (1886).

No que respeita aos contratos de aforamento, estamos perante várias situações: o prazo do Avelar é foreiro à Mitra; o da Quinta de Urjães é foreiro ao Cabido; a Quinta de Proence, foreira ao Mosteiro de Landim e o de Santa Maria de Lamas foreiro à Igreja. No caso dos prazos mais recentes estamos já perante a concessão de domínio direto (caso de S. Vicente Ferreira) e a doação (no caso das quintas de Mouquim e do Carvalhal).

Relativamente aos bens vinculados estamos perante regras de sucessão diversas. No caso do vínculo de Juro Real, instituído anualmente sobre o rendimento da Casa da Moeda, ou do vínculo de Gondizalves, constituído por um amplo património de casas e terras, estamos no domínio do direito da primogenitura instituída por disposição testamentária. Já no que respeita ao vínculo rural de S. Vicente Ferreira, em Barcelos, estamos perante um campo sucessório por linha feminina. Os restantes três vínculos - Santo António, Nossa Senhora da Boa Memória e Santa Luzia - foram instituídos no século XVI nos claustros da Sé de Braga com obrigação de pagar foros (que podiam ser missas) às respetivas capelas (Santo António ou Santa Luzia). Estes vínculos tinham

⁷⁸ Mais informações sobre este vínculo em ACA/139, ACA/235 e ACA/415.

adscritos a si propriedades que asseguravam o seu prestígio. Os foros eram pagos, maioritariamente, em missas. O direito de sucessão destes últimos fora, no entanto, por várias vezes objeto de levantamento de embargos⁷⁹.

Após a legislação de Mouzinho da Silveira e ao longo do século XIX, sobretudo na sua segunda metade, estes vínculos e capelas vão sendo progressivamente extintos de acordo com a legislação nacional que os considera um entrave ao desenvolvimento económico e um fator de instabilidade social⁸⁰.

4.1.3- A Casa do Avelar

Prova da consciência do longo passado da relação entre a família e o Prazo do Avelar, consubstanciado na permanência ininterrupta na Casa que hoje ostenta, foi a comemoração dos 500 anos da Casa no passado ano de 2009, em que tivemos o privilégio e a honra de participar, com a celebração solene de uma missa pelo então Arcebispo Primaz Emérito de Braga D. Eurico Dias Nogueira, e de um jantar comemorativo nos jardins da Casa.

Aqui se reuniu, numa quente noite de Julho, a ampla família alargada e alguns amigos, sob a égide do atual representante e morador na Casa do Avelar, o Sr. Vasco Francisco (1922-) e de seu irmão, o Sr. Francisco de Assis (1926-) morador, por sua vez, em Leça do Balio. Em ambiente de ar livre a que essa noite convidava, foi apresentado um vídeo filme alusivo à Família, que incluía depoimentos históricos e, simbolicamente, acenderam-se as velas sobre um grande bolo votivo à efeméride. No discurso final, os dois irmãos decanos lembraram o acordo firmado entre ambos e as respetivas famílias relativamente à sucessão da Casa-mãe. Esta décima sétima geração representada pelos dois irmãos é responsável pela geração de, respetivamente, nove e cinco filhos, que, por sua vez geraram um grande número de netos.

A Casa, situada na atual rua de S. Geraldo, em Braga, frente ao Instituto Monsenhor Airosa (antigo Convento da Conceição do século XVII), com a particularidade de acolher continuamente a mesma família desde os primórdios do século XVI, tem um importante valor patrimonial aliado ao seu bom estado de conservação.

⁷⁹ ACA/384 – “Embargos sobre os vínculos de Nossa Senhora da Boa Memória e Santa Luzia” s/d e ACA/141 – “Alegações sobre os vínculos de Nossa Senhora da Boa Memória e Santa Luzia” s/d

⁸⁰ O Decreto de 30 de Julho de 1860 aumentou o rendimento mínimo necessário e obrigou ao registo de todos os morgados e capelas existentes. Em 1863, a 19 de Maio, foi publicada através da Direção Geral da Administração Política, Ministério dos Negócios do Reino, a “Carta de lei pela qual ficam desde já abolidos todos os morgados e capelas atualmente existentes no continente do reino, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas e declarados alodiais os bens de que se compõem”. Disponível em antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/extincao-dos-morgados-e-capelas/.

De origem quinhentista, com características de uma casa vetusta de quinta do Entre Douro e Minho, o edificado sofreu algumas alterações e obras de restauro ao longo dos anos, sem nunca no entanto sofrer grandes mudanças estruturais. Dispõe de uma ampla escadaria exterior e de um arco de entrada em granito trabalhado, encimado pela pedra de armas da família, como podemos ver na imagem atual, abaixo (figura 3), que nos mostra a fachada norte. Deste mesmo lado podemos ver o terreiro onde se encontra um muro de tapamento no sentido norte/sul que segue em linha reta até ao espaço que medeia entre a 3ª e a 4ª janela.



Figura 3 - Casa do Avelar (fachada norte): atual

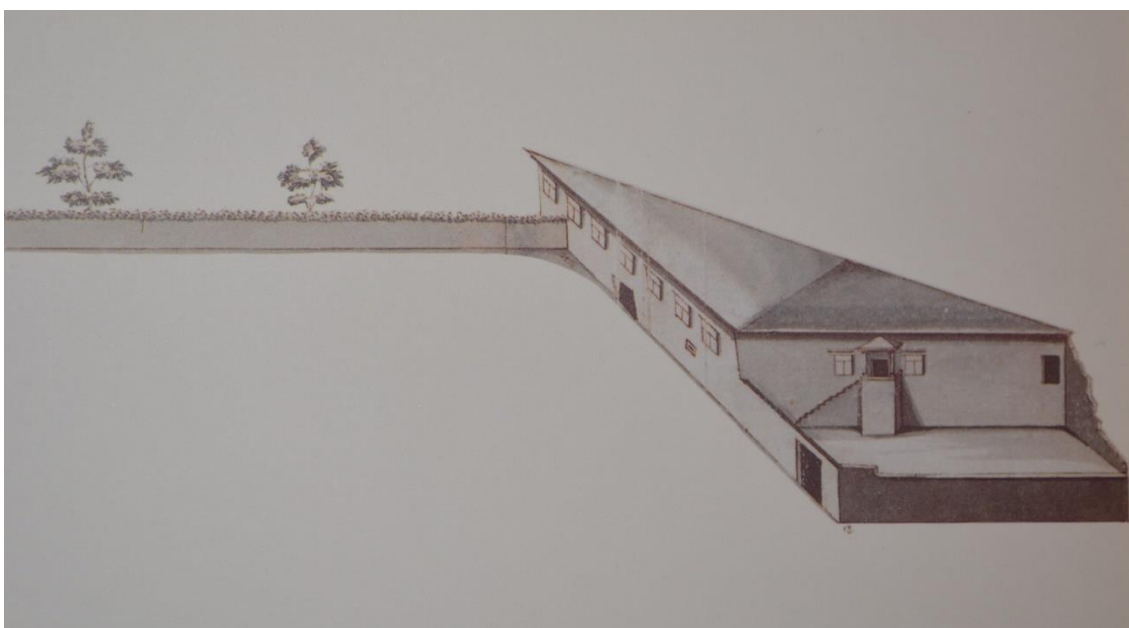


Figura 4 - Casa do Avelar (MRB – 1750)⁸¹

⁸¹ Mapa das Ruas de Braga [1750] - Vol. II, pp. 108.

Anteriormente teria havido um outro muro, mais recuado (entre a 6ª e a 7ª janela), o qual podemos observar na figura 4, extraída do *Mapa das Ruas de Braga* de 1750. Este muro terá sido erguido em 1648 a expensas das religiosas do Convento da Conceição, situado em frente, ficando estas com o terreiro em troca do pagamento de foro aos senhores da Casa. Este muro, tendo-se demolido com o tempo, deu origem a várias contendas entre as duas partes até um novo acordo, em 1831⁸², que estipulara o novo muro representado na imagem (figura 3).

Por 1942 Fernando Jácome (16.2) empreende algumas obras de restauro, nas quais se inclui o varandim coberto que hoje ostenta a fachada norte da casa (ligeiramente visível na figura 3), por detrás do referido muro, e que prolonga as salas para um espaço exterior sobre o jardim. É também desta altura que data o brasão colocado sobre o portão da entrada na mesma fachada norte, como podemos observar na imagem abaixo:



Figura 5 – Casa do Avelar: pedra de armas⁸³

⁸² ACA/226 - "Escritura de contrato (...) que fazem a Madre Abadessa e mais religiosas do Convento de Nossa Senhora da Conceição (...) com Fernando Jácome (...)"; "Requerimento de Fernando Jácome para obter a certidão de registo (...) para anular a escritura de troca e permuta feita em 12 dezembro de 1648.", 1830/1831.

⁸³ Nóbrega, V. O. (1971: 669)

Aí podemos observar, como descreve Vaz da Nóbrega (Nóbrega, 1971: 669), a pedra de armas⁸⁴ em granito, apresenta um elmo aberto, gradeado, posto de perfil, à direita, com timbre. Tem uma composição plena com timbre de armas partido: no I um castelo (em campo de esmalte azul) e no II uma meia águia movente do traço de partição (em campo ouro).

Relativamente ao valor patrimonial da Casa (Lemos, 2002: 609-624), para além da sua antiguidade, é de salientar que foi construída sobre a muralha tardo-romana de Bracara Augusta, não sendo de excluir a hipótese de que a Porta Sul da cidade romana ficasse no local onde se situa a Casa do Avelar. O traçado da muralha está bem estabelecido, graças aos trabalhos arqueológicos realizados em vários pontos da cidade, encontrando-se bem conservada e visível sob a cerca do Convento da Imaculada Conceição. Como podemos visualizar na imagem abaixo (figura 6), reproduzida do sítio eletrónico de comunicação *Google Earth*⁸⁵, a cota dos terrenos da Casa coincide com a da muralha romana que se estende ao longo da cerca do Convento. Juntam-se ainda as casas nº 93 e 95 (visíveis na figura) por delimitarem e complementarem o terreiro fronteiro à casa do Avelar.



Figura 6 – Quarteirão da Casa do Avelar, jardins e largo fronteiro

⁸⁴ No arquivo da casa existe um desenho a cores do brasão de família assinado por Fernando Jácome e datado de 1930. O mesmo se pode ver em Macedo, 1996: 80.

⁸⁵ *Google Earth*, consultado em 4 de outubro de 2017

Com base nestas importantes circunstâncias e nos termos da lei nº 107/2001 de 8 de Setembro, foi recentemente requerida e aceite a classificação do conjunto à Direção Geral do Património Cultural (DGPC) / Ministério da Cultura⁸⁶.

No jardim voltado a sul conservam-se vários elementos de construção romanos bem como diversas epígrafes funerárias que teriam sido adquiridas na área adjacente (Avenida Imaculada Conceição, conhecida por Rodovia). Na verdade, as obras de edificação da Rodovia, nos finais da década de cinquenta do século passado, obrigaram a um reajustamento de todo o espaço. Esta fachada sul (onde foi aberta uma nova entrada) bem como as traseiras da Casa foram as que sofreram modificações.

4.1.4 - O Arquivo e seu estudo

Como já foi apontado, o Arquivo da Casa do Avelar (ACA) encontra-se, desde 1 de outubro de 2008 - data da cerimónia de doação pelo seu proprietário, o Sr. Vasco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (19.1) do arquivo privado ACA ao ADB - depositado nas instalações do ADB e, por isso, disponível para consulta pública. Foi, seguidamente à doação, editado um Catálogo⁸⁷ onde é apresentado um quadro orgânico-funcional do Sistema de Informação da Casa do Avelar, segundo as normas ISAD(G), composto por 14 secções (determinadas pelas gerações), 50 subsecções (respeitantes às pessoas nascidas em cada geração) e 14 subsistemas (que integram outras unidades familiares), no qual se enquadram os 2291 documentos com os respetivos índices (5): de secções, subsecções, subsubsecções e subsistemas; temático; onomástico; de cotas e cronológico. Este Catálogo é da responsabilidade de Ana Sandra de Castro Meneses, técnica do ADB, empreendido a partir do nosso estudo sobre a família e o arquivo (Macedo, 1996), mantendo a mesma ordem e cota⁸⁸ expressas no catálogo e índices que então elaboramos e publicamos⁸⁹. Os referentes de cota são, por isso, comuns, razão pela qual os usamos aqui.

Na verdade, quando, no início dos anos 90, fizemos o estudo arquivístico (Macedo, 1996:247-390) do ACA foi já com a orientação de Malheiro da Siva (1992)⁹⁰ que nos dispusemos

⁸⁶ Proposta de classificação como Imóvel de Interesse Público requerida pela ASPA (Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural) à DGPC, com despacho de abertura de procedimento de classificação obtido em 06.02.2018.

⁸⁷ O Catálogo (2010), composto de parte I (estudo orgânico-funcional), parte II (catálogo) e parte III (Índices), encontra-se disponível em <http://www.adb.uminho.pt/uploads/Parte%20I.pdf> e <http://www.adb.uminho.pt/uploads/Parte%20II.pdf> (acedido em 18 fevereiro 2018, altura em que a III parte ainda se não encontra disponível).

⁸⁸ Ver ADB (Catálogo, 2010: 13 e segs).

⁸⁹ Ver (Macedo, 1996: 251-390).

⁹⁰ Além da consulta das suas publicações sobre arquivos de família e arquivos pessoais, contamos também então com os preciosos conselhos e a orientação do Professor Doutor Armando Malheiro da Silva a quem estamos muito gratos.

a respeitar, dentro do possível, a ordem original dos documentos e a lógica subjacente à sua produção, o mesmo é dizer, *o modus faciendi* dos seus produtores originais⁹¹, aplicando o método analítico que nos possibilitou a elaboração do Catálogo e dos três Índices (de Séries Documentais, Cronológico e Antroponímico) que então elaboramos e publicamos.

Seguimos, portanto, um modelo sistémico, comprometido com a ciência da informação, como defende Malheiro (Silva, 2009), o qual se distancia do modelo tradicionalmente historicista, que valoriza o documento em si, estático, e não sobretudo, como o fazemos agora, a(s) informação(s) nele contida(s) e a sua dinâmica relacional. Esta mesma convicção em requisitos orgânicos e funcionais que seguíramos está portanto também na base da elaboração do Catálogo publicado pelo ADB, que referimos acima. Tal conceção sistémica relacional permite-nos uma gestão de informação que nos possibilita não só aceder à dinâmica interna do arquivo como empreender de forma transversal e interdisciplinar uma investigação eclética no domínio dos Estudos Culturais em que nos encontramos.

Sem nos determos mais no estudo orgânico funcional do fundo e do seu tratamento técnico, os quais se encontram à disposição de consulta pública, passemos à análise do conteúdo temático documental do arquivo.

Tal como parece acontecer na generalidade dos arquivos de família, a formação do Arquivo da Casa do Avelar terá partido da necessidade de gestão do património e dos negócios da Casa no seu todo, daí a predominância dos documentos de carácter patrimonial e processual. Os processos jurídicos, civis ou eclesiásticos - que englobam embargos, litígios, alegações, inventários, autos, acórdãos e outros - juntamente com as partilhas e inventários de heranças, constituem o volume mais considerável da documentação. Mas se processos e heranças em conjunto contabilizam o maior número de unidades documentais em proporção às restantes temáticas - facto que releva o seu valor intrínseco como fonte privilegiada para outros estudos, nomeadamente jurídicos - o conjunto constituído pela correspondência (cartas, convites, cartões, postais, convocatórias e ofícios, nomeações, faturas) não lhe fica atrás, podendo mesmo ultrapassá-lo, dado que se torna inviável, não raras vezes, individualizar cada uma destas unidades quando surgem agrupadas. Testamentos, escrituras de compra e venda, dívidas, empréstimos, arrendamentos, foros, rendas, censos, despesas e receitas, são outros tantos assuntos que

⁹¹ Na verdade, um diagnóstico rigoroso pôs em relevo a existência quer de folhas soltas sobrepostas a documentos com várias designações tais como "Masso nº..." ou "Títulos e papéis avulsos", quer de pequenos pedaços de papel, presos ou não aos documentos, contendo o respetivo "sumário". A existência destes títulos e verbetes mostrou-nos com clareza que a arrumação dos documentos em arcas era uma das práticas comuns e implicava a sua sumariação para mais fácil busca e conhecimento do respetivo conteúdo. Por empenho familiar, o Arquivo da Casa terá passado a dispor, em grosso e desde meados do século XIX, de um dispositivo de busca de informação muito próximo da de um Catálogo, sendo por isso essa a linha de orientação que tomamos, através de um meticuloso trabalho de recuperação de informação documental.

compõem em número significativo o arquivo da família. Há ainda outros que se juntam, em menor proporção, mas que, em conjunto, nos colocam perante um mundo imenso de possíveis assuntos a explorar.

Para o estudo que aqui agora apresentamos centramo-nos particularmente nos documentos que se prendem com o sujeito enquanto autor dos seus próprios escritos, elemento dinâmico e interveniente na produção de documentos, gerador e construtor ativo da memória social. De acordo com Cook (1998) o conceito de ciência, no qual inclui a ciência arquivística, foi radicalmente modificado pelo reconhecimento da sua natureza subjetiva onde antes fora caracterizada como objetiva, neutral e desinteressada. Daí o não haver hoje motivos para desconsiderar os escritos pessoais e os arquivos privados a favor dos públicos e a importância em preservar também aqueles no seu valor de agentes ativos e indispensáveis na construção da memória social. Assim e no seio do estudo que fizemos do arquivo e da família Jácome de Vasconcelos da Casa do Avelar, salientamos os escritos produzidos pelas personalidades mais ativas e proeminentes da família ao longo dos seus percursos de vida, relevando um contributo pessoal mas autêntico para uma visão pública da sociedade e da cultura de então.

É o caso do pequeno livro de notas⁹² encadernado à mão, onde D. Ana José Carlina Jácome de Vasconcelos (15.1), 16^a Senhora do Prazo do Avelar, começa a escrever as suas notas pessoais no ano em que fica viúva, em 1879, aos 52 anos e sem filhos, após ter assistido, na qualidade de mais velha dos doze irmãos, ao maior infortúnio jamais vivido numa só geração da família. Na verdade, D. Ana José, cabeça de geração, acompanha o falecimento de nove dos seus irmãos, dos quais quatro de forma trágica, bem como ainda de ambos os pais, vitimados pelas agruras da época que também atingem, pesadamente, a família: a tísica, a febre tifoide e a emigração para o Brasil.

Mas não é de lamentos nem de agruras que a Viscondessa de Ruães⁹³, que casa aos 49 anos e fica pouco tempo depois fica viúva, mais nos fala, antes se detém, admiravelmente, em apontamentos sobre o nascimento dos irmãos, os trabalhos, as compras, a gestão da Casa, os quais nos fornecem importantes informações para o conhecimento da família e dos seus trâmites na segunda metade de oitocentos. É também ela quem, num intuito pragmático, completa os

⁹² ACA/535 – “Pequeno livro de notas variadas pertencente a D. Ana José Carlina...” [1879-1888]; tamanho: 168x215x5 mm.

⁹³ D. Ana José Carlina casa em 1876, aos 49 anos, com Bento Luís Ferreira do Carmo, então com 78. Este em 25 de Setembro de 1872 recebeu do rei D. Luís I o título de Visconde de Ruães, sendo também um dos sócios fundadores da fábrica de papel de Ruães (Braga).

registos da administração da extensa Quinta de Proença⁹⁴, deixados inacabados pelo irmão Francisco (15.3) quando este falece poucos dias antes de ela ficar viúva.

São também interessantes os pequenos e bem organizados cadernos de receitas⁹⁵ de cozinha que D. Ana José Carlina redige à mão. Receitas que não têm apenas um conteúdo culinário, porque refletem também o conhecimento do saber fazer e do modo como este é registado e transmitido, numa sociedade pré-industrial e manufatureira, onde a casa é um repositório natural desse conhecimento doméstico multivariado de produção de alimentos, de remédios, de produtos de higiene e limpeza, de resolução dos diversos problemas da vida doméstica e quotidiana. Deles destacamos, a título ilustrativo e mantendo a grafia original, uma curiosa receita para fazer nascer cabelo a partir do suco de cebola:

Receita para fazer nascer o cabelo

Sebolla picada em um almofariz cõa-se o suco por um paninho e poem-se uma noite a serenar devendo guardar se antes de nacer o sol, depois unta se a cabeça na parte aonde faltar o cabelo e assim se continua ate nacer

Mas muitas outras receitas de confeção doméstica para variadas utilizações nos despertam imensa curiosidade, não só pela forma e cuidados com que são concebidas mas sobretudo pelo que nos transmitem sobre os modos de estar e de conceber o tempo à época. É o caso da alongada e minuciosa receita para fazer o “molho de conservar as vagens e outras hortaliças em estado fresco todo o ano” ou as receitas para as maleitas mais frequentes como a da dor ciática (feita com meio quartilho de azeite, meia quarta de cera virgem, um quartilho de vinho branco maduro e um quartilho de urina de menino de 4 a 5 anos, seguindo um conjunto de regras próprias ao longo de vários dias), as dores no pescoço (com papa de miolo de laranja azeda e óleo de amêndoas doces) ou o milagroso remédio para as hemorragias que transcrevemos:

Receita para Hemorragia

Bastantes raízes de malvas bem lavadas devendo ser muito pisadas em cima d’uma taboa muito limpa. Depois poem se a ferver em uma chocolateira de barro nova, que leve uma camada de agua, tendo fervido muito, de modo que a agua esteja reduzida a meia camada, deita se lhe dentro uma boa manada de folhas de tantage⁹⁶ e fervendo até este liquido ficar reduzido a quartilho e meio; cõa-se e deve ser tomado 2 chicaras, uma em jejum e outra de tarde, ou antes de jantar, com intervallo competente do remedio à comida. Deve-se calcular com muita prudência as porções destas hervas, devendo ser duas partes de malvas

⁹⁴ ACA/545 – “Caderno de assento do dinheiro recebido pelo feitor da Quinta de Proença ...” (1870-1880); 27 folhas.

⁹⁵ ACA/196 – “Cadernos de receitas de cozinha” (2) s/d.

⁹⁶ Refere-se a “tanchagem”, nome popular da planta medicinal da família das plantaginácias. O nome científico é “plantago”.

e uma das folhas de tantage, para que fique bem feito este remédio, que tão milagroso tem sido, mesmo para as pessoas de natureza muito delicada.

Esta simples receita não só nos transmite uma ligação muito forte do quotidiano aos remédios caseiros, feitos a partir de um conhecimento empírico e constatado das plantas naturais (no caso as malvas e a tanchagem), como nos elucida sobre os utensílios então usados na cozinha (a chocolateira de barro) ou as unidades de medida correntes (o quartilho, o meio quartilho). Há ainda, neste conjunto, outras receitas como a infalível para serões (feita da mistura de café e sal), as receitas para fazer tinta de escrever (com anilina preta e vinho do melhor), ou para limpar a seda preta.

Mais do que a pura curiosidade que a forma destes escritos e o seu conteúdo nos possuem despertar, estão na verdade, as informações que deles podemos inferir acerca da vida quotidiana numa sociedade de grande isolamento ao nível de difusão de inovações, ainda sem sistemas de distribuição e comércio disseminados e onde o conceito de tempo é fortemente marcado pelos ciclos da natureza. Um saber-fazer transmitido e preservado ao longo de gerações fazia destes registos um repositório de aptidões que havia que conservar e transmitir, pois representavam certamente uma forma de tornar a vida mais amena e tranquila.

4.1.5 - Um homem, a família e a sua época

De entre os escritos privados dos vários membros da família que nos permitem aceder a uma visão pública da sociedade e das formas de vida de então, não podemos deixar de distinguir os produzidos por João Luís Jácome (1735-1810) o qual, nomeado herdeiro universal na linha colateral na 12^a geração, se empenha seriamente na família face a todos os desafios com que a vida o depara. Atentemos, por isso, um pouco mais na história desta personagem singular que se destaca como um cicerone a partir do qual melhor podemos conhecer a família da aristocracia a que pertence, a cidade onde vive, os locais em que se move e a época específica que medeia entre os meados do século XVIII e o dealbar do XIX.

João Luís Jácome (12.1), filho primogénito de Francisco Jácome de Sousa (11.4) e D. Inácia Teresa de Vilas Boas, casa aos 20 anos com D. Maria Ribeiro da Silva Lopes⁹⁷, então com apenas 15 e, sem que então nada o previsse, viria a desempenhar um papel importantíssimo na

⁹⁷ D. Maria Ribeiro da Silva Lopes (1740-1815), filha de D. Catarina Ribeiro da Silva é prima direita, pelo lado materno, de André Soares da Silva, o conhecido arquiteto do barroco bracarense.

continuidade da família e do seu património. Na verdade, sem ser suposto, quis o destino que merecesse da sua prima em segundo grau, D. Maria Máxima (12.1) o instituto de herdeiro universal e assim dar ensejo aos desígnios sucessórios, numa altura particularmente difícil do historial familiar, a que atrás já aludimos. Talvez por isso ou também devido a isso se deverá explicar o número e a riqueza de registos que nos lega. Para além do historial de processos, jurisdições sobre prazos e de relações genealógicas, que lhe conferem o aval de um bom gestor da Casa, da família e do património, João Luís Jácome revela-se-nos ainda, pelas qualidades pessoais de iniciativa, um dedicado memorialista.

Destacamos, entre muitos outros documentos a que também nos referiremos, dois livros manuscritos por si, organizados dia a dia com entradas em forma de diário. Em tamanho aproximadamente semelhante (31 x 22 cm), sem capas, ambos se encontram manuscritos na frente e no verso em papel denso, cor crua, com as folhas dobradas e cosidas com linha da mesma cor, na lombada. O espaço temporal a que reportam chega a coincidir em alguns anos, mas os assuntos tratados são diferentes.

O documento mais específico remete-se à questão jurídica que João Luís manteve com Luís Alberto Lançóis, marido da sua prima D. Maria Máxima Jácome de Sousa Carneiro, tal como indicam as suas primeiras linhas. São 48 folhas escritas de ambos os lados, com o início marcado pela notícia do falecimento de Maria Máxima aos 6 de Outubro de 1789, seguindo-se registos sucessivos ao longo de dez anos, centrados na questão referida, até 1798, data de falecimento de Luís Lançóis.

O outro, mais espesso, é constituído por 89 folhas igualmente manuscritas na frente e no verso e sem numeração. Às primeiras páginas, dedicadas às memórias e informações genealógicas da família, sucedem-se os registos organizados no dia-a-dia, ininterruptamente entre 1787 e 1810, um verdadeiro diário de vida que João Luís Jácome redige, sobre os mais diversos assuntos, ao longo de vinte e quatro anos, até à data da sua morte, aos 75 anos.

A leitura de ambos, a cuja letra nos habituamos a ponto de se nos tornar familiar, envolveu-nos, confessemo-lo, como um romance nos pode envolver, centrando-nos no protagonista que conduz ao desenrolar dos acontecimentos que se sucedem a partir de um espaço definido, a cidade de Braga, através do quotidiano de uma família nobre na viragem do século XVIII para o XIX.

Esta época é particularmente significativa sob o ponto de vista político e social, já que do Senhorio eclesiástico que se afirma em Braga como um verdadeiro principado⁹⁸ – os Arcebispos D. José e D. Gaspar no quadro da administração pombalina – se passa à lei da abolição das donatarias de 1790 promulgada pela rainha D. Maria I, o que leva ao rubro o clima de tensões sociais vividas no município bracarense. De facto, a Carta de Lei promulgada por D. Maria I em 1790 determina, em referência específica à jurisdição do Arcebispo e Arcebispado de Braga, “a abolição de todas as Jurisdições dos Arcebispos de Braga assim na cidade como em todos os coutos e em todas as terras que lhe pertencem e em que têm jurisdição”⁹⁹.

Tal mudança desencadeia naturalmente conflitos não só ao nível da gestão jurídica mas também ao nível social, e muito particularmente entre as famílias tradicionalmente monopolistas dos cargos municipais e as novas forças ascendentes da nobreza segunda e da burguesia letrada, como bem analisa Capela (1999). Dos meandros destas lutas nos vamos apercebendo de forma curiosa através dos diários de João Luís Jácome.

4.1.6 - Um livro de notas particular

Começamos pelo primeiro livro de notas em forma de diário¹⁰⁰, que respeita especificamente à questão jurídica que João Luís manteve com Luís Alberto Lançóis entre 1789 (ano do falecimento de Maria Máxima) e 1798 (ano da morte do seu ex-marido, Luís Lançóis). Trata-se de um assunto que assumia uma importância particularmente relevante e densa nas preocupações de Jácome de tal modo que o leva, em 1789, a conceber um documento/diário próprio para o efeito, não obstante ter em mãos um outro iniciado dois anos antes (o diário mais espesso, iniciado em 1787).

A questão, a que já atrás aludimos, prende-se com a nomeação e sucessão dos prazos das Quintas do Avelar, Proence e Santa Maria de Lamas, de que era senhora e representante D. Maria Máxima, até à data da sua morte em 1789. Instituído em testamento¹⁰¹ herdeiro universal de todos os seus bens pela sua prima - visto esta se encontrar separada por ordem régia, não ter filhos e ser a única sobrevivente de todos os irmãos - João Luís vê-se, no entanto, confrontado com

⁹⁸ Referência à ligação de sangue dos Arcebispos D. José (1741-1756) e D. Gaspar (1758-1789) à Coroa – ambos meios-irmãos dos reis D. João V e D. José, respetivamente.

⁹⁹ Carta de Lei de 19 de Julho de 1790, artigos 29 e seguintes, que determina a progressiva integração da Câmara de Braga na ordem pública, deixando para trás a intervenção donatária.

¹⁰⁰ ACA/167 – “Caderno de notas particulares de João Luís Jácome de Sousa”- [1789-1808], 48 folhas.

¹⁰¹ ACA/050 – “Instrumento de testamento de D. Maria Máxima Jácome de Sousa Carneiro” – 1789-10-09

uma longa e acicatada questão jurídica devido ao empenho de Luís Lançóis em lhe retirar a posse dos referidos bens. Conta-nos Luís Jácome que, quinze dias após o falecimento de Maria Máxima chega à Casa do Avelar um tabelião com o objetivo de dar posse da Casa e da Quinta a um procurador de Lançóis, o qual vinha já do prazo de Santa Maria de Lamas. É o início do processo de embargos levantados pelo legítimo representante da Casa do Avelar que, não obstante, só verá o seu término uma década depois.

Quando, pela Provisão Régia de 1769, acima referida, Maria Máxima obtém a autorização de separação e dá entrada no Convento dos Remédios, logo reclama as doações que, sob ameaças, havia feito ao marido, considerando-se as mesmas nulas e revogáveis¹⁰². Na sequência, é elaborada a escritura de nomeação de todos os prazos em João Luís Jácome ficando este com a posse judicial dos mesmos¹⁰³. Mas é quando, vinte anos depois, por falecimento da prima, este assume a sua posse pessoal, que a questão se abre em verdadeira contenda. Luís Jácome envolve-se nela de corpo e alma. Contando com a colaboração pontual dos seus irmãos José Jácome (12.5) e Luís Jácome (12.4), dos seus genros Francisco António Pereira do Lago (casado com D. Teresa Vitória, 13.10) e Sebastião de Souza Morais (casado com D. Maria Tomásia, 13.2) e a do filho Francisco (13.1), João Luís enfrenta as oposições movidas pelos embargos de Lançóis na Casa da Relação do Porto e na Casa da Suplicação de Lisboa. Aconselha-se então com os melhores letrados e faz deslocações sucessivas às cidades de Barcelos, Porto e Lisboa cujo teor e gastos fixa minuciosa e escrupulosamente no seu diário.

É assim que ficamos a saber, por exemplo, que João Luís Jácome se deslocava de Braga ao Porto em 8 ou 9 dias (em 1796, de 26 de Julho a 4 de Agosto) no seu cavalo capado, tendo ao lado o seu criado, em mula de aluguer, fazendo pernoita em estalagens. Às despesas que isto implicava acresciam outras como seja o pagamento ao carreteiro que transportava canastras com laranjas e presuntos na sua carreta de bois.

Sabemos ainda que, em Agosto (de 16 a 27) do mesmo ano se desloca de novo ao Porto, no seu macho, acompanhado de dois criados e respetivas bestas, gastando ao todo, como aponta, 21.600 reis.

Outra das vezes aproveitara a mesma viagem para pernoitar em Beiriz, visitando aí os primos, e partindo no dia seguinte acompanhado de dois criados, permanecendo desta vez, quase um mês (2 a 30 de Março de 1797) na mesma estalagem do Porto. Segundo descreve, levou para

¹⁰² ACA/167 – referência à escritura de 29 de Dezembro de 1769, na nota do tabelião José António da Silva.

¹⁰³ ACA/167 – referência à escritura de 29 de Março de 1770.

esta estadia 64.320 reis em dinheiro. Deles despendera 13.600 na estalagem pelo quarto com duas camas e “pelo comer de prato”. Ao primeiro criado que com ele estivera, pagara 1.400 reis, ao outro que também o acompanhara, 900. A estas despesas fixas, outras se somavam como o aluguer dos machos, os cereais para comerem e a palha; ou os 720 reis do peixe miúdo que às vezes comprava; o pão que mandava comprar todos os dias pelos criados (a broa para eles e a regueifa de Valongo para si); e ainda o vinho, o barbeiro, o cabeleireiro, os estafetas.

A tudo isto havia ainda a juntar as prendas que por vezes levava para dar em agradecimento aos procuradores e letrados através de estafetas a cavalo. É o caso do Santo Cristo dourado com cruz que, em Dezembro de 1797, remete ao letrado do Porto; ou das canastras com 250 laranjas para o amigo desembargador na mesma cidade; ou ainda das rasas de centeio e milhão que envia ao escrivão em Braga, em Novembro de 1795, por este lhe passar as certidões sem cobrar.

Nas deslocações a Barcelos, fazia-se acompanhar normalmente de um ou outro dos seus genros, a cavalo, com os respetivos criados os quais iam, normalmente, a pé.

Mas é nas idas a Lisboa que João Luís Jácome despende, incomparavelmente, mais. Quando, nos inícios de 1798, aos agravos de Lançóis na Casa da Relação do Porto se junta a Casa da Suplicação de Lisboa, é no filho Francisco (13.1), já casado e a viver na Casa do Avelar mas com frequentes hábitos de deslocação e estadias na capital, que o fidalgo confia as principais diligências. Porque estas não se mostram simples, João Luís reúne documentos e entra numa azáfama de contactos e providências com procuradores e letrados da Corte para que Francisco ficasse bem imbuído dos procedimentos a ter.

Os encargos mais avultados e dispendiosos são, no entanto, com o próprio filho. Com a partida marcada para 19 de Fevereiro de 1798, seguem-se os preparativos. Junto dos alfaiates, dos sapateiros, dos ourives e outros locais de venda, João Luís preocupa-se com a preparação da indumentária: pano de Holanda branco e cambraia para fazer camisas brancas, botões de camisa, lenços finos, cetim preto, coletes de veludo com forro de seda, sapatos de cabedal, espadim de prata, botas, esporas com correias e fivelas, ligas das pernas, caixa de tabaco, tinteiro e ainda, para acompanhar, o criado, casado e sapateiro de profissão. Nos meses seguintes seriam ainda enviadas a Francisco mais encomendas: um vestido novo que lhe dera o irmão, Abade de Beiriz, embrulhado em uma coberta de chita e colocado dentro de um caixão de madeira mandado fazer para o efeito; uma canastra com línguas, salpicões e presunto – as carnes fumadas. Tudo isto era enviado para Lisboa através de almocreves.

A preocupação com as camisas brancas de tecidos delicados e os lenços finos tem, nesta época, um significado particular. “Evocar a roupa associando-a ao branco significa associá-la a uma tonalidade social e distintiva” afirma Vigarello (1985: 63) na sua análise à higiene corporal ao longo da história. A camisa parece ser uma referência essencial, mas também “os sapatos, as meias, os cabeções”, tudo para a apreensão do olhar do outro. Não muito diferente do que se passa na sociedade de hoje, ainda que não tenha mais lugar a aristocracia cuja indumentária obedecia então a cânones próprios.

A 17 de Março do mesmo ano de 1798, João Luís recebe a confirmação dos seus direitos pela sentença final da Casa da Suplicação de Lisboa. Ainda assim, a 8 do mês seguinte uma carta de Francisco comunica a existência de novos embargos colocados por Lançóis. Defraudado com o que considera falso e ofensivo, João Luís remete a Francisco novos documentos, certidões e escrituras¹⁰⁴, comprovando ser o universal herdeiro. Finalmente, a 7 de Julho de 1798 uma nova sentença final é declarada a seu favor. Dez dias depois Luís Lançóis falece.

Nesta causa de Lançóis há a referir ainda a intervenção do filho ilegítimo José Joaquim Soares de Brito de Sá e Lançóis, nascido em Barcelos em 1759 e formado em direito. Este teria sido fruto, segundo nos descreve João Luís, da relação de Lançóis com Paula, enjeitada, natural de Celorico da Beira a qual terá trazido consigo para criada de D. Maria Máxima, sua mulher, quando aí fora juiz de fora. Já casado, José Joaquim, o filho, ter-se-á empenhado na causa que movia o pai, todavia sem os resultados desejados, como vimos.

Para apaziguar a angústia que o assalta nestas situações difíceis cujo porvir não domina, João Luís tem por costume apelar à interceção divina, expressando sentimentos de fé e revelando práticas próprias de uma vivência profundamente católica. À medida que, dia a dia, regista as suas ações, enuncia também promessas às entidades divinas e aos santos como seja “oferecer à Virgem Mãe Santíssima Senhora da Conceição da capela de Santa Justa desta rua, minha padroeira e advogada, um manto de seda de cor” ou “a Santo António da Capela de Santa Maria Madalena do Monte da Falperra 1.600 reis para o seu culto divino” ou ainda “20 missas no Altar de S. Pedro de Rates da Santa Sé pelas almas de todas as minhas obrigações e por todos aqueles que me fizerem bem”.

Com intenção de cumprir as promessas “assim que tiver as últimas sentenças a meu favor, em minha vida ou na dos meus sucessores”, faz questão de registar cuidadosamente por escrito, nas entrelinhas dos seus enunciados, a satisfação dessas obrigações e as respetivas

¹⁰⁴ ACA/167, fol.33.

datas¹⁰⁵. Desta forma João Luís Jácome mostra-se um homem convicto das suas causas que não poupa esforços para levar os seus desígnios avante e, ao mesmo tempo, um homem de fé, crente e coerente com os seus compromissos. Revela também, naturalmente, uma mentalidade própria da época e da cidade em que vive e da posição social que ocupa.

Tendo em conta o carácter meticoloso com que João Luís redige as suas notas, podemos, por exemplo, a propósito do funeral de D. Maria Máxima¹⁰⁶, apreciar o quadro do cerimonial e das despesas fúnebres próprios de uma senhora nobre recolhida no Convento dos Remédios em Braga, no século XVIII. Em primeiro lugar testemunhamos o túmulo e o caixão de madeira que se mandara fazer, forrado a cetim de seda e guarnecido de galões. Depois o corpo que se vestira com a túnica de S. Francisco, por baixo, e o hábito de religiosa de nossa Senhora dos Remédios por cima, com uma touca. Tem-se ainda em consideração uma série de aspetos, como sejam: as bulas de defunto, as missas de corpo presente e outras mandadas celebrar no altar de S. Pedro de Rates, os acólitos de missa, as velas, as tochas e os brandões, os sinos da Sé e de Santa Cruz, os padres do enterro, o sacristão, o porteiro de fora e a criada. Juntamente com o inventário feito pelo escrivão, as despesas, minuciosamente anotadas por João Luís, somavam 106.250 reis. Embora a objetividade e o pragmatismo da descrição não dê aqui espaço a um quadro emocional de sentimentos, fica-nos, ainda assim, um registo útil no âmbito de um inventário ilustrativo de um cerimonial deste tipo.

Mas não ficamos por aqui. Na verdade, se neste caderno de notas pessoais de João Luís Jácome nos podemos aperceber da importância social e cultural dos seus registos, mais ainda o poderemos fazer a partir do segundo livro, mais espesso e abrangente, escrito em forma de um verdadeiro diário de vida ao longo de vinte e quatro anos, entre 1787 e 1810, isto é, a partir dos 50 anos de idade e até ao fim dos seus dias. Não deveremos no entanto prescindir de analisar conjuntamente o seu testamento, verdadeiro depoimento de reflexão de vida, redigido em retiro deliberado, um ano antes de falecer, em 1809.

¹⁰⁵ ACA/167, fol. 16', 17,17',18.

¹⁰⁶ ACA/586-2 – “Despesas com o funeral de D. Maria Máxima Jácome de Sousa Carneiro”

4.1.7 - Um diário

O Diário¹⁰⁷ a que nos referimos e cuja imagem reproduzimos (figura 7), é não só um livro onde João Luís Jácome regista minuciosamente as memórias genealógicas e várias lembranças ligadas à família, como ainda o local onde dá sequência a um diário da vida pública e da vida privada, nele escrevendo dia a dia e continuamente desde os seus 50 anos de idade até aos seus últimos dias de vida.

Pelas mãos do seu autor, como podemos observar na figura 7, inicia com o seguinte título: “Varonia de João Luís Jácome de Sousa e seus antepassados da Casa do Avelar da Rua dos Pelames desta cidade de Braga”.

Este título corresponde, grosso modo, às suas primeiras cinquenta páginas nas quais o autor regista, com a precisão e o cariz próprios de um investigador que apresenta as suas fontes, as informações genealógicas dos seus antepassados, os seus percursos de vida, os cargos desempenhados, a gestão dos bens e as contas, as memórias familiares. Diríamos um preambulo digno de um quadro referencial distintivo.

As referências constantes a documentos que pesquisa nos cartórios ou as indagações que faz junto de nobiliaristas seus contemporâneos¹⁰⁸ atestam uma personalidade empenhada no rigor da sua escrita, a qual completa, posteriormente, com anotações e lembranças nos espaços que deixa nas entrelinhas.

Reportando-se com detalhe às origens da família nos finais da Idade Média e ao seu enquadramento nos órgãos de poder da cidade de Braga ao longo das gerações, o autor denota a importância simbólica que a genealogia representa no seu universo familiar, ou seja, testemunha a valorização da família enquanto legitimadora de varonia, de alianças de casamento, do exercício de cargos de poder, enfim de todo o universo existencial em que se enquadra e deverá manter.

¹⁰⁷ ACA/088 – “Diário de João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos” – [1787-1810]. Com as dimensões de 31x22 cm, é constituído por 89 folhas/ 178 páginas, não numeradas, cosidas na lombada com fio forte. Apresenta algumas danificações na primeira e na última páginas, mais expostas devido à ausência de capa.

¹⁰⁸ É o caso de Manuel José da Costa Felgueiras Gayo (1750-1831), um dos mais importantes genealogistas portugueses, juiz de Barcelos e autor do *Nobiliário de Famílias de Portugal*, 33 volumes.

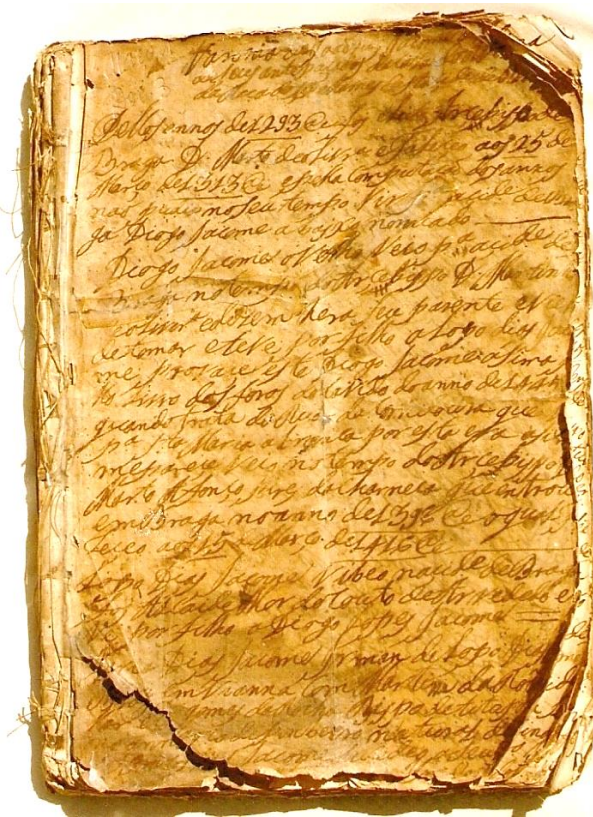


Figura 7 – Diário de João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (1787-1810)

(1ª página)

Concluída esta parte que contém, aliás, informações jurídicas valiosas relativas não só à história da família, mas também à história da cidade nas suas famílias, personalidades e instituições, João Luís incorre, de forma natural, num registo do seu quotidiano que anuncia com entradas diárias até ao seu final, num total de 178 páginas completamente preenchidas pelo seu punho. E é assim que, dia a dia, através das incursões pelos espaços públicos e privados, regista, pela pena do seu olhar livre e espontâneo, o quotidiano do trabalho, os rendimentos, as deslocações, a vida social e política, mas também a casa, as refeições, a família e os seus rituais, as roupas, os filhos, o nascimento dos netos, os amigos, os afetos, as alegrias, as doenças e os momentos difíceis. É de facto por aqui, por entre estes espaços aparentemente fechados e isolados, como sejam a casa, a família e até a intimidade do próprio diário, que melhor e mais atentamente perscrutamos a sociedade no seu quotidiano e nos apercebemos do seu real funcionamento.

A consciência da importância deste texto original levou-nos recentemente a decidirmo-nos pela publicação da sua edição crítica (Macedo, 2013)¹⁰⁹. Aí apresentamos, a par do estudo introdutório, a transcrição do texto integral com uma preocupação de rigor, sem cedências a atualizações no plano da ortografia por forma a atendermos quer ao modo como a língua era escrita por alguém alfabetizado nos finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX, quer à forma como João Luís concebeu o manuscrito: as rasuras, as entrelinhas, as anotações verticais nas margens laterais e as horizontais, em letra mais pequena, os espaços em branco, deixados pelo autor ou até mesmo os riscos verticais apostos por cima do texto escrito¹¹⁰.

Agora, voltando à mesma fonte, são outras as questões que nos colocamos de tal forma é interminável o conteúdo aqui apresentado para o estudo de múltiplas variantes sociais.

Começando por nos questionar sobre as razões que terão levado à produção destes registos, somos induzidos a conjugar a personalidade do seu autor com o contexto da responsabilidade familiar que irá assumir num momento particularmente difícil para a mesma. Sentindo-se, quando não era suposto vir a suceder, sob o peso de uma missão tão incómoda quanto árdua, decorrente da infelicidade da prima e da confiança que nele deposita, João Luís atua de forma intransigente até ao fim, fazendo refletir essa mesma postura na produção e na dedicação às suas memórias. Admitimos que, ao fazê-lo, estaria a responder não só a uma necessidade interior de ordenamento mental, zelo e segurança, como também a de transmitir para a posteridade essa mesma consciência e testemunho. Mais do que estarmos perante um “eu” sentimental – que, todavia, também lá está – defrontamo-nos com um “eu” acima de tudo racional.

Ao longo dos vinte e quatro anos em que escreve no seu diário, com rigor cronológico e continuamente, analisamos a frequência anual com que o faz (Macedo, 2013: 28), identificando períodos mais e menos prolixos na relação quotidiana do autor com o seu manuscrito. Ainda assim, não deparamos com períodos de interrupções ou ausências induzirem hiatos significativos ou quaisquer situações de incúria ou desinteresse.

Entendemos que, em várias ocasiões, o diário de João Luís Jácome é mais do que um diário pessoal. Embora nele inclua frequentes alusões a si mesmo ou ao seu estado de espírito,

¹⁰⁹ Apesar de, na titulação da publicação Macedo (2013) “Memórias e Diário íntimo de um fidalgo bracarense” não constar o termo “edição crítica” é-o de facto, pois foram adotados critérios claros de transcrição e foi feito um estudo rigoroso do autor, do manuscrito e da fonte, bem como o esclarecimento documentado de fatos, datas, indivíduos e demais referências expressas no texto através de notas, conforme observa Silva Malheiro (2013) na sua recensão crítica à obra disponível em <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/download/1037/1053>

¹¹⁰ De referir que o esmero gráfico posto nos aspetos formais e gráficos da edição (2013) não teriam sido possíveis sem o precioso contributo da *designer* gráfica Maria João Macedo, a quem ficamos a dever um artefacto incomum mas decisivo na qualidade da apresentação do texto.

tantas vezes marcado pelas contrariedades provocadas pela personalidade do filho mais velho, é também, e sobretudo, o registo de bordo de um chefe de família - responsável máximo do grande empreendimento que representa a família, as disposições da casa e do património - em conjugação com o seu papel de homem público, um fidalgo, que exerce as funções próprias de uma família de elite nas instituições de poder político e religioso da cidade.

Por outro lado, a relação de Jácome com o seu diário, longe de pretender marcar os momentos de exaltação, os seus fastos e triunfos pessoais, está antes de tudo mais próximo de um confessional de preocupações e de incertezas. O que explicará também a existência de apelos frequentes à interceção de figuras divinas e dos santos, acompanhados do enunciado das promessas devidamente exaradas quanto ao seu cabal cumprimento, como se tal se tratasse de um contrato com o divino, devidamente escrito para que não restassem dúvidas.

Como analisa Michel Vovelle (Vovelle, 1996: 154) no seu estudo das relações dos vivos com os seus mortos ao longo dos séculos no mundo ocidental, “os santos intercessores têm um lugar essencial (...) isolados, em pares e por vezes em grupo, eles intervêm diretamente na dinâmica da salvação”. Ora são várias as dezenas de invocações que, nos seus escritos, Jácome dirige a Deus, à Virgem Mãe Maria Santíssima e a toda a corte do céu, para salvação da sua alma, nos momentos em que este se sente mais desamparado. Mas as invocações que dirige concretamente a “Santo António da Capela de Santa Maria Madalena do Monte da Falperra”, ao “Senhor das Travessas de S. Martinho de Dume”, à “Senhora da Abadia da Santa Sé”, à “Senhora da Conceição da Capela de Santa Justa”, a “S. Mamede de Sandiães”, a “Santa Rita do Convento do Pópulo”, aos “religiosos de S. Frutuoso” ou ao “Altar de S. Pedro de Rates da Santa Sé”, entre outras, menos citadas, refletem, sem dúvida, e ainda usando as palavras de Vovelle “a paisagem das devoções coletivas locais” (Vovelle, 1996:158).

Ficamos assim e desta forma por dentro do leque das idolatrias então praticadas, as quais refletem também, e acima de tudo, uma mentalidade espiritual e os valores profundamente devocionais, mormente católicos, característicos da época e da comunidade em que vive. Na verdade, em situações particularmente sensíveis na vida de Luís Jácome - como seja a questão jurídica que desenvolve contra Luís Lançóis, a cobrança do Juro Real, o nascimento dos netos, a altura em que estes são chamados a cumprir as obrigações militares como cadetes ou ainda quando se avizinha a retirada dos franceses do nosso território invadido - os apelos à interceção divina não se fazem inusitados.

Como bem nos apercebemos, a família Jácome de Vasconcelos estabelece-se desde os seus primórdios em Braga como uma das famílias da elite civil, militar e religiosa da cidade, tomando para si o exercício de vários dos mais destacados cargos de então (Macedo, 1996:92-94).

O estreito relacionamento da família com a figura arcebispal que remonta aos finais do século XIV (na altura D. Martinho Afonso Pires da Charneca), manter-se-ia e estava presente ao tempo de João Luís Jácome. Na verdade, o próprio Arcebispo D. Gaspar de Bragança¹¹¹ é, em 1782¹¹², padrinho de batismo da filha mais nova, D. Josefa Maria do Carmo (13.12). Também no seu diário¹¹³ João Luís nos relata a visita do Arcebispo D. José da Costa Torres¹¹⁴ à Casa do Avelar, aos 30 de Julho de 1807, com o objetivo de visitar a sua mulher e nora sendo que, na sequência do pedido então feito pelas ditas senhoras, de novo aos 9 de Agosto, voltou para celebrar as cerimónias das ordens de *prima tonsura*¹¹⁵ a quatro dos seus netos¹¹⁶.

O cargo de alcaidaria-mor, instrumento de jurisdição militar e um dos principais poderes de intervenção do Arcebispo no governo da cidade, fora também exercido pela família desde os seus primeiros tempos em Braga¹¹⁷. O mesmo aconteceu em relação ao ofício de meirinho-geral dos clérigos¹¹⁸, que em Braga dependia dos Arcebispos e não do rei e que os Jácome, desde 1599, mantiveram ao longo de século e meio¹¹⁹. Outros títulos e cargos de ordem religiosa foram entretanto exercidos pela família na qual sobressaíram dois cónegos¹²⁰, um abade¹²¹, vários monges beneditinos¹²² e várias religiosas no Convento da Conceição¹²³ e no Convento dos Remédios¹²⁴.

¹¹¹ D. Gaspar de Bragança, filho ilegítimo de D. João V, nasceu em Lisboa em 1716 e é Arcebispo Primaz de Braga entre 1758 e 1789, sucedendo ao seu tio, D. José de Bragança, por sua vez filho bastardo de D. Pedro II.

¹¹² ADB, Livro dos Nascimentos (1751-1794), freguesia de S. Tiago da Cidade, assento de 1 de Fevereiro de 1782.

¹¹³ Macedo, 2013: 198

¹¹⁴ D. José da Costa Torres, nascido em Setúbal em 1741, é Arcebispo de Braga entre 1806 e 1813.

¹¹⁵ Como nos diz Araújo (1991: 13) no seu estudo sobre Braga no século XVIII, “ter a *prima tonsura* [cerimónia religiosa em que o bispo dá um corte no cabelo do ordinando] o mesmo é dizer ter entrado oficialmente nas fileiras do clero”.

¹¹⁶ São eles João António, António José e Sebastião Manuel - todos irmãos e filhos de D. Maria Tomásia (13.2) e Sebastião Álvares Calvão de Sousa Morais - e ainda Fernando (14.2), filho de Francisco (13.1), então com quase 11 anos de idade.

¹¹⁷ O enlace de Diogo Jácome (2.1) com D. Guiomar Dias, celebrado com a concessão das casas da honra da Ramada e o cargo de alcaide-mor do couto de Ervededo, prazo da Mitra, consubstanciaram na família uma imanente ligação ao Arcebispo que permaneceria ao longo das gerações. Ao cargo de alcaide-mor terá sucedido Lopo Dias Jácome (3.1), Diogo Lopes Jácome (4.1) e, mais à frente, Francisco Jácome de Sousa (11.4), em 1750 e Francisco Jácome de Sousa (13.1), em 1800.

¹¹⁸ “Meirinho: Juiz Real, executor das sentenças” (Viterbo, 1865:85). O termo de “meirinho-geral dos clérigos” estará provavelmente relacionado com as competências judiciais do Senhorio de Braga, o qual não tinha correição régia e estará então relacionado com o exercício da magistratura no foro eclesial. Era um ofício honrado para os leigos pois os sacerdotes não o podiam exercer (ACA/467).

¹¹⁹ Ofício exercido sequencialmente por Filipe Jácome de Sousa (7.1), André (8.1), Filipe (9.1), André (10.3), José (11.2) e André (12.4).

¹²⁰ Trata-se de Francisco (7.9) cónego na Sé Primaz em 1621 e António Xavier (13.6) em 1790.

¹²¹ João António (13.7), abade da Rendosa, abadia de Santa Eulália de Beiriz.

¹²² Frei Bento (11.7), Frei Simão (12.3) e José (13.4).

¹²³ D. Andreza (11.3) e D. Inês (11.4).

¹²⁴ D. Francisca (11.2), D. Andreza Maria (11.7), D. Isabel (11.8), D. Inês (11.9) e D. Maria Máxima (12.1).

No entanto, o cargo de Provedor da Misericórdia¹²⁵, um dos mais prestigiados e o mais alto dentro desta instituição religiosa, fora já exercido por membros da família desde 1521¹²⁶ e volta-a ser também por João Luís em 1779/80. Com a curiosidade particular de, ao contrário do habitual, este ter sido Provedor antes de ter sido Vereador (cargo que exerce pela primeira vez em 1785), contrariando a prática. Como afirma Capela, “normalmente passa-se de vereador da Câmara a Provedor da Misericórdia”, reconhecendo mesmo haver “um único caso em que se verificou o contrário: Provedor antes de ter sido Vereador” (Capela, 1991: 190). Outra circunstância pouco habitual que se regista a este propósito é o facto de o filho, neste caso o primogénito Francisco Jácome, ser vereador em 1782 isto é, antes do pai, o qual o exerce pela primeira vez em 1785.

É de facto na Misericórdia e na Câmara – principais instituições de poder na cidade – que a família melhor afirma a sua identidade como membro do corpo da elite político-social e alimenta uma das suas principais linhas de continuidade. Na Misericórdia, pela ocupação do seu cargo supremo, o de Provedor, e outros adstritos à alta nobreza secular e eclesiástica. Na administração municipal, pelo exercício sucessivo de cargos de vereação e almotaçaria¹²⁷, lugares habitualmente ocupados pelas classes altas seculares com tradição de antepassados no governo da cidade.

A circulação entre estas duas instituições conferia à família uma posição de prestígio e poder, a par de outras famílias ilustres da cidade, as quais, em pequeno número, conservavam estes cargos como se de um verdadeiro património tácito se tratasse. Mas as confrontações não se fazem esperar. O período de 1750/1830 é uma época de forte significado na dinâmica político-social da cidade e do país. Em Braga, o senhorio exercido pelos Arcebispos Bragança, D. José (1741-56) e D. Gaspar (1758-89), verdadeiros senhores donatários, conduzem a cidade a um período de fortes tensões sociais no município que se vê confrontado com a lei da abolição das donatarias em 1790¹²⁸. O confronto torna-se então perceptível: de um lado os tradicionais

¹²⁵ Cf. ADB “Compromisso da Misericórdia de Braga feito no ano de 628”, o Provedor seria sempre “um homem fidalgo ou pessoa nobre e de qualidade, prudência, virtude, reputação e idade”; não podia ter menos de 40 anos nem servir menos de um ano contínuo, nem ainda ser eleito no primeiro ano em que fosse recebido na Irmandade.

¹²⁶ Foram Provedores da Misericórdia Duarte Jácome de Araújo (5.1), Filipe Jácome de Sousa (9.1) e João Luís Jácome (12.1).

¹²⁷ O cargo de almotaçaria era central na administração concelhia “não só pela sua jurisdição abranger pontos nevrálgicos na vida urbana (abastecimento, preços, saúde), mas também pelo facto de julgarem as questões sem recurso” (Hespanha, 1982:250). Geralmente exercido pelos vereadores dos anos anteriores, em Braga era nomeado pelo donatário, ao contrário do que se verificava com as restantes Câmaras do país. Extinto por decreto de 3/12/1832, até lá manteve-se como um dos cargos de tradição da família que o exerceu em 1732, 36, 40, 44, 46, 50 e 52 com Francisco Jácome de Sousa (11.4); em 1790, 92 e 1803 com Francisco Jácome de Sousa (12.1); em 1803 e 1804 com João Luís (12.1) e em 1817 e 1821 com Fernando Jácome de Sousa (14.2). De registar a particularidade de Francisco exercer este cargo (tal como o de vereador) antes do pai.

¹²⁸ A carta régia de D. Maria I de abolição do poder temporal dos Arcebispos (19 julho 1790), coincide, em Braga com a tomada de posse de D. Frei Caetano Brandão como titular da Arquidiocese de Braga (28 junho 1790), sucessor dos Arcebispos-Príncipes D. José e D. Gaspar. Estes, nas palavras de D. Eurico Dias Nogueira (Arcebispo de Braga (1977-1999), terão preenchido o Palácio Episcopal de Braga de obras de arte de grande valor, tornando-o um verdadeiro Museu de arte europeia, de que o seu sucessor, D. Frei Caetano Brandão, se terá desfeito, distribuindo-as pelos necessitados.

usufrutuários dos cargos municipais, que se vêm agora ameaçados, de outro os novos pretendentes.

As qualidades de observador e amante da escrita, bem expressas no seu diário, bem como o seu estatuto de homem público e participante ativo na vida política e social do seu tempo, permitem-nos descortinar o jogo das intrincadas lutas interfamiliares da elite bracarense nesta época de transição do modelo da gestão senhorial dos Arcebispos para a nova época liberal que se anunciava.

Privando no núcleo da alta hierarquia social da cidade, João Luís Jácome integra seis equipas de vereação entre os anos de 1785 e 1803, na sequência da tradição de continuidade manifesta no exercício do cargo por outros membros da família¹²⁹. As equipas são compostas, invariavelmente, por cinco elementos com as seguintes designações: vereador mais velho, vereador segundo, vereador terceiro, procurador e tesoureiro. Ao longo das seis vezes que exerce o cargo, João Luís ocupa ora o lugar de vereador mais velho ora o de vereador segundo. A constituição das equipas também não variava muito. Como nos refere Capela (1999: 47,48) “a vereação bracarense era não só monopólio nobre mas, mais ainda, uma coutada de um pequeno número de famílias e candidatos (...) assente num sistema eleitoral ainda mais restritivo”. Na verdade, entre 1750 e 1810, a distribuição dos mandatos alternava entre umas cerca de 10 famílias e não mais¹³⁰.

A Carta de Lei promulgada por D. Maria I aos 19 de Julho de 1790, determinando a abolição de todas as jurisdições dos Arcebispos de Braga, faz com que estas famílias intituladas de “primeira nobreza” se proclamem na defesa dos privilégios ameaçados e se movimentem tentando afastar a aproximação social à Câmara da nova nobreza e dos letrados. Em 1792 a equipa de vereação designada inicialmente é remodelada duas vezes, por interferência, ainda, do Arcebispo então D. Frei Caetano Brandão (1790-1805). Na última remodelação João Luís é nomeado pelo Arcebispo e instado a aceitar ao que este corresponde por, como escreve no diário “entender que este ano tinha bons companheiros”¹³¹. Eram eles o primeiro vereador, Afonso

¹²⁹ Conforme confirmamos pelos “Livros de Termos e Acórdãos da Câmara”, AMB, vários membros da família integram, ao longo de nove gerações, equipas de vereação. São eles: Vasco Jácome de Araújo (4.2) em 1493; Francisco Jácome de Araújo (6.1) em 1577; Filipe Jácome de Sousa (7.1) em 1613; Filipe Jácome de Sousa (9.1) em 1643; André Jácome de Sousa (10.3) em 1679; João Jácome de Sousa (10.4) em 1676/78/82/83/88; José Jácome de Sousa (11.2) em 1731; Francisco Jácome de Sousa (11.4) em 1735, 1742, 1749 e 1751; Francisco Jácome de Sousa (13.1) em 1782 e 1804; João Luís Jácome de Sousa (12.1) em 1785, 1786, 1792, 1793, 1801 e 1802/3; Fernando Jácome de Sousa (14.2) em 1826 e 1831.

¹³⁰ Eram elas: Jácome, Costa Vasconcelos, Lopes Marinho, Borges Pacheco Pereira, Cunha Sotomaior, Cunha Gusmão, Leite Brandão, Lopes de Lemos e Silvas (Casa de Passos) e outros, muito poucos, entre os quais Falcões Cotas (Capela, 1999: 48).

¹³¹ ACA/088, fol.58’.

Brandão Leite Peixoto de Azevedo e o terceiro, António Caetano de Carvalho e Silva (equipa nomeada a 11 de Fevereiro de 1792).

São estes vereadores que, em conjunto com João Luís Jácome, redigem uma extensa carta à rainha D. Maria I em Maio de 1793, informando-a do seu desacordo face aos últimos processos eleitorais e à atuação de novos elementos que, proclamam, “nunca foram admitidos nesta cidade para serem Vereadores” mas sim “pautados para serem Procuradores da Camara (...) mas agora com temeridade e ousadia querem (...) igualar-se à primeira Nobreza (...) sem distinção alguma”¹³². Reunindo certidões favoráveis à sua razão e uma relação de nomes intitulada “Mapa de Nobreza”¹³³, afirmam que “enquanto houverem pessoas de qualificada nobreza, não devem ter entrança as de advogados, formados, e seus parciais; pois não bastam as suas letras, se lhes falta a nobreza herdada dos seus progenitores (...) como se evidencia da Ordenação (...)”.

Estas manifestações dão-nos conta da problemática que então se gera à volta da emergência de uma nova ordem municipal que, pelas implicações sociais que traz, levaria ainda algumas décadas para se consolidar. Nos anos que se seguem, várias equipas constantes em assentos de Câmara, não chegam a entrar em funções, essencialmente por, como nos apercebemos nos escritos de Jácome, relações não funcionais de companheirismo.

Em 1801 é nomeada uma equipa de vereação radicalmente nova, sem tradição no cargo e sem ligação à nobreza antiga, mas poucos dias duraria. O Arcebispo, apercebendo-se dos protestos levantados, designa um novo elenco constituído por membros de conhecida tradição, entre os quais João Luís Jácome, que se refere ao facto no seu diário¹³⁴, acentuando a importância dos companheiros. Como nos diz Capela a propósito das mudanças que se geram pela imposição das leis de 1790-92, “reduzir a questão da administração ao confronto entre uma ordem-pública estadual em afirmação e uma ordem social em refluxo é talvez demasiado linear, se não nos referirmos ao papel desempenhado pelas forças sociais em ação mais direta” (Capela, 1991: 35).

A posição de Luís Jácome na subscrição da carta à rainha bem como a de Francisco, seu filho mais velho, ambos constantes no referido mapa de nobreza, dão-nos claramente a posição da família ao lado das famílias da nobreza tradicional ameaçadas pelas novas forças da nobreza segunda e da burguesia letrada que, por sua vez, aproveitam o reformismo vigente para se instalar

¹³² ACA/186 – “Cópia de carta dirigida à Rainha D. Maria I pelos vereadores da Câmara de Braga”, escrita em 13 de Março e completada a 25 de Maio 1793, 8 folhas. A carta apresenta os seguintes subscritores: João Teixeira Monteiro de Carvalho, Afonso Brandão Leite Peixoto de Azevedo, João Luís Jácome de Sousa Pereira e Vasconcelos, António Caetano de Carvalho e Silva e Miguel José da Cunha Cardoso Paços. O texto integral da mesma pode também ser consultado em Macedo (1996: 445-454).

¹³³ Entre os 39 elementos designados no referido Mapa de Nobreza, figuram João Luís e Francisco Jácome de Sousa Pereira Vasconcelos.

¹³⁴ ACA/088, fol.59'

nos cargos. Na verdade, através do seu diário, apercebemo-nos do jogo das intrincadas lutas interfamiliares da elite bracarense, responsáveis quase sempre pelo não funcionamento das equipas camarárias neste período de conturbação social.

São também particularmente interessantes os relatos que João Luís Jácome aí nos deixa das suas atividades como vereador do Senado da Câmara. Ao longo dos vários meses em que exerce as funções nos anos de 1792, 1793, 1794, e depois 1801, 1802 e 1803, João Luís Jácome regista, com um rigor admirável, as atividades que executa nessas funções, bem como as receitas que aufera do exercício de cada uma delas.

Tal permite-nos, a partir da análise do seu caso, reconstruir o leque das funções quotidianas de um vereador de então, a forma como eram desempenhadas as tarefas, bem como o rendimento que cada uma, proporcionalmente, representava no total dos proventos auferidos.

Assim, verificamos que João Luís Jácome como vereador contava um ordenado anual fixo de 50.000 reis, pago em quatro prestações trimestrais (Abril, Julho, Outubro e Dezembro ou Janeiro) de 12.500 reis cada. Para além deste valor fixo, usufruía ainda de um conjunto variável de proventos ligados às várias atividades que a função de vereador implicava, ou seja: as vistorias (isto é, as inspeções feitas pelo corpo político camarário às águas públicas ou a locais de domínio público ou privado, normalmente quando chegavam requerimentos à Câmara nesse sentido); as vedorias (atividades ligadas à fiscalização e administração de prazos, campos ou casas); e, finalmente, as atividades de índole religiosa e pública da cidade, como eram as procissões ou outros atos afins, em que participavam.

Por norma, a participação nas procissões, por inerência ao cargo, era paga, como nos apercebemos, em acumulação de várias, no valor de 1000 reis cada uma, exceto quando estas tinham um estatuto especial. Tal era o caso da Procissão do Corpo de Deus e a da Ressurreição da Páscoa, em que João Luís Jácome participava, levando a vara do Pálio. Nestas, auferia como vereador 4000 reis, valor correspondente às posições mais altas da hierarquia municipal. Associando-as podemos concluir que ao longo do período estudado, as procissões e atos cerimoniais, representavam, na receita total de um vereador, cerca de 41%, ou seja, quase tanto quanto o ordenado fixo (47%). Comparativamente, as outras atividades referidas representavam um rendimento substancialmente inferior (cerca de 12%), como podemos visualizar no gráfico que tomamos como representativo da atividade de um vereador de então no Senado de Braga (Gráfico 1).

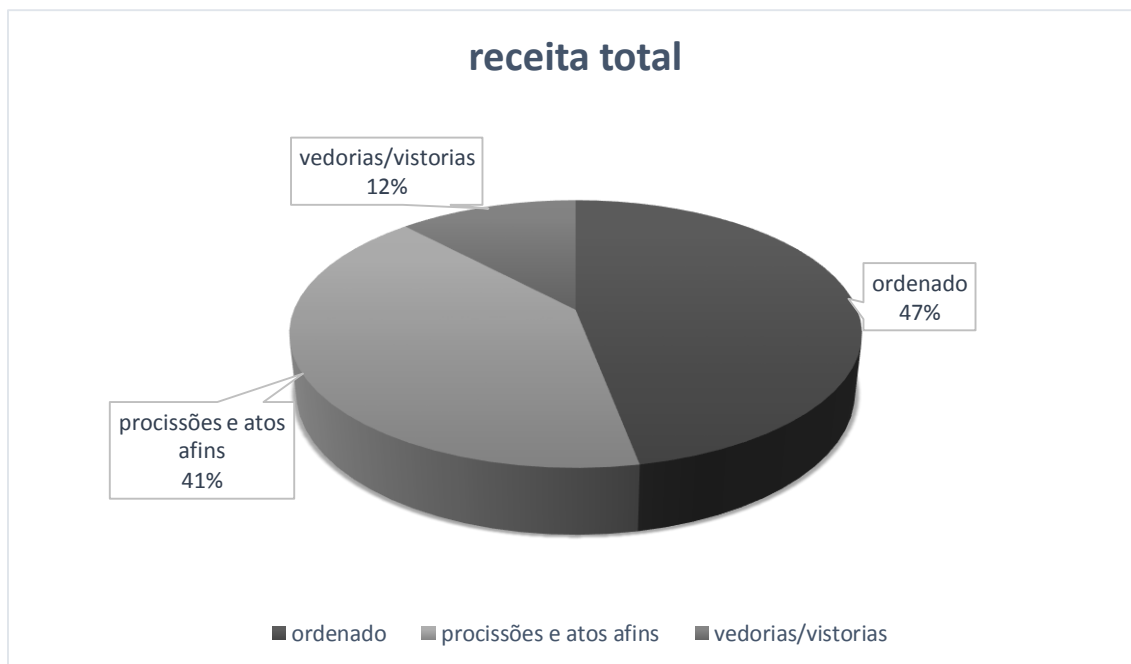


Gráfico 1 – Receitas de um Vereador do Senado Bracarense (1792-1803)

As atividades de inspeção e fiscalização, correspondentes às vistorias e vedorias, eram feitas por uma equipa da Câmara que, para além do vereador, incluía vários magistrados superiores e oficiais, em deslocações por vezes alongadas que se agrupavam, frequentemente, no trajeto de um só dia. O montante dos serviços era pago pelo próprio requerente à Câmara e o vereador, por seu turno, recebia, normalmente no próprio dia ou no dia seguinte, 1000 reis de cada uma. No entanto, como nos apercebemos pelos registos que Luís Jácome nos deixa no seu diário, quando se tratava de o requerente ser amigo ou conhecido, um ou outro membro da equipa podia não se fazer cobrar pelos serviços prestados, procedendo assim à devolução do dinheiro ao dito requerente. É o que percebemos, por exemplo, da seguinte transcrição do diário:

Hoje, 7 de Fevereiro do dito [1801], fomos a huma vesturia defronte das cazas novas do principio da subida do monte da Mezericordia da freguesia de Ferreiros, a huma camgosta de Bento Lourenço a requerimento de Joze Manoel Gonçalves negociante da rua Nova de Souza desta cidade, que fes o preparo para ella, da qual me deo o dito guarda 1000 reis e eu lhos tornei a dar que os dece ao dito Joze Manoel Gonçalves por ser meu conhecido.¹³⁵

Relativamente às remunerações fixas dos outros membros do corpo camarário, em modo de comparação, era ao Juiz de Fora que cabia o maior vencimento, sobretudo devido ao “direito à propina de aposentadoria” (Capela, 1991: 143). Independentemente disso, aquele ultrapassava

¹³⁵ ACA/088 - fol.59'

o dobro do vencimento dos vereadores e procuradores (que eram equivalentes)¹³⁶, os quais, no entanto, por sua vez, como refere Capela, recebiam um ordenado “de um modo geral muito superior ao do que recebiam os seus colegas da Câmara de Guimarães, Viana, Barcelos e Ponte de Lima” (*Ibidem*:143). Com exceção do escrivão, que acumulava no exercício das suas funções de escriturário várias tarefas, no conjunto dos restantes funcionários em geral, o nível de vencimento era bastante inferior, o que dava aso, ainda segundo Capela, à execução de tarefas pagas à margem. Tal levava à prática de irregularidades que suscitavam acusações às quais eram frequentemente chamados a intervir os magistrados superiores.

João Luís Jácome dá expressão no seu diário a relatos e memórias únicas vividas na vida pública da cidade. Para isto contribuem não só as suas qualidades de observador e amante da escrita, mas também o facto de, no seu estatuto, ser conviva da elite social da cidade, incluindo o próprio Arcebispo (como já tivemos ocasião de referir), sendo que é contemporâneo de quatro episcopados: D. José de Bragança (1741-56), D. Gaspar (1758-89), D. Frei Caetano Brandão (1790-1805) e D. José da Costa Torres (1807-13). São exemplo disso as descrições do desenrolar da doença e da morte que acomete o Arcebispo D. Gaspar desde os primeiros dias de Janeiro de 1789. João Luís Jácome traça-nos um quadro quase cinematográfico do itinerário percorrido nas cerimónias fúnebres e de todo o corpo social que integrava o infausto préstito, só possível num observador profundamente participante e conhecedor da realidade sociopolítica da cidade. Atentemos no seguinte extrato onde nos traça o itinerário e cada um dos quadros que compunha o corpo social da procissão fúnebre:

[No dia 22 de Janeiro de 1789] foi levado para a Sé e sepultado na Capella maior della; convocandoce toda a ordenança, que estiverão formados, desde a porta do Passo athe a porta a principal da Sé, seguindoce pella Mezericordia athe asougues velhos, e porta da Sé, por onde paçou na forma seguinte. Primeiramente os Meirinhos geraes do Ecleziastico, e os Meirinhos do doutor ouvidor, e doutor Juiz de Fora, e logo, se se seguião os ditos Menistros, e o Senado da Camara, todos com as suas varas, e os Menistros, e Senado, com ellos pretos, e todos os ditos de cavallo, e logo, se lhe seguião, os dois Porteiros da Cana do mesmo senhor a cavallo em cavallos brancos, com as cannas na mão e logo se lhe seguia seu Capelão da Crus de cavallo com a Crus, e logo se seguia a Coraria de cavallo todos os Clerigos com talhas, e logo se seguia huma carruaje com o seu mordomo António Matheas Freire, e com o seu esmoler o Conego João Cabral, e logo se seguia huma carruaje em que hião Conegos do Cabbido, e logo se seguia hum coche a 6 machos, em que hia o Deão e dois Conegos do Cabido.

¹³⁶ ACA/073 – “Provisão da Câmara de Braga sobre o ordenado dos vereadores” – 10.06.1803 (21 f.)

E logo se seguia outro coche a seis machos, todo coverto de veludo preto bem agaluado, e os machos tambem covertos do mesmo, em que hia no seu caixão Sua Alteza, e logo se seguia outro coche a seis, que não levava nada e hera de estado, e atras de tudo hia o irmão do dito Deão Gaspar Joze da Costa Pereira Coutinho e Vilhena, na sua carruaje de quatro rodas; e a todo o dito acompanhamento guarnecido de criados fardados, do mesmo senhor e dos ditos com archotes de sera, chegou à porta da Sé pegarão seis Degnidades do Cabbido, digo, seis Capellains seus, e o decerão do coche (...) ¹³⁷

À parte este relato descritivo, digno de um verdadeiro Arcebispo-Príncipe, Luís Jácome expressa também a sua sensibilidade, admiração e o sentimento de perda que nutre por D. Gaspar, bem claros na seguinte passagem:

(...) hera bom Prelado em tudo (...) hum Prelado que nunca fes mal aos seus suditos, antes sim todo o bem que podia, fazendo muitas esmollas avoltadas a cazos graves desta cidade, e aos Pobres a quem dava muitas esmollas, e a todos falava com bom agrado e carinho, respondendo ao que se lhe pedia com bom modo, e em tudo mostrando o Sangue Real que lhe adornava as Suas Veias. ¹³⁸

Esta posição é concordante com a descrição que sobre o mesmo acontecimento faz o memorialista Inácio José Peixoto ¹³⁹, também ele contemporâneo: “Toda a cidade fez preces pela sua saúde (...) mas Deus não ouviu os clamores do povo que todo chorou porque todos o amavam pela sua afabilidade” ¹⁴⁰. Mas mais do que os sentimentos que a sua áurea despertava, D. Gaspar representaria o fim de uma era. Com a lei de D. Maria I de 1790 que decretava a abolição das jurisdições dos Arcebispos de Braga, uma nova ordem jurídica se inauguraria ou, nas palavras de Peixoto, “a grandeza e regalia da jurisdição de Braga nelle [D. Gaspar] acabou” ¹⁴¹.

Outro exemplo de relato pormenorizado de cerimónias públicas da vida da cidade, que dá significado ao atributo de memorialista a João Luís Jácome, é-nos dado pela descrição viva e detalhada que nos deixa em 1803 da cidade em procissão de Sexta-feira Santa:

Lembrança digna de toda a Memória

Hoje 8 de Abril de 1803 dia de Sesta feira da Paixão do Senhor, se fes o decimento da Crus no Campo de Santa Anna desta cidade de Braga, formandoce hum monte logo o pé das convertidas, que parecia monte proprio, e por aquelle citio athe o direito da Torre dos Congregados, se fizerão palanques no dito campo, e em todas as fronteiras das cazas para

¹³⁷ ACA/088, fol. 36',37.

¹³⁸ ACA/088, fol. 36,36'.

¹³⁹ Inácio José Peixoto (1732-1808), desembargador e vereador no Senado da Câmara (em 1782, 85 e 90), foi autor das Memórias publicadas em 1992 em edição do ADB (Peixoto, 1992).

¹⁴⁰ Peixoto, I. J. (1992:71, fol. 33)

¹⁴¹ *Ibidem*

gente ver, e pella vanda de sima athe as cazas do Dr. Joze Antonio da Motta, a assim aparecerão todas as figuras daquelle sublime acto, vestidos os Profetas, e S. João, e a Madalena, e as Marias, e o senturião, com a maior riqueza, e da mesma sorte os Anjos, e os soldados vestidos a tragica muito bem todos em oniforme de sorte que tudo fazia grande vista, e foi Pregador o Abbade de Esmeris, e Arcediago de hum dos Arcediagos da Sé Primas, que o fes muito bem, suposto nesse dia esteve muito frio, e alguns chuveiros, e choveo de noite quando andava a Procição, que foi pello Campo da Vinha, e se abrigou nas Igrejas do Salvador, e Popello, e veio pella rua nova asima, rua de S. Marcos, e recolherce a Santa Crus, e foi função em tudo completa como devia ser, e se não tinha feito melhor em duas paçadas que se fizerão, e eu vi os annos paçados; seja o Senhor Bendito que tantos tromentos padeceo, para mor de mim pecador, e de todos os mais pecadores, que de todos haja Mezericordia e Piedade: comcorreo aqui muita gente de fora de longe, e familias nobres, e se emcheo todo o dito Campo e janellas de gente, athe à Senhora da Lapa, cruzeiro do heirado, e porta do Souto, e se julgou serem mais de quarenta mil pessoas que alli estavam, e tudo esteve susegado, e vierão soldados de Vianna para sentinellas, e arumar o povo nas paçages das figuras, da Senhora da Lapa para o dito monte, e não faltou fartura de todos os mantimentos ainda que caros¹⁴².

Trata-se claramente de uma importante descrição a ter em conta no estudo do antigo cerimonial bracarense do “Descimento da Cruz” em dia de “Sexta-feira da Paixão do Senhor”. Em dia de Abril de 1803 e apesar do mau tempo que se fazia sentir quando passava a procissão, como nos testemunha João Luís Jácome, juntaram-se cerca de quarenta mil pessoas incluindo gente de longe e famílias nobres. Da Igreja da Lapa e no Campo de Santana (atual Avenida Central) - preparado com uma elevação e palanques para acolher as pessoas - partia o cortejo com os profetas, o centurião, anjos e soldados, vestidos com uniformes, que percorria as ruas centrais da cidade, terminando com o recolhimento da Cruz e o cerimonial da pregação. Tudo muito bem planeado e executado, como deixa transparecer, incluindo com as duas cerimónias anteriores a que assistira também, e em clima pacífico, não desconsiderando os soldados de Viana que terão vindo para garantir a ordem. Os mantimentos também não faltariam, ainda que caros, testemunhando assim a carestia que então se fazia sentir.

Não estávamos então longe do difícil período das invasões francesas que em Braga também tiveram a sua expressão e em Luís Jácome o seu julgamento. Sob o título “Lembrança do maior contentamento, que Deos foi servido dar nos” faz-nos uma interessante descrição do que se passou com a primeira invasão francesa no nosso país e de como se celebrou o seu final na cidade de Braga.

¹⁴² ACA/088, fol. 72’.

Hoje 15 de Setembro de 1808 pellas 9 horas da manhã, emtrarão todos os sinos desta cidade de Braga, e freguesias vezinhas, a tocar a repiques do maior contentamento e felicidades, pella estimabelicima noticia que veyo ao Ex.mo Sr. Arcebispo Primas D. Joze da Costa Torres, nosso estimadissimo Prelado, de que estão ja emvarcados os nossos inimigos Francezes, que estão na nossa corte e cidade de Lisboa (...)¹⁴³

Trata-se de um testemunho espontâneo que revela por um lado a rapidez com que a boa notícia da retirada dos franceses da capital chega à cidade de Braga e, por outro, mostra ser o Arcebispo a entidade que chancela a notícia e a faz divulgar, provocando emoções e uma alegria generalizada. Esta manifestação espontânea da cidade mostra também o sentimento que se revelaria generalizado contra os franceses e os atos por estes praticados:

(...) nos tinhão feito quantos malles pecimos pode haver, contra a nossa Santa relegião catholica, que he a do maior sentimento, e depois tirando nos os nossos bens e fazendas, contributos que não pudiamos, matando os nossos Purtuguezes aonde os achavão, e fazendo os mais emfames e torpes pecados, e roubando tudo sem temor de justiça Devina, que a não querião reconhecer por modo algum; athe que Deos pella sua grande mezericordia e piedade, nos acudio (...)¹⁴⁴

E se de algum modo este texto reproduz júbilo, por outro faz transparecer as tensões entre o arraigado catolicismo (bracarense e nacional) do Antigo Regime português e o laicismo revolucionário francês, que culmina com a vitória da Providência divina contra os infiéis, confirmando a persistência da fé católica. Interessante também é a referência à forma de ataque “matando os nossos Purtuguezes aonde os achavão”, bem como à resistência tipo guerrilha dos portugueses. Mas mostra também a contradição entre o ideal de libertação propagado pelas tropas napoleónicas e o poder discricionário e déspota de Junot, provocando pilhagens, roubos, infâmias e, sobretudo, obrigando a corte a ausentar-se do reino:

(...) o pior e mais escandelozo e atos atrevimento, que aquelles depravados e diabolicos francezes fizerão e cometerão, foi o fazerem auzentarce do seu trono e Reino deste seu Portugal, aos nossos amabelissimos Princepes, com vida e saude, e o que Deos promita venhão logo logo, para o seu trono, e corte de Lisboa¹⁴⁵

¹⁴³ ACA/088, fol. 85'.

¹⁴⁴ *Ibidem*

¹⁴⁵ *Ibidem*

É interessante analisar também a utilização aqui da expressão “ausentar-se do seu trono” (usada duas vezes nesta descrição) que contraria a versão enraizada no senso comum da “fuga” da família real para o Brasil.

A velha aliança com os ingleses é também retratada, deixando no entanto transparecer suspeição quanto às cláusulas do acordo de rendição então feito com os franceses:

(...) nos vierão acudir os nossos amigos emgleses, e os castilhanos (...), porem os mais fortes que ajudarão, e tem ajudado, com grande numero de tropas, e dinheiros e mantimentos, são os ditos antigos amigos emgleses, que forão os que agora emtrarão em Lisboa, e prenderão o tal jonot que governava tudo, e todos os mais generais franceses, e soldados, e os meterão prezos nos seus naus de guerra, com os contratos que ainda se não sabem os capitullos deles (...)o que tudo o sucedido athe hoje, melhor o hão de explicar os escritores¹⁴⁶.

Na verdade, esta alusão aos acordos “que ainda se não sabem os capítulos deles” deixa transparecer alguma desconfiança relativamente aos termos da rendição e à contemporização dos ingleses, tal como hoje se sabe, face ao saque e à delapidação de muitos e valiosos bens pelos invasores que os ingleses contemporizaram (e, não bastasse isso, haveria ainda o prolongamento da presença britânica que se seguiria). De notar também é a forma como o nosso memorialista finaliza: “o que tudo o sucedido athe hoje, melhor o hão de explicar os escritores”, o que revela que, ao escrever sobre tais acontecimentos, o faz de forma espontânea e voluntarista, e não com a preocupação de fazer história ou agir sob qualquer forma de pressão. É este valor da autenticidade que transcorre dos escritos privados que mais nos grangeia a atenção.

Para além dos relatos vivos e pormenorizados das cerimónias e acontecimentos políticos e sociais da cidade, o autor no seu diário também se detém nos problemas da vida quotidiana e da sua esfera mais íntima. Em primeiro lugar a família com os seus doze filhos, dos quais cinco são varões e apenas o mais velho (Francisco) celebra casamento e constitui geração. Dos outros um (Manuel) morre aos cinco anos e os outros três varões seguem a carreira eclesiástica (José, beneditino; António Xavier, cônego; João António, abade). Das sete filhas, uma morre antes dos três anos (“de bexigas”), outra (D. Isabel) é muda e falece solteira aos 66 anos e outras duas também não contraem matrimónio (D. Mariana Luísa e D. Catarina). Em relação a estas três, que ficam solteiras na sua vida adulta, é interessante reparar na preocupação acrescida de Luís Jácome quando declara no seu testamento que deixaria à mulher “a obrigação de alimentar e

¹⁴⁶ *Ibidem*

vestir conforme puder as nossas filhas D. Mariana, D. Catarina e D. Isabel e esta é muda porém tem juízo e se deve tratar com amor e caridade e tudo fará vivendo elas no estado de solteiras e donzelas”¹⁴⁷. As três restantes filhas casam e constituem geração.

João Luís Jácome não esconde que o casamento da filha mais nova, D. Josefa Maria, em Dezembro de 1801, com Custódio José de Sousa Pinto Pimentel Leitão Coxofel, da Casa do Paço da Torre da Lagariça, em Aregos, Lamego, lhe causa uma grande satisfação. Conta ele que a 5 de Julho de 1801 (5 meses antes) recebe uma carta do referido senhor, sargento-mor do concelho de Aregos e filho primogénito do seu primo José de Sousa Pinto Pimentel, capitão-mor do dito concelho e de D. Antónia Raimunda Freire de Andrade e Queirós, sua mulher, moradores na sua casa da Torre da Lagariça “a pedir me que fazia gosto de casar com uma minha filha”¹⁴⁸. Como confessa, tinha uma grande amizade pelo pai, com quem mantinha correspondência e de quem era primo pela terceira avó. Por isso e por, como nos diz, “saber eu bem a sua destinta honra e cristandade”, de imediato lhe respondera

que lhe dava minha amante filha D. Jozefa Maria do Carmo Jacome de Souza Pereira e Vasconcellos, que fazia para 25 de Janeiro de 1802@., 20 annos de idade, e que desta aliança fazia eu tambem grande gosto e estimação: respondeu me que aseitava e toda a sua familia com sumo contentamento, porem que queriam eu foce a sua Caza, respondi lhe que como se paçava o Rio Douro, que eu tinha medo de paçar que não podia lla hir, e depois de varias respostas asentaram de vir a esta minha Caza do Abellar.¹⁴⁹

Estamos aqui na presença clara de um contrato de casamento onde a decisão e o controlo paternal são bem visíveis e espectáveis tendo em conta a persistência da legislação monárquica (não obstante a doutrina sobre os casamentos do Concílio de Trento¹⁵⁰) no casamento das elites em Portugal que determinava “o expresse consentimento paterno para o casamento de mulheres menores de 25 anos” (Monteiro, 2010: 132).

A referência ao “medo” de passar o rio Douro é também um apontamento interessante, mostrando-nos, por um lado, os riscos que na época representava a sua travessia, devido aos fortes caudais do rio e aos seus declives (tanto mais tendo Luís Jácome, em 1801, a idade de 66 anos), mas sobretudo testemunha as condições e o desafio que representava viajar nesta época.

¹⁴⁷ ACA/071 – “Declarações de testamento de João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos”- 1809 e ACA/062 – “Certidão do testamento de João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos”- fol. 7.

¹⁴⁸ ACA/088 – fol. 73

¹⁴⁹ *Ibidem*

¹⁵⁰ O Concílio de Trento (1545-53), o concílio ecuménico mais longo da história da Igreja católica, e que encontrou em Portugal um dos primeiros países a acolher as suas disposições, não exigia em nenhuma das suas constituições sinodais o consentimento paterno nos casamentos, ao contrário da legislação monárquica (Monteiro, 2010:132).

Por outro lado o fazer vir os parentes à Casa do Avelar, constituiria, certamente, uma grande satisfação, mais não fosse a oportunidade para projetar a Casa, o poder e a marca de prestígio da família, que tão arduamente defendera. Mas tomemos este exemplo para retratarmos as várias e longas etapas pelas quais passava a organização de um processo de casamento desta índole na época, seguindo os registos de Luís Jácome¹⁵¹.

Uma vez acordado o casamento, os seus preparativos começavam logo de seguida. Aos 18 de Setembro de 1801, o pai da noiva recebe na sua Casa do Avelar o noivo da Casa e Torre da Lagariça e o seu tio paterno, Benedito de Sousa Pinto Pimentel, sacerdote, acompanhados de um vigário, com vista ao ajustamento das necessárias procurações para a escritura dotal. Dois dias depois, após concluídos os acordos, partiriam. Mais tarde, a 8 de Dezembro, o referido vigário vem entregar em mão as procurações do Bispo de Lamego, que concediam aos noivos não só a possibilidade de se receberem por procuradores como a de que obtivessem dispensa de banhos¹⁵². Com estas procurações faz-se requerimento ao Arcebispo de Braga para que as cerimónias pudessem ter lugar na Igreja da freguesia de S. Tiago da Cidade na cidade de Braga.

No dia 14 de Dezembro celebra-se, então, na Casa do Avelar, a cerimónia jurídica da escritura dotal. Estão presentes o tabelião, dois procuradores - os irmãos da noiva, o cônego António Xavier Jácome e o abade João António Jácome - e, nas palavras do autor, “muita nobreza desta cidade, alguns meus parentes, que assinaram por testemunhas”. Logo em seguida todos se deslocam para a cerimónia religiosa na Igreja de S. Tiago da Cidade. Aqui o irmão da noiva, abade, sob licença do Vigário da Igreja, recebe os noivos que têm por procuradores, pela parte dele, o cônego António Xavier, irmão da noiva, e por parte desta o seu irmão mais velho, Francisco Jácome. Assinam como testemunhas do assento de recebimento três cônegos da Sé. Terminadas estas cerimónias segue-se o momento do convívio, como consta nas palavras que o relatam: “vieram todos para esta minha casa onde tiveram huma meza de doce e vevidas, tudo com grande gosto e alegria”.

O cerimonial de casamento, no entanto, para além destas solenidades - jurídica, religiosa e social – prolongar-se-ia ainda pelos dois meses seguintes. Havia que “votar as venças [bênçãos] aos noivos” e “pagar as suas vezitas [visitas]”.

O primeiro, que exigia preparativos, culminaria a 10 de Fevereiro na capela de Nossa Senhora das Mercês, situada na Casa e Quinta de Passos (S. Vitor, Braga), morada da irmã da

¹⁵¹ ACA/088 – fol. 73, 73', 74 e 74'.

¹⁵² Dispensa de banhos é o pregão que o Pároco lança na citação, para ver se há quem ponha impedimento ao casamento.

noiva D. Teresa Vitória e seu marido, Francisco António Pereira do Lago, para onde se deslocara toda a família para assistir ao ato celebrado pelo irmão abade.

Mas mais preparativos exigiam as ditas “visitas”, ato eminentemente social, que teria tido lugar a 14 do mesmo mês e se prolongaria pelo dia seguinte. Para este cerimonial ter-se-ia preparado vários encontros familiares e deslocações, entre as quais ao Porto, o local onde se haviam comprado e mandado fazer os vestidos. Assim, no dia apontado, após o jantar familiar na casa do Avelar, conta-nos João Luís Jácome,

foi a dita minha filha noiva D. Josefa Maria do Carmo Jacome de Souza, com sua cunhada D. Anna Joze Malheiro Pereira, no caminho de meu primo e compadre o Sr. Joze de Magalhães Feio de Azevedo, principiar a pagar as suas vezitas, por na dita tarde chegar o criado que foi o Porto com outro pentiado mais a moderna; e assim o dito noivo a adereçou de diamantes, e vestidos tudo de grande custo, sem lhe faltar nada a riqueza de tudo

Também ao noivo, separadamente, caberia a obrigação das visitas, não menos sumptuosas, como nos relata o memorialista,

E no dito dia também principiou as suas vezitas o dito noivo, com o dito meu filho Abbade, que os seus machos e criados com huma carruagem emprestada, nella as fizerão, e tanto huns, como outros as acabarão no dia 15 do dito mes de Fevereiro

Só então no dia 16 de Fevereiro de 1802, terminadas todas as cerimónias do casamento, os noivos partiriam para a Casa e quinta da Torre da Lagariça, onde passariam a residir.

Após pouco mais de um ano surge a grande notícia do nascimento da primeira neta deste casamento através de uma carta do criado que, em Março de 1803, se deslocaria da Lagariça à Casa do Avelar, bem como a do seu batismo, dias depois, sendo padrinhos os avós paternos. Seguir-se-iam novos nascimentos (num total de nove) que Luís Jácome regista com afinado pormenor (enquanto a sua vida pode acompanhar) nomeadamente quando, logo no segundo, fora convidado, juntamente com sua mulher e avó, para padrinhos, evidenciando grande felicidade e acolhimento. Testemunho disso é, por exemplo, o envio, dentro de uma carta de “huma moeda de ouro emteira de 4800 reis, para comprar hum vestido a dita minha neta e afilhada, em meu nome e de minha mulher sua avo e madrinha”¹⁵³.

¹⁵³ ACA/088 – fol. 76'

É também sempre com grande satisfação que não poucas vezes regista no seu diário expressões como “tornarão todos aqui a vir gantar” ou “lhes dei chá e doce” dando-nos conta do convívio assíduo com os vários filhos e netos quando se deslocavam à casa do Avelar. É assim que também nos descreve com afeto e orgulho, em 1807, a vinda do seu neto mais velho de Chaves para o Seminário de S. Pedro do Campo da Vinha “vestido de todas as roupas novas, e com a aparelhada, e havito de colegial, e trastes da sella”, o qual, saído do Seminário em férias “veio para esta minha caza de cama e meza, aonde tinha estado desde que veio, com seu irmão Joze, que aqui ficou e estão ambos”. É nesta altura que aproveita para pedir ao Arcebispo D. José da Costa Torres “que viera a esta minha Caza no dia 30 de Julho de 1807, vezitar minha mulher e nora”, para “dar ordens de Prima Tençura aos meus nettos seguintes, os ditos asima João Antonio e Joze, e a seu irmão Sebastião (...) e também a meu netto desta minha caza Fernando Jacome”¹⁵⁴.

É já nos seus últimos meses de vida, em Agosto de 1810, que Luís Jácome não deixando de se preocupar com a carreira dos netos, assinala¹⁵⁵ que os dois irmãos haviam partido da sua casa para a do tio abade de Beiriz, para de lá seguirem para o Porto e de lá para Queluz com a finalidade de se incorporarem no regimento militar de dragões de Chaves, ao lado do outro irmão, e só o facto de já terem as ordens de Prima Tonsura descansava um pouco mais o avô.

Não obstante todos estas manifestações de afeto e alegrias, Luís Jácome evidencia também angústias e preocupações no seio de uma pretendida harmonia familiar que nem sempre se revelava dócil. Detenhamo-nos, por exemplo, no que escreve, a dada altura, relativamente às atitudes do filho primogénito, já casado e a viver na Casa do Avelar:

Hoje 12 de Janeiro de 1808 chegou aqui o dito Francisco (...) e assim que chegou emtrou com os seus destemperos costumados de louco furiozo, e me não procurou, nem veiojo mão, e que dece de siar os homens e dormida, e bestas, e vendo eu esta libertinage deste louco agunihei de tal sorte que toda a noite a pabei mal, e no dia seguinte 13 pela huma hora da tarde me achei muito mal (...); e assim muito tinha aqui para declarar, mas como estou em comvalença da dita molestia, hoje 29 que ainda me não salbou, guardo tudo para em pudendo carregar.¹⁵⁶

Trata-se, sem dúvida, de um desabafo que, num momento de intensa amargura, encontra expressão na companhia que o seu diário, privadamente, lhe proporciona. Não representaria, no

¹⁵⁴ ACA/088 – fol. 77’

¹⁵⁵ ACA/088 – fol. 82

¹⁵⁶ ACA/088 – fol. 81.

entanto, uma situação inusitada, como aliás se deduz na forma como o episódio é relatado. Na verdade, os traços que definiam a personalidade particular de Francisco já bem antes haviam ficado notados. Atentemos no que já nos testemunhava o pai, quase vinte anos antes:

Aos 26 de Abril de 1789 dia de S. Pedro de Rates, foi meu filho Francisco Jacome de Souza Pereira de Vasconcelos, prezo na caza da opera detras do Colegio desta cidade de Braga, estandoce reprezentando a dita opera, por ordem de Sua Magestade que Deos guarde, vinda do desembargador Henrique de Mendanha, que aqui se achava fazendo o inventario de Sua Alteza que esta em gloria, o qual o mandou prender pello doutor ouvidor João dos Santos Paiva e Brito e pello doutor juis de fora Joze Rodrigues Carneiro de Moura; os quais o prenderão e levarão ao Castello no meio de ambos com toda a honra; e nelle esteve athe o remeter para as cadeias do Limoeiro da cidade de Lisboa, na forma da mesma ordem.¹⁵⁷

Este acontecimento, registado então no diário, tornar-se-ia memorável na vida social e política da cidade. É testemunho disso o apontamento que o desembargador Inácio José Peixoto, dele faz então nas suas Memórias¹⁵⁸, referindo-se a Francisco como “hum dos mais celebres homens desta era”. Na verdade, não estaria apenas em causa o mandato de prisão mas, sobretudo, o motivo que o despoletaria e a forma como o visado se comportaria face a tal sentença. Pretendendo casar com a filha de Borges Pereira Pacheco, da nobre Casa de Val de Flores em Infias, cidade de Braga, cuja família, por ser contra a sua vontade, move todas as influências para o impedir, Francisco, com o apoio do pai, não descansa enquanto não se vê, em pouco tempo, liberto da prisão e com o casamento consumado (em Lisboa). É então que irrompe, em postura de triunfo, pela cidade das respetivas famílias, rumo à casa do Avelar. E em todo este processo Luís Jácome erguer-se-ia, como foi o caso, inequivocamente ao lado do filho pelo bom nome da família, deixando em segundo plano as mágoas que o temperamento do primogénito lhe continuaria a propiciar.

¹⁵⁷ ACA/088 – fol. 41.

¹⁵⁸ Peixoto, I. J. (1992: fol. 47): Inácio José Peixoto (1732-1808) escreve nas suas Memórias a este propósito: “O ministro Mendanha athé em negócios políticos se metia, por que elle derigio a prisão de Francisco Jacome de Sousa, mandado hir prezo por ordem da Corte, para onde foi remetido (...). Francisco Jacome soube livrar-se, sahio da prizão em Dezembro, fazendo termo de não vir a esta Provincia e a Pinhel, aonde estava a filha de Pedro Borges Pacheco, com quem iria cazar e por esse motivo, seu tio Lourenço Borges, lhe armara prizão, mas averiguada a causa o dito Lourenço nada pode faser na Corte para onde foi. E afinal cazou o dito Jacome com sua sobrinha e entrou como em triunfo em Braga. He hum dos homens mais celebres desta era.”

¹⁵⁸ ACA/062 – Certidão do testamento de João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos, requerida por seu filho João António Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos, abade de Santa Eulália de Beiriz, passada aos 26.03.1823. Trata-se de um documento fechado, cosido e lacrado e destinado a ser aberto, nos termos legais, no dia do seu próprio falecimento. Assinado a 25 de Julho de 1809, fora aberto do dia do seu falecimento aos 27 de Dezembro de 1810.

Estava em causa, na verdade e acima de tudo, o prestígio e a honra pública da família contra acusações que considerava indecorosas. A dissonância relativamente ao filho teria lugar noutra enquadramento.

Voltando à análise formal do diário, um outro aspeto que podemos considerar interessante é a expressão espacial em que as ações relatadas se desenrolam. Ou seja, embora não seja este o nosso propósito principal, vale a pena reter algumas quantificações que nos permitem melhor avaliar o quadro geográfico de referência do seu autor e a área de influência das suas vivências e preocupações.

Assim, por exemplo, se contabilizarmos o número de citações pelos núcleos urbanos, a cidade de Lisboa surge-nos à cabeça com 38,3% das citações, logo seguida de Braga com 34,2%. As restantes cidades citadas (Porto, Chaves, Viana, Arcos, Ponte de Lima, Lamego e Monção) situam-se, no seu conjunto, nos 27,3%. Sendo a cidade de Braga o local onde o autor exerce as suas atividades ocupacionais e onde a família vive, naturalmente não nos surpreende a patente geografia. Lisboa também não nos surpreenderá se tivermos em conta que os assuntos fortes do diário se ligam aos que maior ansiedade causam em Luís Jácome. E estes relacionam-se com a prisão do filho primogénito no Limoeiro e a respetiva libertação, o casamento deste na mesma cidade de Lisboa e ainda as avultadas diligências, mormente junto de banqueiros, para a cobrança anual do rendimento do vínculo do Juro Real sobre a Casa da Moeda. Em lugar bem menos citado que as duas cidades anteriores surge-nos o Porto, normalmente já então em associação direta à região do Douro e, logo de seguida, as outras localidades minhotas recorrentemente referidas a propósito dos seus regimentos militares.

Ao mesmo tempo que encontramos neste diário relatos pormenorizados de acontecimentos políticos e sociais – como sejam as exéquias fúnebres do Arcebispo D. Gaspar em Janeiro de 1789, a tomada de posse em Braga do novo Arcebispo, D. Frei Caetano Brandão, em 1790 ou ainda a descrição quase cinematográfica da procissão de Sexta-feira Santa em 1803 – também deparamos com assentos minuciosamente quantificados da gestão financeira da casa, da família e do património, ou ainda, por outro lado, da vida sentimental e espiritual do seu autor. Isto é, estamos perante uma combinação entre o eu, João Luís Jácome, e o meio público e social em que vive, num diálogo genuíno consigo mesmo, o qual nos permite aceder a uma análise da trajetória de vida do autor e, através dele, a uma dimensão social e coletiva da cidade e da sua época. Transparece também aqui a afirmação de uma identidade na qual a escrita se combina e integra no seu modo de vida aristocrático.

Mas podemos e devemos questionar-nos: o que terá motivado, concretamente, João Luís Jácome a escrever de forma tão ordenada e sistemática as suas memórias?

Por um lado, estamos em crer, a sua responsabilidade e tarefa maior: dar continuidade à família, ao seu bom nome e ao seu património. Por outro, o seu lado mais íntimo e mais difícil de definir: as suas (auto)confidências, as inseguranças, as suas dúvidas e defesas face à consecução dos seus intentos e responsabilidades. Conseguirá ele a boa cobrança do vínculo de Juro Real? Conseguirá ele afastar o património da família dos intentos de Luís Lanços? Conseguirá ele pagar todas as dívidas e empréstimos contraídos? Conseguirá proteger a Casa e o património da possível má gestão do seu filho primogénito? Decidido está, com certeza, em não arriscar por ter dúvidas acerca da conduta deste. Mas o facto de anotar todos estes conflitos e episódios com o filho não servirá também para que todos fiquem registados, dir-se-ia, lembrados, e não se venha a esquecer de alguns?

4.1.8 – Um testamento

Melhor nos apercebemos dos meandros de tudo isto se considerarmos também o exímio testamento de João Luís Jácome¹⁵⁹, uma verdadeira história de vida da família e da época, relatada e julgada pelo próprio, aos 73 anos de idade, a pouco tempo de terminar os seus dias.

É nessa altura que, refugiado na Lagariça¹⁶⁰, em ambiente bucólico e afastado da Casa do Avelar, reflete e redige o seu livro final. Trata-se, na verdade, do seu testamento, no qual constam, naturalmente, as formalidades específicas ligadas à disposição dos bens de alma, como era próprio da época e da sua estirpe social, como podemos constatar:

Meu corpo (...) será sepultado em caixão na Igreja da Santa casa da Misericórdia aonde meu avô o Sr. João Jácome de Sousa que a St.a Glória tem foi também sepultado e peço de mercê à Ill.ma Meza da dita Santa Caza me mande dar uma sepultura na dita Igreja e me mande dizer as missas de Irmão que sou e todos os mais sufrágios que se costumam fazer aos Irmãos da St.a Caza da qual já fui Provedor e servi todos os mais cargos como há-de constar dos Livros dos termos e de corpo presente me farão um ofício de 40 padres e se lhe dará de esmola cada um por ofício de 240 reis (...). E também deixo se dará parte à Irmandade do Bom Jesus dos Padres de St.a Cruz, de St.a Ana e à Irmandade de Nossa Senhora da Torre para que venham assistir ao meu enterro e me mandarão dizer as missas e fazer os sufrágios de irmão que sou e também à Confraria das Benditas Almas da Capela

¹⁵⁹ ACA/062 – *ibidem*

¹⁶⁰ Referimo-nos à Casa do Paço da Torre da Lagariça, em Aregos do Douro, onde vivia a filha mais nova com seu marido e filhos.

de Santa Justa e Nossa Senhora da Conceição da rua dos Pellames e lhe darão parte para me mandar dizer as missas que me pertencem de juiz que fui muitos anos.¹⁶¹

João Luís Jácome, como Provedor que foi da Santa Casa da Misericórdia, membro das Irmandades de Santa Cruz, de Santa Ana, de Nossa Senhora da Torre e das Confrarias de Santa Justa e Nossa Senhora da Conceição, conta com os benefícios a que por esses factos tem direito na hora da morte. De destacar que, a par das missas que deixa por alma de várias pessoas de família e de alguns amigos, não esquece também as almas das pessoas “que me ajudarão a ter mão na minha casa ao tempo de eu solteiro e ainda depois de casado”.

Mas no testamento consta também, e de uma forma muito clara, a sua decisão sobre a sucessão dos prazos: “deixo todos os meus Prazos que ao presente possuo de qualquer qualidade e condição (...) a meu filho João Antonio Jacome de Sousa Pereira e Vasconcellos Abade da Parochial Igreja de Santa Eulalia de Beiris”¹⁶². Esta decisão, contrária à norma da família, é devidamente justificada, contribuindo para que João Luís Jácome trace, ao longo das 42 páginas que compõem o testamento, um juízo consciente e refletido sobre a sua vida, não tanto ególatra, mas sobretudo enquanto representante da família e membro do *status* político e social que sempre assumiu.

É, de facto, nas disposições testamentárias que João Luís Jácome determina, numa atitude corajosa e imbuída do sentimento de justiça, não ser no primogénito – Francisco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (1757 - 1827), casado, com dois filhos¹⁶³ e a viver na Casa do Avelar – que nomeia para a sucessão dos prazos. E não o faz por a sua conduta não o merecer, como explica, e por, certamente, lhe não inspirar a confiança necessária à boa continuidade familiar. Em seu lugar, confia todos os seus prazos no filho João António (13.7), abade na Igreja de Santa Eulália de Beiriz, com a obrigação expressa de este os consignar para dotação a seu sobrinho Fernando (14.2), filho de Francisco (13.1), quando viesse a casar. Revelando sempre, e acima de tudo, um sentido de proteção familiar notável e nunca desconsiderando a afirmação pública, não poupa o primogénito aos seus juízos, afirmando no testamento:

Declaro que com o filho Francisco tenho gasto muito dinheiro, como em toda a dita cidade de Braga hé bem constante, e notório, e para aqui repetir tudo não fica bem; porem não posso deixar que elle, desde a sua tenra idade entrou a jogar; e cuidando eu que ele ia

¹⁶¹ ACA/062 – “Certidão do testamento (...)”.

¹⁶² ACA/062 – fol. 7.

¹⁶³ Francisco Jácome (13.1) e D. Ana José Sottomayor foram pais de D. Maria Bárbara, em 1792, e Fernando Jácome (1796-1856), 14º Sr. da Casa do Avelar.

para o estudo, soube tarde que se ia a divertir ao jogo e reprehendendo-o, e castigando a ver se deixava o diabolico divertimento, foi assentar praça de cadete ao regimento de Vianna, ahonde me fes grandes gastos, e de depois em se deixar enganar com as cartas de sua mulher Dona Anna José Malheiro Pereira de Sottomayor com quem casou e se recebeu na cidade de Lisboa me parece que a doze de Outubro de 1790 (...) e depois lhe mandei buscar a dita sua mulher ao Convento de Sam Luis da cidade de Pinhel por meu irmão e cunhado Frei Manoel de Sam José, com vestuários para ella e outros gastos, liteira e criada, e escudeiro e criados para vir com toda a decência e estimação, e a fui esperar em huma carruagem à entrada da cidade de Braga aonde vim com ella na dita Carruagem athe minha casa pelo mais publico da dita cidade, que entrou nella em terça feira Santa, como foi visto e notório na dita cidade, e depois veio o dito Francisco da cidade de Lisboa no dia 23 de Junho do mesmo anno onde também se lhe fez a sua entrada com toda a grandeza (...) gastei com os ditos grande soma de dinheiro (...) e os tenho tido athe agora em minha casa, sustentando-os e a seu filho Fernando (...) não posso perdoar-lhe tudo porque tenho mais filhos a quem também pertence a parte que lhe tocar nos ditos grandes gastos (...) se o dito Francisco quizer salvar em sua consciência deve aprovar estas despesas, porque ainda são mais das que lhe declaro.¹⁶⁴

Na verdade, Luís Jácome é claro e metuculoso no assento de todas os gastos que se sente obrigado a fazer com Francisco, os quais apresentamos já em análise anterior¹⁶⁵, e onde destacamos, entre outras despesas avultadas, a sequênciã regular de duas moedas de ouro que lhe faz chegar todos meses, ininterruptamente, entre novembro de 1789 e agosto de 1790¹⁶⁶, coincidente também com o maior índice de empréstimos a que se vê obrigado contrair para lhes fazer face, junto de um pequeno grupo de amigos e familiares¹⁶⁷. Mais uma vez, como é seu hábito, com a manifesta preocupação em saldar todas dívidas, relativamente às quais faz ainda questão de justificar em testamento: “as hei todas por confessadas como se de cada uma se fizesse especial menção; porque todas foram para utilidade, remédio, aumento e conservação da minha casa e bens della”¹⁶⁸.

Consciente do carácter do filho e dos perigos que isso poderia desencadear, João Luís Jácome integra no seu testamento, que representa um verdadeiro depoimento de reflexão, dois elementos que simultaneamente definem a sua conduta ao longo da vida – o sangue e a honra.

Por um lado, como pai e representante de geração, não poupa o filho, ademais o primogénito, a um juízo várias vezes sentenciador dos seus atos enquanto membro da família e cabeça de geração. E, relativamente às decisões aí declaradas, Francisco reage mal, apresentando

¹⁶⁴ ACA/062 – fol. 10, 10' e 11.

¹⁶⁵ Macedo, 1996 :148-155.

¹⁶⁶ ACA/088 – fol. 48'.

¹⁶⁷ Macedo, 1996 :157-163.

¹⁶⁸ ACA/062 – fol. 9.

mesmo uma exposição contra o testamento do pai. Nela acusa-o de ter redigido o testamento “em delírio”, desprezando o “direito de geração” e ser “inoficioso contra os direitos da piedade porque, ao tempo que faz felicitar um filho já rico e abundante, nomeando-lhe os prazos (...) vem a constituir a miséria da geração”¹⁶⁹. Mais tarde, o filho deste, Fernando Jácome, movimenta-se contra o tio, nomeado como um zelador, com o argumento de não reunir condições para “fazer casamento algum sem estar na posse dos prazos”. O litígio só terminaria mais tarde, em 1824, com a assinatura de um contrato amigável entre tio e sobrinho, ficando claro no testamento, ser o sobrinho o seu “único e universal herdeiro”¹⁷⁰.

Por outro lado, como pai mas primordialmente pela conservação da honra pública da família, Luís Jácome empenha-se afincadamente em todo o processo decorrente do mandato de prisão em Braga emanado da Corte Régia. Incluem-se aqui os pesados encargos para a sua libertação do Limoeiro (nomeadamente atestações de nobreza e do seu exemplar desempenho enquanto vereador), o casamento em Lisboa, o trajeto de mandar buscar a jovem recém-casada com toda a comodidade e mordomia ao Convento em Pinhel, o regresso triunfante e vistoso dos recém-casados à cidade de Braga e à Casa do Avelar.

Na verdade estava em causa, como declaram João Luís Jácome e sua mulher D. Maria Ribeiro da Silva Lopes, em escritura de declaração¹⁷¹ a favor do filho Francisco Jácome, a falsidade que alegam de todas as acusações que lhe fizeram de ser desobediente a seus pais, lhes ter perdido o respeito e não aproveitar os seus conselhos, o “ter-se constituído em uma vida libertina” e outras imputações na Corte das quais teria resultado o mandato de prisão e o seu envio para a cadeia do Limoeiro.

São muitos os cuidados e os encargos que assumem com o filho, mesmo depois de concretizada a libertação. Mas impunha-se proceder à concretização do casamento impedido, para o que era necessário certidões e atestações comprovativas da sua dignidade, da ausência de impedimentos de um e de outro membro para casar¹⁷², a carta de banhos passada pelo juiz com a licença do Arcebispo, os procuradores. A efetivação do casamento na Igreja de S. Lourenço em Lisboa seria comunicada dias depois, por carta, ao pai que de imediato dirigiria uma carta à nora,

¹⁶⁹ ACA/599 – “Minuta da exposição de Francisco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos contra o testamento de seu pai, João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos”.

¹⁷⁰ ACA/147 – “Libelo de bem de raiz de Fernando Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos contra João António de Sousa Pereira de Vasconcelos, abade de Beiriz”.

¹⁷¹ ACA/271 – “Pública-forma de escritura de declaração que fizeram João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos e sua mulher D. Maria Ribeiro da Silva Lopes, a favor de seu filho” – Lisboa, 27.07.1789 (escritura realizada aos 04.05.1789).

¹⁷² D. Ana José Malheiro Pereira de Sotomayor, tendo já completado 25 anos, não necessitaria da autorização expressa do pai.

D. Ana José, filha de Pedro Borges Pereira Pacheco e D. Sebastiana Maria Angélica Malheiro Pereira de Sotomayor, senhores da Casa e Quinta de Infias em Braga, nos seguintes termos:

A constança, amor, afeto e fidelidade com que V. Exa. escolheu a meu filho para seu esposo se pode muito bem publicizar que estava destinado ao ceo; e muito mais a vista do que padecerão estes dois coraçõins firmes e amantes: ainda mais he de admirar, por só se conhecerem por cartas, sem ofensas das leis devinas e humanas: mas que digo o que do ceo se destina, não há mais que proziar; pois se não admitem embargos, nem prova delles, com testemunhas falças (...). Hontem pelo correio recebi carta de meu filho, em que me diz estava recebido com V. Exa. por procuração sua, e que essa função se fizera com toda a grandeza; noticia esta que me cauzou muito gosto.¹⁷³

Como depreendemos destas palavras, mais uma vez o papel de Luís Jácome é aqui, acima de tudo, o do homem público, que se congratula com o sucesso do empreendimento tão onerosa e empenhadamente chegado ao fim.

Mas, como possivelmente suspeitasse, o regresso de Francisco à Casa do Avelar em Junho de 1791 para junto da recém-esposada não traria a tranquilidade almejada. Não obstante os avultados trabalhos e encargos a que obrigara o pai, durante a sua estadia em Lisboa e no Limoeiro entre abril de 1789 e janeiro de 1790, com toda a dignidade do seu estatuto, na sua libertação, no casamento (em 12 de outubro de 1790) e no regresso, meses depois, de ambos a Braga “com toda a decência e estimação”, Francisco continuaria a fazer frequentes deslocações entre a Casa do Avelar e a cidade de Lisboa, ficando o pai, como várias vezes confessa, a braços com o encargo dessas viagens. É também manifesta a desautorização que Luís Jácome sente perante os acessos de impetuosidade deste seu filho, o qual, não obstante ser já cabeça de uma nova geração, continua, aos olhos do progenitor, incapaz de a assumir responsabilmente. Não admira pois que, no seu testamento, redigido em 1809 na Casa da Torre da Lagariça, Luís Jácome tomasse a decisão de nomear o filho abade como 13º Senhor da Casa e Quinta do Avelar, em lugar do primogénito. Não sem salvaguardar, sensatamente, a continuidade da primogenitura no neto, filho de Francisco, como viria a acontecer.

Estamos, sem dúvida, sobretudo no diário mas também até no testamento, perante um espaço de escrita privada, uma espécie de memorando com a própria consciência, um diálogo consigo próprio perante os desafios, os dilemas, as dúvidas, os receios, mas também as glórias, os feitos, os dias felizes. A fidedignidade destes escritos, feitos em espaço íntimo, traz-nos um modo genuíno de conhecer a realidade.

¹⁷³ ACA/097 – “Carta de João Luís Jácome para Ana José Malheiro Pereira Sotomayor, sua nora”, 25 outubro 1790.

4.1.9 - A infausta geração

A postura política da família, claramente conservadora face aos ideais revolucionários que se anunciavam no dealbar do século XIX, vaticinava dias difíceis. Francisco (13.1), o notado filho, que cedo começara a exercer os cargos de condição no município bracarense¹⁷⁴ (onde em 1803/4 é ainda vereador e almotacé) afasta-se algum tempo depois do exercício da atividade política na cidade. Em 1820 é almotacé na vila de Barcelos¹⁷⁵, onde reside temporariamente, e só após o movimento de restauração da antiga ordem monárquico-absolutista em 1823, com a Vilafrancada¹⁷⁶, volta a tomar parte ativa no município de Braga face às confrontações que se empolgam e demarcam constitucionalistas de um lado e absolutistas de outro. Francisco terá sido, como ele próprio declara, “um dos primeiros a apresentar-se na Casa da Câmara, muito antes que houvesse ordem para isso, a aclamar Sua Majestade rei absoluto e a festejar a feliz mudança”¹⁷⁷. Para comemorar teria ainda, por sua iniciativa e conta, preparado uma cerimónia do render de graças com uma missa cantada no Convento das religiosas de S. Bento da vila de Barcelos com “inumeráveis pessoas de maior nobreza e copiosíssimos eclesiásticos”, uma solene festividade de “exposição do Santíssimo Sacramento, Sermão e Te Deum Laudamus” e ainda um jantar “aos presos da cadeia”¹⁷⁸.

Francisco Jácome (1757-1827) e seu filho Fernando (1796-1856) cerraram fileiras pelo partido de D. Miguel.

Formado em leis pela Universidade de Coimbra em 1819, Fernando Jácome foi almotacé (em 1817 e 1821) e vereador (em 1826 e 1831) na Câmara de Braga, onde se terá manifesto contrário ao sistema constitucional e apoiante de D. Miguel¹⁷⁹, conforme atestam os vereadores da Câmara em 1830.

No requerimento que então dirige ao Rei¹⁸⁰, Fernando Jácome solicita-lhe o lugar de “Juiz do Crime e Órfãos de Braga ou Superintendente das Alfândegas da Província do Minho ou Juiz dos Órfãos de Barcelos”, lugares que então se encontravam vagos, enumerando como justificação não só as habilitações que possuía mas sobretudo a sua nobreza, lealdade e os favores que prestara

¹⁷⁴ De lembrar que Francisco Jácome (13.1) foi vereador aos 25 anos de idade, em 1782, antes do próprio pai. Seguidamente exerceria também as funções de almotacé (1791), alcaide-mor (1800), provedor dos enjeitados e proprietário do ofício de escrivão dos órfãos da Câmara de Braga.

¹⁷⁵ ACA/558 - “Ordem oficial de Francisco Jácome (...) juiz almotacé na vila de Barcelos (...)” – 6.10.1820.

¹⁷⁶ Insurreição liderada pelo Infante D. Miguel de Portugal em Vila Franca de Xira a 27 de Maio de 1823.

¹⁷⁷ ACA/259 - “Auto de Justificação apresentado por Francisco Jácome (...)” – Barcelos, 27.09.1823.

¹⁷⁸ *Ibidem*

¹⁷⁹ D. Miguel foi rei de Portugal entre 1828 e 1834, até à sua rendição na Convenção de Évora Monte (26 de maio de 1834).

¹⁸⁰ ACA/250 - “Requerimento e processo de Fernando Jácome dirigido ao Rei (...)” – 17.2.1830.

à Monarquia nas guerras liberais. E é enquanto Juiz de Fora em Ponte de Lima (em 1832) e Corregedor da comarca de Valença (em 1833), que Fernando Jácome, nomeado por D. Miguel comandante das guerrilhas realistas de Ponte de Lima¹⁸¹, se empenha ativamente na defesa intransigente da causa absolutista que então parecia reafirmar-se.

Na sequência de atitudes anteriores entre as quais aquela em que oferecera para o Real Serviço alguns bons cavalos entre os quais “um excelente cavalo preto com alguns pelos brancos (...) avaliado em 500.000 reis”¹⁸², Fernando Jácome, agora comandante da guerrilha contra os inimigos desembarcados no Porto¹⁸³, notabiliza-se com iniciativas várias. Uma delas é a fundação de um Hospital em Leça de Matosinhos exclusivamente preparado para socorrer os soldados das guerrilhas contaminados pela epidemia da *colera morbus*¹⁸⁴ que, segundo o próprio cirurgião, “à custa de Fernando Jácome, Juiz de Fora de Ponte de Lima (...) se curou um grande e considerável número de soldados contaminados pela epidemia”¹⁸⁵. Para tal havia feito requisições de remédios e recolhido ofertas voluntárias de mantas, camas, lençóis e outros apetrechos necessários ao curativo dos doentes¹⁸⁶, bem como outros apoios materiais.

Mas cresciam as dificuldades e a derrota de D. Miguel haveria de acontecer e marcar o destino dos vencidos. Fernando Jácome (14.2), desalentado, refugia-se na Casa da Lagariça, no Douro, residência de seus tios paternos¹⁸⁷. Ai teria permanecido recôndito durante dois anos, sem que a própria esposa soubesse do seu paradeiro. Conta a família¹⁸⁸ que só ao fim desse tempo terá aparecido na casa do Avelar um mensageiro com uma carta para entregar à fidalga, D. Isabel Feijó, em que Fernando lhe declarava estar vivo, de saúde e em casa de família. Agora, apesar de continuarem os percalços, a implantação do Cabralismo em 1942¹⁸⁹ e a restauração da Carta Constitucional, trazia contornos mais favoráveis. Fernando é ainda notificado nesse ano para as funções de jurado no cartório da Câmara, mas uma declaração passada pelo hospital atestando

¹⁸¹ ACA/092 – “Carta de nomeação de Fernando Jácome (...)” – 16.07.1832.

¹⁸² ACA/250 – informações recolhidas no requerimento e processo referido – 13 fevereiro 1830.

¹⁸³ Referência ao desembarque liberal no Mindelo, em junho de 1832.

¹⁸⁴ A epidemia, originária da Índia e que assolara a Europa em 1832-33, chegou a Portugal através de um navio que transportava soldados para ajudar D. Pedro no cerco do Porto (Correia, 1938:465).

¹⁸⁵ ACA/488 – “Atestado passado por Manuel Lopes, cirurgião (...)” – 27.7.1833.

¹⁸⁶ ACA/490/1/2 – “Atestações de recebimentos (...)” – 1831/33.

¹⁸⁷ Casa da Torre da Lagariça, já referida a propósito do casamento de D. Josefa Maria (13.12), a filha mais nova de João Luis Jácome (12.1) com Custódio José de Sousa Pinto Pimentel Leitão Coxefel.

¹⁸⁸ Declarações prestadas por Vasco Jácome de Sousa Pereira Vasconcelos (17.1), atual representante da Casa e da família.

¹⁸⁹ António Bernardo da Costa Cabral proclama aos 27 de janeiro de 1842 a restauração da Carta Constitucional e implanta o Cabralismo (1842-46).

uma “oftalmia crónica” pela qual perdera a vista de um dos olhos e uma “colite crónica”, convidam-no a uma vida recatada e impedem-no de aceitar¹⁹⁰.

Caberia todavia à geração dos (12) filhos de Fernando e Isabel Feijó, nascidos entre 1827 e 1843, as maiores desventuras jamais vividas pela família. Delas nos apercebemos particularmente através das cartas trocadas entre eles e pelos registos mais íntimos que a família produziu e bem soube conservar.

Os “pequenos cadernos”¹⁹¹ que Fernando Jácome de Sousa Pereira Vasconcelos (15.4) escreve por 1853, ano em que termina a sua formatura na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (tal como acontecera com o pai em 1819) e nos deixa quando, dois anos depois, parte para o Rio de Janeiro de onde não mais voltaria, traduzem o espírito de uma (curta) vida tanto promissora quanto desventurada. Fernando (1831-1856) pertence à geração mais infelicitada da família: a que vê partir e morrer no Rio de Janeiro três muito jovens varões que aí buscavam a aventura e o futuro a que o seu tempo parecia incitar, passado já que estava o ciclo da tradição e da tranquilidade que caracterizava as famílias de Antigo Regime. A correspondência então trocada¹⁹² entre os vários membros da desafortunada geração mas particularmente com os irmãos João (1834-52) e Luís (1836-56) que haviam partido primeiro, dá-nos conta de uma relação muito estreita entre todos.

“Os manos partiram para o Porto no dia 24 de Outubro de 1851 e no dia 26 pelas 6 horas da manhã foram para bordo e às 10 horas saíram barra fora”, escreve Fernando no seu caderno de notas acima referido. De salientar que este tem então 20 anos de idade e os irmãos respetivamente 17 e 19. A viagem era então uma empresa dura, a ver pelas descrições que nos dão as cartas que João e Luís enviam, uma vez chegados: “a viagem levou quarenta e quatro dias, efeito de muitas calmarias e tempestades que tivemos”¹⁹³. Mais duras se revelariam, no entanto, as condições encontradas na cidade prometida: “agora é que eu vou conhecendo o que é o mundo em milhares de exemplos porque quem vem dessa casa vem com os olhos fechados”¹⁹⁴ (...) “aqui para se ganhar um bocado de pão trabalha-se como um escravo, leva-se muito pontapé e isto é para quem quer senão põem uma pessoa na rua”¹⁹⁵. E nos anos seguintes Luís continuaria a lamentar-se:

¹⁹⁰ ACA/234 – “Requerimento de Fernando Jácome (...) atestado médico (...)” – 14.12.1842.

¹⁹¹ ACA/301 -1 – “Pequenos cadernos de notas, transcrições e poemas de amor pertencentes a Fernando Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos” [1853...]

¹⁹² ACA/133-1,2,3,5,6,7 – “Cartas/Correspondência” [1850-1855]

¹⁹³ ACA/133-2 - Carta enviada por João a 14.12.1851 ao pai Fernando Jácome.

¹⁹⁴ ACA/133-3 - Carta enviada por Luís a 29.3.1852 ao pai

¹⁹⁵ ACA/133-6 - Carta enviada por Luís a 20.3.1852 à mãe.

O que eu digo é que maldita hora quando houve essa lembrança nessa casa para vir para esta terra eu (e mais o meu mano falecido) porque quem está em casa assim como todos os meus manos estão, sempre passam melhor do que eu porque sempre há nessa casa com que passar, mas quem está desviado da sua família milhares de léguas assim como eu, sem um parente, sem nada, quem precisa trabalhar para comer senão morreria à fome, isto, meu Pai, é real.¹⁹⁶

Mas, mais do que duras, as condições encontradas são graves: “aqui tem morrido perto de 2000 pessoas com a pestífera febre amarela”¹⁹⁷. A infortunada morte do irmão mais novo, referida na carta acima, logo no ano seguinte à sua chegada, acentua as dificuldades e as preocupações do mais velho, Fernando, para com o outro irmão, Luís, no Brasil. E é possivelmente esta a principal razão que leva Fernando a embarcar também para o Rio de Janeiro a 30 de Maio de 1855 onde, uma vez estabelecido, informa o irmão Francisco (15.3), que ficara na Casa do Avelar:

Eu vou vivendo sentindo apenas o incómodo do clima. O mano Luís já está quase restabelecido da sua moléstia e dentro em poucos dias vai entrar de novo no seu modo de vida se tiver juízo e se tratar de adquirir o crédito e a confiança perdida, agarra-lhe um belo futuro; eu hei-de fazer tudo o que me é possível para bem o encaminhar.¹⁹⁸

Luís aproveita a mesma carta para se dirigir aos pais, confirmando a importante ajuda que a chegada do irmão representava para si:

O mano aqui tem sido muito estimado e já está principiando nos seus trabalhos literários de homem nobre no que pode fazer uma fortuna (...) feita a carreira dele a minha feita está, tomando eu os seus conselhos, como mais velho e entendido do que eu, me saberá encarrear para onde me for melhor, porque sempre tenho quem se interesse por mim (...) Eu, meus pais, não quero fugir de dizer que tenho dado alguns passos mal dados, por causa de eu ter um génio de me parecer que para mim todos são bons e em todos me fiar (...) tenho fé que em tudo hei-de mudar.

Fernando (15.4), recém-formado, tinha aberto escritório de advogado na rua do Almada na cidade do Porto em Janeiro de 1854. Tornou-se, no mesmo ano, colaborador e editor responsável do periódico legitimista “O Portugal”, fundado no Porto em 1851¹⁹⁹. Já então no Rio

¹⁹⁶ ACA/133-3 - Carta enviada por Luís, de Pavuna, a 14.6.1854 ao pai.

¹⁹⁷ ACA/133-3 - Carta enviada por Luís a 29.3.1852 ao pai.

¹⁹⁸ ACA/133-6 - Carta de 11.07.1855, do Rio de Janeiro para a Casa do Avelar, Braga.

¹⁹⁹ Segundo Sardica (1997) a imprensa legitimista nos primeiros anos da Regeneração tinha cinco jornais: “A Nação”, em Lisboa, e “O Portugal”, no Porto, coadjuvados por “A Monarquia”, fundado no Porto em 1854, e “O Povo”, fundado em Lisboa em 1856, depois refundido e continuado em “O Povo Legitimista” em 1860-1861.

de Janeiro, onde chega a 24 de Junho de 1855 e na mesma carta que escreve ao irmão – todas elas notavelmente bem redigidas – noticia-lhe ter-se relacionado com “o melhor advogado destas terras que me admite no seu escritório”. Meses depois, noticiaria aos pais:

O Mano Luís acha-se de saúde e trabalha como um negro para ganhar o pão que come. A mim acontece-me o mesmo, ou ainda mais, porque o meu espírito não descansa um só segundo no meio dos cuidados que me rodeiam, procedidos dos desejos e esforços que emprego para me emancipar dentro de pouco tempo.²⁰⁰

Em breve exerceria, de facto, a profissão de advogado na rua Quintanda n° 136 e redigiria a Revista do Globo, um periódico literário e comercial do Rio de Janeiro, tal como nos conta o pai, também formado em Direito, no seu livro de notas²⁰¹. O mês de Abril do ano seguinte, no entanto, traria o mais dramático de todos os infortúnios. Relata, no Rio de Janeiro, o Jornal do Commercio de 2ª feira, 21 de Abril de 1856²⁰²:

– SUICIDIO - Hontem pelas 4 horas da manhã precipitou-se de uma janella do 2º andar da casa 16 da Rua das Violas e falleceu instantaneamente o Sr. Fernando Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos, súbdito português, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra e redator da *Revista do Globo*, jornal literário fundado há pouco nesta côrte. Tendo adoecido há dias de uma constipação, sobreveio-lhe uma febre com delírio e no violento accesso de que foi accomettido áquella hora pôz termo á sua existência de um modo tão desastroso.

Seguidamente o mesmo jornal acompanharia a noticia, dando conta, na sua página diária da relação das pessoas sepultadas, de “Fernando Jácome de Souza Pereira de Vasconcellos, Portuguez, morador na rua das Violas. Queda”. Noticia também que a referida sepultura se verificara “no mesmo dia no cemitério público da Ponte da Ligúria. Sepultura n° 1504”. Dias depois noticia-se ainda os vários agradecimentos de amigos pelo acompanhamento fúnebre e o convite à missa “pelo eterno repouso da sua alma no dia 26 do corrente pelas 8 horas da manhã na Igreja de Nossa Senhora da Candelaria”²⁰³. Também na cidade do Porto a redação do periódico

²⁰⁰ ACA/133-1 – Carta enviada por Fernando, do Rio de Janeiro ao pai, na Casa do Avelar aos 13.11.1855.

²⁰¹ ACA/003 – “Livro de Notas ou Clarezas referente aos meus morgados, prazos e dinheiros a juro e de outros objetos de interesse” pertencente a Fernando Jácome (14.2). Iniciado em 1825, inclui apontamentos biográficos sobre vários membros da família, posteriormente completados pelos filhos Francisco (15.3) e Vasco (15.10). Encadernado a carneira (com atilhos), tem 42 folhas e as dimensões de 209x160x22mm.

²⁰² Jornal do Commercio, segunda-feira, 21 de Abril 1856, Rio de Janeiro, Anno XXXI, N. 110. Consultado a 23.02.2018, em http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pagfis=9794
Ver também em ACA/003.

²⁰³ *Idem*, sexta-feira, 25 de Abril de 1856, p.3.

“O Portugal” publica a notícia a 9 de Junho em uma nota tarjada de preto, convidando todos os amigos a assistirem a uma missa²⁰⁴.

Fernando Jácome tinha então apenas 24 anos. E o mês de Abril deste ano de 1856 não se ficaria por aqui em matéria de funestos acontecimentos. Logo no dia 1, vinte dias antes, falecera o irmão Luís, que o mesmo jornal do Rio de Janeiro assinala incluindo-o na relação que anuncia as pessoas sepultadas nos cemitérios públicos nesse dia: “Luiz Jacome de Souza Pereira de Vasconcellos, Portuguez, 19 anos. Febre militar.”²⁰⁵ Não admira pois que Fernando, em cuja ida para o Brasil terá pesado o amparo do irmão, se sentisse defraudado consigo próprio e incapaz de lidar com mais dor, pondo assim fim à sua própria existência no momento mais agudo do seu desespero.

Fernando Jácome possuía qualidades literárias e sentimentais que se evidenciavam nos escritos que, ainda tão jovem, produziu. Atentemos, por exemplo, no tema do amor, sobre o qual disserta poesias e escreve longos trechos antes de partir para o Brasil. Nas suas incursões juvenis define-o malogradamente como “o sentimento que impele o homem a um desespero tal que ousa findar com a vida na quadra mais formosa dela”, enquanto a mulher, a seu ver, de forma diferente mas não menos sofridamente, “em iguais circunstancias obra de diverso modo, bem longe desse ruído de sentimento, ela chora a sós consigo, definha-se, mirra-se como a rosa a quem o tufão quebrou a haste (...)”²⁰⁶. Apreciemos também uma das poesias que, sobre este tema, disserta e assina em 1853, em Coimbra:

Se eu fora Alexandre, se Bruno, se Anibal
A corôa de bravo te havia de ofertar,
Se eu fora Colombo, se Vasco da Gama
O ceptro dos mares te iria entregar,

Se eu fora uma rosa, se lyrio formoso
Só tu meus aromas havias gozar;
Teu colo de neve quisera adorna-lo
Se eu fora a mais bella das pérolas do mar.

Mas não sou poeta – nem vate das selvas –
- Nem Bruno – nem lyrio – nem pérola do mar –
Sou martyr d’amores, que sinto no peito
O fel da descrença – profundo – lavar.

Coimbra – 1853 / Fernando Jácome²⁰⁷

²⁰⁴ ACA/003 – “Livro de notas ou clarezas” [1825 - 1879] em que o autor, Fernando Jácome, informa a noticia do periódico “O Portugal” n° 1068.

²⁰⁵ *Idem*, sexta-feira, 3 de Abril de 1856, p.2.

²⁰⁶ ACA/301-1 – *ob. cit.*

²⁰⁷ ACA/ 301-2 – “Poemas de Fernando Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos” (1853). Esta poesia, que seleccionamos por estar assinada, apresenta-se, no entanto incompleta por possuir rasgão nas duas primeiras estrofes, que omitimos.

Traduzindo um sentimentalismo idealizado e infausto, o afeto e os escritos deste jovem advogado e jornalista enquadram-se, a nosso ver, nas características do estado de espírito próprio do Romantismo da época. Nesta mesma corrente do movimento literário se insere o pequeno caderno²⁰⁸ contendo poesias cuidadosamente copiadas à mão da autoria de Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco, Mendes Leal Júnior, Ana Amália de Sá²⁰⁹, poesias recitadas nos concertos apresentados em Braga pelo violinista Francisco de Sá Noronha, entre outros.

Mas os flagelos que assolam esta geração no fatídico mês de Abril de 1856 não terminariam com as adversidades acima referidas. Outros tormentos, intrínsecos à época, não poupam ainda a família. À morte de Luís (15.6) e ao suicídio de Fernando (15.4), no Brasil, juntar-se-ia ainda a do pai Fernando (14.2) “vítima de uma febre tifoide e de uma icterícia que o acometera com tanta violência que apenas esteve enfermo nove dias”, refere a notícia, a 23, do jornal legitimista “O Portugal”. Recentemente viúva, D. Maria Isabel Feijó recebe, aos 8 de maio de 1856, uma longa carta de Alexandre José da Silva de Almeida Garrett²¹⁰, irmão do escritor, onde, entre outras considerações, exprime os seus sentimentos pela morte “de um amigo de alguns 40 anos”. Francisco (15.3), então sucessor e 15º Senhor do Prazo do Avelar vê-se a braços ainda com a morte da mulher em 1864, D. Sofia Adelaide, cinco anos após o casamento e sem deixar filhos. Seguir-se-ia, três anos depois, a da mãe, D. Isabel Feijó, aos 62 anos, “de uma grave enfermidade de icterícia” e ainda a da irmã Maria da Conceição, aos 40 anos, vítima de “tísica mesentérica que sofreu e com que lutou no espaço de cinco meses com uma paciência e resignação angélicas e uma contrição e dor dos mais penosos que lhe granjeou no céu o prémio da bem aventurança”²¹¹. Finalmente a sua própria, aos 49 anos, também ele vítima de “tísica mesentérica que lutou por espaço de dois anos que sofreu com resignação de cristão e com verdadeira contrição dos seus pecados”²¹².

²⁰⁸ ACA/307 – “ Coleção de poesias” – caderno composto por 38 folhas escritas, f/v, com as dimensões 123x193x40 mm. s/d.

²⁰⁹ Ana Amália Moreira de Sá, nascida no solar dos Sás, em Santa Eulália de Barroso, então concelho de Guimarães, viria a ser conhecida como poetisa e a corresponder-se com figuras notáveis da cultura oitocentista como Camilo Castelo Branco, que sobre ela escreveu umas páginas do “Cancioneiro Alegre”. Era neta de Francisco Joaquim Moreira de Sá a quem se ficou a dever a fundação em Portugal da primeira fábrica de papel da Europa feito a partir de massa de madeira (papel vegetal) – a Fábrica da Cascalheira em Caldas de Vizela (1797).

²¹⁰ Alexandre José de Almeida Garrett (1797-1867), nasceu no Porto e era irmão do escritor João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854), ambos filhos de António Bernardo da Silva, selador-mor da alfândega do Porto.

²¹¹ ACA/003 – “Livro de notas ou clarezas” [1825 - 1879].

²¹² *Ibidem*

São várias as dezenas de cartas de luto e condolências guardadas então pela família²¹³, normalmente expressas numa caligrafia cuidada e marcadas com listra preta em sinal de luto a acentuar a sua dimensão cerimoniosa, como podemos observar na figura 8:

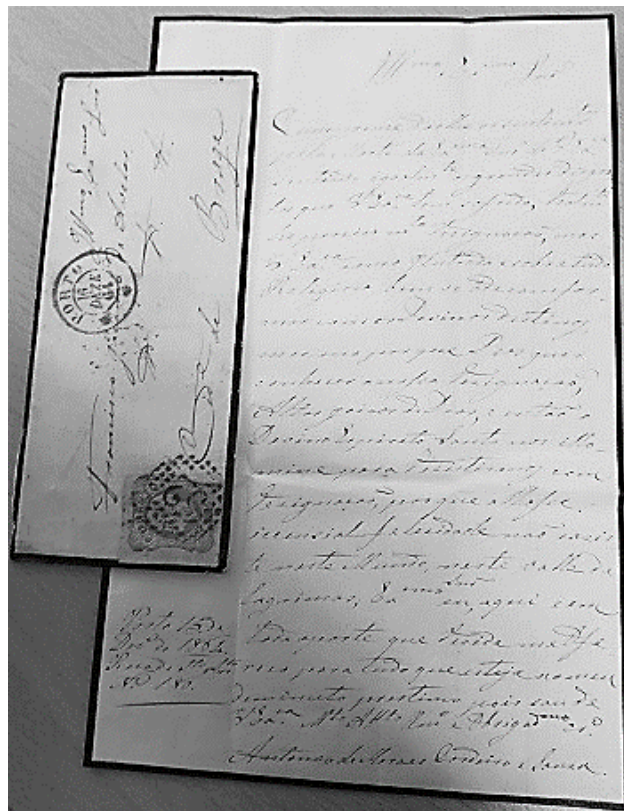


Figura 8 – Carta enviada a Francisco Jácome pelo falecimento de D. Sofia Adelaide

(15.12.1864)

Enquanto isto, é no Partido Legitimista, defensor da causa miguelista, que a família galvaniza as suas energias políticas numa ação concertada de oposição ao partido liberal. Em 1856 Francisco Jácome é nomeado Presidente da freguesia de S. Tiago da Cidade²¹⁴, onde reside e, três anos mais tarde, encabeça a formação da Comissão Distrital do Partido Legitimista²¹⁵. É também eleito para vice-presidente da Associação Católica e integra várias sociedades de carácter filantrópico. Ao mesmo tempo, várias senhoras da família, entre as quais a mulher, D. Sofia Adelaide e a irmã D. Ana José Carlina (15.1) integravam unidades mais vastas da oposição

²¹³ ACA/303 – Cartas/Correspondência [de luto enviadas a Francisco Jácome] – 1856 – 1877.

²¹⁴ ACA/457 – “Minuta de carta (...)” 28.09.1856.

²¹⁵ ACA/458 – “Correspondência, circulares e outros documentos (...)” – 458-12 (29.08.1856).

nacional como a Comissão das Senhoras Legitimistas, em Lisboa, (sob os auspícios da qual se instalara em Braga a Comissão dos Melhoramentos Sociais) empenhada em “manter com a devida decência a Real Família do Sr. D. Miguel de Bragança”²¹⁶. A ação desta Comissão estende-se mesmo para fora do país como quando estas mesmas senhoras se empenham num conjunto de remessas de “lençóis, camisas, panos de linho, ligaduras e fios” preparadas pela Comissão Central das Senhoras Legitimistas para os feridos e doentes da guerra em Espanha²¹⁷ ou também para os feridos da guerra franco-alemã²¹⁸.

Muitos outros exemplos de integração da família em comissões de carácter benemérito poderíamos enumerar. No entanto a reconciliação da família com o país e a sociedade só chegaria verdadeiramente na geração seguinte, com o casamento de Fernando Jácome (16.2) - filho de Vasco (15.10) que sucederia, na representação da infausta geração, à morte do irmão Francisco (15.3) – com D. Maria Luísa da Costa Cabral em Fornos de Algodres (1921), filha e neta de destacados membros das fileiras liberais. Seu avô, António Bernardo da Costa Cabral (1803-1889), Presidente do Conselho de Ministros no reinado de D. Maria II no período do conhecido Cabralismo (1842-46), casado nos Açores com D. Luisa Mitchel Meredith Read (1816-1885)²¹⁹, foi intitulado pela rainha de 1º Conde e Marquês de Tomar. Uma vez arredado do poder foi ainda embaixador no Brasil e nomeado para dirigir a legação de Portugal junto da Santa Sé, em 1870, vivendo alguns anos em Roma. A singular correspondência trocada entre os Marqueses de Tomar e a Casa do Avelar bem como outros documentos e recordações a eles referentes, por si, constituem uma das unidades subsistémicas componentes do Sistema de Informação do ACA²²⁰. Tratando-se de um outro subsistema familiar (os Marqueses de Tomar) não está no nosso âmbito, por agora, analisá-lo.

Fernando Jácome (1888-1969), que estamos a referir, formado em engenharia eletrotécnica em França, conhece D. Maria Luísa da Costa Cabral, que vivia em Lisboa, quando esta se deslocara à casa da família em Fornos de Algodres e ele se encontrava nos trabalhos das centrais elétricas que serviam a Beira Alta. É aí que casam e ficam instalados, nascendo também aí os seus dois filhos.

²¹⁶ ACA/458 – 32

²¹⁷ ACA/458 –26; 1874, 25 janeiro a 23 abril. Trata-se da 1ª tentativa republicana em Espanha que durou de 11.02.1873 até 29.12. 1874, caracterizada por uma profunda instabilidade político/social e violência, acabando com a restauração Bourbon.

²¹⁸ ACA/458 – 16 (1.11.1870). Trata-se da Guerra Franco-Prussiana (19 de julho de 1870 - 10 de maio de 1871) que terminou com a vitória dos alemães e a queda de Napoleão III.

²¹⁹ Costa Cabral foi nomeado juiz do Tribunal da Relação açoriana por decreto de 23 de Março de 1833, instalado em Ponta Delgada, onde casou (1834) com D. Louise Mitchell Meredith Read, enteada de William Harding Read, cônsul geral britânico nos Açores.

²²⁰ ACA/109- 1 a 8. Ver também ADB (ACA,2010) ou <http://www.adb.uminho.pt/uploads/Parte%20I.pdf>

Porém, após o falecimento do último dos pais na Casa do Avelar, em 1940, Fernando e Luísa ocupam a posição de décimos oitavos senhores da Casa, aí se instalando com os dois filhos, Vasco Francisco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (17.1) e Francisco de Assis Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (17.2) atualmente presentes e com uma geração de, respetivamente, nove e cinco filhos. Nas palavras deste último²²¹, consciente de que a Casa do Avelar se deveria prolongar no tempo, resolvera aceitar um pedido que o pai lhe havia feito quase à hora da morte no sentido de “doar a minha parte, a metade que me cabia, a meu sobrinho Diogo” (18.1), filho mais velho de Vasco Francisco, com a concordância dos próprios filhos. Ao resto da história assistirão os vindouros.

4.2 – A família Cunha Reis - Casa Grande do Campo das Hortas, Braga

As origens nominais desta família remontam ao século XVII e ramificam-se ao longo de doze linhas geracionais que chegam até nós, conforme podemos observar na árvore genealógica que elaboramos a partir dos dados recolhidos no arquivo da família que serviu de base ao nosso estudo. Partiremos da estrutura das linhas geracionais²²² que integram a família ao longo do seu percurso de vida para procedermos à configuração da sua história.

Isabel Fernandes da Cunha (2), filha de Antónia da Cunha e Domingos Fernandes, casara em 1637 com António Francisco, natural de S. Miguel de Taíde, Póvoa de Lanhoso, tendo ficado herdeiro do casal o filho Domingos da Cunha (3), também nascido em Taíde (1648-1729). Do casamento deste com Maria dos Reis (1652-1732) nasce João da Mota da Cunha Reis (1672-1726) o qual, por sua vez, casa com Ana Francisca Fernandes de Araújo, também natural do Concelho da Póvoa de Lanhoso em Braga.

O filho destes, Lucas Mota da Cunha Reis (5), batizado em Taíde em 1697, ter-se-á tornado um negociante de grande fortuna no Porto. Casara com Maria Josefa Godinho da Cunha Reis, sua prima coirmã (filha do licenciado João Martinho Godinho de Freitas e de Mariana da Cunha Seara da Mota) nascida em 1719 na Casa da Fonte de S. Martinho dos Galegos, concelho de Lanhoso, moradia essa que se terá constituído no primeiro solar da família²²³: o Solar dos Godinhos.

²²¹ Video produzido para a celebração dos 500 anos da Casa.

²²² Ver Anexo 2.a e 2.b - *Outline Descendant Report for Antónia da Cunha* e *Descendants of Antónia da Cunha. Family Tree Maker 2012* (software que utilizamos). Aqui cada linha geracional principal é designada por um número (1 a 12) seguido – ou não - de outro que significa a ordem de nascimento na respetiva geração, tal como procedemos na família Jácome de Vasconcelos.

²²³ ACR – “Memórias sobre a descendência dos Godinhos” (título manuscrito em capa contendo cinco documentos). De lembrar que os documentos deste arquivo, como já referimos anteriormente, não poderão ser identificados pelo número, uma vez que o mesmo não se encontra catalogado.

Motas Godinhos e Cunhas constituem assim, segundo a “Petição Justificativa de Genere”²²⁴ a origem nobre da família ligada ao Solar dos Godinhos, em S. Martinho dos Galegos (Lanhoso). António José da Cunha Reis da Mota Godinho (6.1) filho dos acima Lucas e Maria Josefa²²⁵, terá nascido também em Lanhoso, Braga (1744-1820) e casado em 1783 com Maria José Correia Carneiro²²⁶ (1769-1819), que podemos ver na figura abaixo, tornando-se um negociante de renome matriculado na praça do Porto.



Figura 9 - António José da Cunha Reis da Mota Godinho e mulher D. Maria José Correia Carneiro
(reprodução das pinturas existentes na atual Casa Grande do Campo das Hortas)

O casal (figura 9), estabelecido no Porto, primeiro na rua Nova dos Ingleses, freguesia de S. Nicolau e mais tarde na rua dos Assentos das Virtudes, freguesia de Santo Ildefonso, arremataria à nação, em 1783, em hasta pública, a Quinta da Vacaria, no Douro, por 16 contos de reis²²⁷.

²²⁴ *Ibidem* - “Pública Forma de Petição Justificativa de Genere”.

²²⁵ Estes terão tido outro filho, que terá ingressado na vida religiosa - Frei Bernardo de Nossa Senhora (6.2) como consta da árvore genealógica (Anexo 2).

²²⁶ Maria José Correia Carneiro, filha do sargento-mor Manuel Rodrigues Carneiro e de D. Maria Lopes Carneiro, era irmã de D. Maria Teresa Correia, que terá ingressado no Convento das Religiosas de Santa Clara, no Porto, em 1788, com o nome de D. Maria Bárbara e à qual nos referiremos à frente.

²²⁷ ACR – “Certidão dos Autos de Inventário por falecimento de António José da Cunha Reis da Mota Godinho e mulher D. Maria José Correia da Cunha Reis a pedido de D. Carlota Joaquina Cardoso da Cunha Reis” – Porto, 10 de julho de 1868 (documento composto por 42 folhas manuscritas na frente e no verso, seladas e cosidas entre si com fio branco).

A Quinta havia pertencido aos Padres da Companhia de Jesus, aos quais fora confiscada e, na sequência disso, incorporada nos bens da Coroa.

Situada nos limites orientais da cidade da Régua na zona do Baixo Corgo, incluía, nessa altura, para além de muitos outros bens, uma barca de transporte, designada de barca do Corgo. A quinta, de grandes dimensões, era tradicionalmente especializada na produção da vinha (entre outros produtos) e a sua gestão revelar-se-ia um assunto marcante na família. Disto é testemunho o manancial de documentos existentes no arquivo a respeito deste assunto ao qual dedicaremos uma especial atenção.

4.2.1 - A Quinta da Vacaria no Douro

A Quinta da Vacaria representa um papel central na documentação existente no arquivo e é uma das propriedades familiares mais importantes e mais referenciadoras do seu poderio. Situada no lugar da Granja, no Douro, comarca de Vila Real, torna-se propriedade da família Cunha Reis pelo Decreto Real de D. Maria I de 7 de fevereiro de 1782, no qual consta que a mesma é vendida a António José da Cunha Reis (6.1) “homem de negócio da Praça do Porto e deputado da Junta da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, pela quantia de 16 contos de reis que entregou no Real Erário”²²⁸.

Em tempos anteriores, que remontam aos princípios do século XVII, a quinta havia sido comprada por Frei Luís Álvares de Távora, cavaleiro da Ordem de Malta, Comendador de Poiares e Bailio de Leça, em nome do seu irmão Gaspar de Sousa²²⁹, Governador dos Estados do Brasil, tendo-a depois enriquecido com sobrados de lagares e adegas “para ali embarcar os vinhos do Douro” (Martins, 1997:361). Entretanto, um outro irmão, o Padre João de Sousa, da Companhia de Jesus, convencera o primeiro a aceitar o título de fundador do Colégio de S. Lourenço²³⁰ através da entrega do dote de fundação no qual se incluía a Quinta da Vacaria. A partir de 1616, após a resolução dos trâmites legais, a Quinta da Vacaria ficou incorporada no património do Colégio de S. Lourenço.

Nesta altura, conforme nos informa Martins (*Ibidem*: 370), a produção anual da quinta era de 70 a 80 pipas de vinho. A Quinta era então administrada de forma hierárquica e

²²⁸ ACR “Pública Forma – venda da Quinta da Vacaria a António José da Cunha Reis” – 1782.

²²⁹ *Ibidem* - “Certidão da escritura de compra da Quinta da Vacaria que fez Gaspar de Sousa [em 1613] a pedido de António José da Cunha Reis” – 30 de Março de 1782 (23 folhas manuscritas na frente e no verso).

²³⁰ A Igreja e Colégio de S. Lourenço (depois Igreja dos Grilos) junto ao Paço Episcopal no Porto, abriu à comunidade em 1630, permanecendo na mão dos Jesuítas até à expulsão destes pelo Marquês de Pombal em 1759. A Igreja e o Colégio ficam então na posse da Universidade de Coimbra, sendo os edifícios vendidos em 1780 aos Agostinhos Descalços ou Frades Grilos que aí ficam até 1832 (data do cerco do Porto).

centralizada, tal como qualquer colégio da Companhia de Jesus. O Reitor delegava no Procurador a administração do património do Colégio, o qual contava com a ajuda de um feitor para dirigir quotidianamente as atividades da Quinta da Vacaria e do pessoal auxiliar que lhe estava subordinado. Este pessoal incluía um “moço-cozinheiro”, encarregado da cozinha da quinta, um “barbeiro” que barbeava os padres que a visitavam e os trabalhadores, e ainda uma “lavadeira” (*Ibidem*: 366). A Quinta produzia vinho²³¹, azeite e cereais que alimentavam todo o Colégio de S. Lourenço.

Ficando localizada na área mais a oeste da região vinícola do Douro²³², isto é, no Baixo Corgo (que vai do Peso da Régua até ao rio Corgo, afluente do Douro), área da origem da viticultura, a Quinta da Vacaria possuía ainda uma outra fonte de rendimento que contribuía para aumentar o seu capital e riqueza: os direitos de uma barca de passagem que se destinava a assegurar o serviço de transporte de passageiros e mercadorias entre as margens do rio Corgo (sobretudo no inverno, quando este ficava intransitável), sem que houvesse qualquer outro barco para o mesmo efeito²³³.

Segundo os documentos do arquivo de família²³⁴, a Quinta da Vacaria, pouco antes de ser adquirida pela família Cunha Reis, incluía, no seu interior, uma estrada pública “que vai da Granja para o rio Douro”, bem como uma barca na passagem do rio Corgo. O seu perímetro vem especificado em varas²³⁵ e o seu interior é relatado como todo um conjunto de vinhas, oliveiras, montes, ribeiras, azenhas, casas sobradadas e térreas – umas com adega para recolhimento de vinhos e lagares de fazer vinho e azeite e outras para o recolhimento dos trabalhadores – e, junto a estas últimas, uma “Capela da Invocação de Nossa Senhora do Bom Sucesso com retábulo dourado”²³⁶. Junto à estrada do Douro contava ainda uma casa “que serve de armazém de sal” e outras de recolha dos barqueiros.

²³¹ Fausto Martins (1997:367-9) fala-nos, a este respeito, de “um documento não datado mas que podemos, com segurança, situá-lo nos meados do século XVII” que um dos procuradores da quinta teria exarado como norma orientadora dos cuidados que se deveriam prestar na Vacaria, acrescentando tratar-se de “possivelmente, um dos textos mais antigos sobre os cuidados que os viticultores devem ter presentes no amanho de uma cultura tão específica”.

²³² A região vinícola do Douro é dividida em três áreas ao longo do rio. O Baixo Corgo é a área mais distante para oeste, vai da Régua até ao Corgo; para leste, a região do Cima Corgo, uma área que inclui a cidade de Pinhão; a leste do Pinhão até Barca d'Alva, a região do Douro Superior ou Alto Douro.

²³³ Segundo Martins (199: 370) havia também uma pesqueira destinada à captura de bogas e barbos para consumo e venda a qual, juntamente com o barco, constituíam duas fontes importantes de receita para o Colégio de S. Lourenço no Porto.

²³⁴ ACR - “Certidão do Tombo Novo respeitante à Quinta da Vacaria, S. Miguel de Poiães pedida por João Bernardo, 3 de Maio 1820” datada de 20 setembro 1772, altura em que é caseiro Alexandre José de Sousa Meneses (8 folhas manuscritas frente e verso).

²³⁵ *Ibidem*: a medição apresentada em detalhe descreve-nos um perímetro de 670 x 380 x 700 x 600 varas, o que se traduz num total de cerca de 2585 metros.

²³⁶ Segundo Cardoso (2014: 158) o grande número de capelas não anexas a casas de habitação (estas situadas nos lugares mais altos) nos terrenos das Quintas do Douro deve-se ao facto de o rio Douro representar um grande fator de imprevisibilidade não só devido às doenças provocadas pelos calores excessivos de verão como também pelos desabamentos provocados por cheias. A este propósito fala-nos de um terrível desabamento que terá destruído a quinta de Valdigem da família Portocarreiro cujas “pedras terão derrubado uns cedros que estavam no terreiro da Quinta da Vacaria na margem esquerda do rio”.

De natureza de prazo de vidas e foreira no domínio direto à comarca de Poiares, da Ordem de Malta, a Quinta adquirida por António José da Cunha Reis (6.1), passa, em 1828, ao filho D. António Alexandre da Cunha Reis (7.4) e, pouco depois, após o falecimento precoce deste, em 1834, ao irmão Joaquim Jerónimo (7.5). Apesar do desenrolar de algumas polémicas ocorridas com a Comenda de Poiares, a propósito de algumas terras foreiras, a situação parece ficar resolvida com a decisão de a Quinta ficar “dízima a Deus e por isso poder vincular-se”²³⁷. O mesmo não se poderá dizer de uma contenda de maior amplitude que se haveria de instalar e alongar ao tempo dos dois irmãos: a questão jurídica da barca de passagem, numa época de controvérsia marcada pelo crescendo de afirmação do liberalismo político.

A polémica instala-se a propósito dos direitos da família sobre a barca de passagem, defendendo a família o seu direito de propriedade “estabelecido em tempos muito antigos”, contra outras posições a favor do estabelecimento público de novas barcas ou da construção de uma ponte sobre o rio Corgo²³⁸.

Com base na análise dos documentos que o arquivo de família reúne, cremos que a questão se inicia logo em 1802 com uma sentença proferida a favor de António José da Cunha Reis (6.1) e sua mulher contra a pretensão de Julião Pires Fernandes “galego da Nação e assistente no Peso da Régua” querer instalar igual barca no Corgo²³⁹, sendo o réu condenado a pagar todas as despesas.

É, porém, nos anos seguintes, com as mudanças jurídicas que se anunciam, que a situação toma contornos mais problemáticos.

Começamos pela apreciação de dois manuscritos²⁴⁰ elaborados e conservados no arquivo da Casa relativos à localização da Quinta e da Barca do Corgo e aos seus caminhos e servidões de acesso.

O primeiro (figura 10) é um desenho aguarelado policromado com uma intenção de oferecer uma vista geral, centrado na representação da confluência dos rios Corgo e Douro, a quinta com as vinhas e as estradas de acesso, a casa grande, a capela e a barca (esta, em locais numerados de um a quatro), tudo circunscrito à confluência entre a margem esquerda do Corgo e a direita do Douro.

²³⁷ ACR - “Notícias acerca da Quinta da Vacaria” – folha forte, dobrada em 4, descrevendo os direitos consignados nas escrituras de compra da quinta.

²³⁸ ACR - capa em papel liso, forte, sem título, contendo certidões e requerimentos relativos à Barca do Corgo, efetuados, respetivamente em 1841, 1842 e 1850.

²³⁹ ACR - “Sentença contra Julião Pires Fernandes por querer pôr hum barco no Corgo” - 16 Novembro 1802 (dois documentos, sendo um original e o outro a pública forma do mesmo).

²⁴⁰ ACR - “Quinta da Vacaria e Barca do Corgo” - duas folhas grandes de papel, dobradas a meio (apresentando-se uma dentro da outra).

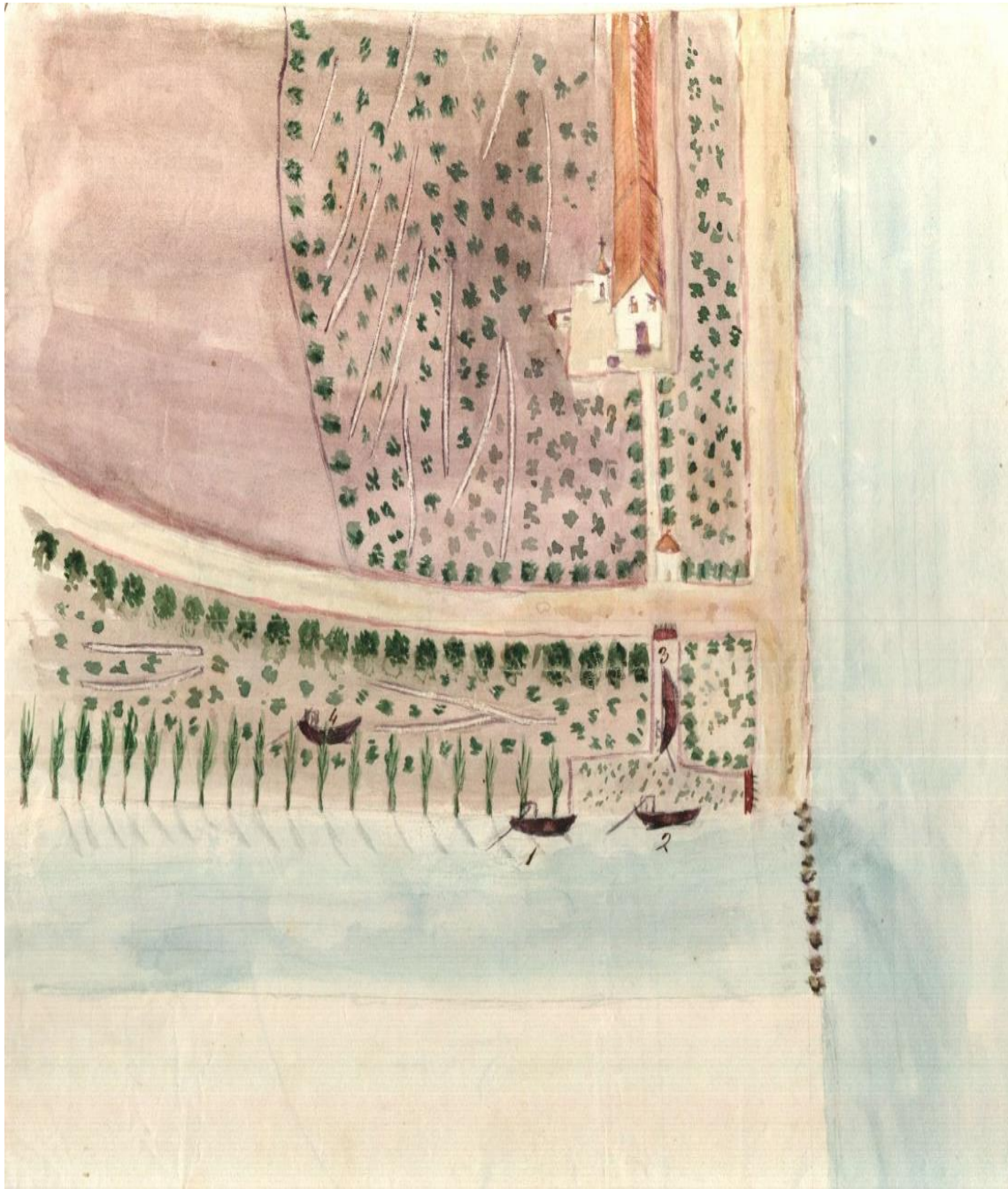


Figura 10 - Quinta da Vacaria / Barca do Corgo

(ACR - desenho aguarelado)

O segundo (figura 11), um esquema gráfico de limite circular, representando os mesmos motivos do anterior, porém dotado de informação escrita explicativa da natureza da servidão e qualidade dos caminhos, e dos principais pontos de referência.

necessário percorrer da servidão pública na relação com as poldras (no canto inferior direito). Por contrapartida adivinha-se o interesse da família em ver desafetado do domínio público o traçado primitivo constituído pela “estrada pública do Douro não calçada e estreita” (na diagonal superior, à direita) e pela “estrada para as poldras pela margem do Douro” (na vertical, à direita).

Com esta alteração a família obtinha duas vantagens: incorporava maior área de solo na sua quinta relativamente à que cedia e juntava numa única extensão as duas parcelas da quinta que a estrada dividia (referido em “porção da quinta dividida”, no espaço triangular à direita). Do ponto de vista público todos os que usavam a travessia pelas poldras tinham a vantagem de encurtar caminho.

Creemos que estes documentos - dos quais o último está assinado, datado (3 de outubro de 1826) e carimbado com o selo real (como se pode ver na figura) - integrariam uma petição apresentada por D. António Alexandre da Cunha Reis (7.4) à Infanta Regente D. Isabel Maria (em nome do Rei D. João VI, recentemente falecido), com o objetivo de satisfazer os intentos atrás referidos. Meses depois a resposta vem sob a forma de Ordem Real²⁴¹ dando permissão ao requerente para “suprimir a dita estrada pública substituindo por outra mais cómoda para o uso público” com a enumeração de seis condições, entre as quais, a qualidade da calçada e das poldras que deviam ser “as precisas para passarem os viajantes a pé e da altura própria para não serem cobertas pela água (...) e sem tirar o direito que tem a Câmara de vigiar”.

Os irmãos D. António Alexandre (7.4) e Joaquim Jerónimo (7.5), com o objetivo de comprovar a licença de arrendamento da Barca do Corgo efetuada pelo pai António José (6.1), em 1806, bem como o pagamento de sisa, mandam também passar, em 1826, as respetivas certidões²⁴².

Na verdade, parece delinear-se um confronto entre, de um lado, os interesses da família afirmando os direitos patrimoniais sobre a barca de passagem e sobre a margem esquerda do rio Corgo que confronta com a quinta (como podemos ver na figura 10) e, do outro, os interesses alheios defendendo a concessão pública das barcas.

Expõem-se, deste último lado, as Câmaras de Peso da Régua, de Sabrosa e de Canelas. Estas, defendendo o interesse público, argumentam, por exemplo, em resposta a uma auscultação pedida pelo Governador Civil de Vila Real, que o estabelecimento de uma nova barca seria de

²⁴¹ ACR – “Carta/Ordem de permissão emanada em 25 de Agosto de 1827 pela Infanta Regente D. Maria Isabel em nome do Rei para que a pedido do requerente/suplicante D. António Alexandre da Cunha Reis da Mota Godinho se substitua a estrada pública que atravessa a quinta da Vacaria por outra particular [a construir] debaixo de certas cláusulas” – três páginas manuscritas com assinatura e selo real.

²⁴² ACR – “Certidão de escritura de arrendamento da Barca do Corgo (...)” – 18 Fevereiro 1826.

grande utilidade para o público e em nada prejudicaria a propriedade da quinta. Apontam à família a responsabilidade de, ao não igualar para todos as taxas de passagem - “no mesmo concelho a uns leva 5 a outros 10 reis” - se desencadearem, “algumas vezes, rixas”²⁴³. Para evitar isto estabelece-se, poucos dias depois, um acordo entre a Câmara Municipal da Vila de Canelas e Joaquim Jerónimo (7.5) para que “se faça extensivo às freguesias novamente ameaçadas a este concelho o favor de que os povos do antigo concelho gozavam no preço da passagem na nossa barca do Rio Corgo”²⁴⁴.

No entanto a situação não se fica por aqui. A Câmara de Peso da Régua - que então enfrentava a necessidade de construir uma nova cadeia “conforme o plano do Administrador de Vila Real ao administrado concelho de Peso da Régua” - sem meios financeiros, vai mesmo ao ponto de levar uma representação sua à Câmara dos Deputados propondo que lhe “seja consignado metade do rendimento de duas barcas que há no rio Douro e uma no Corgo com o fim de construir uma cadeia para os presos (...)”. A proposta²⁴⁵, feita numa altura em que se discutia o Projeto de Lei da Comissão sobre as barcas de passagem, visava, como então se explica, a concessão das referidas barcas à Câmara Municipal da Régua. Era então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça António Bernardo da Costa Cabral²⁴⁶, ao tempo da rainha D. Maria II.

A reação da família face a este panorama é, antes de mais, diligente e unida: a geração, representada por D. António Alexandre (7.4) e, de seguida por Joaquim Jerónimo (7.5), atua com o empenho dos irmãos, entre os quais, D. Guilherme Germano (7.7) e João Bernardo (7.3), face ao que consideram ser um direito inalienável da propriedade transmitida pelos pais. São muitas as cartas, certidões, requerimentos, pareceres ou mesmo simples folhas impressas, bem conservados no arquivo da casa a respeito da Barca do Corgo. Encontramos também documentos originais²⁴⁷ assinados e carimbados pela Junta do Crédito Público²⁴⁸ atestando o direito de posse exclusiva da barca de trânsito com base em não se tratar de um “direito banal” – extintos pelo decreto de 13 de agosto de 1832 – nem de um “privilégio gracioso que obstasse à livre circulação

²⁴³ ACR - “Cópia de Carta remetida ao Governo Civil de Vila Real por D. Guilherme da Cunha Reis bem como Informe da Câmara em resposta” [Canelas, 10 de Abril 1842, o Presidente]

²⁴⁴ ACR - “Escritura de transação amigável que fazem entre si o Presidente e Ministros da Câmara Municipal do Concelho da Vila de Canelas e Joaquim Jerónimo da Cunha Reis da Mota Godinho da cidade do Porto” - 2 Maio 1842.

²⁴⁵ ACR - “Cópia da Representação da Câmara de Peso da Régua” – 7 janeiro 1842.

²⁴⁶ António Bernardo da Costa Cabral, já referido a propósito da sua ligação à família Jácome de Vasconcelos.

²⁴⁷ ACR - conjunto de documentos carimbados com selo branco, compostos de 8 folhas manuscritas na frente e verso, cosidos com linha – 1839.

²⁴⁸ A Junta do Crédito Público foi criada em 1837 e era composta por cinco membros, um eleito pela Câmara dos Deputados, dois pelo Governo e os outros dois pelos indivíduos que recebessem, da mesma Junta, juros a partir de quinhentos mil réis. O presidente era de nomeação governamental.

de um rio com caudal e navegável”. Antes, de uma “aquisição por título oneroso” além de que a mesma lei conferia que “os bens que haviam sido incorporados na Coroa e que por lei se tinham mandado vender fiquem permanecendo como estavam”.

Em 1843 são registadas mais de quarenta cartas²⁴⁹ sobre esta questão, escritas por D. Guilherme Germano, em representação do seu irmão Joaquim Jerónimo, endereçadas a Ministros (entre os quais o 1º Duque da Terceira e António Bernardo da Costa Cabral), Pares, Deputados e amigos. Aconselhado²⁵⁰ a não fazer uma simples petição à Câmara dos Deputados mas antes a fazer chegar memoriais à mão de cada um dos deputados por intermédio de pessoas de consideração, D. Guilherme envia então em cada uma das referidas cartas uma “memória inclusa”. Esta dava conhecimento de “um violento ataque à propriedade privada” e aos “contratos feitos entre um particular e a Nação” (...) “um daqueles atentados que não podem deixar de aterrorizar senão a quem não tiver nada de seu”, incluindo o comprovativo da arrematação da Quinta da Vacaria que há seis décadas atrás o pai havia feito em praça pública à Nação e de que era parte integrante a Barca do Corgo.

Na verdade, D. Guilherme (7.7), então Deão da Sé de Braga, tal como o havia sido o irmão D. António Alexandre (7.4), entretanto falecido, é o grande motor destes contactos que alimenta e cujo registo guarda e organiza esmeradamente, constituindo um fiel testemunho do conceito de propriedade pela elite da época.

Também vários outros registos que constam no arquivo da casa²⁵¹ são fruto desta sua afincada organização. Alguns, configurados sob a forma de diário, com designação de dia/mês/ano/assunto, dispersam-se por assuntos variados que vão desde a correspondência enviada (com indicação breve da pessoa a quem se destina e do assunto tratado), às deslocações que faz (indicando os locais, a forma, os acompanhantes) ou ainda aos róis de despesas e receitas que efetua. Por aqui ficamos a saber, os ritmos, os itinerários, as transações efetuadas e um sem número de informações que quisermos explorar.

Relativamente ao caso específico das cartas atrás referidas e remetidas aos ministros e deputados com o propósito da defesa, na Câmara dos Deputados, do direito de propriedade particular das barcas de passagem, podemos apreciar ainda todo um conjunto volumoso de cartas-resposta agrupadas em nove subconjuntos organizados sob o título “Cartas em resposta”²⁵²,

²⁴⁹ ACR – “Copiador de cartas escritas pelo Sr. D. Guilherme relativas à questão da Barca do Corgo em 1843” – conjunto de 10 folhas manuscritas, com boa caligrafia, cosidas com linha, contendo, numerados e separados cada um dos registos das cartas.

²⁵⁰ ACR – carta enviada de Lisboa a D. Guilherme pelo seu amigo Vicente Ferreira Novais a 28 de fevereiro de 1843.

²⁵¹ ACR – Masso de papéis intitulado “Papéis curiosos por serem escritos pelo punho do Sr. D. Guilherme da Cunha Reis”[1836 a 1852].

²⁵² ACR – “Cartas em resposta” dirigidas a D. Guilherme Germano – 1843.

dirigidas a D. Guilherme Germano. Cada um deles contém várias cartas cosidas entre si com linha (verde ou vermelha), todas datadas de 1843 (no espaço que decorre entre fevereiro e maio). Lendo-as, damos conta das diligências então efetuadas para defender a consignação da propriedade da Barca do Corgo no Projeto de Lei sobre Barcas de Passagem.

Ainda que mobilizados assim os membros da Comissão de Administração Pública em torno da emissão de um parecer favorável às barcas de passagem consignadas, a defesa da causa não se revelaria, porém, nem fácil nem garantida, como podemos ver pelos extratos das cartas recebidas:

Quando ele [Projeto das Barcas] vier à Câmara empregarei as minhas poucas forças oratórias em defesa dos direitos dos meus constituintes (...) mas nem todos têm a coragem de dizer – não – ao que o governo diz – sim –.²⁵³

Não obstante, dias depois, as notícias chegadas são animadoras:

Tive a honra de receber o favor da Carta de V.^a Ex.^a em data de 23 de março p.p. e com ela os impressos que a acompanhavam; e procurando dar logo imediata execução ao que V.^a Ex.^a se dignava de me ordenar, tenho a satisfação de anunciar a V.^a Ex.^a que todos os deputados com quem falei e a quem entreguei as memórias e muitos outros a quem fiz falar me pareceram convencidos da justiça de V.^a Ex.^a e prometeram advogá-la e defendê-la.²⁵⁴

O assunto, ainda assim, não se decide apenas na capital:

(...) ontem se discutiu na Câmara o projeto sobre barcas de passagem e a comissão apresentou uma emenda para serem garantidas aos proprietários as barcas de passagem adquiridas por título oneroso (...) decerto na Câmara do Porto não se altera nesta parte o projeto e por isso bastará que V.^a Ex.^a para aí recomende pelos seus amigos o negócio sem ter o incómodo de vir a Lisboa (...).²⁵⁵

E, mesmo em Lisboa, além da aprovação na Câmara dos Deputados há que não menosprezar a decisão da dos Pares:

²⁵³ ACR – Carta enviada a D. Guilherme a 16 de março 1843, Lisboa, assinada “D. J. d’Azevedo”.

²⁵⁴ ACR – Carta enviada a D. Guilherme a 5 de abril 1843, Lisboa.

²⁵⁵ ACR - Carta enviada a D. Guilherme a 4 de abril 1843, Lisboa.

(...) dou a V^a Ex^a os parabéns pela decisão que teve na Câmara dos Deputados o projeto (...) e muito hei de estimar que assim se passe na dos Pares e eu me não hei de descuidar de prevenir os meus amigos para se conformarem com aquela justa decisão. (...)”²⁵⁶

As notícias, no entanto, são perentórias. O próprio Mouzinho de Albuquerque²⁵⁷, tido como “o sino grande nestes negócios”²⁵⁸, escreve:

Não respondi mais cedo à carta que V. Ex^a me fez as honras de dirigir-me, porque esperei, para o fazer, que a Lei em que o Sr. Cunha Reis via envolvidos alguns interesses seus, tivesse passado na Câmara. Tanto eu como alguns outros deputados sustentamos o que era justo e felizmente nesta justiça se compreendia o negócio do Sr. Cunha Reis, e para assegurar a V^a Ex^a que este negócio está favoravelmente concluído na Câmara em que eu pertença.²⁵⁹

Finalmente é publicado o Projeto de Lei que, com vista a dotar as Câmaras de novos meios de prover às despesas, estabelece que as barcas de passagem ficam pertença dos municípios (encarregues de estabelecer as respetivas taxas), excetuando-se algumas particularidades como a que consta no seu art.º 3º:

As disposições desta lei não são aplicáveis às barcas possuídas por particulares e havidas por legítimo título oneroso ou por qualquer outro que, conforme o direito em vigor, constitui legitimamente propriedade particular.²⁶⁰

Ficaria assim garantida, pela publicação no Diário do Governo de 4 de Abril de 1843, depois adaptada no de 26 de Maio de 1843, a propriedade privada da barca do Corgo. Chegados aqui, resta-nos concluir pela confirmação do já declarado expressamente em carta particular de 3 de Abril:

²⁵⁶ ACR – Carta enviada a D. Guilherme a 22 de abril 1843, Lisboa; assinada “Conde de Samodães”. Conde de Samodães foi um título criado por decreto de 26 de Julho de 1842, da rainha D. Maria II, a favor do general Francisco de Paula de Azeredo Teixeira de Carvalho, 1.º visconde de Samodães, um dos líderes militares do movimento liberal em Portugal.

²⁵⁷ Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (1792-1846), fidalgo da Casa-Real, distinguiu-se nas lutas liberais, foi Ministro do Reino, afastou-se e voltou várias vezes à vida política ativa, ganhando fama pelos seus discursos na Câmara dos Deputados em 1843.

²⁵⁸ Expressão usada na carta dirigida a Francisco Jerónimo da Silva a 29 de Março de 1843, Porto; assinada “Beirão”. Francisco Jerónimo da Silva (Angra do Heroísmo, 1807 / Lisboa, 1871), advogado no Porto – um dos mais notáveis advogados portugueses da 1ª metade do século XIX - ganhou notoriedade pelas suas capacidades oratórias e pelas causas polémicas que sustentou; miguelista, recusou sempre qualquer tipo de emprego público do governo constitucional e recusou várias vezes o lugar de deputado.

²⁵⁹ Carta endereçada à Ilma. e Exma. Sra. D. Maria José Pereira de Bourbon por Mouzinho de Albuquerque, a quem trata por “Minha Prima”, a 26 de abril de 1843, Lisboa.

²⁶⁰ ACR – exemplares do Diário do Governo de 26 de Maio e do de 4 de Abril do mesmo ano de 1843; neste último o referido art.º 3 tinha a seguinte redação “As barcas de passagem que atualmente se acharem estabelecidas em rios cujas margens forem de propriedade particular, são garantidas aos respetivos proprietários”, a qual teria sido adaptada na versão de 26 de Maio, respondendo, em qualquer dos casos aos mesmos objetivos.

Acaba de ser salva a barca do teu Cunha Reis. Um membro da Comissão propôs logo uma emenda ao art.º 3 salvando as barcas adquiridas a título oneroso. Assim já fica mantida a do teu Amigo.²⁶¹

Na verdade, a causa, ainda que muito trabalhada na sua envolvência jurídica por não ser fácil enquadrá-la nos novos parâmetros liberais, haveria ainda assim de sair vencedora e permanecer estável por mais algumas décadas. Valeu o poder das influências político-sociais que a família então soubera mobilizar e a cujo enredo o arquivo de família nos permite, incomumente, aceder.

Anos mais tarde, em escritura elaborada em 1857²⁶², Joaquim Jerónimo da Cunha Reis (7.5) e sua mulher D. Carlota Joaquina destinam a Quinta da Vacaria com todos os seus haveres ao seu filho primogénito, Joaquim Firmino da Cunha Reis (8.1) em dote de casamento com D. Isabel Maria Meireles. Pelo que sabemos, a barca permaneceria na sua posse e na exclusividade das suas funções pelo menos até 1875. Nesta altura, em pleno período fontista da revolução nos transportes e comunicações, as Câmaras Municipais de Peso da Régua e Sabrosa reivindicariam a Sua Majestade, então D. Luís, uma ponte mista (ferro e rodoviária, sendo que esta já estava prevista), sobre o rio Corgo o qual, afirmavam,

(...) ao longo de muitos quilómetros não oferece outra passagem para a Régua – principal centro comercial do país vinhateiro – senão uma barca de passagem na foz dos rios Corgo e Douro, a qual, embora faça um serviço regular e diurno, tem pelas cheias e tempestades de suster o trânsito com muito incómodo e prejuízo dos povos que somente têm esta via de comunicação com a Régua (...)²⁶³.

A partir daqui desvanecem-se as fontes sobre o paradeiro da quinta e da barca que, na verdade, já não constam do património herdado pelo filho primogénito Guilherme de Abreu Bacelar da Cunha Reis (1864-1938) ou outro descendente desta 9ª geração.

A Quinta da Vacaria, no entanto, perdura e permite ainda hoje que nos deparemos com as memórias da pintora Armanda Passos, que nos fala de saudosas memórias que conserva dessa Quinta onde nascera, em 1944, e onde viveu com sua avó Maria Emília Queirós Marinho Bernardo, que também aí nascera e casara. As memórias prendem-se, como nos diz, com “histórias sem

²⁶¹ ACR – Carta, carimbada e selada, enviada de Lisboa a 3 de abril de 1843 para o Porto a Luís Lopes Vieira de Castro, assinada “teu J. G. Silva Sanches” (fora ministro, membro e Presidente da Câmara dos deputados).

²⁶² ACR – “Certidão de escritura de dote para casamento do Ilmo. Joaquim Firmino da Cunha Reis desta cidade com a Ilma. Dona Isabel Maria de Meireles Leite de Abreu Bacelar (...)” – 17 janeiro 1857. A certidão, passada em papel azul selado é constituída por 20 folhas manuscritas.

²⁶³ ACR “Pública Forma” passada a 10 de agosto de 1875 de pedido dirigido a Sua Majestade por parte das comarcas de Régua e Sabrosa em 15 de julho do mesmo ano. Trata-se de um documento constituído por nove páginas manuscritas em papel azul (cosidas com linha de cor amarela).

fim”, desde a “capela com os santos milagrosos” ao “cheiro do vinho quando fermentado”²⁶⁴. Sabemos também que hoje a Quinta da Vacaria continua a produzir vinhos (branco, porto, rosé e tinto) de alta qualidade, tendo recentemente recebido o ‘galardão de ouro’ no concurso internacional *Muse Creative Awards 2017* (Anexo 3)²⁶⁵.

4.2.2 – A moderna e pioneira Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro

António José da Cunha Reis da Mota Godinho (atrás na figura 9) - reputado no seu perfil de homem de negócios na praça do Porto e senhor da Quinta da Vacaria - foi também ativo protagonista no exercício de outros cargos: deputado e acionista da Santa Casa da Misericórdia do Porto (durante 37 anos), deputado e acionista da Junta do Alto Douro (nos anos de 1781, 85, 88, 89, 96, 98 e 99) e administrador da Quinta da Ferradosa, no Douro, junto a Freixo de Espada à Cinta (ao longo de 26 anos). Além disso possuía os títulos de fidalgo da Cota de Armas, em Lisboa, e de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Enquanto acionista e deputado, sabemos que António José se viu envolvido em libelos e sentenças jurídicas, amigáveis umas e outras como autor ou réu, datadas todas elas entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX, as quais não cabe aqui no âmbito do presente trabalho analisar de forma detalhada.

Salientamos no entanto que, na qualidade de deputado da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, António José da Cunha Reis (1744-1820) possuía uma Carta de Licença de Porte de Armas conferida pela rainha D. Maria I²⁶⁶. Não pelo particularismo em si, mas porque tal licença, como refere a Carta Régia, advinha do facto de este ter que fazer algumas diligências que o obrigavam a digressões com dinheiro, passando então a poder usar e levar consigo, quando em serviço, “todas as armas brancas e de fogo ofensivas e defensivas (...) por todas as cidades, vilas, concelhos, lugares, pontes, fontes, rios, mar e terra (...)”²⁶⁷. Num certo sentido, este é um apontamento que testemunha a própria época, já que o uso e porte de armas, no contexto de *Antigo Regime* estava reservado aos nobres, tendo com o tempo, designadamente com a formação do estado moderno, transitado para os militares, passando necessariamente a ser uma concessão

²⁶⁴ Armanda Passos em “Obra Gráfica” (2011) – FBAUP, U. Porto

²⁶⁵ Ver Anexo 3: <http://museaward.com/winners/4/164/1168>, consultado em 20 janeiro 2018.

²⁶⁶ ACR – “Licença para toda a qualidade de Armas de António José da Cunha Reis Deputado atual da Companhia Geral do Alto Douro” – 17 de Setembro de 1782. Trata-se de uma folha em pele escrita e emoldurada com uma fita larga de seda de cor rosa e gravada com selo branco da Rainha D. Maria I.

²⁶⁷ *Ibidem*.

de privilégio, ou de função. Dir-se-ia que neste caso concreto testemunha ambas as épocas e condições, atendendo às suas características de nobilitação e de labor.

A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro assume particular relevo não só no acervo documental, em si, como na vida familiar dos Cunha Reis. Começaremos, pois, por uma questão de enquadramento, pela análise dos tópicos referenciais da sua criação e funcionamento, para compreendermos porque é que um dirigente deste coletivo empresarial passou a ser uma figura de elite político-económica do norte de Portugal de meados do século XVIII.

A Companhia fora criada pelo Alvará Régio de D. José I, de 10 de setembro de 1756, sendo o Marquês de Pombal o seu principal promotor político. O objetivo primordial teria sido o de limitar o domínio e controlo dos ingleses no comércio dos vinhos do Alto Douro, revertendo-o para os grandes proprietários rurais nacionais, e resolver o problema da adulteração da qualidade dos mesmos, de acordo com a pretensão dos lavradores do Alto Douro e *homens bons* da cidade do Porto. Recorde-se, a propósito, o conhecido tratado de Methuen de 1703, que estipulava a troca exclusiva dos vinhos lusos pelos panos ingleses e que fora altamente responsável pela dependência político-económica portuguesa em relação à Inglaterra.

Porém, a criação da Companhia e a sua conseqüente gestão não foi isenta de polémicas. Se numa primeira fase beneficiou de uma boa expectativa, por via da recuperação nacional dos lucros que gerava, a perspectiva da distribuição do benefício não chegou à *arraia-miúda*, originando uma vigorosa resistência popular dos muitos portuenses que se viam apartados do comércio de retalho dos vinhos e dos ofícios correlativos, remetendo-os à perspectiva de miséria. Por outro lado, por via da imposição regalista e soberana da política pombalina, os comerciantes ingleses perdiam o seu monopólio com a transferência deste para os grandes proprietários do Douro, sobretudo os que viviam na cidade do Porto.

Não obstante estas desavenças, a instituição, designada como Companhia (desde a sua fundação até às guerras liberais), ou apenas como Sociedade Comercial (após 1834), veio a ter uma longa duração, conservando-se ainda hoje a sua denominação e marca comercial como Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro e Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, S.A.R.L. (1972).

Naturalmente que não nos cabe aqui, no âmbito deste trabalho, aprofundar o estudo relativo à vida da Companhia das Vinhas do Alto Douro. No entanto não podemos deixar de destacar, de entre todo o manancial de informações vividas e arquivadas pela família, alguns

aspectos fundamentais para percebermos a importância do presente tipo de fontes e o modo como através delas podemos aprofundar os factos históricos sem, todavia, dispensar o mote para futuros desenvolvimentos e estudos setoriais.

Na verdade, a história da família Cunha Reis está intrinsecamente ligada ao período de auge da Companhia das Vinhas ao longo do qual se destaca a vários os níveis, quer por incorporar a sua administração, como acionista, quer ainda pela riqueza que o setor passou a desfrutar aos seus membros mais proeminentes.

Como testemunham os documentos do arquivo da casa, António José da Cunha Reis (6.1) ocupa o relevante lugar de deputado, pela primeira vez, em 1781 (colocado em sétima posição), sendo-o de novo em 1785 (quarta posição) e de seguida em 1788 e 89 (na primeira posição). Encontramos ainda referências suas como deputado nos anos de 1796, 97, 98, 99 e, finalmente, em 1816. Ao longo deste tempo e por mais de um século a família possui a prestigiada Quinta da Vacaria, no Douro, adquirida em hasta pública em 1782 e anteriormente pertença da Companhia de Jesus, como atrás referimos. O trajeto da ascensão familiar acompanha assim e beneficia da ascensão do regalismo pombalino, promotor de uma nova nobreza, bem como da perda de influência inglesa na supremacia dos negócios do vinho do Porto e ainda da expulsão dos Jesuítas (1759).

Por sua vez, o filho e sucessor, D. António Alexandre da Cunha Reis (7.4) destaca-se, em 1827, na “Relação dos Acionistas da Companhia Geral do Alto Douro”²⁶⁸, dispersos pelas várias cidades do país e pelo Rio de Janeiro, como um dos maiores acionistas da Companhia na cidade de Braga. De facto, dos onze acionistas referidos na relação como sendo da cidade de Braga, três – D. António Alexandre da Cunha Reis, Gonçalo Pereira da Siva Sousa Menezes e Manuel Falcão Cotta (herdeiros) – detêm, cada um, dez ações, o que significa que cada um deles possui o mesmo que todos os outros (oito) juntos. D. António Alexandre, Deão e Vigário Capitular do Arcebispado, sucede assim a seu pai António José, mantendo a posição forte na Companhia.

Como é compreensível o ACR revela-nos muitos e variados documentos relativos a este assunto. Reunidos documentalmente sob o título “Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro”²⁶⁹, deparamos com um caderno manuscrito de apontamentos anuais, ordenados e datados entre 1756 e 1793, relativos a resoluções da Junta e resoluções régias conexas, bem como com todo um rol de documentação relativa ao período que se estende desde a sua criação

²⁶⁸ ACR – incluído em “Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro” [1756-1827], referido a seguir.

²⁶⁹ ACR - “Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro” [1756-1827] - capa grande cartonada contendo vários cadernos presos com linha e outros documentos reunidos relativos à sua administração e organização (num total de 114 páginas manuscritas).

até 1827. Tal documentação compreende cartas e correspondência, mapas de produção do vinho, mapas dos rendimentos, listas das ações e respetivos lucros, cópias de ordens, cartas e deliberações régias, alvarás, atestações e mesmo curiosas descrições respeitantes a desavenças internas. Este acervo, pelo conjunto e sistematização que a este respeito exhibe, constitui um exemplo do funcionamento orgânico e corporativo da Companhia neste período.

Começamos pela transcrição da afirmação que inicia o caderno manuscrito referido atrás:

A Junta é uma corporação régia constituída por uma Lei de Sua Majestade que lhe dá representação para falar unida em corpo ou colégio ... e os ingleses não são mais que uns particulares e sem autoridade. (...) O Tratado que Portugal fez com a Inglaterra no ano de 1703 foi a favor de Portugal para em Inglaterra se admitirem os vinhos assim como cá admitirem-se os panos, e não para os ingleses virem cá governar os frutos das nossas terras.²⁷⁰

Esta afirmação traduz, sem dúvida, a vontade nacional veiculada pela nova elite de limitar a preponderância dos ingleses no comércio dos vinhos do Alto Douro e expressa também um ambiente de crise porque então passava aquela região.

Pelos documentos que consultamos, apercebemo-nos que em 1757 há um grande motim popular contra a sua instituição – o que motivara a vinda de João de Almada e Melo, parente do Marquês de Pombal, para a cidade do Porto, onde deixou uma marcada influência a diversos níveis. A administração da Companhia vira-se então confrontada com vários problemas, entre os quais, transgressões e devassas feitas por compradores que faziam “estancar os vinhos nas suas mãos para depois o revenderem por maiores preços”²⁷¹. Prova disso constitui a proliferação de cópias das ordens régias emitidas com o fim de controlar tais atos e punir os infratores bem como vários editais sobre direitos de venda, preços, normas, ordens, contrabandos, transgressões e outros, assinados pelo Provedor e Deputados, entre os quais figura António José da Cunha Reis (6.1).

Apercebemo-nos também que a Companhia era administrada por um corpo político - a Junta - constituída inicialmente por um provedor, doze deputados (em 1760 reduzidos para sete), seis conselheiros (eliminados em 1760) e um secretário (este só a partir de 1760, com a redução do número de deputados e a eliminação dos conselheiros). A Junta, como nos refere Fernando Sousa (Sousa, 2003:15) dependia apenas do rei e tinha, para execução das suas ordens, o Juízo

²⁷⁰ *Idem*. 6 de Fevereiro de 1760.

²⁷¹ *Idem*

da Conservatória. O provedor e os deputados eram eleitos (por três anos) de entre os acionistas portugueses, na condição de serem naturais do Porto ou do Alto Douro e possuírem ações da Companhia no valor mínimo de 10.000 cruzados (*Ibidem*: 25).

Desde a sua fundação, em 1756, e até ao despoletar das guerras liberais, na sequência da revolução de 1820, o número de acionistas e funcionários da Companhia (intendentes, comissários, inspetores, feitores, escrivães, oficiais, caixeiros) não parava de aumentar pelo que, nas palavras de Fernando Sousa (*Ibidem*: 18), milhares de famílias dependiam desta Instituição. A Companhia funcionava também como banco do Douro e banco do Estado, na medida em que emprestava aos lavradores do Douro as verbas necessárias para os vinhos e concedia empréstimos ao Governo (*Ibidem*: 30).

Ao tempo das Cortes Constituintes a atuação da Companhia, conotada com os finais do Antigo Regime, foi objeto de duras críticas. Assim é que, em Outubro de 1822, a Junta reunida com os Acionistas, pronuncia-se sobre um “Plano para a Reforma da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro”²⁷² remetido por Ordem das Cortes Gerais, perante o facto de aumentarem as críticas à sua atuação, surgirem polémicas internas várias e de se chegar mesmo a requerer a sua extinção. Esta situação terá dado origem a edições humorísticas, como a intitulada “Estatutos da Sociedade do Giro dos Vinagres do Alto Douro”²⁷³ de que se conserva um exemplar no arquivo da casa.

Ultrapassada a conturbada fase do liberalismo, a Companhia haveria ainda de continuar a sua existência, persistindo a ideia de que a sua extinção significaria o abandono do comércio do vinho e o seu valor ficaria entregue ao puro arbítrio dos negociantes ingleses estabelecidos na cidade do Porto. Estes, aliás, por várias vezes haviam tentado a extinção da mesma, nunca a aceitando contrária aos seus interesses, tensão que esteve na base das sucessivas reformas orgânicas e dos seus estatutos ao longo dos anos.

Mas o golpe mais sério que viria a atingir a Companhia fora em 1832-34, com a entrada de D. Pedro e do exército liberal no Porto. Nessa altura a Junta da Administração retirar-se-ia para a Régua (onde permanecerá até abril de 1834), tendo-se por reação formado no Porto uma Comissão Administrativa para o efeito, sob tutela das autoridades liberais. A legislação de 1834 vem então retirar à Companhia os privilégios e prerrogativas que possuía, passando a designá-la

²⁷² ACR - “Plano para a Reforma da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro”, Porto, 1822, Imprensa do Gandra; com 24 páginas e capa de papel azul forte, compreende 27 artigos.

²⁷³ ACR - “Estatutos da Sociedade do Giro dos Vinagres do Alto Douro”, Porto, 1822, tipografia A Praça de Santa Teresa, n° 13 - publicação impressa com 136 páginas numeradas; lê-se a(s) seguinte(s) dedicatória(s) manuscrita(s) na folha de rosto: “Ilmo. Sr. H. Nassau com visitas de seu amigo J. V. e oferecidas ao Ilmo. Sr. D. António Alexandre da Cunha Reis por H.N.”.

singelamente de Companhia dos Vinhos do Porto. Porém em 1838 é restabelecida como Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro, mas já sem mais desfrutar dos privilégios que usufruía até 1834. Com o governo de Costa Cabral, a partir de 1843, é certo que a Companhia restabelece temporariamente alguns poderes, mas com o decreto de 1852 torna-se de novo uma Sociedade Comercial e, de seguida, mesmo uma liberal e burguesa Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada (entre 1878 e 1960).

Em 1961 a Companhia deixa as instalações onde se encontrava desde o séc. XVIII, no Porto, na rua das Flores, e muda-se definitivamente para Vila Nova de Gaia, onde ainda hoje se encontra, com a designação de Companhia Vinícola. A perene denominação conhece então um último período de expansão no mercado nacional e internacional dos vinhos, que dura até à revolução de 1974, numa altura em que toda a sua política de crescimento e desenvolvimento é posta em causa. Assim, e de acordo com Sousa (2003: 57) o tempo da Companhia tinha chegado ao fim “enquanto sociedade majestática (1756-1834) corresponde[ndo] a uma das épocas de maior prosperidade do Porto (...) mercê das suas múltiplas atividades económicas (...) e da valorização do Alto Douro”.

Coincidentemente esse foi também o período marcante da vida da família no Porto e dos seus grandes negócios no Douro. De facto, foi com António José (6.1), falecido em 1820, com 76 anos de idade, e seu filho, D. António Alexandre (1790-1834), que os Cunha Reis assumem protagonismo na Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e, em geral, na vitivinicultura do Douro, repartindo as suas vidas pelo triângulo constituído pelas cidades de Braga, Porto e Peso da Régua.

Primeiro, António José, oriundo de Braga, instala-se como negociante na cidade do Porto, cidade onde também já seu pai exercera negócios, assumindo crescente prosperidade. Torna-se deputado e acionista da poderosa Companhia em 1781 e, no ano seguinte, compra a Quinta da Vacaria, na margem esquerda do ponto de confluência do Rio Corgo com o Douro. Depois, com o seu filho, António Alexandre, falecido com apenas 44 anos, seu sucessor nas propriedades, nos negócios e nos cargos da Companhia, mas desta vez prodigamente de retorno a Braga, por tomar posse de Deão, em 1820, da Sé Catedral. A geração seguinte, ainda que apoiada nos recursos herdados, iniciaria novos rumos, preparando-se para encerrar este ciclo geográfico familiar.

4.2.3 – O retorno a Braga: das herdades no Douro ao Arcebispado

O Deão do Cabido da Sé de Braga, D. António Alexandre da Cunha Reis da Mota Godinho (1790-1834), natural da cidade do Porto, é o quarto filho da prolífera geração dos nove descendentes do casamento de António José da Cunha Reis da Mota Godinho com D. Maria José Correia Carneiro (em 1783)²⁷⁴ e o seu primeiro representante. Apesar das dificuldades encontradas em demarcar com precisão algumas das datas a eles referentes, estamos certos que os primeiros filhos terão sido D. Maria Máxima (178?-183?), Manuel José²⁷⁵ (1784-1819?) e João Bernardo (178?-1820)²⁷⁶, estes dois últimos falecidos solteiros muito próximos do falecimento do pai. Seguir-se-iam o referido D. António Alexandre (1790-1834), Joaquim Jerónimo (1793-1866); José Firmino (1794-1856), D. Guilherme Germano (1795-1861), D. Rita Dorotheia (179? -1848), e D. Gertrudes Adelaide (? -1849).

Por falecimento do pai, António José, em 1820, pouco após o de sua mulher D. Maria José, em 1819, todos estes filhos, então moradores no Passeio das Virtudes, freguesia de Santo Ildefonso, na cidade do Porto, pelo que nos é dado observar, acordam amigavelmente a partilha dos bens deixados por herança a cada um. José Firmino, o sexto filho, bacharel da Faculdade de Cânones de Coimbra e então arcediogo de Barroso na Santa Sé em Braga²⁷⁷, vem a ser nomeado pelos irmãos procurador no Inventário de partilhas dos bens do casal que então é elaborado.

Trata-se de um Inventário²⁷⁸ extenso e criteriosamente minucioso, com folhas relativas a cada um dos herdeiros²⁷⁹, onde constam os bens de raiz - nos quais assume especial importância a Quinta da Vacaria (avaliada então em 17 contos de réis) acrescida do valor de todas as suas pertenças, benfeitorias, casas e todos os seus haveres - mas também as apólices, as ações da

²⁷⁴ Ver *Outline Descendant Report*, Family Tree Maker – Anexos 2.a, já referidos.

²⁷⁵ De Manuel José pouco sabemos a não ser que terá sido frade beneditino em Tibães com a designação de Frei Manuel de S. José Reis (desde 1798) e secretário no Seminário da Falperra com a designação de Manuel de Santa Madalena.

²⁷⁶ De João Bernardo temos dados muito escassos – apenas sabemos que terá pedido a “Certidão do tombo novo da quinta da Vacaria, S. Miguel de Poiães”, a 3 de maio de 1820 (ACR) – ano em que terá falecido. Terá sido, eventualmente, frade franciscano.

²⁷⁷ José Firmino da Cunha Reis da Mota Godinho (1794-1856), Arcediogo (vigário-geral acima dos clérigos e abaixo do bispo) de Barroso e de Sobradelo em 1821, é em 1828 nomeado Reverendo Desembargador na Relação Eclesiástica Bracarense, Provisor do Arcebispado de Braga em 1833 e Cônego na Sé de Braga.

²⁷⁸ ACR – “Certidão dos Autos de Inventário por falecimento de António José da Cunha Reis da Mota Godinho e mulher D. Maria José Correia da Cunha Reis” [21 de novembro de 1821] a pedido de D. Carlota Joaquina Cardoso da Cunha Reis [10 de Julho de 1868] – conjunto de 42 folhas de papel azul, manuscritas na frente e no verso (83 páginas), seladas e cosidas com fio branco.

²⁷⁹ Em *Ibidem*, são eles, herdeiros, discriminados pela ordem apresentada (não constando já os recentemente falecidos Manuel José e João Bernardo): António Alexandre, Joaquim Jerónimo, José Firmino, Guilherme Germano, D. Maria Máxima, D. Rita Dorotheia, D. Maria Emilia e D. Gertrudes Adelaide. A cada um destes cabe, além das heranças principais, uma folha com a designação dos pagamentos e dos bens móveis recebidos. D. Maria Emilia Nassau, casada com Henrique Nassau, aparece-nos aqui como co-herdeira e igualmente com o apelido Cunha Reis da Mota Godinho e com o tratamento de “filha”. Este facto não se nos afigurou claro, no entanto à frente sugerimos uma possível explicação. De registar também que o local de escrita do Inventário terá sido na casa de Henrique e Emilia Nassau, na rua da Torrinha, freguesia da Cedofeita, Porto, onde todos se apresentaram.

Companhia, o espólio dos bens móveis (num valor que inclui a quinta, perfazendo um total de 42.200 reis)²⁸⁰ e ainda a partilha das dívidas ao casal que seriam presumivelmente cobráveis, já que estavam devidamente identificadas.

Não podemos deixar de reparar no detalhe da relação dos bens móveis aí discriminados relativamente a cada um dos herdeiros, atendendo não só à sua grande extensão como também à diversidade e riqueza das peças, apresentadas uma a uma com o respetivo valor e, em alguns casos, também o peso²⁸¹.

Apenas a título ilustrativo, apresentamos aqui - sem a preocupação do detalhe nem do número exaustivo de todas as peças existentes no Inventário²⁸² - uma compilação do conjunto dos bens móveis aí constantes, tão só para melhor visualizarmos a tipologia, qualidade e diversidade do espólio móvel da família por então (Quadro 3):

Quadro 3 – Inventário dos bens móveis (1821)

elaborado por falecimento de António José da Cunha Reis da Mota Godinho e mulher (adaptado)

Objetos de prata	Salvas ²⁸³ , colheres, tenazes, açucareiros, leiteiras, jarros, bacias, tijelas, castiçais (alguns de mesas de cama), cálices, caixilhos, fivelas, relicários, bules, saleiros, frascos, escumadeiras, pratos, cestos, adereço de laço e brincos com cristais brancos e dobletes verdes, estrelas com águas marinhas e esmeraldas;
Objetos de ouro e pedras preciosas	Anéis e pulseiras com diamantes, plumas de pérolas, pulseira com 86 diamantes, fio com 401 pérolas, adereços de topázio, relógio com caixa de ouro esmaltado guarnecido de pérolas, flor de pedras da cabeça, brincos forrados de ouro com 124 diamantes rosa, brincos de ouro baixo com 130 pérolas cravadas e 14 águas marinhas, brincos com contas de ouro e águas marinhas, argolas com diamantes brilhantes; anel com esmeraldas, pérolas cravadas e diamantes rosa; anel com vidro e 20 pérolas cravadas; anel com águas marinhas; anel com 23 pérolas cravadas; alfinete com vidro e 24 pérolas cravadas; alfinete com vidro e 26 diamantes rosa; alfinete com topázio; botões de pulso, flor de pérolas, cordões e voltas de cordão, pulseiras de cabelo com fecho de ouro, paliteiro de ouro gravado e palitos, fivelas com 172 e 216 topázios, fivelas com pescocinho, botões de vidro encastoados em ouro, sinetes;
Mobiliário	Canapés, cadeiras, toucadores, penteadores, camas e mesas com abas de mogno; mesas, camas (algumas com armação), guarda-vestidos de pau-preto; cómodas, mesas de comer na cama, berços, relógios de sala, oratórios, carteira e guarda-livros

²⁸⁰ *Ibidem*. "Partilha em soma: A Quinta da Vacaria em 17:000\$000. Benefitorias da mesma 2:976\$640. Utensilios da mesma 867\$640. A casa grande 12:000\$000. A casa pequena 3:379\$400. Lameiras 1:300\$000. Vem somando 37:523\$680. Apólices do Herário 480\$000. Apólices do Theatro 200\$000. Acções da Companhia 4:000\$000. 42:203\$680."

²⁸¹ É o caso de objetos em prata cujo peso é apresentado em unidades e oitavas de marcos. O marco é uma antiga unidade de medida de massa, que corresponde a 1/2 arratel (= 229.5 gramas) e era usado como peso padrão para lingotes de prata.

²⁸² Apresentamos algumas eventuais descrições numéricas, apenas quando tal se mostra significativo para avaliar da sua importância, ou para diferenciar de outros objetos semelhantes.

²⁸³ Algumas com 3 ou mesmo 5 marcos de peso.

(cont.) Mobiliário	de vinhático ²⁸⁴ , guarda-livros com vidraças, escrivaninhas forradas de pano (ou não), papeleiras marchetadas, lustres (de parede, do meio da sala, grandes, pequenos), mochos de óleo, baús e malões (grandes e pequenos); cadeiras de palhinha, cadeiras de braços, poltronas de couro, de cerejeira, de noqueira, de palhinha; lavatórios, estantes com portas de vidro, selins com albarda, lampiões (de escada e de janela), enxergões de estopa, mesas de brunir, tulhas de madeira castanho; trenó com mesa de pedra mármore, trenó de cima do fogão; guitarra, piano, cravo;
Utensílios do quotidiano	Pratos, guardanapos adamascados, de algodão, cortinados de damasco, colchas de seda bordadas, cobertas de algodão entrançado, cobertas de chita, cobertores de algodão acolchoado, guarda camas de algodão, penteadores de linho, lavatório de folha, travesseiros e travesseirinhos de linho, lençóis de linhadura, toalhas de pano de linho e toalhas de estopa, jarras, pentes de tartaruga com pedras de massa, tapetes; balanças, pesos e medidas (rasa, meia rasa e quartos); imagem da Senhora das Dores e urna, imagem de S. Francisco de Paulo, pinturas de Santo António com caixilhos, de Nossa Senhora, do Santo Cristo (de pedra, de marfim, de sacristia), caldeirinha de água benta; livros, entre os quais compêndios históricos, manuais de bons costumes, missais, sacras;
Roupas	Vestimenta branca e outra roxa com matizes de ouro, vestimenta vermelha, vestimenta verde, mantilha de batizar com renda de prata, opa de nobreza encarnada, vestidos de seda, casacos;

Bem ilustrativo, só por si, da relevância económica da família nos finais do Antigo Regime, este espólio móvel também nos transporta para a dimensão privada da vida da família e do seu quotidiano.

Imaginemo-nos a entrar na casa e deparar com cadeiras de palhinha, canapés, poltronas, escrivaninhas forradas a pano, lustres de velas espalhados pelas suas dependências. Reparemos também nos instrumentos musicais: o cravo, o piano e a guitarra. Vejamos ainda os livros: os compêndios históricos, os missais, as sacras, as edições de bons costumes; as imagens de santos e as pinturas religiosas. Deixemo-nos atrair pelo imaginário do brilho das pratas dos relicários, dos castiçais, das salvas, mas também por toda uma panóplia de instrumentos de mesa e de cozinha hoje substituídos por novos hábitos. Entremos nos quartos: o mobiliário de estilos distintos, concebidos em madeiras nobres, tecidos de luxo, como sedas e damascos, quantas vezes associados a preceitos estéticos e de beleza, de higiene e de vida íntima hoje desconhecidos. Espreitemos os adereços pessoais de ouro e avultadas pedras preciosas: os anéis cravados de diamantes, os brincos, as pulseiras, os fios, os relógios de ouro, os alfinetes, os botões de punho, os cordões, os sinetes e outros objetos de valor e ostentação individual como os vestidos de seda com matizes de ouro e rendas de prata. Mas também os utensílios da vida quotidiana como os

²⁸⁴ Madeira proveniente do Brasil, de cor amarela e veios escuros, de alta qualidade.

lampiões para iluminação, os oratórios e as imagens religiosas ou as balanças com os pesos e medidas. Estamos de facto noutra época e num contexto específico de uma família abastada de elite.

Esta sétima geração, constituída como poderosa herdeira na alvorada da revolução liberal de 1820, não deixa por isso de ser detentora de altos cargos no quadro político conservador da alta hierarquia religiosa e militar bracarense, não obstante as grandes mudanças que o liberalismo anuncia e vai, ainda que nem sempre de forma coerente, implementando.

D. António Alexandre (7.4) será o representante inequívoco da sétima geração da família até à sua morte, aos 44 anos, aportando-se como uma figura notável (figura 12) da cidade de Braga na época.



Figura 12 – D. António Alexandre da Cunha Reis da Mota Godinho (1790-1834)

(reprodução de pintura existente na atual Casa Grande do Campo das Hortas)

Nascido na cidade do Porto em 1790, entra aos 10 anos de idade para o Colégio da Congregação de São João Evangelista de Xabregas, em Vilar de Frades²⁸⁵, onde, aos 21, inicia o exercício de Magistério nas cadeiras de Filosofia e Teologia que mantém ao longo de nove anos (1811-1820). Nesta Colegiada do Salvador virá entretanto a ser criado, em 1813, um Curso de Teologia Dogmática para os colegiais preparados com um curso de Filosofia. Para a abertura deste Estudo, serão nomeados, para além do Regente, dois Lentes: “os Mt.o R. dos Conegos P.es M.es António Alexandre da Cunha Reis e José Leite de Magalhaens”²⁸⁶. A ambos se deixava “a escolha dos Compendios porque hajão de dictar as liçoens a seos discipolos assim como a repartição das Materias que devem ensinar-lhe sobre o que ambos devem obrar d’ acordo”²⁸⁷. Curiosamente, nos Estatutos então criados, são expressas minuciosamente as normas de funcionamento das aulas e atividades do colégio, lentes e colegiais, regulamentando o quotidiano destes últimos ao longo de todo o dia, quer nos dias letivos, quer nos dias feriados ou de folga. Este tema, por si só, daria motivo a um estudo interessante sobre o modelo didático-pedagógico do colégio à época.

Enquanto Cónego secular, Mestre e Leitor de Teologia, e ainda Vice-Reitor eleito da Casa da Congregação, António Alexandre da Cunha Reis parece ter-se revelado pelas suas faculdades de pregar e confessar, com grande erudição e zelo, bem como pela sua escrita literária, obra que terá contribuído para a preparação e promoção de outras dignidades eclesiásticas. Igualmente, nos seus amiudados sermões, terá também apelado e persuadido à união patriótica dos povos contra os usurpadores do trono português, estando então o nosso Príncipe (e futuro rei D. João VI) ausente no Brasil.

Após obter a concessão de licença de saída da Congregação a que pertencia, e de a poder usar como dignidade de ter sido seu membro, D. António Alexandre toma posse, em 1820, da primeira dignidade do Cabido – a de Deão²⁸⁸ da Sé Primaz de Braga, em substituição do anterior Deão, D. Luís António Carlos Furtado de Mendonça²⁸⁹. Três anos depois, D. António Alexandre foi

²⁸⁵ A Congregação de São João Evangelista de Xabregas ou Congregação dos Lóios nasceu em 1420 na Igreja dos Olivais, próximo de Lisboa, transferindo-se pouco depois para a Igreja da Campanhã no Porto e em 1425, para a Igreja de S. Salvador de Vilar de Frades, Areias de Vilar, Barcelos, antigo mosteiro beneditino, onde se estabeleceu a casa-mãe da Congregação. Esta, no final do século XVIII, entra em dificuldades para, em 1834, sofrer a sua supressão definitiva.

²⁸⁶ ACR - De um conjunto de 11 documentos relativos a D. António Alexandre da Cunha Reis, envoltos em folha dobrada com o título manuscrito “Referidos a Vilar de Frades”, o documento em causa refere-se à “abertura de um Curso de Teologia Dogmática na Casa do Salvador de Vilar de Frades” - é constituído por 6 páginas manuscritas, datado de 15 Setembro de 1813 e assinado pelo Reitor- Geral.

²⁸⁷ *Ibidem*

²⁸⁸ O número máximo de dignidades num Cabido diocesano é cinco: Deão, Arcediago, Arcipreste, Chantre e Mestre-escola (no caso do cabido metropolitano há ainda a acrescentar o tesoureiro-mor). Normalmente o Deão possuía o grau de Doutor em Teologia, o que não acontecia com D. António Alexandre o qual ficara obrigado, por isso, a pagar, anualmente 300.000 reis, durante a vida do resignante.

²⁸⁹ D. Luís António Carlos Furtado de Mendonça, fidalgo da Casa Real do Conselho de Sua Majestade, pregador na Sua Capela Real, Deão da Sé Primaz de Braga, Comendador de S. Tiago de Santarém, D. Prior da Ordem Militar de Cristo e Prelado de Tomar, ao renunciar da Bula de Deão a favor de D. António Alexandre, obteve a obrigação deste aceitar cláusulas e condições entre as quais, o pagamento da pensão anual de 300.000 reis, seguros em bens de hipoteca patrimoniais. Ficaria o Dr. Henrique Nassau com os poderes necessários para superentender esta paga. Ver

nomeado²⁹⁰, pelo próprio Arcebispo D. Frei Miguel da Madre de Deus, para governar o Arcebispado de Braga durante o seu desterro e prisão no Buçaco²⁹¹. Mais tarde, em 1830, já em período de sede vacante (dilatada: 1827-1843)²⁹² pela morte de D. Fr. Miguel da Madre de Deus, foi nomeado Vigário Capitular²⁹³ e governador temporal do Arcebispado (1831-34), tornando-se assim na figura mais poderosa da Igreja de Braga.

A notabilidade do Deão da Igreja Metropolitana de Braga não ficaria por aqui. D. António Alexandre fora também nomeado, por decreto real, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Grão Mestre da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa respetivamente, em 1824 e 1825²⁹⁴, na mesma altura em que lhe é também atribuído o alvará real de concessão tratamento de Senhoria e a nomeação de síndico na fundação da Casa Religiosa do Seminário do Monte de Santa Maria Madalena em Braga²⁹⁵. Por determinação do Cabido toma ainda posse do cargo de Chantre da Sé Primaz em novembro de 1829²⁹⁶.

Com a entronização de El-Rei D. Miguel (1828-34) atravessa-se um período político conturbado, decorrente da cobrança das décimas eclesiásticas, da censura, perseguição e mandatos de prisão aos clérigos rebeldes²⁹⁷, o que torna árdua a tarefa do representante da Igreja bracarense, leal adepto dos propósitos tradicionalistas e fiel cumpridor das ordens reais.

Em 1830 cabe também a D. António Alexandre organizar as “Exéquias da Imperatriz Rainha, a Senhora D. Carlota Joaquina”, mãe de D. Miguel, realizadas em Braga por altura do seu falecimento, a propósito das quais nos testemunha o rol de despesas escriturado pela sua própria

ACR - “Título de Sentença que o Exmo. D. Luís António Carlos Furtado de Mendonça alcançou no ato de renúncia que fez do seu benefício, Dignidade de Deão na Sé Primaz a favor do Ilmo. António Alexandre da Cunha Reis da Mota Godinho” Lisboa, 21 de Fevereiro 1820.

Ver também o formal original da Bula em ACR - “Bulla Apostolica de Resignação intotum do Beneficio Dignidade de Deado na Santa Sé Primaz, que faz o Excellm. D. Luis Antonio Carlos Furtado de Mendonça a favor do Ill.mo António Alexandre da Cunha Reis da Mota Godinho do Bispado do Porto” - Braga, 6 Julho 1820. Trata-se de um manuscrito elaborado de forma cuidada, constituído por 3 folhas (6 páginas), com selo eclesiástico gravado e colado ao documento com lacre.

Ver ainda ACR - “Público Instrumento de cessão e obrigação (...)” - 6 Julho 1820, Gondomar, Porto.

²⁹⁰ ACR - “Nomeação do Ex.mo Arcebispo D. Frei Miguel” - 12 março 1823.

²⁹¹ D. Frei Miguel da Madre de Deus (1739-1827) foi nomeado Arcebispo de Braga em 17 de dezembro de 1813. Constituído arguido (juntamente com o Bispo de Pinhel D. Bernardo B. Beltrão) por ter apoiado, na sequência da revolução de 1820, a revolta do Brigadeiro António da Silveira, foi preso e mandado para o Convento do Buçaco aos 13 de Maio de 1823, de onde sai no curso da Contra Revolução de 1823 chegando a Braga a 17 de Junho do mesmo ano.

²⁹² É considerado período de sede vacante o que se inicia em 1827 com o falecimento de D. Fr. Miguel da Madre de Deus e termina, quase 16 anos depois, em 1843, com a confirmação por Bula Papal de D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Mello na Igreja Primacial de Braga, dando-se assim por terminado o Cisma no Arcebispado de Braga.

²⁹³ ACR - “Nomeação de Vigário Capitular do Arcebispado em Sé Vaga” - 30 dezembro 1830.

²⁹⁴ ACR - “Cavaleiro Profeço na Ordem de Christo” - 22 julho 1824. “Cavaleiro Profeço na ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa” - 6 agosto 1825.

²⁹⁵ ACR - Conjunto de 5 documentos relativos a D. António Alexandre da Cunha Reis da Mota Godinho, guardados em folha envolvente com a seguinte indicação manuscrita “Senhoria de Jure, e habito da Conceição e de Christo” [1825].

²⁹⁶ ACR - “Procuração dirigida ao Exmo. Rev. mo Sr. D. António Alexandre (...) para tomar posse de chantrado (...)” - Braga, 7 Novembro 1829.

²⁹⁷ São várias as suspeições lançadas sobre clérigos, abades e tesoureiros, que obrigam D. António Alexandre a proceder a mandatos de suspensão, exílio e prisão, ao longo dos anos de 1831 e 1832 - Ver ACR “Coriozos” (título de folha dobrada contendo vários documentos).

mão²⁹⁸. De entre outras das suas incumbências destaque-se a angariação de donativos e rendimentos destinados à manutenção do Corpo do Exército Real²⁹⁹.

São, na verdade, muitos e complexos os assuntos com que D. António Alexandre teve de lidar durante o período de ausência do Arcebispo na arquidiocese de Braga, note-se, coincidente também com a proclamação de D. Miguel como rei absoluto.

Vivia-se nesta altura, não só um período de tensão política em Portugal, que anunciava a guerra civil que iria ocorrer mais tarde, como também se sentia já um clima de “cisma” na Igreja católica, que dividia os que aceitavam os pastores impostos pelo governo liberal e os que os rejeitavam. Numa clara intervenção do poder político na vida interna da igreja os novos pastores foram considerados de “intrusos” pelos bispos depostos (Clemente, 1991: 125).

Será no período de sede vacante, quando D. António Alexandre é governador temporal do Arcebispado, que o rei D. Miguel chega a Braga, em 1 de Novembro de 1832, em plena fase de guerra civil, ficando hospedado sete meses no Paço Arquiepiscopal. Curiosamente, numa pretensão claramente anacrónica, o Cabido de então não perde a oportunidade e o ensejo da presença real para pedir a restauração do Senhorio de Braga (Ferreira, 1935: 67), abolido em 1790³⁰⁰.

Mas os tempos já não voltariam tanto atrás. Quando, em 1834, as autoridades miguelistas abandonam Braga, “o Vigário Capitular Cunha Reis, que se retirou [em jeito de fuga para o exílio] desta cidade dia 26 de Março em direção a Vila Real, d’onde saiu a 2 de Abril, foi fixar residência na sua Quinta da Vacaria, em Poiares da Régua, então pertencente ao nosso Arcebispado” (Ferreira, 1935: 76). D. António Alexandre fora objeto de um mandato de captura por apoiar o partido do rei D. Miguel, tendo-se então refugiado na Quinta da Vacaria³⁰¹. Durante esse período, como afirma Monsenhor Ferreira (1935: 83):

A Arquidiocese de Braga tinha dois Governadores: Cunha Reis na sua Quinta da Vacaria, dentro do Arcebispado, despachando, concedendo licenças, conferindo jurisdições (...) e Azevedo Loureiro, instalado no Paço Arquiepiscopal de Braga, demitindo e suspendendo Párocos, nomeando outros, dando licenças (...). Há, pois, dois Vigários Capitulares, ambos eleitos pelo Cabido, e ambos simultaneamente provendo ao governo da Arquidiocese; a Igreja de Braga é, portanto, um corpo bicéfalo, isto é, com duas cabeças.

²⁹⁸ ACA – “Conta Geral da despesa que se fez nas Exéquias da Imperatriz Rainha (...) nos dias 16 e 14 março 1830” - 7 folhas/14 pág.

²⁹⁹ ACA – “Decreto da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra” – 2 de março 1833 (folha impressa).

³⁰⁰ A Carta de Lei promulgada por D. Maria I aos 19 de julho de 1790, lembre-se, decretava a abolição de todas as jurisdições dos Arcebispos de Braga.

³⁰¹ ACR - notícia do “Comércio do Porto” de 2 de 1846. Refere a efeméride na coluna “Diário de Braga”, verificada a 2 de Abril de 1834.

Seria pois aí, na Quinta da Vacaria que, pouco tempo depois, aos 24 de Setembro de 1834, com apenas 44 anos, D. António Alexandre, certamente desgostoso com o rumo que os tempos levavam, sucumbe precocemente à vida. Não sem antes, no entanto, deixar claramente expressas as suas disposições testamentárias, como à frente descreveremos. Sobre as causas da morte somos confrontados com a doença que o acometeu no curto período que mediou entre a sua entrada na Vacaria, em Abril de 1834 e Setembro do mesmo ano. Apesar da aplicação de “sangrias no ventre, clisteres e banhos mornos gerais”, a persistência de febres altas e irritação gastrointestinal deixavam D. António Alexandre gravemente enfermo, sem que o cirurgião Francisco Joaquim da Silva Natividade, formado pela Nova Escola de Cirurgia, conseguisse resultados³⁰² satisfatórios. Porém, as contrariedades do panorama político terão tido, por certo, grande peso no desfecho fatídico da sua coerente existência.

Poderíamos ainda apontar outros factos e eventos merecedores de referência no exercício dos altos cargos que exerceu, designadamente, os da Igreja bracarense, de que D. António Alexandre nos deixa uma peculiar memória. Registemos alguns.

4.2.4 - O inusitado Batalhão Eclesiástico

Em Agosto de 1833, D. António Alexandre da Cunha Reis da Mota Godinho, então Deão e Vigário Capitular do Arcebispado de Braga Sede Vacante, face à situação grave de guerra civil então vivida no país e na cidade, determina a publicação de um edital, à porta da Santa Sé Primaz, cujo teor determina a mobilização militar, com o inédito objetivo de organizar um batalhão armado composto por todos os clérigos disponíveis para manter a segurança da cidade³⁰³, uma vez que a força militar se havia retirado para os acampamentos.

Caberia a esta milícia assim formada manter a segurança da cidade durante a noite, com a indicação de “tomar cada um as armas que tiver e puder haver”. Os clérigos seriam convocados (em novo edital) a comparecer “no dia 9 do corrente às 9 horas da noite no Campo das Hortas em hábitos curtos e com as ditas armas e aí se lhes dará uma organização interina para, debaixo

³⁰² ACR – “Com o que terminou a sua honrosa, digna e trabalhosa carreira. Não se tornou a levantar da cama; e dela em mui poucos dias para a Paróquia de Poiães, aonde jaz” – Título manuscrito em folha grossa e dobrada, contendo sete documentos manuscritos.

³⁰³ ACR – “Cópias de determinações emanadas de Braga para o clero tomar armas por forma a manter a segurança da cidade” em encadernação de documentos em formato de livro com o título “Registo das Portarias do Governo” [1823/1834] – constituído por 96 páginas numeradas das quais as 15 primeiras estão manuscritas na frente e verso, seguindo-se folhas brancas até à página 90 (a qual transcreve a carta de despedida de D. Miguel em Évora aos 27 de Maio de 1834).

Ver também referência a este assunto em Monsenhor J. Augusto Ferreira (Ferreira, 1935: 78).

das Ordens do Reverendo Desembargador Provisor e Vigário Geral desta corte e Oficiais que se nomearem, dar princípio ao serviço noturno rondando pela cidade”³⁰⁴.

A indumentária dos clérigos terá desencadeado algumas provocações anónimas com o intuito de ridicularizar tais atos eclesiásticos. Este facto levaria D. António Alexandre a emanar uma ordem pública no sentido de proteger o corpo eclesiástico, legitimando-o a “usar de uniforme próprio quando ao serviço das armas e de hábito eclesiástico quando ao serviço da religião”. Esta indicação é passada em Braga a 9 de Agosto de 1833, com a referência a que “todos os portugueses são soldados”, com o beneplácito de que se trata de “defender a religião santa que professamos, a Pessoa do nosso legítimo Rei e Senhor D. Miguel I e a nossa independência nacional”³⁰⁵. Refira-se ainda, que esta mesma ordem seria emanada de Braga também para o Desembargador Corregedor da Comarca de Guimarães, onde este deveria igualmente organizar um Batalhão com todos os eclesiásticos locais.

Em 1834, na sequência do pedido do armistício e da rendição de Évora-Monte, D. Miguel escreveria no Paço em Évora, aos 27 de maio, uma proclamação de agradecimento e despedida a todos os seus soldados, certamente, incluindo os clérigos que em Braga defenderam a sua causa, nos seguintes termos:

A continuação porém de uma guerra que no estado atual só poderia ter por fim o derramamento de sangue Português, que me é tão caro, visto que três grandes potências, França, Inglaterra e Espanha, de acordo com o governo de Lisboa tem concluído um tratado para me compelirem a sair destes reinos, e por isso me fazem resolver e separar-me de vós (...). Não é o temor ou a falta de confiança em vós que me ditam a dar este passo mas o reconhecimento da impossibilidade de vencermos (...). Recomendo-vos o sossego e a resignação e ficai certos que sempre me lembrarei da vossa constância, do valor, e da vossa fidelidade.³⁰⁶

O apoio de D. António Alexandre, como o dos capitulares em geral, à causa miguelista é inequívoco e consentâneo com as tradições das elites civis e religiosas da cidade.

Se mais provas fossem necessárias testemunharíamos ainda os vários registos de donativos voluntários (desde mantas, vestuário, sapatos e até cereais e cavalos, passando por quantias elevadas em dinheiro) que podemos consultar no arquivo da casa, emitidos em 1832 e destinados ao exército de D. Miguel (alguns provenientes de membros da própria família). Em

³⁰⁴ *Ibidem*

³⁰⁵ *Ibidem*

³⁰⁶ Monsenhor J. Augusto Ferreira (1935: 90).

1833 viria mesmo a ser instituída pelo Secretário de Estado dos Negócios da Guerra³⁰⁷ uma Comissão encarregue de reunir em Braga os rendimentos destinados ao “pagamento e manutenção do Corpo do Exército em operações contra os rebeldes”, ficando D. António Alexandre encarregue de elaborar semanalmente uma “relação exata de todos os rendimentos”. Tais donativos passavam pela cobrança da “Décima Eclesiástica” a favor da Coroa, bem como de outros bens para o Real Exército reunidos no “depósito de donativos” da Comissão presidida pelo Vigário Capitular. São também várias as cartas de agradecimentos que D. António recebe pelo zelo e fidelidade prestadas no envio dos donativos.

Num certo sentido poderemos dizer que durante este curto período de tempo, o legatário da Casa Cunha Reis e autoridade eclesiástica máxima em contexto de vacância, representou as antigas prerrogativas dos prelados de Braga que tinham o privilégio senhorial de organizar a defesa militar da cidade e de mobilizar tropas.

4.2.5 - A Casa Grande do Campo das Hortas, referente espaço-temporal da Família

Enquanto Deão da Sé Primaz de Braga³⁰⁸, D. António Alexandre (7.4) adquire à família Calheiros, de Ponte de Lima³⁰⁹, a Casa do Campo das Hortas nesta cidade, primeiro sob a forma de arrendamento (ainda em vida do pai) e, posteriormente, por compra no ano de 1824³¹⁰, com o objetivo de aí instalar a família. Embora não nos sendo possível reconstituir integralmente a casa arrendada, sobretudo a fachada principal e os seus interiores, podemos dizer que este era já um edifício dotado de monumentalidade e carga referencial compaginável com o estatuto social e político da família primitiva que a detinha³¹¹.

³⁰⁷ ACR – “Decreto da Secretaria de Estado dos Negócios de Guerra”- 2 de Março de 1833 (página impressa).

³⁰⁸ Cf. “Catálogo dos Provedores da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Braga (1513 ?) Instituída pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa. Século XVI a XXI”. (2000). Catálogo em modelo informático extraído da Publicação do Autor Monsenhor José Augusto Ferreira da Academia de Ciências de Lisboa. Catálogo publicado em 1940 – livraria Cruz, Braga.

³⁰⁹ Família dos Calheiros, Magalhães Barretos, da Casa de Matobom em Ponte de Lima.

³¹⁰ ACR – “Compra da Casa d’habitação” – 13 janeiro 1824. Trata-se de um documento composto de 4 folhas cosidas com fio (8 páginas totalmente escritas) que atesta a venda feita por D. Isabel de Araújo Abreu Bacelar e Azevedo, viúva de José Calheiros de Magalhães Barreto, de Ponte de Lima, de “uma morada de Cazas sitas no Campo das Ortas que são estas em que já mora o Ilmo. comprador D. António Alexandre da Cunha Reis da Motta Godinho, e da maior parte do quintal [...] por preço e quantia de 6 contos e 800 mil reis em dinheiro de metal (...)”. São também aqui descritas em pormenor as cerimónias públicas simbólicas da tomada de posse da Casa aos 21 de fevereiro de 1824.

³¹¹ No MRB de 1750 (folio 27) podemos observar a representação da Casa na sua fachada lateral sul inserta no extremo nascente na rua da Cruz de Pedra (com a indicação ‘Campo das Hortas’). Esta fachada exibia já então a mesma arquitetura que hoje ostenta.

A Casa que hoje conhecemos, como podemos observar na figura 13, é um edifício imponente de grande volumetria, cuja fachada domina toda a praça fronteira do Campo das Hortas, espaço de cruzamento obrigatório para quem então acesse à cidade vindo do Porto.

A fachada principal ostenta sete sacadas com frontão triangular, no andar nobre, separadas por pilastras a toda a altura do prédio. No rés-do-chão as portas alinham pelas sacadas, dando a todo o conjunto uma feição palaciana. A pedra-de-armas com os seus motivos heráldicos e adornos de simbologia marcial, ladeada com duas palmas (como se pode observar na figura 13), sobressai no triângulo frontal com um admirável trabalho de cantaria.

Ao nível da soleira, a porta da entrada dá acesso a um largo vestibulo donde sai, de cada lado, uma escada de pedra que se junta num só lanço de escadas, em sentido inverso, conduzindo ao andar nobre. Esta escadaria interior é iluminada por uma bela claraboia decorada com estuques em relevo e medalhões (como podemos apreciar na figura 14) de onde irradia abundantemente luz por toda a área.



Figura 13: Casa Grande do Campo das Hortas (fachada)

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_Grande_\(Braga\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_Grande_(Braga))

A parte traseira do edifício (foto da figura 15) apresenta uma escadaria redonda em pedra para a qual convergem dois lanços de escadas laterais, e que conduz ao amplo jardim, onde se situa uma taça de água e, mais adiante, um grande lago em pedra.



Figura 14: claraboia da escadaria principal

(foto gentilmente cedida pelo fotógrafo Libório M. Silva)



Figura 15: Casa Cunha Reis – alçado poente

(foto)

Quando D. António Alexandre se torna proprietário e senhor da Casa do Campo das Hortas, iniciam-se grandes obras de remodelação, nas quais se enquadra a construção do grande jardim, com árvores raras, dando assim continuidade a uma das marcas de poder que os Deões da Sé de Braga tradicionalmente imprimiam à cidade. Anteriormente à compra, a Casa possuía já um Oratório particular com licença própria para nele se poder celebrar missa. No entanto, o facto de não ser permitido celebrar mais que uma missa por dia, leva o pai, António José, a requerer a ampliação da dita licença, argumentando com o grande número de filhos (nove), ainda que moradores na cidade do Porto. Daí o Breve Apostólico de Ampliação do Oratório³¹² passado em 1819 e que concede a licença para celebrar mais missas bem como para se poder ministrar a confissão.

Terá sido também D. António Alexandre o grande impulsionador da organização do arquivo de família com a visão de o mesmo se constituir em património a salvar e acrescentar ao longo das gerações, a avaliar pelas marcas que nele deixa³¹³. Embora tenhamos provas do contributo anterior de outros membros, nomeadamente o de seu pai³¹⁴, não temos dúvidas do impulso consciente de D. António Alexandre em valorizar as memórias da família.

Além de gestor de altos cargos na Igreja bracarense em período político marcadamente conturbado, o representante da família, que continua, no seguimento do seu antecessor, acionista na Companhia das Vinhas do Alto Douro, revela-se também um grande zelador dos valores da família e da afirmação desta na cidade de Braga.

Quando falece, precocemente, em 1834, é ao irmão Joaquim Jerónimo da Cunha Reis (7.5), Coronel das Milícias de Braga, que cabe a sucessão na representação da Casa³¹⁵ e da família. Condecorado com a Cruz de Oiro nas Campanhas da Guerra Peninsular, é então ele quem manda colocar na frontaria triangular da Casa o brasão³¹⁶ que ainda hoje ostenta troféus militares, e em cuja composição nos podemos deter na figura 16.

³¹² ACR – “Breve Apostólico de Ampliação do Oratório” (9 setembro 1819) em “Papéis pertencentes à Capella”.

³¹³ ACR : “Papéis de família: que por isso mesmo só pertencem ao Chefe della; para hirem passando de huns a outros. Aos quais se devem ir juntando os mais que as sirconstancias devem: guardados por este methodo hem um gavetão fechado, e totalmente separado dos papeis da Caza” – trata-se de uma espécie de índice com um prólogo colado na capa de cartão amarelo e assinado “O Deão”, presumindo-se assim tratar-se de organização feita por D. António Alexandre.

³¹⁴ ACR – Conjunto de documentos envolvidos em folha de papel onde se lê: “Porto ano 1788. Documentos relativos à entrada e profissão da Sra. D. Maria Barbara no Mosteiro das Religiosas de Santa Clara do Porto e também da minha filha D. Maria Máxima, sua sobrinha”.

³¹⁵ A Casa, bem conservada, continua a pertencer hoje à mesma família, sendo o atual proprietário o Dr. António Alexandre de Noronha da Cunha Reis. Encontra-se classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1977 pelo Decreto n° 129/77, I Série, n° 226 de 29-09.1977.

³¹⁶ De notar, no entanto, que a Carta de Brasão de Armas havia já sido passada em 1815 por D. João Príncipe Regente, a pedido de António José da Cunha Reis da Mota Godinho (6.1) para justificação de Nobreza e memória dos progenitores - ver ACR: Pública Forma da “Carta de Brazão de Armas passada por D. João (...)” em Lisboa aos 6 de Dezembro de 1815 (4 páginas).



Figura 16 - Brasão de Armas

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_Grande_\(Braga\)#/media/File:Brasao_Casa_Grande.JPG](https://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_Grande_(Braga)#/media/File:Brasao_Casa_Grande.JPG)

O brasão³¹⁷, tal como nos descreve Vaz Osório da Nóbrega (1970: 229), em granito, apresenta um elmo aberto, gradeado, posto de perfil, à direita, com virol (duas cordas entrelaçadas sobre o elmo) e timbre (plumas). Tem uma composição esquartelada em quatro partes, sendo a primeira e a quarta compostas de cinco flores-de-lis, referentes à família “Mota”; a segunda composta com nove cunhas, designa o timbre dos “Cunha” e a terceira, com o axadrezado de duas peças em faixa e cinco em pala, representa a memória dos “Godinho”. Uma flor-de-lis, no elmo, entre as duas plumas, é o timbre dos “Mota”. Os troféus militares que adornam a pedra de armas são alusivos ao facto de Joaquim Jerónimo ter sido elemento ativo na Guerra Peninsular (embora, note-se, não figure a cruz de ouro com que foi congratulado).

³¹⁷ Ver “Carta de armas passada a António José da Cunha Reis da Mota Godinho” (Nóbrega, 1970: 231)

Joaquim Jerónimo nasceu no Porto a 24 agosto de 1793 e faleceu em Braga a 7 setembro de 1866, casando com D. Carlota Joaquina Cardoso Guimarães³¹⁸ (1796-1895), no Porto, a 9 de Junho de 1831. Pela escritura dotal do respetivo casamento³¹⁹, ficamos a saber que o património da família, já rico, fica, nesta altura, mais avultado.

Na verdade, por herança de D. Carlota, filha legitimada por diploma régio, do Cônego João Cardoso Guimarães³²⁰, da Real Colegiada de S. Martinho de Cedofeita, no Porto, acrescem à família os seguintes bens (com reserva do usufruto por seu pai, enquanto vivo): a quinta no lugar de Atiães, freguesia da Madalena, concelho de V. N. de Gaia, com casas, terras lavradas, água, moinho, jardins; uma morada de casas sobradadas na Praça dos Ferradores³²¹, no Porto; outra morada de casas na Praça do Carmo, na mesma cidade; nova morada de casas sobradadas e mais pertenças na vila do couro de S. João da Foz do Douro; e ainda valores em créditos e dinheiro, “perfazendo todos os bens 36 contos de reis”.

Por sua vez, o noivo Joaquim Jerónimo (7.5), então com 38 anos, fica, por vontade explícita do irmão mais velho, dotador, o Deão D. António Alexandre (7.4)³²², dada a ausência dos pais vivos, com os seguintes bens nele reunidos: a quinta da Vacaria, no Douro, composta de casas, vinhas, olivais, ribeiras, azenhas, lagares, capela com invocação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, incluindo a cobijada barca de passagem do rio Corgo; a casa nobre do Campo das Hortas com quintal, casas sobradadas, térreas e hortas, com saída para a rua dos arrabaldes da Cruz de Pedra e ainda dez ações posicionais da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (com designação dos respetivos números e senhas).

Cinco anos após este matrimónio, em 1836, dá-se o falecimento do Cônego João Cardoso Guimarães, o que faz as filhas – D. Carlota Joaquina, casada com Joaquim Jerónimo e a irmã D. Emília Angélica, casada com Luía Lopes Vieira de Castro – suas únicas e universais herdeiras³²³. Devido a este facto, acresce ainda ao património da família Cunha Reis, mais quatro moradas de

³¹⁸ Senhora da Quinta da Madalena em Vila Nova de Gaia e da grande casa da Rua da Cedofeita no Porto (Nóbrega, 1970: 239). Filha legitimada por diploma régio (bem como sua irmã, D. Emília Angélica Guimarães Vieira de Castro, casada com Luís Lopes Vieira de Castro), do Reverendo Cônego Prebendado da Colegiada de S. Martinho da Cedofeita, João Cardoso Guimarães, de quem se tornaram únicas e universais herdeiras (sendo a mãe D. Ana Bárbara da Conceição). Daí, D. Carlota Joaquina, ser não só Senhora da quinta da Madalena e da grande casa da Cedofeita, como também foi herdeira, como podemos ver no ACR, de outras moradas de casas na mesma rua de Cedofeita, na feira do Pão, na rua Belo Monte, no Largo dos Ferradores, na rua de S. João Novo, e ainda de uma outra, na freguesia de S. João da Foz do Douro.

³¹⁹ ACR - “Escritura Dotal de D. Carlota Joaquina Cardozo da Cunha Reis e seu marido Joaquim Jerónimo da Cunha Reis da Motta Godinho, fidalgo cavaleiro da Casa Real condecorado com a Cruz de Ouro das Campanhas da Guerra Peninsular” – caderno com 10 folhas cosidas com linha.

³²⁰ D. Carlota Joaquina é filha do Cônego João Cardoso Guimarães e de D. Ana Bárbara da Conceição, tendo também uma irmã: Emília Angélica Guimarães que casaria com Luís Lopes Vieira de Castro. Ambas as filhas se constituíam únicas e universais herdeiras.

³²¹ Atual Praça Carlos Alberto.

³²² Com a expressa condição da reserva de usufruto da herança, enquanto vivo.

³²³ ACR – “Transação, partilha amigável, paga e quitação das Ex. mas D. Carlota Joaquina Cardoso Guimarães e sua irmã D. Emília Angélica Guimarães Vieira de Castro e seus maridos, em 7 de setembro 1836”.

casas (sendo uma delas grande e nobre) na rua da Cedofeita, no Porto; outras moradas de casas no centro histórico da mesma cidade, a saber: na feira do Pão³²⁴, na rua de Belomonte, na rua de S. João Novo, no largo dos Ferradores, na rua da Pedreira, na Foz do Douro, e ainda a quinta da Madalena.

Estamos, sem dúvida, perante o período de maior afirmação patrimonial da família. Todo este legado irá posteriormente passar para o herdeiro Joaquim Firmino da Cunha Reis (8.1), por dote de casamento celebrado em 1857 com D. Isabel Maria Meireles, senhora também de recursos abastados, como veremos à frente.

Por enquanto e analisando, por sua vez, o percurso de Joaquim Jerónimo (figura 17) através dos documentos existentes no arquivo de família, não parece restar dúvida de que a sua identidade aparece, antes de tudo, particularmente ligada à carreira militar, de que muito parece se orgulhar, e ao destacado papel desempenhado quando ainda muito jovem na Guerra Peninsular.

Prova disso é a organização que ele próprio faz de um conjunto volumoso de documentos³²⁵ que reúne envolvidos em uma capa sobre a qual escreve cuidadosamente:

Papéis Militares que provam ter seguido toda a minha carreira militar com honra e fidelidade. A minha divisa foi sempre = Deos = Rej = e Patria.
Desso à sepultura com a singular satisfação de não ter entrado em hua só Revolução: servindo nos tempos em que tantas ouverão!!!
Meus Filhos! Imitai voço Pai = Deos = Rej = e Patria e nada mais; e nada de menos.

A preocupação com a educação dos filhos e com a família é clara nesta organização dos “papéis” na qual assume um papel fundamental, sublinhe-se, não menos que seu irmão António Alexandre. Mas é também pela análise dos seus documentos que percebemos as linhas fundamentais da sua personalidade e identificamos o seu percurso de vida.

³²⁴ Atual Praça Guilherme Gomes Fernandes.

³²⁵ ACR – capa grande de cartão com vários documentos presos com atilho e iniciada com o título “Joaquim Jerónimo”.



Figura 17 - Joaquim Jerónimo da Cunha Reis da Mota Godinho (1793-1866)

(reprodução de pintura existente na atual Casa Grande do Campo das Hortas)

Enquanto estudante que foi, em Coimbra, Joaquim Jerónimo obteve aprovação nos Exames de Gramática Latina, em 25 de Junho de 1814, com 20 anos de idade, e de Filosofia Racional e Moral, realizado a 31 de outubro de 1817³²⁶. E ainda que tenha conseguido os diplomas dos exames preparatórios na Universidade de Coimbra necessários para seguir as Matemáticas (como tenente militar que era), é claramente pela carreira militar que Joaquim Jerónimo envereda e relativamente à qual haveria de manter uma profunda dedicação e orgulho.

Assim, e ainda sem completar 16 anos, torna-se cadete em praça na 1ª Companhia do Regimento de Infantaria nº 18 em Braga, obtendo posteriormente as patentes de alferes, de

³²⁶ ACR – *Idem*. “Exames de Joaquim Jerónimo da Cunha Reis”.

capitão, e de coronel³²⁷ do regimento que comandou até 1834, altura em que se retira da vida militar.

Entretanto fez toda a Campanha da Guerra Peninsular, tendo participado, nomeadamente, nas batalhas de Buçaco (1810), Fuentes de Onor (1811), Victoria (1813) e Nive - onde, a 13 de dezembro de 1813, com 20 anos de idade, se verificaria um acontecimento marcante da sua carreira, pois foi ferido no campo de batalha, como ele próprio o descreve³²⁸. Tal episódio tê-lo-á graduado em tenente.

Como prémio de valentia pela sua participação nestas batalhas, obteve, como todos os que se pautaram por bravura e boa conduta, a condecoração da cruz de ouro na Campanha da Guerra Peninsular³²⁹. Como condecoração no campo de batalha obteve ainda, em 1832, a “Cruz da Ordem da Torre e Espada”, pelo Visconde do Peso da Régua, então encarregue por El-Rei D. Miguel I de condecorar no Campo de Batalha “todos os oficiais que mais se distinguiram na gloriosa empresa de salvar a Religião, o Trono e a Pátria das calamidades de que tem sido ameaçados estes reinos pela iníqua agressão dos rebeldes” (Anexo 4)³³⁰.

Enquanto cadete em praça na 1ª Companhia do Regimento de Infantaria nº 18, na Guerra Peninsular, e testemunhando os “mui grandes trabalhos militares” porque passara, Joaquim Jerónimo deixa-nos o relato minucioso da entrada do Marechal Soult com o exército francês na cidade do Porto, acompanhado de um mapa militar de Amarante, que anexamos (Anexos 5 e 6)³³¹, com o registo das posições das baterias portuguesas face às inimigas, na célebre batalha da ponte da mesma localidade. E conta-nos como, em 1809, com apenas 15 anos, estava em campo de combate, ocupando as posições assinaladas no mapa, no momento em que Soult entra com o seu exército em Amarante:

Pela entrada do Marechal Soult com o Exército Francês na cidade do Porto, retirou o regimento para a linha do Tâmega sobre Amarante: no Mappa junto indiquei a Posição que ocupamos no alto do monte atrás de hua Capelinha de que ao lado estava a Bateria indicada no mesmo Mappa por – Baterias Portuguezas – hera eu cadete e não tinha ainda completado 16 anos de idade: nasci a 24 de Agosto de 1793. Não obstante as imensas

³²⁷ ACR – *Idem*: “Patentes d’Alferes de Linha e Coronel de Milícias” onde se destaca a “Patente porque Sua Majestade D. João, Imperador do Brasil e Rei de Portugal (...) há por bem nomear Joaquim Jerónimo da Cunha Reis Motta Godinho, Coronel agregado do Regimento de Milícias de Braga, Coronel efetivo do mesmo Regimento (...) 17 Janeiro 1826.”

³²⁸ ACR – *Idem*: “Nb. Na batalha que este folheto particulariza do dia 13 de Dezembro de 1813: fui eu ferido e despachado Tenente por distinção no Campo de Batalha”. Esclarecemos que a Batalha do Nive (9 a 13 de dezembro de 1813) foi travada no final da Guerra Peninsular, quando os exércitos anglo-luso e espanhol sob o comando de Arthur Wellesley, derrotaram o exército francês do Marechal Nicolas Soult.

³²⁹ ACR – *Idem*: “Regulação para a distribuição das Cruzes de Condecoração (...) na grande Guerra Peninsular, nas campanhas de 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814”.

³³⁰ Anexo 4 – ACR - Condecoração com a Cruz da Ordem da Torre e Espada: 5 outubro de 1832.

³³¹ Anexos 5 e 6 - ACR – “Mapa de Amarante” e relato intitulado “Sirvo-me do Mapa incluso para indicar o princípio dos mui grandes trabalhos militares que passei” - folha manuscrita e assinada “Joaquim Jerónimo da Cunha Reis”.

balas que aí cruzavam por causa de uma bateria que nos estava unida não tivemos, devido a isso, percas no Regimento, devido à boa posição que ocupávamos, de contrário teríamos todos voado pelos ares: tivemos a lamentar a perca do hábil e ativo Oficial de Artilharia que servia a bateria, e que muito estrago fez aos franceses: dando um tiro subiu ao parapeito a observar o efeito; a donde ficou morto por uma bala de fuzil; a nossa pena foi imensa, e a falta que ele ficou fazendo não foi menor.

Rompida a linha do Tâmega foi o Regimento para a Quinta do Mourão abaixo da Regoa, mas d'além Douro. Na retirada do Exercito Franses do Porto, marchamos para Vila Real de donde não passamos dahi para Coimbra a organizar, o que fez todo o Exercito.

Joaquim Jerónimo da Cunha Reis
Cadete em praça da 1ª Companhia do Regimento de Infantaria N° 18

O mais que depois se seguio as Ordens do Dia o dizem; e a Historia o contará.³³²

A preocupação em relatar o que presenciou e viveu no campo de batalha durante a segunda invasão francesa, acompanhada do mapa com as respetivas marcações, é na verdade a autenticação do(s) facto(s) histórico(s), o que não podemos deixar de ressaltar, e um apontamento mais para a história militar e das invasões francesas. Joaquim Jerónimo mostra também plena consciência disso, ou não fosse a sua expressão, que reputamos de notável, “o mais que se seguiu (...) a História o contará” (ver acima), mas fá-lo de uma forma espontânea e natural, conforme o que presencia em direto e é próprio destes relatos pessoais.

Dentro da mesma companhia e em consideração à sua carreira, Joaquim Jerónimo terá sido promovido sucessivamente de cadete a alferes em 1811³³³, de alferes a tenente em 1813, de tenente a capitão em 1820 e de coronel agregado a coronel efetivo em 1826³³⁴. “Tenho a consciência de ter em toda a minha carreira militar procurado cumprir com todos os meus deveres à risca”, afirma em 1832, nos seus escritos pessoais³³⁵. Nestes Joaquim Jerónimo escreve também a sua própria história, ao assegurar que “gozava a opinião de militar entendido por ter servido na 1ª linha o tempo que servi, e ter feito toda a campanha da Guerra Peninsular entrando nas diferentes ações, incluindo a do Buçaco que nomeio por ser a primeira”.

³³² ACR- *Idem*.

³³³ ACR – “Patente (...) promoção de cadete (...) do Regimento de Infantaria (...) ao posto de alferes (...)” passada por D. João, príncipe Regente, então na cidade do Rio de Janeiro aos 26 outubro 1811.

³³⁴ ACR – cf. “Patentes d’Alferes de Linha e Coronel de Milícias” respetivamente a 26 outubro 1811, 13 dezembro 1813, 18 dezembro 1820 e 17 janeiro 1826.

³³⁵ ACR – cf. nota escrita e assinada por Joaquim Jerónimo na folha de rosto do documento “Cópia da Ordem do Dia datada de 10 de Novembro de 1832 (...)”.

Estes factos estarão também na base da “Carta de Propriedade de Ofício, Título e Posse de Escrivão do Apostólico”³³⁶, em que Joaquim Jerónimo fora imbuído aos 21 de Julho de 1829, devido:

(...) aos sólidos e inabaláveis princípios de cordial adesão e amor pela Sagrada Pessoa do Senhor Dom Miguel Primeiro e Santa Religião de Jesus Cristo, sendo o 1º Coronel que na Província do Minho mandou reunir o seu regimento para se opor aos rebeldes da cidade do Porto, saindo desta cidade com as Bandeiras, quando ainda estava dominada pelos ditos.

Este testemunho não deixa dúvidas quanto à lealdade política de Joaquim Jerónimo e da sua família ao absolutismo monárquico. A mesma posição é claramente assumida e reiterada quando, aos 18 de Maio de 1828, o Coronel das Milícias de Braga declara, em imediata resposta à ordem de comparecimento no quartel pelo Governador Interino da Província, que “não obedeço nem reconheço autoridade alguma que não seja constituída pelo Sr. Infante D. Miguel, Regente de Portugal” (anexo 7)³³⁷. No prosseguimento dessa mesma postura, em 2 de agosto de 1829, Joaquim Jerónimo é admitido na Ordem da Irmandade do Santo Seminário de Nossa Senhora da Conceição do Monte da Madalena³³⁸, em Vila Nova de Gaia. Anos mais tarde, já em pleno regime Cabralista³³⁹, em 1843, recebe carta de nomeação de Governador Militar da cidade de Braga, “em consequência das boas informações da sua conduta pretérita e presente respetiva à causa d’El Rei o Senhor D. Miguel I”³⁴⁰.

O seu prestígio não foi, porém, alvo de ostracismo político, já que a 15 de Abril de 1850, a Rainha D. Maria II o nomeia Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa³⁴¹ e, alguns dias após, no mesmo mês e ano de 1850, a mesma Rainha lhe concede a mercê de Fidalgo Cavaleiro da Sua Casa Real³⁴².

No domínio civil, Joaquim Jerónimo também se mostra uma personalidade ativa e social, como podemos testemunhar pelos documentos reunidos. A 14 de novembro de 1847 é eleito

³³⁶ ACR - “Título d’Ofício do Apostolico; honroso pelo motivo porque me foi dado: que depois pelo mesmo me foi tirado” (título manuscrito pelo próprio).

³³⁷ Ver Anexo 7 – “Declaração do Coronel das Milícias de Braga, Joaquim Jerónimo da Cunha Reis.

³³⁸ ACR - “Diploma de admissão de Joaquim Jerónimo da Cunha Reis à Ordem da Irmandade do Santo Seminário de Nossa Senhora da Conceição do Monte da Magdalena”, assinado por “Fr. António de Jesus, Presidente com autoridade de guardião”, 2 Agosto 1829.

³³⁹ António Bernardo da Costa Cabral (1803-1889), ministro da inteira confiança da rainha, rompe com a Constituição Setembrista de 1836, da qual fora defensor, restaura a Carta Constitucional de 1826 e instada o Cabralismo (entre 1842-46 e, posteriormente entre 1849-51). Foi também nomeado 1º Conde de Tomar (1845) e 1º Marquês de Tomar (1878).

³⁴⁰ ACR – Carta datada de 3 de Dezembro de 1843, provinda do Quartel-general em Braga, por ordem do Sr. General Reinaldo Macdonell, comandante em chefe do exército realista.

³⁴¹ ACR - documento selado da Casa Real intitulado “Carta pela qual a Rainha D. Maria faz mercê a Joaquim Jerónimo (...)”.

³⁴² ACR - “Mercê passada pela Rainha D. Maria II (...)” – Lisboa 29 de Abril de 1850.

vereador na Câmara Municipal de Braga, chegando mais tarde, a ser eleito Presidente da Câmara³⁴³, cargo que, no entanto, não terá assumido³⁴⁴. A 29 de março de 1848 torna-se membro da Assembleia Bracarense na qualidade de “sócio anual”³⁴⁵, na sequência do qual é convidado várias vezes pela Mesa da Direção Geral da mesma Assembleia para participar em bailes³⁴⁶. Outros convites surgirão para participação em bailes, tão em moda no ambiente social da elite da época, através de outras entidades como é o caso da Associação Britânica³⁴⁷.

Pelo manancial de correspondência a si dirigida e conservada na Casa, entre 1849 e 1857, destacamos ainda a amizade que Joaquim Jerónimo mantém com o Marquês de Viana³⁴⁸, residente em Lisboa, que se revela bastante próximo da família, nomeadamente do irmão D. Guilherme Germano (7.7), ao qual se refere como “seu mano e meu maior amigo”. Há outras cartas ainda, de índole mais oficial, como sejam: os convites e pedidos de Irmandades para participar nas procissões da Quaresma³⁴⁹; da Municipalidade de Braga para formar Comissões de Recenseamento³⁵⁰; do Presidente da Câmara para presenciar a homenagem nos Paços do Conselho à investidura do reinado do rei D. Pedro V, ou do Governador Civil solicitando a sua comparência para tratar de assuntos de utilidade para o distrito³⁵¹; da “Comissão de Caridade” presidida por Pedro Cardeal, Arcebispo Primaz³⁵², dando conta da decisão de abrir uma subscrição para fazer face à “escassez das colheitas e carestia dos géneros que tem reduzido a extrema necessidade grande número de famílias”³⁵³. É também por carta datada de 24 de Janeiro de 1855,

³⁴³ ACR – Ver documento intitulado “Nomeação para Presidente de Câmara” em “Papéis de Família...” onde é referido que “não aceitou”.

³⁴⁴ Na verdade não encontramos no ACR documento relativo ao cargo de Presidente mas apenas um caderno com o título “Nomeação para Presidente da Câmara” onde consta a ata manuscrita datada de 14 novembro relatando o “apuramento geral dos votos vindos dos diferentes círculos eleitorais para a eleição de vereadores e Juiz Ordinário deste Concelho” em que Joaquim Jerónimo figura em 1º lugar na votação. No referido caderno figura igualmente (e apenas) uma convocatória para tomar posse como vereador no dia 18 do dito mês e ano (1847). Na obra consultada sobre a enumeração dos Presidentes de Câmara (Gomes, 2006: 43) o nome de Joaquim Jerónimo da Cunha Reis também não figura.

³⁴⁵ ACR - “Carta dirigida ao Sr. Joaquim Jerónimo da Cunha Reis da Motta Godinho” participando-o do facto e convidando-o para “vir tomar assento e inscrever-se no respetivo livro”.

³⁴⁶ Não sabemos a periodicidade desses bailes, mas encontramos reunidos 3 convites pessoais datados respetivamente de 30 de abril de 1848, 15 de dezembro de 1852 (ambos assinados pelo Presidente da Casa da Assembleia Bracarense, o Barão de S. Martinho de Dume) e de 3 de março de 1857 (assinado pelo então Presidente Jácome Borges Pacheco Pereira).

³⁴⁷ ACR - “Convite endereçado pelos membros da Associação Britannica” (30 Janeiro 1834).

³⁴⁸ Cremos tratar-se do 2º Marquês de Viana, D. João Manoel de Menezes (1810-1890), filho do 1º Marquês de Viana (1783-1834), do mesmo nome, a quem coube transportar, em 1807, a família Real ao Brasil e, em 1821, de novo a Portugal, contra os interesses dos seus filhos (D. João e D. Maria Domingas Manoel de Menezes), então nascidos e que lá queriam continuar. O rei D. João VI, para o convencer, concede-lhe o título de Marquês de Viana a 3 de Abril de 1821, 20 dias antes do embarque.

De entre a correspondência trocada com o 2º Marquês de Viana, destacamos a carta datada de 16 de fevereiro de 1857 em que este agradece a Joaquim Jerónimo a comunicação do casamento do seu filho Joaquim Firmino “com uma menina digna de entrar em sua Casa”.

³⁴⁹ ACR – Carta do Provedor da Irmandade da Real Casa da Misericórdia, de 14 de abril de 1862.

³⁵⁰ ACR – Carta datada de 5 janeiro 1857, em papel azul fino, com carimbo da Municipalidade de Braga.

³⁵¹ ACR – Cartas datadas, respetivamente de 14 de setembro de 1855 e de 11 de abril de 1857.

³⁵² Trata-se do Arcebispo de Braga Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Melo (1843-1855) designado cardeal pelo Papa Pio IX em 30 de Setembro de 1850.

³⁵³ ACR – Carta timbrada, lacrada, com letra impressa e datada de 13 de fevereiro de 1855.

que é comunicado a Joaquim Jerónimo a sua nomeação para sócio efetivo da Sociedade Agrícola do distrito³⁵⁴.

A par de toda esta envolvência cívica, militar e política, Joaquim Jerónimo é também, e essencialmente, um homem orgulhoso da sua família, que se afirma como referência no panorama citadino e nacional. Prova disso é o empenho que põe na organização dos “papéis” da família e na educação dos filhos, como já tivemos ocasião de afirmar. Um exemplo ilustrativo da sua sensibilidade humana decorre da anotação que junta, numa tira de papel, aos documentos que arquiva relativos a um alferes ajudante do Regimento de Milícias de Braga, nos quais este afirma a 22 de outubro de 1826: “sou devedor ao Ilmo. Sr. Joaquim Jerónimo (...) da quantia de (...) que o mesmo Senhor me emprestou e que pagarei ou minha mulher logo que seja possível”. Na referida anotação Joaquim Jerónimo afirma que “não foi empréstimo mas sim roubo que fez (...) que eu como coronel e por isso o responsável tive que pagar” e acrescenta: “era ativo: mas grande tratante, o que me custou o que a tira de papel diz, e conservo como lição para os meus filhos”, e ainda “podia-o ter metido em Conselho de Guerra por ter desertado: nada fiz, tudo ocultei, para não o desgraçar, e com ele uma família de mulher e filhos”³⁵⁵.

4.2.6 - A Família e a Visita Real a Braga

Joaquim Jerónimo (7.5) e D. Carlota Joaquina, acompanhados dos seus irmãos e cunhados, D. Guilherme Germano (7.7), Deão, e José Firmino (7.6), Cónego, receberiam na sua Casa do Campo das Hortas - conforme fora bem noticiado na imprensa local, regional e nacional – a 14 de maio de 1852, a Família Real: El-Rei D. Fernando³⁵⁶, a rainha D. Maria II e os Príncipes Infantes.

Como informavam os periódicos³⁵⁷, bem conservados no Arquivo da Casa, a Família Real ter-se-á então deslocado de visita à cidade de Braga percorrendo o Santuário do Bom Jesus do Monte, a Sé Catedral, visitando as “oficinas do Chapeleiro Maia”, na rua de S. Vítor, e “as do Sr. Rocha”, na rua do Souto, admirando as mostras dos principais tecidos de Braga, na rua dos

³⁵⁴ ACR – Carta manuscrita datada de 24 de janeiro de 1855, em papel fino, timbrado, endereçada pelo “Conselheiro Secretário Geral servindo de Governador Civil, Francisco Manuel da Costa”.

³⁵⁵ ACR – documento incluído na capa grande de cartão com vários documentos, intitulada “Joaquim Jerónimo”.

³⁵⁶ D. Fernando II duque de Saxe-Coburgo-Gotha (1816-1885) foi rei de Portugal pelo seu casamento com a rainha D. Maria II (1819-1853) em 1836, meses após a viuvez da jovem rainha.

³⁵⁷ ACR – capa com título manuscrito “Descripção de honra que S.S. Magestades e Altesas fiserão a esta família em 14 de Maio 1852”, contendo os periódicos: “A Revolução de Setembro” (24 Maio 1852); “Periódico dos Pobres no Porto” (25 Maio 1852); “O Ecco Popular” (1 Junho 1852).

Biscainhos, em cujo Paço as Altezas terão pernoitado e, por último, a visita à “Casa do Sr. Deão D. Guilherme e de seus irmãos no Campo das Hortas”. A honrosa visita real vem constatar não só o prestígio desta família na cidade de Braga de então como o seu bom relacionamento com a rainha ao longo da implementação do processo político do liberalismo em Portugal, como já referimos. Transcrevemos aqui um relato então publicado na imprensa sobre a destacada recepção real pelos Cunha Reis na Casa do Campo das Hortas:

El-Rei e os príncipes, com a comitiva, examinaram primeiramente a sala das pinturas, que é a mais rica e a mais escolhida da coleção destas partes. E El-Rei que sabe da arte, deveras admirou alguns quadros que lhe apontou o Sr. Caldas³⁵⁸, a quem os Srs. Cunha Reis tinham convidado modestamente com outros cavalheiros, para ele nesse dia ser o demonstrador das riquezas e raridades de sua casa. D. Fernando deu logo, como por encanto, com os olhos n'um *Santo Agostinho*, o mais rico de todos os painéis, e ficou como extasiado. Tudo viu miudamente: dois quadros da escola flamenga, alguns do Sequeira e outros pintores notáveis.

Examinou depois a livraria que é muito escolhida e tem mui linda situação. Notou-a com inteligência, e examinou d'um modo, o mais d'admirar, uma grande coleção de medalhas romanas, chinesas, góticas, e das nações principais da terra. Conversou sobre elas muito com o Sr. Caldas e o Sr. José Firmino, digno irmão do dono da casa, o Sr. Comendador Joaquim Jerónimo. O que El-Rei mais admirou foi a grandíssima porção de medalhas raras que o Sr. Caldas lhe tinha posto de parte, para mais lhe atrair as atenções. Igualmente examinou miudamente uma escolhida porção de produtos naturais, que o Sr. José Firmino está arranjando com o mesmo cuidado com que se deu sempre a arranjar os mais objetos do museu, que é um dos três mais singulares da cidade (como disse o Sr. Caldas n'um folheto que fez para se oferecer à real comitiva, e que aqui tem dado a todos os curiosos que lho pedem. E tem sido muito pedido).

Da livraria passaram os reais viajantes ao jardim (que depois tem estado público e tem sido visitado por grande número de madamas e cavalheiros). O duque do Porto³⁵⁹ entrou n'um vapor que ali havia no excelente lago, com o príncipe, o filho da casa³⁶⁰ e um filho do Sr. Conde de Vila Pouca³⁶¹. À hora em que isto acontecia, o jardim era o mais encantado, pelos muitos concorrentes e pela posição do sol. A Ex.^a Sr.^a D. Carlota, dona da casa, foi tratada com o mais especial agrado assim como toda a família da casa. El-Rei ao meio tempo conversou muito com o Sr. Caldas, o Sr. Luiz António, médico do Porto, sobre plantas do jardim e da provincia, mostrando-se muito penhorado do Sr. José Firmino que presente estava, pelo gosto que ele e o Sr. D. Guilherme têm pelo jardim.

Esta honrada e respeitada família está disposta a guardar a cadeira em que a Rainha esteve sentada, d'um modo que possa ver-se, mas sem oferecer assento a mais ninguém, como

³⁵⁸ José Joaquim da Silva Pereira Caldas (1818-1893) estudou Medicina, Filosofia e Matemática, na Universidade de Coimbra, sendo nomeado professor de Matemática e Filosofia no Liceu de Leiria, em 1845, passando para o Liceu de Braga poucos meses depois. No Liceu de Braga acabaria por se manter durante quase toda a sua vida. O seu nome chegou a ser proposto, em 1912, pelo então reitor, para patrono do Liceu de Braga, o qual haveria, não obstante, de adotar o nome do poeta Sá de Miranda.

³⁵⁹ Trata-se do futuro rei D. Luís I, filho segundo da rainha D. Maria II e seu marido D. Fernando II; o título de duque do Porto foi criado em 1833 pela rainha D. Maria II, sendo normalmente atribuído ao filho segundo do chefe da Casa Real.

³⁶⁰ Referência a Joaquim Firmino da Cunha Reis (1837-1906), então com 15 anos de idade, futuro sucessor geracional (8.1).

³⁶¹ Trata-se de Rodrigo de Sousa Teixeira da Silva Alcoforado (1802-1858), 1.º conde de Vila Pouca, militar do exército português, governador das armas do Porto e governador militar de Braga.

um sinal de muita honra, em que foi para eles essa visita dos augustos senhores, e do dia que nunca podem esquecer, de 14 de Maio de 1852.

A S. M. a Rainha aceitou da mão do Sr. D. Guilherme um ramo escolhido das flores mais raras e melhores do jardim. Tudo o que são provas d'estimação, d'atenção e de respeito carinhoso, tudo os Srs. Cunha Reis e os cavalheiros convidados acharam da parte de Suas Majestades e Suas Altezas, que os acharam ser uma família digna de toda a benevolência. E basta ver a modéstia com que os Srs. Joaquim Jerónimo, D. Guilherme e José Firmino quiseram que as suas riquezas e raridades (que fazem um rico e escolhido museu), fossem explicadas por um terceiro, de fora de sua casa, o Sr. Caldas do Lyceu, de quem são especiais amigos. A sua modéstia não carecia de mais nem de melhores provas, quando em Braga não fosse conhecida como é.³⁶²

Estamos, sem dúvida, no auge da Família e da sua Casa. Mau grado o insucesso miguelista, a família une-se em torno da notoriedade e admiração que mantém e que estão patentes nomeadamente na exposição dos seus bens mais valiosos, na disponibilidade ao público do jardim e aos estudiosos locais como se de um museu se tratasse, nas pinturas expostas, na biblioteca, nas coleções de medalhas raras, nas flores do jardim, no lago e no vapor, nos convidados.

A visita da corte, na figura da rainha D. Maria II, do príncipe consorte D. Fernando II e do futuro rei D. Luís I, representaria o símbolo da sua conciliação com o poder e a assunção da sua representatividade local. Tal como refere o periódico acima, a cadeira onde a rainha esteve sentada nos jardins da casa foi guardada em sinal da honra representada pela presença e estadia Real, mantendo-se ainda hoje bem conservada, como podemos apreciar na figura 18 e ler na inscrição que lhe foi aposta:

³⁶² ACR – “O Ecco Popular” (1 de Junho 1852).

Figura 18 - cadeira onde esteve sentada a Rainha D. Maria II

(jardins da Casa - 14 maio 1852)



legenda

Inscrição:

Em Maio de 1852 a Familia Real veio a Braga: a 14 do d.º mês hon- rarão com a sua R. presença a caza do Campo das Ortas. A Snr. D. Maria 2ª esteve muito tempo sentada nesta cadeira a ver bordiyar no Escaler do Lago o Snr Infante D. LUIZ: ser- vindo de remadores G.F. da C.ª Reijs; e 3 filhos do Conde de Villa Pouca.

4.2.7 - Do auge à atualidade ou o lento processo de adaptação da nova nobreza à modernidade tardia do País

Não obstante esta notoriedade, a modéstia e a descrição terão sido os principais distintivos da vida de Joaquim Jerónimo, como bom militar que foi, conquanto a sua intensa vida político-social.

Aos 7 de setembro de 1866, com a idade de 73 anos, Joaquim Jerónimo falece na sua Casa do Campo das Hortas, por razões que se prenderam com a sua saúde, deixando viúva ainda por bons anos D. Carlota Joaquina Cardoso Guimarães (1796-1895). Como atrás referimos,

casara com esta em 1831, sendo ela filha legitimada do Cónego Prebendado da Colegiada de S. Martinho da Cedofeita, João Cardoso Guimarães e, por via disso, senhora da quinta da Madalena, em Gaia, onde o casal passava temporadas.

O seu testamento é um documento digno de ser explicitado. Escrito com a consciência da responsabilidade familiar que representa, é elaborado com antecipação, o que o obriga a vários, ainda que pequenos, ajustamentos. Tal como ele próprio declara em nota de aditamento ao original – que destacamos pela sua singularidade³⁶³ (Anexo 8a e 8b) - foi “feito em 3 de Março de 1853, depois do meu ataque, pelo qual estive a descer à sepultura” [aos 60 anos de idade]; “tornado a escrever em 2 de Agosto 1859 para riscar o nome do criado Almeida que foi desta casa”; e hoje, o 1 de Outubro de 1864, pela falta do meu sempre chorado Irmão o Sr. Guilherme [falecido em 1861], a quem de tudo pedia a execução”.

Na verdade, o testamento de mão comum a que nos referimos³⁶⁴ foi escrito cuidadosamente pelo próprio e sua mulher na Casa do Campo das Hortas, aos 24 de outubro de 1863, ficando fechado, cosido e lacrado até ser aberto (inclui o auto de abertura) e aprovado no dia do seu falecimento a 7 de setembro de 1866. Começando pelas alegações de fé nas quais afirma “Cri sempre firmemente em tudo quanto ensina a St^a Madre Igreja Católica, Apostólica, Romana em cuja Fé sempre vivi e protesto morrer”, Joaquim Jerónimo declara que, em lugar do que teria pensado – ser o seu cadáver lançado a uma sepultura ao pé dos irmãos – deseja ser “lançado à sepultura, à noite, nas catacumbas do cemitério do Hospital de S. João Marcos por seis pobres, a cada um dos quais se dará uma esmola de 489 reis”. Não esconde que tal desejo se prende com o receio de que os seus ossos pudessem ser profanados como já acontecera na época em outras Igrejas na cidade do Porto. Também declara que “quando à noite levarem o meu cadáver a depositar na Igreja é suficiente um homem com um lampião a alumiar; de modo algum quero a Archotada (...)”. Pede ainda, “sem que nada lhe alterem”, o seguinte epitáfio, que transcrevemos:

Aqui jaz

Pó: Terra: Cinza: e Nada. Por caridade rezai-me hum P. N. e Av. M. pela alma que vo-lo mereci. Entrei em Batalhas, e arrisquei a vida mil vezes em vossa defeza. Tinha a Cruz d'Ouro das Campanhas da Guerra Peninsular; e recebi hum Posto na batalha em Baiona de Fransa.

³⁶³ ACR – Aditamento ao testamento de Joaquim Jerónimo da Cunha Reis da Mota Godinho”: trata-se de 1 folha manuscrita cuidadosamente na frente e no verso, encimada nas 2 páginas com uma cruz desenhada. Ver Anexo 8a e 8b.

³⁶⁴ ACR – “Testamento de Joaquim Jerónimo da Cunha Reis da Mota Godinho” – 24 de outubro de 1863. Trata-se da versão original, com 8 páginas, onde são visíveis os vestígios do laque que o fechava.

Orgulhoso dos seus feitos como militar, refere também que tem uma Patente de Coronel assinada por D. João VI, mas declara terminantemente não querer as honras fúnebres militares, pois “seria hua contrariedade ao modo como quero descer à sepultura”³⁶⁵. Mais declara que entregara ao filho primogénito, Joaquim Firmino (8.1), um papel para que, nesta altura, o fizesse chegar com a sua Cruz de Ouro ao Exmo. Marquês de Viana, que tem como grande amigo. Pede também à mulher e filhos a entrega da sua “Cruz grande de Christo” ao Sr. Francisco Xavier Souza Torres e Almeida, em dedicação à sua amizade.

Em tudo o mais, apela a que os filhos “sigam o exemplo do seu Pai, na estima, veneração e união para com os seus irmãos”. Não sem, no entanto, destacar a missão de responsabilidade que caberia ao filho Joaquim como “o representante da Casa grande (...) bem como em se esmerar em conservar a boa ordem em que eu tenho toda a papelada da Casa”.

Joaquim Jerónimo, que já aos 53 anos de idade, nos seus escritos mais íntimos, revelando traços da sua personalidade, se lamentava dos “avançados anos” e do seu “estado físico” no qual se referia a [alguma] “surdez”, revela-se – nunca será demais dizê-lo - um zeloso cuidador do arquivo, da família e da casa.

Instituindo os seus três filhos – Joaquim Firmino (8.1), Guilherme Firmino (8.2) e Rita Adelaide (8.3) – como os únicos e universais herdeiros nas duas terças partes da herança, confirma a sucessão feita na escritura dotal³⁶⁶ ao filho primogénito Joaquim Firmino aquando do seu casamento, a quem lembra “a mui grande responsabilidade”. Na mesma escritura dotal Joaquim Jerónimo e mulher nomeiam, entre outras determinações, a filha Rita como herdeira de todas casas na cidade do Porto e Guilherme das ações da Companhia dos Vinhos do Alto Douro. Três anos após a morte do pai, em 1869, estas ações seriam objeto de uma partilha amigável entre ambos os irmãos, Joaquim e Guilherme³⁶⁷.

Antes ainda de avançarmos para esta nova geração, percorramos os restantes elementos da sétima geração constituída pelos nove descendentes de António José da Cunha Reis da Mota Godinho (6.1) e sua mulher D. Maria José Godinho da Cunha Reis, dos quais já salientamos D. António Alexandre (7.4) e Joaquim Jerónimo (7.5), ambos representantes sucessivos da geração, na qual grande parte dos membros ingressariam na vida religiosa.

³⁶⁵ *Idem*

³⁶⁶ ACR – “Certidão da escritura de dote para casamento do Ilmo. Joaquim Firmino da Cunha Reis com a Exma. Dona Isabel Maria de Meireles Leite e Abreu Bacelar” aos 17 de Janeiro de 1857.

³⁶⁷ ACR – “Certidão da escritura de partilha amigável feita a 30 de Junho de 1869 no Campo das Hortas, cidade de Braga, morada de Joaquim Firmino da Cunha Reis e de seu irmão Guilherme Firmino da Cunha Reis, solteiro de maior idade”- certidão manuscrita em papel azul, 7 páginas.

José Firmino da Cunha Reis da Mota Godinho (7.6), que visualizamos na figura 19, era um dos elogiados anfitriões da recepção da família real na Casa do Campo das Hortas em 1852. Nasceu no Porto em 1794, foi cónego da Sé de Braga³⁶⁸ e terá reunido, pelo que conseguimos apurar³⁶⁹, um percurso profícuo no domínio das letras e do canonicato.

Em jovem fora Freire Conventual no Real Convento da Ordem Militar de S. Bento de Avis, onde teria sido “muito aplicado à Literatura especialmente aos Sagrados Cânones”³⁷⁰. No Colégio destas Ordens Militares (para onde o seu irmão António Alexandre lhe mandava mesadas de 16.000 reis por 1820 e 21), integrado na Universidade de Coimbra, estudara teologia e direito canónico³⁷¹. Obtivera o grau de bacharel da Faculdade de Cânones³⁷², em 1822, ao que acrescentaria mais um ano de frequência, ouvindo as lições, conforme os então novos Estatutos da Universidade de Coimbra o determinavam, concluindo assim a sua Formatura com aprovação por unanimidade³⁷³ (Anexo 9a e 9b)

³⁶⁸ ACR – “Alvará de procuração feito aos 15 de fevereiro de 1829 (...)” – no qual João Evangelista de Azevedo e Sousa pede licença a El-Rei D. Miguel para renunciar o seu Canonicato no Reverendo José Firmino da Cunha Reis da Mota Godinho (...) atendendo à idade e às moléstias de ter servido a Igreja há mais de 46 anos.

³⁶⁹ ACR – capa grossa de cartão contendo vários documentos relativos a “José Firmino da Cunha Reis”.

³⁷⁰ ACR – em *Idem*: “Atestação passada por D. Frei Francisco Falcão de Melo e Lima, presidente do Real Convento da Ordem Militar de S. Bento de Avis (...)” – 10 de Novembro de 1818.

³⁷¹ O nome de José Firmino da Cunha Reis da Mota Godinho consta do “Índice Alfabético dos Estudantes de 1818 para 1819” publicado pela Real Imprensa da Universidade de Coimbra no ano de 1819.

³⁷² Em 1836 a fusão das Faculdades de Cânones e de Leis em Coimbra daria origem à Faculdade de Direito.

³⁷³ ACR – em *Idem*: diploma original (em pele, escrito em latim de um lado, em português de outro) em pele de carneiro ornado com duas largas fitas verdes prendendo uma caixa oval com gravação em cera vermelha [22 de junho de 1822]. Ver Anexo 9a e 9b.



Figura 19 - José Firmino da Cunha Reis da Mota Godinho (1794-1856)

(reprodução de pintura existente na atual Casa Grande do Campo das Hortas)

A par da sua formação, José Firmino apresenta um percurso nobiliárquico notável.

Em 1825 é nomeado Cavaleiro Supranumerário da Ordem Militar de N^a Sra. da Conceição de Vila Viçosa. Nesse mesmo ano, é reconhecido na Dignidade de Arcediago de Barroso na Santa Sé Primaz e de Sobradelo³⁷⁴. Por alvará real de 8 de novembro do mesmo ano ainda, é-lhe concedido, no seio do Cabido, o tratamento de "Senhoria". Em 1828 é nomeado Revendo Desembargador nas varas de Juiz dos Casamentos e do Juízo Apostólico na presença do Deão (o irmão, D. António Alexandre), Dignidades, Cónegos e Cabido da Sé. Um ano depois torna-se

³⁷⁴ ACR – “Arcediago de Barroso e Sobradelo, por falecimento do anterior Reverendo” – 21 dezembro 1821 e “Bulla de Arcediago de Barroso” (livro encadernado constituído por 51 folhas manuscritas).

Cónego, apresenta admissão à Irmandade de Santa Maria Madalena e, em 1833, torna-se Provisor do Arcebispado de Braga.

Durante a conturbada época de disputa liberal, a afirmação da família pela causa miguelista está igualmente patente na admiração que José Firmino nutre por El-Rei D. Miguel. Não é sem razão que o seu nome figura na relação dos subscritores da obra “Coleção de Poesias comentadas a Prosa”, dedicadas em 1828 a D. Miguel I (Valle, 1928).

Aquando da chegada dos liberais a Braga (28 março 1830, Sexta-feira Santa) o Vigário Geral e Cónego José Firmino, bem como seu irmão Provisor, Deão e Vigário Capitular D. Guilherme Germano da Cunha Reis (7.7), demitir-se-iam logo de seguida (dia 30, domingo de Páscoa), sendo substituídos nos seus postos por um novo governador que exonerou padres e cónegos, fechando-se os Conventos de Tibães e S. Frutuoso, Carmo, Pópulo e Congregados (Vaz, 1971: 219). Foi uma fase difícil para a família, cujo funcionamento se patenteava no bom relacionamento entre os irmãos, com implicações, indubitavelmente, no falecimento em 1834, do irmão mais velho, D. António Alexandre.

Anos depois, a 7 de novembro de 1856, seria a vez de José Firmino terminar também os seus dias. Esta infausta efeméride vem evocada no “Diário do Minho”, de 7 de novembro de 1924, em comemoração do 68º aniversário do falecimento. Conserva-se um exemplar no arquivo da família.

Seu irmão, D. Guilherme Germano da Cunha Reis da Mota Godinho (7.7), que vemos na figura 20, era igualmente licenciado pela Faculdade de Cânones e fora também Deão da Sé Primaz de Braga³⁷⁵, tal como o irmão D. António Alexandre (7.4), em período conturbado da história religiosa de Braga, designadamente, as lutas dos liberais contra a nomeação dos antigos capitulares, ditos “legítimos”, e destes contra os primeiros, considerados “intrusos”.

Também anfitrião da receção da família real em 1852, conhecemos D. Guilherme Germano muito ligado à família e à vida da Casa³⁷⁶, onde manifestava uma particular paixão pelo jardim. Temos também a informação de que, em 1853, o Deão terá comprado uma propriedade de vinha designada de Vinha do Corgo, em Vilarinho dos Freires, então pertencente ao Concelho de Canelas (hoje Peso da Régua).

³⁷⁵ Pelo menos em 1828 e 1831 era Deão Coadjutor e em 1843, 1846 e 1852 Deão, segundo testemunham os documentos (ACR).

³⁷⁶ Na altura da compra da Casa do Campo das Hortas, referida atrás, D. Guilherme Germano figura nos documentos como representante do seu irmão comprador D. António Alexandre, intermediando os pagamentos – ver ACR “Compra da Casa d’habitação” – 13 janeiro 1824. Aparece também noutros documentos posteriores mediando conflitos e acórdãos relativamente à Casa, nomeadamente com a Câmara Municipal de Braga sobre questões de águas.



Figura 20 – D. Guilherme Germano da Cunha Reis da Mota Godinho (1795/1861)

(reprodução de pintura existente na atual Casa Grande do Campo das Hortas)

Apesar de ocupar a cadeira de Deão ao longo de extensos anos, estamos em crer que, mais do que na vida pública, se realizava e se sentia feliz na convivência e dedicação aos seus familiares. Apaixonado também pela escrita, como já atrás o referimos a propósito da Quinta da Vacaria, D. Guilherme Germano mostra também interesse pela genealogia³⁷⁷ e uma dedicada atenção à família.

³⁷⁷ ACR – “Papéis curiosos por serem escritos pelo punho do Sr. D. Guilherme da Cunha Reis” – curioso, neste maço de papéis, por exemplo, o esquema genealógico referente aos Biscainhos de Braga. Refere-se aqui ao martírio sofrido a fogo lento pelo padre jesuíta Miguel de Carvalho no Japão, o qual se encontra pintado no teto da sala grande dos Biscainhos.

Em correspondência frequente com um seu grande amigo, o Marquês de Viana³⁷⁸, bem como com o Padre José Isley, diretor do Colégio dos Inglesinhos em Lisboa³⁷⁹, e ainda com Manuel Xavier Pinto Homem, diretor do Colégio de S. Bento, em Coimbra, percebemos as preocupações e o empenho de D. Guilherme Germano com a educação de Joaquim Firmino, seu sobrinho primogênito e, por isso, o representante da geração que se seguiria. É a este que se referem, nas cartas, o dito Marquês, que o descreve como “grande caçador e amador de andar a cavalo”³⁸⁰ e o diretor do referido colégio, em Coimbra, que afirma se comportar “com toda a dignidade tanto civil como literariamente, matriculando-se para os seus exames”³⁸¹.

São tantas e tão variadas as cartas que recebe e envia, que D. Guilherme Germano chega a fazer uma relação das cartas que escreve por dia, mês e ano, que inclui ainda um breve resumo do conteúdo de cada uma³⁸². Por aqui nos apercebemos da frequência com que as enviava (por exemplo, em 1852, só no mês de Agosto, registou a escrita de 26 cartas), bem como do leque das relações familiares e sociais que alimentava pela sua correspondência.

De entre as familiares destaca-se, efetivamente, o nome de seu sobrinho, Joaquim Firmino (8.1) e o do seu irmão José Firmino (7.6). De entre as sociais sobressai o Marquês de Viana (referido acima), José Alexandre da Silva de Almeida Garrett (irmão do escritor João de Almeida Garrett, mas politicamente dele divergente, já que se pronunciava inimigo dos liberais³⁸³), a condessa de Tomar³⁸⁴ e D. Maria Emilia Angélica Cardoso Guimarães Vieira de Castro³⁸⁵. A correspondência trocada com a condessa de Tomar é de agradável leitura e reveladora de uma amizade afável em que esta descreve as viagens com a família por Londres, ou Paris, ou ainda agradece as “bocetas de doce” recebidas. Há também referência a cartas escritas por D. Guilherme Germano de Paris³⁸⁶, para onde se terá deslocado no prosseguimento de estudos, bem

³⁷⁸ ACR – Pelas cartas de que dispomos, esta correspondência mantém-se pelo menos ao longo de 1852, 1855 e 1857.

³⁷⁹ Trata-se do Colégio de S. Pedro e S. Paulo, vulgarmente designado de Inglesinhos, no Bairro Alto. Mandado construir entre 1632 e 1644, para apoio dos ingleses católicos que desagregavam da Igreja anglicana e vinham para Lisboa a caminho de Roma. Foi reconstruído após o terramoto de 1755. Hoje está transformado em condomínio privado.

³⁸⁰ ACA – “Carta enviada de Lisboa pelo Marquês de Viana a 7 de Março de 1855” - embora o seu nome não seja declaradamente exposto, estamos em crer tratar-se de Joaquim Firmino (8.1) então com 18 anos de idade .

³⁸¹ ACR - Carta enviada de Manuel Xavier Pinto Homem do Colégio de S. Bento em 22 outubro de 1854.

³⁸² ACR – “Registos [diário] de D. Guilherme Germano – 1852 (Janeiro a Setembro)”.

³⁸³ Ver David, S. N. (2012). A correspondência entre Alexandre José (1797-1867) e João Baptista (1799-1854) de Almeida Garrett

³⁸⁴ ACR – Carta da Condessa de Tomar datada de 22 de setembro de 1857. Estamos em crer tratar-se de D. Luise Mitchell Meredith Read (1816-1885), filha do cônsul geral britânico nos Açores com quem António Bernardo da Costa Cabral (1803-1889), então nos Açores, casara em 1834.

³⁸⁵ D. Emilia Cardoso Guimarães (1815-1882) seria filha do Cônego Prebendado de S. Martinho de Cedofeita, João Cardoso Guimarães, tal como D. Carlota Joaquina Cardoso Guimarães (1796-1895) casada com Joaquim Jerónimo da Cunha Reis (7.5). D. Emilia, Senhora da Quinta do Mosteiro de Moreira da Maia, casara com Luís Lopes Vieira de Castro (1800-1844) desembargador do Tribunal da Relação do Porto (e Sr. da Casa do Ermo em Fafe onde Camilo Castelo Branco se refugiou em fuga pela prática de adultério com Ana Plácido, em 1860). D. Emilia sendo irmã de D. Carlota era quase da família (irmã da cunhada de D. Guilherme).

³⁸⁶ D. Guilherme Germano terá prosseguido estudos em Lisboa e em Paris, como consta dos escritos elaborados na altura do seu falecimento. Das referidas cartas de Paris encontramos uma dirigida aos “meus manos do coração” datada de 18 de Setembro mas sem referência ao ano.

como aos seus irmãos, em que se mostra preocupado por não receber notícias, querendo inteirar-se de tudo.

Pelo que nos apercebemos, D. Guilherme Germano parece ter sido uma personalidade querida por todos. Isto mesmo é confirmado pelos relatos ligados à sua morte ocorrida a 14 de novembro de 1861 na Póvoa de Varzim, quando frequentava banhos de mar a fim de se curar de uma curta enfermidade. O cadáver terá sido transportado à sepultura na Sé Catedral de Braga, onde ocupara o lugar de Deão ao longo de vários anos. Família e amigos deixam-lhe escritos de “Lágrimas e Saudade”³⁸⁷, onde atestam a sua faceta próxima, o afeto e a convivência estreita com a família, que sobrepunha à vida política. Destacamos particularmente, a este propósito, uma nota escrita pelo irmão Joaquim Jerónimo (7.5) que transcrevemos:

N.B. Na gaveta destes papéis está uma urna / de lágrimas e saudade / em que depusitei a chave que lhe fechou o Caichão, e uma relíquia do seu cabelo; nas costas do seu Retrato mandei descrever o que elle tanto e mais merecia.³⁸⁸

Na impossibilidade de conhecermos a referida urna e o seu conteúdo, fica aqui o registo da amizade e dedicação fraterna que esta descrição simboliza e encontramos entre todos os irmãos.

Após o falecimento dos pais António José e D. Maria José Correia Carneiro, as filhas irmãs - D. Maria Máxima (7.1), D. Rita Dorotheia (7.8) e D. Gertrudes Adelaide (7.9) – uma vez órfãs e solteiras ficam ao cuidado de António Alexandre (7.4), na Casa do Campo das Hortas, onde são tratadas e mantidas com toda a decência própria do alto cargo e dignidade que o Deão exercia na cidade.

Relativamente a D. Maria Máxima (7.1) estamos em crer que terá sido a filha mais velha da geração. Embora sem conseguirmos obter as datas precisas sobre o seu nascimento, sabemos que entrou em 1787 como pupila educanda no Mosteiro de Santa Clara da cidade do Porto, a requerimento do pai António José da Cunha Reis (após consultar a Abadessa) dirigido a Sua Majestade, com a condição de dele não sair, exceto por vontade do pai.

De referir que uns anos antes, em 1784, António José procedera de forma semelhante para com a sua cunhada, D. Maria Teresa, irmã de D. Maria José Correia Carneiro, concedendo-

³⁸⁷ ACR – capa *cit.* iniciada com o título “Joaquim Jerónimo”.

³⁸⁸ ACR – “Papéis de Família”, *ob.cit.*

Ihe um dote de um conto de reis³⁸⁹. D. Maria Teresa, uma vez ingressada no Mosteiro, terá passado ao hábito de noviça, depois feito a Profissão e, após declarados os seus desejos e vocação, passado a religiosa de véu preto, com o nome de D. Maria Bárbara. O cerimonioso ato da Profissão terá sido celebrado com uma encenação musical com “cantores, rabecas, trompas, clarins, oboés, flautas, rabecões, violoncelos, fagote e realejo”, uma grande orquestra a expensas do cunhado e irmã³⁹⁰. Pouco depois, em 1788, D. Maria Bárbara terá feito doação à sobrinha, D. Maria Máxima, de duas ações que possuía na Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, com todos os lucros obtidos à morte da tia doadora, porém, na condição da dita sobrinha prosseguir como religiosa professa³⁹¹.

Também na cidade do Porto, mas no Convento de S. José das Carmelitas Descalças³⁹², terá entrado D. Rita Dorotheia (7.8), a qual fizera, em 1814, Profissão de religiosa Carmelita de véu preto³⁹³ e coro, com o nome de Maria Dorotheia Teresa de Jesus³⁹⁴. Não terá permanecido muito tempo aqui, já que nos é dado saber que, após o falecimento dos pais em 1819 e 1820, passara a viver com suas irmãs, D. Gertrudes Adelaide (7.9) e D. Maria Máxima (7.1), novamente na Casa do Campo das Hortas juntamente com o irmão, o Deão D. António Alexandre (7.4).

Aqui, como é próprio do estatuto de Deão, são tratadas e servidas por criados e escudeiros de farda, deslocam-se em cadeirinha e carruagens, frequentam caldas e banhos, num bem-estar que as próprias sentiam dispendioso para o irmão – sobre o qual ainda cresciam as despesas inerentes a questões judiciais que os envolviam a todos com terceiros. Assim, as mesmas irmãs declaram, livremente, quererem passar procuração a D. Guilherme Germano (7.7)³⁹⁵, a fim de ressarcir D. António Alexandre das ditas despesas³⁹⁶. Em 1835, meses após a morte precoce deste

³⁸⁹ ACR – “Dote que faz António José da Cunha Reis a sua cunhada D. Maria Bárbara para ser religiosa no Real Mosteiro de Santa Clara (...) em 4 de Maio de 1784”.

³⁹⁰ ACR – “Conta da Música que serviu na Profissão da Exma. Sra. D. Maria Barbara em Santa Clara no dia 31 de março por ordem do Sr. António José da Cunha Reis” e “Dote que faz António José da Cunha Reis a sua cunhada D. Maria Bárbara para ser religiosa no Real Mosteiro de Santa Clara em 4 de maio de 1784”.

³⁹¹ ACR – “Doação (...) que fez D. Maria Bárbara religiosa noviça no Real Mosteiro de Santa Clara desta cidade do Porto, com autoridade de seu Pai, a favor da sua sobrinha D. Maria Máxima (...) em 29 de março de 1788”.

³⁹² O Convento de S. José das Carmelitas Descalças foi fundado no Porto em 1701, sob o reinado de D. Pedro II (com a condição de as mulheres nobres terem prioridade na sua admissão) e extinto em 1833, na sequência do cerco do Porto, dando a sua cerca lugar à atual rua da Galeria de Paris.

³⁹³ O véu preto significava o afastamento do mundo secular e a aproximação a Deus.

³⁹⁴ ACR – Capa intitulada “Da Sra. D. Dorotheia nas Carmelitas do Porto” contendo dois documentos nos quais constam recibos do dote de entrada da religiosa (4 de maio de 1814) e outras despesas com a sua Profissão (7 de julho de 1814).

³⁹⁵ ACR - Procuração a D. Guilherme Germano – 23 outubro 1831.

³⁹⁶ ACR – “Obrigação que fazem as Exmas. Dona Maria Máxima da Cunha Reis e suas irmãs Dona Rita Dorotheia e Dona Gertrudes Adelaide por seu procurador o Exmo. Doutor Dom Guilherme Germano da Cunha Reis, a seu Irmão Dom António Alexandre Da Cunha Reis, Deão da Sé Primacial de Braga e Governador do Arcebispado” – 27 de outubro de 1831.

irmão, que muito sentem, estas senhoras declaram que “não foram, não são e não querem ser herdeiras do seu falecido Irmão”³⁹⁷.

Joaquim Jerónimo (7.5), que então vivia no Porto onde casara em 1831 com D. Carlota Joaquina, torna-se o sucessor na representação geracional, ficando então o herdeiro de todos os bens que António Alexandre (7.4) configurava. As referidas irmãs, D. Rita Dorotheia (7.8) e D. Gertrudes Adelaide (7.9), passariam depois a morar na rua dos Pelames até à sua morte, respetivamente em 1848 e 1849, vendo-se contempladas na herança com uma tença ou pensão anual, relativas à quinta da Vacaria e mais bens que aquele herdara, na forma jurídica então estipulada³⁹⁸.

Finalmente, Manuel José (7.2) é o membro geracional sobre o qual temos menos informação. Cremos que terá ingressado no noviciado da Congregação dos Monges de São Bento de Tibães, em 1798³⁹⁹, com o nome de Frei Manuel de S. José Reis, após a obtenção da Inquirição necessária provinda de Lisboa⁴⁰⁰. Nos anos que se seguem o pai vai recebendo informações por cartas dos seus amigos, no Mosteiro, que atestam da boa conduta, bondade, saúde e índole cristã⁴⁰¹ do jovem corista. Sabemos também pela correspondência trocada que, por esta altura, são pedidos e recebidos vinhos para o Mosteiro de Tibães da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, através de António José da Cunha Reis⁴⁰². Segundo informações que recolhemos externamente ao arquivo⁴⁰³, Manuel José terá sido também secretário do Seminário da Falperra (Guimarães), com o nome de Manuel de Santa Madalena. Terá falecido, segundo supomos antes de 1820, já que então o seu nome não figura nos Autos de Inventário⁴⁰⁴ dos bens deixados por falecimento dos pais.

Dos filhos de Joaquim Jerónimo (7.5) e D. Carlota Joaquina - Joaquim Firmino (8.1), Guilherme Firmino (8.2) e D. Rita Adelaide 88.3) – será ao primogénito que caberá a sucessão da

³⁹⁷ ACR – “Termo de abstenção e repúdio de herança (...) que fazem as suplicantes Dona Rita Dorotheia (...) Dona Gertrudes Adelaide (...) aos 24 dias do mês de março de 1835 (...)”.

³⁹⁸ ACR – “Transição e amigável composição que fazem a Exma. Dona Rita Dorotheia e sua Irmã Dona Gertrudes Adelaide com seu Irmão e Cunhada o Ilmo. Joaquim Jerónimo da Cunha Reis da Motta Godinho e mulher a Exma. Dona Carlota Joaquina Cardoso da Cunha Reis (...) 26 de Agosto de 1837” – caderno manuscrito, cosido com linha, 12 páginas.

³⁹⁹ ACR – capa com vários documentos “referidos ao Sr. Frei Manuel de S. José Reis, Frade Beneditino”. Um deles trata da concessão da Licença Real (D. Maria I) para José Manuel da Cunha Reis ser admitido ao Noviciado na Congregação dos Monges de S. Bento (26 Julho 1798).

⁴⁰⁰ ACR – carta dirigida a António José da Cunha Reis por Frei Francisco de S. Luís, S. Bento da Saúde, Lisboa, de 20 outubro 1798, dando notícia de ter chegado, finalmente, a Inquirição. Para estas diligências terá também contribuído Frei Bernardo de Nossa Senhora (6.2), irmão de António José e tio do noviciado.

⁴⁰¹ ACR – cartas de Frei Manuel de Santa Rita Vasconcelos, de Frei Custódio de S. José e de Frei Plácido de Santa Anna, datadas de 1798, 1799 e 1800.

⁴⁰² ACR – carta dirigida a António José da Cunha Reis de Frei Manuel de Santa Rita Vasconcelos, Tibães, 16 de janeiro de 1800.

⁴⁰³ <http://geneall.net/pt/> consultado em 10 novembro 2017.

⁴⁰⁴ Ver ACR – “Certidão dos Autos de Inventário por falecimento de António José da Cunha Reis da Mota Godinho e mulher D. Maria José Correia da Cunha Reis (...)” [21 de novembro de 1821].

Casa e dos bens conexos. Joaquim Firmino da Cunha Reis (1837-1906) tinha 15 anos quando, em 1952, a Família Real visita a Casa Grande do Campo das Hortas. Pela correspondência do seu tio D. Guilherme Germano, sabemos que estudou no Colégio de S. Bento em Coimbra e que gostava de caçar e andar a cavalo. Encontramos também no arquivo da Casa curiosos desenhos pintados a aguarela da sua autoria.

A cerimónia do casamento de Joaquim Firmino com D. Isabel Maria Meirelles Leite Pereira de Abreu Coelho Bacelar (1835-1901)⁴⁰⁵, celebrado a 17 de janeiro de 1857, tendo os noivos, respetivamente 20 e 22 anos de idade, constitui um testemunho claramente revelador da pujança da família e da época em que ocorreu. Enquanto elite da sociedade bracarense, este terá sido um dos momentos mais altos vividos pela Família Cunha Reis, da Casa Grande do Campo das Hortas, merecedor de relevo e de uma ampla divulgação, a ver pela lista de personalidades⁴⁰⁶ - discriminadas por locais de residência - a quem o pai, Joaquim Jerónimo, anunciou o casamento.

Fazendo uma análise geral relativamente à distribuição geográfica e à composição social da lista, a partir do quadro que elaboramos e apresentamos (Quadro 4), podemos ficar com uma ideia da dimensão e do alcance das relações sociais da família por meados do século XIX, altura em que se realizou o casamento.

Quadro 4 – Casamento de Joaquim Firmino com D. Isabel Maria (17.01.1857)

- lista de participações -

Proveniência	nº pessoas	título / profissão
Porto	157	1 bispo, 1 governador das armas, 7 condes e condessas, 7 viscondes e viscondessas, 14 barões e baronesas, priores, cónegos, cirurgião, desembargador, entre outras
Peso Régua	111	juízes, médicos, reitores, escrivão da Câmara, regedor, tenente general, escrivão de direito, abade, doutor, brasileiro, capitão, capelão, vigário...
Lisboa	37	duques, marquesas, condes, condessas, viscondes e viscondessas...
Vila Real	28	doutores, brigadeiros, juizes de direito, "influyente", secretário do governo civil, ex-governador civil, administrador do concelho...
Guimarães	24	condes, condessas, viscondes, barões, cónegos, arceidiago...
Lamego	19	bispos, viscondes...
Coimbra	18	arcebispo, bispo, condes, viscondes, barão, lentes, cónego, reverendo...
Folgosa (Douro)	12	
Ponte Lima	9	conde de Bertandos ...
Viana Castelo	8	visconde dos Arcos, brigadeiro...

⁴⁰⁵ D. Isabel Maria é filha de António Leite Lobo de Sousa de Meireles (Sr. da Casa das Baloutas, Cabeceiras de Basto) e de D. Ana Júlia de Abreu Coelho Bacelar (Sra. das Casas de Alvação e Torre do Outeiro, Alvite, Cabeceiras de Basto). Tem dois irmãos: Rosendo e Francisco.

⁴⁰⁶ ACR - "Catálogo das pessoas a quem Joaquim Jerónimo da Cunha Reis da Mota Godinho deu parte do Casamento de seu filho Joaquim Firmino da Cunha Reis da Mota Godinho com D. Isabel Maria de Meirelles Leite d'Abreu Coelho Bacelar, da Casa de Alvação, Cabeceiras de Basto" - pequeno caderno (cerca de 20x15cm) constituído por 23 páginas manuscritas (em linhas) seguidas de 29 em branco, numeradas, com o título referido acima.

Fafe	8	
Penafiel	7	governador civil, barão...
Barcelos	7	
Arcos	6	
Amarante	6	juiz de direito...
V. N. Famalicão	6	abade de Gavião, brasileiro...
Vila do Conde	5	juiz de direito...
Braga (subúrbios)	5	baronesa da Torre...
Barca	5	
Chaves	5	conde, coronel, chefe de Estado Maior...
Sabrosa (Vila Real)	4	1 familia
Valença	4	J. A. Champalimaud; J. A. C. Montez Champalimaud;
Bragança	3	
Mirandela	3	
Viseu	3	
S. João da Pesqueira	2	
Provesende (Douro)	2	
Murça	2	Conde e condessa
Seia	2	Visconde e viscondessa
Gondarém	2	
Oliveira de Azeméis	2	
Vinhais	1	
Monção	1	
Torre Moncorvo	1	
Castro d'Aire	1	
Fundão	1	
Mesão Frio	1	António Montez Champalimaud

Num total de cerca de 560 pessoas, podemos testemunhar, pela última coluna do quadro, a elevada reputação social que caracteriza os notificados, bem como apreciar a dispersão geográfica relativa à sua proveniência.

A este respeito, o gráfico 2, a seguir, ajuda a mostrar, de forma clara, essa distribuição: perto de 1/3 (ou cerca de 30%) das pessoas a quem o casamento foi participado é proveniente do Porto, sem dúvida o local que se destaca ao nível da proveniência, juntamente com o Peso da Régua. Os dois locais perfazem quase metade do total (268 participações em 560). Podemos enquadrar um segundo grupo constituído pelas pessoas provenientes de Lisboa (7%), Vila Real e Guimarães (cerca de 5% cada), Lamego (4%), e Coimbra (3%); e, finalmente, um grupo que ronda os 2%, respeitante a Folgosa do Douro, Ponte de Lima, Viana Castelo e Fafe. Às restantes localidades cabe 1%, ou menos, do total.

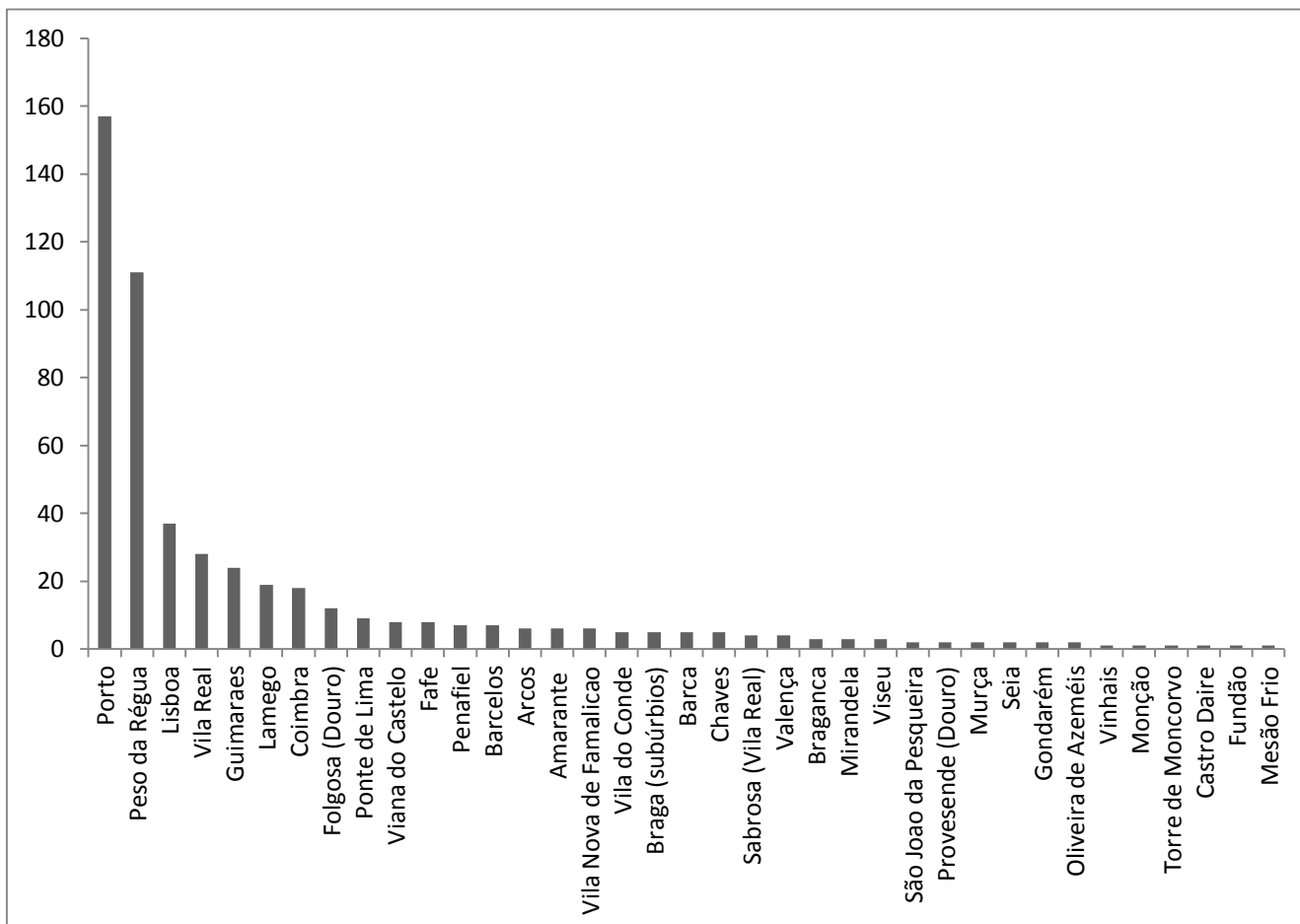


Gráfico 2 – Participação no casamento por localidades (1857)

O facto de esta lista não incluir a cidade de Braga - local do casamento e da residência da família – causa, certamente, natural estranheza. Na verdade acreditamos que a explicação só pode ter por base a existência de uma outra lista relativa às pessoas de Braga, que se extraviou ou não foi conservada (pelo menos no mesmo local). Ou ainda, em diferente metodologia de anúncio e divulgação, já que esta correspondência não teria propriamente, como hoje, o significado de um convite para participar uma cerimónia e banquete. Em todo o caso, o certo é que podemos concluir que a implantação social da família extravasa largamente a localidade onde vive não se limitando de forma alguma à cidade de Braga e seus arredores.

A par da cerimónia, a escritura dotal deste casamento atesta o apogeu da família e da casa em meados do século XIX. De plena aprovação dos pais, o casamento é acompanhado, de ambos os lados, por dotes abastados⁴⁰⁷.

⁴⁰⁷ ACR – “Escritura de dote para casamento do Ilmo. Joaquim Firmino da Cunha Reis desta cidade com a Exma. Dona Isabel Maria de Meireles Leite Abreu Bacellar da freguesia de S. Pedro de Alvite, julgado de Cabeceiras de Basto” – 17 de janeiro 1857.

D. Isabel Maria Meireles, com 22 anos, herda de seus pais a Casa e Quinta do Alvação, na freguesia de Alvite em Cabeceiras de Basto⁴⁰⁸, a Casa da Torre do Outeiro e a Casa das Baloutas, ainda em Cabeceiras de Basto, que passam então a constituir também património da família.

Por seu lado, Joaquim Firmino (8.1), então com 20 anos de idade, herda “todos os bens de raiz, rústicos e urbanos”, que os seus pais possuem na cidade de Braga; a incontornável “Quinta da Vacaria”, no Douro “que se compõe de casas sobradadas e terras, capela, vinhas, olivais e montes, ribeiros, azenhas, lagares para vinha e azeite e uma [senhorial] barca de passagem do rio Corgo”; e ainda “as casas nobres sitas na rua da Cedofeita”, Porto. Tudo isto com a obrigação de reservar aos dotadores seus pais, Joaquim Jerónimo (7.5) e D. Carlota Joaquina, enquanto vivos, todo o usufruto dos ditos bens. Também ao seu irmão Guilherme Firmino (8.2), os esposados ficariam obrigados a tê-lo em sua companhia e a prestar-lhe, depois da morte dos pais, além de “cama e mesa e roupa branca”, uma pensão mensal vitalícia; o mesmo acontecendo com o seu tio D. Guilherme Germano (7.7), enquanto este quisesse viver em sua companhia. Mas este declara doar ao seu sobrinho então esposado, todos os seus bens de raiz, quer na cidade de Braga, quer junto à Quinta da Vacaria, com a reserva do usufruto em vida. Junta-se assim, em Joaquim Firmino, de uma só vez, toda a herança de pais e tio.

Assim, com este casamento, o vultuoso património fica fundamentalmente constituído por acervos de bens situados em quatro áreas geográficas: na Régua (Quinta da Vacaria com todos os bens envolventes); no Porto (várias casas e quinta da Madalena, em Gaia; casas nobres na rua da Cedofeita); em Braga (Casa do Campo das Hortas, quinta e várias casas de rendimento) e em Cabeceiras de Basto (Casa e quinta do Alvação, e outros bens nas freguesias de Alvite, Pedraça, Outeiro e Refojos de Basto).

Apesar de cada um dos esposais terem dois irmãos (Guilherme Firmino e Rita Adelaide, por parte dele⁴⁰⁹, Rosendo e Francisco, por parte dela) ambos foram constituídos herdeiros universais. À morte dos pais, o irmão Guilherme Firmino da Cunha Reis (8.2), que casa em 1878 com Margarida Araújo Pereira Ferraz (1847-1920), herda ações da Companhia dos Vinhos do Alto Douro e uma renda mensal e vitalícia de 14.000 reis, por parte do seu irmão Joaquim que, como herdeiro principal, lhe fica obrigado a prestar. A irmã, D. Rita Adelaide da Cunha Reis (8.3), também designada por D. Rita de Cássia, casada com Luís do Vale Campos Barreto, por

⁴⁰⁸ A quinta de Alvação, com mais de 100 hectares de agricultura intensiva e floresta, compreende o Solar, que adoça na fachada uma capela, data do séc. XVII e constitui um exemplar típico do barroco e da arquitetura civil minhota. Apesar das intervenções sofridas posteriormente, mantém hoje os seus valores originais e permanece na família. Classificado como Monumento de Interesse Público pela Portaria n.º 190/2013, DR, 2.ª série, n.º 69, de 9-04-2013.

⁴⁰⁹ Ver Anexo 2 - *Outline Descendant Report*, (Family Tree Maker)

testamento dos pais em 1863, herda quatro moradas de casas na cidade do Porto⁴¹⁰. Anteriormente, em 1844, esta herdara também, por testamento de sua avó materna, D. Ana Bárbara da Conceição, a propriedade de uma morada de casas sita na rua do Moinho de Vento, no Porto⁴¹¹.

Mais do que um somatório de partes, o casal assim unido em 1857, com toda esta riqueza patrimonial, porventura anunciaria a ambição de poder criar um poderoso núcleo político-familiar de âmbito regional. Contudo o desenvolvimento desta união tomaria outros contornos.

Homem abastado e de vida social intensa, Joaquim Firmino, portador de uma imagem (figura 21) que rompe de alguma maneira com a tradição familiar a que temos vindo a assistir e marca bem uma nova época (século XIX), cultivava relacionamentos com personalidades eminentes.



Figura 21 – Joaquim Firmino da Cunha Reis da Mota Godinho (1837-1906)

(reprodução da foto existente na atual Casa Grande do Campo das Hortas)

⁴¹⁰ As quatro moradas são: na Praça Carlos Alberto, n° 120 e 122; na Praça do Voluntariado da Rainha, n° 17-19; em Belmonte, n° 105.

⁴¹¹ ACR – “L° 4° Titulos das Casas do Moinho de Vento” - caderno de capas duras e fitas de nastro contendo vários documentos cosidos e tendo na lombada, a fundo vermelho com letras douradas a inscrição referida entre aspas. Aí consta também que tal propriedade, foreira á Câmara, será disfrutada por sua filha D. Carlota (filha também do Rev. Cônego João Cardoso Guimarães) enquanto sua neta, D. Rita, não completar 25 anos ou não casar.

Uma delas seria Bernardo Pinheiro Correia de Melo (1855-1911), escritor⁴¹², membro dos Vencidos da Vida⁴¹³, primeiro conde de Arnos, capitão de engenharia e secretário particular do rei D. Carlos. Refira-se, a título de curiosidade que na correspondência trocada entre os dois se inclui uma Carta escrita em 1885 pela mão do próprio rei D. Carlos (Anexo 10)⁴¹⁴ a Bernardo de Melo, a acompanhar o envio de uma espingarda. Esta carta, com o monograma real gravado a cores, em relevo, é remetida a Joaquim Firmino pelo seu amigo, juntamente com um cartão pessoal com o epíteto de “querido Joaquim”.

Joaquim Firmino (1837-1906) era também amigo de Carlos Relvas (1838-1894) – fidalgo e grande proprietário alentejano, figura relevante como cavaleiro, toureiro e fotógrafo-amador (um dos pioneiros da fotografia em Portugal). Conserva-se no arquivo um número especial da publicação “O Toureiro”⁴¹⁵, dedicado exclusivamente à figura de Carlos Relvas (apresentado em foto na primeira página), onde são ressaltadas as suas condecorações como fotógrafo com várias medalhas nacionais e internacionais ao longo dos anos setenta do século XIX, bem como suas artes de cavaleiro, no hipódromo, e de toureiro, na arena.

Seria também pela correspondência trocada, que nos aperceberíamos da amizade de Joaquim Firmino com o então Ministro das Obras Públicas – António Cardoso Avelino – com quem convive e trava amizade a partir de uma digressão pela Régua⁴¹⁶. Por esta altura, entre 1874 e 1876, Joaquim Firmino ocuparia a pasta de Vereador responsável pelas Obras, na equipa do então Presidente da Câmara de Braga, o bacharel em Direito Jerónimo da Cunha Pimentel⁴¹⁷. Saliente-se ter sido este um dos períodos mais profícuos de obras urbanas na cidade de Braga, em especial no que diz respeito à retificação, alinhamento e alargamento de ruas e praças, bem como de novas edificações (Bandeira, 2001).

⁴¹² Usou o pseudónimo literário Bernardo Pindela. Filho de João Machado Pinheiro Correia de Melo, 1º visconde de Pindela e de Eulália Estelita de Freitas Rangel de Quadros. Recebeu o título de Conde de Arnos por decreto do rei D. Carlos em 28 de setembro de 1885. Acrescente-se que o atual Visconde de Pindela casou com uma senhora descendente da Casa de Alvação (património de D. Isabel Meireles, casada com Joaquim Firmino (8.1) pelo que as duas famílias se acabam por tornar parentes.

⁴¹³ Com fortes ligações à chamada *Geração de 70*, o grupo incluía, entre outros, José Duarte Ramalho Ortigão, Joaquim Pedro de Oliveira Martins, António Cândido Ribeiro da Costa, Guerra Junqueiro, Luís de Soveral, Francisco Manuel de Melo Breyner (3.º conde de Ficalho), Carlos Félix de Lima Mayer, Carlos Lobo de Ávila, Bernardo Pinheiro Correia de Melo (1º Conde de Arnos) e António Maria Vasco de Mello Silva César e Menezes (9.º conde de Sabugosa). Eça de Queirós integrou o grupo a partir de 1889.

⁴¹⁴ ACR - Carta escrita pelo rei D. Carlos com monograma real gravado a cores, rosa e verde, com letras douradas em relevo: “Palácio d’Ajuda, Lisboa, Belém”, datada de 1 de maio de 1885 (ver Anexo 10).

⁴¹⁵ ACR – “O Toureiro”, 1877, nº 37 – publicação impressa (4 páginas) destinada a assuntos tauromáquicos, sendo este número exclusivamente dedicado à figura de Carlos Relvas (foto na capa), cavaleiro e fotógrafo amador

⁴¹⁶ ACR - Carta escrita pelo referido ministro a 13 de Junho de 1875 dirigida a Joaquim Firmino acompanhada da respetiva resposta onde Joaquim Firmino mostra reconhecimento “ao Ministro das Obras Públicas do meu país que, depois de concluir o caminho-de-ferro do Minho, nos anda fazendo o do Douro”. António Cardoso Avelino foi ministro e secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria (set. 1871 - nov. 1876), ministro e secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça (nov. 1876 - mar. 1877) e ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Fazenda (jan. 1872).

⁴¹⁷ Jerónimo da Cunha Pimentel (1842-1898) foi também Governador Civil de Braga (de 1881 a 1884 e de 1890 a 1894) e, antes disso, presidente da direção do Teatro S. Geraldo (Gomes, 2006: 76).

No que respeita à administração do património herdado, Joaquim Firmino não teria sido propriamente um exemplo familiar, aliás no mesmo sentido em que muitos aristocratas do País delapidaram os seus bens e fortuna num processo que espelha a dificuldade de adaptação aos novos tempos e alteração aos estilos de vida em que nasceram e de que jamais abdicaram pela vida fora.

O seu estilo de vida dispendioso – era caçador exímio, gostava de jogar e de ter uma vida solta, rodeado de muitos amigos – levou mesmo a que se tivesse separado da mulher – ato incomum na época - tendo vivido os últimos anos da sua vida sozinho em Braga e, depois, em Vila do Conde, onde terá falecido, presumivelmente, num hotel dessa cidade⁴¹⁸.

A verdade é que, parte da avultada doação e dote de casamento destes herdeiros nubentes, que atrás referimos, seria vendida logo após o falecimento do pai, Joaquim Jerónimo, ocorrido em 1866. Apenas dois anos depois, Joaquim Firmino leva a mãe, D. Carlota, e a esposa, Isabel Maria, a assinarem a escritura de venda das casas nobres na rua da Cedofeita, no Porto⁴¹⁹, herança de D. Carlota recebida do Cónego João Cardoso Guimarães, pelo seu casamento. Seria o início do “período crepuscular” da família - na expressão do atual representante da Casa, António Alexandre da Cunha Reis (11.4) - ao longo do qual muitos dos bens e valores teriam sido alienados, nomeadamente a museus.

À sua morte, em 1906, Joaquim Firmino (8.1) estaria muito endividado. A Casa Grande do Campo das Hortas esteve, por esta altura e durante alguns anos, alugada às Obras Públicas⁴²⁰, sem nunca deixar de ser, no entanto, bem patrimonial da família. Os filhos, Guilherme de Abreu Bacelar da Cunha Reis (9.1) e Joaquim Leite da Cunha Reis de Abreu Bacelar (9.2) já não terão usufruído, porém, da herança do património da Quinta da Vacaria, pois esta terá sido vendida para pagar as dívidas do pai, nos inícios do século XX. Ao contrário do irmão Joaquim que falecera solteiro, Guilherme (1864-1938) contrairia matrimónio a 9 de Maio de 1894 com Maria da Assunção de Almeida e Noronha (1866-1959)⁴²¹, descendente dos Marqueses de Angeja, senhores

⁴¹⁸ Referências recolhidas por informação do Dr. António Alexandre de Noronha da Cunha Reis (11.4), atual representante da família e proprietário da Casa do Campo das Hortas, estabelecido em Lisboa.

⁴¹⁹ ACR – “Venda que fazem os Excellentísimos Dona Carlota Joaquina da Cunha Reis e seu filho e nora Joaquim Firmino da Cunha Reis e esposa, ao Ilustríssimo Rodrigo José Teixeira de Carvalho e sua esposa em 9 de Junho de 1868 [no valor de 14 contos de reis em metal]”- doc. composto de 12 páginas manuscritas em papel azul pautado, selado e assinado.

⁴²⁰ Mais recentemente, em 1977, a Casa Grande do Campo das Hortas foi classificada pelo Estado como Imóvel de Interesse Público, como já referimos.

⁴²¹ Maria da Assunção de Almeida Noronha, filha de D. Caetano Gaspar de Almeida e Noronha Portugal Camões e Albuquerque Moniz e Sousa (8º Marquês de Angeja e 3º conde de Peniche) e de D. Maria Antónia do Vadre Raposo de Andrade e Sousa de Alte Espargosa. Também através desta senhora se estabelece uma ligação do Palácio dos Biscainhos à família Cunha Reis.

de um dos principais Palácios Portugueses em Lisboa do século XVIII, tornando-se um bom administrador das suas propriedades.

A geração que se segue, a dos filhos de Guilherme (9.1) e Maria da Assunção, é constituída por seis irmãos: Maria Antónia (1895- ?) que falecera criança, Joaquim Firmino (1897-1984), Caetano Maria da Cunha Reis (1898-1977), Maria Isabel (1899-1924), Maria Carlota (1901-1924) e Maria Ana (1903-1997).

Joaquim Firmino (10.2) nasceu no dia 24 de maio de 1897 na casa de Alvação, Cabeceiras de Basto e foi batizado⁴²² a 10 de junho, tendo por padrinhos D. Fernando de Almeida Noronha, tio materno, morador em Lisboa, e D. Isabel Maria Meireles, avó paterna, da Casa de Alvação. Herdeiro da Casa Grande do Campo das Hortas, casa aos 42 anos (1939) com Maria Edith Braga de Araújo (1919-2015)⁴²³, os pais do atual proprietário da Casa. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, fora, em 1920, sócio da Associação Académica da Faculdade de Direito, como se pode ver pelo cartão com fotografia conservado no arquivo da casa e que reproduzimos abaixo (figura 22).



Figura 22 – Joaquim Firmino da Cunha Reis (1897-1984)

(sócio n°120 da AAFDL, 1920)

Subdelegado do Procurador da República em Cabeceiras de Basto em 1925, foi também ajudante de Conservador do Registo Predial de Braga, em 1931, e presidente da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto. Segundo informações da atual família, foi também um conhecido colecionador de antiguidades no Norte do País, principalmente de mobiliário e de livros. Tendo

⁴²² ACR – Certidão de nascimento de Joaquim Firmino da Cunha Reis (passada a 2 novembro 1929).

⁴²³ Maria Edith Braga de Araújo, filha de Eurico Gonçalves de Melo Araújo, advogado e D. Edith Correia Braga Araújo.

herdado a Casa com muito pouco mobiliário (de origem só haviam ficado os lustres da Casa, os quadros de família, a biblioteca, objetos de culto e alguns, poucos, móveis) adquiriu muitos móveis com o fim de recheiar a Casa, a qual voltou, graças ao seu persistente esforço e conhecimentos, a ter alguma grandiosidade. Comprou vários contadores flamengos e italianos, uma interessante coleção de relógios de mesa e de caixa alta e inúmeros objetos que enriqueceram a Casa. Todo este recheio foi, posteriormente, partilhado pelos quatro filhos do casal, pelo que só alguns deles se podem ainda apreciar na Casa.

A Biblioteca continua a ser uma referência na Casa. A sua origem remonta aos Jesuítas já que, quando a Quinta da Vacaria – onde os Jesuítas tinham instalado um Colégio - foi comprada pela família (por António José da Cunha Reis, representante da sexta geração, como já vimos), também veio incorporada a respetiva biblioteca, igualmente posta à venda em hasta pública após a expulsão dos membros da Companhia de Jesus, por ordem do rei D. José I. Posteriormente, o Deão D. António Alexandre (7.4) transportou a biblioteca para a Casa do Campo das Hortas, tendo-a colocado no local onde ainda hoje se encontra.

No Catálogo dos livros pertencentes à mesma, podem-se apreciar muitos volumes impressos antes de 1900, destacando-se um importante Incunábulo, “A Gramática de João de Pastrana”, impresso em 1497 por Valentim Fernandes⁴²⁴. Trata-se de uma edição que era desconhecida, impressa em Lisboa em 1497 e que, por isso foi ordenado, por despacho ministerial de 24 de agosto de 1954, a sua transferência para guarda na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga. O volume, posteriormente vendido ao Estado por Joaquim Firmino (10.2) em 1961 (segundo as informações do atual representante da Casa) encontra-se hoje na Biblioteca Nacional, enriquecendo âmbito da atividade editorial e Lisboa no século XV (Madahil, 1954)⁴²⁵.

Para além desta destacada obra, havia ainda outros livros que foram posteriormente vendidos pelos seus herdeiros, entre os quais se destacam: “Arte da Língua mais falada da Costa do Brasil, do Padre Anchieta” (impresso em 1595) e “Cartas dos Padres Jesuítas do Japão” (edição impressa por António Mariz, em 1554).

⁴²⁴ Valentim Fernandes, impressor quatrocentista nascido na Morávia, fixa-se em Lisboa em 1495. Foi uma figura marcante quer pela sua complexa atividade de humanista, banqueiro e industrial quer pela obra tipográfica que realizou. É considerado um dos mais hábeis de paleotipografia portuguesa.

⁴²⁵ Como nos refere Madahil (1954) o precioso volume é constituído por 90 fólhos e impresso a 2 cores – preto e vermelho – com um difícil trabalho tipográfico. Teria tido encadernação de tábuas de carvalho com cobertura de cabedal e apresenta um carimbo moderno na 1ª folha de guarda: “BIBLIOTECA DA CASA CUNHA REIS – BRAGA”

Apesar destas preciosidades bibliográficas já não constarem hoje da biblioteca da casa, eram a ela pertencentes, pelo que a mesma era justamente considerada como muito importante⁴²⁶.

Caetano Maria da Cunha Reis (10.3), nascido em julho de 1898, forma-se em engenharia civil pelo Instituto Superior Técnico, tendo depois optado pela carreira militar na arma de engenharia chegando à condição de oficial superior no posto de Coronel. Casou em Braga, a 8 de dezembro de 1923, com Maria Vitória de Carvalho e Almeida da Costa Rebelo, filha dos segundos Viscondes da Gramosa, família de Braga, liberal, nobilitada no tempo do rei D. Pedro V⁴²⁷. Herdou do pai a Casa e Torre do Outeiro em Alvite, Cabeceiras de Basto. Faleceu em 1977.

Maria Isabel da Cunha Reis (10.4) nasce um ano depois, em 1899 e morre muito jovem, aos 31 de março de 1824, vítima de tuberculose. Tocava piano, sendo de sua pertença um livro de música para treinar o instrumento. Da mesma doença terá padecido a irmã seguinte, Maria Carlota (10.5), nascida um ano e meio depois, e falecida 11 dias antes da irmã. Esta era noiva de Carlos Relvas (1884 – 1919) e a sua doença terá sido potenciada por um grande desgosto de amor, motivado pelo trágico falecimento do noivo, a que a seguir nos referiremos.

Maria Ana (10.6), a irmã mais nova, nascida logo a seguir, usufruiria, ao contrário das irmãs, de uma longa existência de 94 anos. Por morte das irmãs, ficou dona da Casa do Alvação em Cabeceiras de Basto, desde 1938 até à sua morte. Era conhecida pela sua bondade e também pela sua paixão pela equitação.

4.2.8 – As três versões de um misterioso drama

Volvendo à amizade de Joaquim Firmino (8.1) com Carlos Relvas, o célebre proprietário e pioneiro da fotografia - criador do famoso estúdio da Golegã, em 1871 - não podemos deixar de evocar o fatídico incidente que uniu implacavelmente as famílias dos dois amigos.

Referimo-nos à trágica morte de Carlos Relvas⁴²⁸, filho do conhecido republicano José Relvas e neto do referido fotógrafo homónimo. Embora consensualmente se admita ter-se tratado,

⁴²⁶ A este propósito e em referência à Casa Grande do Campo das Hortas em Braga, a DGPC salienta “a vasta biblioteca era muito enaltecida pelos contemporâneos” – consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>, a 1.6.2018.

⁴²⁷ A estátua deste rei em Braga, foi mandada erigir pelo 1º Visconde da Gramosa, tal como consta do seu pedestal. A mãe de D. Maria Vitória Justina de Carvalho e Almeida, 1ª Viscondessa da Gramosa, é Senhora da Casa de Pielas, em Cabeceiras de Basto, ligada à família Pinto Basto. Caetano e Maria Vitória tiveram pelo menos 2 filhos, 1 dos quais faleceu em Lisboa, recentemente, aos 3 de janeiro de 2017, com 92 anos: trata-se de Joaquim Guilherme da Costa Rebelo da Cunha Reis, primo direito do atual representante da Casa Grande do Campo das Hortas, António da Cunha Reis.

⁴²⁸ Carlos de Loureiro Relvas (1884 – 1919) era filho de José Mascarenhas Relvas que, nascido na Golegã (1858 – 1929), proclama a Implantação da República em 5 de outubro de 1910 na varanda da Câmara Municipal de Lisboa (a que já nos referimos atrás). José Relvas foi Ministro das Finanças no Governo Provisório da República entre 1910 e 1911, chefe de Governo e Ministro do Interior em 1919, embaixador de Portugal em

presumivelmente, de suicídio - ocorrido na Casa dos Patudos em Alpiarça aos 14 de dezembro de 1919, onde vivia – alguns factos e murmurações levantam um manto de mistério/interrogação. Vejamos que, estranhamente, a morte ocorreu na manhã seguinte ao dia do pedido de casamento de Carlos Relvas a Maria Carlota da Cunha Reis, neta do amigo (e agora presumível futuro compadre) Joaquim Firmino. Rezam as crónicas que o infausto acontecimento terá sido de tal modo dilacerante para a jovem noiva a ponto de esta ter entrado em profunda depressão, recusando alimentar-se e contraindo uma tuberculose, doença quantas vezes fatal na época e que também a levaria a ela, pouco tempo depois, à morte.

Conta-nos então António da Cunha Reis (11.4), sobrinho de Maria Carlota e atual representante da Casa e da Família, que os pais dela, seus tios, teriam arrendado uma moradia em Lisboa e para lá se teria deslocado juntamente com a irmã mais velha, Maria Isabel, na esperança da primeira recuperar. Porém, nessa mesma casa de Lisboa, faticamente ambas viriam a falecer de tuberculose, com apenas onze dias de diferença, no mês de Março de 1924, respetivamente, com as idades de 23 e 24 anos, jazendo as duas hoje no cemitério da família, em Monte de Arcos, Braga. Para a história familiar fica a memória de Carlota ter adoecido na sequência do presumível suicídio do noivo e de ter falecido romanticamente dessa doença quatro anos depois.

No entanto, o caso do suicídio, cometido sem indício algum que o fizesse transparecer, ainda hoje é tido como um assunto algo misterioso. Quem hoje visita a Casa Museu de Alpiarça sabe que os aposentos do jovem pianista Carlos Relvas não podem ser visitados, nem o piano que usava alguma vez mais voltar a ser tocado, por expressa determinação do pai, quando, pouco antes de morrer, em 1929, lega os seus bens à Câmara Municipal de Alpiarça (Castelo, 2014).

Pelas reservas que ainda hoje subsistem à compreensão dos factos, mantêm-se inconformadamente opiniões diferentes.

Assim nos relata a fonte digital de base eletrónica, através da internet⁴²⁹, que de um modo informal, sem preocupação de rigor, ainda que tendente a acentuar o mistério, contribui para a criação de um mito. Divulgando uma corrente que se prende com razões essencialmente conspirativas, defende que o pianista Carlos Relvas, pertencendo à Carbonária, conhecida pelos seus métodos violentos e por vários assassinatos políticos, fora um dos vinte membros (“primos”) que, por mais desconcertante e sinistro que se admita, teriam estado reunidos pouco tempo antes

Madrid e mandou construir a Casa dos Patudos (em 1906 remodelada por Raul Lino e hoje a Casa-Museu de Alpiarça) que foi residência da família desde finais do séc. XIX até à sua morte.

⁴²⁹ <http://blog.fraguasonline.com/2014/04/o-misterioso-caso-relvas.html>, consultado em 10 de abril 2016.

para decidir quem executaria, imagine-se, a eliminação do pai, José Relvas. Este, o venerado e referencial republicano de Alpiarça que, entretanto, para desaire dos carbonários, se teria tornado demasiado arredo e moderado para os compromissos iniciáticos assumidos. Qual ironia do destino, pelo sortilégio da bola preta, teria sido o próprio filho sorteado para cometer tal ato macabro contra a vida do seu próprio pai. Em coerência com esta versão, o filho, perante o sombrio infortúnio, sem outra opção, optaria pelo próprio suicídio.

Esta história, porém, por inverosímil que pareça, não deixa, todavia, de constituir uma versão que, se não contribui para a clarificação das dúvidas que subsistem, serve para demonstrar a estupefação e a incredulidade com que desde logo foi recebido o ato.

Mas as interpretações não se ficam por aqui. Mais recentemente, em Setembro de 2016, Carlos do Céu Silva, psicólogo clínico, através de uma conferência intitulada “Carlos de Loureiro Relvas – o filho desconhecido”⁴³⁰, que teve lugar no Museu de Alpiarça, precisamente na Casa que foi cenário da tragédia e daí natural, manifestou opinião diversa.

Do seu ponto de vista, o radicalismo da Carbonária, como defende, já então não teria a mesma força e protagonismo que tivera na sociedade portuguesa antes de 1914. Não haveria, assim, motivos para uma oposição política tão declarada ao pai, nem mesmo à família da noiva, Carlota Cunha Reis, recorde-se, profundamente monárquica, católica e conservadora. Esta distância teria sido mesmo ultrapassada, até porque Carlos Relvas, por amor à noiva, no que seria correspondido, se tornara também ele católico, certamente admitindo uma postura e conduta mais conservadora. Todavia, o infausto Carlos, confinado à condição de filho único pela morte prematura dos seus dois irmãos, não teria suportado o peso da administração dos avultados negócios familiares que, aliás, exercia com a total confiança do pai. Por outro lado, e ao mesmo tempo, Carlos seria um artista e um pianista nato, um ser melancólico detentor de uma grande sensibilidade e virtuosismo. Porventura a consciência de se julgar incapaz de responder aos desígnios que lhe eram esperados, ou por incapacidade de conciliar ambos, teria sido o fundamento do impulso de pôr termo à sua vida.

Outros factos, porém, também concorrem para o adensar do mistério, como seja o apontamento de o projétil ter sido dirigido ao coração e não à cabeça, como era recorrente à época, e expectável, diga-se, ao perfil marialva dominante na sociedade dos grandes agrários da região ribatejana. Ou também por estranho que pareça, se encontrar vestido de pijama e não

⁴³⁰ “Carlos de Loureiro Relvas – o filho desconhecido” foi o título da Conferência no dia 25 de Setembro de 2016, integrada nas Jornadas Europeias do Património, na Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, com a presença do Dr. Carlos Céu e Silva, psicólogo clínico, a convite do conservador do Museu, Dr. Nuno Prates.

cuidado, como seria próprio ao estatuto social elevado e à “honra de cavalheiro” com que fora educado. Indícios que, na opinião do psicólogo, testemunhariam a existência de fragilidades do foro mental, manifesta em surtos de “fuga à realidade” que o assolariam com frequência.

Por outro lado, uma terceira versão, que segue os testemunhos veiculados pela família Cunha Reis⁴³¹, diz-nos que “a história misteriosa da morte do Carlos Relvas sempre foi contada na Família como tendo sido ‘um ajuste de contas’, mas não há quaisquer provas para além da tradição oral”.

Segundo esta versão, o casamento era muito contrariado pela família, profundamente católica e monárquica, designadamente porque Carlos Relvas, ao contrário, era ateu e ligado à maçonaria. Tal não bastasse, acrescia o facto de o pai dele ter sido uma das figuras chave da implantação da República e referência dos primeiros anos do novo regime. Não obstante, para lá destas distâncias, Carlota ia passar temporadas para a Casa dos Patudos em Alpiarça, com as irmãs e o pai, Guilherme de Abreu Bacelar da Cunha Reis (9.1). Já o avô de Carlota - não o esqueçamos - Joaquim Firmino (8.1), pai de Guilherme, e o avô do noivo, também Carlos Relvas, eram grandes amigos e, certamente, seriam companheiros de grandes cumplicidades. Recordemo-nos que este, fotógrafo amador, era também de origem monárquica (e, pelo que se sabe, até padrinho do rei D. Carlos) como igualmente o eram assumidamente os Cunha Reis. José Relvas, ciente das clivagens, e por delicadeza de princípios, proibia que se falasse de política durante as estadias. Seria, pois, no contexto destas convivências que a paixão despontaria, havendo a impressão de ser totalmente correspondida, como nos afirma António Cunha Reis:

Uma paixão arrebatadora e ele decidiu mudar de vida para melhor poder agradar à minha Tia. Segundo se contava em minha casa, dispôs-se a aproximar-se da Igreja e comprometeu-se a educar os filhos religiosamente caso viessem a casar. Ambos estavam dispostos a tudo, mas, eventualmente, a personalidade da minha Tia talvez fosse mais determinante e era ele que se estava a aproximar das convicções da minha Tia Carlota e não o contrário.

Segundo esta mesma fonte, o drama terá surgido na sequência da desvinculação que ele entendeu fazer de organizações a que pertencia, em época política tão conturbada, e que não perdoavam facilmente dissidências, como nos relata:

⁴³¹ Sobre este assunto e na ausência de testemunhos escritos no ACR, dialogamos com o atual representante da família que nos forneceu a opinião que transcrevemos.

A versão da minha família é que houve um “ajuste de contas” por ter quebrado obediências impostas pela Carbonária. A versão oficial é que ele se suicidou. A minha Tia isolou-se do mundo com o desgosto. Queria morrer, não comia, não convivia com ninguém (...). Os meus Avós arrendaram uma casa na Rua Domingos Sequeira, em Lisboa, para onde ela fora, por causa dos “bons ares”, na companhia da irmã. Ambas morreram nessa casa no mês de Março. Lá ainda viveu até recentemente a minha Mãe, e também morreram nesse mesmo andar o meu Avô (1938), o meu Pai (1984) e a minha Tia Maria Ana (1997). (...) Os Senhores Relvas para suportarem melhor o desgosto horrível que tiveram, passaram a ser visita dos meus Avós, que os recebiam com amizade.

Na ausência de uma explicação cabal sobre o drama, o que é aceitável perante a amplitude do mesmo, há por certo um testemunho comum que perdura, no sentido da existência de um intenso amor recíproco, experimentado por personalidades distintas e que não teve a sorte de ter terminado bem.

Em síntese, dir-se-ia que, para além questão dramática em si, que pode estimular a elaboração das mais diversas narrativas e sugerir até interpretações mais ou menos romanescas, estamos perante um excelente pretexto de confronto e comparabilidade entre fontes orais e informais de diversas origens, focadas sobre o mesmo tema, e que suscitam uma ponderação analítica de grande interesse entre os presentes depoimentos.

Por um lado o memorial de uma história de família que é transmitida oralmente por via geracional, fortemente impregnada de marcadores emocionais e apreciações subjetivas. Por outro, a descrição indistinta de motivação lendária, que corre no ciberespaço, promotora de um mito. Por fim o depoimento científico, do foro psicológico, suportado também em conhecimento histórico, explanado em contexto de debate especializado.

Pese, naturalmente, a descrição decorrer da nossa recolha, e por isso sendo objeto de critério seletivo, as diferenças de conteúdo, por si, são notórias pelas diferentes perspetivas que se mostram sobre o mesmo assunto. Este exemplo justifica a necessidade subsequente de se proceder a uma avaliação dos condicionalismos e das oportunidades que a sua comparação proporciona, muito particularmente, as próprias características e variedade de cada uma.

O interesse da comparação e da avaliação destas três fontes constituídas pelos registos privados, a documentação erudita e a comunicação informal veiculada pelas TIC, não sendo aqui o melhor contexto para o desenvolver, abre, no entanto, a possibilidade de o fazermos posteriormente, juntando ainda o contributo de outras fontes.

4.2.9 – A perenidade das origens

Voltando aos representantes da décima geração, Joaquim Firmino da Cunha Reis (1897-1984) e Maria Edith Braga de Araújo (1919-2015), casados em 21 de Novembro de 1939 em Braga, aos, respetivamente, 42 e 20 anos de idade, tiveram quatro filhos⁴³²: Mariana da Assunção (1951-)⁴³³, Carlota Isabel (1954-), Joana Maria (1955-) e António Alexandre (1960-), o atual proprietário da Casa e nosso colocutor.

Pelos documentos consultados sabemos que o casal, residente na Casa do Campo das Hortas, ainda sem filhos (haveriam de esperar 11 anos pelo nascimento da primeira filha), celebrara, aos 14 de Maio de 1942, os 90 anos da visita real de D. Fernando e D. Maria II à Casa (1852), na qualidade de bisnetos dos seus antepassados então anfitriões.

Tratou-se de uma “comemoração íntima”, como a designam, evocando as “Saudosas Figuras das Augustas Personagens” então recebidas e prestando uma “respeitosa homenagem”, na qual, em sinal de fidelidade à monarquia, brindaram à saúde do “Senhor D. Duarte Nuno”. Do facto é elaborado um registo escrito com a assinatura dos presentes, e ao qual se associara também a assinatura da “nossa tia Maria da Conceição, Viscondessa do Paço de Nespereira, Senhora atual da Casa dos Biscainhos, onde, naquele tempo se hospedaram suas Magestades e Altezas”. Dias depois havia ainda de juntar-se ao mesmo escrito as assinaturas da “Exma. Condessa de Vila Pouca descendente de um dos companheiros dos Príncipes no passeio que deram no lago do jardim” e, finalmente “o nosso parente e amigo Ascenso de Siqueira Freire (S. Martinho), atualmente residente em Braga com sua família e próximo parente, pelo lado materno, da Augusta Família Real Portuguesa”⁴³⁴.

Retomava-se pacificamente de um modo deveras simbólico, sem dúvida, a identidade com o passado, o orgulho familiar após o referido “crepúsculo” que atravessara no princípio do século.

Ao espírito político conservador manifesto pela família ao longo da sua história – visível ainda hoje no quadro de D. Miguel que reproduzimos (figura 23) patente na parede central ao cimo do primeiro lanço da escadaria principal – há que juntar o sentimento profundamente católico e o modo de estar que a família assume ao longo do seu tempo na cidade de Braga.

⁴³² Tal como consta em *Outline Descendant Report, Family Tree Maker, (Anexo 2) todos eles, de apelido Noronha da Cunha Reis*.

⁴³³ Mariana da Assunção de Noronha da Cunha Reis (11.1) é hoje proprietária da referida Casa de Alvação em Cabeceiras de Basto.

⁴³⁴ ACR – Registo manuscrito em quatro páginas, em boa caligrafia, intitulado “14 de Maio de 1852/1942”.



Figura 23 – D. Miguel, Rei de Portugal

(reprodução do quadro existente na atual Casa Grande do Campo das Hortas)

Este envolvimento é patente não só nas formas exteriores de visibilidade, como também, e sobretudo, nas formas mais íntimas de expressão. Podemos testemunhá-lo ainda nos tempos mais recentes, pela mão da então jovem Maria Edith (1919-2015), quando, prestes a ser mãe, descreve na sua intimidade aquilo que intitula por “Lista de graças que eu necessito e os meus”⁴³⁵. Dispensando-nos aqui de transcrever o texto pelo caráter de privacidade próxima em que se envolve, podemos, ainda assim, afirmar que as suas palavras são reveladoras de valores próprios de uma época e de uma família profundamente católica e conservadora.

A consciência dos deveres de “mulher casada” que deve ser “muito meiga para o marido”, ao mesmo tempo que “boa administradora” e “boa dona de casa”, traduz uma vivência

⁴³⁵ ACR – trata-se de um manuscrito em 2 folhas (4 páginas) de papel amarelecido mas bem conservado, com o título referido, sem data.

circunscrita ao espaço familiar e a uma educação formal, disciplinadora e conformada aos valores estabelecidos. A referência ao dia “13 do mês de Maio”, ao “Meu querido Jesus”, ao gosto de ter “as duas capelas muito bonitas e bem arranjadas”, com “Missa todas as semanas”, o pretender firmar como registo, ser “um bom católico apostólico romano”, reflete uma postura de arreigada devoção e obediência aos próprios sentimentos e referentes religiosos.

Ao mesmo tempo as suas reflexões são reveladoras do leque de aspirações de vida, dos ideais de felicidade, sem qualquer sinal de reserva ou mal-estar, pelo menos sob o ponto de vista marcadamente feminino, bem patente em quem o escreve. Por outro lado, traduz também o esforço bem-sucedido de reimplementar o bem-estar familiar e os valores da Família e da Casa, que haviam fragilizado duas gerações atrás. As súplicas dirigidas a “Maria e José, aos Santos e Anjos nossos advogados”, a vontade de querer arranjar “a nossa Vossa casa de Braga”, fazendo dela um “pequenino paraíso com tudo limpo e bonito”, revela, sem dúvida, uma postura marcadamente feminina e católica. Tornam-se eminentes aqui as distinções sociais e funcionais entre ser mulher ou homem, reveladoras, naturalmente, de uma época e de uma família conservadora, hoje bem mais em desaparecimento. Como nos afirma Georges Duby: “temos vindo hoje a assistir a uma rápida e desconcertante extinção da diferença entre masculino e feminino” (Duby: 1989, 11). Traduz também o que Lúcia Moura designa de “feminização do catolicismo” (Moura, 2011: 295), numa clara alusão ao papel da Igreja e das mulheres que, no século XIX, fazem incrementar a devoção mariana perante a ameaça do anticlericalismo (predominantemente masculino), fazendo-as sacrificar-se “para conseguir, neste mundo, a felicidade do marido e dos filhos e, no outro, a salvação das suas almas”.

O último dos quatro filhos deste casamento, referidos atrás, António Alexandre (11.4), casado com Maria João do Amaral Pyrrait Duarte Silva da Cunha Reis, que vemos na figura 24, com os netos Maria Edith e António José ao colo, assumem hoje, com vontade, dedicação e sentido de missão, a herança deste património.



Figura 24 – António Alexandre e Maria João Cunha Reis, atuais representantes da Família e da Casa com os netos (2016) ⁴³⁶

(foto tirada na Casa e gentilmente cedida pelos próprios)

António Alexandre lembra-nos hoje o ato notarial celebrado em 1983, pelo qual a Casa do Campo das Hortas passa para a mãe e para si como sucessores, tendo então 23 anos e o pai 86. Pelo facto, manifesta hoje o agradecimento pelo voto de confiança que deles recebeu, bem como das suas três irmãs, que aceitaram plenamente essa transmissão.

A Casa voltou assim a ser o centro de referência familiar. Nela casaram as três irmãs, Mariana da Assunção, Carlota Isabel e Joana Maria, respetivamente, em 1972, 1977 e 1981, e mais recentemente, uma sobrinha, e duas das suas filhas. Nela tiveram lugar também várias outras ocasiões festivas, como a festa de batismo, em 2001, do seu filho mais novo, e sobrinho delas, Joaquim Firmino (12.5), em conjunto com a Primeira Comunhão da irmã Carlota (12.3), e

⁴³⁶ António Alexandre de Noronha da Cunha Reis e Maria João do Amaral Pyrrait Duarte Silva da Cunha Reis com os netos Maria Edith e António José; ao cimo, retrato do antepassado António José da Cunha Reis da Mota Godinho (1744-1820).

dos primos Jaime e Bosco, bem como o Crisma de quatro primos (José Bernardo, Joaquim, Macarena e Tirso), de um amigo e da irmã mais velha Isabel (12.1), com missa celebrada na Casa, pelo então já Arcebispo Emérito de Braga, D. Eurico Dias Nogueira.

4.3 – Síntese/Análise relacional

Os dois arquivos que estudamos, relativamente aos quais tivemos o privilégio da permissão para os manusear ao nosso inteiro dispor, nos respetivos locais e com acesso livre às casas onde se encontram (ou encontravam, no primeiro caso) conservados pelas respetivas famílias, possibilitaram-nos uma experiência redobradamente intensa e enriquecedora. E isto tanto pelo contacto raro com fontes totalmente inéditas - passando pelo contacto direto com o ambiente, mais do que cénico, do local onde viveram as personagens que estudamos - como pelo conhecimento empírico e as representações históricas que os legatários, enquanto também eles atores, nos fizeram das suas próprias memórias de família.

Na verdade, ao contrário do que é comum – isto é, estes estudos serem habitualmente realizados por familiares, amigos ou mesmo os proprietários dos próprios arquivos, mormente quando estes se encontram em depósito particular - a nossa relação com os arquivos e os seus detentores desencadeou-se ao nível estritamente académico no âmbito da investigação, já que não havia um conhecimento prévio, quer das famílias, como dos próprios anfitriões mediadores. Facto que, todavia, não escamoteia a aproximação que progressivamente viemos a construir com os seus detentores e que, numa relação crescente de interação e empatia, resultou, ao concluirmos este trabalho, na consideração de uma grande admiração pelo apoio prestado e uma amizade recíproca com ambas as famílias.

Ainda que no primeiro caso – Arquivo da Casa do Avelar – estejamos perante um arquivo já estudado anteriormente no âmbito da nossa investigação em estudos de família e poder⁴³⁷, com a configuração de um Catálogo e Índices, com recurso ao uso de técnicas de documentação e arquivo, e no segundo – Arquivo Cunha Reis – essa configuração não ter enveredado por esse objetivo, considerado o alcance e a dimensão da tese (embora admitamos considerar esse como um próximo passo) é possível, todavia, fazermos uma análise comparativa entre os dois, ainda

⁴³⁷ Macedo, 1996, *ob. cit.*

que não seja essa igualmente a finalidade no presente trabalho. Assim, não discorrendo por uma comparação sistemática, que não seria possível nem o pretenderíamos fazer agora, traçaremos, no entanto, em termos genéricos, uma possível correlação entre os dois casos, particularmente, ao nível das suas similitudes e singularidades.

Em primeiro lugar estamos, em ambos os casos, perante fontes documentais produzidas e organizadas no seio familiar, confeccionadas pelos seus próprios membros. Ainda que nos arquivos encontremos séries documentais muito diversas – que vão do âmbito patrimonial e jurídico, muito centrado nos valores pecuniários e na propriedade, ao recorte e compilação de pequenas publicações - a verdade é que uma parte considerável dos documentos são mesmo produzidos pelos próprios membros ou seus entes relacionados. É o caso das cartas e da correspondência, dos cadernos de notas particulares, dos diários, dos testamentos, dos registos de receitas e despesas, das relações de bens e outras produções, que constituem, na verdade, registos únicos e diretos de vivências e acontecimentos, que constituem a nossa história comum, porém, sempre algo desconhecida.

Estamos também, quer num caso quer no outro, perante algumas iniciativas de organização pré-existente, como o recurso, patente em múltiplos exemplos, ao agrupamento de documentos e sumarização de conteúdos em folhas de rosto, e inseridos em capas ou atados com laços e fios, quantas vezes acondicionados em maços. Tal é reflexo de um empenho personalizado por vários elementos da família, mormente (mas não só) o representante geracional, em conservar e organizar os seus papéis, símbolo do poder e da identidade familiar, que preservam ao longo de séculos. E foi sempre no respeito integral por essa mesma organização original que nos debruçamos, com o objetivo de melhor conhecer o percurso de cada uma das famílias e dos seus membros.

Longe de conhecermos tudo, percebemos que há sempre muito mais a apreender. Ainda assim tentamos delinear o quadro geral em que cada uma das famílias se define, no domínio daquilo que consideramos ser o objeto deste estudo: os espaços e os lugares de afirmação, a vida privada e a vida pública, a cultura escrita, as sociabilidades e as intimidades, os psicologismos individuais e coletivos, as representações, os símbolos, e outros.

No primeiro caso estamos perante uma família que se fixa na cidade nos finais do século XIV, com a vinda do Arcebispo para Braga⁴³⁸, instalando-se primeiro em prazo da Mitra, junto à Sé, e de seguida na quinhentista Casa do Avelar, sendo que o seu arquivo reflete uma antiguidade

⁴³⁸ D. Martinho Afonso Pires da Charneca, Arcebispo de Braga de 1398 a 1416.

que recua pelo menos ao século XVI⁴³⁹, e um volume que ultrapassa os 2000 documentos. Estes enquadram-se maioritariamente nos séculos XVIII e XIX, sendo este último o mais representativo.

No segundo caso estamos perante uma família que, oriunda de Lanhoso, Braga, se estende para o Porto, onde prosperou, aumentando o seu poder com a compra de uma quinta no Douro. Sem deixar de estar relacionada com Braga, onde adquire por compra em 1824 (após um período de arrendamento) a Casa Grande do Campo das Hortas, referência identitária familiar, aí se instala, sobretudo ao serviço da alta hierarquia da Igreja bracarense. Ainda que as suas origens remontem às terras de Lanhoso e aos primórdios do século XVII, o arquivo começa a tomar forma apenas no século XVIII, com António José da Cunha Reis da Mota Godinho (6.1) que, sendo negociante na praça do Porto, arremata em praça pública, em 1782, a Quinta da Vacaria no Douro, desamortizada aos jesuítas. Neste caso estamos na presença de um arquivo de menor amplitude cronológica, já que a grande percentagem da documentação, se enquadra nos parâmetros do XIX, o período mais forte de produção do arquivo. Ainda que sem precisão de um levantamento de fundo sistemático e exaustivo, estamos, porém, em condições de afirmar que nos documentos que nos foram disponibilizados, os mais antigos datam de meados do século XVII, sendo no entanto escassos e dizem respeito maioritariamente aos Padres da Companhia de Jesus, do Colégio de S. Lourenço e Quinta da Vacaria.

Ainda que a primeira família se enquadre numa origem mais recuada e numa aristocracia mais enraizada no norte do País, e a segunda seja de origem mais recente e com uma afirmação notável no período pombalino, ambas atravessam de modo similar o período conturbado da implantação do liberalismo político em Portugal, com repercussões marcantes nos seus desígnios individuais e identitários.

A primeira, notabilizada no exercício tradicional dos mais altos cargos nas principais instituições de poder da cidade, a Câmara e a Misericórdia, afirma-se, em período agitado pela promulgação da lei de abolição das donatarias de 1790, pela antiga nobreza usufrutuária, contra a nova nobreza pombalina, com pretensão ao exercício dos mesmos. Trata-se de um confronto bem perceptível na vida política da cidade e não menos nos escritos pessoais dos seus protagonistas.

A segunda família, beneficiando da política pombalina que protege nomeadamente a Companhia dos Vinhos do Alto Douro de que é altamente beneficiária, afirma-se também

⁴³⁹ O documento mais antigo, embora não se tratando de um original remonta a 1473.

profundamente conservadora, na corporização da alta hierarquia eclesiástica bracarense face ao novo clima liberal que desperta no país.

Se, no primeiro caso, a família marcadamente adepta do miguelismo, se abre mais tarde ao liberalismo conservador de Costa Cabral (a que não é alheio uma posterior ligação por via do casamento entre as duas famílias), no segundo, a tenacidade miguelista está sempre presente até ao fim, inclusive na receção em 1852 à Rainha D. Maria II e Família.

No entanto os anos que se seguem não trariam bons auspícios, nem a uma nem a outra das famílias, já que ambas se vêm obrigadas a lidar com situações constrangedoras, sobretudo mas não só, por questões patrimoniais. A primeira com a emigração nos anos da década de 1850 para o Rio de Janeiro, de três jovens irmãos, com funestas marcas geracionais, já que todos virão a ser vítimas das pestíferas febres de então. A segunda, pelas últimas décadas do século, com o anúncio da fase de crepúsculo patrimonial, curiosamente às mãos do representante porventura mais beneficiado e mais diletante da família, que só a força do afeto dos seus descendentes foi capaz de reverter.

De uma forma bem séria, ambas as famílias passaram por momentos anunciadoras do colapso. Também a primeira família, por finais do século XVIII, passara por um período que pôs verdadeiramente em causa a sua continuidade não só patrimonial mas também geracional, sobressaindo então o providencial João Luís Jácome (1787-1810), o paladino de uma verdadeira façanha no seio familiar que impediu o seu desmembramento.

As armas presentes no brasão da família Cunha Reis são a exteriorização do percurso singular desta no domínio da carreira militar, protagonizada por Joaquim Jerónimo (1793-1866) que, muito jovem ainda, foi singularmente condecorado com os troféus militares pela sua ação na Guerra Peninsular. Tal, no entanto, não o tornou menos próximo da família, para cuja união contribuiu a preocupação com a educação dos filhos e o implemento que deu à organização dos “papéis” da família.

O domínio da cultura escrita, tantas vezes elegantemente assumida, quer sob a forma de prosa quer até de verso, bem como o acesso à formação académica, são vertentes claramente presentes nas duas famílias, não fossem elas designadas de famílias de elite ao longo do nosso estudo. A formação em Cânones e em Leis são as claramente predominantes, ainda que também as de Filosofia e de Teologia obtenham representatividade. Para muitos dos irmãos segundos, o ingresso no noviciado ou na carreira militar - ou para elas (mulheres) a Profissão de religiosas nos

vários Conventos e Mosteiros da cidade - eram formas comuns de garantia e estabilização do estatuto social.

Por fim, em ambos os casos, curiosamente, a análise dos documentos escritos mostrou-nos a existência de uma consciência histórica protagonizada na primeira pessoa. A título de exemplo, vejamos a expressão usada por João Luís Jácome no seu diário quando entusiasticamente se refere à notícia da retirada dos invasores franceses comandados por Junot em 1808: “o que tudo o sucedido athe hoje, melhor o hão de esplicar os escritores”⁴⁴⁰. Ou então, a que foi usada por Joaquim Jerónimo, Coronel da Milícias de Braga e testemunha em campo do bárbaro assassinato de dois milicianos inimigos na Revolução de 1828: “Eu não escrevo a História; procurei só o mais em rezomo possível (...) porque de serto a História da Epoca o não narrará, por ter de ser escrita por quem quer que for da Epoca actual e por isso a seu modo”⁴⁴¹.

Como vemos, estamos perante testemunhos de personalidades, presumivelmente das mais ativas e proeminentes de cada uma das famílias, as quais nos dão conta de pontos de encontro destas com os contextos da história local, nacional e internacional, num claro contributo para o enriquecimento da historiografia. A incessante busca da veracidade dos factos passa pela consideração da autenticidade destes cronistas voluntários que, quantas vezes, introduzem novidade, ajudam a esclarecer pontos obscuros e nos dão uma leitura coeva dos acontecimentos.

Como salienta Mattoso (2010: 11) “é preciso ter o cuidado de aproveitar os factos pertinentes, mas interpretá-los no contexto da época e não no que veio depois a suceder”. Joaquim Firmino, na afirmação que acima transcrevemos, além de ter o cuidado de deixar testemunho do que presenciou, parece ter essa noção: a que separa a escrita dos factos por quem os viveu e a escrita da história por quem a interpreta *a posteriori*.

⁴⁴⁰ ACA/088 – “Diário de João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos” [Fol.85’].

⁴⁴¹ ACR – “Esclarecimento resumido; sobre o officio incluso, e resposta a elle” – folha grande, manuscrita e dobrada a meio, incluída em capa grande de cartão contendo vários documentos sob o título “Joaquim Jerónimo”.

5- O Arquivo dos Diários - dissertação de uma experiência

Nas últimas décadas, como já abordamos anteriormente, a Nova História Cultural vem (re)valorizar os aspetos culturais do comportamento humano tornando-os centro privilegiado do conhecimento histórico, numa aproximação crescente entre a História e os Estudos Culturais (Burke, 2005). Neste sentido, as memórias, as narrativas biográficas, a história individual e privada, a escrita da experiência pessoal, ganham um novo protagonismo, para lá do psicologismo intimista e do arremedo romanesco, naturalmente também para além da historiografia personalista de exaltação patriótica ou triunfalista com que o havia já sido antes confrontada, mas valorizando-se agora fontes históricas anteriormente desperdiçadas e, sobretudo, depreciadas.

Os escritos privados têm o fascínio da espontaneidade, basicamente sincera, a qualidade de abarcar o sentir íntimo frente às circunstâncias reais da vida. Sinceridade não no sentido do secreto, pois nenhum escrito esconde uma certa condição pública, dada a sua inerente suscetibilidade de disseminação, mas sim distante do exibicionismo, dos cânones e do que, na expressão mais atual, designamos de “politicamente correto”. São fontes históricas que não só abrangem uma grande diversidade temática e um vasto espectro social como são, também, pelas suas características intrínsecas, imbuídas até de um certo recato e modéstia e, desta forma, nos permitem aceder a um sistema de perspetivas singulares.

No rastro dos historiadores italianos a que já nos referimos anteriormente e à semelhança do *Archivio Diaristico Nazionale* criado em Pieve Santo Stefano em 1984 pelo jornalista e escritor Saverio Tutino, que hoje continua com uma dinâmica admirável, detemo-nos agora na nossa experiência homóloga na Associação Arquivo dos Diários (AADD), nascida nos finais de 2013 em Lisboa. Esta, a que também já tivemos a oportunidade de discorrer mais detalhadamente, visa reunir, conservar e divulgar memórias autobiográficas transversais a todas as esferas da sociedade com vista à promoção de um conhecimento e de uma construção de resolução mais fina da História. Sem quaisquer fins comerciais ou hegemónicos e com o objetivo cultural da defesa, estudo e divulgação do património das pessoas, a AADD tem vindo a acondicionar e a manter à sua guarda já algumas dezenas de diários e autobiografias de gente mais diversa, comum ou de elite, e almeja publicar alguns, o que também já aconteceu recentemente⁴⁴².

⁴⁴² Referimo-nos ao lançamento do diário vencedor do Concurso “Conta-nos e Conta Conosco 2016” intitulado “O meu diário de Campanha” de Fernando de Castro, publicado pelo Grupo Editorial Penguin Random House no dia 25 de Novembro de 2017, no espaço da FNAC - Chiado,

Em finais de 2015 o acaso trouxe-nos ao encontro desta Associação. O entusiasmo fez com que, em pouco tempo, nos tornássemos seus colaboradores. Iniciamos esta cooperação com a nossa integração no Júri de seleção dos concorrentes ao concurso anual de 2016, mergulhando com entusiasmo na leitura dos exemplares que nos couberam mas, muito mais que isso, ficou-nos a marca de uma experiência que não pudemos deixar de integrar no decurso da nossa investigação. Associamo-nos a um projeto do qual, estamos convictos, jamais nos dissociaremos, tanto pela experiência em si mesmo, como pelo alcance que a circunstância nos abriu.

Dos doze diários/autobiografias que se apresentaram ao Concurso “Conta-nos e Conta Connosco 2016”, selecionamos duas unidades⁴⁴³, tantas quantos os arquivos de família que estudamos. Isto é, encaramos, de alguma maneira, a possibilidade de estabelecermos uma relação entre um arquivo de família enquanto espécie de diário da mesma e um diário em si, enquanto arquétipo de um arquivo pessoal. Ou seja, um diário pessoal pela sua organização cronológica e pela seleção de assuntos que o seu autor decide fixar, produz uma organização memorial que, de certo modo e neste plano, tem um denominador comum com a organização de um arquivo de família. Trata-se, por isso, no nosso entender, de duas entidades não só relacionáveis como comparáveis.

Por outro lado acresce a isso o facto de uma associação como é o Arquivo dos Diários ter a mais-valia de nos fazer chegar memórias transversais a todo o corpo social, independentemente das condições mais ou menos favoráveis à conservação das mesmas pelo corpo estruturado da família. Coloca-nos, na verdade, perante um universo mais amplo e diversificado trazendo-nos memórias e vidas tantas vezes esquecidas ou menosprezadas, não obstante o significativo lugar que ocupam na esfera social e cultural.

Assim sendo, do conjunto desfrutável em que assentou a nossa seleção, admitimos por pertinente considerar a melhor diversidade possível, na condição, no espaço e no tempo, de modo a possibilitar uma abordagem narrativa. A partir dos egos, autores, que (re)criamos ficticiamente, mas em tudo o resto mantivemos fiel ao seu conteúdo original, selecionamos dois testemunhos: “Autobiografia” (redigido em 2015) e “Goa 1961-1962”, os quais passamos a considerar de seguida.

Lisboa. Trata-se da primeira obra editada pela Associação Arquivo dos Diários, um testemunho inédito do que se viveu no Quartel General do CEP em St. Venant, entre Julho e Dezembro de 1917 – importante por adicionar informações a respeito da participação do Exército Português na I Guerra Mundial.

⁴⁴³Trata-se de duas das obras apresentadas na 1ª edição do Concurso “Conta-nos e Conta Connosco” 2016, promovido pela Associação Arquivo dos Diários a quem agradecemos a disponibilidade de uso para fins de investigação científica. Ver www.arquivodosdiarios.pt/ diários em arquivo.

5.1 Autobiografia contemporânea

Com o título “Autobiografia” este testemunho de vida inicia com uma afirmação que sintetiza o contexto em que surge: “não tive oportunidade de estudar anteriormente e se não fosse as ‘Novas Oportunidades’ dificilmente o conseguiria”⁴⁴⁴.

Trata-se efetivamente de um testemunho escrito por uma mulher nascida na Cova da Piedade (Almada), educada e criada em diferentes instituições do Estado, que nos relata, na primeira pessoa, a totalidade da sua experiência de vida. Acontece a propósito de um processo formal de obtenção de habilitações - no caso pela sujeição ao escrutínio de um RVCC (Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) em um Centro de Novas Oportunidades. Fortemente marcada por uma infância cruel e um crescimento cheio de dificuldades e de condicionamentos, a narrativa é também acompanhada de conquistas, da abertura de novos horizontes, da evolução das idiossincrasias familiares e profissionais e dos processos de descoberta, pela resiliência, de uma inabalável vontade de viver.

Estamos perante um depoimento frontal e destemido, inúmeras vezes chocante pela cruza, mas desassombrado e sem rodeios na busca por uma verdade evocável, demonstrativa de autoafirmação de uma motivação heroica mas ao mesmo tempo prosaica na descrição dos momentos considerados marcantes de uma vida.

5.1.1 – A infância e adolescência

Laura⁴⁴⁵ teve uma infância difícil. Nascida vai para 50 anos, na outra margem da populosa capital, nunca conheceu os mimos do berço no seio familiar nem beneficiou dos cuidados próprios ao seu crescimento. Hoje, herdeira da sabedoria da vida, mulher de lutas incomuns, discorre em

⁴⁴⁴ Esta narrativa autobiográfica é produzida no contexto dos então instituídos Centros das Novas Oportunidades (CNO), criados em 2006 no âmbito da educação e formação de adultos, durante a legislatura de José Sócrates (reestruturados para Centros de Qualificação e Ensino Profissional, em 2013 com Passos Coelho e, em 2016, com António Costa, Centros Qualifica). Instituído nestes Centros, o Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), visa dar equivalência ao nível do ensino básico ou secundário com base na experiência de vida dos candidatos. Determinada a lutar pelo “sonho” da oportunidade de estudar, que não tinha tido ainda a possibilidade de concretizar, a autora, perante a necessidade de um encontro consigo própria, produz, numa atitude autorreflexiva, uma narrativa sobre a sua vida pessoal, que expande por três momentos: o passado, que intitula de “marcante”, a sua situação no presente e as suas perspetivas face ao futuro. O texto, dactilografado, com 73 páginas, inclui portefólio e faz atualmente parte do acervo da Associação Arquivo dos Diários.

⁴⁴⁵ Nome usado ficticiamente, apenas com o objetivo de preservar a identidade do autor. Deste modo recriámos a narrativa mas fazendo questão de nos mantermos sempre fiéis ao seu conteúdo.

meditação e escreve em retrospectiva o seu percurso desde a infância, concluindo, na simplicidade das suas letras que “a vida é feita de pequenos momentos de felicidade e grandes obstáculos”⁴⁴⁶.

Violada frequentemente pelo pai desde os oito anos de idade, foge-lhe quase aos dez e entrega-se, pedindo ajuda, na Polícia (PSP). Por decisão judicial – na qual nunca esteve presente nem foi ouvida - é internada numa tutoria no Castelo de S. Jorge onde experimentou os principais traumas e desilusões da sua vida.

No entanto foi aí que entrou pela primeira vez na escola e pode completar a 4ª classe. Numa outra instituição, em Viseu, para onde foi transferida, frequentou a *telescola* “que foi horrível” recorda, tendo, de seguida, na cidade de Coimbra, entrado para o 7º ano num colégio de freiras.

É aí que, de forma paradoxal, um ano depois engravida prematuramente. Na sequência disso perde o 8º ano a um mês de o completar e é transferida para um colégio de adolescentes grávidas, no Porto, onde é mãe aos dezassete anos. Propõe então ao pai da bebé casar, para sair da instituição que a traumatiza e onde se confronta com o facto, que a choca, de ser uma das mais velhas. A cerimónia é organizada pelas freiras e realiza-se na Igreja de Santa Cruz em Coimbra.

Mas, mais uma vez o desfecho é ingrato com ela. Demasiado jovens, sem família e sem apoios, o casamento corre mal. Após uma longa luta de sete anos para conseguir o divórcio por acordo mútuo, este formaliza-se. Entretanto foi mãe pela segunda vez, com grande alegria. Estamos em 1991. Sozinha, 23 anos, duas filhas e um abono de 54 euros para ambas. Como desafio, enfrenta uma aprendizagem rápida, pois nada sabia da vida em sociedade. Apenas possui algum dinheiro proveniente da venda das rendas e dos bordados que aprendeu a fazer no colégio... A única constante, porém, impõe-se e mantém-se: muitas dificuldades e muito trabalho.

Porém os estímulos também não a abandonam. É o caso da concretização de um sonho, diríamos, de uma *self-made woman*: a carta de condução - paga com o dinheiro das rendas - e o primeiro carro. Um “mini branco com jantes especiais e vidros fumados por 300 contos (1.500 €)” permitem-lhe a vontade e a coragem necessárias para partir à procura de um trabalho melhor.

⁴⁴⁶ AADD, “Autobiografia”: 72.

5.1.2 – Os empregos

Mais do que trabalho, um emprego estável torna-se necessário para educar as filhas que tem a seu cargo e para a sua própria afirmação profissional como testemunho de autonomia, autoestima, progresso e da afirmação pessoal por que tanto luta.

No início dos anos 90 surge o primeiro emprego, no ramo da hotelaria, em Coimbra. Aqui, de empregada de balcão de pastelaria com ordenado mensal de “12 contos (60 €)” passa rapidamente a empregada de mesa de restaurante. Dois anos depois é promovida a chefe de mesa. Define-se a si própria por boa aprendiz e esforçada. Num ápice sobe mais e torna-se exploradora de um restaurante na Lousã cuja renda paga antecipadamente com cheques pré-datados. Laura aprender a gerir a contabilidade e a fazer inventários, a traçar objetivos de produção e a desenvolver a liderança. Sente-se confiante e esforça-se por demonstrar as suas capacidades.

Apesar de tudo isso, não consegue evitar mais uma vez o que acaba por considerar uma má experiência. São os clientes que não pagam, os empregados que roubam, as demasiadas horas de trabalho na contabilidade tiradas à companhia das filhas... “Ter um restaurante é perder o direito às férias” reconhece, mas também à ignorância: “os fornecedores aproveitam-se disso”.

Um segundo emprego, em 1995, faz de Laura uma telefonista de telemarketing numa multinacional em Coimbra. Tem que fazer ininterruptamente marcações telefónicas com vista à apresentação de um purificador de ar. Ao ordenado de base que recebe mensalmente são acrescentados os extras correspondentes do número de sucessos obtidos pelo comercial nas vendas do aparelho, a partir das marcações telefónicas bem-sucedidas. Tais sucessos nem sempre eram fáceis.

Laura conta-nos um exemplo que a tocou:

Uma vez uma senhora marcou uma apresentação telefonicamente, quando o colega lá chegou não lhe abriram a porta. Liguei novamente para casa da senhora e atendeu uma criança, que me mandava para o carvalho, constantemente gritando, quase histérica. Eu nem queria acreditar como um adulto era capaz de ensinar uma criança a fazer aquilo, só demonstrava a hipocrisia dessa senhora, que utilizou o seu filho para resolver a situação.⁴⁴⁷

Apesar disso, durante três anos a telefonista de telemarketing consegue ganhos suficientes para manter a família.

⁴⁴⁷ AADD, “Autobiografia”: 11, 12.

Em 1998 surge o terceiro emprego: na mesma empresa passa a comercial e fica durante cinco anos, a “recibos verdes”. “Também tive de aprender a instalar os purificadores de água” mas sobretudo aprende, como reconhece, “pequenas técnicas de venda que têm muito de psicologia humana”:

Na venda, primeiro que tudo temos que vender a nossa imagem, se o cliente não gostar de nós nem dado ele vai querer o produto. Depois, quebrar o “gelo”, temos que conseguir que em pouco tempo o cliente se sinta à vontade com a nossa presença. Devemos ter bom aspeto, estarmos seguros com voz firme.⁴⁴⁸

São atribuídos prémios (viagens) aos melhores funcionários e Laura experimenta o gosto de viajar, conhece imensa gente, aprende a lidar com todos. Obtém excelentes resultados, troca de carro, melhora a sua condição e o nível de vida familiar.

Mas uma situação de injustiça social que Laura não aceita leva-a à procura de novo emprego.

Agora uma passagem breve pela indústria farmacêutica: a venda direta a farmácias a partir de um armazém. Conta com um ordenado de base acrescido de comissões, telemóvel e carro. Inicialmente entusiasmada, Laura rapidamente depara com o que considera “falta de ética” que a afasta e impede de continuar: “o farmacêutico não vende o que o utente necessita, mas antes o produto que mais vantagem lhe trará com o fornecedor”⁴⁴⁹.

Num quinto emprego Laura volta à multinacional. Primeiro com a função de apoio ao cliente, mais tarde com a de diretora comercial de uma filial com contrato de trabalho. Enfrenta o desafio do computador e de novo as viagens: entre 1996 e 2005 Laura viaja muito e conhece Londres, Paris, Villefranche-sur-Mer, Nice, Bruxelas, Veneza, Cortina d’Ampezzo, Córsega, Burgos, Barcelona, Madrid, Bilbao, Málaga, Marbella, Torre Molinos, Porto Banús, Corunha, Vigo, S. Tiago de Compostela, Tenerife, Las Palmas, Lanzarote, Forteventura, Palma de Maiorca, Mónaco. Mostra fotos. Salaria as boas memórias que lhe ficaram como o apreço pela técnica da cultura de vinhas em Lanzarote ou da Itália e dos italianos, de quem mais gostou, evidenciadas pelo detalhe dos relatos que faz e a ênfase que dedica à descrição, como sejam as pistas de Sky de d’Ampezzo e a descida de trenó:

⁴⁴⁸ *Ibidem*.13.

⁴⁴⁹ *Ibidem*.18-19.

O trenó tinha duas alavancas de lado, que serviam para travar, algo que se revelou não ser tão fácil assim. Éramos perto de cem, todos alinhados com uma lanterna na cabeça, tomando atenção ao que dizia a guia (era quem nos iria guiar indo à nossa frente com uma lanterna na cabeça a esquiar). Depressa grande parte de nós deixou de a avistar. Apesar dos trambolhões que demos ninguém se magoou e todos terminaram a prova.⁴⁵⁰

Também e a propósito do nome de Saramago, associado à sua estadia em Lanzarote, Laura faz despertar o seu interesse pela história e cultura portuguesas sobre as quais lança críticas e emite opinião: “A censura é o pior inimigo do progresso do povo. Para sairmos da cauda da Europa temos que perder os medos”⁴⁵¹. Laura abre-se à curiosidade, interroga-se e extasia-se na procura do saber. Algo que não teve espaço de desenvolvimento na sua vida quando mais jovem.

5.1.3 – O despedimento

Mas eis que surge o momento mais duro: o despedimento “aparentemente sem motivos” após dez anos de trabalho na empresa (1995-2005): “o que se passava era que os meus chefes não tencionavam deixar-me como efetiva”⁴⁵².

Aconselhada a não considerar o despedimento válido, empreende uma longa luta pelos seus direitos: a solicitação do apoio jurídico na Segurança Social, a audiência no Tribunal do Trabalho, as burocracias e os intermináveis tempos de espera em que aprende a envolver-se, apesar de revoltada. Juntamente com o persistente empenho e a consciência dos seus direitos sociais, vêm os desabafos e as críticas sociopolíticas:

Depois falam de produtividade, não podemos produzir estando horas intermináveis em filas, burocracias e afins (...) penso que temos uma grande falta de um verdadeiro comportamento profissional onde éticas são esquecidas, principalmente pelas instituições públicas⁴⁵³.

O desemprego traz a *maré baixa*. Uma aparatosa queda accidental na rua provocada pelas ferramentas abandonadas de uma obra numa conduta, espalhadas no chão pelos trabalhadores, leva Laura, de novo, à luta pelos seus direitos. De novo é invocado o recurso ao Código Penal, à

⁴⁵⁰ *Ibidem*: 22.

⁴⁵¹ *Ibidem*: 23.

⁴⁵² *Ibidem*:25.

⁴⁵³ *Ibidem*:28-29.

PSP, ao Ministério Público. Porém, desta vez, ao contrário do habitual, vem o sucesso: “o senhor foi multado no valor de 300 € e, como foi da minha vontade, esse valor foi entregue a uma Instituição de Solidariedade Social”⁴⁵⁴. Laura releva aqui a sua autoestima, sustentada numa imagem reforçada pela preservação dos valores éticos, sentindo-se menos infeliz na sua situação de desempregada.

O processo jurídico que inicia após o despedimento, que considera inaceitável, prolonga-se por burocracias intermináveis. Entretanto, e sem se deixar abater, tira o curso de cabeleireira preparando-se para novos desafios profissionais, mas é convidada a voltar novamente para a mesma empresa. Sente-se então recompensada.

5.1.4 – A compra da casa

A decisão de comprar casa surge em 2002 como um novo repto. Surge-lhe o pensamento: em lugar do aluguer mensal de trezentos euros porque não pagar, com a mesma quantia, uma hipoteca? “Se os outros conseguem, eu também conseguirei!”⁴⁵⁵. Várias tentativas, algumas frustradas (“vários bancos me enganaram”), um assédio pelo meio (“de um gerente bancário que dizia que me facilitava tudo desde que saísse com ele”), mas, finalmente, a obtenção da decisão pretendida: um apartamento económico comprado com dignidade!

Felizmente lutei sempre pelos meus direitos de cabeça erguida e com dignidade e em 2002 consegui finalmente comprar o meu apartamento sem me vender a ninguém⁴⁵⁶.

Laura consegue um apartamento T4 junto à escola das filhas pelo atrativo preço de 80.000 €, a pagar em trinta anos ao banco com uma prestação fixa de trezentos e sessenta euros⁴⁵⁷.

Um ano depois vêm as obras para melhorar as condições da casa de banho: “ter casa própria tem também alguns inconvenientes, além dos custos inerentes há sempre obras a realizar”⁴⁵⁸. Laura entrega a obra a pessoa tida por idónea, mediante orçamento, apesar de isso a

⁴⁵⁴ *Ibidem*:30.

⁴⁵⁵ *Ibidem*:31.

⁴⁵⁶ *Ibidem*:30.

⁴⁵⁷ Segundo Ana Cordeiro Santos e outros (2014) “Finança e habitação em Portugal” *Cadernos do Observatório II*, p. 24, “em 2001 a casa própria passa a significar 75% do total do alojamento, quando este valor representava 65% em 1991 e 57% em 1981”.

Disponível em http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/cadernos/CadernoObserv_II_julho2014.pdf

⁴⁵⁸ *Ibidem*:31.

obrigar a passar várias semanas em casa de uma amiga, apesar do grande transtorno para as filhas estudantes. Porém, defronta-se com um malogro. A obra sai mal feita por incompetência técnica: “quando cheguei ao meu apartamento detetei imensas anomalias na obra!”⁴⁵⁹. Laura não se fica. Desta vez recorre à ajuda prestimosa da Associação de Defesa do Consumidor - DECO e, depois, ao Julgado de Paz, recentemente inaugurado no Campus Universitário da cidade de Coimbra.

Chega, porém, a depressão, o que a obriga a um ano e meio de baixa médica. Laura recebe então apenas duzentos e vinte euros mensais para pagar o empréstimo e todas as restantes necessidades. Sem solução, propõe ao banco a entrega da casa por “dação em cumprimento”, mas este não aceita, por entender que a proponente tinha emprego. O único caminho que encontra é o recurso à insolvência, por incapacidade de cumprir com as suas obrigações. Agora é o pior: nem dinheiro, nem casa!

5.1.5 – Formação e qualificação

Segue-se o despedimento e o desemprego. Com o subsídio deste, que serve para satisfazer as necessidades básicas, Laura decide-se pela inscrição no novo projeto então implementado no sistema nacional de educação: as “Novas Oportunidades”. “Não suportava a ideia de estar em casa sem fazer nada, necessito de ter sempre um plano, um objetivo” afirma veemente.

Na verdade, é assim que obtém uma certificação de competências profissionais – o RVCC (Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), que lhe confere a equivalência ao 9º ano de escolaridade e, mais importante que tudo, uma nova esperança. Confessa:

Há males que vêm por bem! Se eu não tivesse sido despedida do meu emprego nunca teria tido conhecimento da possibilidade de reconhecer as minhas competências. Há uns dois ou três anos atrás não existia tanta divulgação como hoje temos em relação ao Centro de Novas Oportunidades⁴⁶⁰.

⁴⁵⁹ *Ibidem*:32.

⁴⁶⁰ *Ibidem*:33.

Depois do 9º ano, vem a certificação da equivalência ao 12º. Mais exigente e complexa, sem dúvida, mas não tão assustadora como inicialmente parecia... Para a relatante é uma nova esperança que se abre.

“Gostava que para além destes centros de validação de competências também existissem centros para pessoas que são completamente analfabetas”⁴⁶¹ afirma Laura depois de conhecer uma avó que sozinha educa três netos, mas a quem não deixam ter uma caderneta no banco por ser analfabeta. E, no entanto, já a usava sem qualquer problema porque Laura lhe havia ensinado a usar o código. Não fosse um dia ter ido sozinha pedir uma nova caderneta e a funcionária a ter decomposto em público por se aperceber que não sabia ler e escrever, nada teria impedido a dita avó de continuar a ser autónoma no manejo da sua conta bancária...

Laura descobre que gosta de estudar. Mas, como refere, “com duas filhas para educar, isso não passava de um sonho”⁴⁶². Estuda Física, Química, Matemática, Português, Fisiologia, Informática, Desenho, Francês, Técnicas de Procura de Emprego, Hábitos de Vida Saudáveis, Legislação, Código de Trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho. E deslumbra-se com as preferidas: Fisiologia e Química, ao contrário das preferências da grande parte dos colegas de curso.

Qualifica-se com a carteira de Praticante de Cabeleireira e a carteira de meio Oficial de Barbeiro, exibindo os respetivos certificados, enquanto decorre o processo de formação no Centro de Novas Oportunidades do 12º ano. A par, as formações de Colometria e Maquilhagem, que aprende com satisfação (“a maquilhagem teve origem no Egito”) e regozijo patentes na descrição de pormenores como estes:

(...) de acordo com o tom da pele, se for uma pele vermelha ou amarela coloca-se uma pré-base verde que vai cortar o vermelho e o amarelo, se for uma pele morena coloca-se a pré-base pêssego (...) se os lábios forem finos, fazemos o contorno mais por fora, se são grossos contornamos mais por dentro (...) ⁴⁶³.

Em Outubro de 2006, depois da polémica despedida de diretora comercial na multinacional, já se encontra como cabeleireira-barbeiro em regime de *part-time* num Hospital do distrito de Coimbra. E prossegue na continuação do seu percurso de formação: “o 9º ano foi um virar de página na minha vida, agora nunca vou parar”⁴⁶⁴. Seguem-se pequenas formações em

⁴⁶¹ *Ibidem*:34.

⁴⁶² *Ibidem*:35.

⁴⁶³ *ibidem*: 35-36

⁴⁶⁴ *ibidem*: 33.

Enfermagem e Psicologia, em Segurança e Higiene no Trabalho. Em 2010, de volta a comercial, termina o curso de Técnica Administrativa de Contabilidade e “faço estágio de 3 meses e entro em Março de 2011 na empresa onde trabalho na atualidade [2015] como administrativa”⁴⁶⁵.

Ter um carro de trabalho é uma expressão de sucesso mas também uma responsabilidade. Laura, ela própria, elabora um programa informático de gestão de recursos, em *Excel*. Através dele passa a saber quanto gasta em gasóleo e a comparar preços: “como se pode verificar no esquema, com os mesmos 20 €, diferentes valores de litros de gasóleo”⁴⁶⁶. Assenta aí também os gastos que faz com a alimentação, os valores da retenção à fonte, enfim, trata-se de um instrumento de organização da sua vida pessoal de forma a, como refere, saber sempre quanto vai receber: “o meu chefe sabe que eu sei sempre o valor do meu ordenado”⁴⁶⁷.

5.1.6 – O presente: vida familiar e posturas ideológicas

Referenciando-se ao presente, Laura autointitula-se “uma guerreira que quer vencer esta batalha e, porque não, a Guerra”⁴⁶⁸, interpretando assim a sua postura pela dramatização positiva das suas próprias qualidades e a autoestima perante as múltiplas contrariedades da vida.

Não obstante estas, o seu posicionamento não é amargurado, como confessa ao afirmar que “dá-me um prazer enorme poder ajudar”⁴⁶⁹.

Fala de si numa atitude autorreflexiva e enumera todo um conjunto de variadas referências e gostos com que sente identificar-se.

Gosta de comunicar, conviver, conhecer pessoas, trocar conhecimentos. No entanto, como afirma, “a família está em primeiro lugar, depois os amigos” acrescentando precavidamente “sou seletiva com os amigos, tenho muitos conhecidos, mas poucos amigos”⁴⁷⁰.

Gosta de fazer trabalhos manuais: renda, bordados, pintura, desenho, culinária. Pratica uma alimentação equilibrada em conjunto com as filhas (“legumes, frutas e cereais”), gosta de caminhar na natureza, respeita os animais e a reciclagem, faz fotografias.

⁴⁶⁵ *Ibidem*: 36.

⁴⁶⁶ *Ibidem*: 37.

⁴⁶⁷ *Ibidem*: 37.

⁴⁶⁸ *Ibidem*: 38.

⁴⁶⁹ *Ibidem*: 38.

⁴⁷⁰ *Ibidem*: 38.

Gosta de cinema, leitura, música e pintura. A leitura começou por ser um instrumento de ajuda para ultrapassar a sua pequena “dislexia”, concede, mas depois reconhece que lhe tomou o gosto. Numa lista descritiva das mais de três dezenas de livros que leu, enumera os autores: Richard Dawkins, André Díspre Cancian, Isabel Allende, Camus, Arthur Golden, Saramago, Helga Schneider, Eduardo Nobre, Isaac Singer, Hemingway, Steinbeck, Patrick Suskind, Hiner Saleem, Luís Sepúlveda, José Rodrigues dos Santos e Manuel Alegre.

Fala com orgulho das duas filhas com quem vive, uma na casa dos vinte anos de idade, outra seis anos mais nova: o “Meu Sol” e a minha “Estrela-do-Mar”, como as designa. Fala dos estudos destas na universidade e no secundário, onde são alunas aplicadas, dos seus namorados, enfim, dos seus quotidianos. Ciente dos direitos que auferi enquanto cidadã, participa ativamente na escola das filhas através da Associação de Pais. Considera-se uma “excelente gestora de casa”, educando as filhas no seu governo.

Laura leva as suas “estrelas” a viajar por Marrocos, Espanha, Algarve, Fundão, Serra da Estrela, Esposende, Vila Nova de Milfontes, Porto Covo, Sintra, pois “os paladares, os cheiros, as culturas diferem de terra para terra”⁴⁷¹. “Conhecemos o Pequeno e o Grande Atlas, montanhas infinitas”, salienta. Mas é na descrição das viagens ao Brasil que mais pormenorizadamente se detém. Primeiro à Baía, em 2003, pouco antes de a primeira “estrela” completar os 18 anos (“sabia que depois dos dezoito ela ia desprender-se de mim”), depois ao Recife com a “estrela-do-mar”, em 2007: “foi muito proveitoso para ela, além de experimentar outros idiomas, outras culturas e formas de estar”, diz-nos, acrescentando, “esta viagem fez-lhe bem, penso que cresceu bastante”⁴⁷².

Ao longo da descrição dos seus “valores e opiniões”, Laura gosta de citar pequenos trechos dos autores que aprecia, mostrando, desta forma a sua erudição: Fernando Pessoa, Epicuro, Séneca ou Richard Dawkins. Este, que destaca “pelo conhecimento que me deu de que sou um organismo vivo”⁴⁷³.

Aprecia também tecer críticas ao funcionamento do país: a falta de “apoios verdadeiros” por exemplo “aos pais que não sabem educar bem os seus filhos”, ou “aos homens que continuam a não assumir a sua paternidade”. Citando o seu próprio exemplo - o “ex-marido em nada contribuiu para a educação e bem-estar da sua própria filha” e, não obstante, “tem todos os direitos como pai e não é penalizado pelo incumprimento dos seus deveres”, além de que “este

⁴⁷¹ *Ibidem.* 47.

⁴⁷² *Ibidem.* 46.

⁴⁷³ *Ibidem.* 40.

senhor tem cinco filhos, todos de mulheres diferentes e nunca assumiu a responsabilidade de nenhum deles”- Laura critica o funcionamento do sistema jurídico do país, “as leis que não funcionam”, “os advogados que não conseguem que funcionem”, “os juizes que, na grande parte, não tem formação específica e, por vezes, a sensibilidade necessária a estas questões”⁴⁷⁴.

Criticando os líderes mundiais que “têm o poder para resolver muitas situações mas nada fazem”, Laura aponta o que considera ser o cerne do problema: “salvar crianças e mulheres não é tão lucrativo como o petróleo”⁴⁷⁵.

Partindo daquilo que designa como “as suas infelizes origens” - o que a levou a passar por vivências difíceis - assume-se a favor da necessidade de “mudança de mentalidades”. “Eu ainda sou do tempo em que os miúdos não serviam para nada, eram vistos como mais um para comer”, declara. Foi neste contexto que participou, em 2007, no referendo sobre a despenalização do aborto e se assume defensora dos debates sobre “realidades do século XXI”: a homossexualidade, a eutanásia (que defende por achar que “temos o direito individual de não querer sofrer”), as drogas leves, a prostituição. Lança críticas à Igreja pelas suas contradições em condenar o aborto mas depois “propondo-o às mulheres que ficam grávidas por padres”⁴⁷⁶.

Pratica a ajuda aos outros, que tanto a apraz, através do voluntariado, da doação de bens de que já não necessita, da doação de sangue e de medula óssea. Expõe ainda a sua declaração de doação do corpo após a morte ao Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina de Coimbra para fins de investigação científica⁴⁷⁷.

Laura afirma-se também defensora do ambiente, do Tratado de Quioto, dos ecopontos, da reciclagem, da compostagem e do que é nosso: “temos imensos descobridores e celebridades de destaque (...) penso que menosprezamos o que é nosso, temos a mania que o que é de fora é que é bom”. Faz comparações entre o que vê no nosso país e o que se passa por exemplo, em Espanha onde “são muito mais exigentes e cuidam muito melhor do que lhes pertence”, ou no Brasil: “quando fui a Porto Seguro fiquei surpreendida com uma visita guiada que fiz a uma réplica do barco de Pedro Álvares Cabral”⁴⁷⁸.

“Foi em Espanha que aguicei o gosto pela fotografia e pelo campo”⁴⁷⁹, declara-nos. Laura vai percorrendo por todo um elenco de apontamentos, intervalando lugares comuns com eventos

⁴⁷⁴ *Ibidem*: 51-52.

⁴⁷⁵ *Ibidem*: 53.

⁴⁷⁶ *Ibidem*: 54.

⁴⁷⁷ *Ibidem*: 49.

⁴⁷⁸ *Ibidem*: 63.

⁴⁷⁹ *Ibidem*: 62.

marcantes, mais espontâneos, como: “tenho um melhor relacionamento com os homens do que com as mulheres, mas também tenho amigas”⁴⁸⁰.

Apesar de toda a força e segurança que gosta de mostrar, não esconde as dificuldades por que passou em vários momentos da sua vida. E cita-nos: a “doença de Kalazar”⁴⁸¹ (que nos descreve como “doença raríssima no nosso país mas comum nos países africanos, transmitida pela picada de um mosquito”) contraída pela filha mais nova ainda bebê durante um piquenique; o assalto ao carro⁴⁸² (“onde roubaram a minha querida máquina fotográfica EOS50”); a depressão grave (“estive doente ano e meio”), depois de “a minha filha mais velha ter emigrado por não conseguir um emprego em que ganhasse mais do que o salário mínimo nacional”. Nesta altura era técnica administrativa na empresa onde ainda trabalha e à qual está reconhecida: “esperaram por mim e têm colaborado para a minha melhoria, desde a redução de horário”⁴⁸³.

Um dos momentos mais difíceis que nos descreve teria sido uma recaída séria na depressão que a atingiu ao longo de um ano e meio. Confessa, em diálogo consigo própria:

As minhas próprias filhas deixaram de me falar, não compreendem como uma pessoa que sempre foi tão forte pode chegar a esse caos, mas sim, é possível. Hoje olho para esse tempo e eu própria me surpreendo com as coisas que fiz e pensei (é como estar noutra dimensão).⁴⁸⁴

Teria passado por pensamentos suicidas, agravados, no seu entender, com a medicação, por insónias e pesadelos “principalmente com o meu pai” e relata:

Cheguei a aceitar internamento de um dia na psiquiatria, mas depressa me apercebi que aquele ambiente me recordava imenso o meu passado de instituições e só estava a fazer-me piorar. E foi nesse mesmo dia que conversei com um médico psiquiatra que me fez entender (pela sua sinceridade e honestidade) que só eu poderia mudar esses pensamentos. Ele disse que podia mandar amarrar-me, injetar medicação que me colocasse a dormir dias seguidos, mas que conseguia ver que eu entendia bem a situação. Falámos cerca de uma hora, e saí com outra cabeça, com a força de que, sim ele tinha razão, só eu podia mudar.⁴⁸⁵

⁴⁸⁰ *Ibidem*: 48.

⁴⁸¹ *Ibidem*: 58.

⁴⁸² *Ibidem*: 62.

⁴⁸³ *Ibidem*: 71.

⁴⁸⁴ *Ibidem*: 71-72.

⁴⁸⁵ *Ibidem*: 71-72.

Fora a luta final que a fizera confrontar-se com a realidade. Laura detém-se perante si própria, consciente de que só ela podia mudar a situação. Em jeito de confissão, revela que toma então a decisão de parar com os medicamentos. Daí vieram as insónias, a ansiedade, os ataques de pânico, os 42 kg, o mal-estar... Mas, com o tempo, veio também a recuperação e a consciência de ter de “arranjar motivações e seguir caminho”!

“Não irei desistir nunca”, afirma Laura, convicta de que “quero ser um bom exemplo para muitas crianças que, como eu, não tiveram uma família normal”.

Fazendo do seu registo um ato de promessa, suscetível de poder vir a ser um manifesto para o que, na sua autobiografia designa por “futuro”, Laura exprime assim tudo o que para ela se tornou verdadeiramente significativo: “quero viver o presente, cada dia e cada minuto, programando alguma estabilidade para o futuro”⁴⁸⁶.

5.2 Memórias de um militar e prisioneiro em Goa (1961-62)

Com o título “Goa 1961-1962” estamos perante um testemunho direto das memórias escritas por um capitão do exército português durante os tempos finais das possessões coloniais de Portugal na Índia e dos acontecimentos da guerra em Goa.⁴⁸⁷

Trata-se de um relato dos factos e dos sentimentos vividos pelo autor, um capitão de cavalaria destacado, no início de 1961, em comissão de serviço por dois anos para Goa, ao longo da qual se torna testemunha da invasão da União Indiana. Acabando prisioneiro entre dezembro de 1961 e maio de 62, altura em que é repatriado, é autor de um memorial composto por duas partes: uma componente epistolar constituída por dezenas de cartas que durante meses escreve ao pai, também ele um (ex)militar e, na sequência do cativo, um diário improvisado onde anota o dia-a-dia dos meses que se seguiram à invasão.

⁴⁸⁶ *Ibidem.* 72.

⁴⁸⁷ Trata-se do testemunho intitulado “Goa 1961-62” apresentado na 1ª edição do Concurso “Conta-nos e Conta Connosco” 2016, promovido pela Associação Arquivo dos Diários, pelo filho do autor, um militar capitão de cavalaria deslocado em comissão de serviço em Goa em 1961, onde foi também aí feito prisioneiro. Apresentado em texto datilografado com 83 páginas, ficou classificado em 2º lugar no referido concurso não tendo, por isso, direito à publicação, reservada ao 1º prémio. Dada a importância deste testemunho o Arquivo dos Diários decidiu porém distinguir também a obra através de uma apresentação pública que teve lugar no Museu do Combatente em Lisboa no dia 22 de dezembro de 2017, com a presença do filho do autor, a quem agradecemos igualmente a disponibilidade de uso para fins de investigação científica.

5.2.1 Contexto histórico e biográfico

Com a retirada definitiva dos britânicos da Índia em 1947 nasciam dois domínios soberanos: a União Indiana e o Paquistão. A *Índia Portuguesa*, como era então designada, era constituída por pequenos territórios da costa ocidental da península do Indostão: Goa, Damão e Diu e os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, próximos de Damão, estes, sem acesso por mar. Como reconhece Medeiros Ferreira “para as autoridades portuguesas da época a evolução política da Índia Britânica nada tinha a ver com o destino da Índia Portuguesa” (Ferreira, 1996: 457), o que estaria longe das efetivas consequências internacionais do fim do império britânico na Índia.

Na verdade os territórios portugueses não passariam despercebidos e foram reivindicados pela União Indiana, levando a que Nehru, o primeiro-ministro indiano em 1953 solicitasse negociações a Portugal tendentes à integração daqueles no Estado recém-criado. Mas o Presidente do Conselho português, António de Oliveira Salazar, embora consciente da sua indefensabilidade militar, sustentava nestes territórios a inviolabilidade da soberania portuguesa ultramarina e a imagem de um Portugal pluricontinental “do Minho a Timor”.

As relações diplomáticas agravavam-se e, em Janeiro de 1954 a Índia proibira relações comerciais com Goa, Damão e Diu e estes territórios, isolados, passam a viver do abastecimento possível da metrópole. Em Julho do mesmo ano os enclaves de Dadrá e de Nagar-Aveli são ocupados pela União Indiana. Salazar apela à mobilização internacional. A entrada de Portugal para a O.N.U. em 1955 permite-lhe recorrer ao Tribunal internacional da Justiça, em Haia. Mas nem este, nem Washington nem os britânicos se mostraram suficientemente empenhados em evitar um conflito que consideravam ultrapassado. Sem surpresa, os novos países afro-africanos e o bloco soviético contestam Portugal. E, talvez mais importante ainda na decisão da invasão é que, como refere Ferreira, “Nehru terá ficado chocado com a resposta de Salazar em relação a Angola na Primavera de 1961” (*Ibidem*, 458). Tratava-se da reação militar de Salazar aos acontecimentos ocorridos no Norte de Angola.

Ainda assim, com um efetivo de apenas 3.500 homens, sem meios de defesa aérea e apenas um navio de guerra, o *Afonso de Albuquerque*, Salazar, almejando que a reputação mundial de pacifista de Nehru não fosse desacreditada diante de tão *pequenos territórios*, invoca o dever da resistência. É essa a ordem que envia a Vassalo e Silva, governador-geral do Estado da Índia e comandante supremo das tropas. “O primeiro dever dos militares portugueses era resistir:

a Índia surgiria assim como agressora e atrairia sobre si própria a condenação da comunidade internacional” (Meneses, 2009: 67).

“As tropas tinham de resistir durante pelo menos oito dias” (*Ibidem*: 68), ganhando o tempo necessário para que os diplomatas portugueses pudessem levar o governo indiano a recuar, mas tal tornava-se impossível. A União Indiana mobilizava 45.000 homens e contava com mais 25.000 na reserva. Vassalo e Silva no dia seguinte à invasão de 18 de Dezembro de 1961 aos três territórios portugueses na Índia ordena às forças sob sua alçada a rendição. Este facto ter-lhe-á custado a expulsão das Forças Armadas portuguesas.

Portugal passava por uma grave crise de prestígio internacional agravada com o início da luta em Angola. Salazar assumia a pasta da Defesa Nacional, depois de exonerado o ministro Botelho Moniz, que contra ele intentara, e Portugal recusava-se a reconhecer Goa como parte da Índia. “Dai à condenação dos principais responsáveis militares em serviço na Índia foi apenas um passo, sancionado pelo seu Conselho de Ministros em Março de 1963” (Ferreira, 1996: 460).

As negociações para a libertação das tropas portuguesas feitas prisioneiras durante a invasão – de notar como salienta Meneses (2009: 73) que “a existência de prisioneiros não era sequer contemplada pela noção de guerra defendida por Salazar, que consistia em vitória-ou-morte” – foram, por isso prolongadas, mantendo-se ao longo de meses os prisioneiros isolados e desinformados. São dias e dias de angústia que culminam com a embarcação dos detidos em navios portugueses em Carachi, no Paquistão, rumo a uma receção humilhante em Maio de 1962 no cais de Alcântara em Lisboa.

Só em 1974 esses militares seriam reabilitados – tinha então Vassalo e Silva 75 anos - e Portugal reconheceria formalmente a soberania da Índia sobre Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli.

É neste contexto da nossa História comum que se enquadra o protagonista do testemunho que agora passamos a apresentar.

O capitão Joaquim Salgado⁴⁸⁸, natural de Castelo Branco, médico veterinário de formação e militar de carreira por tradição familiar, é mobilizado para Goa, nos inícios do ano de 1961, em cumprimento de uma comissão de serviço de dois anos integrado no objetivo estratégico de mobilizar o Paquistão para a defesa – pouco credível, aos olhos do mundo - da Índia Portuguesa.

Tendo cumprido serviço militar em Chaves, Torres Vedras, Santarém e Castelo Branco, com a idade de 38 anos, parte para Pangim, em Goa, onde fica estabelecido, deixando a mulher

⁴⁸⁸ Nome fictício, usado apenas com o objetivo de preservar a identidade do autor, entretanto já falecido.

grávida de quatro meses (após o choque do falecimento de um segundo filho) e um rapaz, o filho mais velho, de apenas cinco anos.

Uma vez aí, é através das quarenta cartas que escreve ao pai (ex-militar em Cabo Verde durante a Primeira Grande Guerra) entre 13 de janeiro e 17 de dezembro de 1961 (com um intervalo médio de 8 a 9 dias), que nos transmite, de forma direta e objetiva, mas simultaneamente apaixonante, a sua passagem pela Índia. Entre as impressões pessoais e as descrições factuais da vida quotidiana, os seus desabafos emocionais, as reflexões e comentários analíticos de vária ordem, os seus problemas pessoais, os modos de os superar, os receios e as perspetivas, ficamos perante uma riqueza infindável de informações e experiências. Trata-se de um valioso documento que, partindo da vida privada, traz um importante contributo para a reconstituição um dos temas mais importantes da nossa história recente.

Às cartas junta-se um diário que o mesmo autor improvisa e redige fielmente enquanto prisioneiro de guerra em Alparqueiros - *Charlie Deteneus Camp*⁴⁸⁹, ao longo dos cinco meses em que durou o cativeiro (entre 17 de dezembro de 1961 e 21 de maio de 1962). Através dele assistimos a um relato que, ainda que com recurso a fórmulas repetitivas da rotina quotidiana - com indícios claros de pequenos códigos e alcunhas face à possibilidade da sua apreensão pelos guardas indianos - é também revelador das angústias e das incertezas vividas tanto no plano individual como no coletivo dos prisioneiros de guerra portugueses em Goa após a rendição. Desta forma acedemos a relatos espontâneos que descrevem e caracterizam esses meses de cativeiro: a alimentação, o alojamento, os trabalhos diários, a disciplina militar, as atividades e os tempos livres, as expetativas, a relação dos prisioneiros com os guardas indianos, a moral e os sentimentos dos presos (saudades, abandono, humilhação, ansiedade), o fomento de boatos, as tentativas de subversão, as pequenas cumplicidades, entre outras.

Embarcados em Carachi a 18 de Maio de 1962 rumo à Metrópole, os últimos registos no diário datam de 21 do mesmo mês enquanto navegavam sobre as águas do Mar Vermelho. Nada mais ficou escrito. Localizamos, no entanto, a sua ficha militar e seguimos-lhe o rastro graças ao precioso contributo do filho mais novo, nascido enquanto o pai se encontrava mobilizado em Goa, e sem o qual nada disto teria chegado ao nosso conhecimento.

O capitão de cavalaria chega a Lisboa em fins de Maio juntamente com mais de 3.000 oficiais, sargentos e praças, esperando-os a todos uma receção gélida. Após dez anos de revolta

⁴⁸⁹ Após a capitulação militar portuguesa, cerca de 4.500 indivíduos (entre soldados, marinheiros, guardas-fiscais, guardas rurais e alguns civis) são distribuídos por 4 campos de prisioneiros: o Campo de Alparqueiros - *Charlie Deteneus Camp*; O Campo de Pondá - *Alfa Deteneus Camp*; O Campo de Pondá II - *Alfa II Deteneus Camp*; O Campo da Aguada - *Bravo Deteneus Camp*.

silenciada, cumpre ainda serviço militar em Moçambique entre 1972 e 74. Em 1982 passa à reserva e dois anos depois vem a falecer com apenas 62 anos, Coronel na reserva, ao que tudo parece num silêncio magoado e profundo.

Estas fontes - as cartas que escreve regularmente ao pai relatando as impressões da sua estadia em Goa (bem como as suas deslocações a Damão, Diu, Angediva, Paquistão) e o diário que redige em cativeiro - possuem a mais-valia de terem sido produzidos na altura de decurso dos próprios acontecimentos, antes mesmo que o esquecimento, a transformação e a reconstituição facilmente pudessem atraiçoar a memória.

Os registos que constituem a base deste trabalho são, por isso, um contributo fiel para a reconstituição histórica do papel de Portugal em Goa, particularmente nos últimos momentos dramáticos de mais de quatro séculos de colonização na Índia.

Passamos a analisá-los.

5.2.2 – As cartas ao pai

A 13 de Janeiro de 1961 Joaquim Salgado escreve a primeira das quarenta cartas (a última data de 17 de Dezembro, um dia antes da invasão) que, de Pangim, Goa, envia ao pai em Idanha-a-Nova, Castelo Branco.

Nela descreve o itinerário da viagem de avião desde o aeroporto da Portela, em Lisboa, rumo a leste por Elvas, Badajoz, Valência, Maiorca e Malta, local onde, em plena atmosfera mediterrânica, aterram por pouco tempo após cerca de sete horas de voo. Continuam depois, por mais seis horas, rumo a Beirute, no Líbano, onde fazem outra escala, no que refere como um “valente aeroporto internacional” pois se depara com “muitos aviões de muitas companhias” e com “negros, indianos de turbante, marroquinos e uma linguagem e escrita de que não se percebia nada”. Segue-se um novo voo de uma hora sobre as altas montanhas do Atlas até Damasco, na Síria, e mais cinco horas sobre a areia do deserto até ao aeroporto do Bahrein, no Golfo Pérsico, que desta vez considera um “aeroporto fraco” onde, “para além do deserto há umas palmeiras e poços de petróleo na costa”. Por fim, a última etapa e a aterragem no aeroporto de Dabolim, em Goa, onde “havia muita malta em serviço” e “já se ouvia falar português e viam-se caras conhecidas”. Do aeroporto à capital, Pangim, onde se iriam estabelecer, uns derradeiros “alguns 45 Km” agora feitos por via terrestre.

Como primeira nota de chegada, refere que a hora avança cinco horas e meia em relação à metrópole, marcando assim um critério de registo próprio da sua condição de militar, primando pela referenciação das ações descritas no tempo e no espaço.

Instalado na messe de oficiais, situada num cabeço designado de “Altinho”, a dois quilómetros do centro da cidade, é sobre a descrição das primeiras impressões que esta lhe transmite que a seguir se detém, ainda na mesma carta.

5.2.2.1 – A chegada e acomodação em Pangim

“A cidade, à primeira vista tem um aspeto velho”, afirma. Além do “palácio do Hidalcão”⁴⁹⁰ que descreve como “um casarão grande de dois pisos com varanda e arcadas para o rio”, abundam as casas mal pintadas, as janelas sem vidros, as tabuletas danificadas, tudo provocado pelos ventos e chuvas da monção.

As pessoas impressionam-no pela forma variada e estranha como estão vestidas: “uns à europeia, outros com as nádegas à mostra (...) malta negra, escura, clara, quase branca, mas tudo tostado pelo sol; mulheres à europeia ou de sari, as hindus (...) tudo malta muito sorna e molengona (...) não trabalham”, remata, num típico comentário de impressão colonial.

A paisagem, essa, descreve-a rica em árvores de “boas madeiras”, citando nominalmente os espécimes: palmeiras, coqueiros, bananeiras, mangueiras, caju, arbustos. A agricultura, porém, mostra-a pobre: “campos de arroz, beringelas, pepinos grandes; tomates e nabos pequenos” e a rega rudimentar, feita com “jarros de cobre que carregam à cabeça (...) não há hortaliça”. Abunda, no entanto, a fruta: bananas, mangas, papaias e óleo de coco que serve para tudo - desde fritar, lubrificar, para o cabelo, para o corpo. Tudo relata Joaquim Salgado ao pai, acentuando os primeiros contactos com um deslumbramento pela diversidade do território.

Dando nota também das primeiras rotinas estabelecidas, nas quais se enquadra a sua formação paralela em medicina veterinária, conta que, logo pela manhã lhe cabe o serviço no canil da polícia ao qual se segue o almoço, a sesta, o serviço no Quartel-general, as saídas à cidade ao fim da tarde. Estas saídas seriam, certamente, a parte mais agradável da estadia pela forma como as descreve: “às sete, oito vai-se à cidade conversar, beber whisky, cerveja, chá ou café gelado”,

⁴⁹⁰ “Hidalcão” é o nome dado pelos portugueses a Abul Muzaffar Yusuf Adil Khan Sawi ou Adil Khan o fundador do Sultanato de Bijapur na Índia e primeiro governante da dinastia Adil Xái que governou o sultanato do Decão durante quase dois séculos. Governou de 1489 a 1510, ficando associado ao desenvolvimento da cidade de Bijapur, que elevou a um importante estatuto. Morreu pouco depois de perder Goa, conquistada pelos portugueses liderados por Afonso de Albuquerque.

expressando também a vontade socializadora de se integrar em Pangim. A este propósito informa também que embora na cidade já valham os escudos, “esta malta ainda trabalha com rupias, tanjas e poiças”⁴⁹¹.

Três vezes por semana, as saídas e as visitas eram mais alargadas, normalmente de jipe ou de carrinha por estradas poeirentas (figura 25).



Figura 25 – Mapa administrativo de Goa⁴⁹²

Consistiam nomeadamente na inspeção de géneros nos depósitos de Mormugão⁴⁹³ (figura 25) e nas Unidades, a inspeção dos cães nos postos da polícia, as viagens a Canácona⁴⁹⁴ (figuras 25 e 26) onde se desloca várias vezes para vacinar cães e descreve como “região de floresta e

⁴⁹¹ A unidade monetária, a rupia, equivalia a 16 tangas, 1 tanga a 2 poiças e 1 poiça a 3 reis.

⁴⁹² https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Administrative_map_of_Goa.png - consultado em 1 de Novembro de 2017

⁴⁹³ Mormugão, hoje Marmagão é uma cidade portuária situada numa pequena península na entrada sul da baía de Goa, também conhecida pela sua fortaleza, construída pelos portugueses em 1624.

⁴⁹⁴ Canácona é uma aldeia e município situado na extremidade meridional de Goa Sul, incorporado em 1794.

onde aparece caça grossa” e onde viu “macacos grandes de pelo esbranquiçado e castanho claro” na estrada e nas árvores e “borboletas muito bonitas”⁴⁹⁵.



Figura 26 – Préstito em Canácona (Goa): postal ilustrado⁴⁹⁶
(Imagem gentilmente cedida pelo filho do autor dos manuscritos, s/d)

Ou então as deslocações pelas animadas ruas inteiramente dedicadas ao comércio, em Margão (“Margaon” – figura 25), pelos caminhos de transporte do minério do interior para os embarcadouros nos rios Mandovi e Zuari⁴⁹⁷, pelas indústrias da seca da cavala, do enlatamento da castanha de caju, dos tecidos estampados, das caixas de fósforos, pelos campos de arroz. Tudo é descrito com manifesta vontade de não deixar nada de fora.

“Tudo cheira a Índia”⁴⁹⁸, expressa Joaquim Salgado num arremedo literário, enquanto nestas suas saídas se queixa dos saltos e balanços pelas estradas com buracos e da constante poeira vermelha que envolve o jipe, também ele marcado pelas balas da guerra de 1954-55⁴⁹⁹.

⁴⁹⁵ Cartas: 5, 9 e 13 de Fevereiro de 1961.

⁴⁹⁶ Imagem cedida pelo filho do autor dos manuscritos depositados no Arquivo dos Diários.

⁴⁹⁷ Os rios Zuari e Mandovi, ligados pelo canal I de Cumbarjem, constituem a principal fonte de água para a agricultura de Goa.

⁴⁹⁸ Carta de 20 de Fevereiro de 1961.

⁴⁹⁹ Trata-se da invasão dos territórios/enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli administrados por um governador português mas que depois que a Índia obteve a independência foram ocupados, passando em 1954 do domínio português para o governo da União Indiana, após as parcas forças militares portuguesas serem vencidas.

Os caminhos levam-no ao encontro de um mundo novo, que observa e descreve com detalhe: macacos na estrada e esquilos nas árvores; javalis, tigres, leopardos, onças, macacos, búfalos “com cornos grandes que chegam a meio do corpo” nas florestas cerradas; jacarés e lacraus “que chegam a ter 20 cm”, a cobra-capelo, a formiga-branca, aranhas, abelhas grandes, baratas voadoras, borboletas muito bonitas (“deram-me uma rede para as apanhar na altura da monção, vou fazer uma coleção para levar”); búfalos e zebús “cuja carne, de vaca, o hindu não come”, que lavram e puxam carros; porcos com o focinho comprido e afiado e barrigas quase a alastrar pelo chão; muitas galinhas, gralhas e cães “aos pontapés”.

A propósito da alimentação animal, dá-nos uma curiosa sequência panorâmica da relação desta com a diversidade cultural e religiosa que encontra:

O mouro não toca no porco e o hindu não toca em carne nem vasilha de vaca – o mouro compra a vaca ao hindu, mas tem que ser ele a abater a vaca no matadouro; o hindu compra porco ao mouro mas tem de ser o hindu a abater o porco.⁵⁰⁰

Confrontado com os problemas das suas lides quotidianas de inspeção ao serviço da Câmara Municipal no matadouro que fica “a dez quilómetros para o lado de Velha Goa” Joaquim Salgado desabafa, mostrando que aprende depressa os costumes locais:

A faca que serve para inspecionar vacas não pode servir no porco. A dos porcos não pode servir nas cabras. Se eu faço a inspeção dos porcos e vou depois inspecionar as cabras, os hindus e os mouros refilam. Se vou das vacas para as cabras, refilam os hindus. No sítio onde se matam vacas não se pode matar porcos nem cabras. No sítio onde se matam cabras não se pode matar porcos.⁵⁰¹

E acrescenta, rematando com o enfado próprio de um europeu que não consegue disfarçar um julgamento tipicamente colonial: “só na Índia há disto”!

Mas as situações que Joaquim enfrenta nos matadouros vão bem além desta tensão cultural provocada pelas diferentes religiões e manifestam-se naturalmente nos costumes e tradições culturais:

Estes arés não lavam os balcões, paredes, soalhos nem balanças e fica a carne sempre agarrada por todo o lado. Desmancham a carne no chão ou em cima de umas esteiras imundas. Cães e gatos dentro dos talhos... É uma nojeira. Se for fazer o serviço da Câmara

⁵⁰⁰ Carta de 20 de Fevereiro de 1961.

⁵⁰¹ Carta de 7 de Julho de 1961.

não posso aceitar esta porcaria e lá irão todos – os talhantes – queixarem-se. Isto é uma gajada.⁵⁰²

Inicialmente hesitante em assumir o serviço proposto pelo Presidente da Câmara, acaba por aceitar, na convicção de que, como militar e europeu ‘civilizado’, imporia uma certa organização e disciplina: “já consegui alguma coisa: pelo menos lavam o chão e já raspam a ferrugem maior das balanças, já usam aventais e toucas brancas”⁵⁰³. Mas a entropia é difícil de vencer:

Os fornecedores matam as reses quando querem e vendem-nas quando lhes dá na gana. Fiscalização do leite não se faz e os leiteiros andam à rédea solta. (...) No mercado há três talhos de carne de porco, mas só um era inspecionado, porque nos outros dois a carne vendida era inspecionada por um médico duma aldeia perto, aré e amigo deste fabiano e precisava de lhe dar uns dinheiros a ganhar.⁵⁰⁴

No entanto e por achar que “os tipos da Câmara andavam a brincar comigo” continuando a autorizar “confusões”, acaba por desistir do serviço em acumulação, justificando-se: “deixei de ganhar aquele dinheiro, mas paciência, cabeça sempre direita!” E confessa: “eu não estou muito interessado em andar a rebentar com o fisico para ganhar mais uns escudos, pois aquilo que ganharei a mais estes dois anos gastá-los-ei depois aí na Metrópole a tratar da saúde”⁵⁰⁵.

De entre as várias dificuldades de adaptação que enfrenta, Joaquim Salgado destaca o clima. “O calor aqui amolece e desgasta”⁵⁰⁶ declara, relatando as grandes variações de temperatura (“32° à sombra de dia e 20° à noite, no inverno”), o excesso de calor (“sua-se em bica”) e de humidade (“chega a atingir os 90% e mais”). Por outro lado, a chuva que “põe as estradas desgraçadas” reconhece, “é anti-terrorista”⁵⁰⁷, referindo-se à pólvora que humedece e às munições que se estragam. “A monção é assim: é chover até outubro”⁵⁰⁸ relata ao pai descrevendo a chuva intensa e os ventos ciclónicos, que isolam povoações, “escavando tudo” e tornando problemáticas as ligações de barco e avião sobretudo entre junho e setembro. “Sua-se

⁵⁰² Carta de 22 de Maio de 1961

⁵⁰³ Carta de 7 de Julho de 1961.

⁵⁰⁴ Carta de 13 de Julho de 1961.

⁵⁰⁵ Carta de 5 de Junho de 1961.

⁵⁰⁶ Carta de 1 de Abril de 1961.

⁵⁰⁷ Carta de 22 de Maio de 1961.

⁵⁰⁸ Carta de 4 de Maio de 1961.

constantemente” mas é também na monção a única altura em que há pastagens para o gado que, na altura seca, “passa fome”⁵⁰⁹.

Para além do clima Joaquim Salgado também não se sente bem com a alimentação: “Come-se muita porcaria porque esta malta são uns porcos” afirma, e continua “é tudo à base de lataria, arroz, massa, óleos e temperos que às vezes só o cheiro provoca náuseas (...) a carne, de búfalo e de zebu, continua dura como pedra, o caril muito picante (...)”. Lamenta-se ainda da falta de hortaliças e verduras de que o seu organismo estranha a ponto de andar mal dos intestinos, mal do fígado, mal da barriga. Vale a chegada do “Índia” que, de quando em quando, vindo da metrópole, o pacote traz batata e bacalhau, choccos e polvos, bebidas e cigarros, o que desencadeia uma grande alegria. Esporadicamente surge um bom almoço: “sardinha assada vinda da metrópole no frigorífico de avião (descongelada ao sol) com batatas, sopinha de pão com tomate, hortelã e loureiro... uma delícia!”⁵¹⁰ confia, com regalo e nostalgia da pátria.

5.2.2.2 – A vida em Goa

Joaquim Salgado é um observador atento da vida quotidiana em Goa.

Descreve nas suas cartas a ceifa e a debulha do arroz que se destacam em Setembro e Outubro nas grandes planícies de Mapuçá e Satari a norte de Goa (ver mapa da figura 25), ocupando imensa gente. Conhecedor da atividade agrícola, relata com minúcia o trabalho nos campos onde observa as longas extensões de pessoas que se alinham para transportar os sacos do arroz à cabeça, umas atrás das outras:

Vêm-se grandes filas de mulheres com umas foices diferentes das nossas, mais pequenas e mais redondas (...) Fazem as eiras em qualquer lado, às vezes nas bermas das estradas a aproveitarem o alcatroado. A debulha é a bater com os molhes num ripado, parece uma mesa, e o grão cai nuns panais (...). Fazem a carreja da ceifa até à eira e depois levam os sacos da eira até casa à cabeça, tanto as mulheres como os homens. Em certas zonas fazem filas aí de mais de cem uns atrás dos outros (...)⁵¹¹.

⁵⁰⁹ Carta de 5 de Junho de 1961.

⁵¹⁰ Carta de 2 de Março de 1961.

⁵¹¹ Carta de 9 de Outubro de 1961.

“Os donos das terras não as trabalham, são os senhores feudais cá do sítio”, observa Joaquim que assim começa a abordagem à complexidade das castas (Weber, 1958) e suas hierarquias, que descreve da seguinte maneira:

Os donos das terras são os batcarás ou batcars. Esses não trabalham, são os senhores feudais cá do sítio. Cedem as terras para os das aldeias semear e tiram depois parte da colheita, em regra, a parte de leão. Os que são uma espécie de rendeiros chamam-se os manducares, e são em regra curumbires, mas também podem ser begarins. Estes últimos são também gaurós. Há também outra malta, que são os sudras. Estes estão uns furos abaixo dos gaurós. Depois há os comerciantes que têm um nome qualquer, os operários e os brâmanes. Se um de uma casta alta casa com uma de uma casta mais baixa, sai de onde estava, mas não entra na casta inferior. Ficam de fora, os chamados fora de casta ou meia casta. Agora quando um destes casa com “outra de casta diferente” lá volta a haver uma nova casta. Há os farages, uma espécie de operários, onde se incluem carpinteiros e sapateiros e finalmente há os intocáveis. Se a sombra destes tocar um brâmane este torna-se impuro, o que obriga o brâmane a lavar-se e a defumar-se para recuperar a pureza.⁵¹²

“Isto é uma trapalhada” desabafa, acrescentando que há ainda os brancos europeus (portugueses e estrangeiros) que “não chegam a duzentos” e “são das brigadas técnicas agrícolas e das obras, empregados dos correios, fazenda, bancos e do Governo Geral”; os canecos (filhos de europeu e mulher aré ou vice-versa), os goeses arés, os mouros, os hindús, os da União Indiana... Enfim a visão de uma “babel” sob administração portuguesa, todavia dominada, poderíamos dizer, por uma outra “casta” que controla a máquina administrativa colonial e é de origem europeia, ou produto da miscigenação com esta.

Também no que respeita à religião, e ainda na mesma carta, descreve a variedade de crenças e manifestações: cristãos, mouros, hindus e pársis. Mas é à volta dos hindus que Joaquim mais se detém dizendo que, dentro dos hindus cada um adora o seu deus, caso de Maroti, deus da amizade, com rabo de macaco, ou o Ganesh, o deus da abundância e das colheitas, com tromba de elefante. Descreve, com pormenor, o dia da festa deste, a que assistiu, e que compara ao Natal e ao Menino Jesus.

Nesse dia, quase todas as famílias compram um Ganesh de barro bem pintado, que colocam num altar preparado na casa com luzes e enfeites, “tipo presépio” como descreve. À volta da imagem colocam arroz, pepinos, quiabos, bolos e doces. Pela meia-noite chegam camionetas para levar os deuses enfeitados com fios de ouro que cada família retira da sua casa,

⁵¹² Carta de 9 de Outubro de 1961.

e distribuem entre todos bolos, doces e presentes. A multidão segue atrás das camionetas - a cantar, a bater palmas, a tocar campainhas e pratos e com fogo-de-artifício – em direção ao rio. Uma vez chegados, são retirados os deuses e colocados num barco, alinhados, sendo-lhes retirados os fios de ouro. Juntam-se as pessoas e, no meio do rio, fazem uma encenação com gestos, gritos (“Moriá! Moriá!”⁵¹³), água, cocos partidos. No final, os Ganeshes são lançados ao rio e regressa-se a casa com grande satisfação e ruído.

Fala-nos ainda do deus Divali evocativo do Ano Novo, concluindo que “têm deuses e santos com fartura” e que “gostam disso”.

Do ponto de vista valorativo, considera que os hindus “não são maus, o que querem é que os tratem bem”, mas ressalta que a gente das cidades “é malta mais perigosa, com ambições, armados em intelectuais que querem ser os donos disto e serem eles a ganhar e a mandar”, o que leva a supor ser a causa de que a gente das aldeias é “muito escaldada e desconfiada”⁵¹⁴.

5.2.2.3 - A visita a Damão e Diu

A residir em Pangim (Goa), Joaquim desloca-se, em serviço, durante as duas últimas semanas do mês de Abril de 1961, às praças do Norte: Damão e Diu. Parte de barco, em viagem de três dias, regressando de avião.

Logo que chega escreve ao pai⁵¹⁵ exprimindo o que sentiu ao percorrer aquelas terras onde “os velhos portugueses andaram em 1500” e que “vale a pena conhecer” mas que encontrou pobres, com “miséria e dificuldades de toda a espécie”.

Sobre Diu conta que é uma ilha com uma fortaleza muito antiga, construída pelos portugueses, onde também funciona uma prisão, e com grandes muralhas, parte das quais em ruínas. A cidade tem casas antigas e é asseada. As pessoas são simpáticas, limpas, as mulheres usam saris de cores vivas e bonitas e afirma, não evitando comparações, que “é tudo gente mais dada que em Goa”. Há engenhos de água tipo mourisco e cultiva-se “arroz, bagi e pouco mais”. Há também “templos muito bonitos mas não nos deixam lá entrar” afirma, referindo a população constituída por mouros, pársis, hindus e poucos cristãos. Numa alusão aos costumes religiosos, relata:

⁵¹³ “Moriá! Moriá” significa “Viva! Viva!”, como explica o autor na mesma carta.

⁵¹⁴ Carta de 9 de Outubro de 1961.

⁵¹⁵ Carta de 1 de Maio de 1961.

Os hindús queimam os mortos numas casas à beira-mar e há uma construção ao lado de onde a família assiste à cerimónia. Os parsis põem os mortos numa construção a que chamam torres do silêncio. Deixam lá os cadáveres e vão-se embora. Os abutres e outras aves de rapina comem-nos.⁵¹⁶

Assistiu a danças onde as raparigas estão horas seguidas “a cantar à roda e a bater palmas”. Tendo assistido também a um casamento hindu, com tradições bem diferentes das nossas, descreve o que viu:

Aquela malta vai toda a noite com petromaxes, a tocar tambor e pífaros e cornetas que se metem pelos ouvidos a dentro. À frente vão três cavalos puxados por garotos. Num vai o noivo muito bem vestido com uma adaga e um ramo nas mãos. Ao lado vão umas mulheres com baterias de automóvel à cabeça de onde saem uns fios que ligam às lâmpadas distribuídas na cabeça e flancos do cavalo. O noivo vai também decorado com lampadinhas às cores. Outras mulheres levam à cabeça caixotes com flores de papel. Atrás do noivo ia uma rapariga a tocar uma espécie de campainha. E lá andou aquela malta pelas ruas de Diu a tocar até que saíram pela porta da muralha em direção a uma aldeia perto. De madrugada lá estavam outra vez. Aquilo dura uns oito dias a tocar, a dançar, cortejos, comer e beber até que lá se casam e só nessa altura é que o noivo vê a noiva.⁵¹⁷

A partir de Diu Joaquim deslocara-se no navio de guerra Afonso de Albuquerque para Damão, servindo-se de uma lancha da patrulha da marinha de guerra para alcançar terra, onde foi honrado com cerimónias protocolares por ser “o mais graduado a entrar a bordo”. Dividido em dois pelo rio Sandalcalo - Damão pequeno e Damão grande – confessa que desta cidade não gostou tanto: “Já há cultura de batata e hortas mas é tudo muito pobre”, com pouca gente e “as mulheres usam uns saris escuros e sujos”.

Creemos que nestas impressões, de algum modo vagas e dispersas, como em outras certamente, o capitão de cavalaria retrai a finalidade de serviço da sua deslocação, enquadrada certamente em determinação militar, razão que poderá explicar a contenção de palavras e uma carta que já ia longa a qual, além do mais, termina com um clima de preocupação:

Atacaram um porto mesmo nas barbas de Pangim, do outro lado do rio, em frente ao Quartel-general. Mataram dois guardas – um europeu e um goês. Isto é uma cambada perigosa e traiçoeira. Tem que se andar sempre desconfiado com esta malandragem.

⁵¹⁶ *Ibidem*

⁵¹⁷ *Ibidem*

Veremos o que daqui sairá. Isto agora é de trazer sempre a pistola no bolso com uma bala na câmara e pronta a fazer fogo.⁵¹⁸

5.2.2.4 - A ilha de Angediva⁵¹⁹

Joaquim Salgado desloca-se também no mesmo navio Afonso de Albuquerque em 28 de Setembro do ano de 1961 à ilha de Angediva (figura 27), a cerca de dois quilómetros da costa de Goa, com o objetivo de fazer a rendição da guarnição da ilha que estava isolada há quatro meses e meio, devido à monção.

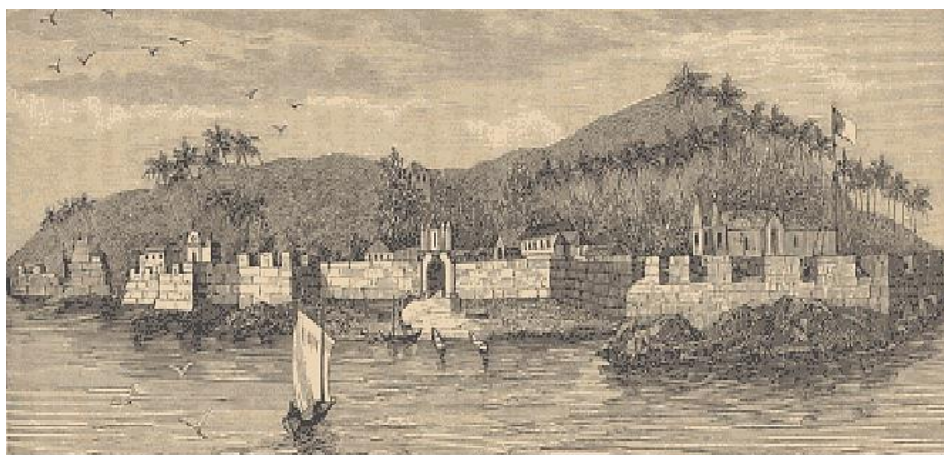


Figura 27 – Forte de Angediva, Ilha de Angediva⁵²⁰

Percorrendo-a a pé, pelo meio da vasta selva de coqueiros e palmeiras, “só com calção de banho e sapatos”, conta que andou muito e viu tudo e “foi um dia bem passado”. Descreve a ilha com muralhas antigas, igrejas e capelas também muito antigas, lápides, sepulturas, ruínas e muita selva (figura 27).

Sabemos pela História que durante a primeira viagem à Índia em 1498, Vasco da Gama declarou a ilha território da coroa portuguesa e, pouco depois, em 1505, o primeiro vice-rei, D. Francisco de Almeida, mandou construir uma fortaleza. Esta acabou por ser destruída poucos

⁵¹⁸ *Ibidem*

⁵¹⁹ A ilha de Angediva é uma pequena ilha costeira do Mar Arábico, com 1,5 km² de área, sem população residente, tendo feito parte do Estado Português da Índia até 1961; situada a sul de Goa, encontra-se atualmente ligada ao continente por um quebra-mar.

⁵²⁰ http://www.supergoa.com/pt/fortes/f_anjediva.asp - aceso em 1 de Novembro de 2017

meses depois mas, em 1682, devido às invasões dos maratas hindus, o vice-rei D. Francisco de Távora decidiu erguê-la novamente e agregou-se um aquartelamento militar.

Joaquim Salgado descreve essa diligência militar como o único povoamento da ilha constituído por “um oficial, dois sargentos, vinte militares e um posto de rádio” e ainda um cabo aré, reformado, “uma espécie de regedor e guarda da ilha” que lá vivia com a mulher, constituindo-se assim o escasso povoamento de Angediva, com pequena criação de porcos e vacas. Esta, no entanto, outrora, teria sido dinâmica, com as pescarias e o fabrico feminino de luvas que os homens transportavam de barco para vender no Karwar e no Japão (Seabra, 1962: 152).

A quebrar este isolamento só mesmo os pescadores da União Indiana que se deslocavam aí para pescar e abastecer a pequena povoação. “Para lá se viver era um frete dos grandes” desabafa Joaquim Salgado que, por outro lado, enaltece a beleza da paisagem tropical e alude ainda à importante base naval e porto do Karwar que se avista desde a ilha⁵²¹.

5.2.2.5 - A visita ao Paquistão

A 31 de Outubro de 1961 o capitão de cavalaria parte para o Paquistão, integrado numa missão oficial de cerca de duas semanas, num avião da TAIP⁵²², com o objetivo de adquirir cavalos para a defesa dos territórios portugueses.

Após três horas e meia de voo, aterram no aeroporto da grande cidade de Karachi onde a embaixada de Portugal e o Ministério de Defesa e da Agricultura do Paquistão, os recebe calorosamente. Poucos dias depois rumam a Norte para Lahore, Montgomery, Mona e Pindi, regressando, no final, de novo a Karachi por mais quatro dias.

No Norte, confessa, sentiu frio e viu neve. Mas é acerca do povo paquistanês e da cidade de Karachi que Joaquim Salgado nos deixa as suas maiores impressões, não se inibindo mesmo de ensaiar umas breves caracterizações etnográficas ao estilo da época.

“O Paquistão tem meia hora de diferença de Goa” anuncia, descrevendo-o como um país jovem, “com 14 anos de existência”, em franco progresso e muita força de construção: “não vivem a falar na história e no passado como nós, no Infante e no Afonso Henriques”. Gente simpática, afável e acolhedora. A pele escura, “tipo mouro”, mas mais claros, mais fortes e melhor

⁵²¹ Carta de 9 de Outubro de 1961.

⁵²² TAIP - Transportes Aéreos da Índia Portuguesa - linha aérea que operou a partir do Estado Português da Índia entre 1955 e 1961, permitindo a Portugal as ligações aéreas com Goa, Damão e Diu, sem necessidade de qualquer uso de infraestruturas da União Indiana, que havia decretado o bloqueio.

constituídos que os indianos, sustenta. “A língua deles é o urdu mas fala-se inglês em toda a parte. Religião é a muçulmana (mouros). Não bebem vinho nem álcoois. Não comem carne de porco”. Reconhecendo que nem todos cumprem com rigor a sua religião, a grande conclusão que tira parece ser a de que “cada um tem a sua religião e temos que respeitar as crenças uns dos outros”. A este propósito, conta ao pai um episódio a que assistiu e que destaca pelo significado:

Olhe, num comboio assisti à seguinte cena: um fulano juiz, ao pôr do sol abriu a mala de viagem, tirou um barretinho branco que enfiou na cabeça, mas antes foi-se lavar à casa de banho. Tirou um tapete com uma mesquita, estendeu-o no chão do compartimento, ajoelhou-se, virou-se para nascente e ali esteve a fazer as suas rezas e a bater várias vezes com a cabeça (testa) no chão e a passar os polegares por trás das orelhas e na testa. Quando acabou, voltou a guardar tudo na mala e continuou a conversar connosco.⁵²³

Ainda relativamente à diferença dos paquistaneses afirma que “é outra gente”, enquanto alega que “não gramam os hindus nem o Nehru”, estando antes do lado dos portugueses “de alma e coração”, embora reconhecendo que “na ONU votam contra nós, como os brasileiros”.

Relata a visita que, à chegada fizeram ao Quartel do *President's Body Gard* (Corpo de Guarda do Presidente) como um “espetáculo que enche a vista”: soldados, sargentos e oficiais – vestidos com calças brancas justas às pernas, casacos até aos joelhos, encarnados, com botões dourados, talabartes brancos e um turbante na cabeça – a galope em belos cavalos tipo inglês, fazendo demonstrações de hipismo e lançamento ao alvo de lanças decoradas da cor dos uniformes. Uma herança colonial britânica, pensamos nós.

Relata também a visita à *Military Farm*, uma granja do exército, perto de Karachi, onde se criam vacas para abastecer o Exército de leite e carne, e onde também se produzem forragens com sistema de irrigação a partir de um rio que fica a muitos quilómetros de distância. A propósito destes progressos refere também a visita a um centro de inseminação artificial para vacas.

A cidade de Karachi é, conclui, “uma cidade de deserto”, mas tem porto de mar, ruas largas, boas vivendas e “perto de três milhões de habitantes”. Atesta uma grande confusão de trânsito nas ruas: carros, imensas charretes puxadas a cavalo, “lambretas com uma armação e dois assentos atrás e com uma capota pintada de flores e ramos que funcionam como táxis baratos”, mas no fim, assegura, “bate tudo certo”. A foto que apresentamos na figura 28,

⁵²³ Carta de 23 de Novembro de 1961.

representando *Bunder Road* na cidade de Karachi em 1960, parece ilustrar esta dimensão de cidade que o narrador transmite.



Figura 28 – Bunder Road, Karachi, 1960⁵²⁴

5.2.2.6 - Os “mistérios do Oriente”

“Por cá há muitos mistérios. São os mistérios do Oriente. Um dia contar-lhe-ei”⁵²⁵, promete Joaquim Salgado ao pai, em um dos vários momentos em que se sente mais inquieto:

O futuro afigura-se tão carregado para nós portugueses. Aqui anda tudo sossegado por enquanto, mas estes tipos não são de fiar, pois nunca se sabe de que lado elas vêm. Isto é malta misteriosa, são orientais. (...) Aqui esta gente sabe muito. É malta muito especial, sorrisos na frente, punhaladas por trás se lhes convier. São cobardes por índole. (...) São uma tropa fandanga, agarrados aos seus interesses, habituados a fazer o que querem e lhes apetece. É uma zaragata uns com os outros por invejas e ódios (...). Mesmo à paisana quando se sai à tarde ou à noite, leva-se a pistola disfarçadamente (...) Tem que se andar sempre desconfiado com esta malandragem. Veremos o que daqui sairá. (...) É preciso ter ‘ourela’ e saber ver e calar para a gente se defender.⁵²⁶

⁵²⁴ https://propakistani.pk/wp-content/uploads/2017/08/10448592_677776152302841_3244475155606990153_o.jpg - acedido em 18-12-2017

⁵²⁵ Carta de 13 de Julho de 1961.

⁵²⁶ Cartas de 19 de Abril, 1 de Maio, 7 e 13 de Julho de 1961.

A ligação do oriente a “terra de mistérios” em contraposição à disciplina e à organização de que tudo parece carecer sob o olhar do “militar europeu” afigura marcar a distância cultural que separa os dois mundos. Cauteloso, Joaquim Salgado revela não querer ser mais explícito sobre este assunto pois reconhece que “não se deve escrever muito nas cartas”, mas deixa a promessa de que “um dia com vagar, sentados à lareira aí em casa a comer uma chouriça falaremos sobre isto”⁵²⁷.

Nesta sequência, afirma que “a Índia deve ser a coisa pior do nosso Ultramar”, com base não só no que ouve dizer por parte dos que andaram por outras províncias ultramarinas, mas também pelas notícias e informações que lhes chegam desses territórios e que acompanham como militares. “Às vezes chego a pensar” admite, “se não seria preferível andar aos tiros como em Angola” e acrescenta: “pelo menos sabia-se quem era e como era o inimigo”. E contrapondo, identifica a razão do desgaste que sente: “aqui é mais uma guerra dos nervos e psicológica e ação muito pouca, isto arrasa o sistema nervoso”.⁵²⁸

5.2.2.7 - A saúde, a família e os afetos

O tipo de correspondência em que estas cartas se enquadram constitui um importante testemunho documental das relações familiares dos combatentes, dos seus afetos, dos modos de relacionamento conjugal e filial com a família, as prioridades, os valores, os recalamentos, enfim, a condição existencial do modo como se lida com um presente ausente e um futuro imponderável. Por um lado há a enorme distância à terra natal, à família e aos amigos, por outro a proximidade a mundo estranho, desconhecido, cujo processo de adaptação não é fácil, tanto mais que em contexto de guerra.

Joaquim Salgado confessa que, mal chegou, sentiu logo uma perturbação no funcionamento do sistema nervoso e no sistema digestivo (intestinos, fígado, barriga inchada, são as suas queixas mais frequentes). A falta de verduras e de hortaliças é a justificação que encontra, de imediato, para tal.

No entanto outros fatores certamente terão contribuído, especialmente para uns três primeiros meses mais difíceis: o facto de ter partido pouco após o choque da morte do segundo

⁵²⁷ Carta de 22 de Maio de 1961.

⁵²⁸ Carta de 13 de Junho de 1961.

filho, um rapaz ainda muito pequeno, o ter deixado um outro, o mais velho, com apenas cinco anos e ainda um mais novo em fase de gestação. Também a despedida, já difícil, tornou-se ainda mais, por contar com a incompreensão de Maria da Graça⁵²⁹, sua mulher, que deixara abalada. Por outro lado, e já lá na terra distante, os alertas durante os ataques dos terroristas, o estado de alarme e de tensão permanentes, tudo contribuía para uma situação de ansiedade que em nada ajudava ao bem-estar físico e do sistema nervoso. Queixando-se frequentemente de avarias no fígado e no intestino, chegou também a fazer exames aos pulmões e ao coração mas estes, afinal e felizmente, estavam bem. Apenas os brônquios acusavam excesso de tabaco, reconhece.

Quando partiu para a Índia, com quase 39 anos de idade, deixou a mãe e o pai na sua terra natal em Castelo Branco e é a este último que dirige e confia a partilha assídua (através das cartas) da nova realidade político-militar, bem como os seus desafios de adaptação, os desabafos e sentimentos, afirmando-lhe: “o pai sabe compreender estas coisas, também já andou por fora”.

Ambos se correspondem em cartas do Movimento Nacional Feminino, sem custos, bastando ao pai pedir os impressos na delegação distrital ou concelhia do Movimento e depois entregá-las nos correios em mão própria. As cartas são depois transportadas nos aviões portugueses da TAP ou da TAIP, de quinze em quinze dias.

Pelo que nos apercebemos, Joaquim Salgado também se corresponde com a mulher (embora desconheçamos a existência física de alguma dessas cartas) mas, apesar de lhe reconhecer qualidades, não a vê capaz de entender os seus reptos e sentimentos. É com o pai que desabafa em vários momentos:

A [Graça] escreveu a queixar-se que anda a passar mal e muito pesada” (...) Diz andar mal do fígado e sente-se muito isolada e sem distrações e passatempos. (...) Lá continua com a ideia de vir para aqui. E que se eu não a mando vir é porque não a aprecio. Resumindo, patetices e minhocas e parvoíces que lhe meteram na cabeça enquanto foi nova. Não sabe aceitar a vida como é, com as suas dificuldades. [...] A [Graça] é boa rapariga, mas isto nos tempos que correm não chega. A vida exige um pouco mais do que ser boa pessoa.⁵³⁰

Isso não o impede, no entanto, de reconhecer a certa altura:

Por aqui, do que tenho observado das mulheres dos camaradas, tenho que chegar à conclusão que a [Graça] com os seus defeitos vale mais do que as que aqui estão. Os

⁵²⁹ Nome fictício.

⁵³⁰ Carta de 23 de Novembro de 1961.

defeitos dela, comparados com os desta malta são autênticas virtudes. Mas isto não se pode dizer a ela senão é capaz de se convencer.⁵³¹

Na altura em que a gestação do terceiro filho se aproximava do momento derradeiro, manda um caixote com umas encomendas e é por telegrama do pai a 18 de Abril de 1961 que é informado do nascimento: “tudo correrá normalmente e mãe e filho se encontram bem”. E surgem naturalmente uma série de perguntas:

Em que dia e a que hora nasceu o menino? Foi na noite de Sexta para Sábado, ou de Sábado para Domingo? Os pais estavam em Castelo Branco ou souberam antes? Quem foi fazer o registo da criança? Foi o pai e o meu sogro? Que nome puseram? Ficou tudo bem escrito na cédula? Já pagaram à parteira?⁵³²

Sabendo pela mulher que tem tido muitas visitas, não deixa de comentar com o pai: “Isso é que ela gosta!”. Segue-se o batizado de José Maria⁵³³ a 28 de Maio, do qual sabe, pelo pai, que tudo foi simples e em família. E responde: “Não estamos em tempo de festas. A época é de sacrifícios e dificuldades para nós portugueses. Os pequenos devem começar a preparar-se para a vida”⁵³⁴.

Após o nascimento do filho mais novo e à medida que se aproxima o final do ano, Joaquim Salgado sente-se mais preocupado com os seus: “O que é preciso é dias e meses passados para vir a altura de recolher à metrópole (...). Já pouco falta para fazer um ano que daí sai”⁵³⁵. Na verdade a situação de incerteza face à atuação do inimigo torna-se psicologicamente desgastante, “uma guerra de nervos” como designa. O dia 15 de Agosto, dia da Independência da União Indiana foi temido. Mas é em Dezembro, quando se sentem cercados pelas melhores tropas de Nehru, que Joaquim Salgado, munido de pressentimento, pede ao pai

o favor de ir dando moral à [Maria da Graça] e que ela olhe pelos pequenos e não ande a chorar junto deles (...) O pai não alarme a mãe, pois já estive em Cabo Verde na Primeira Guerra, embora a situação não fosse a mesma. Já viu como é e, como militar, sabe encarar estas coisas como deve ser (...) Como a mãe faz anos a 22, desejo-lhe que os passe com saúde e que conte muitos. Oxalá passem o Natal com saúde. Eu cá passarei conforme puder” (...) Pai ampare a [Maria da Graça] e os pequenos no que puder.⁵³⁶

⁵³¹ Carta de 24 de Setembro de 1961.

⁵³² Carta de 8 de Maio de 1961.

⁵³³ Nome fictício.

⁵³⁴ Carta de 7 de Julho de 1961.

⁵³⁵ Cartas de 13 de Julho e 30 de Outubro de 1961.

⁵³⁶ Cartas de 14 e 17 de Dezembro de 1961.

Tratava-se, de facto, da última carta que escreveria nas vésperas da invasão da União Indiana. A imponderabilidade do futuro atingiria o seu auge, como iremos ver.

Entretanto apercebemo-nos também de que Joaquim gosta de organizar lembranças e álbuns das fotografias que vai tirando ao longo dos seus percursos e viagens por forma a registar e fazer memória destas suas vivências. É o caso também da coleção de borboletas de que falamos atrás ou das recordações que, afetuosamente, envia de longe a longe, através do “Índia” à família: várias fotografias, “encomendas” para a mulher, uma almofada de seda para a mãe, sementes de abóbora, rábanos, melão, pateca, quiabos, patolas, feijão-chicote, pimenta, chuchu, “para o pai ver se pegam aí” bem como um mapa da Índia “para ver por onde vou andando”.

Embora mostre saber apreciar o contacto com toda esta variedade e formas de estar, Joaquim Salgado não deixa, porém de sentir desalento e saudade, o que vai denunciando direta ou mais indiretamente através de expressões de desabafo como: “estou farto da Índia” ou “isto por aqui está sossegado e eu estou farto disto” ou ainda “aqui anda-se como os soldados aí na Metrópole a contar os dias de passar à peluda⁵³⁷”.

5.2.2.8 - A situação militar e política

À medida que se vai desenvolvendo a epistolografia, releva-se o crescendo de tensão e de ameaça que paira sobre as possessões coloniais portuguesas na Índia. Constata-se o aumento indisfarçável de inquietação nas suas missivas e vão surgindo cada vez mais evidentes os eventos bélicos e os receios. À medida que se aproxima o final do ano a situação agita-se mais: milhares de tropas na fronteira, navios-patrolha na costa, aviões a violar o espaço aéreo, incluindo em Damão e Diu:

Isto anda assanhado. Há uns dias que estamos cercados. Na fronteira tropas com fartura, uns milhares largos deles. Na costa, barcos de guerra em patrulha. Vêem-se daqui de Pangim. Em Damão e Diu os aviões têm violado o nosso espaço aéreo.⁵³⁸

Os meios de comunicação também não são fiáveis. A rádio da União Indiana levanta falsos testemunhos. A verdade, no entanto, é que, como observa, “os terroristas estão em plena

⁵³⁷ Na vida militar “passar à peluda” significa passar à disponibilidade. Carta de 7 de Julho de 1961.

⁵³⁸ Carta de 10 de Dezembro de 1961.

atividade” espalhando a confusão e o medo: lançam-se granadas de mão, explodem bombas, destroem-se pontes. Evacuam-se mulheres, crianças e velhos, pelos aviões, via Karachi, ou pelo “Índia”. Em caso de ataque inimigo com as forças do Exército e da Marinha, escreve o capitão de cavalaria, “é tudo contra nós” e explica (ver figura 29):

Eles têm cerca de 40 a 50 mil homens na fronteira entre Exército e Polícia, sem contar com os terroristas (...). Eles estão bem armados, têm carros blindados, artilharia, etc. Têm aviação a apoiá-los, navios de guerra com cruzadores, porta-aviões, bom material, pessoal treinado. Nós, para nos opor a isto, temos três mil homens do Exército, mais uns mil polícias e guardas-fiscais, mais autometralhadoras dos velhos tempos, duas baterias de artilharia, metralhadoras, uns morteiros e munições com a monção em cima delas. Temos o navio de guerra “Afonso de Albuquerque” e três patrulheiros. Eles estão em casa. Nós estamos longe e reforços só os poderemos receber quando?⁵³⁹

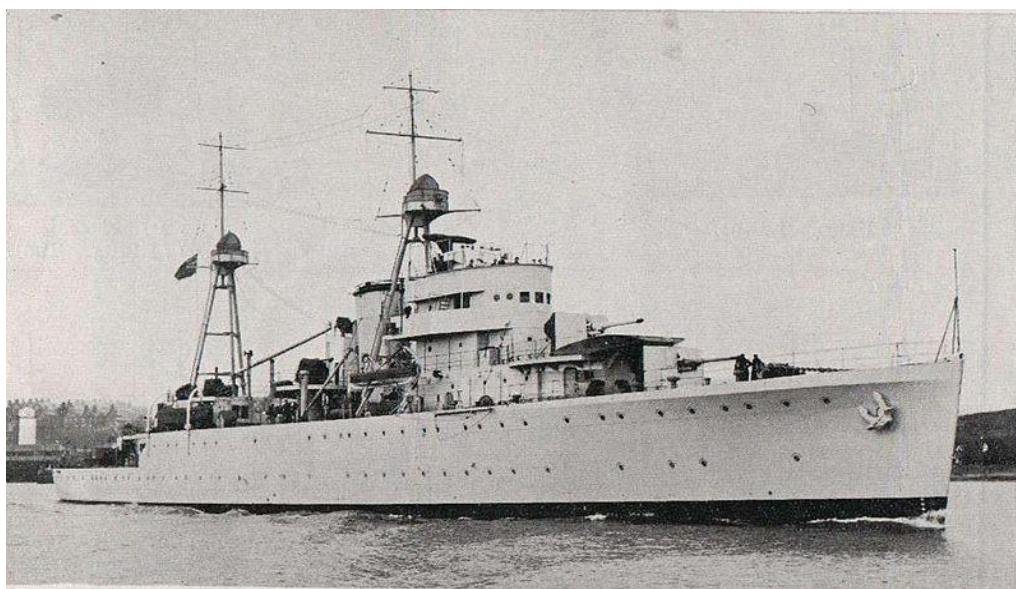


Figura 29 – NRP Afonso de Albuquerque (1935-1961) ⁵⁴⁰

Face às tropas indianas bem organizadas e experientes, afinal o que oferecem em contrapartida os militares portugueses? Joaquim Salgado não hesita: “CORAGEM e MORAL para dar e vender” e acrescenta, convicto, enunciando: “é pena nós portugueses sermos tão poucos e agarrados a ideias ultrapassadas, se fossemos aí uns cem milhões e com outras ideias, dávamos

⁵³⁹ Carta de 14 de Dezembro de 1961.

⁵⁴⁰ O Navio da República Portuguesa Afonso de Albuquerque foi construído em Hawthorn-Leslie (Inglaterra) para a Marinha portuguesa em 1935 e destruído em combate a 18 de dezembro de 1961 na invasão de Goa, com o bombardeamento do porto de Mormugão.
https://pt.wikipedia.org/wiki/NRP_Afonso_de_Albuquerque#/media/File:NRP_Afonso_de_Albuquerque.jpg - Consultado em 1/12/2017.

cartas ao mundo”⁵⁴¹. Em suma, o nosso militar reconhecia as nossas limitações, denunciando espontânea e voluntariamente, no terreno, a precaridade e o artifício do conceito do “Minho a Timor”, imposto pelo Estado Novo.

Restava, na opinião premonitória deste nosso capitão de cavalaria, a esperança em que os responsáveis portugueses não se decidissem pela luta pois, nesse caso, assegura, perder-se-ão vidas, haveres e prestígio, tudo inutilmente”. Joaquim tem a plena consciência de que, aguardando o ataque “dos rapazes do Nehru” a todo o momento, vão perder a guerra frente a um inimigo “bem armado e superior em número, uns pares de vezes”.

Face à decisão de Oliveira Salazar, expressa na mensagem que envia a 14 de Dezembro de 1961 ao Governador de Goa, Vassalo e Silva,

É horrível pensar que isso pode significar o sacrifício total, mas recomendo e espero que esse sacrifício seja a única forma de nos mantermos à altura das nossas tradições e prestarmos um serviço ao futuro da Nação. Não prevejo a possibilidade de tréguas nem prisioneiros portugueses, como não haverá navios rendidos, pois sinto que apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos.

SALAZAR, A.O., mensagem ao Governador-Geral de Goa a 14 de Dezembro de 1961⁵⁴²

Joaquim Salgado assume uma atitude duplamente corajosa. Por um lado, apesar de consciente de que “esta atitude é um crime do Governo, é para mandar para o suicídio milhares de homens”, não se inibe de escrever na carta o que pensa; por outro e ao mesmo tempo mantém uma notável postura militar e patriótica que o faz declarar: “Cá estaremos para o que der e vier. Faremos o possível para não envergonhar os portugueses”⁵⁴³

Na verdade, estando em Goa mas a par do que se vai passando nas restantes colónias sobre as quais se procura manter atualizado, o capitão de cavalaria nunca pareceu ter ilusões acerca da realidade portuguesa e do seu desfecho anunciado:

Os homens são mão-de-obra a sair da Metrópole, fazem falta na lavoura, no comércio, na indústria. O pai vai ver. (...) Aquilo em Angola ainda está para lavar e durar. Aqui os assaltos e as chatices vão aparecendo e qualquer dia começa com força. Passam a ser dois sítios e lá virá Moçambique, Guiné e nós não podemos aguentar uma luta durante anos como a França fez na Indochina e na Argélia. Isso custa dinheiro e vidas e a nossa economia não

⁵⁴¹ Carta de 14 de Dezembro de 1961.

⁵⁴² Mensagem reproduzida no cimo da carta de 17 de Dezembro de 1961.

⁵⁴³ Carta de 15 de Dezembro de 1961.

é assim tão forte (...). Nós ainda vamos passar maus bocados. As coisas não se vão resolver com a facilidade que muitos pensam. O pai vai ver.⁵⁴⁴

A verdade é que, tal como a História assistiu, a 18 de Dezembro de 1961 as tropas da União Indiana (45.000 homens acrescidos de 25.000 na reserva) invadiram os três territórios portugueses onde 3.500 homens permaneciam com um armamento obsoleto e praticamente sem artilharia. Não obstante as determinações do governo português, 24 horas depois do ataque planeado, o governador Vassalo e Silva declara a rendição.

Ainda assim morrem 25 militares em combate e todas as outras forças são feitas prisioneiras, incluindo o nosso protagonista Joaquim Salgado.

Segue-se então o cativo, que para o nosso estudo corresponderá a uma nova modalidade de expressão da sua escrita. Facto por si só notável no plano das memórias privadas, já que a própria mudança de condição determina a alteração do modelo, dando-nos testemunho dos condicionamentos inerentes à perda da liberdade.

Das cartas à Família, filtradas pela distância do tempo longo de expedição e remessa e, de alguma forma também, pelos seus deveres militares de reserva, passa-se ao intimismo insular do diário, limitado ao isolamento do cativo, subordinado à ameaça que pende sobre o uso da palavra.

A partir daí e durante os cinco meses subsequentes, o prisioneiro de guerra Joaquim Salgado dará forma a um diário que, felizmente, também sobreviveu ao passar do tempo e hoje é um documento histórico.

5.2.3 – Diário de um prisioneiro de guerra em Alparqueiros

Após a ordem de rendição, às 14 h do dia 19 de dezembro de 1961, é determinado que todos os militares depusessem as armas e os capacetes nas viaturas, e marchassem para os estaleiros navais, onde pernoitariam. No dia seguinte, logo de manhã, sob escolta indiana, percorrem a pé o caminho até aos campos de prisioneiros com as bagagens na mão.

É assim que Joaquim Salgado, feito prisioneiro de guerra, é conduzido para um dos quatro campos⁵⁴⁵ destinados para o efeito - o Campo de Alparqueiros, também designado por *Charlie*

⁵⁴⁴ Carta de 14 de Maio de 1961.

⁵⁴⁵ São eles, como já referimos: Pondá (I e II), Alparqueiros e Aguada. O governador Vassalo e Silva foi mantido à parte numa casa em Pondá.

Deteneus Camp – onde redige diligentemente o seu diário, ao longo dos meses em que lá permaneceu até de lhe ser permitido o regresso a Lisboa.

5.2.3.1 - O quotidiano de um *POW*⁵⁴⁶ em Alparqueiros

“Alparqueirado” no quarto 12, aí se manteria como cativo desde o dia 20 de Dezembro de 1961 ao dia 15 de Maio de 1962.

Durante esses cinco meses, Joaquim Salgado regista todos os dias o seu novo quotidiano improvisando um diário que inicia de forma sucinta e factual, devido certamente às condições em que se encontra e pela consciência de que o seu diário poderia sempre ser apreendido pelos guardas indianos.

Numa espécie de registo telegráfico apresenta a composição das refeições todos os dias discriminando o pequeno-almoço, o almoço e o jantar. Em linhas gerais, o primeiro não varia muito, compondo-se geralmente de café ou chá com leite, pão e manteiga (normalmente de búfala). No almoço vem a sopa de hortaliça, quase sempre bacalhau, às vezes atum ou peixe. No jantar a carne (carneiro, peru ou apenas carne), chouriço ou toucinho guisado, grão, massa, arroz, batatas ou feijão. Às vezes aparece só o cheiro de carne. De vez em quando, cozido à portuguesa. Às vezes um copo vinho. Ironicamente, refeições bem mais próximas das europeias e melhores que os enlatados e a falta de hortaliças de que o capitão de cavalaria se queixava em Pangim! No entanto nem sempre tem apetite, revela, ou porque está indisposto, ou porque, como regista algumas vezes, só pondo malagueta e gengibre consegue comer alguma coisa porque a carne sabe mal.

Um outro ritual era imposto diariamente e, muitas vezes, em várias ocasiões ao longo do dia: a formatura militar. A formatura podia ser feita sem razão específica, por castigo coletivo ou simplesmente para efeito de contagem dos prisioneiros. Havia alturas em que lhes apontavam espingardas e metralhadoras (caso em que houve tentativas de fuga⁵⁴⁷). Outras vezes eram mesmo rajadas que se faziam ouvir e obrigavam à ordem imediata. A duração da formatura podia ir desde alguns minutos até umas quatro horas, sem ser permitido falar ou mexer.

⁵⁴⁶ Prisoner of War

⁵⁴⁷ Diário – 27 de Março 1962: referência a tentativas de fuga em Pondá.

Todos os dias também os prisioneiros ouvem as mensagens que passam na radio no programa da Emissora Nacional - "Portugal Manda"⁵⁴⁸ - por norma, entre as cinco e as seis da tarde. O programa é transmitido da metrópole, nem sempre em boas condições de som e emite notas oficiosas, que chegavam a repetir-se por vários dias.

Pela voz de um militar ou, não raras vezes, por uma voz feminina que pretendia transmitir coragem (e que Joaquim Salgado chega a designar de “sachadas, lirismos e poetices”⁵⁴⁹, por não consistirem em informações precisas e claras), são emitidas notícias que informam ora que os militares vão acabar as comissões nas outras Províncias Ultramarinas, ora que as negociações continuam em sigilo e “é preciso aguentar”.

Frequentemente a chamada de atenção para não dar crédito a rumores - na metrópole corra o boato que os fuzilariam a todos à chegada ou iriam todos para campos de concentração em África. Depois o desmentido que todos recebem muito bem: “toda a malta, tenha ou não acabado a comissão, vai à Metrópole (...) o transporte de Karachi - Lisboa é por conta do Ministério do Exército, daqui até Karachi é a cargo do Ministério da Marinha ou da Aeronáutica”. Mas continuavam a pairar informações dúbias sobre a repatriação e, na opinião de Joaquim “estes enfadós⁵⁵⁰ não têm nunca pressa (...) e quem se lixa é o mexilhão de Alparqueiros, Aguada e Pondá”⁵⁵¹. Chega mesmo a falar-se que Salazar não previa o repatriamento. A verdade é que o processo de negociação para a repatriação dos prisioneiros portugueses parece tornar-se arrastado propositadamente, certamente com vista a tentativas de melhores negociações entre o governo português e a União Indiana.

Ouvem-se também as mensagens e notícias enviadas pela Radio Cardenas – “A hora da Saudade” (interrompida cerca de um mês, entre Fevereiro e Março), normalmente a seguir à formatura, sem que Joaquim Salgado pareça dar grande importância a isso.

O facto é que os detidos nos campos de internamento se sentiam humilhados e abandonados pelo governo. Isolados, as mensagens, dúbias, prestavam-se a todo o tipo de interpretações e ao fomento de boatos.

Pelos registos no diário – menos telegráficos e mais soltos à medida que o tempo avança – percebemos que era frequente o uso de alcunhas relativamente aos guardas de campo e aos oficiais indianos. “Cachucha” ou “Terrível Cachucha”, “Pilha”, “Pilocas”, “Três Patas” e “Grão

⁵⁴⁸ Através da Emissora Nacional as emissões do programa “Portugal Manda” eram dedicadas especificamente aos militares presos na Índia.

⁵⁴⁹ Diário – 24 de Março 1962.

⁵⁵⁰ Guardas indianos dos campos.

⁵⁵¹ Os campos de prisioneiros referidos em nota anterior.

de Bico” eram as principais referências para os designados *enfadós* indianos que vigiavam e revistavam os campos. Deles, afirma Joaquim, era sempre preciso desconfiar, eram “orientais, rapaziada que sabe dos mistérios do Oriente”, eram os “bichos arés”⁵⁵². O próprio Nehru, então referido por o “rapaz de lume no olho”⁵⁵³ era criticado por não prestar informações claras face ao prolongamento da situação dos prisioneiros.em

Porém, grande parte do tempo é passado em distrações. De vez quando são distribuídos a cada prisioneiro uns tantos cigarros e uma caixa de fósforos. Jogar futebol, fazer ginástica, jogar xadrez, cartas (*king, crapô*), ler o jornal e ler livros (que podem ir buscar, pois chegam nos fornecimentos), são as principais atividades que ocupam os prisioneiros. Joaquim Salgado que aproveita grande parte do tempo para “escrever coisas e ler”, como ele próprio afirma, lê sobretudo romances policiais, mas também “Os Miseráveis” de Vitor Hugo, o romance brasileiro “Guarani”⁵⁵⁴ e o “Diário de Prisioneiro” de Urbano Carrasco⁵⁵⁵.

A correspondência com os seus, geralmente o pai ou a mulher, é também permitida mas com restrições, das quais nos apercebemos, por exemplo, quando afirma: “na ordem de ontem vem que já se pode escrever cartas com muitas linhas mas continua a ser uma só por semana”⁵⁵⁶. É, no entanto, através delas que recebe notas de conforto: os parabéns da mulher pelos seus 40 anos feitos enquanto prisioneiro, a 23 de março de 1962; dias depois nova carta da mulher “com três fotos dos pequenos” (um dos quais ainda não conhece); a notícia do sarampo do mais pequeno; notícias dos “velhotes”.

A má disposição, as dores de cabeça, o engripar, o enjoo, a vontade de, na sua expressão, “dar o osse”, são também frequentes e marcam os piores momentos da estadia dos prisioneiros como o é, também, por exemplo, a hora das limpezas vistoriadas pelos guardas indianos.

Em suma, a situação delineada pela escrita do nosso protagonista revela um sentimento de angústia e mal-estar vivido por militares em situação de prisioneiros de guerra por um período que se prolonga sem definição de rumo e linguagem clara, ao mesmo tempo que se reforça o sentimento de patriotismo face a uma designada “terra de mistérios” que “a mãe Índia resolveu libertar do jugo português e submeter aos benefícios da liberdade e da democracia nehruiana”⁵⁵⁷.

⁵⁵² Diário – 24 de Março 1962.

⁵⁵³ Diário – 26 de Março 1962.

⁵⁵⁴ Guarani faz parte da trilogia indianista de José de Alenquer (Romantismo brasileiro).

⁵⁵⁵ Urbano Carrasco, jornalista repórter do “Diário Popular”, foi enviado-especial à zona de conflito na Índia e feito prisioneiro. Mais tarde, em 1965, foi convidado a depor no julgamento do General Vassalo e Silva a convite de Salazar, mas, fiel à sua consciência, declarou-se defensor da decisão do General.

⁵⁵⁶ Diário – 26 de Fevereiro 1962.

⁵⁵⁷ Diário – 29 de Março 1962

Mas também não são poupadas as críticas aos falsos sentimentos de patriotismo daqueles portugueses que, bem instalados há anos nos postos superiores, jurando fidelidade aos indianos de Nehru, perante o desfazer das suas ambições “lhes convém mudar de novo para portugueses, mudam de cor, com a mesma facilidade do camaleão”⁵⁵⁸. “Havendo tacho, os sentimentos de pátria evaporam-se e esvaiam-se como fumo”, lamenta-se Joaquim Salgado, assistindo ao fim inevitável de uma *Índia portuguesa*.

5.2.3.2 - A hora do regresso

As notícias no “Portugal Manda” falam em três barcos preparados para inícios de Maio em Karachi: Vera Cruz, Pátria e Moçambique (respetivamente a 2, 6 e 11 de Maio). De Bombaim a Karachi prevê-se o avião. Entretanto preparam-se os escritos com as relações dos objetos de valor que cada um tem para levar – Joaquim regista “dois anéis de prata que custaram 36\$00, um relógio e uma caneta permanente que custou 55\$00”.

A 21 de Abril o “Portugal Manda” dá a notícia de que o “Vera Cruz sai de Lisboa, trazendo Comissão de Receção e que dá um fardamento à borla”, o que faz Joaquim Salgado comentar: “cheira a fartura de mais, isto de darem coisas à borla”. Prepara-se, por indicação do “Portugal Manda”, a ordem de embarque e a distribuição do pessoal pelos barcos. O capitão declara: “eu vou no fim”. Consta depois que o governo indiano não aceitou a ordem proposta pelo governo português: “os enfadós dizem que eles é que sabem e que mandam”. Na verdade o “Portugal Manda” está no fim. A 30 de Abril faz as despedidas e transmite que em breve as suas ordens passariam a ser dadas através das mensagens da Emissora Nacional.

Há azáfama e confusão por causa dos embarques. Joaquim Salgado refere que “só se pode levar 60 libras e cerca de 27 kg”. Primeiro os doentes, as mulheres e as crianças (estas com fardas da Mocidade Portuguesa). Há distribuição de bolachas, figos secos, rebuçados, latas de conserva que, pelos vistos já tinham vindo no “Índia” antes do Natal, “mas só agora nos foram entregues depois dos enfadós terem libertado o que lhes agradava: cigarros, bebidas, etc...”⁵⁵⁹.

Nos primeiros dias de Maio começam a levantar os aviões para Karachi - levam cerca de 90 pessoas cada um – há dias que levantam dois, cinco... Num dos dias descobre-se “uma bomba

⁵⁵⁸ Diário – 10 de Maio 1962.

⁵⁵⁹ Diário – 1 de Maio 1962.

de 500 kg por explodir perto da pista ou na pista”⁵⁶⁰ e não levanta nenhum. Alparqueiros inicia a 10 de Maio com o levantamento. Joaquim vai-se despedindo dos que partem à frente. Descobre-se uma bomba no edifício que alberga os Correios e a Câmara dentro dum cesto de papéis coberta com arroz: morrem duas pessoas.

Nas vésperas da partida, Joaquim Salgado tece, no seu diário, duras críticas à atuação de alguns militares portugueses a fazer serviço no Ultramar:

Há tipos decentes e patriotas, mas a maioria é de duvidar do seu portuguesismo... Eles esperavam ser Majores à laia do Mobutu no Congo e que os enfadós após a libertação lhes entregassem tudo e se fossem embora. Eles, corridos os portugueses, passariam para os lugares vagos e viam-se já alcandorados nos postos superiores (...). Agora pedem a toda a gente, por amor de Deus, que querem ir para o campo dos prisioneiros que também são militares portugueses, que ninguém lhes tem pago estes meses.⁵⁶¹

Também confessa que lhe causa mágoa os portugueses deixarem a Índia após 450 anos sem que a língua e os hábitos portugueses, ao contrário dos ingleses, se enraizassem na cultura indiana:

Fala-se concani e nos comícios, concani ou inglês. Isto causa tristeza, em terra de Portugal falar-se línguas que os portugueses não penetram. Hábitos portugueses, pouquíssimos. Alguns portugueses aqui residentes há anos, *arésaram-se* e foram absorvidos, passaram a dormir em esteiras, a comer caril e falar concani.⁵⁶²

5.2.3.3 - A chegada

Excitado com a saída, o capitão não consegue dormir.

Com precisão, regista:

14 de Maio 1962: formatura às 21h, formatura às 22h45, formatura e embarque às 23h30. Partida para o aeroporto. Guardas com pistolas-metralhadoras. Formatura no aeroporto. Avião chega às 00.35. Formatura e embarque. Avião saiu cerca das 1h15 de 15. Éramos os últimos a abandonar Goa. Apenas lá ficou o Governador.⁵⁶³

⁵⁶⁰ Diário – 5 de Maio 1962.

⁵⁶¹ Diário –10 de Maio 1962.

⁵⁶² Diário –10 de Maio 1962.

⁵⁶³ Diário –14 de Maio 1962.

Um DC6 da *Union Aériennes de Transports*, francês, partia rumo a Karachi com os últimos portugueses a abandonar Goa. E o capitão regista: “Avião bom. Chegada às 4h20, hora local”. De seguida o autocarro leva-os até ao barco com o dia a romper. Aqui faz-se a distribuição dos camarotes e de roupas (dois pares de calças, camisas, cuecas, meias e sapatos).

O barco parte de Karachi três dias depois e ruma pelo Golfo de Aden, pelo estreito de Bab el Mandiha e entra no mar Vermelho em direção ao canal do Suez. Joaquim Salgado relata os dias de viagem com boa comida, muita humidade, dores nos ouvidos e uma intoxicação alimentar que leva 100 homens ao Posto de Saúde.

A 21 de Maio regista: “devemos chegar ao Suez amanhã à tarde”.

Nada mais escreve no diário, mas sabemos que o que se passou é conhecido: o desembarque em Lisboa dos 3500 oficiais, sargentos e praças que, por não serem nem soldados vitoriosos nem mortos (como exigiam as autoridades de Lisboa), foram recebidos pela tropa que os esperava no Cais de Alcântara sem qualquer cerimonial, antes com armas apontadas e conduzidos imediatamente às suas unidades.

Chegara ao fim o Império Português da Índia.

5.3 – Síntese/Análise relacional

Estas duas narrativas apresentadas - “Autobiografia contemporânea” e “Memórias de um militar e prisioneiro em Goa (1961-62)” - refletem por si só, a diversidade temática e a transversalidade social das memórias autobiográficas e diarísticas que constituem o acervo do Arquivo dos Diários. Ambas têm em comum o facto de serem escritos relativos à experiência pessoal, íntima, mais ou menos psicológica, explícita ou implicitamente consciente do seu potencial de divulgação, todavia incontornavelmente promotora de uma análise relacional entre si. Assim, os dois testemunhos apresentados revelam-nos características variadamente semelhantes e distintas que passamos a correlacionar.

No primeiro caso estamos perante uma narrativa autobiográfica elaborada por uma mulher na fase dos 50 anos, oriunda de uma das áreas periféricas metropolitanas, de maior densidade urbana/industrial do país (Cova da Piedade, Almada), profundamente marcada pelo domínio de uma população recente, proveniente do êxodo rural, incrementado, sobretudo, a partir dos finais dos anos cinquenta do século XX, maioritariamente operária e crescentemente proletarizada.

A sua infância fica drasticamente determinada pela desestruturação familiar, onde cabe a alusão ao facto marcante de ter sido violentada pelo pai em criança e a omissão literal a qualquer referência à sua mãe. Assim, é obrigada a viver refugiada sob tutela do Estado em instituições de solidariedade social. Não obstante, é a luta constante contra todas as intempéries, incluindo uma profunda depressão, que a tornam uma mulher madura e experiente. Vários empregos, quase sempre precários, mas a obtenção de qualificações no sistema nacional de educação – o então instituído Centro de Novas Oportunidades - e a possibilidade de fazer variadas viagens, dão-lhe o alento para se sentir orgulhosa de si e das suas vitórias.

Como é próprio de uma autobiografia, há uma distância temporal entre a narradora e o seu próprio passado sobre o qual reflete e escreve, na forma impressa, em discurso autorreflexivo. Exercício este, porém, ao qual há ainda a acrescentar a finalidade afirmativa da sua própria autopromoção identitária e social, típica de um contexto de avaliação formal - Centro de Novas Oportunidades - que naturalmente, não escamoteia um objetivo explícito de divulgação e publicidade, ainda que restrito ao húmus do juízo avaliador. Note-se, reconhecido ulteriormente como bem-sucedido, nem que seja pela submissão voluntária que esta faz ao concurso promovido pelo Arquivo dos diários.

O segundo caso coloca-nos em presença de um homem em contexto de missão, na força da idade, natural do interior beirão do país, médico veterinário de formação e militar de carreira por tradição familiar que, na época do Estado Novo, é chamado a cumprir uma comissão em Goa.

Ao contrário da situação anterior, o autor escreve, sob a forma de cartas e de um diário, em tempos distintos - o diário sucede-se às cartas - feitos dia a dia, com local e data precisa e com desconhecimento sobre o que se irá passar posteriormente. Estamos agora perante um discurso direto, de escritos produzidos no teatro dos eventos históricos e, por isso, capazes de contribuir para o esclarecimento do fim do ciclo colonial português na Índia, em particular por se adequarem aos dois tempos existenciais distintos: a liberdade militar e a prisão dos seus protagonistas.

No caso, redobradamente interessante do ponto de vista metodológico, por razões óbvias da sua produção sequencial. O facto de ter substituído a epistolografia da liberdade pelo diário do cativo. De um lado a (auto) imposição de comunicar com a metrópole distante, mediado pelo psicologismo de relacionamento com o pai, que privilegia à comunicação direta com a mulher e os filhos. De outro o voluntarismo do diário perante a imponderabilidade e as dificuldades próprias da prisão. Este último é escrito com uma ainda maior incógnita sobre o futuro, quiçá com a

motivação inconsciente de querer preservar um legado dos factos para a posteridade ou, tão-somente, manter uma autodisciplina protetora como modo de lidar com as contrariedades.

Uma família desconstruída e violenta moldou a personagem da primeira história, desenvolvida nos primórdios do Portugal democrático, ilustrando as dificuldades do processo de democratização e modernização porque passou Portugal, os seus processos de proletarização e desenvolvimento no território e ao longo do tempo. Mais do que a componente romanesca da autobiografia encontramos o testemunho espontâneo dos designios individuais das pessoas, os processos mentais de referenciação dos padrões morais da sociedade, a mobilidade social, o mundo do trabalho e os direitos sociais e assistenciais, a alteração dos estilos de vida, a urbanização da sociedade, a evolução das habilitações escolares, a emancipação da mulher e a sua integração no mercado de trabalho, a crescente preponderância do tempo de lazer na sociedade e a abertura do País ao exterior.

No segundo testemunho situamo-nos nos prelúdios da guerra colonial, inícios dos anos 60 do século passado. O princípio do fim do mais longo império colonial europeu. A realidade do *ultramar* de um País, do seu povo e do seu exército, na viragem da visão irreal de um passado perdido perante a incapacidade de se integrar na nova ordem internacional do pós-guerra. Neste caso somos guiados por um militar experiente em praças nacionais que é mobilizado, em 1961, como capitão da arma de cavalaria por ordem do governo de Oliveira Salazar, para a Índia em cumprimento de uma comissão de serviço de dois anos em Goa. Deixa a família a quem se sente muito ligado (a mulher, um filho de cinco anos e outro em gestação, os pais) e parte em missão. O autor depara-se com um mundo completamente novo, pleno de exotismos, e encontra no pai o confidente, a pessoa que o pode compreender e com quem partilha assiduamente as suas impressões locais, os afetos, as dúvidas, e, naturalmente, as notícias e a nova realidade político-militar.

Se é verdade que, no primeiro caso, estamos perante uma narrativa longa que compreende as várias etapas de uma vida – um passado marcante, o momento presente e os prognósticos para o futuro - no segundo exemplo selecionado, a escrita visa apenas o momento presente em que se vive, inúmeras vezes face a uma imprevisibilidade absoluta do futuro. Num certo sentido, passamos de um autoexame de vida elaborado a propósito de uma equivalência de formação, para uma escrita mais intimista dirigida a um familiar muito próximo (ou, dir-se-ia, pela imponderabilidade da situação de prisioneiro de guerra, a si próprio, no caso do diário) na busca do sustentáculo necessário a um presente inseguro e distante.

Na primeira narrativa encontramos um nível de escrita mais simples ou até básico (com eventuais erros ortográficos e de sintaxe) numa atitude autorreflexiva, que recorre a citações frequentes (Fernando Pessoa, Epicuro, Séneca, Saramago, ou a própria *internet*) e transcrições, com o objetivo de procurar e mostrar a satisfação pela crescente erudição ou saber técnico, denotando-se ocasionalmente fracionamentos na linguagem utilizada.

No segundo caso confrontamo-nos com uma escrita mais fluída e constante, que traduz uma postura essencialmente observadora e interpretativa, numa conjuntura deliberadamente mais intimista.

Em ambos os casos se assiste à expressão, inegável, do que cada um, intimamente, pensa, bem como à coincidência entre o autor-narrador e o autor-personagem narrada, ainda que, na primeira narração haja uma distância temporal de vida sem que isso se verifique no segundo caso. Essa distância permite-lhe, a ela, observar-se a si mesma, à distância, e construir-se de acordo com as suas memórias. No caso dele a observação gira não tanto em torno de si enquanto sujeito, mas sobretudo do que constata à sua volta, no momento em que escreve.

A narradora não se inibe em declarar a sua sensibilidade face aos problemas das pessoas e manifestar uma atitude programática perante a “altivez com que por vezes são humilhadas”, ao “direito dos analfabetos à educação”, ao prazer que sente em “fazer o bem” e praticar voluntariado, caindo no risco de praticar o exercício do discurso “politicamente correto”.

A partir do seu próprio testemunho tece duras críticas à orgânica jurídica do país - quando, por exemplo, esta “pactua com uma paternidade não responsável” - e desvaloriza a ação da Igreja, declarando-se a favor da despenalização do aborto, da eutanásia, da doação do corpo à medicina, tudo isto e mais, à medida que expõe retalhos da sua própria vida.

Conclui dizendo que “a vida é feita de pequenos momentos de felicidade e grandes obstáculos” e declara “querer ser um dia um bom exemplo para muitas crianças que, como eu, não tiveram uma família normal”. No final vem ao de cima uma expectativa de manifesto, de consciência de lição de vida.

O protagonista das cartas e do diário é claramente mais contido e reservado na forma como exprime os sentimentos e as suas convicções, não fosse o facto da sua condição de militar, mais a mais na época, e posteriormente como prisioneiro, os seus escritos serem mais expectavelmente devassáveis. Em pleno regime do Estado Novo e ao seu serviço, consideramos, no entanto que, ainda assim, quando a situação militar se veio a agravar, o capitão algo premonitoriamente não se inibe em declarar ao pai: “é pena nós portugueses sermos tão poucos

e agarrados a ideias ultrapassadas”, acrescentando, “aquilo em Angola está para durar e lá virá Moçambique, Guiné e nós não podemos aguentar”. Ou quando, mais afrontadamente ainda, critica a mensagem de Salazar ao Governador-geral de Goa, escrevendo: “A última coisa é aguentar firme e ‘espichar’ e viva a pátria. Esta atitude é um crime do Governo, é mandar para o suicídio milhares de homens!”.

Portugal estava, de facto, cada vez mais isolado, ainda que tal não fosse assumido pelo Estado português, que insistia, apesar de tudo, que a Índia *era e seria* sempre *noossa*. No diário que escreve no cativeiro é visível a revolta e a impotência que os prisioneiros, humilhados e abandonados, sentiam. Facto que é demonstrado ainda por pequenos indícios, códigos e alcunhas a que o autor recorre, revelando a prática do seu uso entre eles mas também certamente consciente de que o diário poderia ser apreendido. Não obstante todo o desfecho, sabemos que, dez anos após o seu regresso à Metrópole, o capitão haveria ainda de cumprir serviço em Moçambique entre 1972 e 74, local onde se encontrava no momento da Revolução dos Cravos.

CONCLUSÕES E REFLEXÕES FINAIS

Ensaio conclusivo

A experiência dos estudos empíricos que desenvolvemos com este trabalho permitiu-nos explicitar e concretizar a ideia inicial com que partimos: a inscrição do indivíduo como pessoa protagonista da *práxis* histórica.

A cultura contemporânea, de um modo geral, no espaço privilegiado da democracia ocidental e da sociedade pluriétnica em que nos encontramos submersos, tornou mais consciente o lugar da pessoa como centro gravitacional do nosso tempo, tanto da sociedade como da própria história. Isto é, a pessoa no sentido da sua vivência mais íntima e, em simultâneo, na sua ligação com a estrutura macro-histórica em que se insere, como a concebe o antropólogo João de Pina-Cabral (2012).

Neste sentido também, a filósofa espanhola Maria Zambrano na sua obra *Persona y democracia* (2004) discorre sobre o processo de formação do Ocidente ao longo do qual o homem, enquanto pessoa, configura diferentemente a História. Analisa, em primeiro lugar, o tempo da Grécia Antiga, em que o culto da razão e o desejo do homem à imortalidade teria levado à construção do discurso filosófico como forma de superação da sua finitude. Depois, o tempo do Cristianismo, no contexto referencial e de Santo Agostinho, que reorientaria a imortalidade no sentido da eternização do homem *post mortem*. Este modelo de pensamento teria levado, na opinião da autora, ao protagonismo de personagens que, crendo-se acima da sua condição, teriam engendrado a Europa num quadro de violência impeditiva da “realización íntegra de la persona” (Zambrano, 2004: 89). Finalmente, o século XIX, em que o homem ocidental se decidiria pela superação do divino e se submeteria à realidade histórica. Só então se viria a recuperar a noção de “pessoa” como protagonista moral da história ou, nas palavras da mesma autora, “el hombre vivirá del todo moralmente” (*Ibidem*: 83). Reconhecendo, todavia, as limitações da própria democracia no século XX, Zambrano chama ainda a atenção para os perigos dos totalitarismos, libados na exaltação da uniformidade das massas.

A sociedade enquanto expressão do passado e a pessoa como agente ativo da construção histórica constituem o móbil essencial da nossa investigação. E se, como reitera Zambrano, “el lugar del individuo es la sociedad, pero el lugar de la persona es un íntimo espacio” (*Ibidem*: 157), então é na observação multidimensional desse espaço, quase sempre invisível de fora, e tantas vezes sujeito à degradação e ao desaparecimento, que nos centramos e mobilizamos a nossa razão e sentimento.

O material empírico que enforma a tese que agora apresentamos resulta de um prolongado, quanto esforçado e meticuloso trabalho persistente de investigação, ao longo de vários anos, em arquivos familiares e pessoais, manuseando informações diversas e originais. Pesquisa sempre estimulante pelo confronto permanente com a novidade, a surpresa e, sobretudo, o testemunho inédito, mais enriquecedor e gratificante que, diga-se, o estrito cruzamento de leituras, que igualmente empreendemos e tantas vezes nos descortinaram os rumos do caminho a percorrer.

A presente síntese conclusiva deve ser também entendida como motivo para um ponto de situação, explicitador da coerência do processo heurístico e de formação que temos vindo a prosseguir ao longo deste tempo. Logo à partida, porque o projeto de investigação só se encontra circunstancialmente concluído, na certeza de que as linhas de investigação subsequentes estão indexadas a esta nossa determinação de prosseguir com o seu desenvolvimento. Desde logo, a nossa formação inicial, inserida na multidisciplinidade do primeiro Curso de Ciências Sociais em que ingressamos, coincidindo com os primeiros passos da então jovem Universidade do Minho, que nos abriu caminho pela corrente positivista da história social, da demografia histórica e da história das populações em particular, quando cursamos o nosso mestrado. A partir daqui saímos à descoberta das histórias de vida e dos arquivos de família, que passaram a constituir, desde os anos 90, a nossa área de pesquisa de eleição. Centrados então no âmbito geográfico da paróquia urbana – S. Tiago da Cidade, primeiro núcleo de ocupação de *Bracara Augusta* – procedemos ao levantamento e análise dos Livros de Registo Paroquial⁵⁶⁴, que viemos a cruzar com os “Livros de Ordenança”⁵⁶⁵ de 1764, permitindo-nos aceder ao quadro das famílias e dos seus elementos constitutivos. Foi neste contexto que descobrimos o nosso primeiro “ego” de estudo, o professor aposentado do então Magistério Primário, António Braga Osório, a quem devemos, com a sua prestimosa e sábia colaboração, o ensaio etnográfico da nossa primeira história de vida e de família⁵⁶⁶.

Foi assim, por esta ordem de interesse e sequência prospetiva, dentro do mesmo universo local, que nos lançamos no estudo da família Jácome de Vasconcelos, um dos sete núcleos

⁵⁶⁴ Livros de Registo Paroquial (ADB) – a freguesia de S. Tiago da Cidade detém registos de nascimentos, casamentos e óbitos entre 1578 e 1889, com uma lacuna nos óbitos entre 1837 e 1860.

⁵⁶⁵ Livros de Ordenança (AMB) - trata-se de um registo de natureza militar, imposto por alvará régio de 1764 e que apresenta listagens anuais, por freguesia, das pessoas obrigadas ao serviço militar, bem como de todos os filhos varões, ordenados por domicílios, com as respetivas idades, profissões, naturalidade, filiação e outras observações. Referencia, em primeiro lugar, os agregados familiares, designados de “pessoas de conhecida nobreza” (7 num total de 212, na freguesia de S. Tiago da Cidade).

⁵⁶⁶ Trabalho elaborado no âmbito do seminário, “Família e ciclo de vida” (1990), integrante no curso de Mestrado em História das Populações da Universidade do Minho

gregários designados como "de conhecida nobreza", e muito particularmente o seu arquivo privado, que nos foi colocado à inteira disposição. Sublinhe-se, a única família que, curiosamente, se mantinha ainda e ininterruptamente na mesma casa, a qual veio a ser o núcleo empírico da nossa dissertação de mestrado.

Como bolsista do então Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), nos anos de 1991/92, pudemos empreender o estudo do notável acervo arquivístico que a família Jácome de Vasconcelos conservava, desde que, nos inícios de seiscentos, se estabeleceu na Casa do Avelar. O acesso a este fundo, cuja existência, *a priori*, desconhecíamos, foi-nos venturosamente facultado em consequência do interesse académico e da confiança que em nós foi depositada pelos seus zelosos e conscientes detentores. O contacto *in loco* com documentos inéditos, desde logo nos permitiu evoluir dentro do próprio processo de investigação, à medida que nos deparávamos com a diversidade das fontes e as possibilidades do seu cruzamento. Daí termos mantido o respeito integral pela estrutura orgânica que encontramos, na senda do modelo sistémico relacional desenvolvido por Malheiro da Silva (2009), que nos permitiu aceder à dinâmica interna do arquivo e de cada uma das pessoas que compõem o Sistema de Informação. Nesse sentido elaborámos os respetivos Catálogo e Índices (Macedo, 1996), alargando a investigação no processo da sua própria orgânica.

Mais recentemente, em 2008, quando o referido arquivo, por nós organizado, foi entregue, pela mão do atual representante da família ao Arquivo Distrital de Braga, passou desde então a estar disponível ao público. Passos que nos congratulam pelo contributo dado à sua preservação e divulgação como, mais recentemente ainda, já em 2018, pelo fundamento usado na abertura do procedimento de classificação da Casa do Avelar e seus jardins como valor patrimonial pela DGPC⁵⁶⁷.

A partir deste trabalho de pesquisa foi-nos possível aperceber da importância da dinâmica cultural e social da família, particularmente devedora às suas personalidades mais ativas e proeminentes, que sobressaem também nos contextos da história local, nacional e até internacional. É assim que, sendo levados pelos cronistas da casa, verdadeiros protagonistas da história do seu tempo, nos deixamos envolver por uma série de reflexões teóricas que nos permitiram passar do plano historiográfico propriamente dito para as galerias temáticas da Nova História e a dimensão pluridisciplinar dos Estudos Culturais. Num certo sentido, recorrendo às

⁵⁶⁷ Despacho de 06.02.2018 emanado da Direção-Geral do Património Cultural, exarado sob proposta da Direção Regional da Cultura do Norte e notificado para a Câmara Municipal de Braga em 24.05.2018.

palavras de Foucault (1979: 182), trata-se “de captar o poder em suas extremidades (...) captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício”.

Nesse contexto, privilegiamos João Luís Jácome, o emergente herdeiro universal de todo o património material e moral na 12^a geração da família Jácome de Vasconcelos da Casa do Avelar, por ser a personalidade mais empenhada e ativa, particularmente revelada numa altura muito crítica, não só da história familiar como da história política e social do município e do país. Isto é, os finais do Antigo Regime e as transformações sociais inerentes. A este propósito refere Michelle Perrot (1990: 13), “ a história da vida privada é também a história política do quotidiano”, pelo que João Luís Jácome nos transporta através do quotidiano de uma família nobre do Minho na viragem do século XVIII para o XIX, para o desenrolar dos acontecimentos que se sucedem na cidade de Braga e no país. Sendo pai de uma geração de doze filhos, que vela com afeto e autoridade, é também detentor dos mais importantes cargos públicos no quadro de uma das famílias tradicionalmente ligadas às principais instituições de poder na cidade: o Arcebispado, a Misericórdia, o Senado Bracarense.

Pela sua pena se descreve a circulação endémica pelos cargos públicos das famílias ilustres da cidade, realidade esta que vem a ser fortemente abalada com a publicação da Lei da abolição das *donatarias* em 1790, promulgada pela rainha D. Maria I, sendo particularmente sentida na cidade dos Príncipes-Arcebispos. Dos meandros das confrontações e das intrincadas lutas entre estas famílias tradicionalmente afetadas ao poder e as novas pretendentes, pudemo-nos aperceber, clara e diretamente, a realidade local através do precioso Diário que João Luís Jácome escreveu continuamente ao longo dos anos de 1787 e 1810⁵⁶⁸.

Foi também através dos registos do presente Diário que nos apercebemos da composição das equipas de vereação, das funções e dos serviços que os vários vereadores desempenhavam, da forma como o faziam e das receitas que auferiam tanto em ordenado fixo como variável. De igual modo assistimos à descrição de momentos únicos da vida pública da cidade, relatados em primeira mão por este exímio observador e amante da escrita, de que destacamos, em janeiro de 1789, o estertor dos últimos dias do Arcebispo D. Gaspar e o percurso social e sentimental das cerimónias fúnebres do último donatário da cidade.

Apercebemo-nos também da forma como eram vistos os revolucionários e invasores franceses em Portugal, as estratégias de ataque, sentida a ausência da família real e a sua partida para o Brasil, com a autenticidade anímica de quem vivenciou esses mesmos factos, não deixando,

⁵⁶⁸ Manuscrito inserido no Catálogo do Arquivo da Casa do Avelar e cuja transcrição publicamos em Macedo (2013).

certamente, indiferente o leitor perante a espontaneidade de alguns detalhes sempre surpreendentes.

A vida privada e familiar veiculada por João Luís Jácome, enquanto personagem genuína representativa do potencial do presente estudo, surge-nos não só retratada pelo seu Diário mas também ampliada e confirmada no longo e invulgar Testamento que redigiu em 1809, revelando os seus próprios valores éticos, o sentido de justiça e os sentimentos mais íntimos, impercetíveis e mesmo ocultados ao exterior. Veja-se o exemplo da proteção pública dada ao filho primogénito - visível quando assumiu todos os encargos necessários à sua libertação da prisão do Limoeiro, em Lisboa, o seu casamento na mesma cidade e o apoio ao regresso triunfante dos recém-casados à cidade de Braga e à Casa do Avelar – ao mesmo tempo que, em sentido contrário, no seio da intimidade doméstica, assumia nos seus desabafos e atitudes a desilusão e a falta de confiança filial. Ainda que os propósitos fossem os mesmos – a defesa intransigente da família – os mecanismos divergiam, senão mesmo se contradiziam, conforme o palco da representação.

Difícil seria também ignorar, através de outros indicadores como o reconhecimento das formas de tratamento, os modos de vestir ou os laços de afetividade que uniam as pessoas entre si, senão através das expressões mais íntimas que encontramos nos registos, mais elementos de prova testemunhal da história da vida privada. É o caso do gesto, então comum, do “beija-mão” ao pai, que deixava João Luís Jácome de veras sentido, quando o primogénito entrava em casa e lho não prestava. Por outro lado, da alegria que expressava quando se referia aos netos, apontando com regozijo, que “tornaram todos aqui a vir jantar”; ou mesmo até, a firme convicção quando preparava a indumentária para levar ao filho, descrita pormenorizadamente pelas camisas de cambraia branca, os coletes de veludo com forro de seda e o espadim de prata.

Mas é através dos vários psicologismos manifestos sobretudo nos momentos duros decorrentes de fatalismos da vida, que estes testemunhos nos revelam a expressão dos sentimentos e da intensidade dos laços familiares. Exemplo disso é a vasta correspondência trocada entre os jovens irmãos emigrados para o Brasil bem como os cadernos de notas pessoais do mais velho, muito bem escritos, fazendo-nos aperceber da enraizada amizade que existia entre eles e das suas dificuldades de adaptação ao mundo novo, onde se encontrariam os três, e onde terminariam todos tragicamente, sucumbidos às desgraças da *febre-amarela*.

Consolidado o sucesso obtido com a investigação inédita do arquivo de família anterior, surgiu-nos a oportunidade, nas mesmas condições, para investigar um outro arquivo de uma família de elite da cidade de Braga. Potenciado o estudo do arquivo da casa do Avelar, abriam-se

as condições para termos um segundo estudo de caso. A convite dos atuais representantes da família Cunha Reis, da Casa Grande do Campo das Hortas, sua propriedade, em Braga, iniciámos uma nova pesquisa de arquivo em 2014. De forma semelhante e com a experiência desenvolvida anteriormente, foi-nos confiada a consulta e o estudo dos documentos originais, arrumados em caixas, sendo-nos facultada plena liberdade de acesso e manuseamento *in loco*.

Trata-se de um arquivo em nada inferior ao primeiro, dir-se-ia, em tudo semelhante nas formas e processos de produção e organização documental, que foi sendo coligido pelos membros da família ao longo das várias gerações. Assim, para além do privilégio da exclusividade com que fomos mais uma vez honrados para corresponder a novo desafio, este novo acervo permitiu-nos, entre outros aspetos, desfrutar de uma rara oportunidade para apreciar a sistematicidade comum e as particularidades de cada um dos arquivos. Como finalidade pretendia-se indagar as formas de adaptação e os comportamentos destas famílias face às tensões desencadeadas pelo confronto entre as persistências de *antigo regime* e o advento da modernidade oitocentista, onde ambas se moveram e afirmaram enquanto membros das esferas do poder, naquela que fora até à última década do século XVIII, um senhorio eclesiástico, sem correição régia.

Esta família, com o nome originário da Póvoa de Lanhoso e mais tarde estabelecida na Casa das Hortas em Braga, adquirira prosperidade e prestígio na cidade do Porto. Aqui enraizara-se nos negócios da vitivinicultura, particularmente, a partir da exploração vinícola da Quinta da Vacaria no Douro, curiosamente pertencente no passado aos jesuítas, sendo após a expulsão destes, arrematada em praça pública pela família, em 1783. Esta, beneficiando da ascensão nobilitadora do regalismo pombalino, viria a confrontar-se, décadas depois, com a nova jurisdição liberal, pondo em causa a continuidade dos direitos patrimoniais adquiridos sobre a única *barca de passagem* pública entre as incontornáveis margens de travessia do rio Corgo, junto à confluência com o Douro.

Desde aí foi possível percorrer as inúmeras e reiteradas mobilizações de esforços, assentes nas influências político-sociais da família junto de Ministros, Pares, Deputados e amigos, que haveriam de conseguir finalmente fazer valer a causa por mais umas décadas, permitindo ao investigador reconstituir, para a época, os processos e os meandros dos sistemas de influência política. Neste quadro, o presente assunto, relevante e recorrente na família ao longo de várias gerações, constituiu para nós um desafiante objetivo de análise da evolução dos direitos privados, designadamente da relação entre a propriedade e a livre-circulação, baseada numa fonte informal como é a epistolografia. Note-se que a consignação do direito de propriedade da barca do Corgo,

no art.º 3 do Projeto de Lei sobre as barcas de passagem, de 26 de Maio de 1843, representou, inquestionavelmente, uma vitória dos interesses particulares da família sobre as Câmaras locais, defensoras da concessão pública das barcas e, mais que isso, uma clara demonstração do alcance dos poderes de influência da mesma no legislador e na administração central do país.

Em Braga, onde, entretanto, se restabelecera a família, esta representaria o setor mais conservador da política local. Com a chegada dos liberais em 1830 os representantes da família no poder, dirigentes do Cabido, foram demitidos, desde logo por serem profunda e tenazmente admiradores de El-Rei D. Miguel, *o absolutista*. O irmão mais velho e também Deão, D. António Alexandre, tornado a figura mais poderosa da Igreja de Braga em período de sede vacante, teve de lidar, entre outras tarefas, com os problemas sérios da imposição dos novos pastores considerados “intrusos” pelos depostos. As lutas liberais também haviam dividido a igreja bracarense. Apesar da estadia de vários meses do rei absoluto no Paço Episcopal Bracarense, durante parte da guerra-civil, o Cabido, se ousara tentar o restabelecimento do Senhorio em Braga, as suas elites e a cidade sofreriam com a derrota miguelista, levando o referido Deão a refugiar-se na Quinta da Vacaria, onde viria a falecer pouco depois, não resistindo às contrariedades que o novo quadro político assim imporia.

Os arquivos privados, como constatamos claramente nestes estudos de caso, constituem fontes diretas de grande valor para o estudo das sociedades e seus percursos históricos. No entanto, como afirma Perrot (1990: 11), tais fontes são “socialmente dissimétricas e de acesso aleatório”, já que, não só a sua conservação é circunstancial, como a sua consulta uma eventualidade ou um feliz acaso. Os exemplos que apresentamos, ainda assim raros, temos plena consciência disso, representam famílias notabilizadas nos cargos de poder, com uma identidade social interiorizadamente distinta, uma preocupação acrescida com a sua própria memória e um lugar estável, a Casa, para autorreferenciação e conservação dos seus arquivos. Em suma, tudo fatores de expressão e afirmação continuada de poder, ainda que este se esbata ou reconfigure. Todavia estas condições não abrangem, como sabemos, a maioria da população ou, dito de outra forma pelas palavras de Hoggart (1957: 101), “a vida comum da gente comum”.

Foi assim que, a par dos arquivos de família, também eles nem sempre existentes, entendemos preencher um outro patamar no âmbito dos escritos autobiográficos e das memórias pessoais. De facto, faltava algo que as circunstâncias vieram a oferecer em resultado de uma busca constante por exploração mais ampla dos escritos memoriais, que a circunstância da publicação do Diário de João Luís Jácome proporcionou. Isto é, a consideração dos diários como

universo mais diversificado, democrático e mais vasto de escrutínio. Foi neste contexto que decidimos considerar dois outros estudos de caso a partir dos materiais autobiográficos e diários pessoais acolhidos pela Associação Arquivo dos Diários, com que, entretanto, entrámos em contacto e começamos a participar das suas atividades. Este coletivo foi recentemente criado em Lisboa, sendo que, à semelhança da pioneira experiência italiana, visa reunir, conservar e divulgar memórias autobiográficas transversais a todas as esferas da sociedade.

Neste propósito, apresentamos o terceiro estudo de caso: a narrativa autobiográfica de uma mulher portuguesa perfazendo hoje a casa dos 50 anos e que, no âmbito de um processo de formação de competências destinado a adultos, solicitou uma equivalência formativa num denominado Centro de Novas Oportunidades. Aqui, os candidatos eram convidados a elaborar por escrito um autoexame de vida, demonstrativo das suas experiências de vida e dos modos de “saber fazer” com o objetivo de certificar competências adquiridas.

Neste caso, estamos perante uma história de vida relatada a partir de um passado marcado pela desestruturação familiar e pela violência. Um passado duro, de crescimento forçado, cheio de imposições e condicionamentos, mas igualmente um testemunho de tenacidade de sucesso sobre as contrariedades da vida. O seu relato testemunha os designios individuais de quem passou pelo abandono (no seio de uma área periférica metropolitana maioritariamente operária e proletarizada) e, na sequência disso, foi sujeita a tutela institucional de acolhimento, onde lutou pela afirmação de uma identidade que construiu na superação dos obstáculos que se lhe deparam.

Com este relato assistimos aos primórdios do Portugal democrático, ao mundo do trabalho e dos direitos sociais, à alteração radical dos estilos de vida, ao processo político de emancipação da mulher e da sua integração no mercado de trabalho, à abertura do país e da sua população ao mundo exterior.

São inúmeros e detalhados os momentos que a nossa relatora vive e partilha, alguns deles de grande intimidade, como: a gravidez, o casamento, o divórcio, o primeiro emprego e os seguintes, a obtenção da carta de condução – condição emancipatória de uma época - e o primeiro carro, as viagens, como prémios de trabalho, os despedimentos, as depressões, os assédios, a tomada de consciência de classe, as formações, o estudo, a decisão de comprar casa, o sucesso de ter um carro de trabalho, os progressos na informática despontante, o orgulho nas filhas, as leituras e citações de autores consagrados, as críticas e as tomadas de posição face a problemas sociais e ideológicos do tempo, a prática do voluntariado, entre outros aspetos elucidativos de uma

ampla experiência de vida. Diríamos tratar-se, em síntese, da conquista da liberdade pessoal que lhe havia sido sonegada e o orgulho de um sofrido triunfo sobre uma violência que urgia deixar de ser silenciada.

Um relato que nos permite compreender os impactos da revolução do 25 de abril de 1974, para além das implicações políticas e macroestruturais da sociedade, fazendo justiça a esta rutura com o mesmo alcance com que Filomena Mónica, na sua obra “Os Ricos” (2018), atribuiu à Revolução Liberal, pelas mudanças radicais, não só na política, como na sociedade portuguesa de então. Uma senda pelos testemunhos pessoais, os próprios atores da História, a qual não pode prescindir deles para ir ao encontro da nossa identidade coletiva.

O último estudo em que nos debruçamos na nossa investigação empírica, convocou a epistolografia e o diário de um militar que fez da condição carreira, e que, na época do Estado Novo, é chamado a cumprir uma comissão em Goa, tornando-se testemunha, sem que este o pudesse adivinhar, da invasão pela União Indiana das possessões portuguesas da Índia, em Dezembro de 1961. Para além do valor documental intrínseco aos seus registos, podemos confrontar a relação da epistolografia (estabelecida à distância com o seu Pai, também ex-militar) confidente, assídua e de homem livre, com a condição introspetiva de prisioneiro que redige um diário em cativo após a ocupação, num contexto de isolamento e de grande incógnita pelo futuro. Além disso, trata-se de testemunhos diretos e inéditos do fim do ciclo colonial português na Índia, que constituem um contributo fiel para a reconstituição histórica do papel de Portugal e dos portugueses em Goa, particularmente nos últimos momentos dramáticos da longa colonização portuguesa no oriente.

Por esta via tomamos contacto com o realismo descritivo das diferentes situações. Nas cartas ao pai, descreve o quotidiano de Pangim e de Goa, com as suas gentes, modos de vida e crenças. Retrata-nos, com pormenor, todo o mundo novo com que se deparara e as dificuldades que sentiu em se adaptar. Relata ao pai as visitas a Damão, a Diu, à Ilha de Anjediva e até ao Paquistão, onde vai em missão, com uma autenticidade elucidativa, quase etnográfica, que nos leva a viajar no espaço e no tempo de então. O realismo descritivo deste tipo de memórias introduz-nos, de forma quase real, no palco da ação. Da mesma forma, pressente-nos o crescendo de ameaça angustiante que espalhava a tensão entre as hostes e o medo generalizado da população, que culminara na invasão militar às ordens de Nehru. Depois, a dúvida persistente da rendição e do cativo, agora subordinados a uma escrita íntima, como a que é própria de um diário, uma crónica que duvida da sua própria sobrevivência escrita para um leitor incerto e que, felizmente

para nós, também resistiu ao passar do tempo, sendo aquilo que é hoje, um incontornável documento histórico.

Todas as presentes fontes, sobre as quais erguemos os estudos de caso que investigámos e apresentamos, desfrutam da valiosa particularidade de terem sido produzidas no decurso dos próprios acontecimentos ou ainda próximo da memória viva da sua ocorrência, antes mesmo que o esquecimento, a transformação e a reconstituição facilmente pudessem atraiçoar a genuinidade própria da memória e a espontaneidade das narrativas. Além disso revelam-nos representações reconstitutivas que nos colocam no palco dos acontecimentos. É verdade, porém, que não são vulgares nem fáceis de encontrar, pelo que o nosso trabalho participa da atenção especial, da proteção e do tratamento que estas merecem.

Principais condicionalismos e sugestões para investigações futuras

Por tudo isto, o ponto de situação do nosso projeto não pode deixar de expressar a sua condição de devir, o seu enquadramento holístico, próprio de uma predisposição permanente. Procuramos que a nossa investigação se não restringisse a um estrato social determinado, a um grupo ou a um indivíduo, a uma especificidade de género, geração ou época, nem a uma área geográfica limitada.

Por tudo isso, ao lado dos arquivos de famílias, dos diários e da correspondência que exploramos, ainda que dependentes da raridade dos espécimes, da dificuldade dos acessos, da liberdade para perscrutar a intimidade das famílias e das pessoas, consideramos estar a dar um importante contributo para afirmação dos Estudos Culturais. Para tal continuaremos a cultivar os contactos permanentemente com a equipa do CECS e com o Arquivo dos Diários em Lisboa, que reúne memórias autobiográficas transversais a todas as esferas da sociedade portuguesa, valorizando a disseminação do presente objeto de estudo em encontros e congressos e prosseguindo com as nossas publicações.

Estamos conscientes de que o nosso estudo, longe de pretender formalizar generalizações, teve em vista, com o nosso voluntarismo, trazer à luz do conhecimento novas fontes de investigação e perspetivar um modo concreto e prático de como a historiografia da pessoa pode contribuir para o desenvolvimento dos Estudos Culturais.

Neste sentido, torna-se essencial o contributo dos detentores de arquivos de família e de arquivos pessoais a par das investigações de âmbito científico e arquivístico. Torna-se igualmente imperioso promover nas universidades e nas instituições vocacionadas para a preservação do património e da memória coletiva, a valorização cada vez maior da pluralidade de conhecimentos e modos de saber que extravasam a própria universidade e as instituições, articulando-se assim os diferentes saberes e experiências.

Urge pois apelar à preservação e doação deste domínio de memória, recuperar quanto antes a massa documental dispersa que traduz estas experiências e as suas memórias e, dentro do possível, promover a orgânica inerente à continuidade da sua produção, na perspetiva humanista em que nos situamos. Longe de ser um simples repositório de documentação privada ou de constituir uma coleção de certificados titulares, um arquivo de família transmite-nos uma dinâmica muito própria. Seja pela imanente sucessão dos tempos e das gerações que lhe estão associadas, dos egos que lhe foram e são dedicados, quer ainda pelo trânsito da epistolografia que acumulam e pelo caráter voluntário dos escritos individuais com que nos brindam, testemunham uma aptidão gregária que é necessário preservar e estimular. Por seu turno, sendo mais ou menos confidente, imprevisível o seu destinatário, o diário é sempre um património de memória fiel ao vivido. E ainda que a sua prática seja bastante comum, muito poucos são, no entanto, os que se expõem à publicação, mormente quando se trata da vida comum de memorialistas anónimos.

De facto, constatamos a dificuldade de localizar estas fontes, mas também de conseguir que os seus fiéis depositários abram mão dos manuscritos. Por isso, conscientes do seu valor e dos direitos dos seus autores, o processo de investigação que temos em curso permanecerá permanentemente inacabado, razão que garante e consolida o seu prosseguimento futuro.

Por fim, não podemos deixar de referir a principal dificuldade com que tivemos de conviver ao longo da realização deste trabalho de investigação. No contexto dos condicionamentos profissionais decorrentes da atividade intensa e muito exigente de ser hoje em dia professora de jovens do ensino secundário, sem reconhecimento institucional desta condição, não enjeitamos o nosso testemunho: a impossibilidade de dispor de uma dedicação integral à elaboração da tese, mesmo parcial ou temporária, por ter sido retirada, pela “Nota Informativa LS/Nº 1/2012” da DGAE de 30 de Março”⁵⁶⁹, a possibilidade de usufruir de qualquer licença sabática ou equiparação

⁵⁶⁹ LS: Licença Sabática; DGAE: Direção-Geral da Administração Escolar.

a bolsheiro, previstas até então, no nº 1/98 do art.º 108 do Estatuto da Carreira Docente. Este facto, que, felizmente, não tivemos de enfrentar aquando da realização da nossa tese de mestrado, surgiu logo às portas do início desta presente investigação, realidade que implicou um grande esforço e a necessidade de prolongar, sem o querermos, a calendarização do projeto que iniciamos em 2012.

Ainda assim foi com prazer que a ele nos dedicamos em todo o nosso tempo que, de livre e menos livre, se transformou em trabalho e investigação ao longo de anos, mas que, todavia, nos deixou o gosto, o entusiasmo e a dedicação, senão a responsabilidade, no prosseguimento e aprofundamento destes estudos.

Referências Bibliográficas

Allam, M. (1996). *Journaux intimes : Une sociologie de l'écriture personnelle*. Paris : L'Harmattan.

Amelang, J. S. (1986). *La formación de una clase dirigente: Barcelona 1490-1714*. Barcelona: Ariel.

Amelang, J. S. (2000). Autobiografias. In P. Rodríguez Jiménez, *A través del tiempo : Diccionario de fuentes para la historia de la familia* (pp. 25-28). Murcia : Universidad de Murcia.

Araújo, A. S. (1990). O Cabido. In *Braga e a sua catedral*. [Braga]: Cabido da Sé Catedral, Comissão Organizadora do Projecto Educativo da Dedicção da Sé Catedral.

Araújo, A. S. (1991). *Braga no século XVIII: Para o estudo do Mapa das Ruas de Braga* (Sep. de Itinerarium). Braga: [s.n.].

Ariès, P. & Duby, G. (Dir.). (1990). *História da vida privada*. Porto: Afrontamento.

Arquivo Distrital de Braga (2010). *Arquivo da Casa do Avelar: Estudo orgânico e catálogo*. Braga: Universidade do Minho. Disponível em <http://www.adb.uminho.pt/uploads/Parte%20I.pdf>; <http://www.adb.uminho.pt/uploads/Parte%20II.pdf>

Arquivo Nacional Torre do Tombo (2014). *Extinção dos morgados e capelas*. Disponível em <http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/extincao-dos-morgados-e-capelas/>.

Bandeira, M. S. M. (2000). *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII: A reconstrução da cidade a partir do Mappa das Ruas de Braga e dos Índices dos Prazos das Casas do Cabido*. Porto: Afrontamento.

Bandeira, M. S. M. (2001). *O espaço urbano de Braga: obras públicas, urbanismo e planeamento 1790-1974: A cidade dos finais do antigo regime ao advento da II República* (tese de doutoramento não publicada). Braga: Universidade do Minho.

Bandeira, M. S. M. (2014). Entre o público e o privado: O postal ilustrado como documento. In M. L. Martins & M. L. Correia (Coord.), *Do post ao postal* (pp. 75-91). V. N. Famalicão: Húmus.

Baptista, M. M. (2009). Estudos Culturais: o quê e o como da investigação. *Carnets: Revue électronique d'études françaises. Cultures Littéraires: nouvelles performances et développement*, n° special, 451-461.

Barroca, M. J. (2010). Memórias. In J. Mattoso (Dir.), *História da vida privada em Portugal. Idade Média* (vol. 1, pp. 418-456). Lisboa. Círculo de Leitores.

Benjamin, W. (2007). *Walter Benjamin's Archive: Images, texts, signs*. London: Verso.

Bernanos, G. (1972). *Diário de um pároco de aldeia*. Lisboa: Verbo.

Bertaux, D. (2016). *Le récit de vie* (4ª ed.) Paris: Armand Colin.

Bertrand, A. M. & Rodríguez Jiménez, P. (2000). *A través del tiempo : Diccionario de fuentes para la historia de la familia*. Murcia: Universidad de Murcia.

Bertrand, A. M. & Rodríguez Jiménez, P. (2000). Testamentos. In P. Rodríguez Jiménez, *A través del tiempo : Diccionario de fuentes para la historia de la familia* (pp. 171-176). Murcia : Universidad de Murcia.

Burke, P. (1992). *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP.

Burke, P. (2005). *O que é a História cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Calligaris, C. (1998). Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Revista Estudos Históricos*, 2 (21), 43-58.

Cardoso, P. A. A. V. G. (2014). *Estudo da arte da talha das capelas particulares dos arciprestados de Lamego e Tarouca* (Tese doutoramento em Estudos do Património, Escola das Artes, Universidade Católica Portuguesa). Porto: Universidade Católica Portuguesa.

Capela, J. V. (1991). *O município de Braga de 1750 a 1834*. Braga: Câmara Municipal.

Capela, J. V. (1999). *Fidalgos, nobres e letrados no governo do município bracarense: A administração económica e financeira da Câmara no apogeu e crise do "Antigo Regime"*. Braga: Universidade do Minho.

Capela, J. V. & Nunes, H. B. (2010). *Braga: Roteiros republicanos*. Matosinhos: QuidNovi.

Casey, J. (1990). *Historia de la familia*. Madrid: Espasa-Calpe.

Castela, M. N. S. (2014). *Um contributo para a estruturação e criação do serviço educativo da Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça, com vista à valorização do seu património histórico e cultural* (dissertação de mestrado). Évora: Universidade de Évora.

Castro, F. (2017). *O meu diário de campanha*. Lisboa: Objetiva.

Catani, M. & Mazé, S. (1982). *Tante Suzanne: Une histoire de vie sociale*. Paris: Librairie des Méridiens.

Chartier, R. (1988). *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.

Chizzotti, A. (2003). A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: Evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*. 16 (2), 221-236.

Disponível em www.redalyc.org/html/374/37416210/ acessado em 22 outubro 2015.

Chizzotti, A. (2006). *A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes.

Cicourel, A. V. (1964). *Método e mensuração em Sociologia*. New York : The Free Press.

Clemente, M. (1991) Laicização da sociedade e afirmação do laicado em Portugal (1820-1840). *Lusitânia Sacra*, 2 (3), 111-154.

Coelho, M. F. (1979). O Instituto Vincular, sua decadência e morte: Questões várias. In J. Reis, M. F. Mónica & M. L. L. Santos, *O século XIX em Portugal* (pp. 111-131). Lisboa: Presença.

Cook, T. (1998) Arquivos pessoais e arquivos institucionais: Para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, 11, 129-152.

Costa, M. J. B. A. (1957). *Origem da enfiteuse no Direito português*. Coimbra: Coimbra Editora.

Cox, R. J. (2008). *Personal archives and a new archival calling: Readings, reflections and ruminations*. Duluth, Minn.: Litwin Books.

Cuche, D. (2006). *A noção de cultura em Ciências Sociais* (3.^a ed.). Lisboa: Fim de Século.

David, S. N. (2012). *A correspondência entre Alexandre José (1797-1867) e João Baptista (1799-1854) de Almeida Garrett*. Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/38717/1/A%20correspondencia%20entre%20Alexandre%20Jose.pdf>.

Derrida, J. (1967). *L'écriture de la différence*. Paris : Éditions du Seuil.

Derrida, J. (2001). *Mal de arquivo: Uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Diários: Histórias privadas do mundo. Disponível em <http://www.voxeurop.eu/pt/content/article/198271-historias-privadas-do-mundo>.

Duby, G. (1989). Prefácio à História da vida privada. In P. Ariès & G. Duby (Dir.), *História da vida privada* (vol. 1, pp.13-15). Porto: Afrontamento.

Durães, M. (2005). Os testamentos: apontamentos de investigação para a História da Família.

Disponível em

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3364/1/testamentos.pdf>

Escosteguy, A. (2010). *Cartografias dos Estudos Culturais, uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica.

Faria, E. N. & Alvim, L. (2016). O Arquivo Pessoal de Alberto Sampaio: Contributos para o seu conhecimento. In *O(s) tempo(s) de Alberto Sampaio* (pp. 9-23). V. N. de Famalicão: Município de V. N. Famalicão, ISMAE Casa do Território.

Ferrarotti, F. (1983). *Histoire et histoires de vie: La méthode biographique dans les sciences sociales*. Paris: Méridiens.

Ferreira, J. A. (Monsenhor). (1935). *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (séc. III - séc. XX)* (tomo IV). Braga: Mitra Bracarense.

Ferreira, J. M. (1996). Estado Português da Índia. In Rosas, F. e Brito, J.M.B, *Dicionário da História do Estado Novo* - vol. I (pp. 457-460). Lisboa: Círculo Leitores.

Fine, M. & W., Lois (1998). The Unknown City: The lives of poor and working-class young adults. *Contemporary Sociology*. 28 (3).

Foisil, M. (1990). A escrita do foro privado. In P. Ariès & G. Duby (Dir.), *História da vida privada. Do Renascimento ao Século das Luzes* (vol. 3, pp. 331-369). Lisboa: Afrontamento.

Foucault, M. (1969). *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal.

Foucault, M. (1983). A escrita de si. *Corps écrit. L'autoportrait* 5. Rio de Janeiro : Forense Universitária.

Fráguas, H. (2014). *O misterioso caso Relvas*. Disponível em <http://blog.fraguasonline.com/2014/04/o-misterioso-caso-relvas.html>.

Gaivão, P. Q. (2006). *Os diários alemães 1807-1804*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez.

Gide, A. (1926). *Si le grain ne meurt*. Disponível em http://www.livrespourtous.com/e-books/detail/Si-le-grain-ne-meurt/onecat/Livres-electroniques+Documents-et-essais/70/all_items.html.

Gil, J. (2010). *Le Portugal aujourd'hui: La peur d'exister*. Disponível em <https://journals.openedition.org/elh/809>.

Ginzburg, C. (1987). *O Queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras.

Goethe, J. W. (2016). *Viagem a Itália 1786-1788*. Lisboa: Bertrand.

Gomes, J. S. (2006). *Galeria dos presidentes Câmara Municipal de Braga (1836-2006)*. Braga: Câmara Municipal de Braga.

Gonçalves, A. (2009). *Vertigens: Para uma Sociologia da perversidade*. Coimbra: Grácio Editor.

Gonçalves, A. (2014). Postais ilustrados: Textura e sensibilidade. In M. L. Martins & M. L. Correia (Coord.), *Do post ao postal* (pp. 109-119). V. N. Famalicão: Húmus.

Gonçalves, A. & Nunes, J. A. (1986). Casa, comunidade e espaço institucional. *Cadernos do Noroeste*, 1(1), 100-112.

Gonçalves, A. & Rabot, J.-M. (2010). A modernidade e a pós-modernidade em foco. *Comunicação e Sociedade*, 18, 7-9.

- Grendi, E. (1977). Micro-analisi e storia sociale. *Quaderni storici*, 35 (2), 506-520.
- Habermas, J. (1978). *L'espace public: archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris: Payot.
- Halbwachs, M. (1925). *Les cadres sociaux de la mémoire* (1ª ed.). Paris : Librairie Félix Alcan.
- Halbwachs, M. (2013). *A memória coletiva* (2ª ed.). São Paulo: Centauro.
- Hall, S. (2000). Quem precisa da identidade? In T. T. Silva (Org. e trad.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (pp. 103-133). Petrópolis: Vozes.
- Hespanha, A. M. (1982). *História das instituições*. Coimbra: Almedina.
- Hoggart, R. (1957). *The uses of literacy*. London: Chatto & Windus
- Hoggart, R. (1975). *As utilizações da cultura*. Lisboa: Presença.
- Jiménez, F. C. & Alós, L. F. (1997). *Familia, casa y trabajo*. Murcia: Universidad de Murcia.
- Jiménez, F. C. et al. (2003). *Sin distancias. Familia y tendencias historiográficas en el siglo XX*. Murcia: Universidad de Murcia.
- Le Roy Ladurie, E. (1975). *Montaillou: cátaros e católicos numa aldeia francesa 1294-1324*. Lisboa: Ed. 70.
- Le Goff, J. (2003). *História e memória* (5ª ed.).Campinas: Unicamp.
- Leitão, N. A., Brandão, J. & Cruz, L. (2001). *O Mundo de Ruben A*. Lisboa: Assírio&Alvim.
- Lejeune, P. (1975). *Le pacte autobiographique*. Paris: Éditions du Seuil.

Lejeune, P. (1980). *Je est un autre: L'autobiographie, de la littérature aux médias*. Paris: Éditions du Seuil.

Lejeune, P. (1998). *Pour l'autobiographie: Chroniques*. Paris : Éditions du Seuil.

Lejeune, P. (2000). "*Cher écran...*" *Journal personnel, ordinateur, internet*. Paris : Éditions du Seuil.

Lejeune, P. (2013). Da autobiografia ao diário, da universidade à associação: Itinerários de uma pesquisa. *Letras de Hoje*, 48, 537-544.

Lejeune, P. (2015). *Écrire sa vie : du pacte au patrimoine autobiographique*. Paris : Éditions du Mauconduit.

Lemos, F. S.; Martins, M.; Fontes, L.; Leite J. & Cunha, A. (2002). A muralha romana de Bracara Augusta. *Arqueologia Militar Romana en Hispania*. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/hdl.handle.net/1822/13367>.

Levi, G. (1992). Sobre a micro-história. In P. Burke, *A escrita da história: novas perspectivas* (pp. 133-161). São Paulo: UNESP.

Levi, G. (2000). *Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Lewis, O. (1966). *La vida: A Puerto Rican family in the culture of poverty*. San Juan & New York: Random House.

Lewis, O. (1970). *Os filhos de Sánchez*. Lisboa: Moraes Editores.

Lisboa, J. & Miranda, T. (2010). A cultura escrita nos espaços privados. In J. Mattoso (Dir.), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna* (vol. 2, pp. 334-394). Lisboa: Círculo de Leitores.

Lyotard, J. F. (1989). *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva.

Macfarlane, A. (1970). *The family life of Ralph Josselin: a seventeenth-century clergyman. An essay in historical anthropology*. London: Cambridge University Press.

Macedo, A. M. (1996). *Família, sociedade e estratégias de poder (1750-1830): A família Jácome de Vasconcelos da Freguesia de S. Tiago da Cidade - Braga*. Braga: APPACDM.

Macedo, A. M. (2012). O Arquivo da Casa do Avelar- Braga: da construção da memória familiar à (re)construção da memória social. In M. L. Rosa (Org.), *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* (pp. 265-280). Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, CHAM – Centro de História de Além-Mar e Editora Caminhos Romanos.

Macedo, A. M. (2013). *Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense 1787-1810*. Braga: ADB/UM.

Macedo, A. M. (2014). Dos diários privados aos blogs: uma expressão temporalmente continuada de intimidade reflexa. *Tempos Sociais e o Mundo Contemporâneo - As Crises, as fases e as ruturas* (pp. 44-54). Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/40816>.

Machado, A. M. (2008). Diarística e Autobiografia. A Construção do Eu em *Páginas* e em *O Mundo à Minha Procura* de Ruben A. *Atas das III Jornadas científico-pedagógicas de Português* (73-103). Coimbra: Faculdade de Letras. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/14628>.

Madahil, A. (1954) Novos Testemunhos da Actividade Tipográfica de Lisboa no século quinze. *Revista Municipal*, 63, 5-20. Lisboa: Câmara Municipal

Maffesoli, M. (2010). Pós-modernidade. *Comunicação e Sociedade*, 18, 21-25.

Maffesoli, M. (2011). *A transfiguração do político. A tribalização do mundo*. Porto Alegre: ed. Sulina.

Mapa das Ruas de Braga [1750] - Vols. I e II. Braga. ADB/UM/IBM-Port. 1989/91.

Martin Gaité, C. (2002). *Cuadernos de todo*. Madrid: Ed. de Victoria Calvi.

Martins, F. S. (1997). Quinta da Vacaria: A cultura da vinha num documento do século XVII. *Douro - Estudos & Documentos*, 2 (4), 361-376. doi: <http://hdl.handle.net/10216/28014>.

Martins, M. & Correia, M. L. (Coords.). (2014). *Do post ao postal*. V. N. Famalicão: Húmus. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/35295>

Martins, M. C. S. (2014). Peregrinação de Egéria: Uma narrativa de viagem aos Lugares Santos no século IV. *Organon*, 29 (56), 279-296. doi: <http://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.44142>.

Martins, M. L. (2011). *Crise no castelo da cultura: das estrelas para os ecrãs*. Coimbra : Grácio Editor.

Markiewicz-Lagneau, J. (1976). L'autobiographie en Pologne ou de l'usage social d'une technique sociologique. *Revue française de sociologie*, 17 (4), 591-613.

Mattoso, J. (2010). *História da vida privada em Portugal. A Idade Média* (vol. 1). Lisboa: Círculo de Leitores.

Melo, F. M. (1971). *Carta de Guia de Casados* [1650]. Lisboa: Verbo.

Meneses, F. R. (2009). *Salazar – Uma Biografia Política* (vol. 6). Lisboa: D. Quixote.

Meza, S. & Donoso, G. (2000). Cartas Privadas. In P. Rodríguez Jiménez, *A través del tiempo : diccionario de fuentes para la historia de la familia* (pp. 53-56). Murcia : Universidad de Murcia.

Moço, D. R. (2012). *Prisioneiros na Índia 1961-62* (Dissertação de mestrado, Departamento de História). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade Lisboa.

Mónica, M. F. (2018). *Os ricos*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Monteiro, N. G. (1998). O "Ethos" da aristocracia portuguesa sob a dinastia de Bragança: algumas notas sobre a casa e o serviço ao rei. *Revista da História das Ideias*, 19, 383-402. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/41909>.

Monteiro, N. G. (2000). Genealogia. In P. Rodríguez Jiménez, *A través del tiempo : diccionario de fuentes para la historia de la familia* (pp. 101-105). Murcia : Universidad de Murcia.

Monteiro, N. G. (2003). Tendências historiográficas nos estudos sobre a família em Portugal no século XX. In F. Chacon Jimenez, *Sin distancias: Familia y tendencias historiográficas en el siglo XX* (pp. 85-98). Murcia: Universidad de Murcia.

Monteiro, N. G. (2010). Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos. In J. Mattoso, *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna* (vol. 2, pp. 130-158). Lisboa, Círculo de Leitores.

Moura, M. L. B. (2011). Sensibilidade religiosa e devoção doméstica: entre o "temor de Deus" e o "amor de Deus". In J. Mattoso, *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea* (vol.3, pp. 290-321). Lisboa, Círculo de Leitores.

Muniz, M. R. C. (2001). Os leais e prudentes *conselhos* de El-rei D. Duarte. In A. H. O. Marques, *Literatura doutrinária na corte de Avis* (pp. 245-305). São Paulo: M. Fontes.

Nóbrega, V. O. (1970/71). *Pedras de armas e armas tumulares do distrito de Braga* (vol. I, tomos I e II). Braga: Junta Distrital de Braga.

Noronha, D. S. M. (1697). *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas no ano de 1639*. Lisboa: Miguel Deslandes, impressor de Sua Magestade.

Noronha, J. M. G. (2002). Entrevista com Philippe Lejeune. *Revista de estudos literários*, 6 (2), 21-30. Disponível em www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2009/12/Entrevista-com1.pdf

Pace, A. A. B. C. (2012). *Lendo e escrevendo sobre o pacto autobiográfico de Philippe Lejeune*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Dissertação de mestrado do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Peixoto, I. J. (1992). *Memórias particulares de Inácio José Peixoto: Braga e Portugal na Europa do século XVIII*. Braga: Arquivo Distrital de Braga / Universidade do Minho.

Perrot, M. (1990). Introdução. In P. Ariès & G. Duby (Dir.), *História da vida privada* (vol. 4, pp. 9-13). Porto: Afrontamento.

Pina-Cabral, J. & Lima, A. P. (2005). Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. *Etnográfica*, 9 (2), 335-388.

Pina-Cabral, J. (2012). The core of affects: Name and named in Bahia (NE Brazil). *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 19, 75-101.

Pires, J. C. (1997). *De Profundis, valsa lenta*. Lisboa: Dom Quixote.

Rodríguez, P. (2000). Fotografia. In P. Rodríguez Jiménez, *A través del tiempo : diccionario de fuentes para la historia de la familia* (pp. 97-100). Murcia : Universidad de Murcia.

Rosa, M. L. (2009). Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9, 9-42.

Rosa, M. L. (2012). *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM, CHAM, Caminhos Romanos.

Rosa, M. L. & Nóvoa, R. S. (Coords.) (2014). *Arquivos de Família: Memórias habitadas - guia para a salvaguarda e estudo de um património em risco*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.

Rosenberg, A. (2015). *Diários: 1934-1944*. Barcelona: Editorial Planeta.

Santos, A.; Teles, N. & Serra, N. (2014) Finança e habitação em Portugal. *Cadernos do Observatório*, 2 (24). Disponível em web.www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt.

Sardica, J. M. (1997). A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração. *Análise Social*, XXXII (143-144), 747-777.

Schwanitz, D. (1999). *Cultura: da literatura europeia à história da arte*. Lisboa: D. Quixote.

Shaw, C. R. (1966). *The Jack-Rolle: a delinquent boy's own story*. Chicago: University of Chicago Press.

Sennett, R. (1999). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Seabra, M. (s.d [1962]). *Goa, Damão e Dio*. Lisboa: Livraria Bertrand.

Silva, A. M. (1992). Arquivos de Família e Arquivos Pessoais. *IV Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, 2, 265-278.

Silva, A. M. (1997). Arquivos de Família e Pessoais. Bases Teórico-Metodológicas. *Seminário sobre Arquivos de Família e Pessoais*, 51-106.

Silva, A. M. (1999). *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento.

Silva, A. Malheiro (2004). Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interativo. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e técnicas do património*, 3, 68-84.

Silva, A. M. (2006). *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento.

Silva, A. M. (2009). A Gestão da informação na perspetiva da pesquisa em ciência da informação: retorno a um tema estratégico. In F. A. Almeida, A. T. Guimarães, M. Franco & J. Leitão, *Governança estratégica, redes de negócio e meio ambiente: Fundamentos e aplicações* (pp. 231-252). Anápolis: Universidade Estadual de Goiás.

Silva, A. M. (2013). Leituras. Cadernos BAD 1-2 (2012-2013), 147-149. Disponível em <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/download/1037/1053>

Sobral, J. M. (1995). Memória e identidades sociais: Dados de um estudo de caso num espaço rural. *Análise Social*, 131-132, 289-313.

Stake, R. E. (2009). *A arte de investigação com estudos de caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Sousa, F. (2003). A Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro (1756-1978). *População e Sociedade*, 10, 9-58. Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/20325>, acedido em 15.05.2017

Strefling, S. R. (2007). A atualidade das Confissões de Santo Agostinho. *Teocomunicação*, 37, 259-272. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/viewFile/2707/2058>.

Thomas, William & Znaniecki, Florian (1996). *The Polish Peasant in Europe and America*. University of Illinois Press.

Thompson, E. (1963). *The making of the English working class*. Harmondsworth: Penguin.

Thompson, E. (1981). *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar.

Tutino, S. (2016). *Diari: 1944-1946*. Disponível em <https://www.amazon.it/Saverio-Tutino-Diari-1944-1946-Tutino/dp/8876371974>.

Valle, J. J. (1928). *Collecção de poezias*. Disponível em <https://books.google.pt/books?id=sXxBAAAAAYAAJ>

Vaquinhas, I. (2011). Em redor dos elementos materiais da vida privada. In J. Mattoso, *História da vida privada em Portugal. A Época Contemporânea* (vol. 3, pp. 454-464). Lisboa: Círculo de Leitores.

Vaz, A. L. (1971). *O Cabido de Braga - 1071 a 1971*. Braga: Ed. José Dias de Castro.

Veyne, P. (2009). *Foucault: o pensamento a pessoa*. Lisboa: Ed. Texto & Grafia.

Verney, L. A. (1949-1953). *Verdadeiro método de estudar*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Vigarello, G. (1985). *O limpo e o sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*. Lisboa: Fragmentos.

Viterbo, J. R. (1865). *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes.

Vovelle, M. (1996). *Les âmes du purgatoire*. Bona: Gallimard.

Walter, B. (1931). Pequena História da Fotografia. In W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política* (91-107). S. Paulo: Editora brasiliense.

Weber, M. (1958). *The religion of India: The Sociology of hinduim and buddhism*. Mishawaka, IN: The Free Press, Glencoe.

Williams, R. (1958). *Culture and society: 1780-1950*. Harmondsworth: Penguin.

Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Zambrano, M. (2004). *Persona y democracia: a historia sacrificial*. Madrid: Siruela.

Znaniiecki, F. (1934). *The method of sociology*. New York: Farrar & Rinehart.

(1822). *Estatutos da Sociedade do Giro dos Vinagres do Alto Douro*. Porto: Tipografia A Praça de Santa Teresa, n° 13 136.

(1822). *Plano para a Reforma da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Porto: Imprensa do Gandra

ANEXOS

Outline Descendant Report for Vasco Jácome

1 Vasco Jácome

- + D. Joana de Sousa
-2 Diogo Jácome
- + Guiomar Dias
-3 Lopo Dias Jácome
- + D. Beatriz de Araújo
-4 Diogo Lopes Jácome
- + D. Beatriz de Sousa
-5 Duarte Jácome de Araújo
-4 Vasco Jácome de Araújo
- + D. Milícia Gomes de Abreu
-5 Duarte Jácome de Araújo
- + D. Brígida de Araújo e Sousa
-6 Francisco Jácome de Araújo d: 16 Jun 1595 in Cividade, Braga
- + Leonor Campelo de Sousa de Meneses m: 01 Jul 1543, d: 1595 in Cividade, Braga
-7 Filipe Jácome de Sousa d: 27 May 1615 in S. Victor
- + Ana Bravo da Costa m: 1588 in Braga
-8 André Jácome de Sousa b: 1593, d: 12 Sep 1631 in Casa do Avelar
- + Ana Correia Rebelo b: 05 Jun 1594, m: 22 Jul 1617 in Barcelos, d: Sandiães, Braga, Portugal
-9 Filipe Jácome de Sousa b: 10 Jun 1618 in S. João do Souto, Braga, d: 20 Jul 1669 in Casa do Avelar
- + Francisca Pereira da Silva m: 25 Jan 1635 in Cividade, Braga, d: 22 Jul 1650 in Casa do Avelar
-10 Maria Jácome de Sousa b: 27 Feb 1636 in Cividade, Braga, d: 25 Feb 1652
-10 Ana Jácome de Sousa b: 06 Mar 1639 in Cividade, Braga, d: 10 Oct 1656 in Convento da Conceição, Braga
-10 André Jácome de Sousa b: 15 Apr 1640 in Cividade, Braga, d: 12 Oct 1723 in Casa do Avelar
- + Catarina de Magalhães m: 28 Mar 1667, d: 06 Sep 1682 in Casa do Avelar
-11 Filipe Jácome de Sousa b: 25 Apr 1668 in Cividade, Braga, d: 04 Oct 1726 in Cividade, Braga
-11 José Jácome de Sousa b: 09 Jul 1671 in Cividade, Braga, d: 18 Aug 1749 in Casa do Avelar
- + Francisca Carneiro de Figueiredo e Moura m: 24 Sep 1725 in Vila de Fão
-12 Maria Máxima Jácome de Sousa Carneiro b: 05 Aug 1726 in Cividade, Braga, d: 06 Oct 1789 in Convento dos Remédios, Braga
- + Luís Alberto de Sá Soares de Lançóis b: 08 Apr 1715 in Barcelos, m: 20 Dec 1758 in Igreja S. Martinho de Dume, Braga, d: 17 Jul 1798 in Barcelos
-12 Catarina Agostinha Jácome de Sousa b: 28 Aug 1727 in Cividade, Braga, d: 25 Jul 1752 in Casa do Avelar
-12 Andreza Antónia Jácome de Sousa b: 05 Dec 1728 in Cividade, Braga, d: 28 May 1751 in Casa do Avelar
-12 André Jácome de Sousa b: 21 Apr 1731 in Cividade, Braga, d: 25 Dec 1749 in Cividade, Braga
-12 Filipe Afonso Jácome de Sousa b: 30 Jun 1733 in Cividade, Braga

.....12 Isabel Antónia Jácome de Sousa b: 29 Jul 1736 in Cividade, Braga, d:
10 Nov 1753 in Cividade, Braga

..... + João Lourenço de Sousa da Silva Feyo e Azevedo m: 01 Mar 1753

.....11 Andreza Jácome de Sousa b: 13 Dec 1672 in Cividade, Braga, d:
Convento da Conceição, Braga

.....11 Inês Maria Jácome de Sousa b: 09 Sep 1674 in Cividade, Braga, d: 06 Jun
1750 in Convento da Conceição, Braga

.....11 Francisca Catarina Jácome de Sousa b: 13 Nov 1675 in Cividade, Braga

.....11 Diogo Jácome de Sousa b: 12 Apr 1677 in Cividade, Braga, d: 01 Mar 1727
in Convento da Conceição, Braga

.....11 Frei Bento Jácome de Sousa b: 16 Mar 1679 in Cividade, Braga, d: 1746 in
Mosteiro de Tibães

.....10 João Jácome de Sousa b: 28 Sep 1642 in Cividade, Braga, d: 12 Mar 1691 in
Cividade, Braga

..... + Mariana Pedroso Tinoco b: 12 Mar 1649 in S. João do Souto, Braga, m: 26 Feb
1672 in S. João do Souto, Braga, d: 30 Aug 1731 in Cividade, Braga

.....11 Luís Jácome de Sousa b: 27 Apr 1674 in Cividade, Braga

.....11 Francisca dos Santos b: 09 Nov 1675 in Cividade, Braga, d: 10 Sep 1735 in
Convento dos Remédios, Braga

.....11 Jacinto Jácome de Sousa b: 20 Mar 1677 in Cividade, Braga

.....11 Francisco Jácome de Sousa b: 19 Sep 1678 in Cividade, Braga, d: 21 Oct
1755 in Cividade, Braga

..... + Inácia Teresa de Vilas Boas b: 05 Aug 1699 in Barcelos, m: 06 Dec 1734 in
Barcelos, d: 18 Jan 1773 in Braga

.....12 João Luís Jácome de Sousa b: 23 Dec 1735 in Cividade, Braga, d: 27
Dec 1810 in Casa do Avelar

..... + Maria Ribeiro da Silva Lopes b: 06 Jan 1740 in Cividade, Braga, m: 29
Dec 1755 in Cividade, Braga, d: 28 Feb 1815 in Casa do Avelar

.....13 Francisco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos b: 07 Sep 1757
in Casa do Avelar, d: 20 Oct 1827 in Quinta de Proence,
Sandiães, Ponte Lima

..... + Ana José Malheiro Pereira de Sotomayor b: 14 Oct 1764 in Quinta da
Arrochela, Guimarães, m: 12 Oct 1790 in Lisboa, Portugal, d:
02 May 1840 in Casa do Avelar

.....14 Maria Bárbara Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos b: 16
Sep 1792 in Cividade, Braga

.....14 Fernando Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos b: 22
Oct 1796 in Cividade, Braga, d: 22 Apr 1856 in
Casa do Avelar

..... + Maria Isabel de A. e Lima Pimenta Correia Feijó b: 19 Nov 1804
in S.Tomé de Correlhão, Ponte de Lima, m: 07 Jan
1827 in Vilar das Almas, Ponte de Lima, d: 03 Jun
1867 in Braga

.....15 Ana José Carlina Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos b:
03 Oct 1827 in Quinta de Proence, Sandiães, Ponte
Lima, d: 21 Jun 1905

..... + Bento Luís Ferreira do Carmo b: 10 Jul 1798, m: 16
Feb 1876, d: 15 Mar 1879 in Braga

.....15 Maria do Carmo José de Sousa Pereira de Vasconcelos
b: 17 Jul 1829 in Casa do Avelar, Braga, d: 10
Apr 1848 in Casa do Avelar, Braga

.....15 Francisco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos
b: 09 Aug 1830 in Casa do Avelar, Braga, d:
06 Mar 1879 in Braga

..... + Sofia Adelaide Pinto Machado Torre m: 19 Aug 1859,
d: 08 Dec 1864 in Porto

.....15 Fernando Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos
b: 13 Oct 1831 in Casa do Avelar, Braga, d:
20 Apr 1856 in Rio de Janeiro, Brasil

.....15 João Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos b: 02
Feb 1834 in Santa Eulália de Valadares, Monção,
d: Apr 1852 in Rio de Janeiro, Brasil

.....15 Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos b: 12
Feb 1836 in Casa da Lagariça, Aregos,
Resende, d: 01 Apr 185

.....15 Maria da Conceição Jácome de Sousa Pereira de
Vasconcelos b: 05 Feb 1837 in Casa da
Lagariça, Aregos, Resende, d: 23 Feb 1877 in
Braga

.....15 Maria Emília Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos
b: 05 Jul 1838 in Cividade, Braga, d: 1911 in
Convento da Encarnação, Lisboa

.....15 Guilhermina Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos
b: 03 Sep 1839 in Cividade, Braga, d: 26 Jun
1845 in Casa do Avelar, Braga

.....15 Vasco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos b: 15
Aug 1840 in Casa do Avelar, Braga, d: 20 Dec
1918 in Casa do Avelar, Braga

..... + Rosa Emília de Sousa Faria Girão b: 1865 in Santa
Maria da Oliveira, V. N. Famalicão, m: 30 Aug
1886 in Cividade, Braga, d: 09 Nov 1940 in
Casa do Avelar

.....16 Maria Isabel Girão Jácome de Sousa Pereira de
Vasconcelos b: 26 Jul 1887, d: 29 Jul 1973

..... + José Corte-Real d' Albuquerque m: 05 Feb 1910 in
Braga, d: 19 Aug 1939

.....16 Fernando Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos
b: 14 Oct 1888 in Braga, d: 17 Jul 1969

..... + Maria Luisa da Costa Cabral b: 20 Jul 1897 in
Santa Maria de Belém, Lisboa, m: 05 Jul
1921 in Fornos de Algodres, Guarda,
Portugal, d: 06 Sep 1987 in Fornos de
Algodres, Guarda, Portugal

.....17 Vasco Francisco Jácome de Sousa Pereira de
Vasconcelos b: 21 May 1922 in Fornos
de Algodres, Guarda, Portugal

..... + Ana Luisa de Jesus Cardoso de Macedo e
Meneses b: 14 Jun 1926 in Guimarães,
m: 06 Jul 1946 in Guimarães, d: 03 Aug
2003 in Casa do Avelar, Braga

.....18 Diogo Jácome de Sousa Pereira de
Vasconcelos b: 29 May 1947 in
Guimarães

..... + Ana Margarida de Melo da Cunha Pimentel
b: 29 Sep 1947, m: 28 Dec 1974
in Braga

.....19 Lopo Jácome de Sousa Pereira de
Vasconcelos b: 31 Mar 1978

..... + Heloisa Andreia Pais Rito

.....19 Maria Jácome de Sousa Pereira de
Vasconcelos b: 17 Oct 1983

.....18 Mafalda Jácome de Sousa Pereira de
Vasconcelos b: 06 Jun 1949 in
Guimarães

..... + António Folhadela Moreira b: 11 Jan 1946,
m: 06 Jan 1973

.....19 António Jácome Vasconcelos
Folhadela Moreira

.....19 Miguel Jácome de Vasconcelos
Folhadela Moreira

.....19 Mafalda Jácome de Vasconcelos
Folhadela Moreira

.....18 Maria de Assunção Jácome de Sousa
Pereira de Vasconcelos b: 17 Dec
1950 in Guimarães

..... + Duarte Salazar Magalhães Chaves b: 01 Jun
1945, m: 27 Sep 1980 in
Guimarães

.....19 Isabel Jácome de Magalhães e Chaves
b: 20 May 1985

.....18 Ana Maria Jácome de Sousa Pereira de
Vasconcelos b: 02 Jul 1952 in
Guimarães

..... + Luis Gonzaga Henriques de Lancastre b: 16
Jan 1943, m: 10 Nov 1977

.....19 Joana Jácome Henriques de
Lancastre b: 16 Jun 1980

.....19 Luisa Jácome Henriques de
Lancastre b: 27 May 1982

.....19 Pedro Jácome Henriques de
Lancastre b: 16 Dec 1989

.....18 Vasco Jácome de Sousa Pereira de
Vasconcelos b: 28 Feb 1954 in
Guimarães

..... + Maria Cândida de Castro Girão de Azeredo
Leme b: 22 Sep 1957, m: 12 May
1984

.....19 João Girão de Azeredo Jácome de
Vasconcelos b: 16 Mar 1985

.....19 Ana Girão de Azeredo Jácome de
Vasconcelos b: 16 Mar 1985

.....19 Maria Inês Girão de Azeredo
Jácome de Vasconcelos b:
11 Nov 1987

.....18 Luisa Leonor Jácome de Sousa Pereira de
Vasconcelos b: 19 May 1956 in
Guimarães

..... + António da Cruz Braga b: 05 Mar 1952

.....19 Sebastião Maria Jácome de
Vasconcelos da Cruz Braga
b: 17 Jan 1984

.....18 Luis Jácome de Sousa Pereira de
Vasconcelos b: 13 May 1958 in
Guimarães

..... + Marina Parente da Costa b: 03 Jan 1962

.....19 Francisca da Costa Jácome de
Vasconcelos b: 11 Jul 1990

.....19 Marta da Costa Jácome de
Vasconcelos b: 09 Dec 1994

.....18 Duarte Jácome de Sousa Pereira de
Vasconcelos b: 18 Jan 1960 in
Guimarães

.....18 Isabel Maria Jácome Sousa Pereira de
Vasconcelos b: 01 Sep 1963 in
Braga

..... + Artur José Pereira Teixeira Mendes m: 28
May 1988

.....17 Francisco de Assis Jácome de Sousa Pereira
de Vasconcelos b: 26 Jul 1926 in
Fornos de Algodres, Guarda, Portugal

..... + Maria Etelvina Barbosa de Carvalho b: 09 Apr
1931 in Lisboa, m: 11 Jun 1955 in
Lisboa

.....18 Francisco de Assis de Carvalho Jácome de
Vasconcelos b: 21 May 1956

..... + Manuela Moura Guedes b: 23 Dec 1955 in
Cadaval, Lisboa, Portugal

.....18 António Valentim de Carvalho Jácome de
Vasconcelos b: 07 Sep 1957 in
Lisboa

.....18 Pedro Valentim de Carvalho Jácome de
Vasconcelos b: 13 May 1959 in
Lisboa

.....18 Maria Luisa de Carvalho Jácome de
Vasconcelos b: 03 Jun 1961 in
Lisboa

.....18 Rui Valentim de Carvalho Jácome de
Vasconcelos b: 19 Mar 1966

.....16 Maria Constança Girão Jácome de Sousa Pereira
de Vasconcelos b: 02 Sep 1890 in Braga, d:
23 Dec 1967 in Casa da Agrela, Baião

..... + António Ferreira Cabral de Barbosa Pais do Amaral
b: 27 Dec 1886, m: 02 Sep 1911 in Braga,
d: 21 Jul 1960 in Porto

.....16 Eduardo Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos

.....16 Vasco Girão Jácome de Sousa Pereira de
Vasconcelos b: 20 Aug 1893 in Braga

..... + Helena Augusta de Sousa e Almeida M. M.
Vasconcelos b: 27 Oct 1900, m: 06 May
1927

.....16 Maria do Carmo Girão Jácome de Sousa Pereira
de Vasconcelos b: 14 Oct 1896 in Braga

..... + Antonio Pereira de Magalhães de Sousa Faria
Girão b: 17 Jan 1897, m: 17 Feb 1922 in
Braga

.....16 Maria Ana Girão Jácome de Sousa Pereira de
Vasconcelos b: 01 Jan 1900 in Braga

..... + José de Abreu Magalhães Pereira Coutinho b: 06
Mar 1886, m: 1936

.....15 Augusto Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos b:
02 Jun 1842 in Casa do Avelar, d: 1843 in
Casa do Avelar

.....15 José Filipe Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos

.....13 Maria Tomásia Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos b: 20
Jan 1760 in Cividade, Braga, d: 14 Jan 1824 in S. Vicente
de Rebordelo, Braga

..... + Sebastião Álvares Calvão de Sousa Morais m: 02 Jun 1785 in
Cividade, Braga

.....13 Mariana Luísa Joaquina Jácome de Sousa Pereira de
Vasconcelos b: 05 May 1762 in Cividade, Braga, d: 11
Apr 1833 in Cividade, Braga

.....13 José Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos b: 08 Oct 1763
in Cividade, Braga

.....13 Catarina Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos b: 24 Dec
1765 in Cividade, Braga

.....13 António Xavier de Sousa Pereira de Vasconcelos b: 06 Apr 1767 in
Cividade, Braga, d: 29 Jan 1844 in Sé Primaz, Braga

.....13 João António Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos b: 09 Sep
1769 in Cividade, Braga, d: 18 Feb 1826

.....13 Francisca Máxima Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos b: 02
Sep 1772 in Cividade, Braga, d: Jun 1775

.....13 Isabel Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos b: 26 Apr 1774 in
Cividade, Braga, d: 14 Jul 1840 in Igreja Nossa Senhora da
Conceição, Braga

.....13 Teresa Vitória Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos b: 15 Dec
1777 in Cividade, Braga

..... + Francisco António Pereira do Lago b: 19 Feb 1735 in S. Vítor, m: 04
Jul 1796 in Capela Nª Sª das Mercês, S. Vítor, d: 21 Jan
1811 in S. Vítor

.....13 Manuel Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos b: 27 Aug 1780 in
Cividade, Braga, d: 1785

.....13 Josefa Maria do Carmo Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos b:
01 Feb 1782 in Cividade, Braga

..... + Custódio José de Sousa Pinto Pimentel Leitão Coxefel b: 15 Oct 1765
in Aregos, Douro, m: 14 Dec 1801 in Cividade, Braga, d:
22 Feb 1856

.....12 Margarida Rosa Jácome de Sousa b: 18 Jul 1737 in Cividade, Braga

.....12 Frei Simão Jácome de Sousa b: 25 Jun 1738 in Cividade, Braga, d:
Jun 1766 in Santo Tirso, Porto, Portugal

.....12 Luís Jácome de Sousa b: 15 Jun 1739 in Cividade, Braga, d: 08 Feb
1799 in Viana do Castelo, Portugal

.....12 José Jácome de Sousa b: 12 Sep 1740 in Cividade, Braga, d: 30 Sep
1807 in Barcelos

.....12 Mariana Luísa de Vilas Boas e Sousa b: 03 Jan 1742 in Cividade, Braga,
d: 08 Jun 1792 in Casa e Quinta da Deveza, S. Julião de Freixo,
Ponte de Lima

..... + Gregório Carlos de Magalhães e Meneses m: 04 Feb 1765 in S. Julião de
Freixo, Ponte de Lima, d: 25 Mar 1784

.....11 Violante Jácome de Sousa b: 27 Apr 1680 in Cividade, Braga

.....11 Ana Maria Jácome de Sousa b: 11 May 1682 in Cividade, Braga, d: 28 Jul
1757 in Cividade, Braga

.....11 Andreza Maria Jácome de Sousa b: 11 Oct 1683 in Cividade, Braga,
d: 05 May 1758 in Convento dos Remédios, Braga

.....11 Isabel Jácome de Sousa b: 25 Apr 1686 in Cividade, Braga, d: 04 Nov 1748
in Convento dos Remédios, Braga

.....11 Inês Jácome de Sousa b: 21 Apr 1688 in Cividade, Braga, d: 02 Jun 1750 in
Convento dos Remédios, Braga

.....11 José Jácome de Sousa b: 27 Feb 1690 in Cividade, Braga

.....10 Francisca Jácome de Sousa b: 13 Dec 1645 in Cividade, Braga

.....10 Filipe Jácome de Sousa b: 20 Nov 1648 in Cividade, Braga

.....10 António Jácome de Sousa b: 18 Jun 1650 in Cividade, Braga

.....8 João Jácome de Sousa
..... + Bezerra m: Viana
.....7 Isabel Jácome de Sousa d: 23 May 1600 in Cividade, Braga
..... + Damião Coelho m: 22 Nov 1587 in Cividade, Braga
.....7 Sabina Jácome de Sousa b: 1563 in Cividade, Braga, d: 31 Jan 1640
..... + Gaspar Campelo m: 19 Jan 1589 in Cividade, Braga
.....7 Francisca Jácome de Sousa b: 1553, d: 17 Feb 1634 in Casa do Avelar
..... + Jácome Vaz b: Braga, m: 03 Dec 1589 in Cividade, Braga
.....7 Inês Jácome de Sousa d: 30 Dec 1625 in Cividade, Braga
.....7 Marta Jácome de Sousa
..... + João de Lima m: 20 Aug 1606 in Cividade, Braga
..... + Gaspar Fernandes de Araújo m: 27 Feb 1612 in S. João do Souto
.....7 Beatriz Jácome de Sousa
..... + Gaspar de Aguiar
.....8 Leonardo de Aguiar de Araújo
..... + Páscoa da Costa
.....9 Vitória da Costa
..... + José Monteiro da Costa
.....8 Bernardino de Aguiar
.....8 Diogo de Aguiar
.....7 Ana Jácome de Sousa d: 04 Aug 1628 in Casa do Avelar
..... + Francisco Campelo m: 22 Jun 1621 in Braga, d: 14 Aug 1629 in Casa do Avelar
.....7 Francisco Jácome de Sousa d: 16 May 1630 in Sé
.....5 João de Araújo
.....5 Diogo de Araújo
.....5 Pedro de Araújo
.....5 Isabel de Araújo
.....4 Isabel Jácome de Araújo
.....3 Pedro Jácome
.....3 D. Maria Dias Jácome

Descendants of Vasco Jácome

Generation 1

1. **VASCO¹ JÁCOME**. He married **D. JOANA DE SOUSA**.

Vasco Jácome and D. Joana de Sousa had the following child:

2. i. **DIOGO² JÁCOME**. He married GUIOMAR DIAS.
-

Generation 2

2. **DIOGO² JÁCOME(VASCO¹ JÁCOME)**. He married **GUIOMAR DIAS**.

Diogo Jácome and Guiomar Dias had the following children:

3. i. **LOPO DIAS³ JÁCOME**. He married D. BEATRIZ DE ARAÚJO.
 - ii. **PEDRO JÁCOME**.
 - iii. **D. MARIA DIAS JÁCOME**.
-

Generation 3

3. **LOPO DIAS³ JÁCOME(DIOGO² JÁCOME, VASCO¹ JÁCOME)**. He married **D. BEATRIZ DE ARAÚJO**.

Lopo Dias Jácome and D. Beatriz de Araújo had the following children:

4. i. **DIOGO LOPES⁴ JÁCOME**. He married D. BEATRIZ DE SOUSA.
 5. ii. **VASCO JÁCOME DE ARAÚJO**. He married D. MILÍCIA GOMES DE ABREU.
 - iii. **ISABEL JÁCOME DE ARAÚJO**.
-

Generation 4

4. **DIOGO LOPES⁴ JÁCOME(LOPO DIAS³ JÁCOME, DIOGO² JÁCOME, VASCO¹ JÁCOME)**. He married **D. BEATRIZ DE SOUSA**.

Diogo Lopes Jácome and D. Beatriz de Sousa had the following child:

- i. **DUARTE JÁCOME⁵ DE ARAÚJO**.

5. **VASCO JÁCOME⁴ DE ARAÚJO(LOPO DIAS³ JÁCOME, DIOGO² JÁCOME, VASCO¹ JÁCOME)**. He married **D. MILÍCIA GOMES DE ABREU**.

Vasco Jácome de Araújo and D. Milícia Gomes de Abreu had the following children:

6. i. **DUARTE JÁCOME⁵ DE ARAÚJO**. He married D. BRÍGIDA DE ARAÚJO E SOUSA.
 - ii. **JOÃO DE ARAÚJO**.
 - iii. **DIOGO DE ARAÚJO**.
 - iv. **PEDRO DE ARAÚJO**.
 - v. **ISABEL DE ARAÚJO**.
-

Generation 5

6. **DUARTE JÁCOME⁵ DE ARAÚJO(VASCO JÁCOME⁴ DE ARAÚJO, LOPO DIAS³ JÁCOME, DIOGO² JÁCOME, VASCO¹ JÁCOME)**. He married **D. BRÍGIDA DE ARAÚJO E SOUSA**.

Notes for Duarte Jácome de Araújo:

Generation 5 (con't)

1° Sr. da casa e Quinta do Avelar

2° Casamento com Francisca Rodrigues

Duarte Jácome de Araújo and D. Brígida de Araújo e Sousa had the following child:

7. i. FRANCISCO JÁCOME⁶ DE ARAÚJO. He died on 16 Jun 1595 in Cividade, Braga. He married Leonor Campelo de Sousa de Meneses on 01 Jul 1543. She died in 1595 in Cividade, Braga.

Generation 6

7. **FRANCISCO JÁCOME⁶ DE ARAÚJO(DUARTE JÁCOME⁵ DE ARAÚJO, VASCO JÁCOME⁴ DE ARAÚJO, LOPO DIAS³ JÁCOME, DIOGO² JÁCOME, VASCO¹ JÁCOME)**. He died on 16 Jun 1595 in Cividade, Braga. He married Leonor Campelo de Sousa de Meneses on 01 Jul 1543. She died in 1595 in Cividade, Braga.

Francisco Jácome de Araújo and Leonor Campelo de Sousa de Meneses had the following children:

8. i. FILIPE JÁCOME⁷ DE SOUSA. He died on 27 May 1615 in S. Victor. He married Ana Bravo da Costa in 1588 in Braga.
 - ii. ISABEL JÁCOME DE SOUSA. She died on 23 May 1600 in Cividade, Braga. She married Damião Coelho on 22 Nov 1587 in Cividade, Braga.
 - iii. SABINA JÁCOME DE SOUSA was born in 1563 in Cividade, Braga. He died on 31 Jan 1640. He married Gaspar Campelo on 19 Jan 1589 in Cividade, Braga.
 - iv. FRANCISCA JÁCOME DE SOUSA was born in 1553. She died on 17 Feb 1634 in Casa do Avelar. She married Jácome Vaz on 03 Dec 1589 in Cividade, Braga. He was born in Braga.
 - v. INÊS JÁCOME DE SOUSA. She died on 30 Dec 1625 in Cividade, Braga.

Notes for Inês Jácome de Sousa: 3ª Sra.
Casa e Quinta do Avelar
faleceu solteira com testamento feito a 22 Apb 1624
 - vi. MARTA JÁCOME DE SOUSA. She married (1) JOÃO DE LIMA on 20 Aug 1606 in Cividade, Braga. She married (2) GASPAR FERNANDES DE ARAÚJO on 27 Feb 1612 in S. João do Souto.
9. vii. BEATRIZ JÁCOME DE SOUSA. She married GASPAR DE AGUIAR.
 - viii. ANA JÁCOME DE SOUSA. She died on 04 Aug 1628 in Casa do Avelar. She married Francisco Campelo on 22 Jun 1621 in Braga. He died on 14 Aug 1629 in Casa do Avelar.

Notes for Ana Jácome de Sousa:
4.a Sra. da Casa e Quinta do Avelar (por dote de casamento de sua irmã Inês).
 - ix. FRANCISCO JÁCOME DE SOUSA. He died on 16 May 1630 in Sé.

Generation 7

8. **FILIPE JÁCOME⁷ DE SOUSA (FRANCISCO JÁCOME⁶ DE ARAÚJO, DUARTE JÁCOME⁵ DE ARAÚJO, VASCO JÁCOME⁴ DE ARAÚJO, LOPO DIAS³ JÁCOME, DIOGO² JÁCOME, VASCO¹ JÁCOME)**. He died on 27 May 1615 in S. Victor. He married Ana Bravo da Costa in 1588 in Braga.

Filipe Jácome de Sousa and Ana Bravo da Costa had the following children:

Generation 7 (con't)

10. i. **ANDRÉ JÁCOME⁸ DE SOUSA** was born in 1593. He died on 12 Sep 1631 in Casa do Avelar. He married Ana Correia Rebelo on 22 Jul 1617 in Barcelos. She was born on 05 Jun 1594. She died in Sandiães, Braga, Portugal.
- ii. **JOÃO JÁCOME DE SOUSA**. He married Bezerra in Viana.
9. **BEATRIZ JÁCOME DE SOUSA (FRANCISCO JÁCOME⁸ DE ARAÚJO, DUARTE JÁCOME⁸ DE ARAÚJO, VASCO JÁCOME⁸ DE ARAÚJO, LOPO DIAS⁸ JÁCOME, DIOGO⁸ JÁCOME, VASCO⁸ JÁCOME)**. She married **GASPAR DE AGUIAR**.

Gaspar de Aguiar and Beatriz Jácome de Sousa had the following children:

11. i. **LEONARDO DE AGUIAR⁸ DE ARAÚJO**. He married PÁSCOA DA COSTA.
- ii. **BERNARDINO DE AGUIAR**.
- iii. **DIOGO DE AGUIAR**.

Generation 8

10. **ANDRÉ JÁCOME⁸ DE SOUSA** (Filipe Jácome⁷, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born in 1593. He died on 12 Sep 1631 in Casa do Avelar. He married Ana Correia Rebelo on 22 Jul 1617 in Barcelos. She was born on 05 Jun 1594. She died in Sandiães, Braga, Portugal.

Notes for Ana Correia Rebelo:

dotada com metade da Quinta de Proence

André Jácome de Sousa and Ana Correia Rebelo had the following child:

12. i. **FILIFE JÁCOME⁹ DE SOUSA** was born on 10 Jun 1618 in S. João do Souto, Braga. He died on 20 Jul 1669 in Casa do Avelar. He married Francisca Pereira da Silva on 25 Jan 1635 in Cividade, Braga. She died on 22 Jul 1650 in Casa do Avelar.
11. **LEONARDO DE AGUIAR⁸ DE ARAÚJO (BEATRIZ JÁCOME DE SOUSA, FRANCISCO JÁCOME⁸ DE ARAÚJO, DUARTE JÁCOME⁸ DE ARAÚJO, VASCO JÁCOME⁸ DE ARAÚJO, LOPO DIAS⁸ JÁCOME, DIOGO⁸ JÁCOME, VASCO⁸ JÁCOME, GASPAR DE AGUIAR)**. He married **PÁSCOA DA COSTA**.

Leonardo de Aguiar de Araújo and Páscoa da Costa had the following child:

- i. **VITÓRIA⁹ DA COSTA**. She married **JOSÉ MONTEIRO DA COSTA**.

Generation 9

12. **FILIFE JÁCOME⁹ DE SOUSA** (André Jácome⁸, Filipe Jácome⁷, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 10 Jun 1618 in S. João do Souto, Braga. He died on 20 Jul 1669 in Casa do Avelar. He married Francisca Pereira da Silva on 25 Jan 1635 in Cividade, Braga. She died on 22 Jul 1650 in Casa do Avelar.

Notes for Filife Jácome de Sousa: 6^o Sr da

Casa e Quinta do Avelar

Filife Jácome de Sousa and Francisca Pereira da Silva had the following children:

- i. **MARIA JÁCOME¹⁰ DE SOUSA** was born on 27 Feb 1636 in Cividade, Braga. She died on 25 Feb 1652.
- ii. **ANA JÁCOME DE SOUSA** was born on 06 Mar 1639 in Cividade, Braga. She died on 10 Oct 1656 in Convento da Conceição, Braga.

Generation 9 (cont)

13. iii. ANDRÉ JÁCOME DE SOUSA was born on 15 Apr 1640 in Cividade, Braga. He died on Oct 1723 in Casa do Avelar. He married Catarina de Magalhães on 28 Mar 1667. She died on 06 Sep 1682 in Casa do Avelar.
14. iv. JOÃO JÁCOME DE SOUSA was born on 28 Sep 1642 in Cividade, Braga. He died on 12 Mar 1691 in Cividade, Braga. He married Mariana Pedroso Tinoco on 26 Feb 1672 in S. João do Souto, Braga. She was born on 12 Mar 1649 in S. João do Souto, Braga. She died on 30 Aug 1731 in Cividade, Braga.
- vi. FRANCISCA JÁCOME DE SOUSA was born on 13 Dec 1645 in Cividade, Braga.
Notes: faleceu menina
- vii. FILIPE JÁCOME DE SOUSA was born on 20 Nov 1648 in Cividade, Braga.
Notes : faleceu menino
- viii. ANTÓNIO JÁCOME DE SOUSA was born on 18 Jun 1650 in Cividade, Braga.
Notes: faleceu menino

Generation 10

13. **ANDRÉ JÁCOME¹⁰ DE SOUSA** (Filipe Jácome⁹, André Jácome⁹, Filipe Jácome⁷, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 15 Apr 1640 in Cividade, Braga. He died on 12 Oct 1723 in Casa do Avelar. He married Catarina de Magalhães on 28 Mar 1667. She died on 06 Sep 1682 in Casa do Avelar.
- Notes for André Jácome de Sousa:
7° Sr. da Casa e Quinta do Avelar; herdeiro de metade da Quinta de Proence.
- André Jácome de Sousa and Catarina de Magalhães had the following children:
- i. FILIPE JÁCOME¹¹ DE SOUSA was born on 25 Apr 1668 in Cividade, Braga. He died on 04 Oct 1726 in Cividade, Braga.
Notes: faleceu solteiro
15. ii. JOSÉ JÁCOME DE SOUSA was born on 09 Jul 1671 in Cividade, Braga. He died on 18 Aug 1749 in Casa do Avelar. He married Francisca Carneiro de Figueiredo e Moura on 24 Sep 1725 in Vila de Fão.
- iii. ANDREZA JÁCOME DE SOUSA was born on 13 Dec 1672 in Cividade, Braga. She died in Convento da Conceição, Braga.
Notes: religiosa
- iv. INÊS MARIA JÁCOME DE SOUSA was born on 09 Sep 1674 in Cividade, Braga. She died on 06 Jun 1750 in Convento da Conceição, Braga.
Notes for: religiosa
- v. FRANCISCA CATARINA JÁCOME DE SOUSA was born on 13 Nov 1675 in Cividade,

Generation 10 (con't)

Braga.

Notes for Francisca Catarina Jácome de Sousa:

viveu solteira em casa seu irmão José

- vi. DIOGO JÁCOME DE SOUSA was born on 12 Apr 1677 in Cividade, Braga. He died on 01 Mar 1727 in Convento da Conceição, Braga.

Notes: faleceu solteiro

- vii. FREI BENTO JÁCOME DE SOUSA was born on 16 Mar 1679 in Cividade, Braga. He died in 1746 in Mosteiro de Tibães.

Notes: monge beneditino

14. **JOÃO JÁCOME²⁰ DE SOUSA** (Filipe Jácome⁹, André Jácome⁸, Filipe Jácome⁷, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 28 Sep 1642 in Cividade, Braga. He died on 12 Mar 1691 in Cividade, Braga. He married Mariana Pedroso Tinoco on 26 Feb 1672 in S. João do Souto, Braga. She was born on 12 Mar 1649 in S. João do Souto, Braga. She died on 30 Aug 1731 in Cividade, Braga.

João Jácome de Sousa and Mariana Pedroso Tinoco had the following children:

- i. LUÍS JÁCOME²¹ DE SOUSA was born on 27 Apr 1674 in Cividade, Braga.

Notes: foi para a Índia por ter morto um porteiro no Campo de S. Tiago. Teve um filho natural: Luís de Sousa Peixoto que falecera no Rio de Janeiro.

- ii. FRANCISCA DOS SANTOS was born on 09 Nov 1675 in Cividade, Braga. She died on 10 Sep 1735 in Convento dos Remédios, Braga.

Notes: freira no Convento dos Remédios

- iii. JACINTO JÁCOME DE SOUSA was born on 20 Mar 1677 in Cividade, Braga.

Notes: faleceu solteiro

16. iv. FRANCISCO JÁCOME DE SOUSA was born on 19 Sep 1678 in Cividade, Braga. He died on 21 Oct 1755 in Cividade, Braga. He married Inácia Teresa de Vilas Boas on 6 Dec 1734 in Barcelos. She was born on 05 Aug 1699 in Barcelos. She died on 18 Jan 1773 in Braga.

- v. VIOLANTE JÁCOME DE SOUSA was born on 27 Apr 1680 in Cividade, Braga.

Notes: faleceu menina

- vi. ANA MARIA JÁCOME DE SOUSA was born on 11 May 1682 in Cividade, Braga. She died on 28 Jul 1757 in Cividade, Braga.

Notes: faleceu solteira

Generation 10 (con't)

- vii. ANDREZA MARIA JÁCOME DE SOUSA was born on 11 Oct 1683 in Cividade, Braga. She died on 05 May 1758 in Convento dos Remédios, Braga.
Notes: faleceu solteira
- viii. ISABEL JÁCOME DE SOUSA was born on 25 Apr 1686 in Cividade, Braga. She died on 04 Nov 1748 in Convento dos Remédios, Braga.
Notes: faleceu solteira
- ix. INÊS JÁCOME DE SOUSA was born on 21 Apr 1688 in Cividade, Braga. She died on 02 Jun 1750 in Convento dos Remédios, Braga.
Notes: faleceu solteira
- x. JOSÉ JÁCOME DE SOUSA was born on 27 Feb 1690 in Cividade, Braga.
Notes a: foi para a Índia

Generation 11

15. **JOSÉ JÁCOME¹¹ DE SOUSA** (André Jácome¹⁰, Filipe Jácome⁹, André Jácome⁸, Filipe Jácome⁷, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 09 Jul 1671 in Cividade, Braga. He died on 18 Aug 1749 in Casa do Avelar. He married Francisca Carneiro de Figueiredo e Moura on 24 Sep 1725 in Vila de Fão.

Notes for José Jácome de Sousa: 8^o

Sr. da Casa e Quinta do Avelar.

Notes for Francisca Carneiro de Figueiredo e Moura: 10^a

Sra. da Casa e Quinta do Avelar

José Jácome de Sousa and Francisca Carneiro de Figueiredo e Moura had the following children:

- i. MARIA MÁXIMA JÁCOME DE SOUSA¹² CARNEIRO was born on 05 Aug 1726 in Cividade, Braga. She died on 06 Oct 1789 in Convento dos Remédios, Braga. She married Luís Alberto de Sá Soares de Lançóis on 20 Dec 1758 in Igreja S. Martinho de Dume, Braga. He was born on 08 Apr 1715 in Barcelos. He died on 17 Jul 1798 in Barcelos.
Notes: 11^a Senhora da Casa e Quinta do Avelar.
Separada do conjugue por Provisão Régia aos 18 Oct 1769.
Faleceu sem geração.
- ii. CATARINA AGOSTINHA JÁCOME DE SOUSA was born on 28 Aug 1727 in Cividade, Braga. She died on 25 Jul 1752 in Casa do Avelar.
Notes: Faleceu quando estava prestes a casar com João Lourenço da Silva e Sousa Feyo, que veio depois a casar com a irmã Isabel.
- iii. ANDREZA ANTÓNIA JÁCOME DE SOUSA was born on 05 Dec 1728 in Cividade, Braga.

Generation 11 (con't)

She died on 28 May 1751 in Casa do Avelar.

Notes for Andreza Antónia Jácome de Sousa:
Faleceu solteira

- iv. ANDRÉ JÁCOME DE SOUSA was born on 21 Apr 1731 in Cividade, Braga. He died on 25 Dec 1749 in Cividade, Braga.

Notes: 9º Sr. da Casa e Quinta do Avelar, Proence, Lamas e outros bens. Faleceu deixando herdeira sua mãe.

- v. FILIPE AFONSO JÁCOME DE SOUSA was born on 30 Jun 1733 in Cividade, Braga.

Notes: Faleceu menino.

- vi. ISABEL ANTÓNIA JÁCOME DE SOUSA was born on 29 Jul 1736 in Cividade, Braga. She died on 10 Nov 1753 in Cividade, Braga. She married João Lourenço de Sousa da Silva Feyo e Azevedo on 01 Mar 1753.

Notes: faleceu após 8 meses de casada. Sem geração.

16. **FRANCISCO JÁCOME¹¹ DE SOUSA** (João Jácome¹⁰, Filipe Jácome⁹, André Jácome⁸, Filipe Jácome⁷, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 19 Sep 1678 in Cividade, Braga. He died on 21 Oct 1755 in Cividade, Braga. He married Inácia Teresa de Vilas Boas on 06 Dec 1734 in Barcelos. She was born on 05 Aug 1699 in Barcelos. She died on 18 Jan 1773 in Braga.

Notes: Soldado voluntário (1762), alferes, tenente e capitão.

Francisco Jácome de Sousa and Inácia Teresa de Vilas Boas had the following children:

17. i. JOÃO LUÍS JÁCOME¹² DE SOUSA was born on 23 Dec 1735 in Cividade, Braga. He died on 27 Dec 1810 in Casa do Avelar. He married Maria Ribeiro da Silva Lopes on 29 Dec 1755 in Cividade, Braga. She was born on 06 Jan 1740 in Cividade, Braga. She died on 28 Feb 1815 in Casa do Avelar.
- ii. MARGARIDA ROSA JÁCOME DE SOUSA was born on 18 Jul 1737 in Cividade, Braga.
- Notes: Faleceu menina.
- iii. FREI SIMÃO JÁCOME DE SOUSA was born on 25 Jun 1738 in Cividade, Braga. He died in Jun 1766 in Santo Tirso, Porto, Portugal.
- Notes: 1759 - religioso beneditino; 1760 - professado no Mosteiro beneditino de Santo Tirso.
- iv. LUÍS JÁCOME DE SOUSA was born on 15 Jun 1739 in Cividade, Braga. He died on 08 Feb 1799 in Viana do Castelo, Portugal.
- v. JOSÉ JÁCOME DE SOUSA was born on 12 Sep 1740 in Cividade, Braga. He died on 30 Sep 1807 in Barcelos.

Generation 11 (con't)

Notes for José Jácome de Sousa: Vereador em Barcelos.

- vi. MARIANA LUÍSA DE VILAS BOAS E SOUSA was born on 03 Jan 1742 in Cividade, Braga. She died on 08 Jun 1792 in Casa e Quinta da Deveza, S. Julião de Freixo, Ponte de Lima. She married Gregório Carlos de Magalhães e Meneses on 04 Feb 1765 in S. Julião de Freixo, Ponte de Lima. He died on 25 Mar 1784.

Generation 12

- 17. **JOÃO LUÍS JÁCOME¹² DE SOUSA** (Francisco Jácome¹¹, João Jácome¹⁰, Filipe Jácome⁹, André Jácome⁸, Filipe Jácome⁷, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 23 Dec 1735 in Cividade, Braga. He died on 27 Dec 1810 in Casa do Avelar. He married Maria Ribeiro da Silva Lopes on 29 Dec 1755 in Cividade, Braga. She was born on 06 Jan 1740 in Cividade, Braga. She died on 28 Feb 1815 in Casa do Avelar.

Notes for João Luis Jácome de Sousa: 12^o

Sr. da Casa e Quinta do Avelar.

João Luís Jácome de Sousa and Maria Ribeiro da Silva Lopes had the following children:

- 18. i. FRANCISCO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹² DE VASCONCELOS was born on 07 Sep 1757 in Casa do Avelar. He died on 20 Oct 1827 in Quinta de Proence, Sandiães, Ponte Lima. He married Ana José Malheiro Pereira de Sotomayor, daughter of Pedro Borges Pereira Pacheco and Sebastiana Maria Angélica Malheiro Pereira de Sotomayor on 12 Oct 1790 in Lisboa, Portugal. She was born on 14 Oct 1764 in Quinta da Arrochela, Guimarães. She died on 02 May 1840 in Casa do Avelar.
- ii. MARIA TOMÁSIA JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 20 Jan 1760 in Cividade, Braga. She died on 14 Jan 1824 in S. Vicente de Rebordelo, Braga. She married Sebastião Álvares Calvão de Sousa Morais on 02 Jun 1785 in Cividade, Braga.
- iii. MARIANA LUÍSA JOAQUINA JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 05 May 1762 in Cividade, Braga. She died on 11 Apr 1833 in Cividade, Braga.
Notes: Faleceu solteira.
- iv. JOSÉ JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 08 Oct 1763 in Cividade, Braga.
Notes: Faleceu sendo religioso beneditino.
- v. CATARINA JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 24 Dec 1765 in Cividade, Braga.
Notes: Faleceu solteira.
- vi. ANTÓNIO XAVIER DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 06 Apr 1767 in Cividade, Braga. He died on 29 Jan 1844 in Sé Primaz, Braga.
Notes: Cônego prebendado na Sé Primaz, Braga.
- vii. JOÃO ANTÓNIO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 09 Sep 1769 in Cividade, Braga. He died on 18 Feb 1826.

Generation 12 (con't)

Notes for João António Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos: Abade de Santa Eulália de Beiriz, Póvoa de Varzim.
13º Sr. da Casa e Quinta do Avelar.

- viii. FRANCISCA MÁXIMA JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 02 Sep 1772 in Cividade, Braga. She died in Jun 1775.
Notes: Faleceu criança de bexigas.
- ix. ISABEL JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 26 Apr 1774 in Cividade, Braga. She died on 14 Jul 1840 in Igreja Nossa Senhora da Conceição, Braga.
Notes for Isabel Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos: Muda.
- x. TERESA VITÓRIA JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 15 Dec 1777 in Cividade, Braga. She married Francisco António Pereira do Lago on 04 Jul 1796 in Capela Nª Sª das Mercês, S. Vitor. He was born on 19 Feb 1735 in S. Vitor. He died on 21 Jan 1811 in S. Vitor.
- xi. MANUEL JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 27 Aug 1780 in Cividade, Braga. He died in 1785.
Notes: Faleceu com 5 anos.
- xii. JOSEFA MARIA DO CARMO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 01 Feb 1782 in Cividade, Braga. She married Custódio José de Sousa Pinto Pimentel Leitão Coxefel on 14 Dec 1801 in Cividade, Braga. He was born on 15 Oct 1765 in Aregos, Douro. He died on 22 Feb 1856.
Notes: Afilhada de batismo do Arcebispo D. Gaspar.

Generation 13

18. **FRANCISCO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹³ DE VASCONCELOS** (João Luís Jácome¹² de Sousa, Francisco Jácome¹¹ de Sousa, João Jácome¹⁰ de Sousa, Filipe Jácome⁹ de Sousa, André Jácome⁸ de Sousa, Filipe Jácome⁷ de Sousa, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 07 Sep 1757 in Casa do Avelar. He died on 20 Oct 1827 in Quinta de Proence, Sandiães, Ponte Lima. He married Ana José Malheiro Pereira de Sotomayor, daughter of Pedro Borges Pereira Pacheco and Sebastiana Maria Angélica Malheiro Pereira de Sotomayor on 12 Oct 1790 in Lisboa, Portugal. She was born on 14 Oct 1764 in Quinta da Arrochela, Guimarães. She died on 02 May 1840 in Casa do Avelar.

Francisco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos and Ana José Malheiro Pereira de Sotomayor had the following children:

- i. MARIA BÁRBARA JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹⁴ DE VASCONCELOS was born on 16 Sep 1792 in Cividade, Braga.
Notes: Faleceu solteira.
19. ii. FERNANDO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 22 Oct 1796 in Cividade, Braga. He died on 22 Apr 1856 in Casa do Avelar. He married Maria Isabel de A. e Lima Pimenta Correia Feijó, daughter of António Augusto Borges

Generation 13 (con't)

Pimenta Carneiro and Josefa Clara de Araújo Abreu e lima pimenta Feijó on 07 Jan 1827 in Vilar das Almas, Ponte de Lima. She was born on 19 Nov 1804 in S.Tomé de Correlhão, Ponte de Lima. She died on 03 Jun 1867 in Braga.

Generation 14

19. **FERNANDO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹⁴ DE VASCONCELOS** (Francisco Jácome de Sousa Pereira¹³, João Luís Jácome¹² de Sousa, Francisco Jácome¹¹ de Sousa, João Jácome¹⁰ de Sousa, Filipe Jácome⁹ de Sousa, André Jácome⁸ de Sousa, Filipe Jácome⁷ de Sousa, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 22 Oct 1796 in Cidade, Braga. He died on 22 Apr 1856 in Casa do Avelar. He married Maria Isabel de A. e Lima Pimenta Correia Feijó, daughter of António Augusto Borges Pimenta Carneiro and Josefa Clara de Araújo Abreu e lima pimenta Feijó on 07 Jan 1827 in Vilar das Almas, Ponte de Lima. She was born on 19 Nov 1804 in S.Tomé de Correlhão, Ponte de Lima. She died on 03 Jun 1867 in Braga.

Notes: 14^o Sr. da Casa e Quinta do Avelar

Fernando Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos and Maria Isabel de A. e Lima Pimenta Correia Feijó had the following children:

- i. ANA JOSÉ CARLINA JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹⁵ DE VASCONCELOS was born on 03 Oct 1827 in Quinta de Proence, Sandiães, Ponte Lima. She died on 21 Jun 1905. She married Bento Luís Ferreira do Carmo on 16 Feb 1876. He was born on 10 Jul 1798. He died on 15 Mar 1879 in Braga.

Notes: 16^a Sra. do Prazo do Avelar

- ii. MARIA DO CARMO JOSÉ DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 17 Jul 1829 in Casa do Avelar, Braga. She died on 10 Apr 1848 in Casa do Avelar, Braga.
- iii. FRANCISCO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 09 Aug 1830 in Casa do Avelar, Braga. He died on 06 Mar 1879 in Braga. He married Sofia Adelaide Pinto Machado Torre on 19 Aug 1859. She died on 08 Dec 1864 in Porto.

Notes: 15^o Sr. da Casa e Quinta do Avelar.

Faleceu sem filhos.

- iv. FERNANDO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 13 Oct 1831 in Casa do Avelar, Braga. He died on 20 Apr 1856 in Rio de Janeiro, Brasil.

Notes: Formou-se em Direito, Coimbra.

Faleceu solteiro no Rio de Janeiro suicidando-se.

- v. JOÃO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 02 Feb 1834 in Santa Eulália de Valadares, Monção. He died in Apr 1852 in Rio de Janeiro, Brasil.
- vi. LUÍS JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 12 Feb 1836 in Casa da Lagariça, Aregos, Resende. He died on 01 Apr 1856.
- vii. MARIA DA CONCEIÇÃO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 05 Feb 1837 in Casa da Lagariça, Aregos, Resende. She died on 23 Feb 1877 in Braga.

Notes: Faleceu solteira, sem filhos

Generation 14 (cont)

- viii. MARIA EMÍLIA JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 05 Jul 1838 in Cividade, Braga. She died in 1911 in Convento da Encarnação, Lisboa.
- ix. GUILHERMINA JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 03 Sep 1839 in Cividade, Braga. She died on 26 Jun 1845 in Casa do Avelar, Braga.
- 20. x. VASCO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 15 Aug 1840 in Casa do Avelar, Braga. He died on 20 Dec 1918 in Casa do Avelar, Braga. He married Rosa Emília de Sousa Faria Girão on 30 Aug 1886 in Cividade, Braga. She was born in 1865 in Santa Maria da Oliveira, V. N. Famalicão. She died on 09 Nov 1940 in Casa do Avelar.
- xi. AUGUSTO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 02 Jun 1842 in Casa do Avelar. He died in 1843 in Casa do Avelar.
- xii. JOSÉ FILIPE JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS.

Notes: Faleceu menino.

Generation 15

- 20. **VASCO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹⁵ DE VASCONCELOS** (Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁴, Francisco Jácome de Sousa Pereira¹², João Luís Jácome¹² de Sousa, Francisco Jácome¹¹ de Sousa, João Jácome¹⁰ de Sousa, Filipe Jácome⁹ de Sousa, André Jácome⁸ de Sousa, Filipe Jácome⁷ de Sousa, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 15 Aug 1840 in Casa do Avelar, Braga. He died on 20 Dec 1918 in Casa do Avelar, Braga. He married Rosa Emília de Sousa Faria Girão on 30 Aug 1886 in Cividade, Braga. She was born in 1865 in Santa Maria da Oliveira, V. N. Famalicão. She died on 09 Nov 1940 in Casa do Avelar.

Notes: 17° Sr. Casa e Quinta do Avelar

Vasco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos and Rosa Emília de Sousa Faria Girão had the following children:

- i. MARIA ISABEL GIRÃO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹⁶ DE VASCONCELOS was born on 26 Jul 1887. She died on 29 Jul 1973. She married José Corte-Real d'Albuquerque on 05 Feb 1910 in Braga. He died on 19 Aug 1939.
- 22. ii. FERNANDO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 14 Oct 1888 in Braga. He died on 17 Jul 1969. He married Maria Luisa da Costa Cabral, daughter of Francisco de Assis da Costa Cabral and Maria do Carmo de Sequeira Celestino on 05 Jul 1921 in Fornos de Algodres, Guarda, Portugal. She was born on 20 Jul 1897 in Santa Maria de Belém, Lisboa. She died on 06 Sep 1987 in Fornos de Algodres, Guarda, Portugal.
- iii. MARIA CONSTANÇA GIRÃO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 02 Sep 1890 in Braga. She died on 23 Dec 1967 in Casa da Agrela, Baião. She married António Ferreira Cabral de Barbosa Pais do Amaral, son of Joaquim Ferreira Cabral Pais do Amaral and Maria Adelaide Jácome Pereira Vasconcelos de Sousa e Meneses on 02 Sep 1911 in Braga. He was born on 27 Dec 1886. He died on 21 Jul 1960 in Porto.
- iv. EDUARDO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS.

Generation 15 (cont)

Notes for Eduardo Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos: Foi para o Brasil.

- v. VASCO GIRÃO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 20 Aug 1893 in Braga. He married Helena Augusta de Sousa e Almeida M. M. Vasconcelos, daughter of Leopoldo de Sousa Machado do Vale Bacelar and Emilia Moreira de Matos on 06 May 1927. She was born on 27 Oct 1900.

Notes: Sr. da Casa de Proence em Sandiães, Ponte de Lima

- vi. MARIA DO CARMO GIRÃO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 14 Oct 1896 in Braga. She married Antonio Pereira de Magalhães de Sousa Faria Girão, son of António Caetano de Sousa Lobo Girão and Maria Josefina Pereira de Magalhães on 17 Feb 1922 in Braga. He was born on 17 Jan 1897.
- vii. MARIA ANA GIRÃO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 01 Jan 1900 in Braga. She married José de Abreu Magalhães Pereira Coutinho, son of José de Abreu e Lima Pereira Coutinho and Maria Augusta de Magalhães de Araújo Queirós in 1936. He was born on 06 Mar 1886.

Generation 16

21. **FERNANDO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹⁶ DE VASCONCELOS** (Vasco Jácome de Sousa Pereira¹⁵, Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁴, Francisco Jácome de Sousa Pereira¹³, João Luís Jácome¹² de Sousa, Francisco Jácome¹¹ de Sousa, João Jácome¹⁰ de Sousa, Filipe Jácome⁹ de Sousa, André Jácome⁸ de Sousa, Filipe Jácome⁷ de Sousa, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 14 Oct 1888 in Braga. He died on 17 Jul 1969. He married Maria Luisa da Costa Cabral, daughter of Francisco de Assis da Costa Cabral and Maria do Carmo de Sequeira Celestino on 05 Jul 1921 in Fornos de Algodres, Guarda, Portugal. She was born on 20 Jul 1897 in Santa Maria de Belém, Lisboa. She died on 06 Sep 1987 in Fornos de Algodres, Guarda, Portugal.

Notes: 18^o Sr. da Casa do Avelar

Fernando Jácome de Sousa P. de Vasconcelos and Maria Luisa da Costa Cabral had the following children:

22. i. VASCO FRANCISCO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹⁷ DE VASCONCELOS was born on 21 May 1922 in Fornos de Algodres, Guarda, Portugal. He married Ana Luisa de Jesus Cardoso de Macedo e Meneses, daughter of Luís Cardoso de Macedo Martins de Menezes and Júlia Leonor Pinheiro Lobo Machado on 06 Jul 1946 in Guimarães. She was born on 14 Jun 1926 in Guimarães. She died on 03 Aug 2003 in Casa do Avelar, Braga.
23. ii. FRANCISCO DE ASSIS JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 26 Jul 1926 in Fornos de Algodres, Guarda, Portugal. He married Maria Etelvina Barbosa de Carvalho, daughter of Jacinto Barbosa de Carvalho and Adelaide Pereira Carvalho on 11 Jun 1955 in Lisboa. She was born on 09 Apr 1931 in Lisboa.

Generation 17

22. **VASCO FRANCISCO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹⁷ DE VASCONCELOS** (Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁶, Vasco Jácome de Sousa Pereira¹⁵, Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁴, Francisco Jácome de Sousa Pereira¹³, João Luís Jácome¹² de Sousa, Francisco Jácome¹¹ de Sousa, João Jácome¹⁰ de Sousa, Filipe Jácome⁹ de Sousa, André Jácome⁸ de Sousa, Filipe Jácome⁷ de Sousa, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 21 May 1922 in Fornos de Algodres, Guarda, Portugal. He married Ana Luisa de Jesus Cardoso de Macedo e Meneses,

Generation 17 (con't)

daughter of Luís Cardoso de Macedo Martins de Menezes and Júlia Leonor Pinheiro Lobo Machado on 06 Jul 1946 in Guimarães. She was born on 14 Jun 1926 in Guimarães. She died on 03 Aug 2003 in Casa do Avelar, Braga.

Vasco Francisco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos and Ana Luisa de Jesus Cardoso de Macedo e Meneses had the following children:

24. i. DIOGO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹⁸ DE VASCONCELOS was born on 29 May 1947 in Guimarães. He married Ana Margarida de Melo da Cunha Pimentel on 28 Dec 1974 in Braga. She was born on 29 Sep 1947.
 25. ii. MAFALDA JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 06 Jun 1949 in Guimarães. She married António Folhadela Moreira on 06 Jan 1973. He was born on 11 Jan 1946.
 26. iii. MARIA DE ASSUNÇÃO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 17 Dec 1950 in Guimarães. She married Duarte Salazar Magalhães Chaves on 27 Sep 1980 in Guimarães. He was born on 01 Jun 1945.
 27. iv. ANA MARIA JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 02 Jul 1952 in Guimarães. She married Luis Gonzaga Henriques de Lancastre on 10 Nov 1977. He was born on 16 Jan 1943.
 28. v. VASCO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 28 Feb 1954 in Guimarães. He married Maria Cândida de Castro Girão de Azeredo Leme on 12 May 1984. She was born on 22 Sep 1957.
 29. vi. LUISA LEONOR JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 19 May 1956 in Guimarães. She married ANTÓNIO DA CRUZ BRAGA. He was born on 05 Mar 1952.
 30. vii. LUIS JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 13 May 1958 in Guimarães. He married MARINA PARENTE DA COSTA. She was born on 03 Jan 1962.
 - viii. DUARTE JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 18 Jan 1960 in Guimarães.
 - ix. ISABEL MARIA JÁCOME SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 01 Sep 1963 in Braga. She married Artur José Pereira Teixeira Mendes on 28 May 1988.
23. **FRANCISCO DE ASSIS JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹⁷ DE VASCONCELOS** (Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁶, Vasco Jácome de Sousa Pereira¹⁵, Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁴, Francisco Jácome de Sousa Pereira¹³, João Luís Jácome¹² de Sousa, Francisco Jácome¹¹ de Sousa, João Jácome¹⁰ de Sousa, Filipe Jácome⁹ de Sousa, André Jácome⁸ de Sousa, Filipe Jácome⁷ de Sousa, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 26 Jul 1926 in Fornos de Algodres, Guarda, Portugal. He married Maria Etelvina Barbosa de Carvalho, daughter of Jacinto Barbosa de Carvalho and Adelaide Pereira Carvalho on 11 Jun 1955 in Lisboa. She was born on 09 Apr 1931 in Lisboa.

Francisco de Assis Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos and Maria Etelvina Barbosa de Carvalho had the following children:

- i. FRANCISCO DE ASSIS DE CARVALHO JÁCOME¹⁸ DE VASCONCELOS was born on 21 May 1956. He married MANUELA MOURA GUEDES. She was born on 23 Dec 1955 in Cadaval, Lisboa, Portugal.
- ii. ANTÓNIO VALENTIM DE CARVALHO JÁCOME DE VASCONCELOS was born on 07 Sep 1957 in Lisboa.

Generation 17 (con't)

- iii. PEDRO VALENTIM DE CARVALHO JÁCOME DE VASCONCELOS was born on 13 May 1959 in Lisboa.
- iv. MARIA LUISA DE CARVALHO JÁCOME DE VASCONCELOS was born on 03 Jun 1961 in Lisboa.
- v. RUI VALENTIM DE CARVALHO JÁCOME DE VASCONCELOS was born on 19 Mar 1966.

Generation 18

24. **DIOGO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹⁸ DE VASCONCELOS** (Vasco Francisco Jácome de Sousa Pereira¹⁷, Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁶, Vasco Jácome de Sousa Pereira¹⁵, Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁴, Francisco Jácome de Sousa Pereira¹³, João Luís Jácome¹² de Sousa, Francisco Jácome¹¹ de Sousa, João Jácome¹⁰ de Sousa, Filipe Jácome⁹ de Sousa, André Jácome⁸ de Sousa, Filipe Jácome⁷ de Sousa, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 29 May 1947 in Guimarães. He married Ana Margarida de Melo da Cunha Pimentel on 28 Dec 1974 in Braga. She was born on 29 Sep 1947.

Diogo Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos and Ana Margarida de Melo da Cunha Pimentel had the following children:

- i. LOPO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹⁹ DE VASCONCELOS was born on 31 Mar 1978. He married HELOÍSA ANDREIA PAIS RITO.
 - ii. MARIA JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS was born on 17 Oct 1983.
25. **MAFALDA JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹⁸ DE VASCONCELOS** (Vasco Francisco Jácome de Sousa Pereira¹⁷, Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁶, Vasco Jácome de Sousa Pereira¹⁵, Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁴, Francisco Jácome de Sousa Pereira¹³, João Luís Jácome¹² de Sousa, Francisco Jácome¹¹ de Sousa, João Jácome¹⁰ de Sousa, Filipe Jácome⁹ de Sousa, André Jácome⁸ de Sousa, Filipe Jácome⁷ de Sousa, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 06 Jun 1949 in Guimarães. She married António Folhadela Moreira on 06 Jan 1973. He was born on 11 Jan 1946.

António Folhadela Moreira and Mafalda Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos had the following children:

- i. ANTÓNIO JÁCOME VASCONCELOS FOLHADELA¹⁹ MOREIRA.
 - ii. MIGUEL JÁCOME DE VASCONCELOS FOLHADELA MOREIRA.
 - iii. MAFALDA JÁCOME DE VASCONCELOS FOLHADELA MOREIRA.
26. **MARIA DE ASSUNÇÃO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹⁸ DE VASCONCELOS** (Vasco Francisco Jácome de Sousa Pereira¹⁷, Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁶, Vasco Jácome de Sousa Pereira¹⁵, Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁴, Francisco Jácome de Sousa Pereira¹³, João Luís Jácome¹² de Sousa, Francisco Jácome¹¹ de Sousa, João Jácome¹⁰ de Sousa, Filipe Jácome⁹ de Sousa, André Jácome⁸ de Sousa, Filipe Jácome⁷ de Sousa, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 17 Dec 1950 in Guimarães. She married Duarte Salazar Magalhães Chaves on 27 Sep 1980 in Guimarães. He was born on 01 Jun 1945.

Duarte Salazar Magalhães Chaves and Maria de Assunção Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos had the following child:

- i. ISABEL JÁCOME DE MAGALHÃES E¹⁹ CHAVES was born on 20 May 1985.

Generation 18 (con't)

27. **ANA MARIA JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹⁸ DE VASCONCELOS** (Vasco Francisco Jácome de Sousa Pereira¹⁷, Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁶, Vasco Jácome de Sousa Pereira¹⁵, Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁴, Francisco Jácome de Sousa Pereira¹³, João Luís Jácome¹² de Sousa, Francisco Jácome¹¹ de Sousa, João Jácome¹⁰ de Sousa, Filipe Jácome⁹ de Sousa, André Jácome⁸ de Sousa, Filipe Jácome⁷ de Sousa, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 02 Jul 1952 in Guimarães. She married Luis Gonzaga Henriques de Lancastrre on 10 Nov 1977. He was born on 16 Jan 1943.

Luis Gonzaga Henriques de Lancastrre and Ana Maria Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos had the following children:

- i. JOANA JÁCOME HENRIQUES¹⁹ DE LANCASTRE was born on 16 Jun 1980.
- ii. LUISA JÁCOME HENRIQUES DE LANCASTRE was born on 27 May 1982.
- iii. PEDRO JÁCOME HENRIQUES DE LANCASTRE was born on 16 Dec 1989.

28. **VASCO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹⁸ DE VASCONCELOS** (Vasco Francisco Jácome de Sousa Pereira¹⁷, Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁶, Vasco Jácome de Sousa Pereira¹⁵, Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁴, Francisco Jácome de Sousa Pereira¹³, João Luís Jácome¹² de Sousa, Francisco Jácome¹¹ de Sousa, João Jácome¹⁰ de Sousa, Filipe Jácome⁹ de Sousa, André Jácome⁸ de Sousa, Filipe Jácome⁷ de Sousa, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 28 Feb 1954 in Guimarães. He married Maria Cândida de Castro Girão de Azeredo Leme on 12 May 1984. She was born on 22 Sep 1957.

Vasco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos and Maria Cândida de Castro Girão de Azeredo Leme had the following children:

- i. JOÃO GIRÃO DE AZEREDO JÁCOME¹⁹ DE VASCONCELOS was born on 16 Mar 1985.
- ii. ANA GIRÃO DE AZEREDO JÁCOME DE VASCONCELOS was born on 16 Mar 1985.
- iii. MARIA INÊS GIRÃO DE AZEREDO JÁCOME DE VASCONCELOS was born on 11 Nov 1987.

29. **LUISA LEONOR JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹⁸ DE VASCONCELOS** (Vasco Francisco Jácome de Sousa Pereira¹⁷, Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁶, Vasco Jácome de Sousa Pereira¹⁵, Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁴, Francisco Jácome de Sousa Pereira¹³, João Luís Jácome¹² de Sousa, Francisco Jácome¹¹ de Sousa, João Jácome¹⁰ de Sousa, Filipe Jácome⁹ de Sousa, André Jácome⁸ de Sousa, Filipe Jácome⁷ de Sousa, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 19 May 1956 in Guimarães. She married **ANTÓNIO DA CRUZ BRAGA**. He was born on 05 Mar 1952.

António da Cruz Braga and Luisa Leonor Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos had the following child:

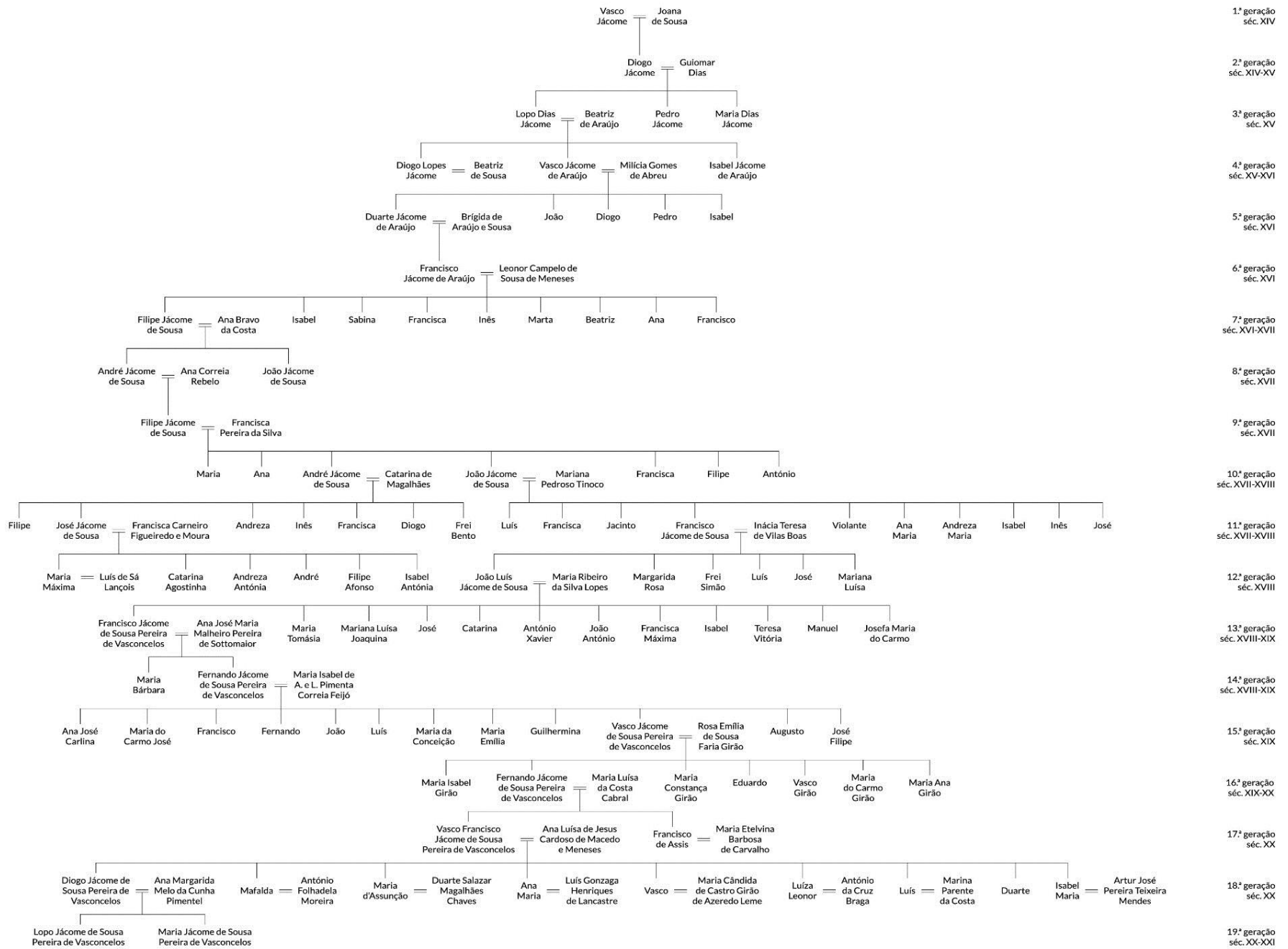
- i. SEBASTIÃO MARIA JÁCOME DE VASCONCELOS DA CRUZ¹⁹ BRAGA was born on 17 Jan 1984.

30. **LUIS JÁCOME DE SOUSA PEREIRA¹⁸ DE VASCONCELOS** (Vasco Francisco Jácome de Sousa Pereira¹⁷, Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁶, Vasco Jácome de Sousa Pereira¹⁵, Fernando Jácome de Sousa Pereira¹⁴, Francisco Jácome de Sousa Pereira¹³, João Luís Jácome¹² de Sousa, Francisco Jácome¹¹ de Sousa, João Jácome¹⁰ de Sousa, Filipe Jácome⁹ de Sousa, André Jácome⁸ de Sousa, Filipe Jácome⁷ de Sousa, Francisco Jácome⁶ de Araújo, Duarte Jácome⁵ de Araújo, Vasco Jácome⁴ de Araújo, Lopo Dias³ Jácome, Diogo² Jácome, Vasco¹ Jácome) was born on 13 May 1958 in Guimarães. He married **MARINA PARENTE DA COSTA**. She was born on 03 Jan 1962.

Generation 18 (con't)

Luis Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos and Marina Parente da Costa had the following children:

- i. FRANCISCA DA COSTA JÁCOME¹⁹ DE VASCONCELOS was born on 11 Jul 1990.
- ii. MARTA DA COSTA JÁCOME DE VASCONCELOS was born on 09 Dec 1994.



Outline Descendant Report for Antónia da Cunha

1 Antónia da Cunha

- + Domingos Fernandes
-2 Isabel Fernandes da Cunha d: 1654
- + António Francisco b: S. Miguel de Taide, Póvoa de Lanhoso, m: 1637
-3 Domingos da Cunha b: 1641 in Taide, d: 1729
- + Maria dos Reis b: 1652, d: 24 Apr 1732
-4 João da Mota da Cunha b: 1672 in concelho de Lanhoso, d: 1726
- + Ana Francisca Fernandes de Araújo b: concelho de Lanhoso
-5 Lucas Mota da Cunha Reis b: 1697 in Taide - Póvoa de Lanhoso, d: 1758
- + Maria Josefa Godinho da Cunha Reis b: 1719
-6 António José da Cunha Reis da Mota Godinho b: 13 Nov 1744 in Braga, conc. Lanhoso, d: 1820 in Porto
- + Maria José Correia Carneiro b: 27 Aug 1769 in Braga, m: 1783, d: 1819 in Porto
-7 D. Maria Máxima b: 178?, d: 183?
-7 Manuel José da Cunha Reis b: 1784, d: 1819?
-7 João Bernardo da Cunha Reis b: 178?, d: 1820
-7 D. António Alexandre da Cunha Reis da Mota Godinho b: 1790, d: 24 Sep 1834
-7 Joaquim Jerónimo da Cunha Reis da Mota Godinho b: 24 Aug 1793, d: 07 Sep 1866
- + Carlota Joaquina Cardoso Guimarães b: 1796, m: 09 Jun 1831 in Vila do Conde, Porto, Portugal, d: 24 Oct 1895
-8 Joaquim Firmino da Cunha Reis b: 01 Apr 1837, d: 21 Jan 1906
- + D. Isabel Maria Meireles Leite Pereira de Abreu Bacelar b: 11 Jun 1835, m: 17 Jan 1857 in Campo das Hortas, d: 06 Jan 1901
-9 Guilherme de Abreu Bacelar da Cunha Reis b: 08 Jan 1864, d: 07 Jun 1938
- + Maria da Assunção de Almeida e Noronha b: 09 Nov 1866 in Lisboa, m: 09 May 1894, d: 14 Jun 1959
-10 Maria Antónia da Cunha Reis b: 25 Feb 1895
-10 Joaquim Firmino da Cunha Reis b: 24 May 1897 in Casa de Alvação, S. Pedro de Alvite, d: 1984
- + Maria Edith Braga de Araújo b: 29 May 1919, m: 21 Nov 1939, d: 04 Oct 2015
-11 Mariana da Assunção de Noronha da Cunha Reis b: 14 Jul 1951
-11 Carlota Isabel de Noronha da Cunha Reis b: 27 Mar 1954
-11 Joana Maria do Carmo Francisco Xavier de Noronha da Cunha Reis b: 28 May 1955
-11 António Alexandre de Noronha da Cunha Reis b: 28 May 1960
- + Maria João do Amaral Pyrrait Duarte Silva b: 28 Jan 1966, m: Unknown
-12 Isabel Duarte da Cunha Reis b: 23 Jan 1985
- + Sebastião do Nascimento da Cunha m: Unknown
-12 Maria da Assunção Duarte Silva da Cunha Reis b: 08 Mar 1989
-12 Carlota Luisa Duarte Silva da Cunha Reis b: 03 Apr 1992
-12 Maria Luisa Duarte Silva da Cunha Reis b: 15 Feb 1997
-12 Joaquim Firmino da Cunha Reis b: 02 Mar 2001
-10 Caetano Maria da Cunha Reis b: 10 Jul 1898, d: 1977

..... + Maria Vitória de Carvalho e Almeida da Costa Rebelo m: 08 Dec 1923 in
Braga, S. Lázaro
..... 11 Joaquim Guilherme da Costa Rebelo da Cunha Reis b: 1925 in
Braga, d: 03 Jan 2017 in Lisboa
..... 10 Maria Isabel da Cunha Reis b: 27 Jul 1899, d: 31 Mar 1924
..... 10 Maria Carlota da Cunha Reis b: 18 Jan 1901, d: 20 Mar 1924
..... 10 Maria Ana da Cunha Reis b: 08 Aug 1903, d: 1997
..... 9 Joaquim Leite da Cunha Reis de Abreu de Sousa Bacelar
..... 8 Guilherme Firmino da Cunha Reis b: 24 Jul 1838 in Casa Grande do Campo das
Hortas, d: 23 Oct 1925 in Porto
..... + Margarida Araújo Pereira Ferraz b: 07 Feb 1847, d: 24 Mar 1920
..... 9 Guilherme Cardoso da Cunha Reis b: 28 Apr 1879, d: 04 Feb 1945
..... 9 Álvaro Cardoso da Cunha Reis b: 19 May 1880, d: 10 Feb 1941
..... + Ema Rodrigues Ferreira
..... 10 Álvaro Ferreira da Cunha Reis b: 11 May 1914
..... 10 Maria da Conceição Ferreira da Cunha Reis b: 25 Nov 1925
..... + Embaixador António Fortunato de Almeida
..... 8 D. Rita (de Cássia) Adelaide da Cunha Reis
..... + Luís do Vale Campos Barreto
..... 7 José Firmino da Cunha Reis da Mota Godinho b: 1794, d: 07 Nov 1856
..... 7 D. Guilherme Germano da Cunha Reis b: 15 Apr 1795, d: 14 Nov 1861
..... 7 D. Rita Dorotheia da Cunha Reis b: 179?, d: 1848
..... 7 D. Gertrudes Adelaide da Cunha Reis d: 1849
..... 6 Frei Bernardo de Nossa Senhora
..... 4 Mariana da Cunha
..... + João Martins Godinho de Freitas

Descendants of Antónia da Cunha

Generation 1

2. **ANTÓNIA^r DA CUNHA**. She married **DOMINGOS FERNANDES**.

Domingos Fernandes and Antónia da Cunha had the following child:

2. i. **ISABEL FERNANDES^r DA CUNHA**. She died in 1654. She married António Francisco in 1637. He was born in S. Miguel de Taíde, Póvoa de Lanhoso.
-

Generation 2

3. **ISABEL FERNANDES^r DA CUNHA(ANTÓNIA^r DA CUNHA, DOMINGOS FERNANDES)**. She died in 1654. She married António Francisco in 1637. He was born in S. Miguel de Taíde, Póvoa de Lanhoso.

António Francisco and Isabel Fernandes da Cunha had the following child:

3. i. **DOMINGOS^r DA CUNHA** was born in 1641 in Taíde. He died in 1729. He married **MARIA DOS REIS**. She was born in 1652. She died on 24 Apr 1732.
-

Generation 3

3. **DOMINGOS^r DA CUNHA** (Isabel Fernandes^r, Antónia^r) was born in 1641 in Taíde. He died in 1729. He married **MARIA DOS REIS**. She was born in 1652. She died on 24 Apr 1732.

Domingos da Cunha and Maria dos Reis had the following children:

4. i. **JOÃO DA MOTA^r DA CUNHA** was born in 1672 in concelho de Lanhoso. He died in 1726. He married **ANA FRANCISCA FERNANDES DE ARAÚJO**. She was born in concelho de Lanhoso.
- ii. **MARIANA DA CUNHA**. She married **JOÃO MARTINS GODINHO DE FREITAS**.
-

Generation 4

6. **JOÃO DA MOTA^r DA CUNHA** (Domingos^r, Isabel Fernandes^r, Antónia^r) was born in 1672 in concelho de Lanhoso. He died in 1726. He married **ANA FRANCISCA FERNANDES DE ARAÚJO**. She was born in concelho de Lanhoso.

João da Mota da Cunha and Ana Francisca Fernandes de Araújo had the following child:

6. i. **LUCAS MOTA DA CUNHA^r REIS** was born in 1697 in Taíde - Póvoa de Lanhoso. He died in 1758. He married **MARIA JOSEFA GODINHO DA CUNHA REIS**. She was born in 1719.
-

Generation 5

5. **LUCAS MOTA DA CUNHA^r REIS** (João da Mota^r da Cunha, Domingos^r da Cunha, Isabel Fernandes^r da Cunha, Antónia^r da Cunha) was born in 1697 in Taíde - Póvoa de Lanhoso. He died in 1758. He married **MARIA JOSEFA GODINHO DA CUNHA REIS**. She was born in 1719.

Notes for Lucas Mota da Cunha Reis:
negociante do Porto grande fortuna

Notes for Maria Josefa Godinho da Cunha Reis: natural do concelho de Lanhoso, da Casa da Fonte de S. Martinho dos Galegos, a qual se terá constituído como o 1º Solar dos Godinhos.

Lucas Mota da Cunha Reis and Maria Josefa Godinho da Cunha Reis had the following children:

6. i. **ANTÓNIO JOSÉ DA CUNHA REIS DA MOTA^r GODINHO** was born on 13 Nov 1744 in Braga, concelho Lanhoso. He died in 1820 in Porto. He married Maria Josefa Correia Carneiro, daughter of Manuel Rodrigues Carneiro (sargento-mor) and D. Maria Lopes Carneiro in 1783. She was born on 27 Aug 1769 in Braga. She died in 1819 in Porto.

Generation 5 (con't)

- ii. FREI BERNARDO DE NOSSA SENHORA.

Notes: Ingressou na vida religiosa

Generation 6

6. **ANTÓNIO JOSÉ DA CUNHA REIS DA MOTA⁶ GODINHO** (Lucas Mota da Cunha⁵ Reis, João da Mota⁴ da Cunha, Domingos³ da Cunha, Isabel Fernandes² da Cunha, Antónia¹ da Cunha) was born on 13 Nov 1744 in Braga, conc. Lanhoso. He died in 1820 in Porto. He married Maria Josefa Correia Carneiro, daughter of Manuel Rodrigues Carneiro (sargento-mor) and D. Maria Lopes Carneiro in 1783. She was born on 27 Aug 1769 in Braga. She died in 1819 in Porto.

Notes for António José da Cunha Reis da Mota Godinho:

- negociante matriculado na praça do Porto
- em 1783 arrematou à Nação em hasta pública a Quinta da Vacaria por 16 contos de reis, com a Barca do Corgo
- administrador da Quinta da Ferradosa
- deputado da Companhia Vinhos da Junta Alto Douro -1781,1785,1788,1789,1796,1798,1799.
- 1781 - acionista e deputado da Santa Casa da Misericórdia
- 1815 - fidalgo da Cota d'Armas, Lisboa
- cavaleiro da Ordem de Cristo
- morador, com sua mulher, na rua dos Assentos das Virtudes, Porto e antes (1793) na rua dos Ingleses, freguesia de S. Nicolau, Porto

Notes for Maria Josefa Correia Carneiro:

- irmã de D. Maria Teresa que em 1788 ingressou no Convento das religiosas de Santa Clara, no Porto, passando a ter o nome de D. Maria Bárbara Correia

António José da Cunha Reis da Mota Godinho and Maria Josefa Correia Carneiro had the following children:

- i. D. MARIA⁷ MÁXIMA.
- ii. MANUEL JOSÉ DA CUNHA REIS.
- iii. JOÃO BERNARDO DA CUNHA REIS. He died in 1820.
- iv. D. ANTÓNIO ALEXANDRE DA CUNHA REIS DA MOTA GODINHO was born in 1790. He died on 24 Sep 1834.

Notes for D. António Alexandre da Cunha Reis da Mota Godinho:

- s/ geração
- acionista como seu pai da Companhia das Vinhas (1827)
- aquisição da Casa do Campo das Hortas à família Calheiros de Ponte de Lima - Transfere a família para a Casa que arrenda e depois acaba por comprar (1824) - 1º Sr. da Casa
- cavaleiro professo da Ordem Cristo (1822) e da Nª Srª Conceição (1825)
- lente de Filosofia no Colégio da Ordem de Nª Srª da Conceição (1811) que regeu durante 9 anos em Vilar de Frades
- julho 1820 - posse de Deão da Sé Primaz que exerceu pelo menos entre 1822 e 1831 (nomeado pelo Arc. D. Frei Miguel para governar o Arcebispado durante o seu desterro no Buçaco em 1823)
- 1830 - nomeado Vigário Capitular do Arcebispado por falecimento do anterior

Generation 6 (con't)

(Rev. José António Henriques de Moura)

- 1829 - Chantre da Santa Sé Primaz por determinação do Cabido devido ao falecimento do Rev. Manuel Ramos de Sá.
- 1834 - mandato de captura por apoiar D. Miguel I na sequência do qual se refugia na Quinta da Vacaria, onde acaba por morrer.
- miguelista férreo e por isso vítima da purga liberal que, ao abrigo do decreto de 5 Agosto 1833, reformou o capítulo bracarense. Os outros irmãos foram também perseguidos.

8. v. JOAQUIM JERÓNIMO DA CUNHA REIS DAMOTA GODINHO was born on 24 Aug 1793. He died on 07 Sep 1866. He married Carlota Joaquina Cardoso Guimarães, daughter of João Cardoso Guimarães and D. Anna Bárbara da Conceição on 09 Jun 1831 in Vila do Conde, Porto, Portugal. She was born in 1796. She died on 24 Oct 1895.

vi. JOSÉ FIRMINO DA CUNHA REIS DA MOTA GODINHO was born in 1794. He died on 07 Nov 1856.

Notes for José Firmino da Cunha Reis da Mota Godinho:

- . 22.06.1822 - grau de bacharel da Faculdade de Cânones de Coimbra, acrescentado de mais um ano de frequência ouvindo as lições e assim, conforme os novos Estatutos da Universidade de Coimbra, concluindo a sua Formatura com aprovação por unanimidade.
- . Cavaleiro Professo na Ordem Militar de S. Bento de Avis
- . Desembargador da Relação Eclesiástica
- . 21.12.1821 - Arcediago de Barroso (por falecimento do anterior Rev.) e de Sobradelo
- . 26.10.1823 - concessão da Medalha da Restauração dos Direitos da Realeza
- . 13.05.1825 - Cavaleiro da Ordem Militar de N^a Sr^a da Conceição de Vila Viçosa
- . 08.11.1825 - alvará real que confere tratamento de "Senhoria" ao Arcediago de Barroso (concedido normalmente aos membros do Cabido)
- . 30.08.1828 - nomeação do Rev^o Dez. nas varas de Juíz dos Casamentos e do Juízo Apostólico na presença do Deão (o irmão D. António Alexandre), Dignidades, Cónegos e Cabido da Sé
- . 02.08.1829 - admissão à Irmandade de Santa Maria Madalena
- . 15.02.1829 - apresentação de renúncia de canonicato a favor do Rev^o José Firmino, clérigo subdiácono, bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, Freire Conventual na Ordem de Avis, Arcediago de Barroso na Sé Primaz e Desembargador na Relação Eclesiástica Bracarense.
- . 1833 - Provisor do Arcebispado de Braga
- . Cónego na Sé de Braga

vii. D. GUILHERME GERMANO DA CUNHA REIS was born on 15 Apr 1795. He died on 14 Nov 1861.

Notes for D. Guilherme Germano da Cunha Reis:

- . licenciado pela Faculdade de Cânones e Deão da Sé Primaz de Braga
- . manifesta interesse pela escrita (correspondência) e pela genealogia da família
- . muito ligado à família e à Casa.

viii. D. RITA DOROTHEIA. She died in 1848.

ix. D. GERTRUDES ADELAIDE. She died in 1849.

7. **JOAQUIM JERÓNIMO DA CUNHA REIS DA MOTA^r GODINHO** (António José da Cunha Reis da Mota^s, Lucas Mota da Cunha^r Reis, João da Mota^r da Cunha, Domingos^r da Cunha, Isabel Fernandes^r da Cunha, Antónia^r da Cunha) was born on 24 Aug 1793. He died on 07 Sep 1866. He married Carlota Joaquina Cardoso Guimarães, daughter of João Cardoso Guimarães and D. Anna Bárbara da Conceição on 09 Jun 1831 in Vila do Conde, Porto, Portugal. She was born in 1796. She died on 24 Oct 1895.

Notes for Joaquim Jerónimo da Cunha Reis da Mota Godinho:

. Universidade de Coimbra

. Carreira militar: ainda sem completar os 16 anos era cadete com praça na 1ª Companhia do Regimento de Infantaria nº 18 em Braga (assentou praça a 10 Julho 1808 no regimento de infantaria nº 18); patente de alferes e de coronel de Braga onde serviu até ao posto de capitão; fez toda a campanha peninsular e participou nas batalhas de Buçaco, Fuentes de Onor, Victoria, Neville e outras, ficando ferido (13 dezº 1813) na Guerra Peninsular; condecorado com a cruz de ouro na Campanha da Guerra Peninsular. A 16 Setembro 1825, por decreto publicado na ordem do exército nº 20, passou a coronel efetivo do regimento de milícias de Braga, que comandou até 1834. Por essa ocasião retirou-se da vida militar para, como refere o jornal Bracarense (8 Setembro 1866), «descansar das fadigas e serviços prestados à pátria e tão mal recompensados». A mesma fonte precisa que «hontem de manhã falleceu na sua casa do Campo das Hortas desta cidade, com 73 annos de idade (...) fidalgo cavalleiro da Casa Real, comendador das ordens de Christo e da Conceição e condecorado com a Cruz de Ouro, ganha nas batalhas e campanhas da Guerra Peninsular». Mais adiante acrescenta o redator: «Snr. Cunha Reis era bom pae, bom marido e cidadão benemerito e prestante. Há tempos que soffria graves encommodos na sua melindrosa saude, que a final o levaram à sepultura. Conforme a sua ultima vontade, será o seu corpo conduzido por seis pobres, hoje às Avé-Marias, para o cemiterio dos Desprezos».

. Deixava viúva D. Carlota Joaquina Cardoso Guimarães, da quinta da Madalena, em Gaia, com quem casara em 1831, sendo por essa razão que terá passado temporadas naquela localidade. Contudo, como informava o jornal, morreu na sua casa de Braga, sepultado no jazigo Cunha Reis.

. 02.08.1929 - admitido na Ordem da Irmandade do Santo Seminário de N.a Sra. da Conceição do Monte da Madalena, V.N. Gaia.

. em 1834 sucede a seu irmão D. António Alexandre da Casa do Campo das Hortas, em Braga, onde viria a morrer. Foi ele quem mandou armoriar o frontão da casa. Foi elemento ativo na Guerra Peninsular e por isso mandou adornar a pedra de armas do palácio (herdado de seu irmão) com os seus troféus militares, mas sem a cruz de ouro das Campanhas, adquirida com valentia.

. 1847 - eleito vereador com maior número de votos

. 29.03.1848 - membro/sócio da Assembleia Bracarense

. comendador da Ordem de Nª Srª da Conceição de Vila Viçosa

. eleito Presidente da Câmara Braga, que não terá aceitado

. 1852 – recebe em sua Casa do Campo das Hortas El-Rei D. Fernando e D. Maria II

.

Notes for Carlota Joaquina Cardoso Guimarães:

. Filha legitimada por diploma régio do Cônego Prebendado da colegiada de S. Martinho da Cedofeita, João Cardoso Guimarães e de D. Ana Barbara da Conceição. Tem uma irmã - D. Emília Angélica Guimarães Vieira de Castro casada com Luis Lopes Vieira de Castro. Ambas são suas únicas e universais herdeiras.

. Senhora, por herança, da Quinta da Madalena em Vila Nova de Gaia e, no Porto, de moradas de Casas na rua da Cedofeita, Feira do Pão, rua belo Monte, Largo dos Ferradores, rua de S. João Novo e ainda em S. João na Foz do Douro.

Joaquim Jerónimo da Cunha Reis da Mota Godinho and Carlota Joaquina Cardoso Guimarães had the following children:

10. i. **JOAQUIM FIRMINO DA CUNHA^a REIS** was born on 01 Apr 1837. He died on 21 Jan 1906. He married D. Isabel Maria Meireles Leite Pereira de Abreu Bacelar, daughter of António Leite Lobo de Sousa de Meireles and D. Ana Julia de Abreu Coelho Bacelar on 17 Jan 1857 in

Generation 7 (con't)

Campo das Hortas. She was born on 11 Jun 1835. She died on 06 Jan 1901.

9. ii. GUILHERME FIRMINO DA CUNHA REIS was born on 24 Jul 1838 in Casa Grande do Campo das Hortas. He died on 23 Oct 1925 in Porto. He married MARGARIDA ARAÚJO PEREIRA FERRAZ. She was born on 07 Feb 1847. She died on 24 Mar 1920.
- iii. D. RITA (DE CÁSSIA) ADELAIDE DA CUNHA REIS. She married LUÍS DO VALE CAMPOS BARRETO.

Notes for D. Rita (de Cássia) Adelaide da Cunha Reis:

. herda de sua avó materna D. Anna Bárbara da Conceição em testamento de 1844, uma casa de natureza de prazo foreiro à Câmara na rua do Moinho de Vento, com a condição de, enquanto não completar 25 anos ou não casar, a propriedade ser disfrutada pela mãe D. Carlota.

D. Rita Adelaide da Cunha Reis casa com Luís do Vale Campos Barreto, moradores na residência paroquial de S. Pedro de Maximinos, desconhecendo-se descendentes.

Por testamento de seu pai, Joaquim Jerónimo da Cunha Reis, em 1866, herda 4 moradas de casas na cidade do Porto, na Praça Carlos Alberto (nº 120 e 122), na Praça do Voluntariado da Rainha (nº 17, 19), em Belmonte (nº 105).

Generation 8

8. **JOAQUIM FIRMINO DA CUNHA⁷ REIS** (Joaquim Jerónimo da Cunha Reis da Mota⁷ Godinho, António José da Cunha Reis da Mota⁶ Godinho, Lucas Mota da Cunha⁵, João da Mota⁴ da Cunha, Domingos³ da Cunha, Isabel Fernandes² da Cunha, Antónia¹ da Cunha) was born on 01 Apr 1837. He died on 21 Jan 1906. He married D. Isabel Maria Meireles Leite Pereira de Abreu Bacelar, daughter of António Leite Lobo de Sousa de Meireles and D. Ana Julia de Abreu Coelho Bacelar on 17 Jan 1857 in Campo das Hortas. She was born on 11 Jun 1835. She died on 06 Jan 1901.

Notes for Joaquim Firmino da Cunha Reis:

. casamento com D. Isabel Maria - período de maior afirmação patrimonial e social da família.

. amigo de Carlos Relvas (1838-1894), célebre toureiro e fotógrafo amador, avô do homónimo tragicamente falecido na Casa dos Patudos (Alpiarça).

Joaquim Firmino da Cunha Reis and D. Isabel Maria Meireles Leite Pereira de Abreu Bacelar had the following children:

10. i. GUILHERME DE ABREU BACELAR DA CUNHA⁸ REIS was born on 08 Jan 1864. He died on 07 Jun 1938. He married Maria da Assunção de Almeida e Noronha, daughter of D. Caetano Gaspar de Almeida e Noronha Portugal Camões Albuquerque Moniz e Sousa and D. Maria Antónia do Vadre Raposo de Andrade e Sousa de Alte Espargosa on 09 May 1894. She was born on 09 Nov 1866 in Lisboa. She died on 14 Jun 1959.
- ii. JOAQUIM LEITE DA CUNHA REIS DE ABREU DE SOUSA BACELAR.
9. **GUILHERME FIRMINO DA CUNHA⁸ REIS** (Joaquim Jerónimo da Cunha Reis da Mota⁷ Godinho, António José da Cunha Reis da Mota⁶ Godinho, Lucas Mota da Cunha⁵, João da Mota⁴ da Cunha, Domingos³ da Cunha, Isabel Fernandes² da Cunha, Antónia¹ da Cunha) was born on 24 Jul 1838 in Casa Grande do Campo das Hortas. He died on 23 Oct 1925 in Porto. He married **MARGARIDA ARAÚJO PEREIRA FERRAZ**. She was born on 07 Feb 1847. She died on 24 Mar 1920.

Generation 8 (con't)

Guilherme Firmino da Cunha Reis and Margarida Araújo Pereira Ferraz had the following children:

- i. GUILHERME CARDOSO DA CUNHA^o REIS was born on 28 Apr 1879. He died on 04 Feb 1945.
11. ii. ÁLVARO CARDOSO DA CUNHA REIS was born on 19 May 1880. He died on 10 Feb 1941.
He married EMA RODRIGUES FERREIRA.

Generation 9

10. **GUILHERME DE ABREU BACELAR DA CUNHA^o REIS** (Joaquim Firmino da Cunha^o, Joaquim Jerónimo da Cunha Reis da Mota^r Godinho, António José da Cunha Reis da Mota^e Godinho, Lucas Mota da Cunha^s, João da Mota^r da Cunha, Domingos^s da Cunha, Isabel Fernandes^r da Cunha, Antónia^r da Cunha) was born on 08 Jan 1864. He died on 07 Jun 1938. He married Maria da Assunção de Almeida e Noronha, daughter of D. Caetano Gaspar de Almeida e Noronha Portugal Camões Albuquerque Moniz e Sousa and D. Maria Antónia do Vadre Raposo de Andrade e Sousa de Alte Espargosa on 09 May 1894. She was born on 09 Nov 1866 in Lisboa. She died on 14 Jun 1959.

Notes for Guilherme de Abreu Bacelar da Cunha Reis:

- . proprietário da Casa de Alvação que herda
- . possui Palacete e pequenas casas na Praça do Conde S. Joaquim em Braga (Campo das Hortas) onde se acham instaladas as repartições de Obras Públicas do distrito

Guilherme de Abreu Bacelar da Cunha Reis and Maria da Assunção de Almeida e Noronha had the following children:

- i. MARIA ANTÓNIA DA CUNHA^o REIS was born on 25 Feb 1895.
 13. ii. JOAQUIM FIRMINO DA CUNHA REIS was born on 24 May 1897 in Casa de Alvação, S. Pedro de Alvite. He died in 1984. He married Maria Edith Braga de Araújo, daughter of Eurico Gonçalves de Melo Araújo and Edith Maria Braga on 21 Nov 1939. She was born on 29 May 1919. She died on 04 Oct 2015.
 14. iii. CAETANO MARIA DA CUNHA REIS was born on 10 Jul 1898. He died in 1977. He married Maria Vitória de Carvalho e Almeida da Costa Rebelo, daughter of Joaquim Augusto da Costa Rebelo and D. Maria Vitória Justina de Carvalho e Almeida on 08 Dec 1923 in Braga, S. Lázaro.
 - iv. MARIA ISABEL DA CUNHA REIS was born on 27 Jul 1899. She died on 31 Mar 1924.
Notes: herda Casa de Alvação em Alvite
 - v. MARIA CARLOTA DA CUNHA REIS was born on 18 Jan 1901. She died on 20 Mar 1924.
 - vi. MARIA ANA DA CUNHA REIS was born on 08 Aug 1903. She died in 1997.
- 2 **ÁLVARO CARDOSO DA CUNHA^o REIS** (Guilherme Firmino da Cunha^o, Joaquim Jerónimo da Cunha Reis da Mota^r Godinho, António José da Cunha Reis da Mota^e Godinho, Lucas Mota da Cunha^s, João da Mota^r da Cunha, Domingos^s da Cunha, Isabel Fernandes^r da Cunha, Antónia^r da Cunha) was born on 19 May 1880. He died on 10 Feb 1941. He married **EMA RODRIGUES FERREIRA**.

Álvaro Cardoso da Cunha Reis and Ema Rodrigues Ferreira had the following children:

ÁLVARO FERREIRA DA CUNHA REIS^o REIS was born on 11 May 1914.

MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA DA CUNHA REIS REIS was born on 25 Nov 1925.

Generation 9 (con't)

She married EMBAIXADOR ANTÓNIO FORTUNATO DE ALMEIDA.

Generation 10

12. **JOAQUIM FIRMINO DA CUNHA¹⁰ REIS** (Guilherme de Abreu Bacelar da Cunha⁹, Joaquim Firmino da Cunha⁸, Joaquim Jerónimo da Cunha Reis da Mota⁷ Godinho, António José da Cunha Reis da Mota⁶ Godinho, Lucas Mota da Cunha⁵, João da Mota⁴ da Cunha, Domingos³ da Cunha, Isabel Fernandes² da Cunha, Antónia¹ da Cunha) was born on 24 May 1897 in Casa de Alvação, S. Pedro de Alvite. He died in 1984. He married Maria Edith Braga de Araújo, daughter of Eurico Gonçalves de Melo Araújo and Edith Maria Braga on 21 Nov 1939. She was born on 29 May 1919. She died on 04 Oct 2015.

Notes for Joaquim Firmino da Cunha Reis:

.batizado a 10 de junho 1897 na Igreja de S. Pedro de Alvite, concelho de Cabeceiras de Basto, diocese de Braga; foram padrinhos D. Fernando de Almeida Noronha, solteiro, funcionário público, morador em Lisboa, representado pelo procurador Dr. Bernardo José Pereira Leite (residente na Casa do Adro, Cabeceiras de Basto) e D. Isabel Maria Meireles Leite de Abreu Bacelar, avó paterna, proprietária e residente na Casa de Alvação, freguesia de Alvite, cabeceiras de Basto.

. foi presidente da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto.

. licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa

Joaquim Firmino da Cunha Reis and Maria Edith Braga de Araújo had the following children:

- i. MARIANA DA ASSUNÇÃO DE NORONHA DA CUNHA¹¹ REIS was born on 14 Jul 1951.
- ii. CARLOTA ISABEL DE NORONHA DA CUNHA REIS was born on 27 Mar 1954.
- iii. JOANA MARIA DO CARMO FRANCISCO XAVIER DE NORONHA DA CUNHA REIS was born on 28 May 1955.
- 14 iv.. ANTÓNIO ALEXANDRE DE NORONHA DA CUNHA REIS was born on 28 May 1960. He married Maria João do Amaral Pyrrait Duarte Silva date Unknown. She was born on 28 Jan 1966.

13. **CAETANO MARIA DA CUNHA¹⁰ REIS** (Guilherme de Abreu Bacelar da Cunha⁹, Joaquim Firmino da Cunha⁸, Joaquim Jerónimo da Cunha Reis da Mota⁷ Godinho, António José da Cunha Reis da Mota⁶ Godinho, Lucas Mota da Cunha⁵, João da Mota⁴ da Cunha, Domingos³ da Cunha, Isabel Fernandes² da Cunha, Antónia¹ da Cunha) was born on 10 Jul 1898. He died in 1977. He married Maria Vitória de Carvalho e Almeida da Costa Rebelo, daughter of Joaquim Augusto da Costa Rebelo and D. Maria Vitória Justina de Carvalho e Almeida on 08 Dec 1923 in Braga, S. Lázaro.

Notes for Caetano Maria da Cunha Reis:

. senhor. da Torre do Outeiro em Alvite

Notes for Maria Vitória de Carvalho e Almeida da Costa Rebelo:

. senhora da Casa de Alvite em Cabreiros

. filha dos segundos Viscondes da Gramosa

Caetano Maria da Cunha Reis and Maria Vitória de Carvalho e Almeida da Costa Rebelo had the following child:

- i. JOAQUIM GUILHERME DA COSTA REBELO DA CUNHA¹¹ REIS was born in 1925 in Braga. He died on 03 Jan 2017 in Lisboa.

Notes for Joaquim Guilherme da Costa Rebelo da Cunha Reis:

A 10 de janeiro de 2017 foi celebrada missa pela sua morte às 18.30 h na igreja de S. Vitor.

Nasceu em Braga, residiu na casa das Goladas e foi professor de Educação Física

Generation 10 (cont)

no Liceu Sá de Miranda e mais tarde foi inspetor da Schell.
Terceiro Visconde da Gramosa.

Generation 11

14. **ANTÓNIO ALEXANDRE DE NORONHA DA CUNHA¹¹ REIS** (Joaquim Firmino da Cunha¹⁰, Guilherme de Abreu Bacelar da Cunha⁹, Joaquim Firmino da Cunha⁸, Joaquim Jerónimo da Cunha Reis daMota⁷ Godinho, António José da Cunha Reis da Mota⁶ Godinho, Lucas Mota da Cunha⁵, João da Mota⁴ da Cunha, Domingos³ da Cunha, Isabel Fernandes² da Cunha, Antónia¹ da Cunha) was born on 28 May 1960. He married Maria João do Amaral Pyrrait Duarte Silva date Unknown. She was born on 28 Jan 1966.

António Alexandre de Noronha da Cunha Reis and Maria João do Amaral Pyrrait Duarte Silva had the following children:

- i. ISABEL DUARTE DA CUNHA¹² REIS was born on 23 Jan 1985. She married Sebastião do Nascimento da Cunha date Unknown.
- ii. MARIA DA ASSUNÇÃO DUARTE SILVA DA CUNHA REIS REIS was born on 08 Mar 1989.
- iii. CARLOTA LUISA DUARTE SILVA DA CUNHA REIS REIS was born on 03 Apr 1992.
- iv. MARIA LUISA DUARTE SILVA DA CUNHA REIS was born on 15 Feb 1997.
- v. JOAQUIM FIRMINO DA CUNHA REIS REIS was born on 02 Mar 2001.



Anexo 3 - Muse Creative Awards 2017 atribuído ao Vinho do Porto Tawny - **Quinta da Vacaria**.

<http://museaward.com/winners/4/164/1168>, consultado em 20 janeiro 2018.

*GASPAR TEIXEIRA DE MAGALHÃES E
LACERDA, Visconde do Pêso da Regua, do
Conselho de Sua Majestade, e do de Guerra,
Moço Fidalgo com exercicio, Commendador da
Ordem de Nosso Senhor JESU CHRISTO, e da
Torre e Espada, condecorado com a Medalha da
Heroica Fidelidade Transmontana, e com a Cruz
N.º 3. da Guerra Peninsular, Tenente General
dos Reaes Exercitos, e Commandante do Corpo
do Exercito de Operações contra os rebeldes:*

EM virtude da Carta Regia, que Sua Majestade
ElRei Nosso Senhor, o Senhor D. MIGUEL I., Se
Dignou dirigir-me em 14 do mez de Setembro deste
anno, Auctorizando-me a condecorar no campo da
Batalha com a Cruz da Ordem da Torre e Espada a
todos os Officiaes, que mais se distinguissem na glo-
riosa empreza de salvar a Religião, o Throno e a Pa-
tria das calamidades, de que tem sido ameaçados
estes Reinos pela iniqua aggressão dos rebeldes: te-
nho o prazer de usar da dita auctorização em honra
dos distinctos serviços practicados *pelo Coronel
do Regimento de Milicias de Braga,
Joaquim Jerónimo da Cunha Reis.*

Por tanto o referido Official se haverá por condeco-
rado; e com o presente titulo, por mim assignado, e
firmado com o Sello das minhas Armas, requererá
pela competente Secretaria d'Estado o Regio Diplo-
ma.

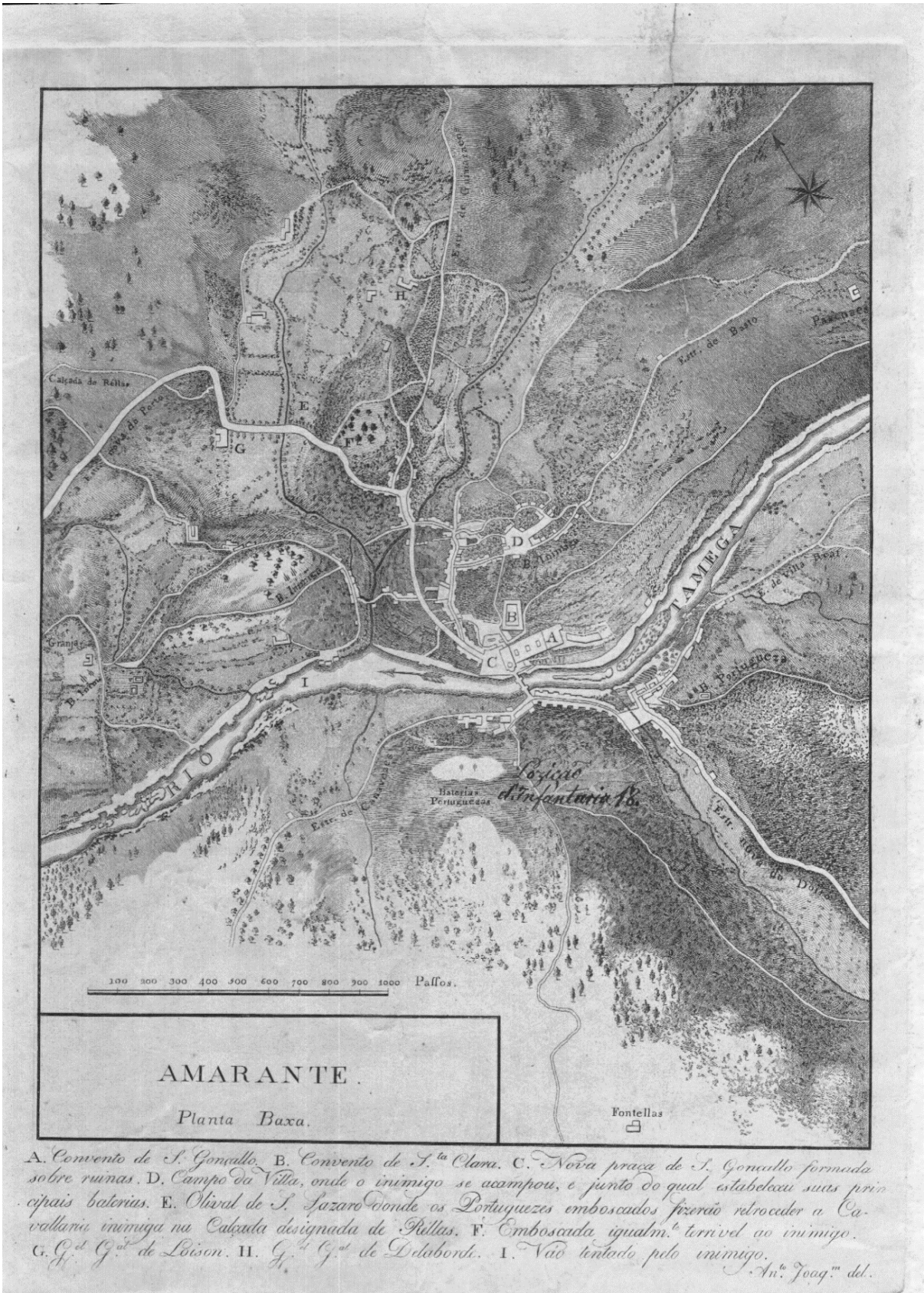
Quartel General *em Agos. Santas*

5 de Outubro de 1832.

*Visconde do Pêso da Regua
Com. do Ex. do Ex. d'Agos.*



Anexo 4 - ACR: Condecoração de Joaquim Jerónimo da Cunha Reis com a Ordem Cruz e Espada (1832)



Anexo 5 - Mapa militar de Amarante [Guerra Peninsular]

*Sirvome do. Mappa incluzo para indicar
o principio dos muy grandes trabalhos Militares
que passei.*

Acientia praca no Regm. indicado 2.º do Porto, doniferme de culsão amarelo polsina preta N.º 8.º que logo passoa ~~para~~ ser indicado Infantaria N.º 18; e medou o uniforme como todo o Exercito.

Na entrada do Marechal Soult com o Exercito Franses na Cida de do Porto; retirou o Regm. para a Linha do Tamega sobre Amarante; no Mappa junto indiquei a Lozicaõ que occupamos no alto do Monte a tras de sua Capelinha; de que ao lado estava a Bateria indicada no m.º Mappa por Bateria Portuguezas hera eu Cadete e não tinha a ainda completado 16 annos de idade na p.ª de Agosto de 1793. Não obstante as imensas balas que ahi cruzavão por cauza da Bateria que nos estava unida, não tivemos de virde a isto percas no Regm. devido à boa Lozicaõ que occupamos, do contrario teriamos todos voado pelos haos; tivemos a lamentar a perda do havile active Official de Artelharia que servia a Bateria, e que muito estrogo fez aos Franses; dando hum tiro subio ao parapente a observar o effeito; a donde ficou morto por sua cala de fezil; a nossa pena foi imensa, e a falta que elle ficou fazendo não foi menor.

Requida a linha do Tamega foi o Regm. para a 2.ª do Mourão a baic ho da Thega; mas dalem Douro. Na retirada do Exercito Franses do Porto, marchamos para Villa Real de donde não passamos; e da hi para Coimbra a organizar; o que fez todo o Exercito.

Cadete com p.ª na 1.ª Comp.ª de Regm. d'Infantaria, N.º 18.

O mais que depois se seguiu as Ordens do Dia o dizem; e a Historia o contará.

Anexo 6 - Relato da entrada de Soult em Amarante (1809)

por **Joaquim Jerónimo Cunha Reis**

Cópia

M. Sr.

Akuze a recepção do Officio de V. M. que acabo de receber com a data de hoje: em resposta ao qual sou a dizer.

Como Coronel das Milicias de Braga não obedeço, nem reconheço Autoridade alguma, que não seja constituída pelo Sr. Infante D. Miguel Regente de Portugal. D. G. a 8.ª
Quartel de Braga 18 de Maio de 1828.

Joaq. Jerónimo da C.ª Peijs da Motta Godinho
Cor. das Milicias de Braga

M. Sr. Victorino Ten. d'Alm.ª Serrata
Ten. C.ª d'Infantaria N.º 15.

Está conforme o Original.
Cunha Peijs.
Coronel das Milicias



Fiz Testamento de mão com meu com minha amada e querida Mulher, a collocarmos nossos Filhos; por isso neste objecto nada mais tenho a dizer a' lem; de muito lhe pedir e recomendar sigão o exemplo de seu Pai na estima, veneração, e união R. R. R. para com seus Firmãos; no que meu filho Joaquim como o representante da Casa grande e mui grande responsavelidade tem: bem como em se esmerar em conservar a boa ordem em que eu tenho toda a papelada da Casa, em todo o sentido.

Dezjava ter / não a' tenho / hua prenda propria a' deichar a minha ^{ma} Conhacla, como prova do respeito, veneração, e estima que sempre me mereceu.

Deixo a minha amada Mulher, e queridos Filhos entregues ao Ill.^{mo} Sr. Francisco Xavier de Souza Torres e Almeida a' minha Cruz grande de Christo; não pelo seu valor, além do que representa; mas sim como lembrança da sinsera e verdadeira amizade que sempre lhe tive e a' toda a familia; e de que perfeitamente conhecia a' minha familia ser-lhe devedora de hum disvelo que mui difficil seria a' qualquer equalar; e exceder em possível.

Entreguei a' meu Filho Joaquim hum papel; para nesta occasião remetter com a' minha Cruz d'ouro ao Ex.^{mo} Marquez de Siana.

Lembro a' minha mui prezada Mulher a' antiga Velha Mariana para hua esmola; não particularizo nenhum outro Criado ou Criada da Casa; porq. pelos seus annos de servico nenhum tem direito a' isso; mas atados com a' maior humildade peço que pelo amor de Deus me perdoem se em alguma couza os ofendi; que eu a' todos e de todo o cor.^{am} perdou as suas faltas.

N.^o Feito em 3 de Março de 1853 depois do meu ataque pelo qual estive a' deffer a' Sepultura: — Tornado a' escrever em 2 d' Agosto de 1859 para riscar o nome do criado Almeida que foi desta Casa: — E hoje o 1. de Outubro de 1864 pela falta do meu sempre chorado Firmão o Sr. D. Guilherme, a' quem de tudo pedio a' execução.

Joaquim ^o ^{mo} da C.^a Peiji da Motta Godinho



Cruz bendita que no Céo estás escripta. e na terra treslada-
da, os Anjos que te acompanharem acompañem a minha Alma,

Sei sempre firmemente em tudo quanto ensina a S. Mãre
Igreja Catolica Apostolica Romana, em cuja Fé sempre vivi
e protesto morrer. - A meu Senhor Jesus Christo entrego a minha
Alma; tudo espero da sua infinita misericordia; e protecao de
Sua Mãe S. M^ã

Desejei o meu cadaver fosse lançado a hua sepultura ao pé
da de meus Tirmaos ou Tirmaas; hoje porem peso e dezejo seja
netido em hua das Catacumbas do Semiterio do Hospital; a fim
dos meus Ossos não serem profanados como aconteceu na Cidade
do Porto na Igreja de = S. Eloy = S. Domingos = Anjo = S.
em tal cargo com o = Epitaphio = sem que nada
se alterem.

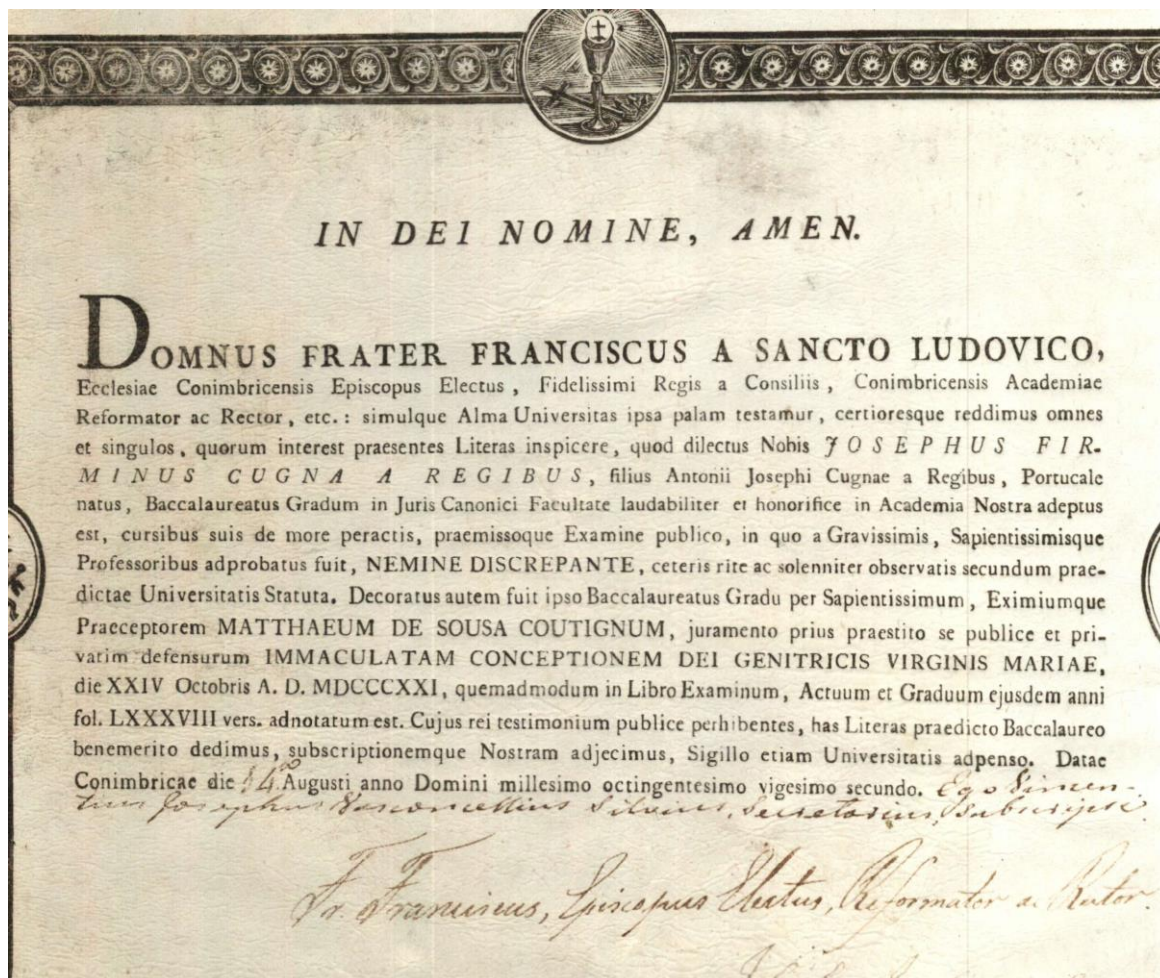
A qui jaz.
D. Terra: cinza: e nada. Com caridade re-
gaimo hum D. N. e M. N. pela Alma, que vo-lo mere-
ci. Entrei em Batallas, e arisquei a vida mil vezes
em vossa defesa. Tinha a Cruz d'Ouro das Campa-
nhas da guerra Peninsular, e recebi hum Posto na
batalha em Baiona de Franca.

Quando à noite levarem o meu cadaver a depositar na Igreja,
he sufficiente hum homem com hum lampião a iluminar: de
modo algum quero a Archotada, quando a via lembrava
sempre os Fogareos, faltando-lhe só a apunhada de que são alon-
nhanhados.

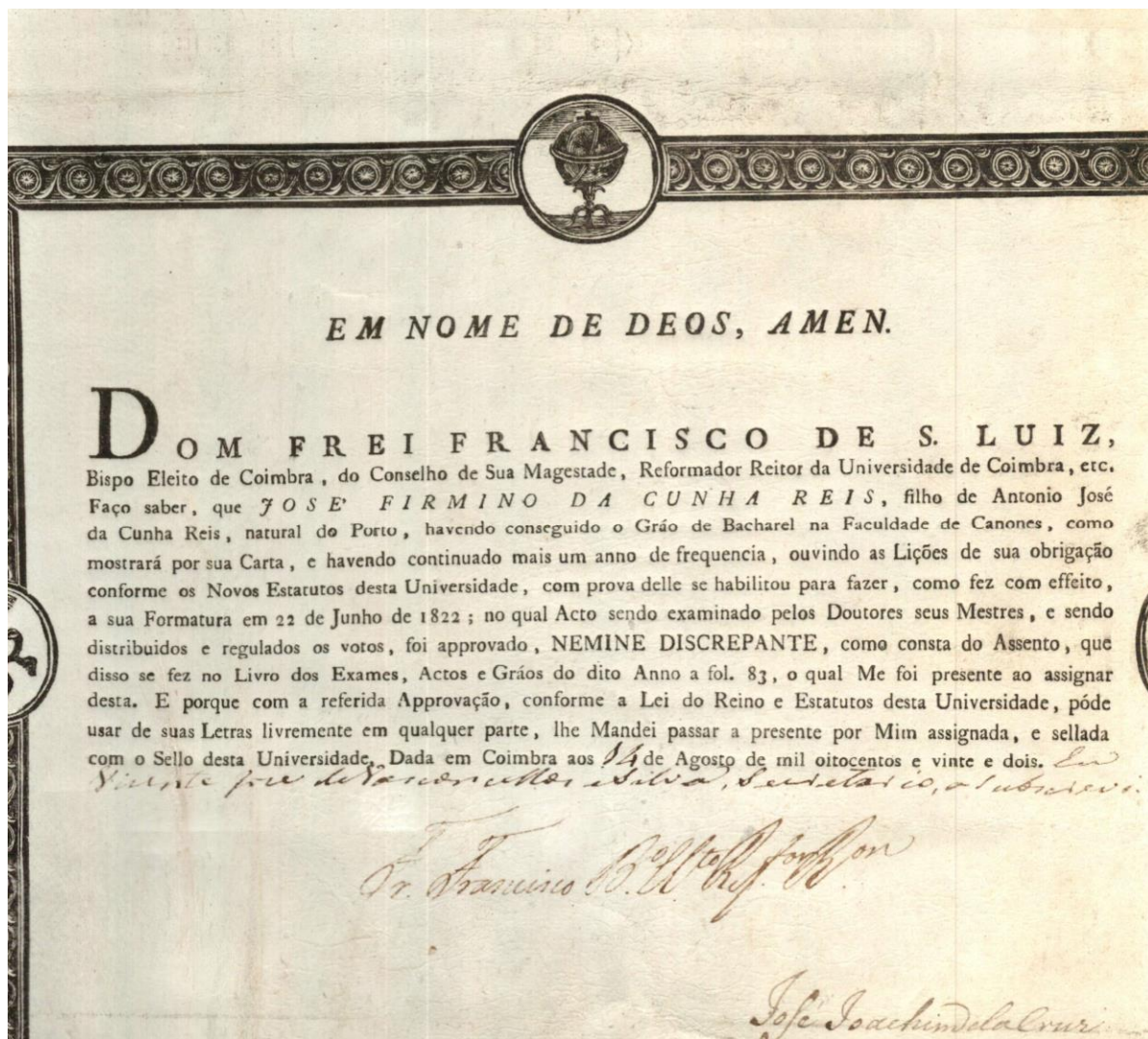
Quero que o meu cadaver seja lançado à Sepultura
por Dobre, a quem se dará hua esmola.

Tenho hua Patente de Coronel assignada pelo S. D. João 6.
cargo me queirão fazer as honras funebres Militares, como he
de dever determinado à Auctoridade a quem compete: decla-
ro mui de poyetivo e terminantemente as não quero: seria
hua contrariadade ao modo como quero deffer a sepultura?

Anexo 8.b -Testamento de Joaquim Jerónimo da Cunha Reis (1864)



Anexo 9.a - Diploma de formatura de José Firmino Cunha Reis (1)
(Universidade de Coimbra – 1822)



Anexo 9' - Diploma de formatura de José Firmino Cunha Reis (2)

(Universidade de Coimbra – 1822)



Querido Juazeiro
Sempre eis o dia. E' grande
Bernardo Pinheiro Corria de Mello
Legista de Engenharia
Official as ordens do M. V. S. M.
Rua de S. Domingos (Lapa)



Palacio d' Ajuda,
LISBOA,
BELEM.

Bernard

Junta vae tua
a espingarda.
Esperamente a
sua memoria de
bem teu amigo
Pedro P. P.

Anexo 10 - Carta do rei D. Carlos com monograma a cores (1885)